



**MARIA DO ROSÁRIO  
PEREIRA DA SILVA  
BORGES**

**GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS DESTINOS TURÍSTICOS: O  
CASO DA REGIÃO ALENTEJO**

GOVERNANCE FOR THE SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT OF TOURISM DESTINATIONS: THE  
CASE OF THE ALENTEJO REGION



**MARIA DO ROSÁRIO  
PEREIRA DA SILVA  
BORGES**

**GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS DESTINOS TURÍSTICOS: O  
CASO DA REGIÃO ALENTEJO**

**GOVERNANCE FOR THE SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT OF TOURISM DESTINATIONS: THE  
CASE OF THE ALENTEJO REGION**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutoramento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Celeste Eusébio, Professora Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, e co-orientação científica do Professor Nuno Manuel dos Santos Carvalho, Professor Coordenador na Escola Superior de Educação de Coimbra, do Instituto Politécnico de Coimbra.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, de Junho de 2011 a Fevereiro de 2013

Aos meus extraordinários *Pais*, Ângelo e Lucina,  
e ao meu saudoso *Irmão*, Franklim.

## **o júri**

presidente

**Doutor Carlos Fernandes da Silva**  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

**José Manuel Henriques Simões**  
Professor Catedrático do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

**Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino**  
Professor Coordenador Principal da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

**Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos**  
Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Doutora Ana Maria Alves Pedro Ferreira**  
Professora Associada da Universidade de Évora

**Doutora Elisabeth Kastenholz**  
Professora Associada da Universidade de Aveiro

**Doutora Nuno Manuel dos Santos Carvalho**  
Professora Coordenador do Instituto Politécnico de Coimbra

**Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro



## agradecimentos

Aos meus orientadores, Professora Celeste Eusébio e Professor Nuno Carvalho, pela forma profissional como orientaram o meu trabalho, me ensinaram e conduziram através deste árduo processo de formação.

Aos meus queridos amigos de longa data, Celeste e Nuno, pela sua extraordinária e infinita amizade ao longo destes anos; nunca abandonaram o meu *barco*, que sempre navegou por águas turbulentas. Jamais esquecerei...

Aos meus fantásticos e incansáveis amigos, Jaime Serra, Noemi Marújo e Susana Lima (aqui citados por ordem alfabética). As ocasiões em que me demonstraram a sua profunda amizade foram infinitas, pelo que me irei dirigir pessoalmente a cada um deles para lhes agradecer... e agradecer. Os quilómetros que percorreram comigo neste caminho, que finalmente está preste a terminar quando escrevo esta página, evidenciaram o quanto é enriquecedora a sua amizade. Com eles fui crescendo e crescendo... Espero ter compreendido o que tinha que compreender...

Aos meus queridos amigos, Jaime e à Noémi, que ao longo destes anos sempre estiveram comigo... foram o meu porto de abrigo na Universidade de Évora. Estiveram sempre presentes... estes anos todos... nunca desistiram... ficaram até ao fim. Muito obrigada. Jamais esquecerei...

À minha querida amiga Susana, meu porto de abrigo em Aveiro, cujo carisma tão peculiar sempre me aquietou...

Aos meus estimados colegas do *turismo* da Universidade de Évora, Ana Ferreira e Francisco Ramos, pelas palavras de encorajamento que me dirigiram.

Aos meus colegas favoritos da 10.2.41 da UA/DEGEI, Marília Durão e Neda Farsani, pela simpática amizade que fizemos, e especialmente ao Hooman Shahrabi, cujo companheirismo foi marcante em muitos momentos.

Aos estimados Aleksandra Vasileva, Ana Ferreira, Ana Fialho, Ana Rodrigues, António Ceia da Silva, Chiara Cappelletti, David Iguaz, Dave Tucker, Fábio Freitas, Filipe Ribeiro, José Santos, Marco Martins, Marta Silvério, Miguel Marques, Rosalina Costa, Sérgio Guerreiro e Susana Caixinha, cujo apoio foi determinante em alguns momentos.

A todos quantos da Universidade de Évora, da Universidade de Aveiro e de outros contextos que me dirigiram palavras de incentivo para a realização desta tese.

À Universidade de Évora (Escola de Ciências Sociais & Departamento de Sociologia), pela forma como me apoio e aceitou nestes anos.

À Universidade de Aveiro (DEGEI e Serviços Académicos) pelas *facilidades* que me concedeu durante todo o período em que estive envolvida nesta tese.

À muito estimada João Carneiro, Professora de GPT, que me despertou para a problemática do desenvolvimento sustentável na década de 90, e ao meu colega Nuno Carvalho, que desde há 15 anos me honra com as suas lições sábias sobre a problemática do ambiente.

A todo o meu núcleo familiar mais próximo pela forma como me apoiaram. Especial agradecimento aos meus Pais, Ângelo e Lucina, pelo seu constante e inabalável amparo, ao Zé, pela sua sempre contagiante boa disposição, e à Francisca, minha luz, por quem valeu a pena recomeçar tudo de novo. Mais lhes direi pessoalmente...

## palavras-chave

Turismo sustentável, governança, destinos turísticos, Região Alentejo, Portugal

## resumo

O principal objetivo desta dissertação é analisar como é que a governança pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos, à luz das recomendações dos organismos internacionais e da literatura científica.

Para concretizar o objetivo principal proposto, optou-se pela utilização de um quadro metodológico assente em métodos mistos, tendo como referência metodologias adotadas em estudos similares. Neste contexto, foram utilizadas metodologias qualitativas e quantitativas, tendo por base a recolha de dados primários e secundários e fontes diversificadas de informação.

O estudo empírico desenvolveu-se em dois níveis. No primeiro optou-se por uma abordagem de cariz internacional, com o duplo objetivo de identificar quais as recomendações que as organizações apresentam para facilitar o desenvolvimento do turismo sustentável e de identificar o nível de adesão a essas recomendações por parte dos organismos europeus com responsabilidades no planeamento e gestão dos destinos turísticos a nível regional. Num segundo nível, o estudo empírico focou-se na realidade do destino turístico regional Alentejo que corresponde atualmente à área geográfica do Alentejo NUT II. Nesta abordagem regional desenvolveu-se um estudo com o objetivo de avaliar o contexto em que é feita a transferência de conhecimento sobre turismo sustentável, através dos *websites* dos organismos públicos com responsabilidades no desenvolvimento do sector a nível regional. Na etapa seguinte, desenvolveu-se um estudo para identificar a perspetiva de 231 agentes (setor público, setor privado e sociedade civil organizada) da Região Alentejo quanto aos vários requisitos que são necessários implementar para desenvolver um sistema de governança no destino turístico, que promova, de forma eficaz, o turismo sustentável.

Os resultados obtidos na abordagem internacional evidenciam que as organizações internacionais apresentam múltiplas recomendações que facilitam a concretização dos objetivos e princípios do modelo de turismo sustentável, e que o nível de adesão das entidades que operam a nível regional do turismo ainda não assume uma expressão muito significativa. Em termos do estudo sobre os *websites*, enquanto ferramenta de partilha de dados e informação organizada sobre o turismo sustentável, os resultados evidenciam que a maioria das entidades regionais do Alentejo não os otimiza para esse fim. No que diz respeito aos resultados do estudo desenvolvido para identificar as perceções dos agentes do Alentejo, estes evidenciam de forma clara que os atores estão sensibilizados e reconhecem a importância que uma iniciativa de governança pública tem para a valorização do turismo sustentável no destino Alentejo. Em função dos resultados obtidos, conclui-se a tese refletindo sobre as implicações que este estudo tem para esta área de conhecimento e para os agentes da região, reconhecendo as limitações encontradas e apresentando sugestões para investigações futuras.

**keywords**

Sustainable tourism, governance, tourism destination, Alentejo Region, Portugal

**abstract**

The main goal of this thesis is to analyse how governance can contribute to the sustainable development of tourism destinations, in the light of recommendations provided by international organisations and a literature review.

To accomplish this goal, a methodological framework based on mixed methods was used. This option was based on similar scientific studies, which suggested that both qualitative and quantitative methods were appropriate for the collection of primary and secondary data, from diverse sources of information.

The empirical study was developed in two levels. On the first an international approach was developed with a dual aim: to identify the recommendations that is presented by international organisations to improve further sustainable tourism and to identify the level of adherence with respect to these recommendations by European agencies with responsibilities in the planning and management of tourism destinations.

On the second level, the empirical study was focused on the Alentejo Region, observed as a tourist destination as it is officially delimited. In this approach a study to analyse the context of knowledge transfer about sustainable tourism was conducted, from the websites of public bodies with competencies in the development of tourism in the Alentejo Region.

Subsequently a study to identify the opinion of 231 stakeholders (public sector, private sector and civil society) regarding the requirements needed to develop a governance framework to improve sustainable tourism at the destination level was conducted.

The results of the international approach demonstrate that international organizations have several recommendations that facilitate the processes of the objectives and principles of the implementation sustainable tourism. Although the commitment of these entities operating at the regional level is still relatively low.

Regarding analysis of the websites, the results showed that most Alentejo tourism entities do not optimize them for the purposes of sharing knowledge about sustainable tourism with stakeholders.

Regarding the results of the study designed to identify the perceptions of the Alentejo agents, they clearly revealed that the actors are aware of and recognize the importance of a public governance initiative for the enhancement of sustainable tourism in the Alentejo destination.

According to the results obtained, this thesis concludes by presenting some implications and theoretical and practical recommendations on the subject, and making suggestions that tourism bodies can consider in the context of governance for sustainable tourism in their destinations.

# Índice de Conteúdos

<b>Índice de figuras .....</b>	<b>viii</b>
<b>Índice de tabelas .....</b>	<b>ix</b>
<b>Lista de acrónimos .....</b>	<b>xv</b>
<b>Capítulo 1. Introdução .....</b>	<b>01</b>
1.1. Relevância da investigação .....	01
1.2. Objetivos da investigação .....	02
1.3. Paradigma da investigação .....	03
1.4. Justificação da escolha do destino turístico Alentejo .....	08
1.5. Estrutura da tese .....	09
<b>Capítulo 2. Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável.....</b>	<b>13</b>
2.1. Introdução .....	13
2.2. Metodologia .....	14
2.2.1. Recolha dos dados .....	14
2.2.2. Análise dos dados .....	16
2.3. Resultados.....	16
2.3.1. Resultados da análise quantitativa.....	16
2.3.2. Resultados da análise qualitativa.....	21
2.4. Abordagem transdisciplinar à governança e contributo para o turismo .....	28
2.4.1. Propostas para o estudo da governança no turismo .....	29
2.4.2. Abordagens de enquadramento .....	30
2.4.3. Abordagem às estruturas e processos .....	31
2.4.4. Abordagem para a governança dos destinos turísticos.....	33
2.4.5. Vantagens de estudar a governança dos destinos turísticos.....	35
2.5. Conclusão .....	36

Índice Geral | Índice de Conteúdos

<b>Capítulo 3. Turismo Sustentável</b> .....	<b>37</b>
3.1. Introdução .....	37
3.2. Desenvolvimento sustentável .....	38
3.2.1. Concetualização .....	38
3.2.2. Institucionalização do modelo global de desenvolvimento sustentável .....	39
3.2.2.1. Antecedentes ao debate sobre a sustentabilidade – anos 60 e 70 .....	39
3.2.2.2. O paradigma do desenvolvimento sustentável - anos 80, 90 e 2000 .....	43
3.2.3. Institucionalização do modelo de desenvolvimento sustentável ao nível regional europeu .....	58
3.2.4. Objetivos, princípios e dimensões .....	60
3.3. Turismo sustentável .....	63
3.3.1. Concetualização .....	63
3.3.2. Institucionalização do modelo de turismo sustentável .....	66
3.3.2.1. A nível internacional .....	67
3.3.2.2. A nível europeu .....	78
3.3.3. Dimensões do turismo sustentável .....	84
3.3.4. Objetivos e princípios do turismo sustentável .....	85
3.3.5. Produto <i>versus</i> condição .....	90
3.3.6. Abordagem às escalas .....	91
3.4. Conclusão .....	94
<b>Capítulo 4. Governança</b> .....	<b>95</b>
4.1. Introdução .....	95
4.2. Governança: concetualização .....	95
4.2.1. Boa governança .....	96
4.2.2. Governança, governo e administração pública .....	97
4.3. Princípios de governança .....	100
4.4. Formas de governança .....	101
4.4.1. Conceções abrangentes .....	102
4.4.2. Conceções restritas .....	103
4.4.3. Formas de governança <i>versus</i> tipologia de organizações .....	104
4.5. Instituições de governança .....	104
4.5.1. Atores .....	105
4.5.2. A questão da identificação dos atores mais importantes na governança .....	110

**Índice Geral | Índice de Conteúdos**

4.6. Conclusão ..... 111

**Capítulo 5. Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos ..... 113**

5.1. Introdução ..... 113

5.2. Governança para o desenvolvimento sustentável ..... 113

5.3. Sistema de governança pública: requisitos ..... 115

    5.3.1. Estruturas de governança ..... 116

    5.3.2. Princípios de boa governança ..... 120

    5.3.3. Contexto político-governativo ..... 121

        5.3.3.1. Coordenação intragovernamental ..... 123

        5.3.3.2. Coordenação intergovernamental e empresarial ..... 126

    5.3.4. Participação dos agentes ..... 129

        5.3.4.1. Mecanismos de participação ..... 129

5.4. Conhecimento e capacitação ..... 134

5.5. Instrumentos políticos ..... 137

5.6. Conclusão ..... 140

**Capítulo 6. Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável ..... 141**

6.1. Introdução ..... 141

6.2. Identificação das recomendações internacionais ..... 142

    6.2.1. Metodologia ..... 142

        6.2.1.1. Recolha dos dados ..... 142

        6.2.1.2. Análise dos dados ..... 145

    6.2.2. Resultados ..... 150

        6.2.2.1. Validação da lista de documentos internacionais pelo painel de peritos .. 150

        6.2.2.2. Recomendações dos documentos internacionais ..... 154

6.3. Adesão das entidades regionais europeias de turismo às recomendações internacionais ..... 161

    6.3.1. Metodologia ..... 161

        6.3.1.1. Recolha dos dados ..... 161

        6.3.1.2. Análise dos dados ..... 168

    6.3.2. Resultados ..... 168

**Índice Geral | Índice de Conteúdos**

6.3.2.1. Caracterização da amostra.....	168
6.3.2.2. Adesão das entidades regionais europeias às recomendações internacionais .....	170
6.3.2.3. Adesão das entidades regionais de turismo de Portugal às recomendações internacionais .....	174
6.4. Conclusão .....	178

**Capítulo 7. Caracterização da área regional de turismo Alentejo ... 181**

7.1. Introdução.....	181
7.2. Território da área regional de turismo Alentejo.....	181
7.2.1. Divisão territorial.....	182
7.2.2. Território e ambiente .....	183
7.3. A atividade económica e mercado de trabalho .....	189
7.4. Análise demográfica da população .....	193
7.5. Atividade turística no Alentejo .....	198
7.5.1. Oferta de alojamento turístico .....	199
7.5.1.1. Hotelaria e Alojamento Local.....	199
7.5.1.2. Turismo de Habitação e de Turismo no Espaço Rural.....	205
7.5.1.3. Parques de Campismo .....	208
7.5.2. Procura no alojamento turístico.....	208
7.5.2.1. Hotelaria e Alojamento Local.....	209
7.5.2.2. Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural .....	211
7.5.2.3. Parques de Campismo .....	214
7.5.2.4. Estada média dos hóspedes .....	216
7.5.2.5. Taxa líquida de ocupação-cama.....	218
7.5.2.6. Sazonalidade no destino turístico .....	219
7.6. Estrutura institucional turística na região Alentejo.....	222
7.6.1. Estruturas de âmbito nacional .....	222
7.6.2. Estruturas de âmbito regional.....	225
7.6.3. Estruturas de âmbito municipal e intermunicipal .....	229
7.6.4. Estruturas de âmbito associativo .....	231
7.7. Conclusão .....	231

**Capítulo 8. Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de *websites* oficiais dos organismos de turismo no Alentejo ..... 235**

8.1. Introdução .....	235
8.2. Metodologia .....	236
8.2.1. Recolha dos dados .....	236
8.2.2. Análise dos dados .....	238
8.3. Resultados.....	243
8.3.1. Análise concetual.....	243
8.3.2. Análise relacional .....	245
8.4. Conclusão .....	253

**Capítulo 9. Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes..... 255**

9.1. Introdução .....	255
9.2. Metodologia .....	256
9.2.1. Recolha dos dados .....	256
9.2.2. Análise de dados.....	271
9.3. Análise e discussão dos resultados.....	271
9.3.1. Caracterização da amostra.....	271
9.3.2. Perceção dos agentes quanto à importância de uma política pública para o turismo sustentável.....	278
9.3.3. Perceção dos agentes quanto à importância das etapas de um processo de governança .....	281
9.3.4. Perceção dos agentes quanto à importância de iniciativas de suporte à governança pública .....	284
9.3.5. Perceção dos agentes quanto ao tipo de entidade de governança que deve ser adotada.....	286
9.3.6. Perceção dos agentes quanto à importância dos princípios de governança .....	287
9.3.7. Perceção dos agentes quanto aos agentes atores que devem estar representados numa entidade de governança .....	289
9.3.8. Perceção dos agentes sobre a importância de diferentes mecanismos de participação .....	291
9.3.9. Perceção dos agentes sobre a importância de diferentes instrumentos políticos para envolver os agentes em iniciativas de turismo sustentável .....	292



**Índice Geral | Índice de Conteúdos**

9.3.10. Identificação da escala geográfica associada à governança para o turismo sustentável.....	293
9.3.11. Perceção dos agentes quanto à importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável: análise de <i>clusters</i> .....	295
9.3.11.1. Identificação dos <i>clusters</i> .....	295
9.3.11.2. Caracterização dos <i>clusters</i> .....	297
9.4. Conclusão .....	304
<b>Capítulo 10. Conclusões .....</b>	<b>307</b>
10.1. Principais conclusões .....	307
10.2. Contribuições teóricas e práticas.....	319
10.3. Limitações.....	321
10.4. Sugestões para estudos futuros .....	323
<b>Referências.....</b>	<b>325</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>343</b>
Apêndice 6.1. Referência dos documentos internacionais inseridos na base de dados .....	343
Apêndice 6.2. Questionário dirigido aos membros do painel internacional de peritos para validar os documentos internacionais .....	347
Apêndice 6.3. Questionário dirigido às entidades regionais sobre as recomendações dos documentos internacionais .....	348
Apêndice 9.1. Pré-teste do questionário “Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)” .....	353
Apêndice 9.2. Versão final do questionário “Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)” .....	358

## Índice de Figuras

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 1

Figura 1.1. Estrutura metodológica da tese .....	6
Figura 1.2. Dimensão internacional, regional e nacional da abordagem da tese à temática da governança e do turismo sustentável nos destinos turísticos .....	8

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 2

Figura 2.1. Características dos artigos associadas à análise quantitativa e qualitativa .....	15
Figura 2.2. Evolução do número de artigos referenciados na Scopus .....	18

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 4

Figura 4.1. Formas de governança, segundo a terminologia de diferentes autores .....	101
Figura 4.2. Domínios das instituições de governança.....	105

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 5

Figura 5.1. Elementos a considerar na planificação de um sistema de governança pública para o turismo sustentável.....	115
Figura 5.2. Dimensões do conceito de compromisso público .....	130

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 7

Figura 7.1. Divisão territorial da Região Alentejo NUT II: Municípios e NUT III .....	183
Figura 7.2. Temperatura média do ar e precipitação média, Alentejo NUT III (2013) .....	184
Figura 7.3. Densidade populacional, Alentejo NUT III (2001 e 2011) .....	194
Figura 7.4. Esperança de Vida à Nascimento, Alentejo NUT II (1981-2011).....	194
Figura 7.5. Índice Sintético de Fecundidade, Alentejo NUT III (1992-2011) .....	195
Figura 7.6. Pirâmides de Idade, Alentejo NUT II (2001 e 2011) .....	196
Figura 7.7. Distribuição da população por Grupos Funcionais e Índice de Envelhecimento, Alentejo NUT II (2001-2060).....	197
Figura 7.9. Hotelaria, AL e TER/TH: Sazonalidade das dormidas, Alentejo (2013).....	221

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 8

Figura 8.1. Etapas da análise de conteúdo .....	238
Figura 8.2. Fluxograma das etapas da análise de conteúdo planeadas para este estudo ....	241

## Índice de Tabelas

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 2

Tabela 2.1. Orientações de pesquisa para identificar os artigos científicos publicados .....	14
Tabela 2.2. Evolução do número de artigos referenciados na Scopus por várias palavras-chave.....	17
Tabela 2.3. Número total de artigos publicados por revista científica, entre 1999-2014 ....	19
Tabela 2.4. Frequência de publicações por autor e sua filiação .....	21
Tabela 2.5. Lista dos 19 artigos abrangidos na análise de conteúdo (por ordem cronológica)	
Tabela 2.6. Caracterização genérica dos 19 artigos sobre governança e turismo sustentável sujeitos à análise de conteúdo .....	24
Tabela 2.7. Tipo de dados utilizados .....	25
Tabela 2.8. Escalas de governança e território estudados .....	25
Tabela 2.9. Outros artigos publicados sobre turismo e governança (exemplos) .....	27

### Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 3

Tabela 3.1. Principais iniciativas das organizações internacionais para promover o modelo de desenvolvimento sustentável à escala global .....	44
Tabela 3.2. Princípios legais propostos para a proteção do ambiente e para o Desenvolvimento Sustentável .....	47
Tabela 3.3. Síntese dos principais documentos, acordos e convenções para o desenvolvimento sustentável (1972-2015) .....	57
Tabela 3.4. Princípios do desenvolvimento sustentável (DS) apresentados na <i>Rio 92</i> .....	61
Tabela 3.5. Desenvolvimento sustentável como processo de transformação.....	62
Tabela 3.6. Definições de turismo sustentável (exemplos).....	64
Tabela 3.7. Abordagens ao desenvolvimento do turismo sustentável .....	66
Tabela 3.8. Iniciativas da União Europeia a favor do desenvolvimento do turismo (exemplos) .....	79
Tabela 3.9. Dimensões da sustentabilidade (exemplos) .....	84
Tabela 3.10. Dimensões da sustentabilidade, segundo a UNEP e WTO .....	85
Tabela 3.11. Objetivos do turismo sustentável.....	86
Tabela 3.12. Objetivos a considerar numa agenda para o turismo sustentável .....	87
Tabela 3.13. Princípios do turismo sustentável enunciados na literatura científica (exemplos) .....	88
Tabela 3.14. Princípios do turismo sustentável enunciados na documentação técnica (exemplos) .....	89

**Índice Geral | Índice de Tabelas**

Tabela 3.15. Princípios do turismo sustentável, apresentados pela OMT ..... 89

Tabela 3.16. Princípios do turismo sustentável, apresentados pela UNEP e WTO..... 90

**Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 4**

Tabela 4.1. Características das definições de governança em comparação com as de governo ..... 98

Tabela 4.2. Relação entre os princípios de governança estabelecidos pelas NU e UE..... 100

Tabela 4.3. Atores associados a cada domínio institucional da governança..... 106

Tabela 4.4. Características do Estado num mundo global ..... 108

**Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 5**

Tabela 5.1. Formas de uma organização de gestão de destino ..... 117

Tabela 5.2. Fatores estratégicos a considerar num modelo estrutural de governança ..... 118

Tabela 5.3. Vantagens da existência de uma autoridade regional de governança ..... 119

Tabela 5.4. Exemplos de mecanismos para o compromisso público..... 131

Tabela 5.5. Objetivos dos instrumentos políticos para influenciar o turismo sustentável . 138

**Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 6**

Tabela 6.1. Análise documental: caracterização dos documentos internacionais ..... 145

Tabela 6.2. Lista dos 24 documentos para validação pelo painel de peritos..... 146

Tabela 6.3. Características das perguntas do questionário feitas aos membros do painel de peritos ..... 149

Tabela 6.4. Resultados da validação dos documentos do Grupo 1 «cartas, guias e recomendações» ..... 151

Tabela 6.5. Resultados da validação dos documentos do Grupo 2 «políticas europeias» . 152

Tabela 6.6. Resultados da validação dos documentos do Grupo 3 «documentos técnicos» 152

Tabela 6.7. Lista dos 17 documentos validados pelo Painel Internacional de Peritos ..... 153

Tabela 6.8. Categorias estabelecidas para iniciar a análise de conteúdo dos documentos 159

Tabela 6.9. Sequência das perguntas para as entidades que referem utilizar as recomendações ..... 165

Tabela 6.10. Sequência das perguntas para as entidades que referem não utilizar as recomendações ..... 166

Tabela 6.11. Domínios de intervenção em apreciação na Pergunta 5 do questionário ..... 167

Tabela 6.12. Resultados da participação das entidades regionais europeias no estudo ..... 169

Tabela 6.13. Importância atribuída pelas entidades regionais europeias aos documentos internacionais ..... 171

Tabela 6.14. Frequência com que as entidades regionais europeias utilizam os documentos internacionais ..... 172

**Índice Geral | Índice de Tabelas**

Tabela 6.15. Domínios de integração das recomendações internacionais pelas entidades europeias .....	173
Tabela 6.16. Importância atribuída pelas entidades regionais de Portugal aos documentos internacionais .....	175
Tabela 6.17. Frequência com que as entidades regionais de Portugal utilizam os documentos internacionais.....	176
Tabela 6.18. Domínios de integração das recomendações internacionais pelas entidades nacionais .....	177
Tabela 6.19. Domínios onde serão integradas as recomendações internacionais pelas entidades nacionais.....	178
<b>Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 7</b>	
Tabela 7.1. Usos do solo identificados no PMOT, Alentejo NUT III (2013).....	186
Tabela 7.2. PEOT aprovados, Alentejo NUT III (2013).....	187
Tabela 7.3. PIB e VAB, Alentejo NUT III (2011 e 2013) .....	189
Tabela 7.4. VAB, Alentejo NUT II (2011) .....	190
Tabela 7.5. VAB e Emprego Total, Alentejo NUT II (2011) .....	191
Tabela 7.6. VAB e Emprego total por sectores de atividade, Alentejo NUT III (2011) ...	192
Tabela 7.7. Atividades turísticas no Alentejo: Investimento privado (QREN 2007-2013)	192
Tabela 7.8. População residente, Alentejo NUT III (2001 e 2011).....	193
Tabela 7.9. Indicadores de educação, Alentejo NUT III (ano letivo 2012/13).....	198
Tabela 7.10. Hoteleira e AL: Estabelecimentos e capacidade de alojamento por tipologias, Alentejo NUT II (2011 e 2013).....	199
Tabela 7.11. Hoteleira e AL: Estabelecimentos e capacidade de alojamento, Alentejo NUT III (2001/11/13).....	200
Tabela 7.12. Grupos hoteleiros a operar no Alentejo (2014) .....	201
Tabela 7.13. Desempenho ambiental do alojamento no Alentejo (2013).....	202
Tabela 7.14. Caracterização da responsabilidade social dos empreendimentos turísticos no Alentejo (2012 e 2013).....	204
Tabela 7.15. TER e TH: Estabelecimentos e capacidade de alojamento, Alentejo NUT III (2001/11/13).....	206
Tabela 7.16. TER e TH: Estabelecimentos e capacidade de alojamento por modalidades, Alentejo NUT II (2001/11/13) .....	207
Tabela 7.17. PC: Estabelecimentos e capacidade de alojamento, Alentejo NUT II (2001/11/13).....	208
Tabela 7.18. Hotelaria e AL: Hóspedes e dormidas, Alentejo NUT III (2011 e 2013).....	209
Tabela 7.19. Hotelaria: Dormidas por país de residência habitual, Alentejo NUT II (2001/11/13).....	210

**Índice Geral | Índice de Tabelas**

Tabela 7.20. AL: Dormidas por país de residência habitual, Alentejo NUT II (2013) .....	211
Tabela 7.21. TER e TH: Dormidas, Alentejo NUT II (2001-2013) .....	212
Tabela 7.22. TER e TH: Dormidas por país de residência, Alentejo NUT II (2001/11/13)	213
Tabela 7.23. PC: Campistas e dormidas, Alentejo NUT II (2001/11/13) .....	214
Tabela 7.24. PC: Dormidas por país residência habitual, Alentejo NUT II (2001/11/13).	215
Tabela 7.25. Hotelaria, TER/TH e AL: Estada média (2011 e 2013).....	216
Tabela 7.26. Alojamento Coletivo: Taxa líquida de ocupação-cama, Alentejo NUT II (2001/11/13).....	218
Tabela 7.27. Alojamento Coletivo: Taxa de sazonalidade por país de residência, Alentejo, (2013).....	220
Tabela 7.28. ERTA: Iniciativas e projetos para o destino turístico Alentejo (exemplos)..	228

**Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 8**

Tabela 8.1. Número de unidades de análise incluídas no universo do estudo, em 2011 ...	236
Tabela 8.2. Organizações com ação de âmbito local .....	237
Tabela 8.3. Grelha de Análise utilizada na análise relacional .....	242
Tabela 8.4. Resultados da análise ao <i>website</i> da autoridade turística nacional .....	243
Tabela 8.5. Resultados da análise aos <i>websites</i> dos organismos regionais de turismo .....	244
Tabela 8.6. Resultados da análise concetual aos <i>websites</i> dos organismos locais .....	245
Tabela 8.7. Rácio dos <i>websites</i> analisados entre análise concetual e relacional .....	246
Tabela 8.7. Grelha de Análise: Resultados da análise relacional (frequência) .....	247

**Ref.<sup>as</sup> no Capítulo 9**

Tabela 9.1. Composição dos membros da Assembleia Geral da Turismo do Alentejo (2015)	
Tabela 9.2. Justificação dos itens associados às vantagens do turismo sustentável no destino.....	263
Tabela 9.3. Justificação dos itens associadas à criação de uma entidade de governança e às responsabilidades que deve assumir .....	264
Tabela 9.4. Justificação dos itens com as iniciativas que contribuem para uma participação efetiva dos agentes na governança .....	264
Tabela 9.5. Justificação dos itens com tipos de instituições para garantir a governança ..	265
Tabela 9.6. Justificação dos itens associados aos princípios de governança .....	266
Tabela 9.7. Justificação dos itens para análise dos agentes a considerar numa estrutura de governança .....	267
Tabela 9.8. Justificação dos itens associados à análise dos mecanismos de participação .	267
Tabela 9.9. Justificação dos itens associados à análise dos instrumentos políticos .....	268
Tabela 9.10. Justificação dos itens associados à escala geográfica de intervenção .....	268

**Índice Geral | Índice de Tabelas**

Tabela 9.11. Justificação dos itens para caracterizar a instituição e o inquirido que a representa.....	269
Tabela 9.12. Caracterização genérica da instituição .....	272
Tabela 9.13. Projetos e iniciativas de sustentabilidade, por dimensão da sustentabilidade.....	274
Tabela 9.14. Caracterização genérica do inquirido.....	277
Tabela 9.15. Importância duma política pública para o turismo sustentável: perceção dos agentes .....	278
Tabela 9.16. ACP: Importância duma política pública para o turismo sustentável.....	280
Tabela 9.17. Importância das responsabilidades a assumir por uma estrutura governança: perceção dos agentes .....	281
Tabela 9.18. ACP: Etapas para uma governança pública eficaz a favor do turismo sustentável.....	284
Tabela 9.19. Importância de iniciativas de suporte à governança pública: perceção dos agentes .....	285
Tabela 9.20. Tipo de entidade de governança pública para liderar o turismo sustentável: perceção dos agentes .....	287
Tabela 9.21. Princípios de boa governança numa entidade de governança: perceção dos agentes .....	288
Tabela 9.22. ACP: Princípios de boa governança .....	289
Tabela 9.23. Agentes que devem integrar uma entidade para a governança: perceção dos agentes .....	290
Tabela 9.24. Sugestões de “outros agentes” a integrar numa entidade para a governança .....	291
Tabela 9.25. Importância dos mecanismos de participação: perceção dos agentes.....	292
Tabela 9.26. Importância dos instrumentos económicos: perceção dos agentes.....	293
Tabela 9.27. Escala geográfica da governança do turismo sustentável .....	293
Tabela 9.28. Perfil dos <i>clusters</i> : Importância de uma política pública para o turismo sustentável.....	274
Tabela 9.29. Perfil dos <i>clusters</i> : Sexo, habilitações e idade.....	297
Tabela 9.30. Perfil dos <i>clusters</i> : Sectores de atividade onde se integram os agentes profissionalmente .....	298
Tabela 9.31. Perfil dos <i>clusters</i> : Tempo em que a instituição exerce atividade no sector turístico .....	298
Tabela 9.32. Perfil dos <i>clusters</i> : Envolvimento da instituição em projetos e iniciativas sustentáveis .....	298
Tabela 9.33. Perfil dos <i>clusters</i> : Etapas a considerar num sistema de governança .....	299
Tabela 9.34. Perfil dos <i>clusters</i> : Importância das iniciativas de suporte à governança pública .....	300
Tabela 9.35. Perfil dos <i>clusters</i> : Tipo de entidade de governança .....	301

**Índice Geral | Índice de Tabelas**

Tabela 9.36. Perfil dos <i>clusters</i> : Importância dos princípios de governança .....	302
Tabela 9.37. Perfil dos <i>clusters</i> : Importância dos mecanismos de participação .....	303
Tabela 9.38. Perfil dos <i>clusters</i> : Importância dos instrumentos políticos.....	304



Índice Geral | Lista de Acrónimos

Lista

## Acrónimos

8 ODM	8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ADWT	Acapulco Document on World Tourism
AL	Alojamento Local
CMVT	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
CSD	Commission on Sustainable Development
CST	Charter for Sustainable Tourism
CT	Conselho da Terra
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
GCET	Global Code of Ethics for Tourism
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
MDWT	Manila Declaration on World Tourism
OMT	Organização Mundial de Turismo
PC	Parques de Campismo
TER	Turismo em Espaço Rural
TH	Turismo de Habitação
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNCHE	United Nations Conference on the Human Environment
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNDP	United Nations Development Programme
UNECE	United Nations Economic Commission for Europe
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
WCDE	World Commission on Environment and Development
WCS	World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development
WWFN	World Wide Fund for Nature

# Capítulo 1

## Introdução

### **1.1. Relevância da investigação**

O turismo sustentável constitui uma abordagem de desenvolvimento que decorre do modelo mais global de desenvolvimento sustentável. Advoga-se que é aplicável a todas as formas de turismo, a todos os destinos turísticos, independentemente das suas características, e a todos os agentes da cadeia de valor do turismo, desde que tenham em consideração as metas, objetivos, princípios e práticas de planeamento e gestão que lhes estão subjacentes (Committee of the Regions, 2006; Cooper, 2012; Sharpley, 2009; UNEP & WTO, 2005; Weaver, 2006; WTO, 2004). Contudo, se na literatura é unanimemente aceite o mérito das vantagens de se concretizar um modelo de turismo sustentável, o mesmo não acontece quando se faz um balanço global sobre os progressos alcançados desde que o desafio foi institucionalmente lançado a todos os agentes sociais na segunda metade do século XX (Butler, 1998; Hall, 2008 e 2011; Lindt, 2012). A persistência dos problemas tradicionais e o surgimento constante de novos e complexos desafios fazem com que se continue a defender os objetivos e princípios gerais do modelo, mas com enfoque em novas formas de instrumentalização (Hall, 2008 e 2011<sub>a</sub>; United Nations, 2012). É precisamente neste contexto de insucesso que mais recentemente a governança surge como uma forma alternativa e eficaz de conceber e operacionalizar soluções de intervenção que permitam alcançar as metas e os objetivos já há muito tempo identificados.

Diversos autores apresentam estudos empíricos sobre o contexto em que a governança contribui para fomentar um desenvolvimento mais eficaz do turismo sustentável nos destinos turísticos. Alguns dos estudos focalizam-se mais numa única linha de abordagem, como por exemplo ao nível da atuação das redes (ex. Beaumont & Dredge, 2010; Eagles, 2009), dos eventos (ex. Dredge & Whitford, 2011), da participação e capacitação da comunidade (ex. Caffyn & Jobbins, 2003; Cole, 2006) ou do contexto político (ex. Bramwell, 2011; Hall, 2011<sub>b</sub>), enquanto outros apresentam abordagens de âmbito sistémico, analisando os destinos enquanto unidades organizacionais de planeamento e gestão que enfrentam múltiplos desafios (ex. Angella, Carlo & Sainaghi, 2010; Baggio, Scott & Cooper, 2010; Trousdale, 1999; Zahra, 2011). No âmbito dos estudos que focam

---

**Capítulo 1 | Introdução**

as recomendações apresentadas pelas organizações internacionais para ter influência na governança para o turismo sustentável destacam-se os trabalhos de Dinica (2006, 2009 e 2013), Shipley & Kovacs (2008) e Torres-Delgado & Palomeque (2012).

Considerando que, por um lado, em termos teórico-conceptuais a governança é um conceito que envolve múltiplas práticas que permitem alcançar de forma mais eficaz as metas e objetivos do turismo sustentável e, por outro, que os estudos que abordam as dinâmicas associadas ao turismo sustentável nos destinos à luz da governança ainda são relativamente poucos, considerou-se oportuno dar um contributo para este domínio do conhecimento através desta tese. A opção pelo tema e objetivos de investigação, apresentados na secção seguinte, surge num espaço de convergência de algumas sugestões de investigação apresentadas nos estudos realizados pelos autores anteriormente referidos, como também por outros autores que foram tidos em conta nesta tese, nomeadamente Bramwell & Lane (2011), Hall (2011<sub>a</sub> e 2011<sub>b</sub>), Laws, Agrusa, Scott & Richins (2011), Richins, Agrusa, Scott & Laws (2011<sub>a</sub>, 2011<sub>b</sub> e 2011<sub>c</sub>) e Scott, Laws, Agrusa & Richins (2011).

## **1.2. Objetivos da investigação**

O principal objetivo desta tese é analisar como é que a governança dos destinos turísticos pode contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável, à luz das recomendações das organizações internacionais e da literatura científica. O turismo sustentável é abordado de forma holística, não privilegiando uma abordagem individual sobre qualquer uma das suas dimensões tradicionais (económica, social e ambiental).

Para concretizar este objetivo geral, foram definidos objetivos mais específicos, que se traduzem da seguinte forma:

- i)* Identificar contextos de investigação que têm sido desenvolvidos para analisar a governança e o turismo sustentável nos destinos.
- ii)* Identificar recomendações internacionais feitas às entidades gestoras de destinos turísticos para desenvolverem um sistema de governança que favoreça a aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

## **Capítulo 1 | Introdução**

*iii)* Identificar em que medida as entidades regionais de turismo a operar no espaço da União Europeia têm incluído as recomendações nos seus planos, abrangendo o caso particular das entidades regionais de turismo de Portugal.

*iv)* Identificar em que medida os organismos públicos, com competência no desenvolvimento do turismo no destino Alentejo, têm utilizado as suas páginas oficiais da internet para divulgar informação sobre turismo sustentável, que contribua para uma maior capacitação dos agentes do destino.

*v)* Identificar quais são as perceções que os agentes do destino Alentejo têm quanto às premissas que são necessárias atender num modelo de governança que facilite o desenvolvimento do turismo sustentável do destino.

A secção seguinte apresenta um resumo do paradigma de pesquisa adotado para responder aos objetivos enunciados.

### **1.3. Paradigma da investigação**

No âmbito da literatura em turismo são vários os autores que apelam à necessidade dos investigadores apresentarem o paradigma que está subjacente à sua pesquisa (ex. Finn, Elliott-White & Walton, 2000; Jennings, 2010; Philimore & Goodson, 2004; Veal, 2006). Não obstante, Jennings (2010) salvaguarda que “o investigador não necessita de indicar expressamente o paradigma que está subjacente ao seu estudo. Contudo [o paradigma] deve estar implicitamente refletido na estrutura, implementação e divulgação de todo o processo de pesquisa” (p. 35). Considerando que há autores que aludem à subjetividade e a incongruências na abordagem aos termos teorias, modelos, conceitos, métodos, paradigmas ou epistemologia (ex. Philimore & Goodson, 2004; Smith & Lee, 2010, citados em Pearce & Butler, 2010), nesta tese a descrição do paradigma de investigação é feita, essencialmente, com base nas considerações e orientações sugeridas por Jennings (2010). Deste modo, os termos e significados utilizados nesta tese são os seguintes: paradigma, enquanto conjunto de crenças para observar como o mundo funciona; ontologia, enquanto princípio que questiona qual é a natureza da realidade a estudar; epistemologia, enquanto princípio que questiona qual é a relação entre investigador e sujeitos ou objetos de estudo; axiologia, enquanto conjunto de valores, ética e prática ética associada ao estudo; metodologia enquanto conjunto de diretrizes para realizar o estudo; e método, enquanto

**Capítulo 1 | Introdução**

conjunto de instrumentos de recolha de dados/material empírico e de análise/interpretação utilizados para obter informação e construir conhecimento sobre a realidade (Jennings, 2010). Para a autora, uma só área em turismo pode ser estudado sob o prisma de diferentes paradigmas, embora cada um tenha a sua especificidade no que diz respeito à dimensão ontológica, epistemológica, axiológica e metodológica.

Neste contexto reflexivo, nesta tese o pós-positivismo é o paradigma dominante. Segundo Jennings (2010), o pós-positivismo emerge do paradigma positivista, que “apresenta uma visão do mundo guiada por regras científicas que explicam o comportamento do fenómeno através de relações de causalidade” (p. 36). As críticas ao paradigma positivista, assentes na universalidade da verdade e na apropriação de métodos científicos associados aos objetos inanimados para analisar o ser humano, derem origem ao surgimento do pós-positivismo.

***i) Dimensões ontológica, epistemológica e axiológica***

Em termos ontológicos, o pós-positivismo reconhece que a verdade do mundo, ao invés de ser baseada em leis e verdades universais, é falível devido às circunstâncias sociais e históricas e, por isso, pode ser entendida de forma não probabilística (Jennings, 2005 e 2010). O paradigma pós-positivista, tal como o positivista, também defende uma posição epistemológica objetiva que garanta a verdade e validade do conhecimento científico - objetividade e interpretações isentas de valores - recorrendo a procedimentos estatísticos que possam ser representativos e replicados por terceiros (Decrop, 2004; Finn *et al.*, 2000), mas reconhecendo que a relação do investigador com os assuntos ou objetos a estudar pode ser parcial e influenciar a análise ou os resultados (Jennings, 2005 e 2010). No âmbito da dimensão axiológica, o conhecimento proposicional, que propõe ou declara factos ou realidades, é intrinsecamente valorizado, tal como o processo de construção de conhecimento também é um fim a prosseguir (Jennings, 2010). Neste prisma axiológico pós-positivista, procura-se garantir que os valores do investigador sejam extrínsecos ao processo de pesquisa (Jennings, 2005 e 2010).

A imparcialidade na interpretação dos dados depende de alguns fatores, tais como por exemplo antecedentes profissionais e contexto histórico-cultural em que o investigador se insere (Creswell, 2007). Na secção seguinte, quando se justifica de forma mais detalhada a escolha da Região Alentejo para o estudo empírico, a doutoranda assume uma *relação*

**Capítulo 1 | Introdução**

próxima e antiga com o território e seus agentes turísticos, facto que não a deixou absolutamente indiferente quanto à forma como concebeu e orientou a sua investigação, ainda que tenha zelado para que todo o procedimento metodológico fosse planeado de forma objetiva e imparcial, e concretizado de acordo com os parâmetros metodológicos tidos como válidos e oportunos. É neste contexto ontológico (de percepção da realidade), epistemológico (de relação entre a doutoranda e a realidade em análise), e axiológico (de valores e ética associados à análise), que o estudo empírico desta tese foi planeado e desenvolvido.

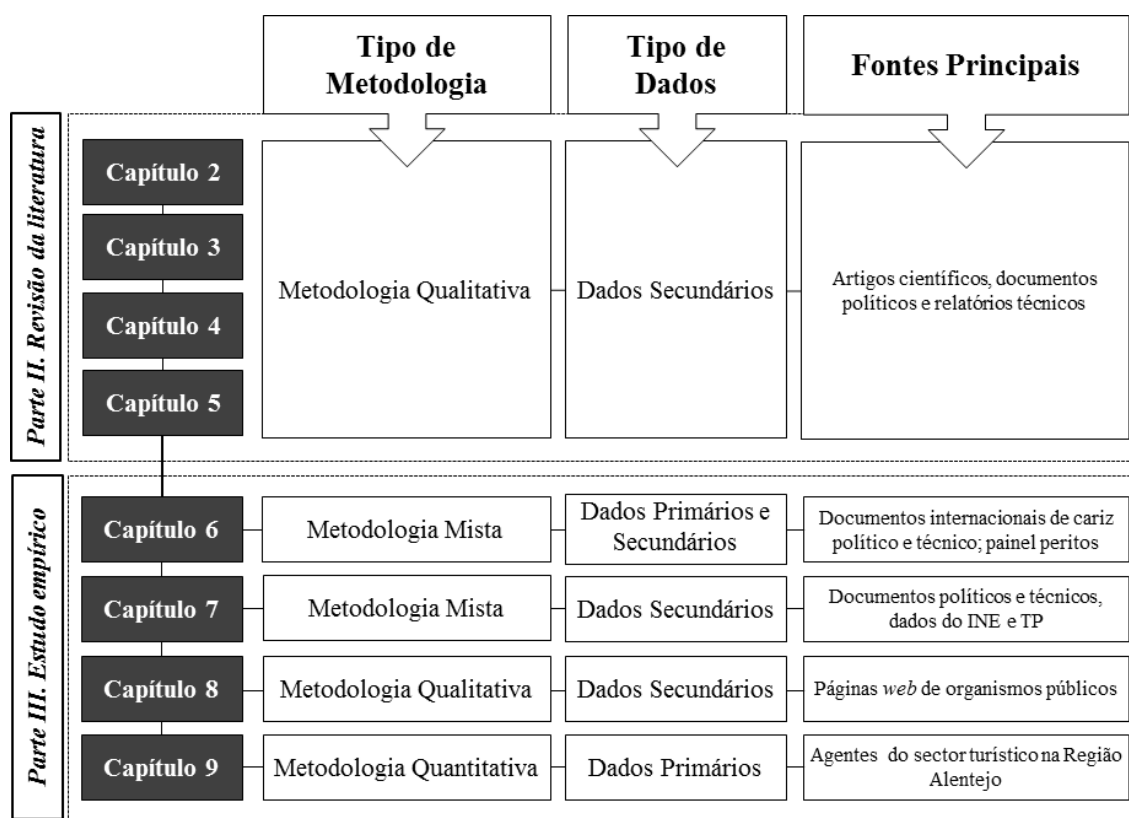
***ii) Dimensão metodológica***

À medida que a realidade a estudar se torna mais complexa e assume ritmos de mudança que a ciência dificilmente consegue acompanhar para ajudar a compreender a realidade e a intervir sobre ela, também a abordagem metodológica dos estudos empíricos se torna mais versátil face ao uso de diferentes soluções para melhor investigar uma dada realidade social.

Em termos metodológicos os investigadores que baseiam o paradigma da sua investigação no pós-positivismo continuam a dar preferência aos métodos quantitativos, tal como no positivismo, mas também recorrem aos métodos qualitativos, observando-se, neste contexto, uma crescente utilização de métodos mistos (Jennings, 2010). Neste pressuposto, e considerando que a revisão da literatura desenvolvida nos primeiros capítulos desta tese evidenciou um défice de investigação teórica e empírica no domínio que cruza os conceitos-chave em estudo, recorreu-se à utilização de métodos mistos, tal como sugerido por Bryman (2008 e 2012), Gray (2014) e Jennings (2010). Segundo Gray (2014) os métodos mistos “não oferecem o melhor de dois mundos, mas antes inserem-se no pensamento positivista porque raramente refletem uma visão construtivista ou subjetivista do mundo; o pensamento é planeado previamente, o projeto é colocado em prática e os protocolos são cumpridos” (p. 200). E, tal como o paradigma positivista, também o pós-positivismo adota uma abordagem dedutiva. Gray (2014) considera que, no cenário descrito, é inoportuno optar exclusivamente por uma análise quantitativa (ex. baseada apenas num questionário estruturado), uma vez que os constructos a serem medidos são ainda desconhecidos ou pouco estudados na atual perspetiva em estudo. Ainda que nos estudos em turismo a abordagem quantitativa seja privilegiada face à qualitativa (Jennings,

**Capítulo 1 | Introdução**

2010), nesta tese considerou-se imprescindível conciliar de forma interdependente o uso das duas, tendo em conta o seu propósito e valor individual. Deste modo, a abordagem qualitativa, desenvolvida nos Capítulos 6 a 8, foi utilizada com o objetivo de clarificar conceitos, explorar e identificar variáveis a eles associados de modo a que permitisse concretizar a abordagem quantitativa, numa fase seguinte, tal como apresentada no Capítulo 9. De modo a facilitar a apresentação das diferentes opções metodológicas desenvolvidas ao longo da tese, na Figura 1.1 apresenta-se um esquema resumo, no qual se identifica, por capítulo, o tipo de metodologia, de dados e de fontes que foram utilizados.



**Figura 1.1.**  
Estrutura metodológica da tese

A revisão da literatura desenvolvida entre os Capítulos 2 a 5 suportou-se numa análise qualitativa de dados secundários, provenientes de diferentes tipos de fontes. Para além dos artigos científicos, particularmente analisados de forma sistemática no Capítulo 2, o tema em investigação também impeliu para a recolha de dados secundários com origem em documentação oficial e relatórios técnicos de organizações internacionais. Esta abordagem permitiu começar a desenvolver o quadro conceptual e clarificar conceitos e variáveis

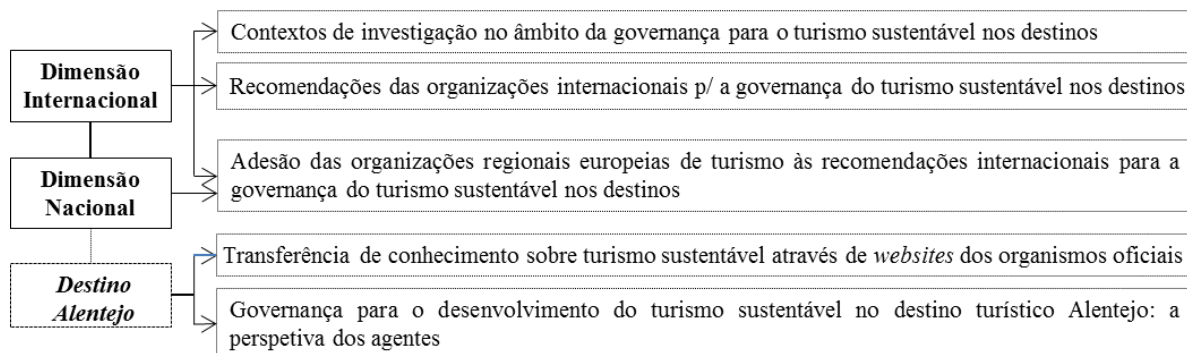
**Capítulo 1 | Introdução**

importantes para o desenvolvimento do estudo empírico, assim como definir o respetivo quadro metodológico, com base nas sugestões feitas em estudos de características semelhantes.

O estudo empírico foi concretizado em quatro fases, cada uma refletida num capítulo da Parte III da tese. A primeira, integrada no Capítulo 6, reporta-se a uma dimensão de observação do panorama internacional. Através desta abordagem procurou-se analisar os documentos que as organizações internacionais apresentam para promover o turismo sustentável, identificar as recomendações a considerar numa abordagem baseada num modelo de governança dum destino turístico e, também, aferir o nível de adesão dos destinos turísticos europeus às recomendações contidas nos documentos. Optou-se numa primeira etapa por utilizar uma metodologia qualitativa, baseada em Bardin (1977 e 2014), com o objetivo de analisar os documentos internacionais, validados por um painel de peritos, e por uma metodologia quantitativa no âmbito da inquirição dirigida aos organismos europeus que gerem destinos a nível regional. No Capítulo 7 também se utilizou uma abordagem qualitativa, de análise bibliográfica, para analisar os documentos de cariz político e técnico que permitiram caracterizar a Região Alentejo, assim como uma abordagem quantitativa para analisar frequências, rácios e taxas de crescimento associadas aos dados estatísticos oficiais. Na terceira fase, apresentada no Capítulo 8, foi utilizada uma abordagem qualitativa, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo sugerida por Altinay & Paraskevas (2008), desenvolvida em duas etapas – análise conceptual e análise relacional, com o objetivo de analisar o conteúdo das páginas das entidades oficiais com influência no desenvolvimento do turismo na Região Alentejo. Na última etapa, que corresponde ao Capítulo 9, foi utilizada uma metodologia quantitativa para recolher dados primários sobre as perceções dos agentes turísticos quanto a um contexto desejável em que se pode implementar um sistema de governança, que facilite o desenvolvimento do turismo sustentável no destino Região Alentejo. Na Figura 1.2 apresenta-se, de forma esquematizada, a dimensão internacional e nacional/regional da abordagem às temáticas da governança e do turismo sustentável nos destinos turísticos.



**Capítulo 1 | Introdução**



**Figura 1.2.**

Dimensão internacional, nacional e regional da abordagem da tese à temática da governança e do turismo sustentável nos destinos turísticos

Seguidamente apresentam-se os argumentos que estiveram na base da escolha do destino turístico regional Alentejo para desenvolver a abordagem empírica na sua dimensão nacional.

#### **1.4. Justificação da escolha do destino turístico Alentejo**

Alguns autores apontam para a pertinência de desenvolver mais estudos relacionados com o turismo sustentável focados em escalas de intervenção inferiores ao nível nacional. A propósito, o Parlamento Europeu defende que, devido à diversidade de critérios e contextos existentes ao nível dos vários países da União Europeia para definir o conceito de região, “a abordagem territorial para a elaboração das políticas ao nível das NUT II é o nível ideal para concentrar a política para o turismo sustentável” (European Parliament, 2002, p. 41). Paralelamente, a definição clara da escala geográfica de intervenção da governança também é tida como um requisito importante (Hall, 2008; Chhotray & Stoker, 2009). Com base nestes argumentos, a partir do Capítulo 7 a investigação empírica foi dirigida para o território da Região Alentejo NUT II, à qual corresponde o destino turístico regional Alentejo. Existindo outros destinos turísticos de âmbito regional em Portugal, apresentam-se de seguida os argumentos subjacentes à escolha da Região Alentejo.

Um primeiro motivo que norteou a escolha desta Região relaciona-se com as dinâmicas de trabalho em parceria que nos últimos anos a Entidade Regional de Turismo do Alentejo tem fomentado juntos dos diferentes agentes regionais, incluindo os atores do sistema de ensino e investigação, incentivando-os a participar de forma mais ativa no processo de

## **Capítulo 1 | Introdução**

desenvolvimento do destino regional, tal como se tem tornado gradualmente visível através de diferentes iniciativas e projetos desenvolvidos (ex. Observatório Regional de Turismo do Alentejo). De acordo com a pesquisa efetuada, também não se identificou nenhum estudo científico realizado com o presente enfoque territorial e temático. Dado que muito recentemente a Entidade Regional de Turismo começou a dar os primeiros passos num processo de certificação do destino, no entender da doutoranda criou-se um ambiente mais propício para estudar este tema. Outro motivo que norteou esta escolha para desenvolver o estudo empírico, foi o facto de a candidata desenvolver a sua atividade profissional na Região e, por isso, pretender conhecer melhor a realidade da mesma nas dimensões estudadas. O facto de a candidata residir no centro deste território e de manter há alguns anos relações profissionais com agentes do sector são motivos acrescidos que se consideraram, inicialmente, como fatores facilitadores para a recolha dos dados primários nesta área geográfica. É neste contexto de argumentos que se considera que o Alentejo constitui um caso privilegiado para concretizar a validação do modelo desenvolvido.

### **1.5. Estrutura da tese**

A presente tese está organizada em quatro partes, estruturadas num total de dez capítulos. A primeira parte - *Introdução* - é de cariz introdutório e consubstancia-se unicamente no presente capítulo, no qual se apresenta a relevância do tema, os objetivos e o paradigma de investigação e, também, os motivos que justificam a escolha do destino Alentejo para o estudo empírico.

Na segunda parte - *Revisão da Literatura* - incluem-se os Capítulos 2, 3, 4 e 5 que resultam da revisão bibliográfica. No Capítulo 2 é desenvolvida uma análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável nos destinos, com o objetivo de apresentar o panorama geral sobre a quantidade e diversidade de abordagens que a literatura científica tem dado ao tema. Os resultados obtidos permitiram planear a investigação nas fases seguintes, em termos mais específicos, uma vez que a governança é considerada um conceito multidimensional, ao qual se podem associar múltiplas possibilidades de abordagens. No Capítulo 3 é apresentado o contexto institucional em que surge o modelo de desenvolvimento sustentável a nível mundial e, por acréscimo, a mesma abordagem é feita para contextualizar o surgimento do modelo de turismo sustentável. O objetivo é

## **Capítulo 1 | Introdução**

aferir como é que este último modelo, que deriva do primeiro, é fomentado através de iniciativas promovidas pelos organismos internacionais, aos quais Portugal está vinculado por relações institucionais formalmente estabelecidas. O Capítulo 4 versa sobre conceitos e requisitos-chave de governança, na perspetiva da governança pública e da sua potencialidade para operacionalizar formas de coordenação social eficazes, que facilitem o alcance dos resultados sociais, económicos, entre outros, considerados importantes pelas instituições de governança. O Capítulo 5 focaliza-se no contexto em que um sistema de governança para os destinos turísticos regionais deve ser desenvolvido, de modo a fomentar o turismo sustentável. O objetivo deste capítulo é apresentar um conjunto de fatores facilitadores que, de acordo com a revisão da literatura, são importantes para o planeamento e gestão de um destino turístico a nível regional.

A terceira parte - *Estudo Empírico* - integra quatro capítulos, cuja organização se distancia um pouco do formato *tradicional*, já que não se apresenta logo de início um capítulo que descreva o planeamento e desenvolvimento de todo o contexto metodológico. A razão por esta opção assenta no facto do estudo empírico desta tese assentar em diversos objetivos de investigação que, devido às suas características metodológicas e formato dos resultados obtidos, tornavam mais difícil a sua compreensão se fossem apresentados num único capítulo. Deste modo, no Capítulo 6 apresenta-se o contexto metodológico em que se desenvolveu o estudo sobre recomendações internacionais para a governança dos destinos turísticos sustentáveis, assim como a análise e discussão dos resultados alcançados. No Capítulo 7 apresenta-se a caracterização da Região Alentejo NUT II, detalhada ao nível das NUT III sempre que possível, em termos da dimensão do território e ambiente, atividades económicas, demografia e atividade turística e, também, ao nível das organizações que têm competências para influenciar o desenvolvimento do turismo no território. O objetivo é identificar algumas características próprias do destino que devem ser consideradas no debate sobre um modelo de governança pública para o desenvolvimento sustentável do turismo. No Capítulo 8 apresenta-se o contexto metodológico em que se desenvolveu o estudo sobre a análise das páginas oficiais dos organismos oficiais com responsabilidades, diretas e indiretas, no desenvolvimento do turismo a nível da Região Alentejo NUT II, assim como a análise e discussão dos resultados obtidos. No Capítulo 9 apresenta-se o contexto metodológico em que se desenvolveu o estudo sobre a governança pública para o

**Capítulo 1 | Introdução**

turismo sustentável no destino turístico Alentejo, assim como a análise e discussão dos resultados alcançados.

Na quarta e última parte – *Conclusões* - apresentam-se as principais conclusões e implicações dos resultados obtidos com referência às questões de investigação colocadas. Reflete, ainda, sobre a importância dos resultados para a teoria e, em termos práticos, para o destino analisado. Conclui-se fazendo referência às limitações subjacentes a este estudo e apresentando sugestões para investigações futuras.

***Capítulo 1 | Introdução***

## Capítulo 2

# Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável

---

### 2.1. Introdução

O planeamento da pesquisa científica, em qualquer domínio, deve ter como objetivo apresentar o estado da arte sobre o mesmo, pelo que identificar contextos de investigação semelhantes ou complementares já concretizados é uma vantagem para qualquer investigador e, em última análise, para o avanço científico nesse domínio (Bryman, 2012). O processo de construção do conhecimento é contínuo e o método científico facilita o contexto em que se desenvolve a investigação científica, evitando que se repitam abordagens sobre o mesmo tema desnecessariamente (Bryman, 2012). Se o investigador tiver como referência os contextos metodológicos desenvolvidos, as conclusões, limitações e sugestões apresentadas por diferentes autores, as opções metodológicas para uma nova etapa de investigação tornam-se mais claras e apropriadas. Deste modo, e com base numa abordagem retrospectiva, o presente capítulo tem como principal objetivo identificar e examinar o contexto em que foram desenvolvidos estudos científicos sobre governança e turismo sustentável. Para obter os resultados pretendidos, na primeira secção do capítulo é apresentada uma revisão sistemática da literatura baseada em procedimentos objetivos e transparentes que foram previamente definidos, tal como refere Bryman (2012). Na última secção do capítulo é desenvolvida uma revisão tradicional da literatura, designada por Bryman (2012) como “revisão narrativa” (p. 102).

Mais se refere que parte do conteúdo deste capítulo está publicado na revista *European Journal of Tourism Research*, em 2014, sob o título *Governance for sustainable tourism: A review and directions for future research* (Borges, Eusébio & Carvalho, 2014). A investigação que deu origem ao artigo foi apresentada na 4<sup>th</sup> *Asia-Euro Conference 2012 - Tourism, Hospitality & Gastronomy on The Way Forward: Exploring Multidisciplinary Approaches*, realizada na Malásia em 2012 e organizada em parceria entre a *Taylor’s University* e a *Université de Toulouse Le Mirail*.

**2.2. Metodologia****2.2.1. Recolha dos dados**

Para recolher os dados secundários necessários planeou-se uma pesquisa na Scopus por ser considerada a maior base de dados mundial em termos de referência a fontes científicas e por disponibilizar ferramentas de planeamento e gestão que facilitam a manipulação das mesmas (Scopus, 2012). Além disso, também é referenciada em artigos científicos de revisão da literatura em turismo, como é o caso de Hall (2011<sub>a</sub>) e de Lima, Eusébio & Varum (2012), como sendo uma base de dados que integra as principais revistas na área do turismo.

A primeira etapa de identificação dos dados secundários - artigos científicos - baseou-se nos pressupostos metodológicos apresentados na Tabela 2.1, condicionados para o domínio das Ciências Sociais & Humanidades e apenas para artigos científicos, excluindo-se outro tipo de fontes (ex. relatórios, revisão de livros).

**Tabela 2.1.**  
Orientações de pesquisa para identificar os artigos científicos publicados

Tipo de análise	Período de recolha de dados	Campos de informação	Palavras-chave
Quantitativa	1960-2014	Título, resumo e palavras-chave	Turismo e governança Turismo, governança e sustentabilidade Turismo, governança e sustentável Turismo, governança e (sustentabilidade ou sustentável)

Fonte: Elaboração própria

A recolha dos dados foi feita *online* em Setembro de 2012, aquando da preparação do presente estudo empírico para publicação na revista *European Journal of Tourism Research*, e os mesmos foram revistos em Janeiro de 2015, quando se fez a última revisão do capítulo para apresentação da presente tese de doutoramento.

**2.2.2. Análise dos dados**

A primeira fase da análise consistiu na análise quantitativa simples dos dados obtidos ao longo dos 54 anos no período referido, com base nas palavras-chave identificadas na anterior Tabela 2.1. Apresenta-se a frequência de publicação dos mesmos com base em

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

diversas variáveis e a análise descritiva baseia-se em características que habitualmente são apresentadas em artigos científicos conceptuais de revisão bibliográfica (ex. Bowen & Sparks, 1998; Hall, 2011<sub>a</sub>; Lima, Eusébio & Varum, 2012; Lu & Nepal, 2009; e Rivera & Upchurch, 2008), tal como se esquematiza na Figura 2.1.

Análise Quantitativa	Artigos publicados por ano
	Revistas científicas que publicam os artigos
	Frequência de publicação de artigos, por revista
	Autores dos artigos
	Filiação institucional dos autores dos artigos
	Tipo de artigo
Análise Qualitativa	Âmbito e/ou objetivo
	Método de recolha de dados
	Método de análise de dados
	Tipo de dados utilizados
	Abordagens a conceitos e enfoques temáticos dos estudos

**Figura 2.1.**

Características dos artigos associadas à análise quantitativa e qualitativa dos artigos

Fonte: Baseado em Bowen & Sparks (1998), Hall (2011<sub>a</sub>), Lima, Eusébio & Varum (2012), Lu & Nepal (2009) e Rivera & Upchurch (2008)

Em complemento à análise descritiva dos dados contabilizados, procurou-se fazer uma análise explicativa para cada característica, no sentido de melhor compreender a dimensão e relevância que os dados apresentam para o planeamento de investigações futuras.

A partir do número de artigos obtidos com a conjugação das palavras-chave «turismo, governança e (sustentabilidade ou sustentável)», fez-se uma análise simples do conteúdo de cada um dos resumos para apurar o tipo e nível de detalhe neste domínio cruzado de temas. Depois de identificados os artigos que, efetivamente, tratam com algum detalhe os assuntos referidos, procedeu-se à análise de conteúdo dos mesmos, tendo como referência as características principais indicadas na Figura 2.1.



## **2.3. Resultados**

### **2.3.1. Resultados da análise quantitativa**

Numa abordagem inicial muito abrangente, identificou-se o número de artigos publicados no âmbito das duas grandes temáticas em análise, «governança» e «turismo». De acordo com dados da Scopus, o primeiro artigo publicado sobre «turismo» é de 1953, na área dos *resorts* de saúde e bem-estar e turismo social, e até final de Dezembro de 2014 o valor acumulado é de 29.143 artigos em diversos domínios. Da mesma forma, apurou-se que o primeiro artigo publicado sobre «governança» é de 1957, na área da educação para saúde, e até final de Dezembro de 2014 o valor acumulado é de 47.833 artigos em variadíssimos domínios.

Depois de identificados os dados genéricos de referência, procedeu-se a uma pesquisa mais detalhada. Na primeira etapa fez-se uma análise quantitativa para identificar o número de artigos produzidos por ano, combinando várias palavras-chave (ver Tabela 2.1). Na segunda fez-se uma análise qualitativa sobre o conteúdo dos artigos científicos identificados e considerados mais relevantes para desenvolver esta tese.

#### *i) Número de artigos publicados*

Os resultados anuais obtidos sobre os artigos científicos publicados com as palavras-chave «turismo e governança», «turismo, governança e sustentabilidade», «turismo, governança e sustentável» e «turismo, governança e (sustentabilidade ou sustentável)», no período de referência em análise e para os dois momentos de recolha de dados, apresentam-se com detalhe na Tabela 2.2.

Aquando da atualização das referências para o período entre Outubro de 2012 a Dezembro de 2014, verificou-se que a Scopus reajustou o número de artigos referenciados, com influência nos resultados quantitativos a partir de 2008. Por esta razão, optou-se por apresentar na Tabela 2.2. os valores obtidos nos dois períodos, quanto ao número de artigos publicados, mas sem repetir a análise de conteúdo dos 19 artigos selecionados para a segunda etapa, tal como se tinha feito em Setembro de 2012.

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável****Tabela 2.2.**

Evolução do número de artigos referenciados na Scopus por várias palavras-chave

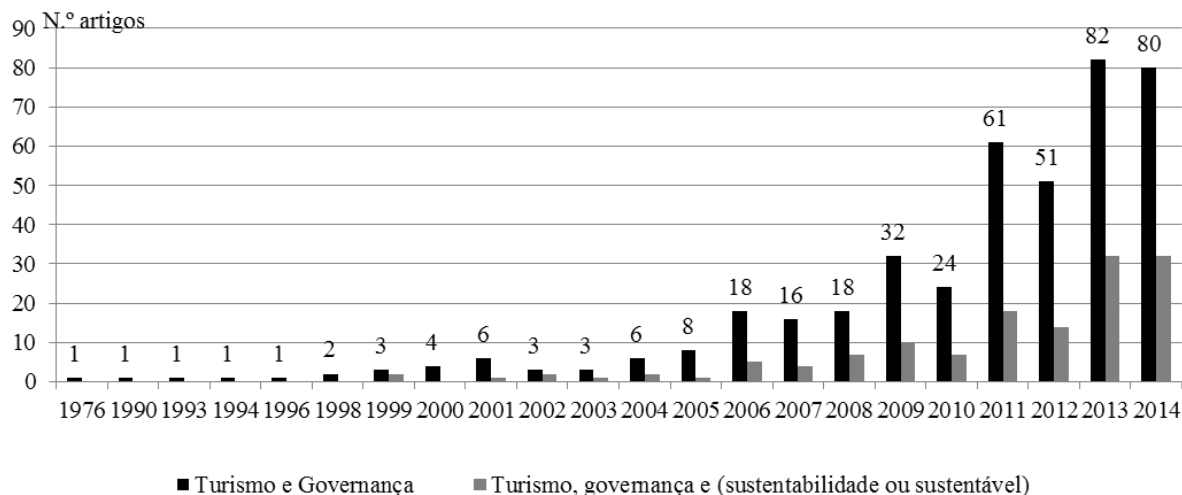
Ano	Códigos de pesquisa								Artigos considerados relevantes para análise de conteúdo
	<i>tourism e governance</i>		<i>tourism, governance e sustainable</i>		<i>tourism, governance e sustainability</i>		<i>tourism, governance e sustainable ou sustainability</i>		
	Set./12	Dez./14	Set./12	Dez./14	Set./12	Dez./14	Set./12	Dez./14	
	Unidade: N.º								
	Set./12	Dez./14	Set./12	Dez./14	Set./12	Dez./14	Set./12	Dez./14	Set./12
1976	1	1	-	-	-	-	-	-	-
1990	1	1	-	-	-	-	-	-	-
1993	1	1	-	-	-	-	-	-	-
1994	1	1	-	-	-	-	-	-	-
1996	1	1	-	-	-	-	-	-	-
1998	2	2	-	-	-	-	-	-	-
1999	3	3	2	2	1	1	2	2	2
2000	4	4	-	-	-	-	-	-	-
2001	6	6	1	1	-	-	1	1	-
2002	3	3	2	2	1	1	2	2	-
2003	3	3	1	1	-	-	1	1	1
2004	6	6	-	-	2	2	2	2	-
2005	9	8	1	1	1	1	1	1	1
2006	18	18	5	5	4	4	5	5	1
2007	16	16	3	3	1	1	4	4	1
2008	16	18	4	4	3	4	6	7	1
2009	32	32	9	9	5	5	10	10	2
2010	22	24	6	6	3	3	7	7	4
2011	56	61	14	16	7	9	16	18	6
2012	20	51	3	10	2	9	5	14	-
2013	-	82	-	24	-	16	-	32	-
2014	-	80	-	22	-	19	-	32	-
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>422</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>75</b>	<b>62</b>	<b>138</b>	<b>19</b>

Nota: Pesquisa efetuada na Scopus em Setembro de 2012 e revista em Janeiro de 2015 para integrar dados do ano de 2014.

Os dados apresentados na Tabela 2.2 permitiram fazer uma análise temporal sobre a regularidade e contexto de publicação dos artigos, revelando alguns dados com interesse. O primeiro artigo no domínio do «turismo» e da «governança» é publicado em 1976 e, desde então, o crescente interesse na publicação de artigos sobre estes temas tem sido moderado e, em alguns anos, chega mesmo a decrescer (ex. 2007, 2008, 2010 e 2012). Em Dezembro de 2014 atinge um valor acumulado de 422 artigos publicados, o qual corresponde a 0,88% do total de 47.833 artigos publicados sobre «governança». Da análise quantitativa dos dados da Tabela 2.2 evidenciam-se, também, as seguintes constatações: o primeiro artigo a relacionar a governança com o turismo é publicado em 1976 na *Annals of Tourism Research* e intitula-se *The tourism policy*; na década de 80 não há registo de publicações nestes domínios; em 1990 a revista *Cities* publica o segundo artigo intitulado *Honolulu*. Na década de 90, marcada pelo início do envolvimento oficial da comunidade internacional no desenvolvimento sustentável, o número de publicações é ainda quase nulo, só registando um ritmo de crescimento mais visível a partir de 2006.

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

Quando às duas temáticas anteriores se agrega uma terceira, traduzida nos termos «sustentável ou sustentabilidade», observa-se que o número de publicações diminuiu, tal como se ilustra na Figura 2.2.



**Figura 2.2.**  
Evolução do número de artigos referenciados na Scopus

Em Setembro de 2012, num total de 221 artigos científicos referenciados para as palavras-chave «turismo e governança», apenas 62 integram a problemática da «sustentabilidade ou sustentável», representando 28% do total. Em Dezembro de 2014, a proporção era um pouco maior. Num total de 422 artigos identificados, 138 relacionavam «turismo, governança e (sustentável ou sustentabilidade)», representando cerca de 32,7% do total. Em apenas dois anos o número de artigos quase que duplicou, o que revela claramente a relevância atual desta temática.

**ii) Fontes dos artigos publicados sobre «turismo, governança e (sustentável ou sustentabilidade)»**

Depois de inserida a informação geral de caracterização dos 138 artigos numa base de dados Excel (ano, autor(es), título e revista), observou-se que há uma evidente propensão para a concentração de publicações destes temas nas mesmas fontes de informação (revistas científicas), num só ano. Uma pesquisa mais detalhada na base de dados da Scopus para o ano de 2011 permitiu observar que 7 dos 18 artigos científicos identificados são publicados num número especial do *Journal of Sustainable Tourism*, intitulado *Tourism governance: Critical perspectives on governance and sustainability*. Em 2012, também se

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

observa que 5 das 14 publicações estão publicadas na mesma fonte, nomeadamente na *Bridging Tourism Theory and Practice* da editora Emerald que, sendo um livro integrado numa série, surge agregado nos resultados para artigos científicos da Scopus. Os restantes 9 artigos repartem-se por 9 revistas científicas. Em 2013, das 32 publicações, 12 estão publicadas no *Journal of Sustainable Tourism*, 4 no *Marine Policy* e as restantes 16 em diferentes revistas científicas. Esta relativa concentração de publicações na mesma fonte entre 2011 e 2013 pode revelar pouca tradição neste debate, monopolização do debate ou um nível reduzido de interesse por parte da comunidade científica em geral. Contudo, em 2014 já se observa que os 32 artigos referenciados estão publicados por diversos jornais científicos, o que pode indiciar uma maior abertura para explorar esta área de conhecimento, quer por parte de diversos investigadores quer dos editores das revistas que acolhem o debate sobre estas temáticas.

Na Tabela 2.3 apresenta-se uma lista com o número total de artigos publicados por revista científica entre 1999 e 2014, no âmbito temático do «turismo, governança e (sustentável ou sustentabilidade)».

**Tabela 2.3.**

Número total de artigos publicados por revista científica, entre 1999-2014

<b>Revista Científica</b>	<b>N.º Total Artigos Publicados</b>
<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	30
<i>Bridging Tourism Theory and Practice</i>	7
<i>Marine Policy</i>	6
<i>Anatolia</i>	3
<i>Journal of Environment and Development</i>	3
<i>Tourism Analysis</i>	3
<i>Revue De Geographie Alpine</i>	3
<i>Sustainability Switzerland</i>	3
<i>Tourism Geographies</i>	3
<i>Tourism Management</i>	3
<i>Boletin De La Asociacion De Geografos Espanoles</i>	2
<i>Annals of Tourism Research</i>	2
<i>Human Organization</i>	2
<i>Journal of Policy Research in Tourism Leisure and Events</i>	2
<i>Tourism</i>	2
<i>Tourism Planning and Development</i>	2
<i>Tourism Review</i>	2
Outras 60 revistas	1
<b>Total de artigos</b>	<b>138</b>

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

A *Journal of Sustainable Tourism*, para além de ser a revista que apresenta maior concentração de publicações nos anos de 2011 (publica 7 artigos), 2013 (publica 12 artigos) e 2014 (publica 4 artigos), como se referiu anteriormente, também é a que apresenta o maior número total de artigos publicados sobre «turismo, governança e (sustentabilidade ou sustentável)» no período em análise. Sendo este valor referente a 30 artigos, e o de cada uma das restantes revistas muito inferior (7 publicações ou menos), os dados sugerem que o debate está muito concentrado numa só revista especialista em assuntos do turismo sustentável, monopolizando o debate. As outras duas fontes que publicam um número maior de artigos são a *Bridging Tourism Theory and Practice* (publica 5 artigos em 2012 e 2 em 2014) e a *Marine Policy* (publica 4 artigos em 2013 e 2 artigos em 2014). Os dados também evidenciam que o assunto do desenvolvimento sustentável do turismo e da governança têm grande afinidade de debate entre si. Esta concentração de publicação de artigos na mesma fonte também pode evidenciar a pouca importância ou interesse que as outras revistas dão às matérias em estudo. Contudo, deve-se salientar que a *Journal of Sustainable Tourism* é uma das mais conceituadas revistas da área do turismo, com 2.392 no Fator de Impacto em 2013, assim como a *Marine Policy*, que no mesmo ano regista 2.621 no Fator de Impacto.

**iii) Autores dos artigos publicados e sua filiação**

No que diz respeito à frequência de publicações por autor e sua filiação, na Tabela 2.4 destacam-se os que têm dois ou mais artigos publicados nas áreas em análise. Como se pode observar, apenas os três primeiros autores indicados têm três artigos publicados. Os restantes têm dois artigos e, muitos deles, em coautoria.

**Tabela 2.4.**  
Frequência de publicações por autor e sua filiação

N.º	Autor	Filiação	País
3	Dredge, D.	Southern Cross University	Austrália
3	Dinica, V.	University of Twente	Holanda
3	Slocum, S.L.	Utah State University (2013), George Mason University (2014), University of Bedfordshire (2011)	EUA (2013 e 2014), Reino Unido (2011)
2	Coles, T.	University of Exeter Business School	Reino Unido
2	Assenov, I.	Prince of Songkla University	Tailândia
2	Hall, C.M.	University of Otago (1999); University of Canterbury, Freiburg Institute of Advanced Studies, University of Oulu University of Johannesburg (2013)	Nova Zelândia (1999); Nova Zelândia, Alemanha, Finlândia e África do Sul (2013)
2	Fenclova, E.	University of Exeter Business School	Reino Unido
2	Jamal, T.	Texas A & M University	USA
2	Everett, S.	Anglia Ruskin University	Reino Unido
2	Beaumont, N.	University of Southern Queensland	Austrália
2	Martin, S.A.	Prince of Songkla University	Tailândia
2	Mazon, A.I.M.	University of Rey Juan Carlos	Espanha
2	Moraleda, L.F.	University of Rey Juan Carlos	Espanha
2	Paskaleva, K.	Herbert Simon Institute	Reino Unido
2	Ruhanen, L.	University of Queensland	Austrália
2	Saarinen, J.	University of Oulu e University of Johannesburg	Finlândia e África do Sul
2	Scherrer, P.	Murdoch University	Austrália

Fonte: Baseado nos autores citados

Salienta-se, também, que na pesquisa se identificaram dois autores portugueses da Universidade do Minho, Fernando Fonseca e Rui Ramos (Fonseca & Ramos, 2012), que publicam na *Tourism Geographies* o artigo *Heritage Tourism in Peripheral Areas: Development Strategies and Constraints*, cujo trabalho empírico é sobre o município de Almeida.

### 2.3.2. Resultados da análise qualitativa

Concluída a primeira fase, nesta segunda etapa decorreu a análise qualitativa dos artigos identificados. A partir do total de 62 artigos referenciados na data de Setembro de 2012, fez-se uma análise simples do conteúdo de cada um dos resumos para apurar o tipo de abordagem associada às três áreas em análise. Apesar de todos os artigos fazerem referência aos termos procurados, verificou-se na sua leitura que, em 43 artigos, os conceitos estão superficial e circunstancialmente integrados na retórica de enquadramento, sem serem posteriormente objeto de análise mais aprofundada ao longo do artigo. Também se verificou que a palavra-chave «governança», associada a alguns casos, não aparece referenciada em qualquer um dos três campos de informação utilizados, mas sim através do índice de assuntos GeoBase automaticamente associado à Scopus e, por conseguinte,

inflacionando os resultados da pesquisa e integrando casos sem interesse relevante para a análise. Por estas razões, foram rejeitados da análise de conteúdo 43 artigos do total de 62 identificados pela Scopus.

***i) Seleção dos artigos para análise de conteúdo***

Na última coluna da Tabela 2.2 identifica-se o número de artigos que por ano foram selecionados para a análise de conteúdo, num total de 19, com o objetivo de se fazer uma síntese sobre diversos tópicos considerados importantes neste estudo para abordar e analisar a governança e do desenvolvimento do turismo sustentável. Na Tabela 2.5 apresenta-se a lista dos artigos que foram objeto de análise de conteúdo.

**Tabela 2.5.**

Lista dos 19 artigos abrangidos na análise de conteúdo (por ordem cronológica)

- 
1. Hall, C.M. (1999). Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3-4), 274-289.
  2. Trousdale, W.J. (1999). Governance in context - Boracay Island, Philippines. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 840-867.
  3. Caffyn, A., & Jobbins, G. (2003). Governance capacity and stakeholder interactions in the development and management of coastal tourism: Examples from Morocco and Tunisia. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2-3), 224-245
  4. Vernon, J., Essex, S., Pinder, D., & Curry, K. (2005). Collaborative policymaking: Local sustainable projects. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 325-345.
  5. Dinica, V. (2006). Policy measures and governance for sustainable tourism and recreation in the Netherlands - An evaluation. *Tourism*, 54(3), 245-258.
  6. Lansing, P., & Vries, P.D. (2007). Sustainable tourism: Ethical alternative or marketing ploy? *Journal of Business Ethics*, 72, 77-85.
  7. Shipley, R., & Kovacs, J.F. (2008). Good governance principles for the cultural heritage sector: Lessons from international experience. *Corporate Governance*, 8(2), 214-228
  8. Dinica, V. (2009). Governance for sustainable tourism: A comparison of international and Dutch visions. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(5), 583-603.
  9. Plummer, R., & Fennell, D.A. (2009). Managing protected areas for sustainable tourism: Prospects for adaptive co-management. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 149-168.
  10. Bramwell, B., & Lane, B. (2010<sub>a</sub>). Sustainable tourism and the evolving roles of government planning. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 1-5.
  11. Beaumont, N., & Dredge, D. (2010). Local tourism governance: A comparison of three network approaches. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 7-28.
  12. Moore, S.A., & Rodger, K. (2010). Wildlife tourism as a common pool resource issue: enabling conditions for sustainability governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(7), 831-844.
  13. Erkuş-Öztürk, H., & Eraydin, A. (2010<sub>a</sub>). Environmental governance for sustainable tourism development: Collaborative networks and organisation building in the Antalya tourism region. *Tourism Management*, 31(1), 113-124.
  14. Dredge, D., & Whitford, M. (2011). Event tourism governance and the public sphere. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 479-499.
  15. Sofield, T., & Li, S. (2011). Tourism governance and sustainable national development in China: A macro-level synthesis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 501-534.
  16. Zahra, A.L. (2011). Rethinking regional tourism governance: The principle of subsidiarity. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 535-552.
  17. Higgins-Desbiolles, F. (2011). Death by a thousand cuts: Governance and environmental trade-offs in ecotourism development at kangaroo Island, South Australia. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 553-570.
  18. Jamal, T., & Watt, E.M. (2011). Climate change pedagogy and performative action: Toward community-based destination governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 571-588.
  19. Hall, C.M. (2011<sub>a</sub>). Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: From first- and second-order to third-order change? *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 649-671.
- 

Fonte: Borges, Eusébio & Carvalho (2014)

Os tópicos identificados e explorados estão relacionados com conceitos, dimensões, escalas e metodologias de investigação utilizados pelos autores desses 19 artigos.

**ii) Caracterização dos artigos sujeitos à análise de conteúdo**

Relativamente a cada um dos 19 artigos selecionados, na Tabela 2.6 apresenta-se uma síntese informativa sobre alguns aspetos que permitem a sua caracterização genérica.



**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

**Tabela 2.6.**

Caracterização genérica dos 19 artigos sobre governança e turismo sustentável sujeitos à análise de conteúdo

<b>Autor(es)</b>	<b>Título do Artigo / Âmbito</b>	<b>Revista</b>	<b>Tipo</b>	<b>Fontes/Método Recolha Dados</b>	<b>Métodos Análise Dados</b>
Hall (1999)	Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective.	JST	T	Não aplicável	Não aplicável
Trousdale (1999)	Governance in context - Boracay Island, Philippines	ATR	E	Entrevistas (n=60) e <i>workshops</i>	Qualitativa
Caffyn & Jobbins (2003)	Governance capacity and stakeholder interactions in the development and management of coastal tourism: Examples from Morocco and Tunisia	JST	E	Entrevistas semi-estruturadas (n=65)	Qualitativa
Vernon, Essex, Pinder & Curry (2005)	Collaborative policymaking: Local sustainable projects	ATR	E	Documentos dos projetos	Qualitativa
Dinica (2006)	Policy measures and governance for sustainable tourism and recreation in the Netherlands - An evaluation	Tourism	E	Documentos dos projetos	Qualitativa
Lansing & Vries (2007)	Sustainable tourism: Ethical alternative or marketing ploy?	JBE	T	Não aplicável	Não aplicável
Shipley & Kovacs (2008)	Good governance principles for the cultural heritage sector: Lessons from international experience	CG	E	Documentos internacionais	Qualitativa
Dinica (2009)	Governance for sustainable tourism: A comparison of international and Dutch visions	JST	E	Documentos internacionais e inquérito por questionário (n=92)	Quantitativa (estatísticas descritivas) e qualitativa
Plummer & Fennell (2009)	Managing protected areas for sustainable tourism: Prospects for adaptive co-management	JST	T	Não está explícito	Qualitativa
Bramwell & Lane (2010 <sub>a</sub> )	Sustainable tourism and the evolving roles of government planning	JST	E <sup>(1)</sup>	Não aplicável	Não aplicável
Beaumont & Dredge (2010)	Local tourism governance: A comparison of three network approaches	JST	E	Entrevistas semi-estruturadas (n=4)	Qualitativa
Moore & Rodger (2010)	Wildlife tourism as a common pool resource issue: Enabling conditions for sustainability governance	JST	E	Documentos dos projetos	Qualitativa
Erkuş-Öztürk & Eraydin (2010)	Environmental governance for sustainable tourism development: Collaborative networks and organisation building in the Antalya tourism region	TM	E	Entrevistas (n=335) e questionários	Quantitativa (estatísticas descritivas) e qualitativa
Dredge & Whitford (2011)	Event tourism governance and the public sphere	JST	E	Entrevistas semi-estruturadas (n=20)	Qualitativa
Sofield & Li (2011)	Tourism governance and sustainable national development in China: A macro-level synthesis	JST	T	Não aplicável	Não aplicável
Zahra (2011)	Rethinking regional tourism governance: The principle of subsidiarity	JST	E	Observação não-participante, entrevistas, <i>focus group</i> , questionário <i>on-line</i> (n=125), análise de relatórios	Qualitativa
Higgins-Desbiolles (2011)	Death by a thousand cuts: Governance and environmental trade-offs in ecotourism development at kangaroo Island, South Australia	JST	E	Entrevistas (n=26)	Qualitativa
Jamal & Watt (2011)	Climate change pedagogy and performative action: Toward community-based destination governance.	JST	E	(a)	Qualitativo
Hall, C.M. (2011 <sub>a</sub> )	Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: From first- and second-order to third-order change?	JST	T	Não aplicável	Não aplicável

Legenda quanto à designação da revista: **ATR** - Annals of Tourism Research; **CG** - Corporate Governance; **JBE** - Journal of Business Ethics; **JST** - Journal of Sustainable Tourism; **TM** - Tourism Management; Legenda quanto ao tipo de artigo: **E** - Empírico; **T** - Teórico-conceitual; **E<sup>(1)</sup>** - Editorial (a) Não foi possível identificar

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

A caracterização genérica do conteúdo dos artigos, apresentada na Tabela 2.6., evidencia que o enfoque temático e os métodos utilizados para recolher e analisar os dados são conjugados de forma diversificada e que o paradigma de abordagem à governança e desenvolvimento do turismo sustentável é um campo de investigação abrangente e polifacetado. Neste contexto, a governança tem sido analisada recorrendo maioritariamente a abordagens qualitativas. No que diz respeito aos autores que utilizaram dados primários, secundários ou ambos, na Tabela 2.7 apresenta-se a síntese dos resultados.

**Tabela 2.7.**  
Tipo de dados utilizados

<b>Tipo de dados</b>	<b>Fontes</b>
Dados primários	Erkus-Öztürk & Eraydin (2010)
Dados secundários	Dinica (2006); Hall (1999 e 2011); Higgs-Desbiolles (2011); Jamal & Watt (2011); Moore & Rodger (2010); Sofield & Li (2011); Trousdale (1999); Vernon, Essex, Pinder & Curry (2005)
Dados primários e secundários	Caffyn & Jobbins (2003); Beaumont & Dredge (2010); Dinica (2009); Dredge & Whitford (2011); Higgs-Desbiolles (2011); Zahra (2011)

Fonte: Elaboração própria baseada nos autores indicados

No que diz respeito às áreas geográficas estudadas pelos autores, pode observar-se na Tabela 2.8 que não há significativas diferenças quanto ao número de vezes que foram utilizados os mesmos territórios para análise. Quanto às escalas de análise, há uma maior predominância de estudos com enfoque local, seguido do nacional.

**Tabela 2.8.**  
Escala de governança e território estudados

<b>Autor(es)</b>	<b>Tipo</b>	<b>Escala</b>	<b>Território</b>
Hall (1999)	T	Nacional	Austrália, Canada, EUA e RU
Trousdale (1999)	E	Ilha	Boracay Island [Filipinas]
Caffyn & Jobbins (2003)	E	Local	Zouaraa [Tunísia] e Restinga-Smir [Marrocos]
Vernon, Essex, Pinder & Curry (2005)	E	Local	Cornwall [Caradon District Council – RU]
Dinica (2006)	E	Nacional	Holanda
Shipley & Kovacs (2008)	E	Sectorial	Instituições de património cultural
Dinica (2009)	E	Nacional	Holanda
Beaumont & Dredge (2010)	E	Local	Redland City Council [Brisbane, State of Queensland – Austrália]
Moore & Rodger (2010)	E	Local	Ningaloo Reef [Austrália]
Erkus-Öztürk & Eraydin (2010)	E	Regional	Antalaya [Turquia]
Dredge & Whitford (2011)	E	Sectorial	2009 Australian World Rally Championship
Sofield & Li (2011)	T	Nacional	China
Zahra (2011)	E	Regional	Waikato Region [North Island - Nova Zelândia]
Higgins-Desbiolles (2011)		Local	Kangaroo Island [Austrália]
Jamal & Watt (2011)	E	Local	Mountain Resort of Canmore [Bow Valley, Alberta – Canadá]

Fonte: Elaboração própria baseada nos autores indicados

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

Quanto aos territórios estudados, observou-se que a maior parte se insere em países desenvolvidos. Apenas Trousdale (1999) e Caffyn & Jobbins (2003) analisam espaços no continente africano.

**iii) Abordagens a conceitos e dimensões**

Na análise do conteúdo dos artigos, evidenciou-se o facto dos conceitos de governança utilizados pelos autores assumirem *facetas* diferentes (ex. boa governança, governança corporativa), revelando a sua característica multidimensional. Alguns recorrem a definições apresentadas por instituições governativas nacionais ou internacionais (ex. Shipley & Kovacs, 2008) e outros recorrem a definições que emergiram em contexto académico (ex. Hall, 1999; Trousdale, 1999). Esta situação é recorrente noutros domínios do conhecimento, pelo que existem alguns autores que apresentam estudos sobre a significativa diversidade de conceitos (ex. Grindle, 2007; Weiss, 2000). A este propósito, Kjær (2004) esclarece que uma das razões principais que justifica a diversidade de conceitos é porque emergiram de diversas áreas da ciência política. Um outro dado a salientar da pesquisa é que as dimensões da governança são referenciadas e seleccionadas em função do contexto específico de cada situação (ex. Ruhanen *et al.*, 2010; Beaumont & Dredge, 2010). Por uma questão de organização metodológica, os resultados mais detalhados obtidos nesta abordagem estão incorporados ao longo dos vários capítulos desta tese, além de que, desde a data em que se submeteu o artigo (em Março de 2013), se alargou gradualmente o campo de pesquisa a mais fontes de informação para aprofundar e desenvolver os conceitos, de forma tão completa quanto possível, as referências teóricas necessárias para dar resposta aos objetivos propostos em cada capítulo.

**iv) Identificação de outros artigos científicos com potencial interesse para a investigação**

Paralelamente a esta pesquisa, especificamente dirigida para os domínios da governança e turismo sustentável, ao longo da revisão bibliográfica também foi construída uma lista com outras fontes complementares sobre governança e turismo (Tabela 2.9.), que resultaram do cruzamento de referências entre artigos, com base nos seguintes critérios: (i) ter no título do artigo as palavras-chave «tourism» e «governance» ou suas derivadas; (ii) ter no título do artigo as palavras-chave «tourism» ou «governance» e no resumo estarem referidos os

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

dois conceitos; (iii) ter no título a palavra «governance» e o artigo estar publicado numa das revistas da especialidade em turismo.

**Tabela 2.9.**  
Outros artigos publicados sobre turismo e governança (exemplos)

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Fonte</b>
Greenwood (1993)	<i>Business interest groups in tourism governance</i>	TM
Bramwell & Rawding (1994)	<i>Tourism marketing organizations in industrial cities: Organizations, objectives and urban governance</i>	TM
Palmer (1998)	<i>Evaluating the governance style of marketing groups</i>	ATR
GoËymen (2000)	<i>Tourism and governance in Turkey</i>	ATR
Yuksel, Bramwell & Yuksel (2005)	<i>Centralized and decentralized tourism governance in Turkey</i>	ATR
Su, Wall & Eagles (2007)	<i>Emerging governance approaches for tourism in the Protected Areas of China</i>	EM
Beritelli, Bieger & Laesser (2007)	<i>Destination governance: Using corporate governance theories as a foundation for effective destination management</i>	JTR
Kerimoglu & Çiraci (2008)	<i>Sustainable tourism development and a governance model for Frig Valley</i>	ITU A/Z
Eagles (2009)	<i>Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas</i>	JST
Ruhanen, Scott, Ritchie & Tkaczynski (2010)	<i>Governance: A review and synthesis of the literature</i>	TR
Baggio, Scott & Cooper (2010)	<i>Improving tourism destination governance: A complexity science approach</i>	TR
D'Angella, de Carlo & Sainaghi (2010)	<i>Archetypes of destination governance: A comparison of international destinations</i>	TR
Guillet & Mattila (2010)	<i>A descriptive examination of corporate governance in the hospitality industry</i>	IJHM
Moscardo (2011)	<i>Exploring social representations of tourism planning: issues for governance</i>	JST
Hall (2011)	<i>A typology of governance and its implications for tourism policy analysis</i>	JST
Bramwell (2011)	<i>Governance, the state and sustainable tourism: a political economy approach</i>	JST
Jamal & Watt (2011)	<i>Climate change pedagogy and performative action: Toward community-based destination governance</i>	JST
Gill & Williams (2011)	<i>Rethinking resort growth: Understanding evolving governance strategies in Whistler, British Columbia</i>	JST
Hultman & Hall (2011)	<i>Tourism place-making: Governance of locality in Sweden</i>	ATR
Pechlaner, Raich & Kofink (2011)	<i>Elements of corporate governance in tourism organizations</i>	T/IMJT
Laws, Richins, Agrusa & Scott (2011)	<i>Tourist destination governance: Practice, theory and issues</i>	CABI
Wang & Bramwel (2012)	<i>Heritage protection and tourism development priorities in Hangzhou, China: A political economy and governance perspective</i>	TM
Bramwell & Lane (2012)	<i>Tourism governance: Critical perspectives on governance and sustainability</i>	Routledge
Dinica (2013)	<i>International sustainability agreements: Are they politically influential for tourism governance innovations?</i>	TA
Jordan <i>et al.</i> (2013)	<i>The interplay of governance, power and citizen participation in community tourism planning</i>	JPRTLE
Blasco, Guia & Prats (2014)	<i>Emergence of governance in cross-border destinations</i>	ATR
Hubner, Phong & Chàu (2014)	<i>Good governance and tourism development in protected areas: The case of Phong Nha-Ke Bang National Park, central Vietnam</i>	K
Volgger & Pechlaner (2014)	<i>Requirements for destination management organizations in destination governance: Understanding DMO success</i>	TM
Sharpley & Ussi (2014)	<i>Tourism and Governance in Small Island Developing States (SIDS): The Case of Zanzibar</i>	IJTR

Legenda: ATR - Annals of Tourism Research; EM - Environmental Management; IJHM - International Journal of Hospitality Management; IJTR - International Journal of Tourism Research; JPRTLE - Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events; JST - Journal of Sustainable Tourism; JTR - Journal of Travel Research; K - Koedoe; TA - Tourism Analysis; TM - Tourism Management; TR - Tourism Review; T/IMJT - Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados

#### **2.4. Abordagem transdisciplinar à governança e contributos para o turismo**

A inovação no pensamento crítico reclama por um processo contínuo de análise relativamente a qualquer forma de conhecimento e dos dogmas que lhes estão subjacentes (Liburd & Edwards, 2010, citado em Bramwell & Lane, 2011), pelo que vários investigadores defendem que a abordagem da governança no turismo não deve partir do zero, mas sim dos quadros teóricos já existentes. Bramwell & Lane (2011), Hall (2011<sub>a</sub> e 2011<sub>b</sub>) e Stoker (2009) referem que analisar e compreender as dinâmicas de desenvolvimento turístico sob o prisma da governança (ex. planeamento e definição de políticas) a partir da investigação e reflexões existentes sobre governança noutros domínios disciplinares das ciências sociais e ambientais, é um avanço que pode potenciar o seu próprio estudo no contexto específico do turismo porque os estudos científicos existem em maior quantidade e encontram-se em franca expansão (ex. política, relações internacionais, desenvolvimento, ambiente).

Hall (2011<sub>b</sub>) acautela que nos estudos turísticos a governança “pode não ser totalmente compreendida a não ser que se conheça os seus fundamentos teóricos e contexto” (p. 438). As raízes teóricas da governança nas ciências sociais são diversificadas e, na opinião de Stoker (1998), derivam da Economia Institucional, Relações Internacionais, Estudos Organizacionais, Estudos de Desenvolvimento, Ciência Política, Administração Pública e, também, do trabalho dos teóricos inspirados no legado de pensamento deixado pelo filósofo francês Michel Foucault. Segundo Chhotray & Stoker (2009) a Ciência Política é a área que apresenta mais estudos sobre a governança e a que mais tem contribuído para a construção do seu quadro teórico, especificamente ao nível dos conceitos de meta-governança, Estado enfraquecido e insucesso da governança. Mas, de forma gradual, a governança têm-se associado a diversas disciplinas, como é o caso do turismo, alargando o seu campo de estudo e justificando que se faça uma abordagem sistematizada sobre os contributos que tem dado à ciência. A este propósito, Bevir & Rhodes (2006), Börzel & Risse (2010), Chhotray & Stoker (2009), Goodwin (1998), Hewitt de Alcántara (1998), Kersbergen & Waarden (2004), Kezar & Eckel (2004), Kjaer (2004), Kooiman (1999), Pierre & Peters (2000), Rhodes (1996 e 2007), Ruhanen, Scott, Ritchie & Tkaczynski (2010), Sibeon (2000), Stoker (1998) e Walters (2004) apresentam reflexões sumativas sobre a investigação já feita em diversas áreas disciplinares, de modo a facilitar o

desenvolvimento de posteriores estudos e contribuir para a aproximação de sinergias entre várias disciplinas.

Bramwell & Lane (2011) referenciam, especificamente, a importância dos trabalhos de Kooiman (1993), Rhodes (1996) e Stoker (1998), possivelmente devido ao protagonismo que as suas investigações têm tido nas ciências sociais ao abordar o renovado contexto das inter-relações entre os representantes de poder e os restantes agentes sociais. Desde então as suas reflexões têm dado um significativo contributo para o amadurecimento de reflexões sobre governança em vários domínios, inclusive nos estudos de turismo. Algumas das mais referenciadas definições e modelos destes autores foram consideradas na investigação em turismo (ex. Caffyn & Jobbins, 2003; Hall, 2011<sub>a</sub> e 2011<sub>b</sub>).

Ainda a propósito da abordagem transdisciplinar em análise, Laws *et al.* (2011<sub>a</sub>) refletem de forma mais cética e opinam que a governança, enquanto fenómeno, “é complexa e dinâmica, e os efeitos da sua interação (entre pessoas, ocorrências e interesses) conduzem a uma falta de previsibilidade usando os modelos académicos desenvolvidos e, também, a uma falta de acordo quanto aos conceitos que devem ser incluídos” (p. 204). Scott *et al.* (2011) justificam que o facto de a governança ser complexa tem efeitos imprevisíveis nos estudos do turismo porque lhe é acrescida a dimensão complexa de interação entre os múltiplos atores e entre estes e o seu contexto, que não está refletida nos modelos de investigação científicos existentes e, também, porque não há consenso quanto aos conceitos que devem ser envolvidos. Considerando que Dredge (2006) enfatiza que estratégias de gestão rigorosas de um destino dependem da concertação de diversos fatores (ex. características específicas dos destinos, liderança, ação integrada de todos os atores envolvidos), então torna-se mais fácil compreender porque é que Scott *et al.* (2011) referem que a definição de modelos de governança para os destinos ainda é um dos caminhos por trilhar na investigação em turismo.

#### **2.4.1. Propostas para o estudo da governança no turismo**

Diversos artigos publicados sobre governança e turismo (em geral) e sobre estes conjugados com uma terceira temática (ex. sustentabilidade) apresentam diversos formatos de investigação e diferentes perspetivas críticas. E, à semelhança do que se verifica noutras áreas, os estudos são conduzidos com base na conjugação de conceitos, teorias e modelos

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

de outras disciplinas, que são considerados relevantes pelos investigadores para o contexto específico que pretendem estudar. É o caso, por exemplo, da teoria dos *stakeholders*, dos sistemas, dos jogos ou da complexidade ou abordagem adaptativa. Por este motivo, parte desses artigos questionam, desafiam e re-conceitualizam as abordagens existentes e os seus resultados, com o objetivo de contribuir para o avanço do conhecimento a nível conceptual (Bramwell & Lane, 2011), assim como também defendem algumas abordagens para estudos futuros. No seu conjunto o resultado é um puzzle de enfoques muito heterogéneo, que traduz a complexidade, multidimensionalidade, versatilidade e dinâmica do próprio conceito de governança.

Embora o número de publicações sobre o tema seja ainda relativamente reduzido, os diversos assuntos já estudados neste âmbito são de interesse relevante e transversal para a sociedade, como por exemplo a importância dos interesses e benefícios dos diferentes agentes, forças económicas, poder, organização institucional e processos de governança.

#### **2.4.2. Abordagens de enquadramento**

Observando que Bramwell & Lane (2011) reconhecem que “não há uma única forma de fazer pesquisa em turismo” (p. 414), considera-se que é importante nesta secção apresentar um quadro geral de possíveis abordagens ao tema da governança do turismo e da sustentabilidade, tal como são propostas. Na literatura científica do turismo há autores que identificam e sugerem, de forma concreta, distintos caminhos conceptuais e empíricos a percorrer na investigação sobre governança em turismo, num contexto de intercâmbio multi e transdisciplinar que favoreça o debate científico. É o caso de Bramwell & Lane (2011), Chottray & Stoker (2009), Hall (2008, 2011<sub>a</sub> e 2011<sub>b</sub>), Laws *et al.* (2011<sub>a</sub> e 2011<sub>b</sub>), Richins *et al.* (2011<sub>a</sub> e 2011<sub>c</sub>) ou Scott *et al.* (2008 e 2011).

Num plano concetual, Scott *et al.* (2011) colocam algumas questões de base sobre o papel da governança no desenvolvimento do turismo, nomeadamente “como é que a governança pode ser conceptualizada e estudada para identificar os efeitos que uma mudança de uma estrutura centralizada para uma estrutura de rede tem no desenvolvimento das políticas dos destinos turísticos?” (p. 203). No âmbito desta questão também apresentam duas reflexões possíveis. Por um lado, interrogam se os investigadores devem procurar uma compreensão geral sobre “como é que a abordagem à governança conduz a melhorias na eficiência e



**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

eficácia” (p. 203), mesmo sabendo que a governança é um projeto demasiado complexo para permitir a medição total dos seus resultados ou efeitos. Por outro lado, e em alternativa, reconhecem que todos os sistemas de governo e de colaboração são, em teoria, baseados no reconhecimento da sua eficácia relativa. Laws *et al.* (2011<sub>b</sub>) referem a importância de contestar os múltiplos conceitos que refletem situações complexas e dinâmicas, sobretudo em momentos em que se registam alterações aceleradas de padrões sociais, políticos e económicos que precisam de ser analisadas e explicadas. Scott *et al.* (2011) também sugerem que a abordagem sumativa é útil para discutir a governança, tal como o fizeram Kersbergen & Waarden (2004) ou Rhodes (2007), porque reflete de forma mais objetiva as mudanças na sociedade e no seu funcionamento ao longo do tempo. A título de exemplo, refira-se que Rhodes é um dos autores que em 2007 revisita as suas considerações sobre governança publicadas em 1997 no *Understanding Governance*, para refletir sobre as mudanças ocorridas no estudo da governança durante esses dez anos, assim como para opinar sobre o futuro da investigação neste domínio, no contexto de análise específico do Reino Unido (Rhodes, 2007).

Scott *et al.* (2011) referem que em muitos dos estudos de casos que analisaram na obra *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (Laws *et al.*, 2011<sub>a</sub>) os conceitos e teorias identificados foram baseados numa análise *post hoc* e, muitas vezes, “na suposição implícita de que cada caso é único ou demasiado complexo e dinâmico para permitir que determinados conceitos sejam deduzidos” (p. 204). Scott *et al.* (2011) também assumem uma opinião geral crítica sobre as reflexões apresentadas nos estudos sobre governança em turismo, que dizem ser muito reduzidos e circunscritos e, “em geral, fracos do ponto de vista metodológico” (p. 206).

### **2.4.3. Abordagem às estruturas e processos**

Na literatura científica em turismo, a abordagem à governança dos destinos com base nos processos e estruturas é referenciada e considerada por Bramwell & Lane (2011) como uma das mais importantes para fazer investigação no âmbito do turismo. Este duplo enfoque de análise está em linha com o modelo de Pierre & Peters (2000), que propõe uma divisão entre governança enquanto estrutura e governança enquanto processo, e posteriores reflexões de Hall (2005, 2011<sub>a</sub> e 2011<sub>b</sub>) sobre a sua aplicação ao turismo.



**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

Alguns autores apresentam conceitos de governança que focam precisamente esta dupla abordagem. É o caso de Bogason & Musso (2006), que referem que a governança “pode ser entendida como abrangendo tanto as estruturas e processos, como as dimensões institucional e processuais” (p. 5), e sublinham a importância de estudar as estruturas que definem as políticas e as ações dos atores envolvidos na sua condução. Também Spyruadis, Buhalis & Fyall (2011) a citam para refletir sobre esta abordagem no contexto turístico.

No entanto, na literatura em turismo esta dupla abordagem é descrita com parcimónia, dificultando a identificação clara do significado dos conceitos, teorias e modelos aos quais os investigadores recorrem para analisar as situações e fomentar o debate sobre as estruturas e processo na governança do turismo em geral e dos destinos em particular.

***i) Governança enquanto estrutura***

Para Pierre & Peters (2000) a governança enquanto estrutura refere-se aos diferentes arranjos institucionais e à inclusão de diversos atores sociais no quadro duma nova filosofia de abordagem aos assuntos de interesse coletivo. O documento *Governança europeia: Um livro branco*, adotado pela Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2001), também se refere à governança como uma estrutura que promove não só uma maior inclusão e participação dos atores sociais, como o envolvimento governamental multinível. A própria União Europeia aplicou esta abordagem durante muito tempo em diversas iniciativas através da inclusão do ‘princípio da parceria’ na legislação dos fundos estruturais (Berger, 2003), o qual “implica uma colaboração estreita entre as autoridades nacionais, regionais e locais, mas também com o sector privado e o terceiro sector. Os parceiros devem participar ativamente em todo o ciclo do programa - preparação, implementação, acompanhamento e avaliação” (CE, 2012, p. 3). Para fins analíticos Berger (2003) propõe cinco abordagens possíveis à governança enquanto estrutura, mas interrelacionadas: governança enquanto redes; governança enquanto inclusão de mais atores da sociedade; governança enquanto envolvimento governamental multinível; governança enquanto Nova Gestão Pública; e governança enquanto hierarquias.

**ii) Governança enquanto processo**

A governança enquanto processo foca-se nas interações entre as estruturas para obter resultados (Berger, 2003). A própria definição de governança da União Europeia é apresentada como sendo as “regras, processos e comportamentos que afetam a forma como o poder é exercido” (CCE, 2001, p. 8). Neste contexto dinâmico, a integração, interação e influência entre diferentes atores é variável no tempo e entre sectores (Berger, 2003). Segundo Pierre & Peters (2000), “para se compreender a governança tem que se compreender as formas através das quais o processo político lida com o conflito e produz decisões” (p. 31). Berger (2003), lembrando que a formulação da política é, por inerência, uma tarefa conflituosa que implica uma dispersão desigual de poder e influência entre instituições e atores sociais, defende que as relações de poder devem ser consideradas em qualquer abordagem à governança. Deste modo permite estudar a desigualdade na distribuição de poder, recursos, influência e acesso à informação. Berger (2003) acrescenta que, embora na ciência política o poder seja estudado desde há muito tempo, no processo de elaboração da política o poder e a influência não são abordados para compreender as estruturas e processos políticos. Berger (2003) refere que a formulação da política numa sociedade em constante mutação só poderá ser entendida quando houver um claro quadro de regras, responsabilidades e responsabilização (prestação de contas).

**2.4.4. Abordagem para a governança dos destinos turísticos**

Os desafios e preocupações associados à governança dos destinos turísticos podem assentar numa diversidade de abordagens e perspetivas, questões e assuntos, que podem estar relacionados com desenvolvimento regional, desenvolvimento de destinos, envolvimento da comunidade, responsabilidade, liderança e resultados futuros da governança no contexto do turismo, entre muitas outras dimensões (Richins *et al.*<sub>a</sub>, 2011). Laws *et al.* (2011<sub>b</sub>) são defensores da realização de “abordagens mais amplas e criativas para compreender, descrever e teorizar a dinâmica da governança dos destinos turísticos” (p. 11).

Para analisar e compreender a governança dos destinos turísticos numa perspetiva sistémica, é preciso ter em conta que há sobreposição de diversos sistemas que têm que ser planeados e geridos de forma simultânea e concertada e que estão em constante

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

transformação (Laws *et al.*, 2011<sub>b</sub>). Partindo do pressuposto que a governança dos destinos é complexa, Laws *et al.* (2011<sub>b</sub>) consideram que é essencial focalizar a análise na identificação dos requisitos necessários para garantir a sua boa governança, sugerindo duas questões centrais: “O que é a «boa governança»?”; “Está associada a um quadro específico de princípios ideológicos, tais como democracia, ou depende de *valores livres*?” (p. 9). Os autores sugerem que se analisem contextos que apresentam desequilíbrios por ser uma forma importante para compreender a dinâmica de cada caso e as melhorias que se devem introduzir. Scott *et al.* (2011) sugerem que se investigue se a eficácia da governança depende de alguns fatores, como por exemplo da inovação ou da sustentabilidade. Walker & Moscardo (2011) propõem que se faça mais pesquisa para compreender as formas através das quais a política do governo e as ações dos atores-chave determinam o sucesso, ou até a sobrevivência, do sector turístico em situações de crise ou após uma crise (ex. ambiental, política).

Num outro nível de sugestões, Scott *et al.* (2011) também defendem que a pesquisa em turismo deve centrar-se no desenvolvimento de metodologias comparativas, referindo como exemplo o trabalho de Richins (2011), que abordou um conjunto de assuntos que uma área regional pode enfrentar no que diz respeito à governança das comunidades de destino, legando um modelo que, na sua opinião, permite fazer comparações entre regiões. Com base no argumento de que a governança é uma forma particular de colaboração, Scott *et al.* (2011) referem que também será interessante delinear e comparar as suas vantagens e desvantagens em circunstâncias particulares.

Outra das sugestões de Laws *et al.* (2011<sub>b</sub>) é para que se desenvolvam estudos comparativos sobre a governança dos destinos, a nível internacional, entre países, e ao nível interno de cada país, e que se utilizem metodologias comuns para essa análise. Para Scott *et al.* (2011), uma das vantagens da abordagem comparativa é “possibilitar a avaliação das diferenças culturais na governança dos destinos turísticos” (p. 207). Para o efeito, sugerem a utilização de duas perspetivas, a abordagem estrutural e a abordagem de ator. A primeira permite estabelecer, ao nível das estruturas, padrões de interação ente atores [agentes], que vão sendo alterados à medida que a estrutura muda; permite saber quantos atores são e como distribuem as suas capacidades (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003). No turismo, estudos com este enfoque estão desenvolvidos por Boksberger, Anderegg & Schuckert (2011) e Baggio, Scott & Cooper (2011). A abordagem de ator, ou

**Capítulo 2 | Análise sistemática da literatura sobre governança e turismo sustentável**

agente (*agency*), foca-se na forma como os atores sociais se relacionam uns com os outros; também é sugerida por Bramwell (2006), que a propósito referencia o trabalho desenvolvido por Long (2001). Também há autores que optam por estudar a relação estrutura-agencialidade, que utiliza em simultâneo as duas abordagens anteriores para compreender a mudança a nível sistémico ou holístico, facilitando reflexões sobre “a forma em que os atores se relacionam uns com os outros e com a relação entre a estrutura e os atores” (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 136). É o caso de Agrusa & Albieri (2011), que apresentam um estudo sobre atores e estruturas, no qual concluem que um aumento sustentável na qualidade de vida nas aldeias locais, através do turismo, requer cooperação entre a comunidade local, governo e ONG.

Numa ótica orientada para o futuro, Scott *et al.* (2011) propõem que a metodologia de planeamento por cenários seja aplicada para prever o futuro da governança num destino, a partir de estudos de caso realizados. Segundo os autores, esta metodologia, muito útil para os gestores, permite descrever parâmetros que caracterizem cenários plausíveis de se concretizarem e, em consequência, analisar possíveis resultados, reações e planos de ação.

#### **2.4.5. Vantagens de estudar a governança dos destinos turísticos**

O estudo da governança nos destinos turísticos oferece oportunidades para melhorar a eficácia dos destinos turísticos, disponibilizar áreas de estudo para os investigadores e providenciar conhecimento útil para a comunidade mais alargada de investigadores das ciências sociais (Scott *et al.*, 2011). Também tem implicações para os gestores porque, de forma crescente, os assuntos da sustentabilidade, responsabilidade social empresarial e envolvimento da comunidade focam atenção sobre quais os agentes que estabelecem objetivos e participam na gestão dos destinos turísticos. Estes objetivos podem ser ampliados para contribuir para o desenvolvimento da comunidade e para resultados sustentáveis. Reconciliar estes objetivos com a performance económica é uma tarefa complexa, mas os destinos turísticos têm um grande incentivo para os atingir porque o sucesso económico depende, muitas vezes, diretamente dos recursos naturais (Scott *et al.*, 2011).

## **2.5. Conclusão**

Os dados obtidos neste capítulo permitiram reunir um conjunto importante de referências e orientações para desenvolver os capítulos seguintes. Um dos dados a salientar é o facto da temática da governança, do turismo e da sustentabilidade, em análise, ser relativamente recente. Além disso, o número de publicações não tem crescido de forma constante, tendo chegado a diminuir em alguns anos. Também se verificou que a maior parte dos artigos está publicada de forma dispersa por cerca de setenta e seis revistas, com exceção de um núcleo de trinta artigos publicados pelo *Journal of Sustainable Tourism*. Esta situação evidencia a multidimensionalidade que o termo governança pode assumir em várias áreas do saber, a reduzida adesão das revistas em publicar e o pouco interesse dos investigadores para desenvolverem estudos com este enfoque. Outra constatação é que os diferentes conceitos de governança utilizados nos estudos em turismo, assim como as dimensões abordadas, têm origem na investigação desenvolvida noutros domínios disciplinares ou ciências. A abordagem metodológica no domínio qualitativo é a que prevalece e a maior parte dos artigos são empíricos. No que diz respeito aos dados utilizados, verifica-se que a maior parte dos investigadores recorre simultaneamente a dados primários e secundários e, no contexto destes últimos, utilizam com frequência dados oficiais (ex. leis, relatórios oficiais de projetos). Na recolha dos dados primários destaca-se a técnica da entrevista e da aplicação de inquérito. Quanto às escalas geográficas em que o conceito da governança no turismo é estudado, observou-se que os estudos analisados abrangem todos os níveis, exceto o regional/internacional.

A informação sistematizada ao longo do capítulo também revelou domínios onde esta área de estudo apresenta *deficits* de abordagem e, a partir destas referências, foi possível identificar algumas dimensões de investigação para a presente tese. O facto da revisão da literatura ter evidenciado a multidimensionalidade do conceito ao longo das diferentes abordagens dos autores, tal como é típico numa investigação feita sob o prisma da governança, influenciou a forma como foram planeados e organizados os capítulos seguintes.

## Capítulo 3

# Turismo sustentável

### 3.1. Introdução

A Revolução Industrial marca o surgimento de um período de crescimento económico e de significativas expectativas quanto à geração de riqueza, prosperidade e melhor qualidade de vida. Esse crescimento, desordenado, é feito à custa da utilização de quantidades excessivas de energia e recursos naturais, urbanização acelerada e elevada concentração populacional, desflorestação, poluição do ar, do solo e das águas, entre outros problemas, iniciando uma escalada contínua de degradação do meio ambiente por parte do Homem (Carvalho, 2007; Dias, 2002). Contudo, é na segunda metade do século XX que o acentuado crescimento económico evidencia um agravamento desses problemas, sentido, em primeira instância, pelos países mais desenvolvidos. Em reação a este cenário, a comunidade internacional mobiliza esforços para encontrar soluções que contrariem essa tendência e enceta a apologia de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Por esta razão, o presente capítulo tem por objetivo principal contextualizar algumas das iniciativas das organizações internacionais que nas últimas décadas têm conduzido à apologia do modelo de desenvolvimento sustentável a nível mundial e, também, apresentar os principais conceitos que o sustentam. O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento cuja análise não deve ser descontextualizada do modelo mais global de desenvolvimento sustentável. A partir do enquadramento mais geral são apresentadas as iniciativas que fizeram emergir o modelo no âmbito do desenvolvimento do turismo, assim como os principais conceitos que dele emergiram.

Uma vez que neste capítulo são feitas referências a inúmeros documentos internacionais, por uma questão metodológica optou-se por manter o nome dos documentos na principal língua oficial de publicação, nomeadamente a inglesa, de modo a não incorrer em traduções livres que pudessem induzir o leitor em erro. Por outro lado, também se sentiu que esta opção facilita o diálogo com todas as referências bibliográficas consultadas e analisadas. Quanto à designação das organizações internacionais, optou-se por fazer referência em português aos principais organismos internacionais e deixar em língua inglesa a designação de outros que com eles se relacionem (ex. programas ou organismos

especializados das Nações Unidas), mas sem os destacar em itálico para não se associarem com a referência a documentos.

### **3.2. Desenvolvimento sustentável**

Nas subsecções seguintes apresenta-se o contexto em que surgiram algumas das iniciativas da comunidade internacional nas últimas décadas que conduziram à apologia do modelo de desenvolvimento sustentável a nível mundial e, também, os principais conceitos que o sustentam.

#### **3.2.1. Concetualização**

Em 1987 a World Commission on Environment and Development (WCED, 1987) define desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (p. 37), e associa a esta definição dois outros conceitos. Um relaciona-se com o conceito de necessidades, em particular as necessidades básicas dos pobres do mundo, para os quais se deve dar prioridade absoluta, e o outro com a perceção das limitações impostas pela situação tecnológica e pela organização social sobre a capacidade do ambiente para atender às necessidades presentes e futuras (WCED, 1987). Esta definição do conceito, entre muitas outras que se podem identificar na literatura, surge no *Brudtland Report* e é tida como a que reúne maior consenso, a mais referenciada e a que mais deu origem a muitas outras definições, além de que todas as iniciativas que dela derivaram deram origem à apresentação dos 8 Objetivos do Milénio, adotada em 2000 pelas Nações Unidas (Cooper, 2012).

Segundo Basiago (1995), os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são utilizados, pela primeira vez, na década de 1980, pela Internacional Union for Conservation of Natures and Natural Resources (IUCN) no documento *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development* (WCS). O termo sustentabilidade surge seguidamente referenciado em algumas obras (ex. *Building a Sustainable Society* (1984), *Ecologically Sustainable Development of Biosphere* (1986)), mas só em 1987 entra no léxico popular com a publicação do *Brudtland Report* e em 1992 ganha um grande impulso através da apresentação da Agenda 21 (Hall & Lew,

### **Capítulo 3 | Turismo sustentável**

1998). Desde a apresentação desta definição no *Brudtland Report* em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável fomentou inúmeros debates, alguns deles muito críticos no que diz respeito aos seus fundamentos, considerados por alguns de carácter filosófico, e assuntos de implementação prática (Sharpley, 2009; Basiago, 1995). De acordo com Basiago (1995), a intenção era mesmo conceber uma definição que a partir dela fosse possível derivar outras mais específicas, adaptadas a cada caso e escala de intervenção.

As reflexões sobre o assunto são, à partida, complexas porque os conceitos individuais associados ao desenvolvimento sustentável – desenvolvimento e sustentabilidade ambiental - são, *per si*, alvo de alguma controvérsia. Um outro argumento é que a sustentabilidade requer uma perspetiva de planeamento a longo prazo, enquanto o desenvolvimento implica mudanças (Sharpley, 2009; Wall & Mathieson, 2006). Além disso, o facto do significado e objetivos da definição serem interpretados por diferentes escolas de pensamento também tem gerado mais contestação (Sharpley, 2009).

## **3.2.2. Institucionalização do modelo global de desenvolvimento sustentável**

### **3.2.2.1. Antecedentes ao debate sobre a sustentabilidade – anos 60 e 70**

#### ***i) Livro *Silent Spring* - 1962***

O livro *Silent Spring*, escrito por Rachel Carson em 1962, é uma das primeiras publicações a despertar no público em geral o interesse pelos problemas ambientais e pela poluição que resulta do uso abusivo e crescente de pesticidas químicos, particularmente o pesticida DDT (sigla de diclorodifeniltricloroetano) (Carson, 1962; Dias, 2003). A Autora sugere o uso de agentes biológicos em sua substituição, mas os agricultores opõem-se fortemente a esta denúncia e desacreditam-na em termos profissionais, argumentando que o rendimento das colheitas iria diminuir 90%. Contudo, a divulgação do livro tem consequências práticas a prazo, nomeadamente conduz a mudanças na política governamental dos EUA quanto ao uso de pesticidas, vários países começam a desenvolver iniciativas relacionadas com o meio ambiente e inspira o aparecimento do movimento ecológico moderno (Dias, 2003). Nos anos seguintes o aumento da população e dos níveis de consumo começam, de forma gradualmente mais visível, a colocar em causa a sobrevivência humana, a perturbar os ecossistemas e a deteriorar os recursos (Basiago, 1995).



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

Em 1968-69 a Assembleia Geral das Nações Unidas decide convocar, para 1972, uma conferência mundial em Estocolmo com o propósito de encorajar e facultar linhas orientadoras para proteger e melhorar o ambiente humano, e para corrigir e prevenir a sua imparidade (Handl, 2012). Torna-se intuito apresentar, nessa ocasião, uma declaração sobre o ambiente humano, materializada num documento com princípios básicos. Esta tarefa é confiada a um grupo de trabalho intergovernamental, baseada num acordo prévio para que a mesma não seja formulada numa linguagem juridicamente vinculativa. Apesar do consenso sobre este tópico, a divergência de opiniões entre Estados é evidente face ao nível de especificidade que a declaração deve conter sobre assuntos relacionados com a necessidade fundamental do indivíduo usufruir dum ambiente satisfatório ou quanto à identificação de direitos e obrigações dos Estados para com o ambiente (Handl, 2012).

No início da década de 70 registam-se três iniciativas que seguidamente se destacam brevemente pela relevância que têm na literatura, para melhor compreender o surgimento do tema em análise.

**ii) Iniciativa do Clube de Roma - 1970**

Por solicitação do Clube de Roma, em 1970 alguns investigadores do Massachusetts Institute of Technology iniciaram um estudo sobre problemáticas globais (Meadows, Meadows, Randers & William, 1972; Turner, 2008). Desafiam a hipótese tradicional de que o ambiente natural fornece uma base de recursos ilimitada para satisfazer a população e o crescimento económico e que consegue sustentar a quantidade crescente de resíduos e poluição causada pela sociedade industrial (Hardy, Beeton & Pearson, 2002). Neste contexto, os investigadores concebem o modelo *Limits to Growth World3*, para simular diferentes cenários e avaliar a interação de cinco subsistemas do sistema económico global, nomeadamente população, produção agrícola, produção industrial, poluição e consumo de recursos naturais não renováveis (Turner, 2008). Concluem que os limites do planeta serão atingidos num prazo de 100 anos e que o colapso mundial da população e do sistema económico podem ser contidos através da combinação de mudanças rápidas ao nível do comportamento, da política (ex. conceção de políticas mais eficazes) e da tecnologia (Turner, 2008; Meadows *et al.*, 1972). Para divulgarem os resultados obtidos, em 1972 publicam o livro *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. Apesar das tentativas feitas desde 1972 por diversos agentes para

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

desacreditar os cenários traçados sobre o futuro da humanidade e do planeta, Turner (2008) volta a usar o *World3* para comprovar o contrário. Faz um estudo científico com dados mundiais para o período 1970-2000 e conclui que o sistema global tem estado a seguir uma rota insustentável e que, a manter-se, o colapso é atingido mais cedo do que o previsto no estudo inicial de 1972. Turner (2008) defende que é necessário “reduzir o comportamento consumista de maneira substancial e rápida, de forma conjugada com o progresso tecnológico” (p. 410).

**iii) Edição especial do *Ecologist* - 1972**

Em 1972 a noção de sustentabilidade emerge numa edição especial do *Ecologist* (Vol. 2, No. 1), intitulada *A Blue Print for Survival*, cujos autores Basiago (1995) cita: “a forma industrial de vida com o seu espírito expansionista não é sustentável (...) a nossa tarefa é criar uma sociedade sustentável e que dê a máxima satisfação possível aos seus membros” (p. 110). Esta edição é publicada no mês de Janeiro para anteceder a primeira *United Nations Conference on the Human Environment* (UNCHE), que se realiza em Estocolmo no mês de Junho de 1972, planeada e anunciada em 1968-69 (Basiago, 1995; Handl, 2012).

**iv) *United Nations Conference on the Human Environment* (UNCHE) - 1972**

Em Junho de 1972 decorre a *United Nations Conference on the Human Environment* (UNCHE), na qual o futuro do mundo e a problemática das questões ambientais que colocam em perigo o desenvolvimento são abordados pela primeira vez (United Nations, 1972). Nela participam representantes de cerca de 110 nações, envolvendo países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, para discutir publicamente. Porque cresce a diversidade de problemas ambientais, com dimensão regional e/ou global e que afeta os bens comuns, é necessária uma cooperação mais alargada entre os países e organizações internacionais em nome do interesse comum (United Nations, 1972). Por isso, propõe-se o início dum projeto centrado na proteção e melhoria do ambiente humano para que, à escala global, haja melhor qualidade de vida e desenvolvimento económico. Na iniciativa reconhece-se que a relação do homem com o ambiente é inevitável e que a influência entre eles é recíproca, mas que a conduta humana deve ser revista porque tem gerado desequilíbrios. O poder que o homem alcançou através da ciência e tecnologia para transformar o ambiente conduziu a diversos problemas: níveis de poluição muito elevados

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

(água, ar, terra, seres vivos); grandes e indesejáveis perturbações no equilíbrio ecológico da biosfera; destruição de recursos não-renováveis; graves deficiências no ambiente antrópico, prejudiciais para a saúde física, mental e social do homem (United Nations, 1972).

Segundo Basiago (1995) também são abordados assuntos relacionados com a poluição transfronteiriça, a gestão cooperativa dos recursos partilhados e comuns do planeta, e a necessidade dos países abrirem os seus órgãos jurisdicionais a processos transfronteiriços. É ainda identificada a questão do crescimento natural da população, que continuamente contribui para os problemas ambientais, e a conseqüente necessidade de adotar políticas e medidas adequadas. Neste contexto, as pessoas são consideradas o elemento mais importante do mundo porque são agentes impulsionadores do “progresso social, da criação de riqueza social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e, através do seu intenso trabalho, de transformação contínua do ambiente humano” (United Nations, 1972, p. 3). As bases do projecto global de desenvolvimento sustentável assentam em dois documentos de referência: (i) *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*, também conhecida por *Stockholm Declaration*; e (ii) *Action Plan for the Human Environment*.

*Stockholm Declaration*

A *Stockholm Declaration* releva a importância de existir uma “perspetiva e princípios comuns que inspirem e guiem os povos do mundo na preservação e melhoria do ambiente humano” (United Nations, 1972, p. 3). Cita como objetivo ambiental “defender e melhorar o ambiente humano para as gerações presentes e futuras tornou-se um objetivo imperativo para a humanidade – um objetivo para ser atingindo em conjunto, e em harmonia, com os objetivos estabelecidos e fundamentais da paz e de desenvolvimento económico e social a nível mundial” (United Nations, 1972, p. 3). A *Stockholm Declaration* é uma carta que apresenta 26 princípios de comportamento e responsabilidades para nortear as decisões sobre as políticas ambientais, especialmente dirigida aos Estados pelas responsabilidades que são necessárias assumir. Proclama aos governos e aos povos que exerçam esforços comuns no sentido da preservação e melhoria do ambiente humano, em benefício de todas as pessoas e da sua posteridade (United Nations, 1972). Alerta para o facto de ser muito importante que os cidadãos, comunidades, empresas e instituições a todos os níveis

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

aceitem e assumam as suas responsabilidades, e compartilhem equitativamente nos esforços comuns, pois o somatório dos seus valores e ações influencia o ambiente futuro (United Nations, 1972) e propõe que se mobilizem estruturas de forma coerente e efetiva. O apelo à união e à eficaz concertação de esforços materializa-se no conceito de parceria, o qual anos mais tarde se começou a defender veemente através do conceito de governança.

*Action Plan for the Human Environment*

O *Action Plan for the Human Environment*, com 109 recomendações para ação, assume o propósito de promover e dar andamento aos princípios da referida *Stockholm Declaration*, incitando à cooperação para a identificação de soluções para os problemas ambientais. O seu público-alvo são, maioritariamente, os organismos internacionais, especialmente as Nações Unidas e demais entidades do seu sistema de agências, incluindo o World Bank (WB), mas também visa outros, como por exemplo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Um dos resultados institucionais da *UNCHE* é a fundação do United Nations Environment Programme (UNEP), que tem um papel significativo na formulação da *World Conservation Strategy* em 1980.

A *UNCHE* estabelece as raízes para a realização de tratados que visam proteger os bens comuns globais (ex. *World Heritage Convention*, de Novembro de 1972), originando a doutrina da gestão global, na qual se funda a política do desenvolvimento sustentável e marca o surgimento das políticas e leis internacionais sobre o ambiente (Basiago, 1995). O paradigma do desenvolvimento sustentável tem as suas origens nas políticas e leis internacionais sobre o ambiente (Basiago, 1995). Em 1973, Dasmann, Milton & Freeman (1973) apresentam o livro *Ecological Principles for Economic Development*, no qual também relacionam o ambiente com o desenvolvimento económico (Hardy, Beeton & Pearson, 2002).

**3.2.2.2. O paradigma do desenvolvimento sustentável nos anos 80, 90 e 2000**

Apesar de alguns esforços desenvolvidos até final da década de 70, a ajuizada capacidade ilimitada do homem explorar e construir continua a dar sinais de destruição e aniquilação dos recursos naturais à escala global. Os problemas identificados são vários e evidentes, nomeadamente perigos e catástrofes (erosão do solo, desertificação, diminuição área

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

cultivável, poluição, desflorestação, degradação) e destruição dos ecossistemas e extinção das espécies (em quantidade e diversidade) (IUCN, 1980). A inter-relação das ações globais justifica a emergência de estratégias globais concertadas, quer para o desenvolvimento quer para a conservação da natureza e dos recursos naturais. Por isso, a participação de instituições governamentais, ONG e especialistas na elaboração de uma estratégia mundial de conservação justifica-se pela necessidade de se chegar a um consenso sobre a conjugação de esforços a promover no âmbito da política de conservação e responsabilização no contexto do desenvolvimento mundial. Nos anos 80 e 90 regista-se um particular empenho das organizações internacionais em alavancar o modelo de desenvolvimento sustentável ao nível global, que tem tido continuidade até aos dias atuais. Na Tabela 3.1 elencam-se de forma sintetizada alguns dos marcos institucionais mais referenciados na literatura.

**Tabela 3.1.**  
Principais iniciativas das organizações internacionais para promover o modelo de desenvolvimento sustentável à escala global

<b>Data</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Responsável</b>
1980	<i>World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development</i>	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
1983	Criação da <i>World Commission on Environment and Development</i> , também designada de Brundtland Commission	Nações Unidas
1987	<i>Our Common Future</i> , também conhecido por <i>Brundtland Commission Report</i>	Nações Unidas - World Commission on Environment and Development - Brundtland Commission
1990	<i>Bergen Conference on Sustainable Development</i>	UN Economic Commission for Europe
1992	<i>United Nations Conference on Environment and Development</i> Criação da <i>Commission on Sustainable Development (CSD)</i>	Nações Unidas
1997	<i>Earth Summit+5</i>	Nações Unidas
2000	<i>Millennium Summit of the United Nations</i>	Nações Unidas
2002	<i>World Summit on Sustainable Development ou Rio+10</i>	Nações Unidas
2012	<i>United Nations Conference on Sustainable Development ou Rio+20</i> Substituição da CSD pelo <i>High-level Political Forum on Sustainable Development</i>	Nações Unidas

Fonte: Elaboração própria, com base nos documentos citados

***i) World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development (WCS) - 1980***

A WCS é considerada por Basiago (1995) o primeiro documento a relacionar a conservação da natureza com o processo de desenvolvimento de recursos para satisfazer necessidades humanas. A WCS é redigida com a cooperação e apoio financeiro da UNEP e World Wide Fund for Nature (WWFN) e, ainda, com a colaboração da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) e da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). A WCS assume como finalidade “ajudar a promover a concretização do desenvolvimento sustentável através da conservação dos recursos vivos” (IUCN, 1980, p. IV) e, especificamente, alcançar com urgência 3 objetivos principais: “manter os processos ecológicos essenciais e sistemas de suporte à vida (...) preservar a diversidade genética (...) garantir a utilização sustentável das espécies e ecossistemas (...)” (IUCN, 1980, p. VI). No contexto da WCS, o termo desenvolvimento é definido como “a modificação da biosfera e a utilização de recursos humanos, financeiros, vivos e não-vivos para satisfazer as necessidades humanas e melhorar a qualidade da vida humana” (IUCN, 1980, p. 18, parag. 3). A IUCN (1980) também refere que “o desenvolvimento, para ser sustentável, deve ter em conta fatores sociais, ecológicos e económicos; a base de recursos vivos e não-vivos; e considerar as vantagens e desvantagens de ações alternativas em termos de curto e longo prazo” (p. 18, parag. 3). A noção de desenvolvimento sustentável apresentada enfatiza a relação entre desenvolvimento económico e a conservação e a manutenção dos recursos naturais, ideia esta que já tinha sido explorada anteriormente nos diversos debates sobre conservação (Hall & Lew, 1998). A novidade desta iniciativa está no facto de se abordar a natureza global dos problemas ambientais, enfatizando a relação entre desenvolvimento económico e ambiente, quer nos países desenvolvidos quer nos países em vias de desenvolvimento, e no facto de apresentar a base para a resolução de alguns problemas. Desde a publicação da WCS muitos países começam a preparar estratégias nacionais de conservação. Também o conceito de conservação da diversidade genética influencia a formulação da *Convention on Biological Diversity* em 1992. A WCS é actualizada em 1991 no relatório *Caring for The Earth: A Strategy for Sustainable Living* (Hardy *et al.*, 2002), reafirmando as reflexões sobre conservação e desenvolvimento, sugerindo ações práticas concretas de gestão, estabelecendo metas para a mudança e incentivando a um esforço concertado nas relações pessoais, nacionais e internacionais.

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

Em 1982, 10 anos depois da *UNCHE* de Estocolmo, surge a ideia de criar a World Commission on Environment and Development (WCED), também designada de Brundtland Commission, sendo institucionalizada no ano seguinte enquanto comissão independente, liderada por *Gro Harlem Brundtland*.

**ii) *Brundtland Report - 1987***

O paradigma do desenvolvimento sustentável dos anos 80 e 90 emerge, por um lado, da degradação ecológica e biofísica associada ao crescimento económico acentuado e, por outro, de uma realidade de crescente e generalizada pobreza (Sharpley, 2009) que se cimentava de forma muito evidente nos países em vias de desenvolvimento do hemisfério sul.

A primeira tentativa dirigida à comunidade mundial para reconciliar estes dois desafios numa única abordagem surgiu com a publicação do *Brundtland Report*, em 1987, cuja publicação em Portugal se intitula *O Nosso Futuro Comum*. Este foi solicitado à WCED em 1983 pelo Secretário-geral das Nações Unidas com o propósito de se formular uma “agenda de mudanças globais” (WCED, 1987, p. 1), que renovasse o apelo ao desenvolvimento sustentável para proteger o ambiente e aliviar a pobreza, assinalando “uma viragem filosófica nas políticas de ambiente em todo o Mundo” (WCED, 1987, prefácio). A definição de desenvolvimento sustentável apresentada neste documento já foi referida anteriormente, na primeira subsecção. Refira-se que o desenvolvimento envolve uma transformação progressiva da economia e da sociedade que, para ser sustentável em termos físicos, deve ser teoricamente perseguida em todos os países, mesmo num cenário político e social rígido. Mas, a sustentabilidade física só pode ser garantida desde que o desenvolvimento das políticas acautele tais considerações, tais como alterações na forma de acesso aos recursos e na distribuição dos custos e benefícios. Mesmo a noção mais estreita de sustentabilidade física implica uma preocupação com a equidade social nas gerações presentes (intrageração), a qual se deve estender às gerações futuras (intergeração) (WCED, 1987).

O *Brundtland Report* defende que os objetivos de desenvolvimento social e económico devem ser definidos em termos de sustentabilidade em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento ou política de mercado instalada. Para além de outros aspetos, acrescentava que a partir do consenso geral em torno do conceito básico de



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

desenvolvimento sustentável e de um quadro estratégico global para a sua implementação, haveria uma necessidade de compartilhar algumas características gerais, embora as interpretações pudessem variar. Para além de outras considerações importantes, o relatório também salienta que, em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração de recursos, as opções de investimento, as diretrizes de desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão todos em harmonia e melhoram o potencial atual e futuro para atender as necessidades e aspirações da humanidade (WCDE, 1987). A Tabela 3.2 ilustra, de forma sintetizada, os princípios legais propostos para a proteção do ambiente e para o desenvolvimento sustentável, adotados pelo Grupo de Peritos da WCED em leis do ambiente.

**Tabela 3.2.**  
Princípios legais propostos para a proteção do ambiente e para o desenvolvimento sustentável

<b>I. Princípios Gerais, Direitos e Responsabilidades</b>	<b>II. Princípios, Direitos e Obrigações Respeitantes aos Recursos Naturais Transfronteiriços e às Interferências Ambientais</b>
1. Direito fundamental das pessoas	9. Utilização razoável e equitativa
2. Igualdade entre gerações	10. Prevenção e alívio
3. Conservação e uso sustentável	11. Responsabilização estrita
4. Normas ambientais e vigilância	12. Acordo prévio quando os custos da prevenção excedem em muito os danos
5. Avaliação prévia do ambiente	13. Não discriminação
6. Notificação prévia, recurso e processo legais	14. Obrigação geral de cooperar em problemas ambientais além-fronteiras
7. Desenvolvimento sustentável e apoio	15. Troca de informações
8. Obrigação geral de cooperação	16. Avaliação prévia e notificação
	17. Consulta prévia
	18. Arranjos em cooperação para avaliação ambiental e adotado
	19. Situações de emergência
	20. Igualdade de direitos e de tratamento legal
	<b>III. Responsabilidade Estatal</b>
	21. Os países cessarão as atividades que infrinjam uma obrigação internacional relativa ao ambiente (...)
	<b>IV. Resolução pacífica de disputas</b>
	22. Os países darão solução às disputas sobre o ambiente, por meios pacíficos

Fonte: Baseado em WCED (1987)

Desde a edição do relatório *Brundtland* que o conceito de desenvolvimento sustentável é substancialmente desenvolvido e disseminado, tornando-se a referência âncora para a maioria das iniciativas que lhe sucederam no contexto da sustentabilidade. É uma das definições mais referenciadas na literatura e relatórios técnicos e, desde então, tem sido



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

objeto de muita análise, sobretudo desde a *Agenda 21* que emergiu da *Rio92*. A partir deste relatório o paradigma do desenvolvimento sustentável passa a integrar a agenda de muitas instituições internacionais e nacionais, governos, empresas, cidades e outras estruturas (Hardy, Beeton & Pearson, 2002), convertendo alguns líderes e tornando popular o conceito de desenvolvimento sustentável (Hardy *et al.*, 2002). O relatório também tem o mérito de sistematizar, de forma concisa e persuasiva, diversos argumentos e ideais defendidos em anos anteriores (Hardy *et al.*, 2002). Apesar do discurso do relatório não ser precursor, é um marco histórico importante para o público em geral, colocando uma forte ênfase nos aspetos da comunidade e do desenvolvimento sustentável.

Enquanto o *Brundtland Report* se foca na satisfação das necessidades humanas, a *WCS* foca-se, principalmente, na sustentabilidade ecológica e salienta a importância do desenvolvimento no contexto da existência de recursos limitados e da capacidade de carga dos ecossistemas. O *Brundtland Report* defende o alívio da pobreza, a melhoria ambiental e a equidade social com um crescimento económico sustentável e, também, a fundação para o debate contemporâneo sobre desenvolvimento sustentável (Sharpley, 2009).

**iii) Outras iniciativas em 1989 e 1990**

Em 1990, no contexto da dinamização de várias conferências regionais de preparação para a *Rio92*, decorre na Noruega a *Bergen Conference on Sustainable Development*, com o apoio da UN Economic Commission for Europe (UNECE). Nela participam os ministros do ambiente de 34 países e o Comissário da União Europeia para o Ambiente com o objetivo de debater diversos assuntos relacionados com o ambiente, com particular destaque dado às mudanças climáticas. É aprovada a *Bergen Ministerial Declaration on Sustainable Development*, que especifica medidas concretas para combater as causas das alterações climáticas, expressa o seu apoio ao trabalho da Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) e apoia dois princípios importantes e orientadores para se alcançar políticas de desenvolvimento sustentável, nomeadamente o princípio da precaução [ou prevenção] e o das responsabilidades comuns mas diferenciadas dos Estados (UNEP, 1993). O princípio da precaução, um corolário da sustentabilidade, faz parte de uma abordagem estruturada à análise de riscos, que inclui avaliação, gestão e comunicação de riscos (CCE, 2000). No contexto do Princípio 15 da *Rio Declaration on Environment and*

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

*Development* é referenciado da seguinte forma: “para que o ambiente seja protegido, serão aplicadas pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental”. Na opinião de Basiago (1995) este princípio não deve ser utilizado para adiar preventivamente medidas que são economicamente eficazes e que têm méritos enquanto tal. Este princípio surge pela primeira vez na *World Charter for Nature*, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1982, e desde então tem surgido em diferentes convenções internacionais (ex. Artigo 3.º da *United Nations Framework Convention on Climate Change*), registando uma progressiva consolidação no âmbito do direito internacional do ambiente, sendo actualmente aplicável em diversos domínios de direito internacional de âmbito geral (Comissão das Comunidades Europeias, 2000). Por outro lado, o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas dos Estados é referido nos princípios enunciados na *United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)* sobre as alterações climáticas [antecessor do *Kyoto Protocol* de 1997], adotada durante a *Rio92*. Este princípio pressupõe que cada sujeito internacional se compromete com obrigações ambientais segundo a medida da sua responsabilidade e que não pode isentar-se da aplicação de normas protecionistas com base num eventual argumento de fruir dum menor nível de desenvolvimento. É referido, por exemplo, no princípio 15 da *Rio Declaration on Environment and Development* e no Princípio 20 da *Convention on Biological Diversity*.

**iv) United Nations Conference on Environment and Development (UNCHE) - 1992**

Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável, são vistas e reconhecidas no plano mundial. Volvidos 20 anos sobre a *UNCHE*, realiza-se no Brasil em Junho de 1992, a primeira *United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)*, também conhecida informalmente como *Earth Summit*, *Rio Summit*, *Eco92* ou *Rio92*. Tem como missão analisar o *Brundtland Report* e alargar o debate sobre o desenvolvimento sustentável para assegurar que os seus fundamentos são colocados em prática (Hardy *et al.*, 2002) através de uma parceria global que reconcilie as interações entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente.

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

Na *UNCHE* reúnem-se cerca de 10.000 participantes de 180 nações para discutir a saúde do planeta, analisar a evolução das políticas de proteção ambiental e aprovar o desenvolvimento sustentável como a política económica e ambiental mais importante para o século XXI (Basiago, 1995). As ONG também têm credenciais para acompanhar as reuniões. O forte apoio institucional e burocrático desta iniciativa deve-se ao facto de, na discussão considerada sobre o contexto futuro de desenvolvimento, não se rejeitar o crescimento económico e por se considerar que este pode contribuir para a proteção do ambiente e ser compatível com o mercado livre (Hardy *et al.*, 2002; Wood, 1993).

Aos dois documentos internacionais já existentes sobre as problemáticas do desenvolvimento juntam-se outros com importância. A *Rio Declaration on the Environment and Development*, com 27 Princípios que visam guiar o futuro do desenvolvimento sustentável a nível mundial. Sugere-se a integração do desenvolvimento económico com a proteção ambiental (Basiago, 1995). Os seres humanos estão no centro das preocupações sobre desenvolvimento sustentável.

A *Agenda 21 - Global Programme of Action on Sustainable Development*, abreviadamente designada de *Agenda 21*, é assumida como um plano universal de ação a diversos níveis (global, nacional e local), para ser executada por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e grupos em todas as áreas onde há impactos ambientais causados pela ação humana. Apresenta uma estratégia para se passar o conceito de desenvolvimento sustentável da teoria à prática, organizando os diversos assuntos em torno de 40 Capítulos. Para Basiago (1995) é um “modelo sobre como tornar o desenvolvimento social, económico e ambiental mais sustentável” (p. 100). A *Agenda 21* vai além das questões ambientais e aborda os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente, nomeadamente os associados à pobreza e à dívida externa dos países em desenvolvimento, a padrões insustentáveis de produção e consumo; às pressões demográficas e à estrutura da economia internacional. Também recomenda meios para fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos [mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONG] de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável. Na *Agenda 21*, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do modelo insustentável de crescimento económico em que se encontrava, direcionando-o para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos. Estas ações relacionam-se, claramente, com a dimensão ambiental do conceito de desenvolvimento sustentável, mas não fazem referência a ações de outras dimensões do conceito (ex: dimensão económica, social e cultural).

Na *Rio92* é também introduzida a *Declaration of Principles for Forestry*, a *Convention on Biological Diversity* e a *Framework Convention on Climate Change*. A partir da *Rio92* o desenvolvimento sustentável torna-se uma das prioridades mundiais, requerendo mudanças radicais, em alguns casos, e inovação nos padrões de consumo e de produção (Pérez-Salom, 2001). A *Agenda 21* apresenta-se como uma referência para o desenvolvimento sustentável, focalizando-se numa variedade de tópicos e abordando muitos assuntos associados a este novo princípio (Pérez-Salom, 2001).

A Commission on Sustainable Development (CSD) é criada, em Dezembro de 1992, como uma comissão funcional da *UN-Economic and Social Council*, para assegurar um acompanhamento eficaz da *Rio92*, reforçar a cooperação internacional e racionalizar a capacidade de decisão intergovernamental para a integração das questões ambientais e de desenvolvimento. Também fica responsável por avaliar o progresso da implementação da *Agenda 21* (adotada na *Rio92*) e do *Johannesburg Plan of Implementation* (adoptado na *Earth Summit 2002*) a nível internacional, regional, nacional e local (ex. monitorizar e difundir informação sobre progresso), assim como promover o diálogo com a comunidade internacional e facilitar as parcerias para o desenvolvimento sustentável (UN-GA, 2013; UN, 1997).

A *Rio92* passa a influenciar as iniciativas posteriores de diversos agentes em todo o mundo e a colocar maior ênfase nos problemas ambientais globais, de forma transversal a todos os sectores da sociedade. Surgem, desde então, inúmeras conferências e seminários sobre diversos temas relacionados com o meio ambiente, assim como se regista um forte aumento na produção de orientações, princípios e códigos de conduta como referência. Desde a *Rio92*, que governos e organizações internacionais desenvolveram diversos esforços para integrar os objetivos ambientais, económicos e sociais na tomada de decisão, adaptando as políticas e planos já existentes ou elaborando novas políticas e estratégias

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

para o desenvolvimento sustentável (UN, 1997). Segundo a mesma fonte, passados 5 anos desta Conferência cerca de 150 países responderam ao desafio de criarem comissões nacionais ou mecanismos de coordenação concebidos para desenvolver uma abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável. Alguns autores referem que o sucesso da aceitação do paradigma do desenvolvimento sustentável em 1992 coincide com o momento em que os problemas científicos, económicos, socioculturais e ambientais convergem para o mesmo ponto (Hardy *et al.*, 2002), marcando o momento em que o termo desenvolvimento sustentável passa a integrar o dicionário internacional.

Apesar das iniciativas referidas anteriormente, volvidos alguns anos os objetivos ainda estavam muito aquém de serem alcançados, pois os atores revelam muitos problemas para os cumprir. Por esta razão, começam a surgir iniciativas de âmbito sectorial. Por exemplo, é neste contexto que surge, em 1996, a *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*, realizada em conjunto pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (CMVT), a Organização Mundial de Turismo (OMT) e Conselho da Terra (CT).

**v) *Earth Summit+5 - 1997***

Tal como tinha previamente agendado em 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas realiza em 1997 uma sessão especial, chamada de *Earth Summit+5*, para analisar e avaliar os progressos feitos pelos países, organizações internacionais e sectores da sociedade civil desde a adoção da *Agenda 21* e demais documentos apresentados na *Rio 92* (UN, 2015). O documento final da sessão, *Programme for the Further Implementation of Agenda 21*, apresenta um balanço geral sobre os progressos registados e as inerentes oportunidades e desafios (ex. reconhece uma acelerada globalização nos domínios do comércio internacional, investimento estrangeiro direto e mercado de capitais), sublinhando que a implementação e reforço das políticas ambientais e sociais são importantes para que o processo de globalização tenha um impacto positivo no desenvolvimento sustentável (UN-GA, 1997<sub>b</sub>). Também reconhece o esforço em termos de desenvolvimento institucional, criação de consenso a nível internacional, participação pública e ação do sector privado, mas o balanço geral revela que o estado global do ambiente continua a deteriorar-se devido a diferentes motivos (ex. progressos nos padrões de produção e consumo são pouco significativos, aumento dos níveis de poluição) sem que este tenha capacidade de os

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

absorver. Consequentemente, alerta para o aumento dos obstáculos ao desenvolvimento económico e social. Salienta as vantagens que os principais grupos de atores alcançam através de ações comprometidas, partilha de recursos e criação de consensos, refletindo preocupações e envolvimento no terreno. Destaca o empenhamento das autoridades locais na promoção do desenvolvimento sustentável através da implementação da *Agenda 21 Local* e outros programas. Também destaca as ONG, instituições de ensino, comunidade científica e meios de comunicação no aumento da consciência pública e da discussão de assuntos relacionados com o ambiente e desenvolvimento em todos os países. Destaca, ainda, o envolvimento, funções e responsabilidades dos agentes privados (incluindo as organizações transnacionais) que desenvolveram iniciativas verdes para melhorar as suas operações, assim como o papel de outros atores tais como trabalhadores e sindicatos, povos indígenas, jovens e mulheres.

Reconhece-se que houve alguns progressos na incorporação dos 27 Princípios apresentados na *Rio Declaration on the Environment and Development* numa variedade de instrumentos legais nacionais e internacionais, mas ainda são necessários esforços adicionais para aplicá-los com mais firmeza na lei e na prática (UN, 1997<sub>a</sub> e 1997<sub>b</sub>). Recomenda-se a adoção de metas juridicamente vinculativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que geram as mudanças climáticas, uma maior movimentação dos padrões sustentáveis de distribuição de energia, produção e uso, e o foco na erradicação da pobreza como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável.

Em termos dos mecanismos institucionais internacionais que favoreçam o desenvolvimento sustentável, refere a necessidade de uma maior coerência ao nível das organizações intergovernamentais e dos processos (UN, 1997<sub>a</sub> e 1997<sub>b</sub>). Tendo em conta o número crescente de órgãos de decisão implicados nos vários aspetos do desenvolvimento sustentável, incluindo as convenções internacionais, é necessária uma melhor coordenação ao nível intergovernamental e um esforço contínuo e concertado para reforçar a colaboração entre os secretariados desses órgãos para que a implementação avance e seja eficaz. Salienta a importância das convenções ambientais prosseguirem fundamentadas nos objetivos do desenvolvimento sustentável, em conformidade com as suas disposições, e darem resposta à *Agenda 21* (UN, 1997<sub>a</sub>).

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

O papel das organizações e instituições das Nações Unidas também é reconsiderado. Comprometem-se a facilitar a implementação da *Agenda 21* ao nível de cada país e a articular os seus esforços e ações de forma consistente com planos nacionais, políticas e prioridades dos Estados-membros (UN, 1997<sub>a</sub>). O UNEP é referenciado como a autoridade líder global no domínio do ambiente, assumindo o papel de estabelecer a agenda ambiental mundial, promover a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no âmbito do sistema das UN e desempenhar o papel de defensor de autoridade para ambiente global (UN, 1997<sub>a</sub>).

**vi) Millennium Summit of the United Nations - 2000**

Em Setembro de 2000 a comunidade internacional reúne-se em Nova Iorque para, num horizonte de 15 anos, desenvolver iniciativas de luta contra a pobreza, a fome e as doenças. Como resultado é aprovada e apresentada a *United Nations Millennium Declaration*, no âmbito da qual chefes de Estado e governos declaram que as relações internacionais se devem basear em seis valores: liberdade; igualdade; solidariedade; tolerância; respeito pela natureza; e responsabilidade partilhada (UN-GA, 2000). No sentido de traduzir estes valores em ações práticas, identifica, por seções, objetivos-chave de atuação: valores e princípios; paz, segurança e armamento; desenvolvimento e erradicação da pobreza; proteger o ambiente comum; direitos humanos, democracia e boa governança; proteger as pessoas vulneráveis; responder às necessidades específicas de África; e reforçar a organização das Nações Unidas (UN-GA, 2000). A seção III da *Millennium Declaration* [desenvolvimento e erradicação da pobreza] é a principal referência para a formulação dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (8 ODM), concretamente os seguintes: reduzir a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e criar uma parceria mundial para o desenvolvimento (UN-GA, 2000). Os primeiros quinze anos de progresso e lições baseadas nas oito formas de mudar o mundo, impeliram para que governos e cidadãos a nível mundial criassem um novo modelo global para terminar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e agir sobre as alterações climáticas (UNRIC, 2015). Na Cimeira das Nações Unidas de setembro de 2015, este novo modelo irá traduzir-se na definição dos 17



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como parte da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

**vii) *World Summit on Sustainable Development (WSSD) - 2002***

A *World Summit on Sustainable Development (Earth Summit 2002)*, informalmente designada de *Rio+10*, decorre em Joanesburgo, África do Sul, entre 26 Agosto e 4 Setembro de 2002. Tem como objetivo principal rever e discutir as soluções propostas na *Agenda 21* apresentada na *Rio92*, avaliar os avanços, e identificar os obstáculos que impedem os países de promover avanços significativos em relação aos compromissos assumidos. Pretende-se ultrapassar o fosso entre o compromisso político e a sua implementação prática, tendo em conta que ocorrências mais recentes (ex. desafios da globalização, atentados do 11 de Setembro) acentuaram essa necessidade. Foi uma Cimeira de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da *Agenda 21* em ações concretas e tangíveis. Pretendia-se que a *Agenda 21* fosse aplicada de forma mais coerente não só pelos governos, mas também pelos cidadãos, realizando uma *Agenda 21 Local*, e implementando o que fora discutido 10 anos antes.

A solidariedade ente povos ricos e pobres estava no centro da discussão, pelo que foram focados assuntos como melhorias das trocas comerciais, acesso aos mercados, redução da dívida e aumento da ajuda pública ao desenvolvimento. Considerou-se que estes aspetos deveriam ter progressos com o apoio de outros processos relevantes (ex. *Doha Declaration on Financing for Development*). A *Rio+10* reúne um leque de participantes muito variados, tais como líderes mundiais, cidadãos preocupados, agências das Nações Unidas, instituições financeiras multilaterais, empresas, ONG, sindicatos, cientistas e investigadores, trabalhadores rurais, entre outros atores.

Na *Rio+10* foram escritos dois documentos. Um deles é o *Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development* (também designado de *Johannesburg Plan of Implementation*), que teve por base os resultados conseguidos desde o ano em que se realizou a cimeira *Rio 92* e como missão acelerar o cumprimento dos demais objetivos, detalhando as prioridades para a ação. O segundo documento é a *Johannesburg Declaration on Sustainable Development*, que reafirma o compromisso dos países com o desenvolvimento sustentável e acentua o carácter inclusivo do processo (envolver governos com principais grupos interessados da sociedade civil).



**viii) United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD) – 2012**

A *United Nations Conference on Sustainable Development*, ou *Rio+20*, é realizada no Rio de Janeiro em Junho de 2012 e tem como objetivo discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Prossegue com a *Agenda 21*, a carta de intenções que em 1992 propunha uma visão conjunta de temas económicos, sociais e ambientais. Entre as áreas prioritárias - que, inclusive, ganharam suas próprias conferências da ONU - surgiram outras como mudanças climáticas, biodiversidade, desertificação e responsabilidade corporativa. O documento apresentado é designado por *The Future We Want*. Na agenda de trabalho da *Rio+20* estão todos os temas centrais do desenvolvimento sustentável e economia, exceto o clima. Considerava-se importante encontrar um sucessor para o mal-afortunado *Kyoto Protocol*, único acordo internacional com poder de lei que estabelece limites para as emissões de CO<sub>2</sub> e outros gases-estufa, mas cujas metas não foram atingidas. Na *Rio+20* os Estados-membros decidem criar um fórum político de alto nível para substituir a *Commission on Sustainable Development (CSD)*, criada na *Rio92*, tal como já se referiu anteriormente.

Os governos continuam a ter papel principal, mas convivem com novos atores. A sociedade civil está mais organizada e exerce mais pressão sobre os governos, que demonstram dificuldades em corresponder às expectativas. Foi introduzido o conceito de governança, não para se discutir sobre burocracia, mas como uma condição necessária para encaminhar as decisões e recomendações que se tomaram na conferência. Para evitar que as instituições internacionais e internas de cada país atuassem de forma estanque, tornou-se necessário integrá-las num só projeto de desenvolvimento sustentável. Na Tabela 3.3 estão elencados os principais documentos emanados das iniciativas internacionais.

Na data de revisão deste capítulo, eram conhecidas as intenções das Nações Unidas e seus parceiros para estabelecerem uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, no horizonte 2030, que se consubstanciasse num plano de ação para as pessoas, para o planeta, para a prosperidade e para a paz. O maior desafio do desenvolvimento sustentável é erradicar a pobreza.

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

**Tabela 3.3.**  
Síntese dos principais documentos, acordos e convenções para o desenvolvimento sustentável (1972-2015)

Ano	Designação	Contexto
1972	– <i>Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment</i> – <i>Action Plan for the Human Environment</i>	United Nations Conference on the Human Environment
1980	– <i>World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development</i>	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
1991	– <i>Caring for The Earth: A Strategy for Sustainable Living</i>	
1992	– <i>Rio Declaration on Environment and Development</i> – <i>Agenda 21 - Global Programme of Action on Sustainable Development</i> – <i>Statement of Principles for the Sustainable Management of Forests</i> – <i>Convention on Climate Change</i> – <i>Convention on Biological Diversity</i>	United Nations Conference on Environment and Development
1997	– <i>Programme for the Further Implementation of Agenda 21</i>	Earth Summit+5
2000	– <i>United Nations Millennium Declaration</i>	Millennium Summit of the United Nations
2002	– <i>Johannesburg Declaration</i> – <i>Johannesburg Plan of Implementation</i>	World Summit on Sustainable Development
2010	– <i>Keeping the Promise: United to Achieve the Millennium Development Goals</i>	United Nations Summit on the Millennium Development Goals (MDGs)
2012	– <i>The Future We Want</i>	United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20
2013	– <i>Outcome document of the special event to follow up efforts made towards achieving the Millennium Development Goals</i>	UN General Assembly Event High Level Forum MDG Success
2015	– <i>Adoção de uma agenda de desenvolvimento sustentável</i>	United Nations Summit (setembro de 2015)

Fonte: Elaboração própria

#### ***ix) Outras iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável***

Para além da dinamização dos fóruns mundiais foram desenvolvidas outras iniciativas para incrementar o desenvolvimento sustentável. Diversas iniciativas paralelas surgiram apadrinhadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas para dar força positiva a este projecto mundial sobre a sustentabilidade. É o caso, por exemplo, da edição e divulgação de documentação muito diversa, criação de grupos especializados de trabalho, definição de datas temáticas comemorativas, por anos e décadas internacionais, por dias e semanas internacionais, e aniversários e eventos-chave. Por exemplo, a eleição da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e da Década Internacional Água para a Vida (2005-2015). A comunidade mundial também elegeu, por exemplo, o Ano Internacional do Ecoturismo, em 2002, o Ano Internacional das Fibras Naturais, em 2009, o Ano Internacional da Biodiversidade, em 2010, e o Ano Internacional das Florestas, em 2011. Paralelamente também estabelece datas comemorativas relacionadas com o meio ambiente, nomeadamente o Dia Mundial da Água

### **Capítulo 3 | Turismo sustentável**

(22 de março), o Dia Internacional para a Diversidade Biológica (22 de maio), o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca (17 de junho), o Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozono (16 de setembro), o Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Meio Ambiente em Tempos de Guerra e Conflito Armado (6 de novembro) ou o Dia Internacional das Montanhas (11 de dezembro). Também no domínio do turismo, desde 1980 que se celebra o Dia Mundial do Turismo a 27 de setembro e em cada ano é-lhe atribuído um tema. A OMT procura abordar temas que elucidem os cidadãos sobre a importância e contributo do turismo para o desenvolvimento em termos mais globais. Para a comemoração deste ano de 2015, o tema definido para os eventos comemorativos é *1 Billion Tourists / 1 Billion Opportunities*. Tem como objetivo sensibilizar a comunidade internacional para o impacto que o turismo tem a nível mundial, assente no seu potencial político, económico, social e cultural, como força de bem na criação de um mundo melhor para todos. Neste contexto, a OMT pretende que o turismo contribua para o alcance dos desígnios consagrados na *United Nations Millennium Development Goals (MDGs)*.

#### **3.2.3. Institucionalização do modelo de desenvolvimento sustentável ao nível regional europeu**

Um dos Tratados de Roma assinado em 1957, especificamente o referente à instituição da Comunidade Económica Europeia (CEE), apresenta no artigo 2.º a sua missão nos seguintes termos:

promover, pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas económicas dos Estados-membros, um desenvolvimento harmonioso das atividades económicas no seio da Comunidade, uma expansão económica contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integram.

Destaca-se o facto do mercado comum assentar em quatro liberdades – livre circulação de mercadorias, pessoas, de serviços e de capitais. Nas primeiras etapas de construção europeia as questões associadas ao ambiente e à sustentabilidade não são consideradas prioritárias pelo poder público e demais agentes económicos. Em termos cronológicos é possível constatar que as preocupações com o ambiente surgem de forma gradual ao longo dos anos.

A União Europeia tem desenvolvido diversos esforços para promover o desenvolvimento sustentável, no quadro de uma política internacional que começou a ser liderada pelas

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

Nações Unidas em parceria com várias instituições. O Tratado de Amesterdão (TA), assinado em 1997, integra o desenvolvimento sustentável como um objetivo fundamental das políticas da União Europeia (European Commission, 2015). Refere, no preâmbulo, que estão “determinados a promover o progresso económico e social dos seus povos, tomando em consideração o princípio do desenvolvimento sustentável e no contexto da realização do mercado interno e do reforço da coesão e da proteção do ambiente, e a aplicar políticas que garantam que os progressos na integração económica sejam acompanhados de progressos paralelos noutras áreas”. O artigo 2º, sobre a missão, passa a ter uma nova redação para aludir ao “desenvolvimento (...) sustentável das atividades económicas”, “igualdade entre homens e mulheres” e à “competitividade (...) das economias”. É também inserido o artigo 3º-C, nos seguintes termos “as exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da Comunidade previstas no artigo 3º, em especial com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável”.

Em 2000, o Conselho Europeu estabelece um novo objetivo estratégico para a União Europeia, nomeadamente “tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”. Um ano mais tarde, em 2001, decide que este objetivo deveria ser reforçado com a inclusão da dimensão ambiental através da estratégia de desenvolvimento sustentável da União Europeia, pelo que o crescimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente deveriam estar intimamente ligados.

*A Sustainable Europe for a Better World: A European Union Strategy for Sustainable Development* é apresentada pela Comissão ao Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 (COM(2001)264 final). Esta iniciativa surge dos compromissos assumidos pela União Europeia no contexto da *Rio Declaration on Environment and Development* e na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1997, no sentido de definir e apresentar, na *Rio+10* uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. A estratégia propõe objetivos e medidas políticas para resolver algumas das ameaças mais graves ao desenvolvimento sustentável que, não sendo novas, exigem uma nova estratégia: agenda política que altere políticas e modelos de comportamento institucionalizados associados à decisão política e que concilie as respostas de forma coerente (desenvolvimento sustentável como objetivo

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

central de todos os sectores e políticas) e coordenada (Commission of the European Communities, 2001<sub>a</sub>). Estas sugestões são feitas no sentido de assegurar que as políticas económicas, ambientais e sociais se reforcem mutuamente e, para garantir isso, propõe a obrigação da Comissão submeter propostas políticas importantes. Para que seja possível atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável e inverter as tendências não-sustentáveis, apela à participação ativa de todos os atores, incluindo as instituições comunitárias, Estados-membros, empresas, cidadãos e suas organizações representativas, e autoridades locais.

Em 2005 a COM(2001)264, anteriormente referida, é atualizada com a comunicação *On the review of the Sustainable Development Strategy: A platform for action* (COM(2005)658 final), que sublinha a importância dos diferentes atores conjugarem esforços à volta de uma perspetiva clara e de um quadro político de ação. Nesta comunicação o turismo vem referenciado como um dos sectores afetados pela perda da biodiversidade devido, em parte, às alterações climáticas. Sublinhe-se que no contexto do Tratado de Lisboa (2009) a União Europeia alude ao desenvolvimento sustentável da Europa e do planeta como um dos seus objetivos fundamentais, orientando a Política de Coesão. Agregada à Estratégia está o princípio da integração das preocupações ambientais com as políticas europeias que têm impacto sobre o meio ambiente.

**3.2.4. Objetivos, princípios e dimensões**

Ao longo das subseções anteriores foram referidos objetivos e alguns princípios apresentados por organizações internacionais para promover o modelo global de desenvolvimento sustentável. Uma vez que os princípios do desenvolvimento sustentável apresentados na *Rio 92* continuam a ser citados como uma referência de base, pela pertinência que ainda assume atualmente, na Tabela 3.4 reescrevem-se esses vinte e sete princípios.

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

**Tabela 3.4. Princípios do desenvolvimento sustentável (DS) apresentados na Rio92**

1	Os seres humanos estão no centro das preocupações com o DS; têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.
2	Os Estados têm, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.
3	O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de forma a atender equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.
4	A fim de alcançar o DS, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.
5	Todos os Estados e todos os povos devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável para o DS, com o objetivo de reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender as necessidades da maioria dos povos do mundo.
6	A situação e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, particularmente os menos desenvolvidos e ecologicamente mais vulneráveis, devem ter prioridade especial. Ações internacionais no domínio do ambiente e desenvolvimento devem também atender aos interesses e necessidades de todos os países.
7	Os Estados devem cooperar sob um espírito de parceria global para conservar, proteger e restaurar a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Considerando as diferentes contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na prossecução internacional do DS, tendo em conta as pressões que as suas sociedades exercem sobre o ambiente global e o controle que têm sobre os recursos tecnológicos e financeiros.
8	Para alcançar o DS e uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.
9	Os Estados devem cooperar no fortalecimento da capacitação endógena para o DS, melhorando a compreensão científica através do intercâmbio do conhecimento científico e tecnológico, e favorecendo o desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias, incluindo tecnologias novas e inovadoras.
10	As questões ambientais são melhor tratadas com a participação de todos os cidadãos interessados, ao nível adequado. No nível nacional, cada indivíduo deverá ter acesso adequado às informações relativas ao ambiente sob domínio das autoridades públicas, incluindo informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, e a oportunidade de participar nos processos de tomada de decisão. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando as informações disponíveis. Acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, incluindo recurso e resolução, deve ser fornecido.
11	Os Estados devem adotar legislação ambiental eficaz. Normas ambientais, objetivos de gestão e prioridades devem refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam. Há normas aplicadas por alguns países que podem ser inadequadas e de custo económico e social injustificado para outros países, em especial para os países em desenvolvimento.
12	Os Estados devem cooperar para promover um sistema económico internacional favorável e aberto que conduza ao crescimento económico e DS em todos os países, para melhor resolver os problemas de degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificada ou uma restrição dissimulada ao comércio internacional. As ações unilaterais para lidar com os desafios ambientais fora da jurisdição do país importador devem ser evitadas. As medidas ambientais dirigidas aos problemas transfronteiriços ou ambientais globais devem basear-se, sempre que possível, num consenso internacional.
13	Os Estados devem desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e indemnização para as vítimas de poluição e outros danos ambientais. Os Estados também devem cooperar de forma expedita e mais determinada para desenvolver ainda mais o direito internacional em matéria de responsabilidade e compensação por efeitos adversos de danos ambientais causados por atividades dentro de sua jurisdição ou controle para áreas fora de sua jurisdição.
14	Os Estados devem cooperar efetivamente para desincentivar ou prevenir a deslocalização e transferência para outros Estados de quaisquer atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais ao ser humano saúde.
15	A fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com as suas capacidades. Sempre que se apresentem riscos de danos graves ou irreversíveis, a falta de certezas científicas não deve ser usada como argumento para prevenir a degradação ambiental e para adiar medidas que são economicamente eficazes.
16	As autoridades nacionais devem esforçar-se para promover a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos económicos, tendo em conta a abordagem de que o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo de poluição, com o devido respeito pelo interesse público e sem distorcer o comércio e investimento internacionais.
17	Avaliação de impacto ambiental, como instrumento nacional, deve ser realizada para as atividades propostas que possam vir a ter um impacto negativo significativo sobre o meio ambiente e ficam sujeitas a uma decisão por parte da autoridade nacional competente.
18	Os Estados devem notificar imediatamente outros Estados de quaisquer desastres naturais ou outras situações de emergência que possam vir a provocar súbitos efeitos prejudiciais sobre o ambiente desses Estados. Devem ser feitos todos os esforços pela comunidade internacional para ajudar os Estados afetados.
19	Os Estados devem disponibilizar, previamente e em tempo oportuno, informações relevantes aos Estados potencialmente afetados pelas atividades que possam ter um efeito ambiental transfronteiriço adverso significativo e deve consultar esses Estados numa fase precoce e com uma atitude de boa-fé.
20	As mulheres têm um papel vital na gestão e desenvolvimento ambiental. A sua plena participação é, portanto, essencial para alcançar um DS
21	A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para formar uma parceria global para atingir DS e garantir um futuro melhor para todos.
22	Populações indígenas e suas comunidades e outras comunidades locais têm um papel vital na gestão e desenvolvimento ambiental por causa do seu conhecimento e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente a sua identidade, cultura e interesses e possibilitar a sua participação efetiva na concretização do DS.
23	O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos a opressão, dominação e ocupação devem ser protegidos.
24	A guerra é, por definição, prejudicial ao DS. Os Estados devem, portanto, respeitar o direito internacional proporcionando proteção para o meio ambiente em tempos de conflito armado e cooperar para o seu desenvolvimento, quando necessário.
25	A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis.
26	Os Estados devem solucionar todas as suas controvérsias ambientais de forma pacífica e por meios adequados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
27	Os Estados e as pessoas devem cooperar de boa-fé e com espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração e no desenvolvimento do direito internacional no campo do DS.

Fonte: UN (1992)

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

É comum referir-se que as dimensões (também designadas de pilares da sustentabilidade) mais associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável são a económica, a social e a ecológico/ambiental. Estas são muitas vezes esquematizadas num triângulo de sustentabilidade, no qual em cada vértice se colocam os pilares social, ambiental e económico. Neste contexto, tal como refere Soromenho-Marques (2005), muitas das discussões sobre estratégias de sustentabilidade são feitas baseadas no paradigma do “triângulo equilátero; isto é, a tese segunda a qual cada um dos vértices, ou pilares, deve ter um peso e uma relevância idêntica” (p. 29), também conhecido como modelo do *equal footing*. Soromenho-Marques (2005) contra-argumenta esta visão, referindo que os vértices são qualitativamente diferentes, têm uma natureza específica e inserem-se num *processo* dinâmico de transformação [desenvolvimento sustentável], pelo que não devem ser discutidos quanto à sua igualdade numérica. Sob esta argumentação, e inspirado na teoria aristotélica da causalidade, o autor enquadra o desenvolvimento sustentável como processo de transformação nos termos apresentados na tabela seguinte (Tabela 3.5).

**Tabela 3.5.**

## Desenvolvimento sustentável como processo de transformação

---

Dimensão Político-Institucional como Causa Eficiente: princípio da mudança, factor decisivo para a transformação da realidade. Traduz o consenso e a vontade política e operacional de mudança.

---

Dimensão Económica como Causa Material: aquilo do qual algo surge, ou mediante o qual algo chega a ser. Traduz a mudança na reprodução quotidiana das condições de vida numa perspectiva da sua continuação e qualificação.

---

Dimensão Ambiental como Causa Formal: é a ideia ou o paradigma que dá forma (e condiciona) a transformação. Traduz o quadro de conhecimento complexo que deve modelar a mudança (incluindo os limites e possibilidades abertos pela aplicação da nossa representação das leis naturais).

---

Dimensão Social como Causa Final: o objectivo visado, o modelo de sociedade pretendida. Traduz o projecto de futuro onde as relações humanas (e dos humanos com as outras criaturas e ecossistemas) ocupam um lugar central.

---

Fonte: Soromenho-Marques (2005, p. 31)

Soromenho-Marques (2005) refere que um efetivo processo de transformação tem que ter alguém responsável por o desencadear e promover, pelo que propõe que, em vez do triângulo, se apresente um *quadrado* do desenvolvimento sustentável, que inclua o vértice político-institucional. A dimensão político-institucional, associada mais recentemente às três dimensões tradicionais do conceito de desenvolvimento sustentável, traduz um modelo de cooperação e interação para fomentar formas mais eficazes de governação. Por um lado, ao nível das instituições e dos sistemas legislativos (ex. mais flexibilidade,



---

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

transparência, democracia) nos seus diversos níveis (do internacional ao local) e, por outro, ao nível da participação dos grupos de interesse da sociedade civil organizada (ex. sindicatos, organizações empresariais, ONG), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2007). No contexto desta tese, a dimensão político-institucional assume particular destaque e é focada através do conceito de governança.

### **3.3. Turismo sustentável**

O debate sobre turismo sustentável, se fundamentado e credível, deve ser feito à luz do modelo global de desenvolvimento sustentável, tal como testemunham diversos autores na literatura científica em turismo como, por exemplo, Butler (1999), Hall (2009), Hunter (2009), Page (2005), Sharpley (2000 e 2015), Swarbrooke (1999).

#### **3.3.1. Concetualização**

Na literatura proliferam inúmeras definições associadas ao turismo sustentável, quer de âmbito institucional, quer outras que emergem dum quadro de investigação científica. A título ilustrativo, na Tabela 3.6 apresentam-se algumas dessas definições. O conceito de turismo sustentável deriva, formalmente, do conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no *Brundtland Report* em 1987 (Committee of the Regions, 2006), ao qual foi dado um grande impulso através da *Agenda 21*, apresentada na *Rio 92*. Com base na *Agenda 21* muitos governos nacionais adotaram a sustentabilidade como a sua política fundamental (WTO, 1998). Desde então, o conceito deu origem a diversas definições, em contexto institucional e de investigação, para serem aplicadas a domínios sectoriais específicos, incluindo o turismo.



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

**Tabela 3.6.**  
Definições de turismo sustentável (exemplos)

<b>Definição (autor, ano)</b>	<b>Referências</b>
Turismo sustentável é a gestão dos recursos turísticos de maneira a satisfazer as necessidades económicas, sociais e estéticas, ao mesmo tempo que mantém a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. (Globe'90 Conference on Environment and Industry, 1990)	Yonglong (1996)
Turismo sustentável é o turismo que é desenvolvido e mantido numa área (comunidade, meio ambiente), de tal forma e em tal escala, que permanece viável durante um período infinito sem degradar ou alterar o ambiente (físico e humano) no qual se integra, ao mesmo tempo que permite o sucesso do desenvolvimento e o bem-estar de outras atividades e processos. (Butler, 1993)	Butler (1999)
O turismo sustentável é uma abordagem positiva que tem a intenção de reduzir as tensões e as divergências criadas pelas interações complexas entre a indústria turística, visitantes, ambiente e comunidades que acolhem os visitantes. Envolve trabalhar para a viabilidade e qualidade a longo prazo dos recursos humanos e naturais. Não é contra o crescimento mas admite que este tem limites. (Bramwell & Lane, 1993)	Bramwell & Lane (1993)
O turismo sustentável é qualquer forma de desenvolvimento turístico ou atividade que respeite o ambiente; assegure a conservação a longo-prazo dos recursos naturais e culturais; é social e economicamente aceitável e justo.	Comité de Ministros do Conselho da Europa (1995)
O desenvolvimento turístico sustentável satisfaz as necessidades atuais dos turistas e das regiões de acolhimento sem deixar, no entanto, de proteger e melhorar as perspectivas futuras. Deve integrar a gestão de todos os recursos, para que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas vivos. (OMT, 1988)	CEC (2001); WTO (1998); WTTC, WTO & EC (1996); ECOSOC (2001)
Turismo sustentável inclui viagens e visitas ambientalmente responsáveis a áreas naturais, a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e todos os recursos culturais relacionados, do passado e do presente) de uma forma que promove a conservação, o impacto causado pelo visitante é baixo e prevê o envolvimento socioeconómico, ativo e vantajoso, dos povos locais. (WCU, 1996)	World Conservation Union (1996)
Turismo sustentável é o turismo que é viável do ponto de vista económico e social e não desvaloriza o ambiente nem a cultura local. Significa sucesso comercial e económico; contenção, preservação e desenvolvimento ambiental; e responsabilidade para com a sociedade e os valores culturais, isto é, três aspetos interdependentes.	CCE (2003)
O turismo que tem em plena conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais, atuais e futuros, satisfazendo as necessidades dos visitantes, indústria, ambiente e comunidades de acolhimento (WTO, 2005)	WTO (2005)
Turismo que é baseado em princípios de desenvolvimento sustentável, com o "objetivo fundamental de tornar todo o turismo mais sustentável". (UNEP & WTO, 2005)	UNEP & WTO (2005)

Fonte: Elaboração própria, baseada nos autores citados

As definições iniciais e contemporâneas de desenvolvimento sustentável do turismo estão muito alinhadas com os princípios gerais do desenvolvimento sustentável / sustentabilidade (Sharpley, 2009). Embora continue o debate sobre a definição e significado do desenvolvimento sustentável, a maioria dos especialistas enfatiza a necessidade de mudar a conduta humana à luz da degradação global massiva ambiental e das desigualdades socioeconómicas (Trousdale, 1997).

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

O conceito de turismo sustentável surge na literatura informalmente, antes mesmo do termo desenvolvimento sustentável surgir oficialmente, como se evidencia seguidamente com alguns exemplos. Em 1965, Hetzer defende o surgimento de um novo contexto de oferta turística, a qual designa de turismo alternativo ou responsável, baseado nas seguintes características: impactos ambientais negativos mínimos; impactos socioculturais negativos mínimos; máximo respeito pela cultura da comunidade de acolhimento; benefícios económicos máximos para o destino; e máxima satisfação para os turistas (Ballantyne & Packer, 2013). Hardy *et al.* (2002) indicam, como exemplo, as sugestões deixadas por Rosenow & Pulsipher (1979), que se referem ao *novo turismo* como uma “arma” para preservar cidades, respeitar a capacidade de carga, reforçar os valores ambientais e patrimoniais e, ainda, educar os turistas. Também o modelo de ciclo de vida do destino apresentado por Butler (1980) já reflete indiretamente o conceito de desenvolvimento sustentável (Hardy *et al.*, 2002; Hunter, 1995), assim como o conceito de capacidade de carga. Segundo Cooper (2012), em 1982 Jost Krippendorf é pioneiro no turismo sustentável quando escreve que “o crescimento do turismo sem restrições pode acarretar efeitos económicos positivos superados por desvantagens significativas em termos sociais e ambientais” (p. 119).

Em 1988, a OMT, na sequência da apresentação do conceito de turismo sustentável, refere que “o desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades presentes dos turistas e as regiões anfitriãs ao mesmo tempo que protege e melhora as oportunidades para o futuro” (Pérez-Salom, 2001, p. 812). No plano formal, e segundo Hardy *et al.* (2002), o relatório *Our Common Future* faz referência detalhada a seis desafios comuns e recomendações, incluindo a necessidade de conservação fora das áreas protegidas e ao turismo baseado na vida selvagem, acrescentando que na edição australiana do relatório, também é referido o papel de pequena escala, o turismo sensível nos domínios ambiental e cultural, envolvendo as comunidades aborígenes.

Na literatura, há várias abordagens ao conceito de desenvolvimento do turismo sustentável. Cita-se a título de exemplo os autores Clarke (1997), Hunter (1997) e Sharpley (2009). Para a presente investigação, destaque-se a abordagem de Sharpley (2009), que aborda o desenvolvimento do turismo sustentável em três vertentes (Tabela 3.7).

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

**Tabela 3.7.**  
Abordagens ao desenvolvimento do turismo sustentável

I	Como um objetivo ou como uma visão
II	Como um processo para atingir ou progredir em direção a uma visão
III	Como políticas, planos ou atividades das organizações (públicas, privadas ou do terceiro sector) que estão envolvidas no desenvolvimento sustentável do turismo

Fonte: Baseado em Sharpley (2009)

Sharpley (2009) reconhece que, na prática, não é fácil distinguir as três abordagens. Por exemplo, o objetivo ou visão do desenvolvimento do turismo sustentável é frequentemente confundido com os princípios, políticas e processos para o seu alcance, na medida em que o conceito de desenvolvimento do turismo sustentável é mais vezes associado a um conjunto de princípios e práticas do que a um objetivo genérico (Sharpley, 2009). Este conjunto de princípios e práticas, inevitavelmente, foca-se no desenvolvimento do turismo *per se*, e muitas vezes associado ao contexto do destino, com duas consequências relacionadas. Por um lado, é presumível que a visão norteie a elaboração dos planos, políticas e processos necessários para o seu alcance e não o contrário. Por outro lado, a visão ou objetivo é, geralmente, o turismo sustentável ou a sustentabilidade dos recursos dos quais depende a atividade turística enquanto atividade socioeconómica, em vez de ser o desenvolvimento sustentável do turismo ou desenvolvimento sustentável através do turismo. A este propósito, Hunter (1995) e Butler (1999) referem que o desenvolvimento do turismo sustentável é muitas vezes conceptualizado de forma paroquial, ou seja, numa perspetiva centrada no turismo que enfatiza a sustentabilidade do próprio turismo, ao invés de se focalizar no contributo potencial ou real que o turismo pode dar para o contexto mais global do desenvolvimento sustentável.

### 3.3.2. Institucionalização do modelo de turismo sustentável

Nos anos 70 algumas das nocivas consequências ambientais, culturais e sociais do turismo começaram a ser contestadas e a despoletar o interesse por formas alternativas de turismo, e na década de 80 surgem de forma mais visível iniciativas relacionadas com o ecoturismo, turismo verde, turismo natural, entre outras com designações análogas (Pérez-Salom, 2001). A comunidade internacional começa gradualmente a tomar iniciativas para que o sector do turismo adote o modelo de desenvolvimento sustentável, à semelhança do que já se verifica com outras atividades que iniciaram esse percurso mais cedo. As preocupações

### **Capítulo 3 | Turismo sustentável**

com os impactos do turismo no ambiente são relativamente recentes, têm surgido por fases (Pérez-Salom, 2001) e associadas a diversos problemas de ordem transversal, especialmente, nos planos geográfico, sectorial e institucional.

O turismo, sendo reconhecido pelos vários organismos intergovernamentais como uma atividade económica que gera benefícios, consome recursos de diversa índole e gera impactos diversos, é um dos sectores que, gradualmente, tem vindo a beneficiar do aparecimento de diversos instrumentos que pretendem fomentar o desenvolvimento sustentável.

Embora o termo *sustentabilidade* não esteja referenciado nos primeiros discursos sobre os impactos do turismo, uma análise sistemática permite aferir que os instrumentos mais antigos contêm recomendações e reflexões que se relacionam diretamente com as dimensões económica, social, cultural e física da sustentabilidade, mas não utilizando essa expressão hoje tão universalizada.

#### **3.3.2.1. A nível internacional**

##### ***i) Iniciativas das Nações Unidas***

###### *Turismo na Agenda 21 da Rio 92*

Segundo Pérez-Salom (2001) a *Rio92* é a iniciativa propulsora do início à abordagem da sustentabilidade ao turismo. Na *Agenda 21 da Rio 92* não consta nenhum capítulo específico para o turismo nem para outros sectores em particular. Contudo, de forma pontual, apresenta recomendações para o turismo em diversos capítulos, nomeadamente nos seguintes contextos: proporcionar abrigo adequado para todos (Capítulo 7); integrar o desenvolvimento e ambiente na tomada de decisão (Capítulo 8); combater a desflorestação (Capítulo 11); gerir ecossistemas frágeis, nomeadamente das montanhas (Capítulo 13); agricultura sustentável e desenvolvimento rural (Capítulo 14); oceanos e mar (Capítulo 17); e educação, formação e consciencialização (Capítulo 36). Ao longo destes capítulos o turismo é referenciado de forma modesta. Ainda a título de exemplo, refira-se que no Capítulo 11 é recomendado aos governos que promovam o ecoturismo enquanto método para melhorar o planeamento e gestão sustentável das florestas (Hardy *et al.*, 2002). No Capítulo 30, apesar de não referir o turismo, contém diversas recomendações para o comércio e indústria que são relevantes para o turismo (ex. produção mais limpa através

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

das parcerias, incentivo ao empreendedorismo) (Pérez-Salom, 2001). Esta referência cruzada evidência o facto de o turismo ser trans-sectorial e a consequente necessidade de se fazer uma abordagem transdisciplinar (Pérez-Salom, 2001), assim como também realça, mais uma vez, a necessidade de articular, num contexto holístico, o planeamento do turismo em áreas políticas muito diversificadas.

*O turismo na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas*

O assunto do turismo sustentável só entra na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1997. Até essa altura apenas é discutido pela *Commission on Sustainable Development* (CSD) no contexto dos países insulares em desenvolvimento, através do *Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States* (UN-DESA, 2005).

Em 1997, durante a 19.<sup>a</sup> sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, que se realiza com o propósito de avaliar os cinco anos de implementação da *Agenda 21* e renovar compromissos (Pérez-Salom, 2001), é adotada a *Resolution S/19-2*, cujo anexo contém o *Programme for the Further Implementation of Agenda 21* e no qual o turismo sustentável é mencionado nos parágrafos 67 a 70. O documento argumenta que o turismo é importante e que passa a integrar a lista dos assuntos da cooperação internacional a tratar no âmbito da *Agenda 21* (Pérez-Salom, 2001) pois, tal como outros sectores económicos, “usa recursos, gera resíduos e tem custos e benefícios ambientais, culturais e sociais no processo” (UN-GA, 1997, p. 25). Enfatiza ainda que o desenvolvimento sustentável do turismo é importante para todos os países e, particularmente, para os países em desenvolvimento formado por pequenas ilhas, os quais devem beneficiar da cooperação internacional. Identifica também algumas linhas de ação e estabelece que a CSD tem que desenvolver um programa de trabalho internacional sobre turismo sustentável, orientado para a ação, a definir em cooperação entre OMT, a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), United Nations Environment Programme (UNEP), Conference on the Parties to the Convention on Biological Diversity e outros organismos relevantes (UN-GA, 1997). Salienta também que o desenvolvimento e implementação da política deve decorrer num quadro de cooperação em que todas as partes interessadas são envolvidas, dando particular ênfase ao sector privado e comunidades locais. Pérez-Salom (2001) refere que apesar da *Agenda 21*, apresentada em 1992, e o *Programme for the*

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

*Further Implementation of Agenda 21*, apresentado em 1997, “serem as bíblias para o desenvolvimento sustentável, vale a pena notar que são apenas documentos políticos; não definem um sistema de objetivos e cronogramas e não existe um mecanismo efetivo de controlo” (p. 815).

Em 1998, a Assembleia Geral das Nações Unidas (*Resolution 53/24*) proclama 2002 como o *International Year of Mountains* e o *International Year of Ecotourism*, no qual o UNEP e a OMT se envolvem particularmente. Nesta sequência, em 1999 a Assembleia Geral das Nações Unidas coloca o turismo sustentável na agenda da 7.<sup>a</sup> sessão da CSD. Neste momento o turismo é considerado como um sector económico e é mantido um diálogo com os agentes sobre o assunto. A CSD adota a *Decision 7/3 Tourism and Sustainable Development*, que inclui os resultados do programa de trabalho internacional sobre o desenvolvimento sustentável do turismo [requerido em 1997], apelando especificamente à atuação dos governos e da indústria turística. A sua implementação é revista em 2002 como parte integrante do plano da revisão do progresso alcançado após 10 anos da Cimeira do Rio (UN-DESA, 2005).

*A atuação do UNEP*

O UNEP tem assumido um papel importante na clarificação das questões sobre turismo sustentável (Pérez-Salom, 2001). O âmbito da sua atuação versa sobre diversas outras questões que, não sendo exclusivas do turismo, também ajudam a promover uma produção mais limpa e segura e padrões de consumo sustentáveis. No contexto dos assuntos de turismo e ambiente, as principais áreas de atuação do UNEP são ao nível das iniciativas regulamentares de carácter voluntário (ex. códigos de conduta e diretrizes), das melhores práticas que devem ser adotadas pelas autoridades públicas e empresas, particularmente as tecnologias ambientalmente corretas e práticas de gestão ambiental para os hotéis e indústria em geral, e ao nível da gestão do turismo em áreas sensíveis (ex. áreas protegidas, áreas costeiras) (Pérez-Salom, 2001).

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o UNEP cria um conjunto de princípios sobre turismo sustentável, traduzidos no *UNEP Draft Principles for Implementation of Sustainable Tourism*. Este incide sobre a aplicação do desenvolvimento sustentável e consolida as orientações até essa data disponíveis num corpo consistente de princípios básicos, num esforço de envolver os agentes no desenvolvimento e

### **Capítulo 3 | Turismo sustentável**

implementação do turismo sustentável (Pérez-Salom, 2001). Particularmente, o documento tem por objetivo disponibilizar orientações de carácter mais geral para orientações mais detalhadas, que deveriam de ser preparadas no quadro das convenções e iniciativas relevantes relacionadas com os assuntos turísticos (Pérez-Salom, 2001). O documento também assiste os governos, organizações intergovernamentais, associações internacionais do turismo e outras organizações a operacionalizar o conceito de turismo sustentável (Pérez-Salom, 2001). O documento inclui, ainda, a integração do turismo na política mais abrangente do desenvolvimento sustentável, desenvolvimento do turismo sustentável, gestão do turismo e condições para o sucesso.

Em Fevereiro de 1999, o Conselho Administrativo do UNEP aborda o assunto do turismo sustentável e aprova o documento referido - *Principles for Implementation of Sustainable Tourism*. Este reconhece a importância do turismo como uma alavanca para o desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento, e solicita ao diretor do UNEP para desenvolver ainda mais os princípios orientadores e continuar a preparação de iniciativas voluntárias e códigos de conduta para o sector. Também convida a CSD para chamar os governos a integrar as considerações sobre turismo sustentável nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e em convenções multilaterais relevantes sobre ambiente (Pérez-Salom, 2001).

#### *A atuação da CSD*

Seguindo os mandatos do *Programme for the Further Implementation of Agenda 21*, apresentado na *Earth Summit+5* em 1997, e do Conselho Administrativo do UNEP, a agenda da CSD na sua 7.<sup>a</sup> sessão (CDS-7) foca-se pela primeira vez no turismo e no desenvolvimento sustentável. Esta 7.<sup>a</sup> sessão decorre em Nova Iorque, em Maio e Junho de 1998 e em Abril de 1999, e os debates tidos no contexto do sector turístico da CSD visam dois objetivos. Um primeiro é gerar um contexto inovador de diálogo e participação entre governos, empresas e representantes sociais das ONG, sindicatos e governos locais (Pérez-Salom, 2001). Um outro é identificar políticas estratégicas que possam aumentar os impactos positivos do turismo nos objetivos do desenvolvimento sustentável. A CDS-7 termina com a adoção de um programa de trabalhos internacional sobre desenvolvimento sustentável do turismo, e a CSD decide começar a implementá-lo de imediato com todos os meios e recursos relevantes disponíveis (Pérez-Salom, 2001).



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

*Atuação da Mediterranean Commission on Sustainable Development (MCSD)*

A bacia do Mediterrâneo é a primeira região a aplicar os critérios da sustentabilidade às atividades turísticas através da atuação da Mediterranean Commission on Sustainable Development (MCSD), criada em 1996, e integrada no quadro político do UNEP Regional Seas Programme lançado em 1994 (Pérez-Salom, 2001). A MCSD tem por objetivo preparar recomendações e convidar os Estados ribeirinhos, a Comissão Europeia e as Contracting Parties to the Barcelona Convention a harmonizar o desenvolvimento sustentável no Mediterrâneo (Pérez-Salom, 2001), facilitando a ligação entre o quadro global e regional e as políticas nacionais e ações ao nível local. Para esse fim reúne um grupo com diversos agentes de cada um dos doze países, a União Europeia e cinco ONG, o qual apresenta um relatório em 1998, no Mónaco, com propostas de ações e recomendações, de diálogo e um método de trabalho a aplicar no âmbito da parceria estabelecida (Pérez-Salom, 2001).

*Plano de Implementação de Joanesburgo, 2002*

Na *World Summit on Sustainable Development*, realizada em Johannesburg em 2002, é adotado o *Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development*, no qual o turismo aparece referenciado no Capítulo IV, parágrafo 43. Neste plano é solicitado que se promova o desenvolvimento do turismo sustentável tendo em conta os propósitos do Ano Internacional do Ecoturismo (2002) e do Ano do Património Cultural (2002), a *Eco-tourism Summit 2002* e a *Quebec Declaration*. Refere ainda a importância do *Global Code of Ethics for Tourism*, adotado pela OMT, para aumentar os benefícios provenientes dos recursos turísticos para a comunidade, ao mesmo tempo que mantém a integridade do ambiente físico e cultural da comunidade e reforça a proteção das áreas ecologicamente sensíveis e o património natural. Também refere que a *capacity-building* é importante no desenvolvimento do turismo sustentável porque contribui para o fortalecimento das comunidades locais e rurais. O plano em análise também refere um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas em diversos níveis, tais como por exemplo as seguintes: reforçar a cooperação internacional; desenvolver programas (ex. educação e formação) que encorajem as pessoas a participar em diversas iniciativas; prestar assistência técnica a países necessitados para apoiar o desenvolvimento de negócios do turismo sustentável;



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

ajudar as comunidades de acolhimento na gestão das visitas; promover a diversificação das atividades económicas (ex. facilitar acesso aos mercados e à informação comercial (UN, 2002)

**ii) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)**

Um dos primeiros documentos políticos dirigidos pela OCDE aos governos no domínio do turismo, a *Recommendation of the Council on Government Action to Promote Tourism* (OECD, 1965), já contempla a importância do turismo na economia e os efeitos positivos que este tem nas esferas económica, social, educacional e cultural. A OCDE apresenta onze recomendações no âmbito da política económica e dos programas governativos. Destaca-se a recomendação feita para que os governos dos países membros adotem “todas as medidas adequadas para garantir a preservação e proteção dos recursos do seu património natural, histórico e cultural, que são de valor substancial para o turismo” (OECD, 1965, ponto 3), para que promovam ações de sensibilização junto dos cidadãos para deterem uma melhor perceção sobre a importância do turismo e para que obtenham amplo apoio para o turismo por parte do público em geral e no âmbito governamental (OECD, 1965, ponto 2). Neste documento já é perceptível a necessidade de se fomentar uma boa relação da atividade turística com o meio envolvente, embora a palavra sustentabilidade não seja utilizada.

Depois de, em 1972, o Conselho apresentar os princípios orientadores relacionados com os aspetos internacionais das políticas ambientais e as suas implicações económicas e sociais (ex. estabelecimento de indicadores ambientais para avaliação de impacto ambiental), em 1979 a OCDE publica a *Recommendation of the Council on Environment and Tourism*, que também integra as *Guidelines Concerning the International and Economic Aspects of Environmental Policies in Tourist Areas* (OECD, 1979). Neste documento são identificadas cinco recomendações apresentadas pelo Environment Committee da OCDE (atual Comité da Política Ambiental) ao Conselho, para que se implementem políticas ambientais no contexto dos aspetos turísticos, e apresentadas quinze diretrizes às autoridades competentes para se focarem em diversos aspetos concretos do planeamento, estratégia e gestão dos recursos no contexto da preservação da qualidade ambiental nas áreas recetoras de turistas. Entre as várias recomendações destacam-se as seguintes: a necessidade de harmonizar as políticas de turismo com as políticas ambientais;

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

disponibilizar toda a informação possível para tomar decisões; prestar redobrada atenção em períodos de maior procura em que a pressão dos impactes ambientais negativos é mais difícil de controlar; incentivar o sector público e privado a tomar medidas adequadas para gerir os fluxos turísticos; promover avaliação de impacto ambiental; limitar o desenvolvimento em áreas sensíveis tendo em conta a sua capacidade de carga; atribuir responsabilidades aos agentes públicos e/ou privados; e disponibilizar informação e fomentar a participação da comunidade. Esta recomendação alude de forma objetiva à relação inequívoca e biunívoca que na altura já se expressava entre o turismo e o ambiente, ao mesmo tempo que alude ao respeito pelas tradições culturais.

**iii) Organização Mundial de Turismo (OMT)**

As raízes da criação da OMT remontam a 1946 com a criação da International Union of Official Tourist Propaganda Organizations (IUOTPO), uma organização internacional não-governamental. Em 1948, obtém o estatuto de consultor das Nações Unidas e em 1970, através da mudança de estatutos, passa a designar-se Organização Mundial de Turismo. Desde sempre que assume a liderança mundial na representação e defesa dos interesses do sector, responsabilidade que lhe é definitivamente reconhecida, em 2003, quando passa a ter o estatuto de agência especializada das Nações Unidas e a designar-se, abreviadamente, de UNWTO.

A OMT é um ator reconhecido no sistema internacional, com um regime normativo supranacional (ex. para compilação de dados estatísticos) e que, ao mesmo tempo e por direito próprio, tem influência nas políticas de turismo dos governos e das regiões turísticas integradas na sua área territorial de influência, assim como no desenvolvimento de estratégias turísticas (Hall, 2005). No âmbito da transformação e transferência do poder e autoridade do Estado no processo de globalização, a OMT é uma das mais novas estruturas reguladoras que, dotada de um regime normativo supranacional, tem influenciado de forma crescente o desenvolvimento do turismo em diversas vertentes (Hall, 2005). O tipo de instrumentos que a OMT utiliza são não-vinculativos, mas o seu estatuto e reconhecimento têm conseguido reunir consensos e fomentar a adesão de diversos agentes, assim como apoiar inúmeras iniciativas que emergiram dos seus desafios e que, por isso, refletem as suas recomendações (ex. *Tour Operators' Initiative for Sustainable Tourism Development*).

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

*Iniciativas da OMT na década de 80*

A OMT é o primeiro organismo internacional a apresentar iniciativas para se gerir melhor a relação entre o turismo e ambiente, tendo muitas delas resultado de conferências de âmbito internacional ou regional (Pérez-Salom, 2001). Embora os destinatários das suas iniciativas sejam vários, a maior parte das suas considerações e recomendações têm sido dirigidas às autoridades públicas que atuam no plano internacional, regional ou subnacional do turismo.

A *Manila Declaration on World Tourism* (MDWT), de 1980, e o *Acapulco Document on World Tourism* (ADWT), de 1982, constituem as duas primeiras iniciativas da OMT a correlacionar, ainda que de forma abrangente e sem utilizar a palavra sustentável, a relação do turismo com o contexto envolvente. A MDWT admite que “a satisfação das necessidades do turismo em áreas turísticas não deve ser prejudicial aos interesses sociais e económicas da população, ao ambiente e, particularmente, aos recursos naturais que constituem a própria atracção turística, e aos locais históricos e culturais” (WTO, 1980, ponto 18). Por sua vez, o ADWT faz referência à relação do turismo com o contexto económico, social e cultural, e a necessidade de se preservar o ambiente e as estruturas ecológicas, assim como o património histórico, cultural e natural, revelando uma perspetiva holística do sistema turístico.

Em 1985, na *Tourism Bill of Rights and Tourist Code*, publicada em 1985, é utilizada a expressão “desenvolvimento harmonioso das atividades turísticas” (WTO, 1985). A *Hague Declaration on Tourism* que resulta da *Inter-Parliamentary Conference on Tourism*, organizada em conjunto pela Inter-Parliamentary Union e pela OMT em 1989, reforça diversas preocupações da OMT relacionadas com o desenvolvimento do turismo. Uma das áreas em destaque é o ambiente (Pérez-Salom, 2001). Especificamente, o Princípio III refere como condição fundamental para o desenvolvimento do turismo a preservação da qualidade do ambiente natural, cultural e humano, apresentando medidas concretas para garantir o desenvolvimento sustentável, à luz do conceito apresentado no *Brundtland Report* e adotado pela UNEP e Nações Unidas em geral.

Baseando-se no princípio da livre circulação de pessoas, a nível mundial e no contexto de cada nação, diversos temas relacionados com o respeito dos direitos humanos e o papel do turismo na promoção da tolerância global também foram focados nos seguintes

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

documentos: *Acapulco Document on World Tourism* (1982), *Tourism Bill of Rights and Tourist Code* (1985), *Hague Declaration on Tourism* (1989), *Manila Declaration on the Social Impact of Tourism* (1997) e o *Global Code of Ethics for Tourism* (1999).

As resoluções da OMT demonstraram diversas preocupações relacionadas com a utilização e preservação do ambiente onde ocorrem as atividades turísticas e, também, apelaram a diversos sectores para trabalhar em novas abordagens ao turismo com o propósito de o tornar mais conciliável na sua ligação com os contextos económico, social e ambiental (Pérez-Salom, 2001).

Na sequência do surgimento de diversas declarações internacionais, e outros instrumentos análogos, com recomendações e informações várias para ajudar a estabelecer o anunciado novo modelo de desenvolvimento no plano global, a OMT assumiu a liderança e começou a mobilizar esforços e a desenvolver ações mais dirigidas para incentivar o turismo sustentável (Pérez-Salom, 2001).

*Iniciativas da OMT na década de 90*

Em 1995 a *World Conference on Sustainable Tourism*, organizada em conjunto entre a OMT e a UNESCO em Lanzarote, adota a *Charter for Sustainable Tourism (CST)*, reconhece que o turismo é um importante instrumento de desenvolvimento e que, por essa razão, pode e deve participar de forma ativa na estratégia global de desenvolvimento sustentável (WTO & UNESCO, 1995). Refere, também, que o desenvolvimento sustentável é um processo orientado que requer uma gestão global de recursos, de modo a assegurar a sua durabilidade, permitindo conservar o capital natural e cultural. A *CST* apresenta 18 pontos fundamentais para o turismo sustentável, contemplando os valores naturais, culturais e humanos. Recomenda cooperação ao nível técnico e assistência financeira no contexto da proteção das áreas ambientais e culturais sensíveis.

A Assembleia Geral da OMT, que decorre em 1999 no Chile, aprova o *Global Code of Ethics for Tourism (GCET)*, consolidando e reforçando as recomendações e declarações anteriores sobre turismo sustentável (Pérez-Salom, 2001). O *GCET* visa contribuir para a preservação dos recursos naturais e património cultural a nível mundial, evitando atividades turísticas destrutivas e para assegurar uma justa e equitativa partilha de benefícios gerados pelo turismo com os residentes dos destinos turísticos. O terceiro artigo

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

do *GCET* refere-se especificamente ao desenvolvimento sustentável e inclui alguns dos princípios legais e métodos ambientais mais inovadores nesta área (Pérez-Salom, 2001).

O *GCET* é único e avançado enquanto instrumento operacional porque inclui um mecanismo para aplicar as suas disposições. Normalmente, um código de conduta internacional consiste num conjunto de recomendações, mas não inclui mecanismos de imposição porque as suas disposições não são juridicamente vinculativas nem exequíveis. O *GCET* está referenciado como o primeiro código internacional a conter um mecanismo deste tipo (Pérez-Salom, 2001). O *World Committee on Tourism Ethics* é a estrutura institucional encarregue de implementar este novo mecanismo, baseado num acordo privado e intergovernamental, com regras próprias de funcionamento (Pérez-Salom, 2001).

***i) Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry (1996)***

No seguimento da *Rio 92* os agentes do sector do turismo reúnem-se durante cinco anos para estabelecer um programa sectorial capaz de proteger os recursos naturais e culturais dos quais dependem os seus negócios. Reconhecendo que são uma das áreas de negócio com maior dimensão e crescimento a nível mundial, os agentes pretendem assumir responsabilidades de forma concertada para promover o desenvolvimento sustentável nos países e comunidades onde operam. Deste modo, em 1996, três organismos internacionais, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (CMVT), a OMT e o Conselho da Terra, lançam o plano de ação sectorial *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*, porquanto o sector do turismo tem “interesse em proteger os recursos naturais e culturais que são o núcleo do seu negócio, e tem também os meios para o fazer (...) tem potencial para promover melhorias sociais, económicas e ambientais substanciais e contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades e países recetores de turismo” (Partidário & Lima, 2002, p. 3). O objetivo global definido neste plano de ação é o de “desenvolver um programa de turismo sustentável” e estabelecer sistemas e procedimentos que integrem os princípios do desenvolvimento sustentável que constam da *Agenda 21* (Hardy *et al.*, 2002), com especificidades próprias consoante se trate de intervenções de entidades governamentais, administrações nacionais de turismo e organizações comerciais, ou se tratasse de empresas do sector. A *Agenda 21* identifica áreas prioritárias de ação e objetivos associados, assim como apresenta sugestões de ação que podem contribuir para o

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

seu alcance. O público-alvo a quem dirige as suas mensagens são as empresas, governos, administrações nacionais de turismo, representantes das organizações do sector e, também, aos viajantes. O documento igualmente enfatiza a importância das parcerias entre os vários atores, analisa a importância estratégica e económica das viagens e turismo e demonstra o benefício de tornar a indústria sustentável (WTTC, 2002).

Desde o lançamento desta *Agenda 21* que as três organizações referidas desenvolvem diversas iniciativas, como por exemplo seminários regionais, para debater e clarificar os assuntos e contribuir para a adoção do programa a nível local (WTTC, 2001), assim como apadrinham iniciativas de terceiros que estejam em linha com as suas causas (ex. ONG).

A nível regional surgem importantes iniciativas complementares que dão origem a novas declarações, como por exemplo a *Asia-Pacific Tourism Ministers Conference on Tourism and Environment* e a *International Conference on Tourism and Sustainable development in the Mediterranean Basin*, e que resultaram, respetivamente, na *Male Declaration on Sustainable Development* (WTO, 1997) e na *Calviá Declaration on Tourism and Sustainable Development in the Mediterranean* (Calviá City Council, 1997).

**ii) *Harnessing Tourism for the Millennium Development Goals (2005)***

Na sequência da referência anterior às iniciativas relacionadas com a *United Nations Millennium Declaration*, a OMT manifesta, de forma célere e clara, o seu interesse e disponibilidade para que o sector turístico contribua de forma efetiva para a concretização dos objetivos, baseando-se no argumento de que o sector gera riqueza. Neste sentido, em 2005 formaliza o seu compromisso e apresenta a declaração *Harnessing Tourism for the Millennium Development Goals*, na qual se sugere aos diferentes agentes, principalmente ao sector privado, que atuem em conformidade com o conjunto de disposições enunciadas. Posteriormente apresenta outras iniciativas que facilitam a adesão dos agentes, como por exemplo disponibilizando informação que facilita a operacionalização de ações (ex. publicação técnica *Tourism and the Millennium Development Goals*). Uma evidência atual é o facto de diversas organizações já contribuírem para o alcance destes objetivos através do desenvolvimento de iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

### 3.3.2.2. A nível europeu

#### *i) Iniciativas do Conselho da Europa*

O Conselho da Europa, fundado em 1949, é a mais antiga instituição europeia em funcionamento e, tal como outros organismos internacionais, também já contribuiu com recomendações para o desenvolvimento do sector turístico na Europa. Nos anos 90 o Comité de Ministros do Conselho da Europa adota três recomendações para o turismo sustentável, uma com recomendações gerais e duas com recomendações específicas (Pérez-Salom, 2001). A primeira é a *Recommendation N.º (94)7 On a general policy for sustainable and environment-friendly tourism development*, dirigida aos Estados, que apresenta o enquadramento para uma política geral em prol do desenvolvimento do turismo sustentável e amigo do ambiente. O documento estabelece princípios genéricos, incluindo o princípio da prevenção e o princípio da precaução, e a obrigação de se fazer uma avaliação do impacto ambiental, sempre que necessário, de acordo com certos critérios. No ano seguinte adota duas recomendações específicas, para regular o turismo sustentável em áreas sensíveis, nomeadamente a *Recommendation N.º R(95)10 On a sustainable tourist development policy in protected areas*, para as áreas protegidas, e a *Recommendation N.º R(97)9 On a sustainable tourist development policy in protected areas*, para as áreas costeiras. A primeira estabelece princípios e recomendações que se aplicam, em primeira instância, para as áreas protegidas mas também aplicáveis a áreas culturais, biológicas e paisagens com características únicas e ricas merecedoras de proteção (Pérez-Salom, 2001). A segunda inclui princípios gerais e diretrizes para a implementação desses princípios, assim como reitera os princípios da prevenção, precaução, ações corretivas e reparação dos danos causados ao ambiente. As medidas sugeridas para a implementação dos princípios gerais incluem controlar o desenvolvimento costeiro, controlar as atividades que possam causar danos no ambiente, monitorizar e combater a poluição, diversificar os serviços turísticos, usar instrumentos e incentivos económicos e fiscais, distribuir informação, formação, pesquisa e cooperação (Pérez-Salom, 2001, p. 819). O conjunto de regras adotado pelo Conselho da Europa é muito criativo embora, na opinião de Pérez-Salom (2001), a Instituição “esteja em melhores condições para contribuir para o turismo sustentável através do financiamento de certos projetos e iniciativas – demonstrando que o seu envolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável é sério e consistente” (p. 820).



**ii) Iniciativas da União Europeia**

Nos anos 90 o desenvolvimento do sector do turismo começa a ser considerado pelas várias instituições da União Europeia. Na Tabela 3.8 elencam-se algumas das principais iniciativas para o desenvolvimento do turismo em geral e do seu desenvolvimento sustentável em particular.

**Tabela 3.8.**  
Iniciativas da União Europeia a favor do desenvolvimento do turismo (exemplos)

<b>Data</b>	<b>Emissão</b>	<b>Iniciativa</b>
1992	Council of the European Communities	Community Action Plan to Assist Tourism
1993	Comissão	Fifth European Community Environment Programme: Towards Sustainability
1995	European Commission	Green paper. The role of the Union in the field of tourism
2001	Commission of the European Communities	Working together for the future of European tourism
2003	Commission of the European Communities	Basic orientations for the sustainability of European tourism
2005	European Parliament	Basic guidelines for sustainable European tourism / Resolution on New prospects and new challenges for sustainable European tourism
2006	Commission of the European Communities	A renewed EU Tourism Policy: Towards a stronger partnership for European Tourism
2006	European Parliament	Report on a renewed EU tourism policy: Towards a stronger partnership for European Tourism
2007	Tourism Sustainability Group	Action for more sustainable European tourism: Report of the Tourism Sustainability Group
2007	Commission of the European Communities	Agenda for a sustainable and competitive European tourism
2010	European Commission	Europe, the world's No 1 tourist destination – A new political framework for tourism in Europe

Fonte: Elaboração própria, baseada nas fontes citadas

*Iniciativas da União Europeia a favor do turismo na década de 90*

Em 1992 é apresentada uma decisão do Conselho relativa a um plano de ações comunitárias a favor do turismo, vigente entre 1993 e 1994 (CCE, 1992). As onze ações contempladas versam sobre domínios para os quais ainda hoje continuam a ser necessárias soluções inovadoras. Alguns desses domínios são atualmente referidos como fundamentais para o desenvolvimento do turismo sustentável, nomeadamente os seguintes: melhoria dos conhecimentos no domínio do turismo e reforço da coerência das ações; férias repartidas para melhor repartição sazonal do turismo; iniciativas transnacionais de desenvolvimento turístico que digam respeito a diversos ramos especializados do sector; o turista enquanto consumidor; turismo cultural e valorização do património cultural; turismo e ambiente; turismo rural, social e juvenil; e formação (CCE, 1992).



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

Em 1993, a Comissão Europeia apresenta o *Fifth European Community Environment Programme: Towards Sustainability* (COM(92)23 final), com o objetivo de anunciar a nova estratégia comunitária para o meio ambiente e para as ações a serem empreendidas para o desenvolvimento sustentável até 2000. Este programa considera, pela primeira vez, o turismo como um dos cinco sectores económicos (a par da indústria, agricultura, energia e transporte) que deve alterar os seus modelos de desenvolvimento comunitário em prol do desenvolvimento sustentável. Justifica ainda que o turismo está em rápida expansão e a conduzir à deterioração das áreas de montanha e costeiras, pelo que deve melhorar a gestão do turismo de massas e a qualidade dos serviços, promover formas alternativas e fazer campanhas de informação e sensibilização. Segundo Aykin (2012), vários grupos começam a expressar nesta altura a necessidade de uma política para o turismo assente em três pilares: empresas, consumidores e património natural e cultural. Em 1995, estas medidas são mais detalhadas na comunicação *Green Paper: The Role of the Union in the Field of Tourism* (COM(95)97 final).

*Iniciativas da União Europeia a favor do turismo nos anos 2000*

Como se pode observar na Tabela 3.8, entre 2001 e 2010 a Comissão Europeia publica cinco comunicações para apresentar as suas orientações políticas para o sector, mas é através da comunicação de 2007 que declara as suas opções pelo desenvolvimento sustentável como motor da competitividade do turismo a longo prazo.

Em 2001, a Comissão Europeia apresenta o *Working Together for the Future of European Tourism* (COM(2001)665 final), através do qual estabelece um conjunto de iniciativas para que os diferentes agentes se envolvam em ações mais competitivas, para o desenvolvimento do turismo sustentável e a criação de emprego e, também, reconhece a necessidade de estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento do turismo sustentável, enquanto um plano de ação global ou Agenda 21. Nesta sequência, a Comissão Europeia defende que é necessário uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu e propõe que fosse definida e aplicada uma Agenda 21 que promovesse o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas na Europa. A criação deste instrumento é apoiada por resoluções posteriores do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e do Comité Económico e Social Europeu (CESE) (Comissão, 2001; Torres-Delgado & Palomeque, 2012). Em 2002, aquando da realização do *First European Tourism Forum*, é discutido o

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

documento *Agenda 21 for European Tourism*, assumindo-o como o ponto de partida para uma política futura sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, a apresentar pela Comissão Europeia.

Em 2003 é apresentada a comunicação *Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism* (COM(2003)716 final), na qual a Comissão das Comunidade Europeias (CCE, 2003) advoga que “garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental do turismo europeu constitui uma questão fundamental, não só para o desenvolvimento sustentável da Europa e do mundo, como também para a viabilidade, o crescimento contínuo, a competitividade e o sucesso comercial deste sector de grande importância económica” (p. 3). Neste enquadramento, a Comissão Europeia enuncia um conjunto de desafios e objetivos do turismo sustentável, na perspetiva europeia, e apresenta diferentes iniciativas para fomentar o alcance dos objetivos, aplicáveis a diferentes atores e para serem coordenados e avaliados pelo anunciado Tourism Sustainability Group (TSG). Nesta sequência, o TSG é criado em 2004 com a principal tarefa de apresentar um contexto de atuação para os diferentes agentes e servir de guia prático e orientador para a gestão dos destinos e para o uso de indicadores e sistemas de monitorização, tendo apresentado os seus resultados em 2007. Pretende-se que a sustentabilidade do turismo seja conseguida num quadro mais global de orientações para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente integrado na Estratégia Europeia de Desenvolvimento Estratégico (EEDS).

Desde 2003 que a União Europeia apresenta algumas medidas para o desenvolvimento sustentável do turismo europeu relacionadas com os aspetos de governança europeia, para potenciar a concretização das políticas e medidas comunitárias com impacto no turismo. Por exemplo, a nível interno reforça a cooperação entre os seus diversos organismos, e a nível externo alia-se a todos os agentes do turismo europeus, a organismos com iniciativas de âmbito europeu e a organismos de âmbito internacional, tais como a OMT e diversos outros do sistema das Nações Unidas.

Nos anos seguintes decorrem muitas iniciativas, das quais derivam diversas propostas para ultrapassar alguns insucessos na implementação das ações anteriores e para enfrentar novos desafios que entretanto emergiram (Torres-Delgado & Palomeque, 2012). O Parlamento Europeu uma resolução em 2005 (PE, 2005). Volta a sublinhar a importância do turismo para impulsionar o desenvolvimento e crescimento económico e benefícios

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

sociais, assim como a referir a importância da proteção ambiental e conservação nos países em desenvolvimento. Também estabelece a sua posição e requisitos para os diferentes aspetos da política europeia de turismo.

Em 2006, a Comissão Europeia apresenta uma nova comunicação (CCE, 2006), com os desafios a enfrentar pelo sector e declara a intenção de apresentar uma política renovada baseada nos documentos anteriores, mas introduzindo novas preocupações, tais como a questão da otimização dos instrumentos financeiros, revisão do quadro legal e regulamentar, promoção da sustentabilidade no turismo e dar mais visibilidade à atividade (Torres-Delgado & Palomeque, 2012). É adotada a comunicação *A Renewed EU Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism* (COM(2006)134 final), cujo objetivo principal é o de “melhorar a competitividade da indústria europeia do turismo e criar mais e melhor emprego através do crescimento sustentado do turismo na Europa e a nível mundial” (CCE, 2006, p. 4). Conciliar as metas do crescimento e do emprego com objetivos sociais e ambientais é uma prioridade assumida. Por este motivo, menciona a criação do TSG, cujo trabalho iria sustentar a preparação de uma Agenda 21 para o Turismo na Europa.

Em 2007, o TSG apresenta o relatório *Action for more sustainable European tourism: Report of the Tourism Sustainability Group* (TSG, 2007), e sugere como é que o turismo europeu se pode tornar mais sustentável e manter este processo de forma contínua. O relatório contém propostas, recomendações e decisões para estimular o turismo sustentável, com diversos objetivos, desafios e iniciativas, especificamente dirigidas aos diferentes atores e em diferentes níveis. A elaboração deste relatório, em conjugação com a consulta pública efetuada pela Comissão Europeia, origina a comunicação *Agenda for a Sustainable and Competitive European Tourism (ASCET)* (COM(2007)621final), apresentada numa perspetiva de atuação a médio e longo prazo, para que a Europa se torne num destino mais atractivo e competitivo. Por sua vez, a *Agenda* dá origem à criação da NECSTouR – European Regional Network for Sustainable and Competitive Tourism. A *ASCET* volta a salientar a importância económica do turismo e a sua capacidade para gerar crescimento e emprego no espaço europeu. Os dados estatísticos evidenciam um ritmo de crescimento do turismo mais acentuado do que no resto da economia, colocando a atividade em evidência para a realização do objetivo da *Lisbon Strategy* de criar mais e melhor emprego (CCE, 2007). Tendo em conta que um dos grandes objetivos é o de tornar a atividade turística

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

competitiva, e simultaneamente garantir a sua sustentabilidade, um dos desafios referidos é o de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento autónomo dos destinos turísticos e a proteção do ambiente.

Na realidade, o desenvolvimento dos destinos está estreitamente relacionado com as características da envolvente natural e histórico-cultural, com as relações sociais, segurança e bem-estar das populações, entre outros fatores. Por estas razões o turismo também deve ser um veículo para a conservação e valorização destes recursos. Em alguns destinos a atividade turística tem contribuído, inclusive, para a reconversão de valores culturais e patrimoniais que estavam em risco de extinção e sem alternativa de revitalização. Esta relação recíproca tende a desenvolver-se de forma mais saudável e cúmplice, baseada numa abordagem *win-to-win*. Em 2009, decorre o 8.º Fórum Europeu *EU Tourism and the Economic Downturn: New Opportunities for a Sustainable and Prosperous Future?*, no qual são debatidos diversos assuntos para potenciar a competitividade e sustentabilidade do destino Europa.

Em 2010, a comunicação *Europe, the World's N.º 1 Tourist Destination: a New Political Framework for Tourism in Europe* (COM(2010) 352/3) é o primeiro ato político publicado após o Tratado de Lisboa. Reassume os seus objetivos de continuar a melhorar a competitividade do sector turístico baseada qualidade da oferta e no seu desenvolvimento sustentável, responsável e de qualidade. A comunicação também analisa os fatores e obstáculos à competitividade do turismo e ao seu desenvolvimento sustentável (ex. alterações demográficas e climáticas, escassez de recursos energéticos e hídricos, fatores de força maior e inesperada). Desde 2010 à presente data de revisão desta tese que a União Europeia não apresenta comunicações. No entanto, tem desenvolvido um conjunto de iniciativas de suporte ao desenvolvimento do turismo sustentável (ex. cofinanciamento de projetos de produtos turísticos temáticos de cariz transnacional).

*Agência Europeia do Ambiente (AEA)*

Em 2003, também a AEA reconhece que o turismo é uma atividade em contínua expansão que afeta a sustentabilidade na Europa, pelo que contextualiza a sua importância no Capítulo 2.7 do relatório *Europe's Environment: The Third Assessment* (EEA, 2003). Neste sentido, identifica as suas principais tendências, a sua relação com o ambiente, as políticas

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

de gestão e instrumentos utilizados, avaliando o seu desempenho em algumas regiões europeias relativamente a alguns indicadores. Em 2007, a AEA atualiza todos os dados do referido relatório e faz um balanço dos progressos registados desde 2003, quando se realizou a 5.<sup>a</sup> Reunião Ministerial, sobre o processo “Ambiente para Europa”, que decorre ao abrigo da conferência de Kieve.

**3.3.3. Dimensões do turismo sustentável**

A sustentabilidade está associada a diversas dimensões ou pilares (Cooper, 2012), tal como já ser referido na secção anterior. As mais referenciadas na literatura em turismo são a económica, a social e a cultural (por vezes referenciada como sociocultural) e ambiental (também designada de física ou ecológica). Segundo Fernandes & Eusébio (2014) as dimensões da sustentabilidade não assumem igual relevância na literatura, sendo a dimensão ambiental a mais focada, seguida pela económica, política e sociocultural. Na Tabela 3.9 estão identificadas as dimensões que, segundo os autores referidos, são consideradas importantes abordar à luz dos princípios e práticas de gestão do turismo sustentável. Pode observa-se que na abordagem ao turismo, as três dimensões *clássicas* surgem referenciadas paralelamente por quase todos os atores.

**Tabela 3.9.**  
Dimensões da sustentabilidade abordadas na literatura em turismo (exemplos)

<b>Dimensões</b>	<b>N</b>	<b>Autor(es)</b>
Económica, social, ambiental, cultural, política, gestão, governamental	7	Bramwell <i>et al.</i> (1996) (citado em Butler, 1999)
Económica, social, cultural, ambiental	4	Comission on Sustainable Development (1999)
Económica, social, cultural, ambiental	4	UN (1999)
Económica, social, ambiental, política/governança	4	Ritchie & Crouch (2003)
Económica, social, cultural, ecológica	4	WTO (1999,)
Económica, social, ambiental	3	UNEP & WTO (2005), WTO (2005)
Planeamento espacial, coesão territorial, transporte	4	Comité das Regiões (2006)
Económica, social, ambiental, política, tecnológica, cultural	6	Choi & Sirakaya (2006)
Económico, o social e o ambiental	3	Sharpley (2009)
Económica, social e ambiental	3	Cooper (2012)

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados

Na análise à Tabela 3.9, verifica-se que as dimensões coincidem, em grande medida, com as principais categorias definidas para os indicadores turísticos e, particularmente com as que estão associadas pela OMT (WTO, 2004) ao desenvolvimento sustentável dos destinos

turísticos. Sublinhe-se ainda que a UNEP e a OMT (UNEP & WTO, 2005) apresentam também três dimensões da sustentabilidade, tal como se pode observar na Tabela 3.10.

**Tabela 3.10.**  
Dimensões da sustentabilidade, segundo a UNEP e WTO

<b>Dimensão da sustentabilidade</b>	<b>Enquadramento</b>
Económica	Gerar prosperidade em diferentes níveis da sociedade e abordar a relação custo-benefício de toda atividade económica. É sobre a viabilidade das empresas e das atividades e sobre a capacidade de a manter a longo prazo
Social	Respeitar os direitos humanos e igualdade de oportunidades para todos na sociedade. Exige uma distribuição equitativa dos benefícios, com foco na redução da pobreza. Há uma ênfase nas comunidades locais, nomeadamente manter e reforçar os seus sistemas de suporte de vida, reconhecendo e respeitando as diferentes culturas e evitando qualquer forma de exploração
Ambiental	Conservar e gerir recursos, especialmente aqueles que não são renováveis ou que são essenciais em termos de suporte de vida. Exige medidas para minimizar a poluição do ar, terra e água, e para conservar a diversidade biológica e o património natural

Fonte: Baseado em UNEP & WTO (2005)

Como se pode verificar, as dimensões são, em muitos aspetos, interdependentes e tanto se podem reforçar mutuamente como podem concorrer entre si, mas o equilíbrio entre elas é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável (UNEP & WTO, 2005). Refira-se que o desenvolvimento sustentável do turismo envolve, por exemplo, partilha de benefícios económicos, responsabilidade social, um forte compromisso com a natureza e com a integração das comunidades locais em qualquer operação turística ou com o desenvolvimento em geral (Committee of the Regions, 2006), pelo que se deve ter em conta a estreita relação entre as diferentes dimensões que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere.

### **3.3.4. Objetivos e princípios do turismo sustentável**

Na literatura as referências a objetivos e princípios do turismo sustentável são inúmeras e diversificadas quanto à lógica de exposição e narração, sendo possível confundir com relativa facilidade o contexto explicativo destes conceitos, principalmente quando os autores também se referem a metas. Em alguns casos também há fontes que, a par da referência a objetivos, princípios e dimensões, ainda recorrem à apresentação de características do turismo sustentável, como é o caso da OMT (WTO, 1999). Por estes motivos, para esta seção optou-se por selecionar as passagens textuais que fazem referência direta e expressa aos termos, sem questionar as dúvidas metodológicas que

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

podem surgir quando se comparam as diferentes abordagens apresentadas entre os diferentes estudos. Sublinhe-se que Choi & Sirakaya (2005) referem que diversas organizações públicas e investigadores propõem definições e princípios gerais de desenvolvimento sustentável, e que a definição de metas, conceitos e princípios ambiciosos confundem os agentes do sector. No entanto, na pesquisa feita no âmbito desta tese, não se encontram abordagens e referências claras aos princípios a que os autores se referem.

**i) Objetivos**

Na opinião de Sharpley (2009), se o turismo sustentável pretende estar alinhado com os princípios de desenvolvimento sustentável, então, os seus objetivos de desenvolvimento devem refletir os do desenvolvimento sustentável. Para Hardy & Beeton (2001), o objetivo do turismo sustentável é influenciar os seguintes fatores: equilíbrio económico; bem-estar da população local; natureza selvagem, proteção dos recursos; cultura saudável; melhor satisfação das necessidades dos visitantes. Hall (2000) refere a necessidade da integração dos objetivos sociais, ambientais, económicos, culturais e políticos a alcançar no longo-prazo. A Tabela 3.11 ilustra, a título exemplificativo, os objetivos do turismo sustentável apresentados pela OMT (WTO, 1999).

**Tabela 3.11.**  
Objetivos do turismo sustentável

<b>Objetivos</b>
Melhorar a qualidade de vida das comunidades de acolhimento
Preservar a equidade inter e intrageracional
Proteger a qualidade do ambiente através da manutenção da diversidade biológica e dos sistemas ecológicos
Assegurar a integridade cultural e a coesão social das comunidades
Proporcionar aos turistas uma experiência com muita qualidade

**Fonte:** Baseado em WTO (1999)

Por outro lado, a UNEP e a OMT (UNEP & WTO, 2005) também propõem 12 objetivos passíveis de integrar uma agenda para o turismo sustentável, tal como se apresenta na Tabela 3.12 Saliente-se que os objetivos não são apresentados por ordem de prioridade, pois qualquer um é importante.



**Tabela 3.12.**  
Objetivos a considerar numa agenda para o turismo sustentável

<b>Objetivos do turismo sustentável</b>	
Viabilidade económica	Assegurar a viabilidade e competitividade dos destinos e empresas, de modo a que possam continuar a prosperar e proporcionar benefícios no longo prazo
Prosperidade local	Maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade económica do destino anfitrião, incluindo a percentagem das despesas dos visitantes que é retido localmente
Qualidade no emprego	Reforçar o número e a qualidade do emprego local criado e suportado pelo turismo, incluindo nível salarial, condições de trabalho e disponibilidade para todos, sem discriminação em função do sexo, raça, deficiência ou outro motivo
Equidade social	Fomentar uma generalizada e justa distribuição dos benefícios económicos e sociais do turismo em toda a comunidade do destino, incluindo a melhoria de oportunidades, rendimento e serviços disponíveis para os mais carenciados
Satisfação do visitante	Proporcionar uma experiência segura, satisfatória e gratificante aos visitantes, acessível para todos sem discriminar em função do sexo, raça, deficiência ou outro motivo
Controlo local	Envolver e capacitar as comunidades locais no planeamento e tomada de decisão sobre a gestão e desenvolvimento futuro do turismo na sua área, consultando outras partes interessadas
Bem-estar da comunidade	Manter e reforçar a qualidade de vida nas comunidades locais, incluindo as estruturas sociais e acesso aos recursos, facilidades e sistemas de apoio à vida, evitando qualquer forma de degradação ou exploração social
Riqueza cultural	Respeitar e valorizar o património histórico, a cultura autêntica, tradições e peculiaridades das comunidades de acolhimento
Integridade física	Manter e melhorar a qualidade das paisagens, urbanas e rurais, e evitar a degradação física e visual do ambiente
Diversidade biológica	Apoiar a conservação de áreas naturais, <i>habitats</i> e vida selvagem, e minimizar os prejuízos sobre eles
Eficiência dos recursos	Minimizar o uso de recursos escassos e não-renováveis no desenvolvimento e operação de instalações e serviços turísticos
Ambiente limpo	Minimizar a poluição do ar, água e solo e a produção de resíduos causados pelas empresas turísticas e visitantes

Fonte: Baseado em UNEP & WTO (2005)

Há uma relação direta entre os 12 objetivos a considerar numa agenda para o turismo sustentável e os pilares económico, social e ambiental da sustentabilidade (UNEP & WTO, 2005).

### *ii) Princípios*

Segundo Vanhove (2011) o planeamento estratégico do turismo deve ter em conta não só o estabelecimento de objetivos, como também de princípios de desenvolvimento sustentável. Sharpley (2009) refere que os princípios do turismo sustentável representam pouco mais do que uma “micro-solução” para um “macro-problema”. Na literatura científica e em documentos institucionais é possível identificar sugestões de listas com princípios que podem servir de orientação para prosseguir com o turismo sustentável (Choi & Sirakaya, 2005). Diversos autores referenciam a importância dos princípios de desenvolvimento



**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

sustentável, mas nem sempre listam os princípios a que se estão a referir. No contexto da revisão de artigos feitos para esta tese, apresenta-se na Tabela 3.13 os princípios que foram explicitamente listados pelos autores.

**Tabela 3.13.**

Princípios do turismo sustentável enunciados na literatura científica (exemplos)

Owen, Witt & Gammon (1993)	(1) Turismo é uma atividade económica importante com benefícios tangíveis para a comunidade de acolhimento e para o visitante, mas não é a panaceia – deve fazer parte de uma economia equilibrada (2) O ambiente cultural e físico têm valores intrínsecos que ultrapassam o seu valor turístico; o seu usufruto por gerações futuras e sobrevivência de longo-prazo
Godfrey (1998)	(1) Apoiar o desenvolvimento que contribua para a qualidade do ambiente, sem o prejudicar (2) Promover o entendimento das preocupações relacionadas com a qualidade do ambiente (3) Destacar a importância da gestão de impactos causados pelos visitantes (4) Incentivar a oferta de atividades e produtos de turismo que ajudam a proteger o meio ambiente
Hunter (1997)	(1) Satisfazer as necessidades e desejos dos turistas (procura) (2) Satisfazer as necessidades e desejos dos operadores da indústria turística, públicos e privados (3) Satisfazer as necessidades da comunidade local de acolhimento (4) Proteger os recursos base (naturais, construídos e culturais) necessários para o turismo
Sharpley (2009)	(1) Abordagem holística (2) Futuridade (3) Equidade

Fonte: Baseado nos autores supracitados

No âmbito da pesquisa feita em documentos técnicos editados por organizações internacionais, também se destacam duas das diversas passagens textuais que explicitam princípios para o desenvolvimento do turismo sustentável. Em 1980 a *Manila Declaration on World Tourism* elenca seis princípios (Tabela 3.14) e em 1996 também a *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry* enuncia onze princípios.

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

**Tabela 3.14.**  
Princípios do turismo sustentável enunciados na documentação técnica (exemplos)

Manila Declaration (1980) <i>10 princípios</i>	Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry (1996) <i>11 princípios orientadores</i>
Promover um maior envolvimento das comunidades no planeamento, implementação, monitorização e avaliação dos processos associados às políticas públicas, programas e projetos	As viagens e turismo devem apoiar as pessoas a viver de modo saudável e produtivo em harmonia com a natureza
Melhorar o padrão-de-vida das pessoas através do turismo	As viagens e turismo devem contribuir para a conservação, proteção e restauração do ecossistema terrestre
Preservar o legado patrimonial e integridades dos destinos turísticos a nível mundial	As viagens e turismo devem basear-se em padrões de produção e consumo sustentável
Desenvolver ferramentas de <i>marketing</i> apropriadas para os países de destino	Viagens e turismo, paz, desenvolvimento e proteção ambiental são independentes
Sensibilizar os turistas face às expectativas culturais e comportamentais da comunidade de acolhimento	O protecionismo no comércio das viagens e turismo deve ser interrompido ou revertido
Reconhecer o papel dos Recursos Humanos no desenvolvimento do turismo	A proteção ambiental deve constituir uma parte integral do processo de desenvolvimento turístico
	Os assuntos de desenvolvimento turístico devem ser tratados com a participação de cidadãos interessados, com as decisões de planeamento a serem adotadas a nível local
	As nações devem avisar-se mutuamente sobre desastres naturais que podem afetar os turistas ou áreas turísticas
	As viagens e turismo devem usar a sua capacidade para gerar emprego para mulheres e indígenas, na medida do possível
	O desenvolvimento do turismo deve reconhecer e apoiar a identidade, cultura e interesses dos povos indígenas
	As leis internacionais que protegem o ambiente devem ser respeitadas pela indústria das viagens e turismo

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos documentos identificados

Na década de 90 a OMT adota a abordagem da sustentabilidade ao turismo e aplica, desde então, princípios de desenvolvimento sustentável em todos os estudos de planeamento e desenvolvimento turísticos (WTO, 1998). No entanto, nem sempre a OMT utiliza uma mesma lista de princípios. Em diversas edições da sua responsabilidade, ou até mesmo na de outros organismos com os quais a OMT edita documentos técnicos (ex. OMT, 1999; UNEP & WTO, 2005; WTO, 1998; WTO, 2004), os princípios são elencados de forma diferenciada, tal como se pode observar comparando as Tabelas 3.15 e 3.16.

**Tabela 3.15.**  
Princípios do turismo sustentável, apresentados pela OMT

<b>Princípios</b>	<b>Dimensão</b>
Os recursos naturais, históricos, culturais, e outros utilizados no turismo são conservados para uso contínuo no futuro, ao mesmo tempo que têm benefícios para uso atual na sociedade	Preservação de recursos
O desenvolvimento do turismo é planeado e gerido de modo a não causar graves problemas ambientais e socioculturais na área turística	Planeamento e gestão para minimizar impactos
A qualidade global do ambiente da área turística é mantida e melhorada sempre que necessário	Qualidade total do ambiente envolvente
Um elevado nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos mantenham a sua comercialização e popularidade	Satisfação do turista
Os benefícios do turismo são repartidos na sociedade de forma tão ampla quanto possível	A comunidade tem benefícios com o desenvolvimento do turismo

**Fonte:** Baseado em WTO (1998)

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

Para algumas organizações internacionais “os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, e ao estabelecimento de um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo” (UNEP & WTO, 2005; WTO, 2004).

**Tabela 3.16.**  
Princípios do turismo sustentável, apresentados pela UNEP e WTO

<b>Princípios</b>	<b>Dimensão</b>
Otimizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a preservar o património natural e a biodiversidade	Ambiental
Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o seu património edificado e cultural de vida e os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural	Sociocultural
Garantir operações económicas viáveis a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos que são distribuídos de forma justa por todos os interessados, incluindo emprego estável e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, e contribuindo para a redução da pobreza	Económica

Fonte: Baseado em UNEP & WTO (2005)

Sharpley (2009) considera que desenvolver o turismo de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável, tal como advoga a OMT e outros organismos relacionados com o desenvolvimento, o ambiente e o turismo a nível internacional, é moralmente oportuno mas idealista e de objetivos impraticáveis. O autor fundamenta a sua opinião enumerando algumas críticas apresentadas ao conceito, de forma genérica e especificamente aplicadas ao turismo, acrescentando que é difícil haver correspondência entre o turismo enquanto atividade socioeconómica com os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável.

### **3.3.5. Produto versus condição**

O turismo sustentável é uma condição relevante para todas as formas de turismo (Cooper, 2012; Sharpley, 2009; Weaver, 2006) e simplesmente refere-se ao turismo que é desenvolvido de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável (Saarinen, 2006; Sharpley, 2009). O objetivo fundamental do turismo sustentável é tornar toda a atividade turística mais sustentável (Clarke, 1997; UNEP & WTO, 2005), pelo que o termo deve ser usado para se referir a uma condição do turismo e não a uma forma de turismo ou

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

a um produto específico de turismo (UNEP & WTO, 2005). É tido como um termo apropriado e moralmente correto, ambientalmente adequado, e com grande atratividade para os turistas e decisores, tanto do sector público como privado (Butler, 1998).

No entanto, alguns autores e instituições transmitiram a ideia de que o turismo sustentável é uma forma de turismo associada a um nicho de mercado, sensível ao ambiente e aos impactos sociais, agregando produtos e operadores específicos numa pequena escala, demarcando-o do turismo de massas (Cooper, 2012; Hall & Butler, 1995; UNEP & WTO, 2005). Por esta razão, uma das associações erróneas mais frequentes tem sido feita entre os termos ecoturismo e turismo sustentável (Cooper, 2012), considerando-os como sinónimos. Isto acontece porque, em teoria, o ecoturismo assente sobre princípios de sustentabilidade e é, explicitamente, um produto oferecido em áreas naturais que, muitas vezes, implica atividades de interpretação do património natural e cultural, promovidas no respeito pela sua conservação e das comunidades e em pequena escala (UNEP & WTO, 2005). No entanto, também há situações em que o ecoturismo não respeita esses princípios e por isso não pode ser considerado sustentável. Por exemplo, uma das falhas mais apontadas tem sido o facto de o ecoturismo não considerar os impactos sociais, além de que os turistas que consomem ecoprodutos usam as mesmas infraestruturas (ex. transportes) que os turistas do chamado turismo de massas (Hall & Butler, 1995). Por isso, segundo alguns autores (ex. UNEP & WTO, 2005), o turismo de massas se for bem gerido pode ser tão sustentável como o turismo de pequena escala.

Desse modo, os princípios, as diretrizes e as práticas de gestão associadas ao desenvolvimento sustentável do turismo são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, do turismo de massas ao turismo de nicho (Committee of the Regions, 2006; UNEP & WTO, 2005; WTO, 2004). Por isso, todos os atores do lado da oferta e da procura turística envolvidos, direta e indiretamente, são chamados, cada vez mais, a participar de forma ativa, empenhada e concertada neste modelo de desenvolvimento, independentemente do âmbito de atuação, nível geográfico e produto.

**3.3.6. Abordagem às escalas**

A escala “é um elemento fulcral no campo da pesquisa das ciências ambientais e sociais” (Hall, 2008, p. 81). Reconhecer a existência de diferentes escalas e as suas características

**Capítulo 3 | Turismo sustentável**

específicas aumenta a probabilidade de obter sucesso nas intervenções programadas ou nos estudos realizados. Segundo Brown *et al.* (1987), em qualquer estudo sobre sustentabilidade a escala espacial deve ser claramente definida (ex. planeta, região, país, município, floresta, destino turístico), assim como a escala temporal (ex. 30 anos, 10 anos, 2 anos, 6 meses) e outras de contexto (ex. análise de grupos económicos específicos, grupos em função da raça ou idade). No âmbito do turismo há autores que defendem que o debate sobre a escala no turismo sustentável é fundamental para a aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável, porque os desafios e problemas são visíveis em várias escalas, nomeadamente na espacial [ou geográfica] e temporal (Hall, 2005, 2008; Hall & Butler, 1995; Milne, 1998) e, tal como acrescenta Hall (2005 e 2008) e Chhotray & Stoker (2009), na de governança.

***i) Dimensão geográfica***

A forma como as escalas geográficas são definidas varia de autor para autor, mas de forma marginal. Por exemplo, Hall (2005) estabeleceu a seguinte escala de análise para o turismo: “global, supranacional, nacional, estado ou província, regional, local, comunidade, casa/família, indivíduo” (p. 51). O ambiente global é considerado por Butler (1998) o único sistema completo no qual a plena sustentabilidade pode, alguma vez, ser alcançada. Segundo o autor, é apenas à escala global que é possível medir a totalidade dos impactos. Argumenta referindo que não se verificam fugas ou impactos causados pelo desenvolvimento fora desta área global de estudo considerada (ao contrário do que se verifica noutras escalas) e que qualquer sector ou região não está divorciada de outros sectores e ambientes. Mesmo que ao nível de um destino recetor se possam identificar boas práticas de sustentabilidade, também se deve considerar que o turista se desloca entre o mercado emissor (origem) e o recetor (destino), causando impactos nos locais de origem e de transição. Por isso, quando se reflete sobre o desenvolvimento sustentável de um destino turístico, deve ser tido em conta que há atividades e serviços prestados fora do seu sistema interno que permitem que o turista se desloque até ele, o usufrua e regresse a casa, causando impactos nesses movimentos. Butler (1998) reconhece que o destino turístico é uma das escalas que permite estudar e definir a sustentabilidade, mas é preciso considerar que é extremamente difícil analisar a totalidade dos impactes que o desenvolvimento do turismo nesse destino causa, devido às razões supracitadas.

***ii) Dimensão temporal***

Segundo Butler (1998) os princípios de desenvolvimento sustentável que aludem às futuras gerações e à viabilidade de longo prazo remetem para a problemática da escala temporal que, no contexto do turismo, apresenta muitas dificuldades de análise. Diversas definições de sustentabilidade remetem para resultados de longo prazo, mas não referem de forma explícita o seu termo, deixando subjacente um horizonte temporal infinito (Hall & Butler, 1995; Sharpley, 2009). A ausência de referências temporais mais específicas pode dificultar a definição das unidades de medida e, conseqüentemente, a monitorização dos resultados que se procuram atingir de forma estratégica através dum modelo de desenvolvimento sustentável. Na verdade, qualquer forma de desenvolvimento turístico só pode ser considerada sustentável ou insustentável depois de um período de operação suficiente que permita avaliar se uma atividade coloca em causa a satisfação das necessidades das futuras gerações, tal como definidas quando o desenvolvimento se inicia (Butler, 1998). Por outro lado, pouco se sabe das reais necessidades das gerações atuais face ao turismo e muito menos das gerações futuras, sendo que, em teoria, é nesta dupla realidade que o desenvolvimento sustentável se deveria basear. Os estudos não têm dado estas respostas de forma rigorosa, nem sobre a comunidade recetora nem sobre os visitantes reais e potenciais. Além disso, atualmente há uma percentagem significativa da população que não participa na atividade turística, por falta de recursos e de tempo, não fazendo o turismo parte das suas necessidades básicas.

***iii) Importância da terminologia, definições, contexto e escalas no turismo sustentável***

Hall & Butler (1995) consideram que sempre que se discute sobre sustentabilidade é inevitável abordar assuntos relacionados com a terminologia, definições, contexto e escalas. Segundo Berry & Ladkni (1997) (citados em Choi & Sirakaya, 2005) os objetivos, conceitos e princípios muito ambiciosos confundem os investigadores, visitantes, empresários e entidades governativas. No âmbito das políticas para a sustentabilidade ao nível do desenvolvimento turístico das comunidades, as definições, princípios, estratégias de implementação, planos de ação e sistemas de monitorização só devem ser estabelecidos e apresentados se tiverem aplicabilidade e se forem considerados os ambientes económico, social, cultural, natural, tecnológico e político nas quais emergem (Choi & Sirakaya, 2006).

### **3.4. Conclusão**

A descrição genérica da contextualização das iniciativas dos organismos internacionais a favor do desenvolvimento sustentável em geral, e do turismo sustentável em particular, revelou que este é um projeto global ambicioso e de difícil implementação, mas fundamental para o progresso da humanidade. Uma abordagem retrospectiva evidenciou que, anos antes do debate mundial sobre o desenvolvimento sustentável se começar a desenvolver no plano institucional, alguns investigadores já evidenciava uma necessária e urgente visão integradora das dimensões económica, social, cultural e ecológica no sector do turismo. Apesar deste reconhecimento antecipado, assente em problemáticas ainda atuais nos dias de hoje, o percurso de desenvolvimento do turismo sustentável continua a reclamar por mais e melhores soluções. De fato, verificou-se, através da breve análise neste capítulo, que a execução de iniciativas para atingir os objetivos e princípios da sustentabilidade é um processo complexo e moroso. A diversidade de problemas a tratar e soluções a definir são muitas e as organizações também revelam dificuldades em implementar as soluções necessárias ao ritmo desejado. Além disso, a maior parte dos instrumentos estabelecidos para facilitar a atuação dos agentes do sector turístico, não tendo um carácter obrigatório, ainda não têm uma adesão tão generalizada como desejável.

Nos discursos institucionais analisados, reconhece-se que o desenvolvimento sustentável impõe limites, mas não limites absolutos porque o nível de desenvolvimento tecnológico e a organização social condicionam a forma como a atividade humana afeta os recursos ambientais dos quais depende. Um outro dado importante a reter desta análise é que a essência dos objetivos e princípios apresentados para o desenvolvimento sustentável há muitos anos atrás mantêm-se importantes e atuais na sua essência. É, sobretudo, na dimensão política do desenvolvimento sustentável que nos últimos anos se tem focado o discurso para que mais e melhores iniciativas para a sustentabilidade se concretizem, num contexto de trabalho em rede. Deste modo, o enfoque nas estruturas e processos de governança passou a assumir relevância central neste projeto mundial, enquanto a solução capaz de mobilizar de forma eficaz todos os agentes públicos, privados e sociedade civil, a todos os níveis geográficos de intervenção. Por esta razão, o capítulo seguinte foca os principais conceitos da governança e argumentos necessários para compreender a sua importância para o desenvolvimento do turismo sustentável.



## Capítulo 4

# Governança

### 4.1. Introdução

A governança pode ser abordada em duas grandes linhas de investigação, nomeadamente a governança corporativa, típica do sector privado, ou a governança pública, que envolve assuntos de interesse coletivo e as ações a ele associadas na esfera pública (Bevir, 2007; Bramwell & Lane, 2011). A aplicação do conceito de governança no sector público é tida como mais complexa que a governança corporativa (Heinrich, Hill & Lynn, 2004; Kickert, 1997). Nesta tese é abordada a governança pública, no âmbito do desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos enquanto assunto de interesse coletivo.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos-chave tradicionalmente associados aos estudos conceptuais e empíricos da governança, através duma revisão bibliográfica narrativa. Na opinião de Bramwell & Lane (2011) a diversidade de usos que o conceito de governança pode assumir é muito significativa e “excede qualquer tentativa para apresentar um conceito breve e abrangente” (p. 99), pelo que neste capítulo são apresentadas diversas reflexões que procuram esclarecer este vasto domínio de reflexões. Igualmente são apresentados os princípios, as formas e as instituições de governança. Uma vez que a governança é um domínio que se pode aplicar em diversos sectores, no caso deste capítulo procura-se fazer uma abordagem primária, sintética e suficientemente esclarecedora, sem aludir com frequência a situações específicas do sector turístico.

### 4.2. Governança: concetualização

Um dos conceitos mais simples e abrangente de governança é apresentado por Lowndes & Skelcher (1998), que a conceptualizam de forma muito sucinta como sendo “uma forma de coordenação social” (p. 318) que pode assumir diferentes soluções, como se apresenta na Figura 4.1. Pierre (2000) define o conceito como uma “nova forma de coordenação e concordância entre um conjunto variado de atores, incluindo atores políticos, burocracia, interesses corporativos e sociedade civil, caracterizados por terem diferentes objetivos e interesses” (p. 99). Dredge & Jenkins (2007) referem que a governança envolve estabelecer e manter novas relações entre os diferentes atores sociais, numa conceção menos



#### **Capítulo 4 | Governança**

estatocêntrica do papel do Estado na sociedade, que se reflete numa atitude de cidadania mais ativa e na proliferação de grupos de interesse envolvidos, com governos mais abertos e transparentes. Para Bruyn & Alonso (2012) também implica que haja uma liderança, baseada num conjunto diversificado de valores, para definir estratégias e implementá-las.

De uma forma mais detalha, em 2000 a *UNDP Strategy Note on Governance for Human Development* (citada em UNDP, 2007) define governança no contexto da sua atuação da seguinte forma:

Governança é o sistema de valores, políticas e instituições através dos quais a sociedade gere seus assuntos económicos, políticos e sociais através de interações entre Estado, sociedade civil e sector privado, a nível interno de cada um e entre eles. É a forma como a sociedade se auto-organiza para tomar e implementar decisões - no sentido de chegar a um entendimento, acordos mútuos e ações. Inclui os mecanismos e processos para que os cidadãos e grupos articulem os seus interesses, mediem as suas diferenças e exerçam os seus direitos e deveres. São as regras, as instituições e práticas que estabelecem limites e dão incentivos aos indivíduos, organizações e empresas. Governança inclui as dimensões social, política e económica, opera a todos os níveis da iniciativa humana, seja a nível familiar, local, municipal, nação, região ou global.

A definição apresentada pela UNDP remete para outros domínios de atuação da governança que vão para além da iniciativa humana ao nível corporativo, tradicionalmente associada ao sector privado, e ao nível público. Também é considerada no âmbito da atuação das associações sem fins lucrativos, dos indivíduos, grupos, entre outros, tal como referem Heinrich, Hill & Lynn (2004).

##### **4.2.1. Boa governança**

O conceito de boa governança é utilizado pela primeira vez em 1989 pelo Banco Mundial (World Bank, 1989) e evolui no âmbito dos programas de empréstimo e ajuda das organizações internacionais e consequentes políticas de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento. É neste contexto que vários autores analisam o conceito, nomeadamente Grindle (2004 e 2005), Moore (2001), Nanda (2006), OECD (1995), Santiso (2001), Smith & Weiss (1997) e Williams & Young (1994). Desde então é “um mantra para as agências e países doadores” (Nanda, 2006, p. 269), que se tem replicado rapidamente na literatura científica e técnica em múltiplos domínios, incluindo o turismo.

Segundo Shipley & Kovacs (2008), boa governança pode ser definida como “o modo ou modelo de governança que conduz aos resultados sociais e económicos desejados pelos

**Capítulo 4 | Governança**

cidadãos (...) com base nos valores normativos de democracia e justiça social” (p. 216). Muitas outras definições poderiam ser enumeradas mas, para Santiso (2001), a diferença principal entre os conceitos de ‘governança’ e ‘boa governança’ está no facto de este último introduzir a dimensão normativa para avaliar a qualidade da governança. Esta abordagem normativa, embora utilizando modelos diferentes, é aplicável não só às organizações públicas, como também às empresas e à sociedade civil nas suas esferas individuais de atuação. Segundo Bruyn & Alonso (2012), também é aplicável quando cooperam de forma conjunta, como por exemplo através de um organismo ou departamento responsável pela governança turística.

Segundo Laws *et al.* (2011), atualmente o conceito de boa governança é entendido em, pelo menos, três dimensões distintas que não devem ser confundidas. Numa primeira é associado a um quadro específico de princípios ideológicos, no qual a democracia tem um papel central. Contudo, é certo que se a boa governança se alicerça apenas na democracia, então o termo não pode ser aplicado a algumas empresas turísticas (onde há tradição sob o conceito de *corporate governance*) ou a alguns departamentos do governo de países democráticos, e tornar-se-ia impraticável em países comunistas, ditaduras ou regimes teocráticos. Isto é, o conceito de boa governança é usado em relação a uma ideologia eficaz que, na base da crença dos países ocidentais, é precisamente a democracia. Moscardo (2011<sub>b</sub>) aborda o conceito nesta perspetiva e baseia a sua definição de ‘boa’ implicitamente na crença da eficácia da democracia enquanto princípio de governança (Scott *et al.*, 2011). Numa segunda dimensão, o conceito é associado aos chamados *value free*, que são definidos em função das particularidades do contexto. Uma análise a um conjunto de definições de boa governança apresentadas por diversos autores evidencia a diversidade de valores que lhe podem estar associados. Numa terceira visão alternativa a boa governança não é tida como absoluta porque está relacionada com o cumprimento efectivo da tarefa; isto é, é simplesmente uma forma de governança que alcança o seu objetivo (Scott *et al.*, 2011). Nesta abordagem o conceito de ‘boa governança’ é considerado uma redundância do conceito de ‘governança’.

**4.2.2. Governança, governo e administração pública**

Os termos governo e governança foram usados e tidos como sinónimos durante muito tempo (Sumner, 2008; Walters, 2004), inclusive no dicionário (Stoker, 1998), mas

**Capítulo 4 | Governança**

atualmente já não o são (Laws *et al.*, 2011). Nas últimas décadas as reflexões encetadas sobre as transformações das várias facetas da realidade social justificam o uso distinto dos dois termos e, conseqüentemente, diferentes definições emergiram para definir governança. Para apresentar diversos argumentos que justificam as diferenças entre os dois termos, os investigadores focam a sua reflexão no significado do conceito de governança e não no conceito de governo. Algumas das características principais que diferenciam os dois termos, segundo a opinião de diversos autores, apresentam-se na Tabela 4.1.

**Tabela 4.1.**  
Características das definições de governança em comparação com as de governo

Características
Governança tem um sentido mais amplo que o termo governo porque alude à repartição do poder e aos níveis interno e externo do próprio Estado (Stoker, 1998)
<i>Governança</i> remete para os modos e formas de governar, <i>governo</i> remete para as instituições e agentes responsáveis por governar (sentido estrito) e <i>governar</i> remete para os atos ou processos de governar em si mesmo, i.e., tomar decisões de forma legítima ou gerir recursos públicos de forma responsável (sentido amplo) (Jessop, 1998; Hambleton, 2004; Harguindéguy, 2007)
Governança implica um foco nos sistemas de governo e nas formas como as sociedades são governadas, como estabelecem, aplicam e controlam regras e evoluem (Stoker, 1998)
Inexistência de qualquer relação necessária com o Estado porque a governança pode ocorrer sem governo (ex. governança corporativa), mas o governo não pode ocorrer sem governança (Taylor, 2002)
Não são apenas as agências governamentais que estão envolvidas nas funções de governança (Goodwin & Painter, 1996). Os atores não-governamentais podem estar envolvidos na governança, tais como empresários, a comunidade e o terceiro sector (Bramwell & Lane, 2011)
Governança pública encoraja a colaboração entre sector público, privado e sector não lucrativo para alcançar objetivos comuns (Hambleton, 2004)
A perspetiva da governança assume a função de facilitar a compreensão dos processos de mudança governativos (Stoker, 1996).
Governança chama a atenção dos cidadãos para a mudança nos processos de governar, nas diferentes formas de fazer política, nas novas relações formais e informais estabelecidas entre diferentes atores no âmbito da crescente complexidade dos processos de decisão e, também, de promover relações distintas entre o Estado e a sociedade civil (Blakeley, 2005)
Governança incorpora uma concepção menos centralista do papel do Estado no planeamento e formulação de políticas (Dredge & Jenkins, 2007)
Governança envolve a definição de consenso ou a obtenção de consentimento/autorização/mútuo acordo necessário para a realização de um programa, numa situação onde muitos interesses estão em jogo (Hewitt de Alcantará, 1998)

Fonte: Baseado nos autores citados

A estreita relação entre ambos os conceitos referidos tem sido, muitas vezes, objeto de análise, mas os artigos científicos mais recentes não demonstram tanta preocupação nessa distinção, pois a realidade governativa atual, sobretudo a vivida nos países democráticos, parece assentar espontaneamente sobre o sentido atual do conceito de governança. Mas, segundo Blakeley (2005) e Stoker (1998), os conceitos de governança e governo também

**Capítulo 4 | Governança**

não devem ser considerados de forma absolutamente diferente porque, por exemplo, embora sigam processos diferentes, conduzem ao alcance de resultados semelhantes.

A distinção e aplicação dos dois termos ocorrem não só em contexto académico, mas também no meio profissional. Um dos aspetos mais visíveis tem sido a alteração do nome ou dos objetivos de alguns organismos governamentais, que foram atualizados para integrar a palavra governança. Deste modo pretendem transmitir ao público uma nova atitude na prática da governação, como por exemplo maior ênfase nos processos democráticos, responsabilidade, justiça, entre outros atributos. Paralelamente às reflexões já feitas sobre as características que conferem sentido aos termos, também há investigadores mais céticos que referem que o termo governança é mais usado num contexto de retórica do que por razões substantivas (Stoker, 1998), assim como há quem questione se o termo é neutro e sinónimo de governo ou se significa uma mudança para o neoliberalismo (Summer, 2008).

Os termos governança e administração pública também são por vezes confundidos. Se por um lado, há autores que aludem aos termos governança e administração pública como sinónimos (Stevic & Breda, 2014), também há outros que apresentam diferenças entre eles. Em Portugal, a administração pública, por princípio estruturada de modo a evitar a burocratização, “visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos” (Art.º 266-1 da Constituição da República Portuguesa). É composta pelo conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, e demais pessoas coletivas públicas (autarquias), para satisfazer as necessidades coletivas e salvaguardar os seus direitos (ex. saúde, segurança, cultura, bem-estar). Deve atuar “no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé” (Art.º 266-2).

Muitas vezes, observa-se a administração pública como uma forma de prestar os serviços públicos necessários para implementar a política pública estabelecida pelo governo e que, segundo Gautam (2008), pode ser encarada como uma “arte de gestão”. Esta *arte* tem sido estudada por vários autores numa perspetiva evolutiva. O autor refere que na década de 80 e no início dos anos 90 a gestão pública sofreu uma grande transformação. Inicialmente caracterizada por ser rígida, hierarquizada e burocratizada, tornou-se mais flexível e baseada no mercado. Daí que alguns autores referem que o conceito de administração

**Capítulo 4 | Governança**

pública progrediu entre *Public Management* (PM), *New Public Management* (NPM) e *New Public Service* (NPS), juntando as práticas de gestão da administração pública e privada em permanente diálogo. Também alterou o papel do governo na sociedade e a relação do governo com o público (Gautam, 2008), sendo esta última realidade estudada no contexto da governança.

**4.3. Princípios de governança**

Para além da abordagem conceptual à governança, de âmbito mais genérica, também é necessário colocar questões adicionais para melhor compreender como é que o conceito está a ser operacionalizado para dar resposta aos problemas que se propõe resolver (Bevir, 2007). Este enfoque de análise tem sido concretizado com base na definição de dimensões de governança, também denominadas na literatura por variáveis, princípios ou atributos (Shipley & Kovacs, 2008), parâmetros (Beaumont & Dredge, 2010), características ou elementos-chave. Devido à experiência acumulada que assumem na implementação de modelos de governança a nível mundial, as Nações Unidas e a União Europeia desenvolveram um conjunto de instrumentos orientadores para medir o sucesso das intervenções, que lhes permite identificar e operacionalizar diversos princípios de governança consoante a realidade em que estão a atuar. Na Tabela 4.2. apresenta-se a relação de princípios de governança estabelecidos pelas Nações Unidas e pela União Europeia.

**Tabela 4.2.**  
Relação entre os princípios de governança estabelecidos pelas NU e UE

<b>União Europeia</b>	<b>Nações Unidas</b>
Abertura	Visão estratégica Transparência
Participação	Participação Orientada para o consenso Equidade
Responsabilização	Capacidade de resposta Responsabilização
Eficácia	Eficácia e eficiência
Coerência	Primado do direito

Fonte: Baseado em Bruyn & Alonso (2012)

Cada princípio é importante por si só, mas não deve ser posto em prática através de ações isoladas (Comité das Regiões, 2009). A União Europeia, no âmbito da parceria global para o desenvolvimento sustentável, na resposta aos desafios globais e no contexto da

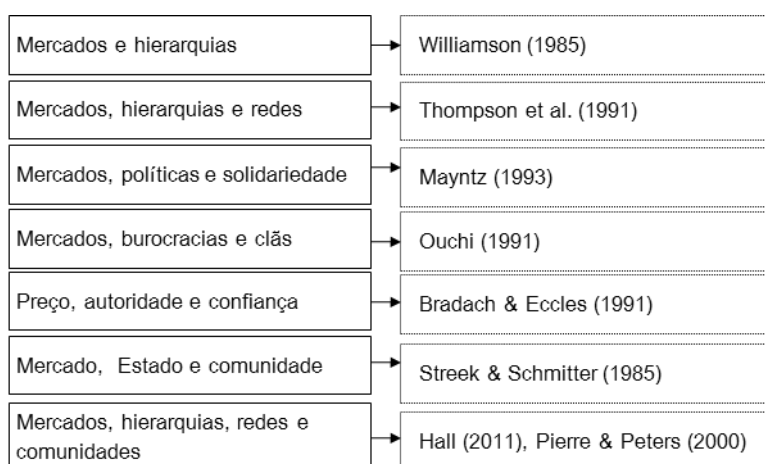
**Capítulo 4 | Governança**

responsabilidade social das empresas, aplica às suas responsabilidades internacionais os princípios fundamentais de governança que aplica a nível interno, mesmo tendo estes uma natureza essencialmente política (CE, 2003). É de referir que durante a consulta pública promovida sobre o *European Governance: A White Paper* (COM(2001)428) foi sugerido que “os princípios da governança da Comissão que vigoram na UE deveriam ser aplicados também a governos e a entidades terceiras exteriores à União Europeia” (CE, 2003, p. 39). Esta sugestão remete para a pertinência de os considerar no contexto do desenvolvimento das atividades de uma entidade regional de turismo pública.

Na literatura sobre governança em geral, e também no domínio específico das temáticas de governança associadas ao turismo, é possível identificar a referência a uma pluralidade de dimensões. No Capítulo 5 são abordadas os princípios de governança referidos na literatura em turismo. Apesar de ser importante analisar o processo de governança para compreender como é que a governança está a decorrer, recorrendo aos princípios, na opinião de Bevir (2007) a questão principal é saber se os diferentes atores estão devidamente envolvidos nesse processo para dirigir e/ou participar com sucesso face aos compromissos assumidos.

**4.4. Formas de governança**

A governança pode assumir diferentes formas para dirigir ou coordenar, também designados de padrões, modelos, estruturas, modos ou tipologias. As mais estudadas são apresentadas na Figura 4.1.

**Figura 4.1.**

Formas de governança, segundo a terminologia de diferentes autores

Fonte: Elaboração própria

**4.4.1. Conceções abrangentes**

As conceções mais abrangentes de governança versam sobre qualquer forma de coordenação da ordem social. Incluem, sem exceção, todas as formas nas quais as decisões políticas podem ser desenvolvidas e implementadas, independentemente de estarem centradas no Estado ou na sociedade civil ou do modo como promovem a ordem social (Steurer, 2009). Tal como se apresentou na figura anterior, a coordenação da ação social pode estar associada à hierarquia (através de mecanismos de implementação de normas coletivas obrigatórias e seu controlo), aos mercados (ordem espontânea e voluntária que emerge da auto-coordenação de atores autónomos), às redes, associações, comunidades ou clãs (baseiam-se na confiança e troca de recursos) (Börzel & Risse, 2010; Steurer, 2009). Na opinião crítica de Börzel & Risse (2003 e 2010) os mercados são uma forma de ordem espontânea, pelo que não têm perfil para se constituírem como estruturas formais para dirigir, embora os mecanismos de mercado possam ser institucionalizados para coordenar o comportamento dos atores através da competição.

Também no turismo as formas de governança abrangem diversos níveis hierárquicos ao nível do governo [órgão oficial], mercados, redes de atores [não ligados ao Governo] e comunidades (Bramwell & Lane, 2011; Hall, 2011<sub>a</sub>), embora nos últimos anos tenha prevalecido a tendência de se privilegiar estudos com enfoque nas redes e parcerias público-privadas (Erkus-Öztürk, 2011).

Por outras palavras, em sentido lato a governança traduz a capacidade de direção de um sistema político e as formas como é governado, “mas sem se conjeturar que instituições ou agentes devem ser responsáveis por essa direção” (Steurer, 2009, p. 2), i.e., sem definir à partida se é uma entidade pública, privada ou mista, de grande ou pequena dimensão, quanto agentes vão participar, entre outros aspetos. Na ciência política é comum o uso desta dupla abordagem às estruturas [quais os agentes envolvidos na governança?] e aos processos [como é feita a governança?] (Börzel, Guttenbrunner & Seper, 2005). A noção abrangente de governança separa o governo-instituição, enquanto um dos diversos agentes políticos que governa, do ato de governar, enquanto processo de decisão política que contempla a interação entre diferentes atores, mas reconhece que os governos ainda são um ator chave (Steurer, 2009).



#### 4.4.2. Concepções restritas

As concepções mais restritas sobre governança, associadas à escola anglo-saxónica que tornou populares os assuntos da governança, reduzem a governança às redes enquanto forma de coordenação social não hierárquica entre os atores públicos e privados ou somente entre os atores privados (Steurer, 2009). Estes últimos envolvem-se diretamente assumindo competências para o fornecimento de bens e serviços coletivos e para a formulação e implementação de políticas (Börzel, 1998). Nesta abordagem as redes emergem como consequência da transferência de poder do Estado para redes políticas (autónomas, não hierárquicas e auto-organizadas), quer no sentido ascendente, para o nível internacional, quer no sentido descendente, para o nível subnacional (Börzel, 1998; Steurer, 2009).

O enfoque exclusivo das redes como única forma de governança é algumas vezes representado pelo termo *nova governança* (Bevir, 2007; Jessop, 2008; Kooiman, 1993; Pierre, 2000) ou por expressões como *governança cooperativa* (Mayntz, 1998) ou *governança sem governo* (Pierre & Peters, 2000; Rosenau, 1995 e 2000). Walters (2004) descreve *nova governança* como “o novo contexto social no qual os objetivos tradicionais do governo – bem-estar, segurança e prosperidade – não podem mais ser satisfeitos pelo centro agindo isoladamente” (p. 29). Estes objetivos são definidos através de “processos de concertação, interação, trabalho em rede e direção, nos quais o tradicional centro de autoridade (ministérios, agências, burocracia pública) interage numa estrutura de rede constituída por múltiplos atores (privados, paraestatais, terceiro sector, voluntários e outros)” (p. 69).

Nesta lógica contextual, e em contrapartida, Peters (2000) usa o termo *velha governança* para se referir à governança hierárquica que vingou solitária até ao início das reformas. É precisamente por serem poucos os autores que têm defendido a existência de um modelo de governança hierárquica, que Bevir (2007) e Jessop (2008) referem que, possivelmente, é mais correto associar as mudanças subsequentes às reformas ao termo *nova governança*, isto é, sempre que se apela ao mercado, às redes e a outros modelos mistos de governança. Para Walters (2004) a *velha governança* “descreve um mundo no qual a economia, a sociedade e o próprio Estado são governados a partir de centros fixos de poder e autoridade, numa abordagem *top-down*” (p. 29).



#### **4.4.3. Formas de governança versus tipologia de organizações**

Qualquer tipologia de organização pode estar associada a diferentes formas de governança porque estas não são mutuamente exclusivas (Lowndes & Skelcher, 1998) e a sua eficácia pode ser diferente consoante o contexto em que são aplicados (Jessop, 2008; Rhodes, 1997). Até hoje têm sido combinadas com configurações muito variadas para garantir resultados mas, por vezes, também podem decorrer em soluções com insucesso (Jessop, 2008). No contexto do turismo, Hall (2010) desenvolveu um estudo empírico para associar as diferentes formas de governança às medidas implementadas pelas Partes para operacionalizar a *Convention on Biological Diversity* (CBD) de 1993 e conclui que as redes, seguidas dos mercados e das comunidades são as formas privilegiadas. Uma vez que numa sociedade há formas de organização muito distintas, Lowndes & Skelcher (1998) chamam a atenção para não se incorrer no erro de se fazer exercícios de correspondência entre elas e os modos de governança, com o objetivo de fazer coincidir em pleno as categorias analíticas provenientes de diferentes áreas da literatura, nomeadamente dos estudos da governança, das organizações e gestão pública. Dão o exemplo das parcerias multi-organizacionais que, enquanto forma de organização, não devem, nem precisam ser confundidas com redes enquanto forma de governança, porque as parcerias são formas organizacionais que podem estar associadas a uma variedade de formas de governança, consoante as etapas do seu ciclo de vida.

#### **4.5. Instituições de governança**

Na literatura frequentemente são identificados 3 domínios de instituições básicas de governança, tal como se apresenta na Figura 4.2 Kooiman (2003) identifica o Estado, o mercado e a sociedade civil e a UNDP (1997) identifica, de forma similar, o Estado, o sector privado e a sociedade civil.

**Capítulo 4 | Governança****Figura 4.2.**

Domínios das instituições de governança

Fonte: Baseado em Kooiman (2003) e UNDP (1997)

Apesar de cada um dos domínios institucionais referidos ter a sua esfera própria de responsabilidades, todos têm um papel importante no desenvolvimento sustentável, atuando em conjunto e de forma concertada para fomentar as circunstâncias políticas, legais, económicas e sociais necessárias para a redução da pobreza, criação de emprego, proteção ambiental, entre outros desígnios sucintamente estabelecidos na Declaração do Milénio (UNDP, 1997). Uma das áreas onde a interação dos três domínios é fundamental diz respeito à (re)formulação de políticas públicas que respondam aos problemas comuns que a sociedade pretende ver resolvidos. Os modelos mais integrativos são hoje muito reclamados e um deles é, precisamente, o modelo de governança, que inclui a sociedade civil e que, até há relativamente pouco tempo, tem sido negligenciada na tomada de decisão sobre assuntos de domínio coletivo.

**4.5.1. Atores**

Cada um dos domínios institucionais da governança subdivide-se em diferentes grupos, organizados por domínios sociais. Cada um deles integra os chamados *stakeholders*, designação esta generalizada informalmente no léxico do discurso político e académico em Portugal. A definição varia de autor para autor, mas nesta tese é utilizada a apresentada por Hall (2008): “indivíduos, grupos ou organizações, com interesse num problema de planeamento, assunto ou resultado, que são diretamente influenciados ou afetados pelas ações, ou ausência de ações, levadas a cabo por outros para resolverem o problema ou o assunto” (p. 121). Deste modo, nesta tese são utilizados, de forma indistinta, termos nacionais que lhe podem corresponder, tais como ‘atores’, ‘agentes’, ‘partes interessadas’

**Capítulo 4 | Governança**

ou ‘intervenientes’. Na Tabela 4.3 apresenta-se uma síntese descritiva de cada um dos domínios e os diferentes perfis de atores que os podem integrar.

**Tabela 4.3.**  
Atores associados a cada domínio institucional da governança

<b>Domínio</b>	<b>Descrição genérica</b>	<b>Atores</b>
Sector público   Estado	Superintende no aparelho democrático Centro da definição das políticas públicas Dispõe dos serviços sociais básicos Acesso privilegiado aos meios de comunicação social Tende a controlar as preferências dos cidadãos, dos grupos de interesse e dos próprios meios de comunicação	– Eleitos – Organismos públicos – Organizações públicas de investigação – Todo o conjunto diversificado de instituições públicas
Sector privado	Produz e distribui produtos e serviços Representa os interesses do mercado	– Meios de comunicação social – Empresas que têm como objetivo o lucro
Sociedade civil	É o domínio da vida social organizada Voluntária, criada e sustentada por si própria, autónoma face ao Estado e vinculada a um conjunto legal e partilhado de regras Constituída por uma diversidade de espaços, atores e instituições, diferentes em função da formalidade, autonomia e poder Assume-se como agente de mudança Pode ou não estar em oposição perante o Estado Por princípio, colabora num contexto de boa governança Capaz de estimular a resistência à mudança Composta por grupos e indivíduos com interesses comuns, que influenciam ações políticas de várias formas (ex. grupos de ativistas) A sua força depende da operação das organizações que a compõem	– Partidos políticos e coligações partidárias – Terceiro sector / entidades do sector não lucrativo (fundações, clubes, federações e confederações) – Organizações não lucrativas (ONG de defesa ambiente) – Organizações não lucrativas (de caridade e obras religiosas) – Associações profissionais – Sindicatos – Organizações ou grupos da comunidade (formal ou informalmente organizadas) – Grupos de interesse, defensores de causas específicas

Fonte: Baseado em Dredge & Jenkins (2007), Löffler (2003) e Rocha (2010)

A informação da tabela anterior não está afeta a nenhuma área sectorial em concreto, pelo que pode ser utilizada em qualquer contexto, inclusive no turismo. Na retórica dos processos de desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos é inquestionável a necessidade das instituições de governança articularem de forma eficaz os interesses comuns, através de processos de tomada de decisão mais participativos. Apela-se constantemente a uma maior e mais cuidada participação dos designados agentes.

### ***i) Estado***

Desde o final da II GM que se regista uma grande alteração no contexto de planeamento e funcionamento das sociedades ocidentais, pelo que o papel e a forma de intervenção do Estado, enquanto referência e motor principal da sociedade, têm sido questionados, cada vez mais, ao longo das últimas décadas. Um dos reflexos mais visíveis da mudança é no

**Capítulo 4 | Governança**

enquadramento institucional no qual o planeamento e a política surgem e se desenvolvem (Dredge & Jenkins, 2007). Segundo Dredge & Jenkins (2007) as mudanças mais visíveis ocorreram em quatro dimensões.

Uma primeira mudança a destacar é que as bases do poder burocrático tradicional do Estado desgastaram-se e começaram a ser questionadas porque as pessoas tornaram-se mais céticas, mais e melhor informadas, *less trusting* e mais exigentes. A segunda mudança surge de ter sido colocado em causa o modelo de excesso de despesismo do governo com os impostos cobrados aos cidadãos, traduzindo-se na diminuição do investimento e gasto público. O turismo, como depende muito dos bens públicos (ex. infraestruturas, serviços públicos em áreas protegidas) tem sido muito afetado, não só porque o Estado não investe ao mesmo ritmo, quer ao nível da melhoria das estruturas existentes quer em novos espaços, como também porque começou a cobrar taxas sobre serviços e espaços existentes. A terceira mudança está relacionada com a noção do interesse público coletivo, que foi corrompida e fez emergir o individualismo. Atualmente, o Estado muito dificilmente toma decisões para o interesse público, pois hoje tem que balançar diferentes cenários de valores em competição e assumir compromissos sobre o interesse público, baseados na visão mais utilitária e que assume maiores benefícios para um número maior de indivíduos. No caso do turismo, o número de grupos de interesse a operar em diferentes níveis governativos é muito elevado e criou novas divisões políticas e *desfocou* as divisões tradicionais entre interesse público e capital. A quarta mudança foi ao nível da perda de robustez das instituições do Estado, que foi desafiada pelo processo de globalização. Por globalização entende-se “a transformação transnacional do sistema económico e os seus efeitos consequentes nos sistemas político e social” (Ladueur, 2004, citado em Dredge & Jenkins, 2007, p. 53) e caracteriza-se pela desregulamentação dos mercados financeiros e aumento do fluxo de capital global ao ponto de colocar em causa a capacidade de gestão de assuntos internos e manutenção de controlo de qualquer governo. Nesta tese pressupõe-se que a globalização é uma realidade irreversível e que o Estado tradicional, tal como é conhecido, não irá desaparecer, mas sim assumirá outros papéis e responsabilidades, baseadas nas características que apresentamos na Tabela 4.4.

**Capítulo 4 | Governança**

**Tabela 4.4.**  
Características do Estado num mundo global

Providenciar um fórum para a representação dos vários interesses
Reconciliar exigências/reivindicações concorrentes
Criar e proteger a esfera pública na qual o debate sobre assuntos políticos pode ocorrer
Proporcionar segurança coletiva e bem-estar
Regular os mercados face ao interesse público, fomentando a competição e equidade
Garantir a paz social através de policiamento
Promover a educação e o desenvolvimento humano
Assegurar um sistema de leis efetivo

Fonte: Baseado em Giddens (1998)

As mudanças referidas, entre outras, alteraram o contexto das relações entre o Estado, sector privado e sociedade civil e fizeram emergir novos debates aquando do planeamento e da política. Conceptualizar a arena política como uma rede de atores políticos comprometidos no debate, *lobbying*, negociação, estratégia, compromisso e apoio ganhou ímpeto crescente.

### ***ii) Sociedade Civil***

Segundo a União Europeia (2014), a sociedade civil “designa todas as formas de ação social levadas a cabo por indivíduos ou grupos que não emanam do Estado nem são por ele determinadas”, enquanto a sociedade civil organizada é entendida como “uma estrutura organizativa cujos membros servem o interesse geral através de um processo democrático, atuando como intermediários entre os poderes públicos e os cidadãos”. Por exemplo, integram-se na sociedade civil organizada os parceiros sociais (ex. sindicatos), as organizações não-governamentais (ex. ONG de ambiente) e as organizações de base (ex. associações de jovens).

Nas sociedades ocidentais a noção de democracia está muito relacionada com sociedade civil porque as conceções clássicas de democracia defendem um ideal em que os cidadãos é que exercem controlo sobre a elaboração racional das políticas, para que sejam claras e justas, e em que o poder da legislatura é responsável perante as pessoas (Dredge & Jenkins, 2007). Neste contexto a sociedade civil é composta por agregados com interesses auto-organizados e todos têm acesso igual à elaboração das políticas, embora a realidade prática dos sistemas democráticos revela que isso não se verifica. Nas sociedades democráticas há, de facto, inclusão e exclusão de grupos.

**Capítulo 4 | Governança**

Nos últimos anos tem havido um renovado interesse em analisar as ligações entre Estado, mercado e sociedade civil, com base no argumento de que as instituições públicas por si só não asseguram processos legislativos democráticos em função do interesse público (Dredge & Jenkins, 2007). Alguns críticos argumentam que depois de quase três décadas de neoliberalismo económico, as forças de mercado e os interesses económicos conquistaram capacidade de influenciar o Estado e que a noção de que os políticos e os burocratas são contratados para agir pelos interesses dos cidadãos é cada vez mais questionada, influenciando a credibilidade de valores como a confiança e a legitimidade do governo.

Segundo Dredge & Jenkins (2007) o interesse público engloba “todos os interesses que podem ser potencialmente benéficos a todos os membros da sociedade” (p. 45), incluindo valores partilhados sobre a vida e bem-estar e uma conceção moral e ética sobre a noção do que é justo e certo. Desta noção são excluídos os interesses individuais ou de grupos específicos. No entanto, a sociedade não é homogénea e as decisões políticas afetam de forma diferente os indivíduos e os grupos. Mas o conceito de interesse público é fundamental para o planeamento e política pública, apesar de ser subjetivo. Os planeadores e os decisores políticos têm que interpretar e dar significado ao termo ‘interesse público’ através das diversas atividades de formulação da política. O ideal é que estes agentes sejam racionais, autónomos e que conheçam o significado de interesse público de forma clara. Mas, inevitavelmente, são influenciados pelo seu próprio sistema de valores, ideais e crenças, pelo enquadramento institucional em que estão integrados, pelos atores políticos com quem se relacionam e pelos interesses dos agentes privados (Dredge & Jenkins, 2007).

A propósito da dificuldade de operacionalização do conceito de interesse público, Dredge & Jenkins (2007) dão um exemplo. No caso do turismo a nível local, a responsabilidade do governo é gerir as necessidades atuais e futuras da comunidade. Por exemplo, quando toma a decisão de criar uma agência de promoção, fá-lo-á em função do interesse público, para que todos beneficiam desta decisão. Mas se essa agência tem vários membros (públicos e privados) ou é uma agência semiautónoma com mandato comercial, a noção de interesse público pode ser questionada, porque irá agir em função dos seus membros e não da comunidade como um todo, que poderá ficar marginalizada.

#### 4.5.2. A questão da identificação dos atores mais importantes na governança

Löffler (2003) refere que para resolver com sucesso os problemas mais difíceis é importante identificar os agentes mais relevantes, decidir qual é a melhor forma de os envolver, de mobilizar os seus esforços e de conciliar os conflitos que surgem entre eles. Acrescentou, ainda, que este “é o papel central da liderança pública” (Löffler, 2003).

Concetualmente não é possível estabelecer quais são os agentes mais importantes nos assuntos de governança pública, pois variam em função de diversos fatores. Löffler (2003) destacou três fatores que não permitem, *a priori*, estabelecer o rácio ideal: domínio político em causa, área geográfica e características da comunidade envolvida. Também Hall (2008) refere que “o número apropriado de agentes numa parceria depende da escala de análise e do assunto em causa” (p. 99). Na literatura não se observa um debate exaustivo sobre a questão da quantidade de representantes que cada grupo de agentes ou sector deve ter nas várias etapas associadas à política de turismo, embora a OCDE (OCDE, 2012) apresente algumas soluções sobre formas de representatividade dos interesses do sector junto do poder público (ex. confederações). Em Portugal esse enquadramento é contemplado caso a caso nos estatutos e regulamentos das instituições. A título de exemplo, refira-se a situação das entidades regionais de turismo, nas quais a composição da Assembleia Geral contempla representantes de diversos agentes públicos, agentes económicos e da sociedade civil organizada.

Embora se reconheça que o governo ainda se mantém como ator principal em muitos contextos de intervenção social, ele é apenas um dos muitos agentes a atuar no âmbito dos assuntos de interesse coletivo, tal como apresentado na Tabela 4.3. Ainda que hoje seja necessário envolver vários agentes em diversos momentos de intervenção e partilhar responsabilidades, um entre eles terá que assumir a iniciativa para os reunir, liderar e conduzir face a uma determinada ação, através de modelos adequados de governança (Hall, 2008). O tipo e nível de envolvimento dos diversos agentes nos assuntos tem influência sobre a forma como se formulam, decidem e implementam as regras de domínio público. Também a forma como se inter-relacionam contribui para o nível de sucesso dos resultados alcançados pelas políticas públicas (Löffler, 2003). Por exemplo, a forma como a comunicação social apresenta e esclarece determinado assunto pode influenciar os comportamentos sociais.

#### **4.6. Conclusão**

Alguns conceitos de governança e terminologias a eles associados foram abordados ao longo do capítulo. A diversidade de usos que o conceito pode assumir remete a sua aplicação no turismo para uma grande diversidade de abordagens, tal como se evidenciou no Capítulo 2. O facto da governança no turismo ser uma área de estudo e de aplicação relativamente nova, conjugada com o fato do próprio conceito de governança ser multidimensional, remete para reflexões empíricas mais discutíveis, pois não há um quadro teórico mais consolidado e baseado em estudos empíricos.

Relembrando que o estudo empírico desta tese versa sobre o tema da governança para o desenvolvimento sustentável da área regional de turismo do Alentejo, as informações compiladas no presente capítulo, conjugadas com as apresentadas nos Capítulos 2, 3 e 4, permitiram reunir um conjunto de fundamentos de partida para estruturar e desenvolver o Capítulo 5, o qual se apresenta seguidamente.



***Capítulo 4 | Governança***

## Capítulo 5

# Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos

---

### **5.1. Introdução**

Tendo em conta as reflexões de enquadramento apresentadas nos capítulos anteriores sobre turismo sustentável e governança, o presente capítulo tem como objetivo principal apresentar os requisitos e iniciativas que devem ser tidos em conta na conceção de um sistema de governança pública que vise promover o turismo sustentável ao nível dos destinos turísticos.

A identificação dos requisitos e iniciativas resultam da análise desenvolvida nos capítulos anteriores e das recomendações das organizações internacionais, identificadas através da análise do conteúdo de alguns documentos de cariz técnico e político, tal como se apresenta no Capítulo 6. Sendo o desenvolvimento sustentável uma área de trabalho bastante vasta e complexa optou-se por analisar o conceito de governança através duma abordagem sistémica.

Nas secções seguintes citam-se alguns argumentos que justificam a concretização de diversas recomendações associadas a cada domínio. As recomendações são apresentadas para um cenário em que num destino há partilha de responsabilidades entre os principais agentes da governança e que estes são eficazmente envolvidos nos processos de desenvolvimento. É dada particular atenção às recomendações feitas aos responsáveis políticos, aos decisores e gestores com responsabilidades no turismo sustentável, independentemente de pertencerem ao sector público, nacional ou local, ao sector privado, às ONG ou a qualquer outro tipo de organização.

### **5.2. Governança para o desenvolvimento sustentável**

Segundo Meadowcroft (2007) a governança para o desenvolvimento sustentável refere-se ao “processo de governança sociopolítico que conduz em direção ao desenvolvimento sustentável (...) inclui o debate público, tomada de decisão política, formulação e

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

implementação de políticas e interações complexas entre autoridades públicas, empresas privadas e sociedade civil” (p. 299). Envolve ainda a identificação e descrição do conjunto de procedimentos, atores e processos necessários para alcançar essa forma de desenvolvimento (Bruyn & Alonso, 2012). Estas considerações remetem para um campo de ação muito amplo quando se opta por uma solução de governança que facilite o desenvolvimento sustentável de forma eficaz.

A comunidade internacional, em parceria com diversos organismos, tem gerado um conjunto diversificado de iniciativas no âmbito da governança para que o desenvolvimento sustentável do turismo possa ser alcançado, numa escala tão alargada quanto possível e de forma eficaz e articulada. A forma como tem promovido o debate e a partilha de conhecimento faz com que atualmente existam múltiplos documentos técnicos e científicos de apoio ao planeamento e à gestão do turismo, que estão ao alcance dos diversos agentes. Segundo Dinica (2013) estes documentos apresentam muitas lições aos agentes quanto aos processos que a governança pode assumir para ser mais eficaz e gerar mais inovação e competitividade nos destinos. No entanto, no âmbito da governança pública, uma boa parte das responsabilidades recai na esfera de atuação governativa. A autora também refere que os destinos podem implementar essas recomendações de forma diferente, consoante as suas especificidades, pois parte delas são de carácter transversal. Para além das recomendações de carácter horizontal, os destinos também dispõem de um conjunto diversificado de propostas que se repartem por subsectores da atividade turística, por perfil de destinatário, por produtos, por áreas com características muito específicas (ex. áreas classificadas) ou por territórios geograficamente demarcados por situações particulares (ex. ilhas), como se referiu anteriormente.

Uma parte significativa das recomendações é de carácter voluntário e surge como uma oportunidade para os vários agentes planearem e gerirem as atividades turísticas de forma sustentável a nível económico, social e ambiental (CEC, 2007 e 2010; UNEP & WTO, 2005; CBD, 2004). Algumas das recomendações, embora especialmente dirigidas a contextos mais vulneráveis, aplicam-se a todas as formas de turismo, em todo o tipo de espaços geográficos e destinos turísticos, desde que sejam consistentes com princípios de conservação e do desenvolvimento sustentável (CBD, 2004). Acresce que as recomendações são suficientemente flexíveis para serem transpostas para diferentes contextos institucionais e jurídicos (CBD, 2004). Salienta-se que a União Europeia, por

diversas vezes, refere que o desenvolvimento sustentável deve ser a principal preocupação de todas as políticas comuns, e das que delas derivam, pelo que ao longo dos últimos anos se propôs a desenvolver diversas iniciativas para que cada domínio analise a forma como melhor pode contribuir para esse propósito (CEC, 2001, 2007 e 2010).

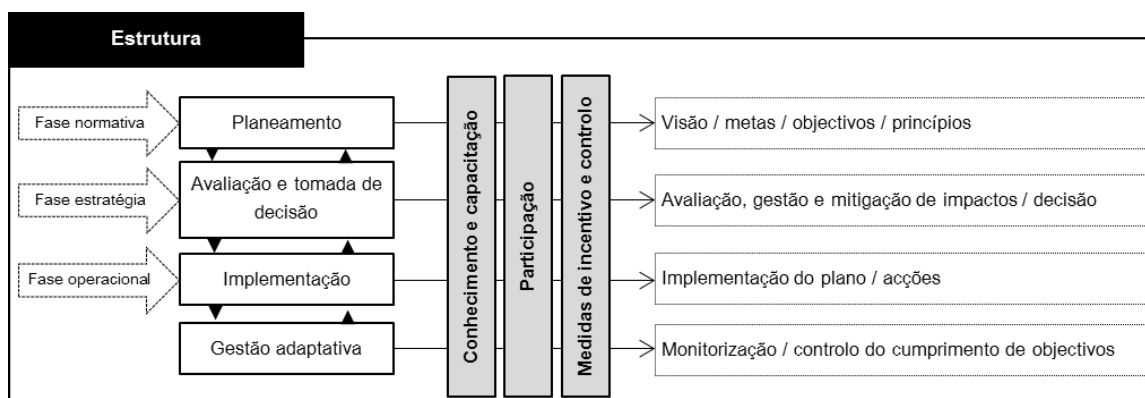
Para Meadowcroft, Farrell & Spangenberg (2005) o desenvolvimento sustentável representa um dos desafios mais importantes para a governança, porque tem que colocar na mesma trajetória as funções de direção pública para o desenvolvimento social no quadro do desenvolvimento sustentável. Em consequência, são necessárias significativas mudanças face aos processos e práticas de governança mais tradicionais (ex. hierarquia e mercados), que devem ocorrer de forma articulada em diversos níveis de atuação, entre o mais global e o mais local.

### 5.3. Sistema de governança pública: requisitos

Reconhecendo que o sector turístico tem um papel importante a desempenhar no projecto mundial de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, nesta subsecção apresenta-se um conjunto de requisitos que podem nortear a conceção de um sistema de governança pública para a definição e implementação de uma política para o desenvolvimento do turismo sustentável num destino turístico. Na Figura 5.1 esquematiza-se uma estrutura de informação que representa, em termos gerais, a relação entre os domínios desses requisitos.

**Figura 5.1.**

Elementos a considerar na planificação de um sistema de governança pública para o turismo sustentável



Fonte: Baseado em CBD (2007) e Smith (1982)

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

Ao funcionamento dum sistema de governança pública deverá estar subjacente um domínio social de intervenção. No caso desta tese, o ideal de interesse coletivo que se pretende debater é ancorado naquilo a que Bruyn & Alonso (2012) chamam de *cultura da sustentabilidade*, uma vez que se pretende abordar um modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo nos destinos turísticos. A cultura do turismo sustentável assenta numa abordagem de intervenção que tem implícitos objetivos, princípios e dimensões próprias do modelo de desenvolvimento sustentável. Uma vez que estes tópicos já foram abordados no Capítulo 3, neste ponto não são desenvolvidas reflexões adicionais sobre este enfoque. Apenas se regista, mais uma vez, a sua importância neste contexto.

Deste modo, os principais requisitos que uma abordagem de governança deve considerar e promover ao nível de um destino turístico para alavancar o desenvolvimento do turismo são apresentados e explicados seguidamente.

### **5.3.1. Estruturas de governança**

Um sistema de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável num destino implica a existência de uma estrutura responsável e líder, que facilite a definição, implementação e monitorização de uma política conveniente para esse efeito (Bramwell & Lane, 2011; Bruyn & Alonso, 2012; UNWTO, 2012).

Diversos autores têm analisado o contexto da governança em destinos turísticos que são geridos por estruturas com perfis muito díspares (Beaumont & Dredge, 2010; Beritelliet al., 2007; Bruyn & Alonso, 2012; Dredge & Jenkins, 2007; Kerimoglu & Çiraci, 2008; OECD, 2012 e 2014; Spyriadis *et al.*, 2011; Pechlaner *et al.*, 2011 e 2012; Zahra, 2011; Zahra & Ryan, 2007; WTO, 1994 e 1997). Entre entidades públicas, privadas e mistas, ou departamentos de instituições, os autores identificam algumas das virtudes e constrangimentos de cada um dos modelos adotados, sendo possível listar um conjunto diversificado de organizações regionais que podem operar no interesse do desenvolvimento regional do turismo. Contudo, os autores não assumem uma posição absoluta, inequívoca e estandardizada sobre o perfil ideal que uma estrutura de governança tem que assumir para garantir a sua eficácia, porque ela tem que ser estabelecida, pelos seus agentes, em função dos fatores de contexto de cada país ou destino, de forma holística e integrada (Bruyn & Alonso, 2012; UNWTO, 2012; WTO, 1994).

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

Neste pressuposto, cabe aos agentes do destino decidir qual a solução mais conveniente para dar resposta ao desafio que pretende enfrentar. A WTO (1994) salvaguarda que uma estrutura instituída também pode mudar ao longo do tempo em função das transformações que ocorrem no seu ambiente, situação esta que se advoga cada vez mais com mais frequência. Segundo a mesma fonte, uma premissa prévia à escolha da tipologia da estrutura é determinar os papéis que os principais agentes sectoriais devem assumir no contexto global dos vários processos de governança que irão ser implementados.

***i) Estruturas governamentais ao nível subnacional***

No âmbito do atual contexto político-governativo nacional, e tendo em conta as características do sector turístico, considera-se que a materialização duma política regional para o desenvolvimento do turismo sustentável a prazo só terá viabilidade através de uma empenhada e eficaz intervenção do sector público na condução dum sistema complexo de atores, que direta e indiretamente tem interesse no turismo.

Segundo a OCDE (OECD, 2012 e 2014) e Bruyn & Alonso (2012) as organizações governamentais podem assumir diversas formas estruturais para gerir o turismo no nível subnacional. Uma primeira solução poderá contemplar uma direção regional integrada no ministério responsável pela política e assuntos de governança e responsável por fazer o interface com outros ministérios (ex. economia ou ambiente). Uma segunda opção passa pela existência de uma organização de gestão do destino (OGD) ou outra similar (ex. centro de convenções e informação a visitantes) e que normalmente assentam numa parceria público-privada capaz de gerir a relação com o sector privado e demais agentes. As formas que pode assumir são apresentadas na Tabela 5.1.

**Tabela 5.1.**  
Formas de uma organização de gestão de destino

<b>Formas</b>
Departamento de uma única autoridade pública
Parceria de autoridades públicas, servida por parceiros
Parceria de autoridades públicas, servida por uma unidade comum de gestão
Autoridade(s) pública(s) contratam empresas privadas em regime de <i>outsourcing</i>
Parceria público-privada para certas funções, muitas vezes na forma de empresas sem fins lucrativos
Associação ou empresa fundada apenas pelo sector privado

Fonte: Baseado em OCDE (2012)

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

Frequentemente uma OGD está diretamente ligada ao órgão do ministério ou agência de âmbito subnacional, sendo financiada e reportando-se a ela. Esta, por sua vez, pode estabelecer várias OGD de carácter sub-regional ou local, de modo a criar uma estrutura de gestão descentralizada para ser mais eficiente (Bruyn & Alonso, 2012).

**ii) Fatores estratégicos a considerar num modelo estrutural de governança**

Bruyn & Alonso (2012) reconhecem a existência de diversos modelos estruturais e as principais diferenças entre eles. Estas diferenças justificam-se por diversos fatores tais como estatuto legal, modelo de gestão e relacionamento com agentes, forma financiamento, implicações da governança e atitude perante a comunidade. Ainda segundo os autores, qualquer um desses modelos pode ser utilizado para desempenhar as funções de governança de um destino, desde que a opção seja considerada pelos agentes do destino como a mais adequada. Independentemente das vantagens e constrangimentos de cada um, para os autores é importante que qualquer modelo estrutural considere os fatores apresentados na Tabela 5.2.

**Tabela 5.2.**  
Fatores estratégicos a considerar num modelo estrutural de governança

---

<i>Outcomes</i> esperados pela comunidade
Extensão (alcance) e natureza do envolvimento das autoridades locais no turismo / filosofia política da autoridade local em relação à forma como presta serviços
O papel do turismo na economia da região
A natureza e magnitude dos grupos de agentes e os seus interesses
Averiguar se as autoridades locais se envolvem numa autoridade regional ou local de turismo, para planear e gerir o sector turístico como um todo ou apenas para algumas competências (ex. promoção)
Fatores de medida: escala de atividade do turismo, dimensão do mercado, número de entidades locais que pretendem financiar as atividades duma OGD ou se optam por um modelo conjunto de governança

---

Fonte: Baseado em Bruyn & Alonso (2012)

**iii) Vantagens da existência de uma estrutura regional de governança**

As autoridades regionais devem, por princípio, ser o pilar da governança turística por motivos práticos e de sinergia (Bruyn & Alonso, 2012), tal como se apresenta na Tabela 5.3. Em diversos países ocidentais, e por motivos diversificados, existem autoridades públicas de turismo a nível regional e Portugal não é exceção. Na literatura é sugerido que as autoridades regionais sejam criadas de forma voluntária pelos municípios da área geográfica que os integre (Bruyn & Alonso, 2012). Esta premissa vingou em Portugal

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

quando as Regiões de Turismo eram o paradigma vigente, mas desde 2009 que o governo optou pelo modelo de regionalização assente na estrutura administrativa da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUT), para agregar sinergias entre municípios com um perfil socioeconómico semelhante ao nível de NUT III.

**Tabela 5.3.**  
Vantagens da existência de uma autoridade regional de governança

<b>Vantagens</b>
Está suficientemente perto dos destinos locais onde ocorre a experiência turística do visitante
Está suficientemente perto dos locais onde operam os agentes da oferta
É capaz de coordenar e gerir um número significativo de destinos locais (sub-destinos)
É um meio de comunicação eficaz para defender os interesses regionais e locais a nível nacional
Tem capacidade para oferecer alguns serviços: capacitação de recursos humanos; investimento conjunto na área da promoção, ou outras
Tem capacidade para equilibrar e simplificar o processo de governança entre todos os municípios

Fonte: Baseado em Bruyn & Alonso (2012)

Apesar das organizações locais também serem defensoras dos interesses dos seus espaços jurisdicionais de atuação, a sua dimensão e capacidade limitada para intervir em assuntos que vão para além das suas fronteiras justificaram a criação de organizações de âmbito regional (Dredge & Jenkins, 2007).

As vantagens indicadas na Tabela 5.3 dificilmente são atingidas por cada um dos municípios individualmente, mesmo reconhecendo que estes, ou seus derivados (ex. empresas municipais de turismo), são quem assumem na maior parte das vezes o papel de autoridades locais nos assuntos de turismo. Cada um dos municípios tem características próprias diferenciadoras, sendo algumas muito expressivas (ex. dimensão geográfica, económica e social, capacidades de liderança, orçamento disponível), o que justifica muitas vezes a capacitação de uma entidade ou estrutura regional de turismo com autoridade para equilibrar e simplificar o processo de governança ao nível de todos os municípios.

Spyriadis *et al.* (2011) salientam que as atividades de planeamento, gestão e *marketing* necessárias para o desenvolvimento do turismo devem ser administradas no contexto de uma estrutura integrada, que interligue estas funções e processos com a dimensão política e estratégica. Zahra & Ryan (2007) referem que o turismo está relacionado com o ambiente mais abrangente do destino (ex. económico ou físico-ambiental) em pelo menos três dimensões: com as várias estruturas da componente turística (transporte, alojamento, atrações); com os sistemas políticos formais em que as políticas são determinadas (os



níveis de (des)centralização governamental); e com as ideologias políticas vigentes, que ajudam a articular uma lógica para essas políticas (nas democracias ocidentais oscilam entre a perspectiva social-democrata e a orientação neoliberal para o mercado).

### **5.3.2. Princípios de boa governança**

Qualquer estrutura de governança pública deve pautar a sua atuação por princípios que garantam um processo democrático tão eficaz quanto desejável. As questões técnico-científicas de enquadramento sobre os princípios de boa governança foram abordadas no Capítulo 4. No domínio específico das temáticas de governança associadas ao turismo, tal como na literatura sobre governança em geral, é possível identificar a referência a uma pluralidade de dimensões. Contudo, ainda são poucos os artigos que abordam explicitamente as dimensões de governança através de uma lista sistematizada e organizada de avaliação.

Ruhanen *et al.* (2010) apresentam uma lista exaustiva com 40 possíveis dimensões de governança, que resulta de um trabalho de revisão de literatura baseado em 53 artigos e cujo enfoque de pesquisa é o campo da ciência política e da gestão corporativa. Ao analisarem as frequências com que as dimensões são referidas, uma das conclusões é a de que as sete dimensões mais utilizadas são as seguintes: responsabilidade; transparência; envolvimento; estrutura; eficácia; poder; e eficiência. Também concluem que a maior parte das dimensões está diretamente associada às particularidades do estudo conduzido pelos respetivos autores. No contexto das instituições que operam ao nível do património cultural, Shipley & Kovacs (2008) apresentam cinco princípios de boa governança: legitimidade e voz; direção; performance; responsabilidade e equidade (ou justiça social). Também Borges *et al.* (2014) analisaram que no domínio mais específico da literatura científica sobre governança e desenvolvimento sustentável no turismo se verifica, nos 19 estudos analisados (ver Capítulo 1), que as dimensões são identificadas consoante o conceito de governança e as teorias escolhidas para desenvolver os estudos, o tipo de turismo em análise e a escala de análise, tornando difícil estabelecer uma lista padrão de referências. A título de exemplo, refira-se as 6 dimensões definidas por Beaumont & Dredge (2010) para avaliar as redes de governança locais do turismo, dimensões essas que também resultaram da revisão de literatura: (i) culturas positivas, comunicação construtiva e comunidades comprometidas; (ii) transparência e responsabilidade; (iii) visão e

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

liderança; aceitação da diversidade e a prossecução de equidade e inclusão; (iv) desenvolvimento de conhecimento, aprendizagem e partilha de conhecimento; (v) clarificação dos papéis e responsabilidades dos participantes e (vi) clarificação das estruturas operacionais e processos da rede.

A construção de uma grelha estandardizada de análise com dimensões de avaliação para aferir o (in)sucesso de estratégias de governança não parece reunir consenso na literatura científica. Os motivos são vários. Por um lado, o facto deste enfoque de análise ser relativamente recente nas ciências sociais faz com que os trabalhos que existem ainda apresentem algumas divergências na identificação e descrição de termos para representar dimensões que, em teoria, se referem ao mesmo aspeto. As principais razões prendem-se com o uso de termos sinónimos para designar as mesmas dimensões como se tivessem significados diferentes e com a diversidade de combinações que é possível fazer entre as dimensões, como já foi exemplificado anteriormente. Também se verifica, por vezes, que algumas das dimensões aparecem como variáveis isoladas num contexto narrativo de reflexão com carácter qualitativo e abrangente. Por outro lado, alguns investigadores referem que é um erro tentar encontrar a lista perfeita, que possa ser utilizada em qualquer contexto de governança, uma vez que cada contexto deve definir uma solução de intervenção personalizada. A esse propósito, Scott *et al.* (2011) referem que os princípios da governança são aqueles que se considerarem adequados em cada contexto de governança e, por isso, consideram que não é relevante estabelecer uma lista padrão de princípios para uniformizar rotinas metodológicas.

### **5.3.3. Contexto político-governativo**

Segundo a União Europeia, “a consecução de um desenvolvimento sustentável exige mudanças em termos da elaboração e aplicação das diversas políticas” (CEC, 2001, p. 6). Entre várias recomendações, destaca a importância de haver um grande empenho e liderança política para introduzir as mudanças necessárias e gerar benefícios incontestáveis à sociedade no seu conjunto, ao mesmo tempo que é necessário fazer compromissos difíceis entre interesses contraditórios, de forma aberta e honesta, entre outros princípios. Considerando que a liderança política é uma premissa transversal a qualquer nível de intervenção governativa (internacional, europeu, nacional, regional e local), e que todos

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

têm compromissos e medidas para assumir, nesta seção as reflexões são feitas para o nível regional, tendo subjacente a realidade da divisão administrativa vigente em Portugal.

Considerando que o desenvolvimento do turismo não é um processo socioeconómico isolado, mas uma parte integrante de uma vasta transformação estrutural aos níveis político, socioeconómico, cultural e ambiental, a sua sustentabilidade ainda se torna um assunto com carácter multidisciplinar mais vincando (Gossling, Hall & Weaver, 2008). Na verdade, a abordagem holística e integrada na definição de políticas e estratégias de atuação conjuntas, em todos os níveis, é um imperativo.

Segundo a OCDE (OECD, 2012 e 2014) um dos requisitos para que as práticas de governança sejam eficazes é que as competências, normas e práticas das organizações turísticas governamentais sejam adaptativas e se renovem em função do progresso da conjuntura política e empresarial que lhes deu origem para que alcancem, ou mantenham, vantagens competitivas. A abordagem da governança determina que as políticas turísticas sejam concebidas, debatidas, aprovadas e implementadas em conjunto com os agentes, através de processos de tomada de decisão que reflitam da melhor forma o interesse público (OCDE, 2012). Particular ênfase deve ser dada à decisão política ao nível regional ou local. Com base nesta premissa, defende-se o desenvolvimento de um sistema de governança que inclua múltiplos atores. Esta dinâmica de rede é tida como imprescindível para o desenvolvimento do turismo e para a atuação de sucesso das entidades responsáveis Bramwell & Lane (2000), Costa (2014) ou UNEP & WTO (2005).

A ideia da necessidade de coordenação ao nível das políticas públicas não é propriamente um ditame novo, mas mais recentemente vários autores começaram a insistir na necessidade cada vez mais urgente de concretizar essa coordenação, explicitando e exemplificando algumas soluções para esse efeito (Cooper, 2012; OECD, 2012), uma vez que a dimensão político-institucional é considerado um elemento fundamental para que o desenvolvimento das dimensões económica, social, cultural e ecológico/ambiental sejam alcançadas (Carvalho, 2007; Soromenho-Marques, 2005). Embora a União Europeia, e consequentemente os países-membros, tenha apresentado um conjunto diversificado de políticas para abordar as dimensões económica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável, nem sempre se acautelou a sua evolução de forma coordenada, nem a

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

formulação de uma perspetiva coerente a longo prazo (CCE, 2001). Atualmente muitas iniciativas decorrem, de forma reforçada, no contexto da dimensão da governança.

Desenvolver um sistema multiatores, que inclua uma melhor coordenação horizontal e vertical dos organismos governamentais relevantes, parcerias público-privadas ou outros mecanismo de cooperação, requer consideração sobre os elementos aceites de boa governança, quer ao nível central quer ao nível subnacional (OECD, 2012). É com frequência que iniciativas dum determinado domínio político, destinadas a alcançar determinados objetivos, dificultem o progresso noutra domínio político. No caso do turismo, há soluções para determinados problemas do sector que estão frequentemente nas mãos de decisores políticos de outros sectores ou níveis governamentais. A esta situação acresce que o desenvolvimento de uma política central do turismo está a tornar-se um processo cada vez mais complexo, com prazos mais alargados e com uma abrangência cada vez maior. Tratar os grandes e multifacetados desafios colocados à indústria turística requer uma abordagem integrada no desenvolvimento da política, considerando vários ministérios e departamentos governativos, a diferentes escalas e com o envolvimento próximo do sector privado e da sociedade civil (OECD, 2012 e 2014).

#### **5.3.3.1. Coordenação intragovernamental**

A coordenação intragovernamental para uma abordagem global e intersectorial é uma das premissas mais importantes para dar resposta aos desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável, embora de difícil alcance (CCE, 2001). Esta abordagem envolve todos os sectores do executivo, e a todos os níveis administrativos, com o objetivo de adotarem e coordenarem as respetivas abordagens em harmonia com as metas e princípios do desenvolvimento sustentável (Cooper, 2012). Nos últimos anos tem-se registado um renovado interesse e empenho por parte das entidades governativas, muitas vezes justificado pelo facto dos resultados das políticas e ações públicas não atingirem os resultados socialmente desejáveis. A este propósito vários mecanismos de coordenação têm sido desenvolvidos para fomentar a cooperação entre áreas políticas diferentes, mas afins.

Também no sector do turismo se advoga uma melhor coerência política, através de uma coordenação ao nível vertical e horizontal, sendo este um dos requisitos para a governança,

tal como sugerido Berger & Steurer (2009), Bruyn & Alonso (2012), Cooper (2012), Hall (2008), OECD (2012 e 2014) ou UNWTO (1996). O turismo assume uma singularidade própria nesta discussão porquanto, antes da retórica do desenvolvimento sustentável e da importância da coordenação das políticas em todos os sectores, já se reclamava uma abordagem intrasectorial na definição das políticas e ações para o turismo devido às características que lhe são inerentes e aos impactos que causa e recebe nos aspetos económico, social e ecológico/ambiental.

### ***i) Coordenação vertical***

A coordenação vertical na governança do turismo pretende assegurar que as políticas e atividades nos diferentes níveis geográfico-governativos são integradas, relacionadas e otimizadas (Hall, 2008). O número de níveis governativos depende da hierarquia nacional de cada país (ex. nacional, regional e local), pese embora também seja importante considerar o nível supranacional ou internacional, que cada vez mais exerce influência sobre as políticas domésticas. A coerência e consistência são essenciais na definição e aplicação das políticas entre todos os níveis governativos para assegurar que as políticas turísticas são efetivas.

O desafio da integração política vertical é a coordenação entre os níveis governativos central, regional e local. Além disso, porque o turismo é dinâmico, os governos enfrentam dificuldades em monitorizar constantemente o mercado para garantir que a política é efetiva.

Uma das razões que justificam a importância desta abordagem é o facto de muitos governos estarem a descentralizar as suas tomadas de decisão (ex. França, Itália, Espanha, Brasil). Ao nível regional e local o governo tem a vantagem de estar mais próximo do mercado, do sector privado e dos cidadãos e, deste modo, estar melhor posicionado para identificar as mudanças que ocorrem nos mercados e no processo de desenvolvimento. A descentralização também permite que o governo local esteja em melhor posição para formular e implementar políticas e regulamentos que permitam ao sector privado operar de forma mais efetiva. A OCDE (OECD, 2004 e 2012) refere que as parcerias e a descentralização são duas formas de melhorar a governança. Os mecanismos para fazer ou melhorar a coordenação entre o nível governativo central e subnacional (ex. entre ministérios e agências especializadas) incluem o desenvolvimento de estratégias políticas,

uso de contrato e criação de comités conjuntos, sendo possível usá-los em simultâneo (OCDE, 2012).

### ***ii) Coordenação horizontal***

A coordenação horizontal permite a definição e o desenvolvimento de uma política turística coesa e integrada, que conjugue esforços entre vários ministérios, secretarias, departamentos e demais unidades governativas ao mesmo nível administrativo. A coordenação política a nível horizontal é importante a nível central e necessária a nível local e regional (OECD, 2012). Uma governança efetiva do turismo requer que as políticas e as atividades sejam coordenadas horizontalmente ou transversalmente, a nível central, entre ministérios que operem em áreas consideradas relevantes para a atividade. É necessária, em parte, porque o turismo é constituído por múltiplas atividades que abrangem vários sectores. Esta integração política requer as seguintes condições (OECD, 2011): (a) abordagem comum quanto aos fins e objetivos de todas as partes envolvidas; (b) algum nível de entendimento quanto às prioridades, resultados e métodos; (c) capacidade para desenvolver soluções efetivas e integradas; (d) que as políticas sejam adaptadas e aplicadas de forma coerente através da administração pública; e (e) apela para um quadro normativo, planeamento, avaliação, supervisão e controlo.

Para além do turismo se subdividir em diversas áreas de atuação, também revela um relacionamento significativo com outros domínios sectoriais (ex. transporte, ordenamento), ficando sujeito aos impactos positivos e negativos dos seus desenvolvimento. Por este motivo, torna-se cada mais pertinente que se conjuguem esforços para coordenar políticas e ações entre diferentes agências governativas que afetam direta e indiretamente o turismo (nas áreas de convergência de interesses) e que, inversamente, também são afetadas por ele. Em alguns países (ex. Austrália) foi criado um comité interdepartamental para garantir que os interesses do turismo são auscultados e apreciados ao nível de cada um dos ministérios e/ou departamentos. Os exemplos de estreita parceria mais comuns são entre turismo e transportes, turismo e mobilidade internacional, etc. Em Portugal também existe uma estrutura com o mesmo fim. Esta dimensão que a política deve assumir a nível central também requer uma conjugação com as políticas regionais e com as prioridades governativas e ações ao nível local (OECD, 2012).

**5.3.3.2. Coordenação intergovernamental e empresarial**

Ao nível regional e local, para além de ser necessário estabelecer níveis de coordenação horizontal e vertical entre entidades governativas, também é preciso fomentar uma boa coordenação entre o governo e o sector privado (OECD, 2012). De forma crescente, o governo (aos níveis central, regional e local) procura envolver o sector privado no desenvolvimento da política através de diferentes formas de cooperação e em diferentes domínios. Este envolvimento pode incluir um compromisso direto com as maiores empresas e/ou com os organismos representativos do sector com o objetivo de captar as diversas opiniões dos empresários mais pequenos. Num sector tradicionalmente fragmentado, extenso geograficamente e dominado por PME, é difícil reunir individualmente as inúmeras posições sobre determinado assunto.

Muitos dos mecanismos utilizados para gerir a interface entre agências governamentais ao nível regional ou local incluem os mecanismos anteriormente apresentados para o nível governamental central (ex. fóruns de coordenação, estratégias turísticas e contractos). Contudo, os mecanismos específicos ao nível regional e local incluem o planeamento espacial para além das fronteiras do governo local e a criação de uma rede entre governos locais. A cooperação intermunicipal muitas vezes assume a forma de rede de cidades com o objetivo de aumentar a visibilidade de uma região e ajudar as empresas locais a tornarem-se mais competitivas. Em algumas situações, os governos também procuram encorajar a cooperação em *clusters* de negócios turísticos para otimizar o desenvolvimento do produto ou oportunidades de *marketing* (OECD, 2012). A OCDE recomenda que os governos encorajem a criação duma associação turística que concilie e agregue os vários interesses da indústria, de modo a facilitar uma representação mais coordenada do sector. Os mecanismos para gerir a interface entre o governo e a indústria incluem a constituição de associações representativas e de entidades de gestão de destino que proporcionem um fórum para a cooperação e debate político.

As relações de cooperação entre o sector público e privado podem ser materializadas através de diversos mecanismos (Spyriadis, Buhalis & Fyall, 2011; OECD, 2012). Uma coordenação eficaz entre o sector privado e as agências governamentais responsáveis por um destino turístico é importante para uma governança eficaz ao nível subnacional (OECD, 2012 e 2014). Uma abordagem estratégica para ligar estes dois mundos organizacionais diferentes permite, por exemplo, uma melhor gestão do destino, evitando a



**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

duplicação de esforços ao nível, por exemplo, das campanhas de promoção, da oferta de serviços para visitantes e de formação. Esta tarefa é usualmente levada a cabo por uma entidade de gestão de destino, que pode assumir um papel importante de liderança e de coordenação de funções. Embora um dos papéis principais de uma OGD seja a cooperação nas atividades de *marketing*, também pode, a nível governamental, fornecer *inputs* para condução da política, estratégia e desenvolvimento do produto.

A coordenação e cooperação também podem ser feitas através de redes formais e informais de agentes, também designadas de redes políticas (OECD, 2012). Contudo, na prática é difícil coordenar ou gerir um destino devido à diversidade de negócios turísticos independentes, muitas vezes com objetivos divergentes, e devido à natureza dinâmica da procura turística. Por outro lado, as parcerias público-privadas, a par das redes políticas, são um dos mecanismos mais importantes para melhorar a competitividade regional do sector turístico (Dredge & Jenkins, 2007; OECD, 2012 e 2014).

As OGD também podem assumir um papel importante de liderança. Uma abordagem holística ao *marketing* e à gestão do destino requer parcerias entre diferentes níveis governativos; entre diferentes organizações do sector público e, também, entre o sector público e privado (OECD, 2012). O facto de uma OGD estar bem posicionada localmente coloca-lhe desafios porque permite aos agentes identificarem-se com os seus objetivos e propósitos, sendo suficientemente grande pode ser eficaz no mercado e devido ao seu âmbito pode reunir um orçamento coletivo para atingir os objetivos. Estas exigências em confronto podem necessitar de uma estrutura organizacional multidimensional, que seja eficaz no mercado, mas que envolva mais grupos de ação de base local que sejam responsáveis pelo fornecimento de uma experiência de qualidade no destino (OECD, 2012).

O desenvolvimento de redes de agentes são outra ferramenta para a integração da política em situações em que a capacidade para a tomada de decisão, formulação de programas e sua implementação está muito distribuída ou dispersa entre atores públicos e privados (Kenis & Schneider, 1991). Esta forma de cooperação funciona porque os atores e as organizações dentro das redes não possuem individualmente todos os recursos necessários para atingir os seus objetivos. Ao invés, os recursos turísticos, e outros, estão dispersos por entre diferentes atores ou existem sob a forma de bem público (ex. praias). Embora as



**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

redes políticas possam variar na sua natureza, basicamente elas reúnem um conjunto de atores ligados por relações relativamente estáveis, de características não hierárquicas e de natureza interdependente (OECD, 2012).

Os atores partilham interesses comuns relativamente a uma política e trocam recursos para prosseguir com o alcance desses objetivos, reconhecendo que a cooperação é a melhor forma para atingir objetivos comuns (Baggio, Scott & Cooper, 2010; Borzel, 1998). Apesar da relevância da cooperação entre os diferentes autores, a literatura nesta área (ex. Scott, Cooper & Baggio, 2008) refere que, na maior parte dos casos, o número de agentes poderosos e bem relacionados num destino pouco desenvolvido é baixo. As entidades de gestão de destino são, genericamente, um dos agentes regionais mais eficazes.

Ao nível regional, a OCDE (OECD, 2012) identifica três tipos de abordagens de rede para coordenação das estruturas responsáveis pelos destinos (Beaumont & Dredge, 2012): (a) governo liderado por uma estrutura de governança em rede; (b) comunidade participante liderada por uma estrutura de governança em rede; e (c) organização de empresários do sector turístico liderada por uma estrutura de governança em rede.

O governo, aos níveis central, regional e local, também usa diversas ferramentas para gerir o interface com o sector privado e para facilitar a interação na indústria (OECD, 2012,). A realização de cada vez mais *workshops*, seminários e encontros nacionais com os variadíssimos atores são importantes mecanismos para partilhar informação, obter *feedback* da indústria sobre as propostas políticas e fornecer direção e orientação para o desenvolvimento competitivo do sector.

Uma das dificuldades em obter contributos para a política por parte da indústria é porque existem organismos que representam diversos sectores e negócios, com ideias e especificidades próprias, por vezes divergentes. É muito importante para o turismo falar a uma só voz mas, segundo a OCDE (2012 e 2014) a indústria pode agir de diferentes formas através das seguintes abordagens: (i) Abordagem segundo o tipo de atividade, através do qual cada atividade se faz representar individualmente (ex. AHP ou APAVT); (ii) Uma abordagem mais integradora, onde alguns organismos dos sectores mais ativos se instituem (a nível nacional ou internacional) para fazer uma comunicação mais eficaz do turismo enquanto um todo, a uma só voz (ex. WTTC, Exceltur); estes podem ter representantes ao nível subnacional; (iii) Uma abordagem mista.

#### **5.3.4. Participação dos agentes**

A participação dos agentes nos processos de decisão implica uma relação próxima entre todos os envolvidos na governança (CBD, 2004; UNEP & WTO, 2005). Essa relação pode ser otimizada por uma estratégia de comunicação, que assume um papel imprescindível no modelo de governança pública para apoiar a tomada de decisão, não só na fase do planeamento como na fase de implementação e monitorização das ações (Madeira, 2011). A comunicação deve ser desenhada para capacitar os agentes a escutar e a pronunciar-se sobre os assuntos e, deste modo, para que possam contribuir para a tomada de decisão. Não basta haver uma comunicação aberta, pois também tem que ser participada e inclusiva (Madeira, 2011), requisitos estes que estão em convergência com o modelo de desenvolvimento sustentável e com os pressupostos da governança pública. Ainda segundo o mesmo autor, assuntos complexos requerem uma estratégia de comunicação simples, inclusiva e apelativa. Partilhar responsabilidades com os agentes na escolha de soluções para o processo de desenvolvimento e ao assumir os resultados obtidos nesse contexto é um cenário que se advoga para práticas de governança públicas mais eficazes.

##### **5.3.4.1. Mecanismos de participação**

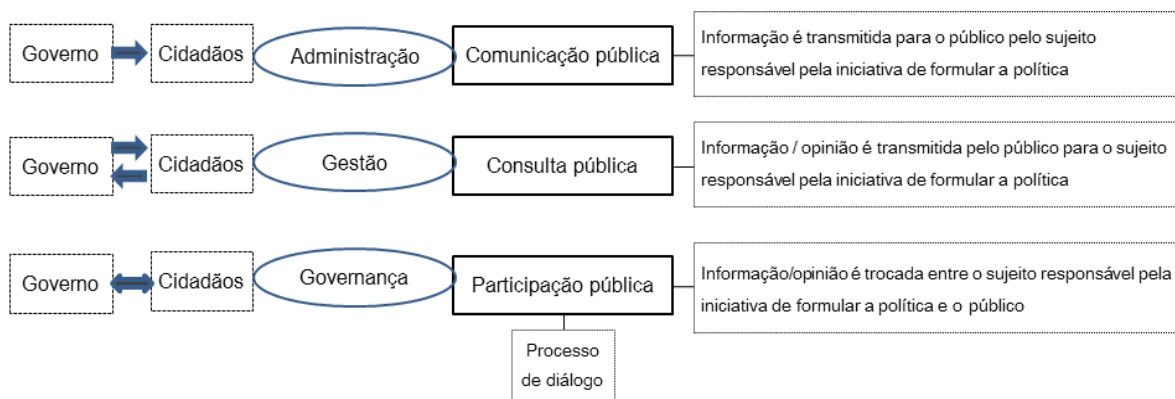
No âmbito da atuação dos organismos responsáveis por estabelecer políticas sectoriais e/ou territoriais, um contexto de governança pública visa facilitar a participação conjunta do sector público, privado e sociedade civil organizada nos assuntos e decisões de interesse comum (Rowe & Frewer, 2005).

Paralelamente ao desenvolvimento de mais esforços para promover uma efetiva participação pública, segundo Rowe & Frewer (2005) também tem crescido o leque de “processos, técnicas e instrumentos – que no seu conjunto devem ser designados por mecanismos – para permitir a participação” (p. 252). Contudo, a diversidade de mecanismos para envolver os atores também levanta questões sobre quais são os mais eficazes para facilitar a participação pública e em que contexto ou circunstâncias, tendo em conta que muitos fatores podem ser ponderados na sua escolha (Rowe & Frewer, 2005). Alguns exemplos de mecanismos que estruturam o debate e promovem o intercâmbio de informação são os inquéritos, envolvimento em grupos ou conferências.

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

A questão que se coloca é como é que se pode envolver o público e em que níveis. A sua participação pode incluir simplesmente o acesso a informação cedida pelo governo ou reguladores, o seu envolvimento partilhando opiniões através de questionários (*workshosp*, grupos de discussão, *focus group*) ou outros mecanismos disponíveis ou uma participação mais ativa através de representantes no processo de tomada de decisão (ex. num comité ou comissão consultiva) (Rowe & Frewer, 2005).

Por participação pública Rowe & Frewer (2005) entendem a “prática de envolver membros do público no estabelecimento da agenda, tomada de decisão, processo de desenvolvimento das atividades das organizações ou instituições responsáveis pelo desenvolvimento de uma política” (p. 253). Esta definição é suficientemente abrangente para englobar tanto o conceito mais tradicional de governança, no qual os decisores políticos eleitos e especialistas tomam decisões de forma soberana sem envolver outros agentes, como o conceito atual, que envolve no mesmo cenário agentes com vários perfis. Os termos comunicação pública, consulta pública e participação pública, têm sido usados de forma indiferenciada, mas Rowe & Frewer (2005) agrupam os três sob um único termo - compromisso público, ao qual associa três mecanismos diferenciados de envolvimento: comunicação, consulta e participação (Figura 5.2).



**Figura 5.2.**

Dimensões do conceito de compromisso público  
 Fonte: Baseado em OECD (2003) e Rowe & Frewer (2005)

No planeamento e gestão dos assuntos públicos, a relação entre governo e cidadãos depende das características do sistema político-governativo, processo de desenvolvimento

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

e sistema de governança (OECD, 2003). A Figura 5.2 revela que quando o governo se limita a fazer administração tradicional, o governo (ator ativo) apenas produz e disponibiliza informação para uso público (ator passivo). Num segundo nível de relação, e sob iniciativa do governo, o público providencia *feed-back* ao governo, enquanto num terceiro nível, num contexto de governança, há diálogo entre o governo e o público, que é chamado a assumir compromissos (ex. no processo de elaboração de políticas, decidir face a opções).

**i) Mecanismos para o envolvimento público**

Rowe & Frewer (2005) apresentam um estudo sobre a tipologia de mecanismos de participação pública e identificam e questionam a existência de cerca de 100 mecanismos do ponto de vista da sua nomenclatura, abrangência, funcionalidade e interdependência. Assumem que o número de mecanismos para o envolvimento e compromisso público é elevado e que, ainda assim, está em expansão. Na Tabela 5.4 apresentam-se alguns exemplos de mecanismos referidos pelos autores, mas cada país assume a sua própria realidade neste âmbito.

**Tabela 5.4.**  
Exemplos de mecanismos para o compromisso público

<b>Comunicação pública</b>	<b>Consulta pública</b>	<b>Participação pública</b>
Notícias na comunicação social	Painel de cidadãos	<i>Workshop</i> sobre plano de ação
Emissão de brochuras / folhetos	Consulta eletrónica	Conferência de consensos ou de cidadãos
Anúncios publicitários	<i>Focus group</i>	Grupo de trabalho
Internet	Sondagem de opinião	Célula de planeamento
Reuniões públicas	Referendo	Sondagem de opinião deliberativa
Emissão de relatórios e outros documentos	Inquérito	
	Linha direta	

Fonte: Baseado em Rowe & Frewer (2005)

Rowe & Frewer (2005) sublinham que a eficácia do compromisso público depende da eficácia do mecanismo escolhido e da forma como é implementado, pelo que é preciso analisar individualmente quer o conceito que cada um pode assumir, quer o contexto específico onde vai ser aplicado. Os autores associam o conceito de eficácia ao processo de recolher, transferir e combinar as opiniões dos participantes, definindo-o como “a maximização da informação relevante (conhecimento e/ou opiniões) proveniente dum número máximo de fontes relevantes e a sua transferência eficaz para os recetores

adequados” (Rowe & Frewer, 2005). Os autores também referem que a presença de um facilitador num processo de grupo é uma característica estrutural que facilita ou diminui a eficácia da informação.

A tomada de decisão é um aspeto fulcral no processo de governança, porque os agentes oficializam a sua posição. Existem diferentes fases na tomada de decisão e em todas elas devem ser desenvolvidos mecanismos para envolver os agentes.

### ***ii) Processo de consulta***

Deve ser estabelecido um processo consultivo para garantir um diálogo permanente e efetivo, a partilha de informação entre agentes, a resolução dos conflitos que podem surgir entre as diferentes partes envolvidas (ex. turismo e biodiversidade, turismo e património cultural) e a obtenção de consensos (CBD, 2004; CEC, 2001 e 2007; UNEP & ICLEI, 2003; UNEP & WTO, 2005). Para garantir a operacionalização deste processo é necessário estabelecer uma instituição, órgão ou estrutura, na qual se integrem múltiplos agentes, tais como departamentos governativos, sector turístico, ONG e comunidade local, assim como outros agentes. Isto é, agentes de governança do sector público, privado e sociedade civil. Esta representatividade pretende garantir o envolvimento, empenho e participação plena dos agentes em todo o processo, assim como encorajar o estabelecimento de parcerias entre eles.

Por outro lado, os arranjos institucionais devem prever um amplo envolvimento dos agentes em toda a cadeia do processo de gestão. O número de etapas associado ao processo de gestão é variável consoante os contextos (ex. CBD, 2004; UNEP & ICLEI, 2003). O processo de gestão torna-se mais exigente em áreas geográficas muito sensíveis do ponto de vista da dimensão ecológica/ambiental (CBD, 2004). Por exemplo, é necessária uma postura mais atenta por parte das entidades governativas, que precisam de mais recursos para a gestão e de aumentar o nível de capacitação dos agentes diretamente implicados. Em consequência, será necessário estabelecer e rever mecanismos e políticas de financiamento para garantir que há recursos disponíveis para manter os recursos e promover o turismo sustentável (CBD, 2004). Neste contexto, as instituições internacionais e agências de desenvolvimento devem ser envolvidas de forma adequada.

***iii) Processos de tomada de decisão e conhecimento***

O processo de tomada de decisão em turismo é muitas vezes baseado na intuição (Lamelin, 2006), ao invés de ser em informação rigorosa, precisa e atualizada. Alguns autores (Pan *et al.*, 2006; Ritchie & Ritchie, 2002) referem que, muitas vezes, os agentes do sector não partilham conhecimento e que os principais motivos são os seguintes: excesso de informação, em diversidade de formatos e assuntos; falta de informação atualizada e credível; o processo de investigação e desenvolvimento é oneroso ao nível financeiro e de recursos humanos qualificados; rotina diária das organizações é exigente, deixando pouco tempo para a aprendizagem; ambiente competitivo pouco saudável, entre outros. Cooper (2005) e Jafari (1990) referem que o facto de o turismo demonstrar um crescimento e desenvolvimento mais consistente sugere que as decisões políticas e de gestão sejam baseadas em factos e não em perspetivas individuais. O papel da ciência e da investigação é contribuir para a identificação da natureza dos riscos e das incertezas que as diversas organizações enfrentam, constituindo uma base para as soluções e decisões políticas futuras. Os decisores políticos têm a responsabilidade de gerir o risco de forma eficaz e de explicar claramente ao público a sua natureza e dimensão (CEC, 2001).

***iv) Cultura participativa***

No contexto da reflexão feita nesta subsecção, um outro requisito a referir para a governança dos destinos turísticos é a existência de uma *cultura participativa*, ainda que se reconheça que a coordenação dos processos que envolvam múltiplos intervenientes é complexa (Bruyn & Alonso, 2012). A elaboração da política, a planificação do desenvolvimento e o processo de gestão têm que assentar num processo que envolva múltiplas partes interessadas (CBD, 2004). Cabe ao governo, a nível nacional, regional ou local, coordenar este processo, que deve ser aplicado não só às novas iniciativas turísticas como à gestão das que já existem (CBD, 2004). A entidade responsável por assumir esse papel tem que desenvolver todos os esforços possíveis para que os agentes implicados nas atividades turísticas, direta e indiretamente, se envolvam de forma empenhada no processo de tomada de decisão e no processo de gestão, incluindo as comunidades locais (CBD, 2004). A consulta deve envolver os agentes mais relevantes, principalmente os que são, ou podem ser, afetados pelo desenvolvimento do turismo.

Para orientar o desenvolvimento das políticas e a sua implementação é necessário garantir a coordenação da tomada de decisão entre os diferentes departamentos e/ou agências responsáveis pelo turismo, pelo ambiente e biodiversidade, e também pelo desenvolvimento económico global (CBD, 2004). Para isso, é preciso estabelecer estruturas e processos inter e intradepartamentais e inter e intraorganizacionais.

#### **5.4. Conhecimento e capacitação**

No contexto atual de desenvolvimento do ambiente económico, o conhecimento, referenciado por McInerney (2002) como capital intelectual, é considerado um bem tão valioso para as organizações como o são os elementos tangíveis terra, capital e trabalho (Ghani, 2000). Acresce que se tornou comum afirmar que as ações para o desenvolvimento sustentável exigem uma combinação de conhecimentos científicos, económicos, sociais e políticos e, também, de decisões (Kerkhoff & Lebel, 2006).

O turismo é uma área na qual a produção e consumo de dados e informação crescem de forma progressiva, requerendo uma partilha de informação constante entre agentes produtores e consumidores, decisores políticos, investigadores, comunidades, entre outros (Borges *et al.*, 2012). Saliente-se que cada vez mais as políticas e as estratégias necessitam de ser periodicamente avaliadas e ajustadas para dar resposta aos desafios, diminuir as incertezas e riscos, e gerir os impactos que resultam das dinâmicas do sistema turístico. Mais compromissos, empenho e cooperação são necessários entre agentes, em diferentes níveis, para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ao nível da planificação e gestão de um destino, terá que haver alguém a gerir a dimensão do conhecimento, de forma consistente e articulada com os vários agentes. Bramwell & Lane (2011) referem que os atores de um destino não só devem estar informados, para compreender e agir em conformidade, como também devem contribuir para a criação de conhecimento. Por isso, Pan *et al.* (2006) referem que é preciso criar um ambiente propício e contínuo que facilite a aprendizagem aos decisores e gestores, de modo a que as suas decisões sejam responsáveis.

Atualmente não há dúvidas que o desenvolvimento do turismo sustentável requer mais conhecimento (Cooper, 2009; Xiao & Smith, 2007), compromisso e uma efetiva cooperação num cenário de multiatores, a diferentes níveis. Para alcançar o



desenvolvimento do turismo sustentável, os decisores políticos e gestores necessitam de informação atualizada, precisa e relevante, sobre diversos domínios de ação.

Segundo Hung *et al.*, 2010, “a disseminação de conhecimento entre os agentes turísticos é vital para o desenvolvimento global do sector” (p. 519). Diversos autores reconhecem e demonstram que desenvolver uma abordagem ao conhecimento gera vantagens competitivas no sector turístico (Cooper, 2005; Jafari, 1990; Lemelin, 2006; Pearce & Benckendorff, 2006; Pyo, 2005; Scott & Laws, 2006) e que estas, por sua vez, podem ser mantidas através de uma vantagem em termos de conhecimento (Scott & Laws, 2006).

O conhecimento é considerado um recurso básico para exercer poder e a sua ausência limita a eficácia do desenvolvimento turístico e da sua gestão (Moscardo, 2011). A perda de direitos e controlo sobre o destino por falta de conhecimento tem diversas consequências: perda de posse de recursos para agentes externos (ex. terras, infraestruturas); a planificação turística é entregue a organizações e consultores externos; os fluxos turísticos são dominados por agentes externos; ausência de procedimentos governativos democráticos; a comunidade não compreende o que é o turismo e quais as suas consequências (Moscardo, 2011).

#### ***i) Dados, informação e conhecimento***

Há autores que diferenciam os termos dados, informação e conhecimento (Al-Alawi *et al.*, 2007; McInerney, 2002; Rich, 1997). Deste modo, os dados correspondem a unidades simples de análise, enquanto a informação resulta da integração e análise de vários dados de forma a acrescentar valor para o utilizador. Em consequência, o conhecimento deriva dos dados e informação, relaciona-se com ações e processos organizacionais, e assume uma natureza dinâmica. McInerney (2002) define conhecimento como “as noções que cada um adquire através do estudo, raciocínio, experiência, associação ou através de outras formas de aprendizagem” (p. 1009). O autor refere que as organizações podem ser saudáveis e inovadoras quando criam uma cultura do conhecimento, o que implica proporcionar oportunidades para criar conhecimento, aprendizagem, transferência e partilha.



***ii) Partilha de conhecimento nos destinos turísticos***

As reflexões sobre o conhecimento gerado e partilhado ao nível de um destino turístico podem ser feitas a partir de uma abordagem inter-organizacional (Scott & Laws, 2006). Quando o destino é abordado numa perspetiva macro-organizacional, é necessário haver uma estrutura responsável que promova, desenvolva e coordene parcerias com base numa estratégia agregadora. Normalmente esse papel é assumido por uma OGD, capaz de assumir a liderança de criar um centro de conhecimento, estabelecer uma estratégia e fazer a sua gestão de forma estruturada (Cooper, 2009). O uso de conhecimento permite aos agentes gerar novas ideias e perspetivas, inovar, tornando-os mais fortes num ambiente cada vez mais competitivo. Compreender como é que os destinos adquirem, partilham e usam o conhecimento é um assunto importante (Baggio & Cooper, 2010; Pan *et al.*, 2006). Para isso, necessita-se de informações com qualidade, designadamente para fazer face ao risco e à incerteza (CEC, 2001<sub>a</sub> e 2001<sub>b</sub>).

***iii) Sensibilização e intercâmbio de conhecimento***

É necessário melhorar a sensibilização e a troca de conhecimento entre os agentes responsáveis pelo turismo e conservação da natureza e os agentes que por eles são afetados, a todos os níveis de intervenção (nacional, regional e local) (CBD, 2004). Por isso, não só as estratégias nacionais relacionadas com a biodiversidade ou salvaguarda do património classificado, entre outras, devem incluir considerações sobre o turismo, como também o turismo deve, reciprocamente, garantir o mesmo procedimento. Esta sugestão deve aplicar-se não só às novas iniciativas, como também aos documentos, estratégias, planos e demais orientações existentes (CBD, 2004).

***iv) Capacitação***

A capacitação é um ingrediente de sucesso necessário para o desenvolvimento do destino, pois melhora a capacidade dos agentes participarem no processo de tomada de decisão no turismo (Aref & Redzuan, 2009). Os programas de capacidade incentivam o envolvimento dos agentes da comunidade no turismo e dá-lhes as ferramentas necessárias para isso. A criação ou reforço das capacidades da comunidade de um destino está relacionada com o seu *empowerment* porque ajuda os indivíduos, organizações e comunidades a ganhar

confiança e a desenvolver o seu nível de qualificação, a usar e rentabilizar de forma sustentável os seus recursos, num contexto em que reconsideram as forças e fraquezas do desenvolvimento do destino turístico (Aref & Redzuan, 2009).

## **5.5. Instrumentos políticos**

### ***i) Conceito e classificações***

Segundo Dredge & Jenkins (2007), instrumentos de política são “os meios através dos quais os governos atingem os seus objetivos e incluem uma gama variada de instrumentos, programas, ferramentas, abordagens e técnicas” (p.183). A existência de uma vasta e inovadora gama de instrumentos políticos é necessária para que as políticas concebidas para o turismo sustentável saiam do papel e sejam implementadas para atingir as metas e objetivos estabelecidos (Bruyn & Alonso, 2012). As organizações internacionais (ex. União Europeia, OMT, UNEP) também se referem à importância dos governos disporem de diversos instrumentos para influenciar a sustentabilidade do turismo.

Ao longo dos anos, a variedade de instrumentos para promover o desenvolvimento do turismo tem aumentado de forma significativa, na medida em que também o papel e âmbito de atuação do sector público se expandiram para diversas áreas para responder aos novos desafios sociais que surgiram. Desde os anos 80 que na administração pública se passou a dar mais atenção à forma como se escolhem os instrumentos de política porque as formas tradicionais de lidar com os assuntos públicos mudou (Dredge & Jenkins, 2008). Passou-se de um contexto em que a escolha de soluções baseadas em metodologias centradas nos governos (ex. imposição de regras, prestação direta de serviços) deu lugar a um papel mais ativo das comunidades na resolução dos seus problemas e a uma diminuição da dependência da sociedade das soluções ancoradas no governo. Neste enquadramento começou a desenvolver-se uma gama mais vasta de instrumentos de política e de soluções híbridas concebidas a partir de diferentes instrumentos de política (Dredge & Jenkins, 2007).

A classificação dos instrumentos políticos é estabelecida de forma diferente consoante os autores que abordam a questão. Guibilato (1983) classifica-os nas categorias de medidas financeiras e medidas fiscais, e Mill & Morrison (1992) acrescentam-lhe a categoria de medidas de *marketing*. Mais recentemente outros autores apresentam classificações um

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

pouco distintas, refletindo o aumento da diversidade de instrumentos. Dredge & Jenkins (2007) classificam os instrumentos em três categorias, estabelecidas nos seguintes termos: forma como o governo usa os seus recursos (sensibilização, dinheiro, legislação e ação governativa); quem tem o controlo (forças de mercado, burocracia e clãs); natureza e nível de envolvimento do governo (voluntários, mistos e obrigatórios). Wanhill (2008) (citado em Cooper, 2012, p. 247) categoriza os instrumentos em duas dimensões: gestão da procura (ex. *marketing* e promoção, gestão da informação, controlo de preços); gestão da oferta (ex. planeamento do território, regulação do mercado, estudos, formação/educação, incentivo ao investimento). A classificação dos instrumentos estabelecida pela UNEP em parceria com a WTO (UNEP & WTO, 2005), em função do seu objetivo principal, apresenta-se na Tabela 5.5.

**Tabela 5.5.**

Objetivos dos instrumentos políticos para influenciar o turismo sustentável

<b>Instrumentos de Medida</b>
Determinar os níveis de turismo e impactos e acompanhar as mudanças existentes ou potenciais (ex. indicadores de sustentabilidade; capacidade de carga) Permite monitorizar mudanças ao longo do tempo de forma constante e consistente e são importantes para a definição de políticas e processos de planeamento e gestão
<b>Instrumentos de Comando</b>
Exercer controlo (ex. legislação, regulamentação e licenciamento; planeamento do uso do solo e controlo do desenvolvimento)
<b>Instrumentos Económicos</b>
Influenciar o comportamento e impacto através de meios financeiros e para enviar sinais através do mercado (ex. taxa geral, taxa turística, taxa sobre <i>inputs</i> e <i>outputs</i> específicos, taxa sobre uso de facilidades e infraestruturas públicas) – incentivos positivos
<b>Instrumentos Voluntários</b>
Disponibilizar processos que encorajem a adesão voluntária dos <i>agentes</i> às abordagens e práticas sustentáveis (ex. diretrizes e códigos de conduta, certificação voluntária, auditorias)
<b>Instrumentos de Apoio</b>
Influenciar e apoiar as empresas e os turistas em tornar as suas operações e atividade mais sustentáveis, de forma direta ou indireta. Exemplos: (i) Infraestruturas, estruturas e serviços públicos (ex. transporte, serviços públicos, segurança e serviços de emergência) (ii) Capacitação: desenvolve o potencial e a capacidade dos agentes a estabelecer e implementar decisões que conduzem a um turismo mais sustentável, melhorando a sua compreensão, conhecimento, confiança e capacidades (ex. capacitação institucional, das empresas e comunidade, desenvolvimento de redes e áreas de aprendizagem, partilha de conhecimento e boas práticas, (iii) Serviços de <i>marketing</i> e informação: influenciam a performance de diferentes tipos de empresas e comportamento dos turistas, e são um elo de comunicação entre destinos, produtos e visitantes (ex. uso de imagens e informação adequadas; promover produtos e experiências específicas; informação local e interpretação; programas educacionais; influência no comportamento do mercado interno)

Fonte: Baseado em UNEP &amp; WTO (2005)

Qualquer um dos instrumentos apresentados na Tabela 5.5 pode ser utilizado em todas as escalas geográficas de intervenção, do local à internacional. Embora cada um dos instrumentos tenha um papel específico e importante a desempenhar no desenvolvimento do turismo sustentável, eles podem ser utilizados de forma articulada, complementando-se e reforçando-se mutuamente (UNEP & WTO, 2005).

### ***ii) Escolha dos instrumentos de política***

Dado que o sector público pode dispor de muitos e variados instrumentos, a sua escolha depende da forma como os problemas da política são analisados e percecionados, bem como da sua disponibilidade e capacidade para os operacionalizar em função do contexto específico em que é necessário atingir objetivos (Dredge & Jenkins, 2007), sejam eles utilizados de forma isolada ou articulada. Para resolver um problema ou fomentar a inovação, os governos podem utilizar mais que um instrumento, mas é importante reconhecer que todos os instrumentos têm forças e fraquezas. Deste modo, é necessário avaliar como é que os instrumentos políticos funcionam (ou não funcionam) de forma individual ou conjugada e compreender as consequências sociais da sua utilização.

A escolha dos instrumentos de política é feita, muitas vezes, com base nas preferências ideológicas e nas perceções pessoais dos responsáveis políticos em vez de se basear numa análise cuidadosa, que identifique os inerentes benefícios e desvantagens de cada instrumento, assim como os que são mais adequados a utilizar numa realidade específica tendo em conta a diversidade de fatores que influenciam o(s) problema(s) da política que se pretende resolver ou concretizar (Dredge & Jenkins, 2007).

O contexto na qual a política é desenvolvida torna alguns instrumentos mais eficazes do que outros, pelo que é importante que a sua escolha reflita o contexto. A escolha dos instrumentos corretos nem sempre leva necessariamente a uma implementação perfeita e à concretização dos objetivos da política. A implementação refere-se à fase que permite passar das decisões políticas à ação e depende de um leque variado de fatores: “natureza do problema e forma como é conceptualizado; complexidade do problema e a sua interdependência com outros problemas políticos; a disponibilidade de estruturas administrativas e institucionais apropriadas; qualificação/capacidade, conhecimento e valores dos responsáveis pela sua implementação” (Dredge & Jenkins, 2007, p. 158).

**Capítulo 5 | Governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos**

Os planeadores e decisores políticos do turismo devem dar mais atenção à escolha dos instrumentos e serem mais rigorosos na forma como identificam e analisam o potencial dos instrumentos de política disponíveis (Costa, 2014; Dredge & Jenkins, 2007) para que, de facto, a política seja eficaz. Mais e melhor atenção devem ser dadas ao papel e importância da implementação (componente importante do processo político que permite aos governos desenvolver estratégias efetivas para transformar a política em ação) e avaliação da política, pois as melhores intenções podem ficar encalhadas devido a uma escolha pobre dos instrumentos de política e a estruturas e processos de implementação igualmente pobres (Dredge & Jenkins, 2007).

À medida que a transparência e responsabilidade governativa têm sido mais reclamadas nos últimos anos, mais importância se tem atribuído às fases de implementação de estratégias e avaliação da política (Costa, 2014; Dredge & Jenkins, 2007). Na fase de formulação de políticas os governos têm estado a formalizar, de forma crescente e mais fundamentada, estratégias de implementação e avaliação.

#### **5.4. Conclusão**

Ao longo do capítulo apresentaram-se e descreveram-se diversos requisitos que devem ser considerados na conceção dum sistema de governança pública que vise promover o turismo sustentável nos destinos turísticos. Alguns dos requisitos recomendados situam-se num domínio de convergência das abordagens à sustentabilidade e à governança, como é o caso do envolvimento e interdependência entre um conjunto diversificado de agentes e outros atores nos processos, conhecimento e capacitação, envolvimento nos processos de consulta e tomada de decisão, implicação efetiva dos agentes em todas as etapas de intervenção para o desenvolvimento. A característica multisectorial do turismo aplicada ao modelo de desenvolvimento sustentável baseado na governança, torna o cenário de intervenção mais complexo.

## Capítulo 6

# Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável

---

### 6.1. Introdução

O presente capítulo está organizado em duas secções. A primeira tem como objetivo principal identificar quais são as recomendações dos organismos internacionais para se implementar uma abordagem de governança no planeamento e gestão do turismo sustentável nos destinos. Constatando-se que essas recomendações são veiculadas através de vários suportes de comunicação (ex. fóruns, *workshops* de trabalho), neste estudo optou-se por se fazer a sua identificação apenas recorrendo aos documentos publicados. No âmbito do desenvolvimento dos Capítulos 2 e 3, já tinham sido identificados alguns documentos. Reconhecendo que os documentos existentes são em número considerável, foram selecionados os que se consideraram relevantes para servir de guião de atuação para entidades gestoras de destinos turísticos, que optem por modelos de governança para o turismo sustentável à escala regional. Para validar cientificamente essa seleção utilizou-se a técnica do painel de peritos, no âmbito da qual se constituiu um grupo internacional de especialistas nos assuntos em estudo. A partir dos documentos validados, as recomendações foram identificadas e organizadas por temáticas, em função de procedimentos próprios da técnica de análise de conteúdo.

A segunda secção deste capítulo tem como objetivo averiguar se as entidades regionais europeias que gerem destinos turísticos à escala regional têm adotado ou não as recomendações [apresentadas na lista de documentos validada na primeira etapa] para introduzir inovações ao nível da governança dos seus destinos. No caso das entidades que referem fazê-lo, foi avaliada a importância dada aos documentos internacionais com recomendações, assim como foi avaliado o seu nível de adesão aos vários documentos através da aplicação de um breve questionário.

## **6.2. Identificação das recomendações internacionais**

As recomendações internacionais emanadas de organismos internacionais, tais como a União Europeia, as Nações Unidas, OCDE ou a OMT, têm o potencial de assumir um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável (Dinica, 2006, 2009 e 2013), num contexto institucional já abordado nos capítulos anteriores. Tendo em conta que os destinos turísticos cada vez mais procuram organizar-se para enfrentar os múltiplos desafios e constrangimentos a que estão sujeitos, fruto de um mundo em mudança, considerou-se importante identificar quais as recomendações que servem de referência para as entidades gestoras atuarem de forma mais eficaz.

Neste contexto, o objetivo principal desta fase do estudo empírico é identificar quais as principais recomendações internacionais dirigidas a uma entidade gestora de um destino turístico a nível regional para promover o desenvolvimento do turismo sustentável, num contexto de governança pública. Tendo como referência os procedimentos metodológicos feitos em estudos com enfoques semelhantes, tais como os realizados por Dinica (2006 e 2009), Shipley & Kovac (2008) e Torres-Delgado & Palomeque (2012), recorreu-se aos documentos publicados pelas organizações internacionais enquanto fonte de informação para recolher os dados necessários.

### **6.2.1. Metodologia**

#### **6.2.1.1. Recolha dos dados**

No âmbito dos estudos sobre governança e turismo verifica-se que é utilizada uma grande multiplicidade de fontes de dados secundários por parte de vários autores, como por exemplo Dinica (2006 e 2013), Hall (1999 e 2011), Higgns-Desbiolles (2011), Jamal & Watt (2011), Moore & Rodger (2010), Sofield & Li (2011), Trousdale (1999) e Vernon, Essex, Pinder & Curry (2005). A maior parte dessas fontes são disponibilizadas pelos organismos estatais que, em diferentes níveis de governo, difundem documentos de carácter público para apresentar as suas políticas e opções governativas. O acesso a informação, que por princípio é de carácter público, torna-se muito importante num contexto de governança pública, embora não esgote as necessidades de construção do conhecimento que os agentes devem ter sempre que debatem determinado assunto. Como já se referiu nos capítulos anteriores, o conhecimento é um dos meios para viabilizar um

processo eficaz de governança para o turismo sustentável. As características que os documentos institucionais assumem são várias, desde acordos, leis, normas, regulamentos, relatórios de progresso ou versões finais, planos estratégicos, entre outros. Muitas vezes acompanham estes documentos dados estatísticos gerados pelos próprios organismos oficiais.

***i) Conceção da base de dados sobre documentos internacionais***

Dada a quantidade e diversidade de documentos que era expectável identificar num primeiro momento, a pesquisa para identificar os documentos internacionais que incluem recomendações para que as entidades regionais do turismo promovam o desenvolvimento sustentável do turismo foi feita em diferentes fontes para cruzar resultados. Neste contexto, destacam-se quatro fases.

Numa primeira fase, a pesquisa foi feita em artigos científicos identificados na base de dados *Scopus*, relacionados com o desenvolvimento sustentável, turismo e governança, tal como já se descreveu no Capítulo 2. Foram identificados alguns artigos que referenciam e utilizam documentos editados por organizações internacionais para desenvolver estudos empíricos baseados nas políticas institucionais existentes para promover o desenvolvimento sustentável. Como referência principal para esta investigação foram tidos em conta as referências apresentadas nos trabalhos científicos de Castellani & Sala (2010), Dinica (2009), Pérez-Salom (2001), Shipley & Kovacs (2008), Torres-Delgado & Palomeque (2012). Esta análise permitiu fazer uma primeira versão da lista dos documentos pretendidos, que foram citados por esses autores. Depois de introduzidas estas referências numa base de dados *excel*, foram desenvolvidos procedimentos para verificar a existência de outras referências, com o objetivo de completar e confirmar alguns dos dados compilados.

Na segunda fase desta etapa, foram consultadas diferentes bases de dados oficiais de organizações internacionais, nomeadamente as seguintes: Nações Unidas [<http://www.un.org/documents/instruments/about.html>], que contém todas as declarações, convenções e outros documentos oficialmente reconhecidos; edição eletrónica do Jornal Oficial da UE (<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>) para obter eventuais referências no âmbito de tratados, acordos internacionais, legislação e outros atos relacionados, direta e indiretamente, com o turismo sustentável; e OECD Library & Archives



(<http://www.oecd.org/general/oecdarchives.htm>). Com o mesmo propósito de identificar os documentos institucionais no domínio pretendido, foi também consultada a página oficial da OMT (<http://sdt.unwto.org/>).

Na terceira fase, recorreu-se aos principais motores de pesquisa da *web*. Foram utilizados os termos «cartas», «guias», «declarações» e «acordos», agrupados de diferentes formas com a expressão «desenvolvimento sustentável do turismo». O procedimento foi repetido com os mesmos termos na língua inglesa. As respostas obtidas apontaram para diversas páginas oficiais de organizações internacionais e de associações ligadas ao sector, assim como para diretórios temáticos. Foi nestes três grupos que se procedeu a uma análise exaustiva da informação disponível para confirmar e/ou identificar novas referências quanto à documentação pretendida. Com os resultados obtidos foi possível atualizar e confirmar alguns dados da lista definida na fase anterior.

Por último, e seguindo algumas referências bibliográficas obtidas nas fases anteriores, também foram consultadas monografias que apresentaram abordagens e reflexões baseadas nos documentos internacionais em análise nesta tese (ex. Fennell & Malloy, 2007; OWHC, 1997). Esta consulta teve como objetivo identificar algumas reflexões de pormenor associadas a esses documentos que nem sempre são possíveis de detalhar no contexto dos artigos científicos publicados, devido a limitações impostas à sua dimensão. Da mesma forma se procedeu para os documentos técnicos editados por organizações internacionais que também foram identificados nos procedimentos anteriores de pesquisa.

#### ***ii) Identificação da lista de documentos internacionais para validação***

No final da etapa anterior foram identificados cerca cem documentos (ver Apêndice 6.1), publicados entre 1976 e 2012, aplicáveis a diferentes contextos e situações do turismo sustentável. A diversidade do enfoque dos documentos identificados sugeriram inicialmente uma organização na base de dados em função das suas especificidades territoriais de intervenção (ex. nível político de intervenção, nível desenvolvimento do país), por produtos consoante o espaço em que se integram (ex. parques naturais, áreas costeiras, áreas de montanha, ecoturismo, vida selvagem) e consoante o tipo de serviços a que se reportam (ex. hotelaria, operadores turísticos).

**6.2.1.2. Análise dos dados**

Seguidamente foi feita uma análise documental com o objetivo de caracterizar os documentos de forma condensada, tal como Bardin (1977 e 2014) sugere que se faça nestes contextos. As características definidas resultaram da revisão da literatura, principalmente da abordagem sistemática apresentada por Torres-Delgado & Palomeque (2012), cujo estudo tem um enfoque muito semelhante a este.

**Tabela 6.1.**  
Análise documental: caracterização dos documentos internacionais

Características	Tipo
	Designação
	Ano
	Autor(es)
	Protagonista(s)
	Destinatário(s)
	Contexto institucional que antecede a iniciativa
	Âmbito sectorial / produtos
	Âmbito temporal
	Âmbito geográfico / territorial
	Responsável pela sua edição
	Dimensão
	Formato (oficial)
	Língua(s) oficiali(s)
Enfoques específicos	Turismo sustentável abordado de forma exclusiva no contexto do próprio sector
	Turismo sustentável nas vertentes económica, social, cultural e/ou físico-ambiental
	Turismo abordado no contexto de uma ação mais global e/ou de outros sectores (como parte corresponsável do projeto global de desenvolvimento sustentável) e quando integrado em documentos de referência emanados pelas organizações internacionais
Tipo de conteúdos ou disposições identificados	Definições, princípios, estratégias, ações, medidas e atores

Fonte: Baseado em Torres-Delgado & Palomeque (2012)

Este procedimento de análise documental implicou a leitura parcial, e integral em alguns casos pontuais, de cada um dos documentos. O objetivo foi representar de forma condensada a informação caracterizadora desses documentos para consulta e armazenamento. Após esta abordagem, foram selecionados os documentos que se aplicam a qualquer espaço turístico e que aludem aos objetivos e princípios do desenvolvimento sustentável em geral e do turismo sustentável. Para a análise do conteúdo (numa fase posterior) Bardin (2014) sugere que, na constituição dum grupo de documentos a analisar, as escolhas devem respeitar algumas regras. No caso da presente abordagem procurou-se respeitar a regra da homogeneidade (utilizando-se critérios de escolha) e a regra da pertinência (escolhendo documentos adequados para responder ao objetivo que suscitou a

**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

análise). Deste modo, documentos tematicamente mais específicos, igualmente de grande relevância para fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, foram excluídos da lista. Em primeiro lugar, porque a presente tese tem como um dos objetivos identificar um conjunto de recomendações basilares, transversais e aplicáveis a uma estratégia de desenvolvimento sustentável de um qualquer destino turístico que opte por um modelo de governança, independentemente das suas características mais específicas. Em segundo lugar, também foi tido em conta o facto da significativa quantidade e diversidade de documentos internacionais existentes tornar muito complexo o seu tratamento em termos científicos. Deste modo foram seleccionados vinte e quatro documentos, divididos por três categorias principais, tal como se apresentam na Tabela 6.2.

**Tabela 6.2.**  
Lista dos 24 documentos para validação pelo painel de peritos

<b>Cartas, Guias e Recomendações</b>	
<sup>1</sup>	(1980) Manila Declaration (N.ºs 5, 14, 22 e 25)
<sup>2</sup>	(1982) Acapulco Document (N.ºs 9, 10, 11, 12, 13, 16 e 17)
<sup>3</sup>	(1985) Tourism Bill of Rights and Tourist Code (Articles II, III, IV and V)
<sup>4</sup>	(1989) Hague Declaration on Tourism (Principles II, III, IX, X)
<sup>5</sup>	(1995) Charter for Sustainable Tourism
<sup>6</sup>	(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development (Chapter for government departments and NTA)
<sup>7</sup>	(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism
<sup>8</sup>	(1999) Tourism and Sustainable Development, Commission on Sustainable Development 7 <sup>th</sup> Session
<sup>9</sup>	(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Chapter IV, paragraph 43), In Report of the World Summit on Sustainable Development
<sup>10</sup>	(2002) Cape Town Declaration
<sup>11</sup>	(2008) Riva del Garda Action Statement
<sup>12</sup>	(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development
<b>Políticas Europeias</b>	
<sup>1</sup>	COM(2010) Europe, the World's No 1 Tourist Destination – a New Political Framework for Tourism in Europe
<sup>2</sup>	COM(2007) Agenda for the Sustainability of European Tourism
<sup>3</sup>	(2007) Action for More Sustainable European Tourism (Report of the Tourism Sustainability Group)
<sup>4</sup>	COM(2006) A Renewed EU Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism
<sup>5</sup>	COM(2003) Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism
<b>Documentos Técnicos</b>	
<sup>1</sup>	WTO (1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism
<sup>2</sup>	UNEP (2003) Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism [Part 1. The Context]
<sup>3</sup>	Secretariat of the CBD (2004) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development
<sup>4</sup>	WTO (2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A guidebook
<sup>5</sup>	UNEP & WTO (2005) Making Tourism More Sustainable: A guide for policy makers
<sup>6</sup>	CBD (2007) User's Manual on CBD Guidelines on Biodiversity & Tourism Development
<sup>7</sup>	OECD (2012) OECD Tourism Trends and Policies 2012 [Chapter 1. Tourism governance in OECD countries]

A divisão dos documentos em três categorias, ou grupos, diferenciadas justificou-se para facilitar o seu reconhecimento por parte dos membros do Painel Internacional de Peritos, que entretanto foi constituído para analisar o seu nível de sua importância face ao objetivo que se pretendia alcançar. Também se considerou que o contexto institucional em que os mesmos surgem pode influenciar o nível de importância que os agentes lhes atribuem, pois a formalidade com que são editados e divulgados difere entre eles.

A opção por validar a pertinência da lista de documentos fundamentou-se no facto de alguns autores referirem que, no contexto do estudo da governança e do turismo, a investigação existente carece de mais rigor científico, tal como já se refletiu no Capítulo 2. Face às dezenas de documentos que existem à disposição para apoiar o trabalho dos vários agentes do sector, considerou-se pertinente aplicar uma técnica de seleção junto de especialistas que garantissem a escolha dos documentos mais importantes num conjunto vasto de referências, no qual todos são, por princípio, importantes. Neste contexto, estabeleceu-se o painel de peritos e foi preparado um instrumento para recolher a informação pretendida.

A última referência temporal da lista de documentos apresentada na Tabela 6.2. reporta-se ao ano de 2012, mas até à data de revisão deste capítulo [1.º semestre de 2015], segundo o que se conseguiu apurar, não foi publicado mais nenhum documento pela União Europeia no âmbito das políticas europeias para o turismo. A OMT entretanto editou alguns documentos que se poderiam integrar no primeiro grupo, mas têm um enfoque muito específico, saindo fora das regras estabelecidas para selecionar documentos no contexto deste estudo. No entanto, também a OCDE e as Nações Unidas publicaram mais alguns documentos técnicos, pois faz parte dos seus procedimentos regulares de divulgação de informação.

#### ***i) Constituição do painel internacional de peritos***

Para analisar e validar a pertinência dos vinte e quatro instrumentos identificados na etapa anterior (ver Tabela 6.2) recorreu-se à técnica do painel de peritos. Esta consiste num grupo de trabalho especialmente constituído para avaliar de uma determinada situação ou objeto (Cozzens, 1987). Deste modo foi constituído um grupo de profissionais, considerados especialistas na área para analisar de forma anónima e imparcial a lista de documentos ultimados na fase anterior. Os membros do painel foram selecionados com

base no seu conhecimento sobre o assunto em questão, prestígio profissional e capacidade de omitir opinião e parecer. No painel procurou-se integrar peritos que exercessem atividade profissional em vários países e em contextos profissionais diferenciados. O procedimento principal para selecionar os especialistas internacionais foi a identificação dos autores que publicaram os artigos analisados sobre governança e turismo sustentável. Para identificar os especialistas nacionais teve-se por base o reconhecimento dos profissionais académicos e dos que exercem atividade em organizações em Portugal e que nos últimos anos se têm envolvido com projetos relacionados com os temas em análise. Também se identificou os profissionais dos principais organismos públicos e privados que se têm envolvido com iniciativas de governança no turismo ao nível regional do Alentejo. Deste modo, o Painel caracteriza-se por incluir profissionais que nessa data trabalhavam na Austrália, Canadá, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia, Portugal, Turquia e Reino Unido, nos domínios do desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e governança pública. Retratando, ainda, o perfil do painel em função do tipo de instituições onde os peritos exerciam a sua atividade profissional principal, é possível identificar peritos de instituições do sector público, alguns em cargos de direção, do sector privado (ex. consultores especialistas), gestores de projetos internacionais, editores de revistas científicas internacionais e docentes/investigadores com publicações científicas neste domínio.

#### ***ii) Instrumento de recolha dos dados***

Com o objetivo de questionar os peritos sobre a relevância dos documentos sujeitos a escrutínio, a investigação recorreu ao inquérito por questionário (apresentado no Apêndice 6.2), uma vez que se considerou que as vantagens associadas à sua utilização eram as adequadas para atingir os objetivos, no contexto em que sugerem Bryman (2012), Finn *et al.* (2000) e Veal (2006). Para a sua conceção física utilizou-se o *software SurveyMonkey*, uma ferramenta disponibilizada *on-line* e de utilização livre no nível básico, considerada adequada para atingir o objetivo pretendido. Através desta ferramenta os questionários foram enviados diretamente para os endereços eletrónicos dos peritos.

#### *Justificação da estrutura e conteúdo do questionário*

O planeamento da estrutura do questionário teve em conta as sugestões apresentadas por Bryman (2013) e Hill & Hill (2008). Face aos objetivos pretendidos, na sua conceção

optou-se por apresentar um *layout* com dois níveis de informação: título do questionário, *Scientific Research about Public Governance and Sustainable Development of Tourism Destinations*; e quatro perguntas, integradas num único grupo (ver Tabela 6.3).

**Tabela 6.3.**

Características das perguntas do questionário feitas aos membros do Painel de Peritos

Perguntas	Tipo de Pergunta	Tipo de Escala
P1. "In your considered opinion, indicate whether it is important to analyse these international documents in terms of governance for the development of sustainable tourism" (Obs. Please note that dozens of references were identified, but only documents were considered that could be applied to all kind of destinations regardless of their special characteristics)	Fechada	Ordinal <sup>(1)</sup>
P2. "In your considered opinion, indicate whether these European policies are important for consideration in analysing governance for the development of sustainable tourism"	Fechada	Ordinal <sup>(1)</sup>
P3. "In your considered opinion, indicate whether these publications are important to analyse in terms of governance for the development of sustainable tourism"	Fechada	Ordinal <sup>(1)</sup>
P4. "Please indicate any other documents you might consider relevant for this research"	Aberta	--

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo *Likert* de 1 "Nada importante" a 5 "Extremamente importante"

Os vinte e quatro documentos colocados na lista de cada uma das três primeiras perguntas para validação foram selecionados na fase anterior, e surgem referenciados em três grupos, por tipo e data de publicação, tal como se apresentam na anterior Tabela 6.2. A primeira pergunta tinha associada a lista dos doze documentos do tipo cartas, guias e recomendações, a segunda pergunta continha a referência aos cinco documentos da política para o turismo da União Europeia e a terceira fazia referência a sete documentos técnicos.

Do total das quatro perguntas colocadas, três eram de preenchimento obrigatório. Nas três primeiras perguntas foi utilizada uma escala tipo *Likert*, com cinco níveis, na qual o 1 corresponde a «Nada importante» e o 5 a «Muito importante». A última pergunta era do tipo aberta e pretendia dar oportunidade aos respondentes para indicarem outros documentos com recomendações que considerassem importantes.

Quanto ao indispensável texto introdutório, de apresentação do questionário aos respondentes, optou-se por colocá-lo no texto do *e-mail* de contato com os especialistas. Os elementos informativos que constam do texto da introdução são os seguintes: objetivo principal do questionário; público-alvo no contexto da técnica de abordagem utilizada; confidencialidade dos dados; e contexto académico em que decorre a investigação. O

questionário foi redigido apenas em inglês, uma vez que todos os peritos apresentam uma dimensão internacional de atividade no seu currículo profissional.

#### *Método de administração do questionário*

Tendo em conta as vantagens e desvantagens associadas à aplicação de um questionário, o método definido para a sua aplicação foi o da administração indireta, pela autoadministração, atribuindo-se ao próprio perito a responsabilidade de o preencher. O questionário foi de administração controlada e só os peritos convidados diretamente a participar é que tinham um código de acesso. Em Março de 2013 o primeiro pedido de colaboração foi enviado pessoalmente, por correio eletrónico, para cada um dos vinte e três peritos selecionados.

### **6.2.2. Resultados**

#### **6.2.2.1. Validação da lista de documentos internacionais pelo painel de peritos**

Do total de vinte e três especialistas integrados no Painel Internacional de Peritos, onze responderam ao questionário, o que corresponde a uma taxa de resposta de 47,8%. Dois dos peritos, que não responderam ao questionário, enviaram uma mensagem por correio eletrónico a justificar porque é que não participavam no estudo. Uma vez que se considerou que o número de respostas era baixo, duas semanas depois foi enviado um segundo pedido para aumentar a taxa de resposta, mas não se registou mais nenhuma resposta.

Nos parágrafos seguintes apresentam-se os resultados obtidos através da avaliação do Painel Internacional de Peritos. Os resultados da avaliação feita aos documentos são apresentados por grupos, consoante a sua categoria, tal como já se abordou anteriormente. Os valores referentes à média, obtida quanto ao nível de importância atribuído a cada documento identificado, são apresentados nas tabelas seguintes. Os documentos com média superior a 3,0 foram incluídos no estudo, enquanto os restantes foram excluídos.

O Grupo 1, de documentos da categoria «cartas, guias e recomendações» assume, segundo alguns autores, um papel importante na autorregulação do sector (WTO, 2008) devido ao seu carácter voluntário. Contudo, não foram considerados muito relevantes pelo Painel



**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

Internacional de Peritos (ver Tabela 6.4), registando a média mais baixa de todos os três grupos em análise (média=3,04). Este Grupo 1 também foi o que registou o maior número de documentos rejeitados. Do total de doze documentos, foram excluídos seis. Destes seis, quatro foram apresentados na década de 80. Talvez o facto de terem sido apresentados há mais de trinta anos justifique a pouca importância que lhes foi atribuída pelo painel de peritos.

**Tabela 6.4.**

Resultados da validação dos documentos do Grupo 1 «cartas, guias e recomendações»

<b>Grupo 1: Cartas, guias e Recomendações (n = 12)</b>	<b>Média</b>	<b>Validação</b>
(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development (Chapter for government departments and NTA)	3,91	Incluído
(1995) Charter for Sustainable Tourism	3,45	Incluído
(1999) Tourism and Sustainable Development, Commission on Sustainable Development 7 <sup>th</sup> Session	3,45	Incluído
(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development	3,36	Incluído
(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Chapter IV, paragraph 43), In Report of the World Summit on Sustainable Development	3,27	Incluído
(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism	3,09	Incluído
(2002) Cape Town Declaration	2,91	Excluído
(1982) Acapulco Document (N.ºs 9, 10, 11, 12, 13, 16 e 17)	2,90	Excluído
(1980) Manila Declaration (N.ºs 5, 14, 22 e 25)	2,55	Excluído
(1985) Tourism Bill of Rights and Tourist Code (Articles II, III, IV and V)	2,55	Excluído
(1989) Hague Declaration on Tourism (Principles II, III, IX, X)	2,55	Excluído
(2008) Riva del Garda Action Statement	2,55	Excluído
<i>Média do Grupo 1</i>		<i>3,04</i>

O Grupo 2 de documentos, referente às «políticas europeias», foi o que registou a média total mais elevada (média=3,71) (ver Tabela 6.5). O facto de os documentos serem apresentados pela União Europeia, uma organização supranacional de Estados-nação, poderá justificar o facto de os especialistas lhe conferirem um nível de credibilidade e interesse maior. Além de ser considerada uma referência em outras áreas políticas com mais impacto junto da população (ex. financeira, económica, educação, transporte, ambiente), a União Europeia também o é cada vez mais para o sector do turismo.



**Tabela 6.5.**

Resultados da validação dos documentos do Grupo 2 «políticas europeias»

<b>Grupo 2: Políticas Europeias (n = 5)</b>	<b>Média</b>	<b>Validação</b>
COM(2010)352 Europe, the world's No 1 Tourist Destination – a New Political Framework for Tourism in Europe	3,91	Incluído
COM(2007)621 Agenda for the Sustainability of European Tourism	3,91	Incluído
(2007) Action for More Sustainable European Tourism (Report of the Tourism Sustainability Group)	3,73	Incluído
COM(2003)716 Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism	3,55	Incluído
COM(2006)134 A Renewed EU Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism	3,45	Incluído
<i>Média do Grupo 2</i>		<i>3,71</i>

No último Grupo de documentos, da categoria «documentos técnicos», a média foi de 3,36, o que revela a pertinência da sua utilidade no contexto da atuação dos agentes (ver Tabela 6.6).

**Tabela 6.6.**

Resultados da validação dos documentos do Grupo 3 «documentos técnicos»

<b>Grupo 3: Documentos Técnicos (n = 7)</b>	<b>Média</b>	<b>Validação</b>
UNEP & WTO (2005) Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers	3,82	Incluído
WTO (2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A guidebook	3,73	Incluído
UNEP (2003) Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism [Part 1. The Context]	3,64	Incluído
WTO (1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism	3,36	Incluído
Secretariat of the CBD (2007) User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	3,18	Incluído
Secretariat of the CBD (2004) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	3,00	Incluído
OECD (2012) OECD Tourism Trends and Policies 2012 [Chapter 1. Tourism governance in OECD countries]	2,82	Excluído
<i>Média Total do Grupo 3</i>		<i>3,36</i>

No âmbito da pergunta quatro, na qual se pedia aos peritos que indicassem outros documentos que considerassem importantes para alcançar o objetivo pretendido, apenas três dos peritos responderam. Este fato pode justificar-se porque a pergunta não era obrigatória ou porque a lista apresentada já tinha as referências necessárias. Cada um deles deixou uma sugestão diferente. Ficaram registadas três sugestões, nomeadamente o *Global Code of Ethics for Tourism* (UNWTO, 1999), o relatório *Climate Change and Tourism: Responding to Global Challenges* (UNWTO, 2008) e o *European Tourism Indicators System: For Sustainable Management at Destination Level* (European Union, 2013). Neste

**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

reduzido núcleo de sugestões, mais uma vez, são referidos documentos editados por organismos internacionais oficiais, o que evidencia o reconhecimento que é dado a este tipo de instrumentos. Na fase anterior, de conceção da base de dados, estes três documentos já tinham sido identificados, mas pelo facto de versarem sobre temáticas muito focadas foram rejeitados, tal como já se fundamentou.

Deste modo, do total dos vinte e quatro documentos (ver Tabela 6.2), dezassete alcançaram um nível de importância média superior a 3,00, pelo que foram incluídos na análise de conteúdo que se apresenta na secção seguinte, enquanto os restantes sete foram rejeitados. Na tabela seguinte (Tabela 6.7) apresenta-se a lista final de documentos, que contém as recomendações tidas como as mais importantes de acordo com a opinião do painel de peritos.

**Tabela 6.7.**  
Lista dos 17 documentos validados pelo Painel Internacional de Peritos

<b>Cartas, Guias e Recomendações (n=6)</b>	
<sup>1</sup>	(1995) Charter for Sustainable Tourism
<sup>2</sup>	(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development (Chapter for government departments and NTA)
<sup>2</sup>	(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism
<sup>4</sup>	(1999) Tourism and sustainable development, Commission on Sustainable Development 7 <sup>th</sup> Session
<sup>5</sup>	(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Chapter IV, paragraph 43), In Report of the World Summit on Sustainable Development
<sup>6</sup>	(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development
<b>Políticas Europeias (n=5)</b>	
<sup>1</sup>	COM(2010) Europe, the world's No 1 tourist destination – a new political framework for tourism in Europe
<sup>2</sup>	COM(2007) Agenda for the sustainability of European tourism
<sup>3</sup>	(2007) Action for more sustainable European tourism (Report of the Tourism Sustainability Group)
<sup>4</sup>	COM(2006) A renewed EU tourism policy: Towards a stronger partnership for European Tourism
<sup>5</sup>	COM(2003) Basic orientations for the sustainability of European tourism
<b>Documentos Técnicos (n=6)</b>	
<sup>1</sup>	WTO (1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism
<sup>2</sup>	UNEP (2003) Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism [Part 1. The Context]
<sup>3</sup>	Secretariat of the CBD (2004) Guidelines on biodiversity and tourism development
<sup>4</sup>	WTO (2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A guidebook
<sup>5</sup>	UNEP & WTO (2005) Making tourism more sustainable: A guide for policy makers
<sup>6</sup>	CBD (2007) User's Manual on CBD Guidelines on Biodiversity & Tourism Development

A média de respostas obtida em cada um dos três grupos revela a maior importância dos documentos do Grupo 2 «políticas europeias» (média=3,71), seguida do Grupo 3

«documentos técnicos» (média=3,36), e do Grupo 1 «cartas, guias e recomendações» (média=3,04). Os documentos com a média mais elevada (média=3,0), considerados de grande relevância para análise, foram três, nomeadamente a *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*, de 1996, a *Agenda for the Sustainability of European Tourism*, de 2007, e a *Europe, the World's N.º 1 Tourist Destination - A New Political Framework for Tourism in Europe*, de 2010. Sem importância foram considerados sete documentos por terem alcançado um valor médio inferior ao estipulado para ser incluído na lista final de validação (média<3,0). Entre estes, a média mais baixa obtida (média=2,55) foi em três documentos do Grupo 1, nomeadamente a *Manila Declaration*, de 1980, *Tourism Bill of Rights and Tourist Code*, de 1985, e a *Riva del Garda Action Statement*, de 2008.

#### **6.2.2.2. Recomendações dos documentos internacionais**

Com base nos procedimentos metodológicos anteriores foi ultimada uma lista com dezassete referências documentais, consideradas importantes para identificar recomendações concretas para as autoridades públicas regionais promoverem o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos turísticos europeus, através da abordagem da governança.

Os documentos validados pelo Painel de Peritos já tinham sido sujeitos a uma análise documental de acordo com os parâmetros apresentados na Tabela 6.1. Uma vez já tratados de forma sistemática na etapa anterior, procedeu-se à análise do conteúdo das mensagens veiculadas por cada um dos documentos, com o objetivo de evidenciar variáveis que permitissem inferir sobre a realidade de um sistema de governança a favor do turismo sustentável. Para Guerra (2006) a análise de conteúdo não é um método, mas sim uma técnica que utiliza o procedimento normal da investigação, razão pela qual tem uma dimensão descritiva e interpretativa. Bardin (1977 e 2014) define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 40). A sua utilização tem-se expandido nas últimas décadas para a análise de textos/discursos muito

diversificados e a cada vez mais disciplinas, muito favorecida com apoio técnico do desenvolvimento de *software* específico, como por exemplo o WebQDA ou o NVivo.

A maior parte dos dados processados no âmbito de uma pesquisa qualitativa é sujeito a uma análise de conteúdo, cujo procedimento (ponto de partida e forma de tratamento dos dados) depende do paradigma da investigação (Guerra, 2006). Neste caso em concreto, e num primeiro momento de trabalho, optou-se pela análise de conteúdo tradicional, associada à abordagem lógico-dedutiva, que permitiu estruturar previamente algumas categorias e subcategorias de análise com base na teoria e, deste modo, orientar os resultados da pesquisa. Este procedimento visou minimizar a dispersão de informação durante a análise. No entanto, à medida que a exploração dos documentos foi progredindo, verificou-se que existiam outras dimensões e racionalidades patentes nos documentos internacionais que não tinham sido contempladas no referencial teórico inicial. Com base nesta constatação, a estrutura de categorias foi revista, reordenando a existente e introduzindo novas categorias.

#### ***i) Âmbito da análise do conteúdo e descrição analítica***

No caso do presente estudo, como já referido, o âmbito da análise aplica-se às mensagens contidas nos textos veiculados pelos documentos internacionais que visam promover o turismo sustentável. Recorreu-se à análise do conteúdo na sua função heurística que, tal como refere Bardin (1977 e 2014), “enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo para «ver o que dá»” (p. 31). Segundo a autora, esta função justifica-se nas situações em que o domínio de investigação ainda é pouco explorado, como é o caso presente da governança para o turismo sustentável dos destinos. Na verdade, o Capítulo 5 desta tese permitiu antecipadamente reunir um conjunto de orientações teóricas, sem as quais seria difícil extrair da análise de conteúdo o que se pretendia. Tal como já se referiu, o tratamento descritivo começou por ser feito com base em procedimentos sistémicos (ver características na Tabela 6.1). O objetivo geral estabelecido – identificar recomendações para a governança dos destinos turísticos (depois do painel de peritos identificar os documentos mais importantes) – implicou uma análise categorial baseada na definição de categorias de fragmentação da comunicação, tal como sugerem Bardin (1977 e 2014) e Guerra (2006).

Os autores referem que a atitude interpretativa existe na análise do conteúdo e que através dela procura-se identificar a presença de uma ou mais características num determinado fragmento de mensagem. Os critérios de categorização, dependentes dos objetivos definidos previamente, foram estabelecidos com o propósito de serem um referencial lógico de organização da informação, uma vez que as recomendações contidas no conjunto de todos os documentos são muitas e diversificadas. O procedimento, apesar de simples, foi fastidioso.

### ***ii) Organização da análise de conteúdo***

A organização da análise de conteúdo dos documentos internacionais seguiu as etapas de pré-análise e exploração do material, tal como sugerido por Bardin (2014).

#### *Pré-análise*

A pré-análise corresponde à fase de organização da análise propriamente dita e subdivide-se em três missões, que não têm que se suceder, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica. Segundo Bardin (1977 e 2014) essas missões são as seguintes: formulação das hipóteses e/ou objetivos; escolha dos documentos a serem submetidos à análise e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. No caso do estudo deste capítulo, partiu-se de um objetivo geral previamente estabelecido para responder à questão “Quais as recomendações dos organismos internacionais para a governança dos destinos que visam o desenvolvimento do turismo sustentável?”, através da qual se pretendia obter respostas muito concretas. Nesse sentido foi utilizado o conjunto de dezassete documentos internacionais, como já se referiu anteriormente. Para a pré-análise foi estabelecida uma primeira versão de categorias com base nos principais domínios de competência que uma entidade pública de turismo deve assumir, tal como sugerem Cooper (2012), Goeldner & Ritchie (2009) e Licorish & Jenkins (1997) nas suas abordagens teóricas e empíricas. A opção por este enfoque inicial fundamenta-se no facto de uma governança pública para o turismo sustentável ao nível dos destinos requerer, na maior parte dos países ocidentais, nos quais Portugal se integra, um compromisso significativo por parte do sector público. Na verdade, a extensão do compromisso público neste domínio é demasiado grande e complexa para ser assumida por outro ator, do sector privado ou da sociedade civil, que se possa assumir como líder num processo de interesse público num destino turístico em

Portugal. À medida que se encontravam conteúdos [recomendações] relacionados com as competências, foram repartidos pelas respetivas categorias. Para além desta organização, também se pretendia *fazer falar* os documentos e perceber as ligações entre as diferentes categorias no contexto específico da abordagem através da governança. O recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para a análise foi planeado para identificar, numa primeira abordagem, os parâmetros que qualquer sistema de governança de um destino turístico deve respeitar no âmbito do desenvolvimento do turismo sustentável. No entanto, o procedimento revelou-se demasiado ambicioso e complexo à medida que se explorava adicionalmente cada um dos dezassete documentos validados pelo painel internacional de peritos.

#### *Exploração do material e tratamento dos resultados*

As operações definidas na pré-análise tiveram como objetivo chegar à fase de análise propriamente dita e aplicar de forma sistemática as decisões tomadas. Nesta fase, segundo Bardin (1977 e 2014), os procedimentos tanto podem ser concretizados manualmente ou efetuados em computador, pois o programa de análise completa-se mecanicamente. Esta fase é tida como longa e fastidiosa devido às operações de codificação e decomposição em função das regras antecipadamente formuladas. A informação contida no texto (dados em bruto) foi tratada para dar resposta ao objetivo previamente definido. Neste caso não se procurou fazer operações estatísticas, simples ou complexas, sobre o conteúdo informativo, mas sim destacar as recomendações sugeridas num contexto de análise exploratória que vise “«ver o que há»” (Bardin, 2014, p. 129).

#### *Codificação*

“A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo” (Bardin, 2014, p. 133). No caso deste estudo, a unidade de contexto é vasta, pois assenta na identificação de recomendações que concorram positivamente para o funcionamento de um sistema de governança pública num destino definido à escala regional, baseado numa filosofia de desenvolvimento de turismo sustentável. Na verdade, foi uma abordagem muito ambiciosa por remetia para um nível sistémico muito amplo em

termos de análise. Em consequência, surgiu um número significativo de unidades de registo, sendo esta entendida como “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 2014, p. 130). Segundo a autora, predomina alguma ambiguidade na definição de critérios de distinção das unidades de registo (ex. tema, palavra, frase, objeto, personagem, acontecimento), mas defende que na análise de conteúdo o critério de recorte do texto é sempre de ordem semântica, embora reconheça que possa haver correspondência com unidades formais (ex. palavra). Por ser largamente utilizado em análise temática, neste trabalho o critério utilizado é o tema, entendido como “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares” (Berelson, citado em Bardin, 2014, p. 131). Deste modo, mesmo reconhecendo que o tema enquanto unidade de registo tem um significado complexo, considerou-se que, face ao objetivo analítico estabelecido, facilitava a identificação de «núcleos de recomendações» existentes na documentação e mais facilmente poderiam ser associados aos domínios de intervenção apresentados no Capítulo 5.

### *Categorização*

Uma vez que a técnica de análise de conteúdo escolhida foi a análise categorial, as componentes da mensagem analisada foram divididas em categorias (Bardin, 2014; Guerra, 2006) para classificar os conteúdos das mensagens de forma organizada e condensada na perspetiva das recomendações para os destinos turísticos. A categorização permitiu identificar as *categorias* abordadas, entendidas como classes que reúnem unidades de registo com características comuns sob um título genérico. Deste modo permitiu decompor a mensagem analisada em cada documento e reconstruí-la num novo formato, com a função específica de extrair e identificar as recomendações que são dirigidas a entidades que promovem a governança pública nos destinos turísticos. O que se pretendia era transcrever os dados em bruto para dados organizados em função da perspetiva específica.

Paralelamente identificaram-se recomendações que não tinham correspondência com as categorias previamente estabelecidas, pelo que também foram acrescentadas novas



**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

categorias, cuja designação conceptual foi determinada posteriormente. Também houve a necessidade de reagrupar progressivamente algumas categorias por critérios de proximidade de conteúdo. Ainda segundo Bardin (1977 e 2014) as boas categoriais devem possuir as seguintes qualidades: exclusão mútua; homogeneidade; pertinência; objetividade e fidelidade; e produtividade. No contexto em estudo, refira-se que foram sentidas algumas dificuldades em garantir estas qualidades durante a análise dos documentos porque a amplitude de intervenção que os domínios do turismo, sustentabilidade e governança implicam, apresenta algumas recomendações que, em parte, se sobrepõem.

**Tabela 6.8.**

Categorias estabelecidas para iniciar a análise de conteúdo dos documentos

<i>1. Política turística</i>	
	Melhores políticas
	Visão integradora
	Metas, objectivos e princípios
	Coordenação intragovernamental
	Integração horizontal
	Integração vertical
	Coordenação com sector privado
	Processos conjuntos de consulta e tomada de decisão
	Responsabilidade partilhada e compromisso
	Princípios de governança
	Planeamento integrado
	Planeamento do território
	Planos estratégicos
	Planos de acção
	Instrumentos políticos
	Quadro normativo e regulamentar
	Investimento
	Monitorização e avaliação de impactos
<i>2. Investigação e desenvolvimento tecnológico</i>	
	Informação e conhecimento
	Cooperação
<i>3. Recursos Humanos</i>	
	Educação / formação
	Capacity-building
	Acções de sensibilização
<i>4. Salvaguarda e valorização do património</i>	
	Património natural
	Património cultural
<i>5. Produção limpa</i>	
	Inovação
	Produtores
	Fornecedores
<i>6. Consumo limpo</i>	
	Comunidade
	Turistas



**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

As categorias de recomendações identificadas na Tabela 6.8. repartem-se por diversos domínios de atuação, muito interrelacionados. A organização prévia das categorias de análise foi relativamente simples de estabelecer, mas à medida que se exploravam mais documentos mais dúvidas surgiam sobre questões associadas à organização da informação. As recomendações para o turismo sustentável estão apresentadas com lógicas diferentes, como por exemplo por domínios subsectoriais ou territoriais. Se considerarmos que os documentos analisados são suficientemente universais e flexíveis para permitir a execução das ações em contexto, entende-se que algumas das recomendações podem ser realizadas de forma diferente em função do enquadramento político, histórico, económico e ecológico da região que as integre.

Um dado relevante da análise de conteúdo dos documentos é que as diferentes recomendações, independentemente do organismo que as apresente e do formato que têm, estão articuladas e tendem a convergir para um contexto de governança no qual muitos aspetos ou variáveis têm que ser consideradas. Este aspeto revela que a retórica associada à promoção do desenvolvimento sustentável está universalmente aceite, mas que a forma de operacionalizar as suas metas e princípios é um campo ainda muito por incrementar.

Apesar de haver recomendações de carácter geral e transversal a toda a cadeia de valor do turismo, cada ator também tem o seu domínio de responsabilidades. O somatório do esforço individual de cada ator e do esforço coletivo tem que ser articulado num todo coerente, pelo que recomenda uma liderança governativa. Esta abordagem só é possível através de uma metodologia de intervenção que tenha um enfoque sistémico, como é o caso da governança pública em análise nesta tese.

Desta reflexão decorre a identificação dum conjunto variado de iniciativas relacionadas com estruturas e processos de governança, que devem que ser operacionalizadas em função do contexto em que ocorre. Particular destaque de análise foi dada às recomendações sugeridas aos responsáveis por gerir destinos turísticos, enquanto unidades organizacionais, que têm como objetivo promover o turismo sustentável nos seus territórios.

### **6.3. Adesão das entidades regionais europeias de turismo às recomendações internacionais**

Considerando que, em termos conceptuais, o destino turístico a nível regional é a unidade geográfica e institucional de análise nesta tese e que os instrumentos internacionais para promover o turismo sustentável começam a ser disponibilizados na década de 80, afigurou-se pertinente verificar se as entidades regionais responsáveis pelo desenvolvimento do turismo de todos os países da União Europeia já aderiram às recomendações propostas.

Em termos concretos, o objetivo desta fase do trabalho empírico foi aferir se os organismos regionais da União Europeia integram, no âmbito da conceção da sua política turística e respetivos planos de desenvolvimento, alguns dos princípios e ações recomendados pelos organismos internacionais para promover o desenvolvimento sustentável do turismo.

#### **6.3.1. Metodologia**

##### **6.3.1.1. Recolha dos dados**

###### *i) Definição da amostra*

A população em estudo integra as entidades da União Europeia com influência no desenvolvimento do turismo a nível regional, de cada um dos 28 países membros. Tendo em conta que cada um dos Estados-membros tem um sistema político próprio, o processo de identificação de cada uma das entidades contactadas implicou que se recorresse a várias fontes de informação para construir a lista de contactos, como se explica na seção seguinte. O primeiro constrangimento encontrado foi quanto à forma de se entender o conceito de entidade regional do turismo. O segundo foi a necessidade de perceber o contexto político-administrativo de alguns países que apresentam características muito diferentes de Portugal (ex. Bélgica), dificultando a perceção da realidade administrativa associada ao planeamento e gestão do turismo. Para o efeito foi consultada informação oficial da União Europeia (Committee of the Regions, 2012), que explica o contexto específico em que são divididos os poderes ao nível de cada um dos países membros e das suas autoridades regionais e locais. Deste modo, foi possível identificar em que níveis e contextos governativos o poder político é dividido e, particularmente, o contexto governativo em que o turismo é abordado. Complementarmente, também se recorreu a alguns estudos de caso que abordam os contextos políticos diferenciados em que se promove a governança do

turismo a nível do espaço europeu (ex. Costa, Panyik & Buhalis, 2014), o que permitiu esclarecer algumas contradições de informação, justificadas pela alteração dos ciclos políticos que governam os países.

#### *Conceção da base de dados das entidades regionais*

Como ponto de partida para construir a base de dados recorreu-se ao diretório dos contactos de todas as autoridades nacionais de turismo (ANT) que a OCDE disponibiliza na sua publicação *OECD Tourism Trends and Policies* (OECD, 2012 e 2014). Na sequência foi consultada cada uma das páginas oficiais disponíveis para perceber a organização institucional do turismo e identificar as entidades que a nível regional assumem competências no sector. Constatou-se que nem todas as páginas tinham a informação pretendida porque não dispunham da secção informativa de âmbito institucional, focando-se muito na componente da promoção dos seus produtos e destinos. Mesmo no caso das que tinham uma secção sobre informação de carácter institucional, o nível de detalhe não era suficiente para perceber e identificar se havia descentralização de competências para o nível regional. Noutros casos, o nível de detalhe era substancialmente maior e reportava-se à evolução histórica da organização das estruturas do turismo (ex. Reino Unido), o que ajudou a clarificar diferentes referências na literatura que aparentemente são contraditórias, uma vez que há artigos empíricos a retratar esta realidade em várias épocas. Pontualmente houve casos em que não foi possível consultar a informação da página oficial da autoridade de turismo porque não havia a opção de escolher outra língua na própria página; mesmo nos casos em que havia o *link*, nem sempre estava ativo. Também se verificou que em alguns países o planeamento e a gestão do turismo estavam delegados a entidades privadas.

#### *Contacto com autoridades nacionais de turismo europeias*

No cenário descrito optou-se por contactar diretamente todas as ANT existentes com dois objetivos diferenciados. Nos casos em que se tinha identificado na etapa anterior os organismos descentralizados, o objetivo foi solicitar à ANT a confirmação dos dados (nome do organismo, pessoa responsável e endereço eletrónico). No caso em que não se conseguiu reunir informação previamente, o objetivo foi solicitar os dados pretendidos. Esta etapa nem sempre foi linear porque em alguns países não existia uma ANT e/ou não

existia um ministério com a palavra «turismo» na sua designação, tendo exigido uma consulta às páginas de vários ministérios até encontrar os departamentos/secções relacionadas com o turismo. Nos casos em que não foi devolvida resposta, ou nos casos em que a resposta obtida não foi suficientemente esclarecedora, desenvolveram-se outros procedimentos que se revelaram eficazes. Foram estabelecidos contactos com colegas docentes de instituições de ensino superior em alguns países, pontualmente com alunos estrangeiros integrados em programas europeus de mobilidade na área do turismo, e recorreu-se, ainda, à consulta de artigos científicos que abordam a temática da intervenção pública e privada nos destinos. No caso da realidade nacional prescindiu-se desta abordagem, uma vez que se conhecia a estrutura oficial associada à administração pública do sector.

Depois de recolhidas as informações necessárias, o conceito de entidade regional de turismo – a unidade de análise nesta etapa do estudo - tal como se tinha concebido inicialmente em função da realidade nacional, teve que ser revisto. Assim sendo, estão incluídas na população em estudo entidades públicas, privadas e associações com responsabilidades no sector que atuam num nível intermédio, entre o nível nacional e o nível local de cada país. Deste modo, nesta fase do estudo empírico utiliza-se o termo entidade regional no sentido lato, de modo a refletir a atuação de todos os agentes que reúnem a característica de assumir responsabilidades no desenvolvimento do turismo num nível hierárquico intermédio de atuação à luz do contexto institucional vigente em cada país. Com base nesta premissa não se pode afirmar que as entidades com atuação no âmbito regional têm o mesmo perfil, o que implica algumas limitações na análise dos dados.

#### ***ii) Instrumento de recolha de dados***

Para se proceder à recolha dos dados junto das entidades regionais identificadas foi construído um inquérito por questionário, que em função da resposta à primeira pergunta se desdobrava de forma diferente, tal como se apresenta no Apêndice 6.2. (Questionário dirigido às entidades regionais que integram as recomendações dos documentos internacionais) e Apêndice 6.3. (Questionário dirigido às entidades regionais que não integram as recomendações dos documentos internacionais). A questão da facilidade de acesso aos agentes determinou a escolha desta via de administração.

### *Justificação da estrutura do questionário*

A estrutura do questionário divide-se em diferentes níveis de informação. No primeiro apresenta-se o título do questionário – Recomendações internacionais para fomentar o turismo sustentável. No segundo nível o texto introdutório apresenta o contexto da investigação na seguinte sequência: oportunidade de abordar as recomendações internacionais; objetivo do questionário; público-alvo; contexto académico-científico da realização do estudo; confidencialidade dos dados; dimensão do questionário; referência à importância da colaboração da entidade no estudo. No terceiro nível de informação apresenta-se um único grupo com todas as questões do questionário e, no último nível, uma mensagem de agradecimento pela participação do inquirido.

O *software* utilizado para construir fisicamente o questionário foi o *Limesurvey*. A escolha deste, em detrimento do *software* anteriormente utilizado [*Monkeysurvey*], baseou-se no facto de poder ser usado sem restrições, ao abrigo da licença que a Universidade de Évora dispõe e do apoio dos serviços de informática. O *layout* definido e a aparência física do questionário foram definidos com base num dos modelos já existentes no programa, que se considerou adequado para captar a atenção do inquirido e facilitar o seu uso. Por uma questão prática e de acessibilidade, optou-se por concentrar numa só página todas as questões do questionário. O questionário ficou disponível nas seguintes línguas: português; búlgaro; espanhol, francês; inglês; e italiano.

### *Justificação do conteúdo das perguntas do questionário*

O questionário contém cinco perguntas para as entidades que referem utilizar as recomendações e três perguntas para as que referem não utilizar as recomendações. Neste contexto, a pergunta de partida do questionário questionava os inquiridos se no âmbito da conceção da política turística regional e/ou dos respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos, a Entidade Regional integrava alguns dos princípios e ações recomendadas nos documentos internacionais para fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável. O objetivo desta questão é averiguar até que ponto as entidades regionais têm implementado as recomendações feitas pelos organismos internacionais para que o turismo sustentável se materialize de forma mais rápida e eficaz. Se a resposta a esta primeira questão fosse “Sim”, então a sequência das cinco perguntas colocadas às entidades é a apresentada na Tabela 6.9.

**Tabela 6.9.**

Sequência das perguntas para as entidades que referem utilizar as recomendações

Perguntas	Tipo	Escala
1) No âmbito da conceção da política turística regional e/ou dos respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos, a Entidade Regional tem estado a integrar alguns dos princípios e ações recomendadas nos documentos internacionais para fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável?	Fechada	Dicotómica Sim / Não
2) Indique o nível de importância que a Entidade Regional atribui aos documentos, seguidamente indicados, no âmbito da conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos. Os documentos estão listados por tipo ([A] declarações internacionais, [B] políticas da União Europeia e [C] documentos técnicos) e data de publicação.	Fechada	Ordinal <sup>(1)</sup>
3) Indique com que frequência a Entidade Regional integra as recomendações internacionais, dos documentos indicados, na conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos. Os documentos estão listados por tipo ([A] declarações internacionais, [B] políticas da União Europeia e [C] documentos técnicos) e data de publicação.	Fechada	Ordinal <sup>(1)</sup>
4) A partir de que ano é que a Entidade Regional começou a integrar as recomendações internacionais para fomentar o turismo sustentável?	Fechada	Nominal
5) Indique em que domínios de intervenção foram integrados os princípios e as ações recomendadas nos documentos internacionais para promover o desenvolvimento sustentável na sua região.	Fechada	Dicotómica Sim / Não

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala tipo Likert, entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”

A segunda questão colocada tem por objetivo identificar quais os documentos que as entidades consideram importantes para fundamentar opções na conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos. Os documentos a que se refere esta segunda pergunta fazem parte da lista validada pelo Painel de Peritos, tal como se apresentou anteriormente na Tabela 6.6. Reconhecendo que a lista apresentada poderia não referir outros documentos que as entidades regionais conheçam e consideravam importantes, utilizou-se a opção de resposta “Outro”. A terceira questão tem por objetivo identificar quais os documentos que têm sido utilizados pelas entidades regionais e a frequência com que os utilizam para integrar as recomendações internacionais na conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos. Os documentos a que se refere esta terceira pergunta são os mesmos da pergunta anterior e referem-se à lista validada pelo Painel de Peritos. No mesmo sentido da pergunta anterior, também se colocou a opção de resposta “Outro”. A quarta questão visa identificar quando é que as entidades começaram a ter em conta as recomendações internacionais para fomentar o turismo sustentável. Com a pergunta 5 pretende-se saber os domínios de intervenção em que foram integrados os princípios e as ações recomendadas

**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

nos documentos internacionais para promover o desenvolvimento sustentável na sua região. Os onze domínios apresentados na lista da pergunta cinco foram identificados na primeira etapa deste capítulo, tal como já se apresentou na Tabela 6.6. Reconhecendo que a lista poderia não referir todos os domínios nos quais as entidades regionais incluíram recomendações, utilizou-se a opção de resposta “Outro”. Para esta criou-se um campo aberto de resposta, de modo a que cada agente tivesse a oportunidade identificar outros domínios para além daqueles que foram indicados.

Se a resposta à primeira questão fosse “Não”, então a sequência das três perguntas colocadas às entidades é a apresentada na Tabela 6.10.

**Tabela 6.10.**

Sequência das perguntas para as entidades que referem não utilizar as recomendações

<b>Perguntas</b>	<b>Tipo</b>	<b>Escala</b>
P.1) No âmbito da conceção da política turística regional e/ou dos respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos, a Entidade Regional tem estado a integrar alguns dos princípios e ações recomendadas nos documentos internacionais para fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável?	Fechada	Dicotómica Sim / Não
P.2) Indique algumas das razões que justificam o facto de a Entidade Regional não ter considerado as recomendações internacionais.	Aberta	--
P.3) Num futuro próximo a Entidade Regional irá ter em conta algumas das recomendações internacionais na revisão ou elaboração da política turística regional e respetivos planos?	Fechada	Sim / Sem opinião / Não
P.5) Em que domínios irão considerar essas recomendações?	Aberta	--

A segunda questão colocada pretende identificar as razões que justificam o facto de as entidades não integrarem qualquer recomendação internacional nas suas iniciativas de planeamento e gestão. A terceira questão pretende aferir se num futuro próximo as entidades vão ter em conta algumas das recomendações internacionais na revisão ou elaboração da política turística regional e respetivos planos. Às entidades que responderam “Sim” à pergunta anterior foi questionado em que domínios consideram incluir recomendações, os quais se apresentam na Tabela 6.11.



**Tabela 6.11.**  
Domínios de intervenção em apreciação na Pergunta 5 do questionário

<b>12 domínios das recomendações</b>	
Política turística	Qualificação de recursos humanos
Planos de desenvolvimento estratégicos	Atividades de capacitação, para sensibilização e educação dos profissionais, turistas e comunidade
Cooperação técnica e científica (ex. produção de conhecimento e partilha de informação e de casos de boas práticas)	Envolvimento mais ativo dos diferentes agentes no desenvolvimento regional
Incentivos económicos, financeiros e fiscais	Incentivos aos empresários, para uma produção de serviços mais limpa
Avaliação de impactos e monitorização	Incentivos aos turistas, para um consumo mais limpo
Ordenamento do território	Outro

A lista de recomendações apresentada foi extraída com base nas principais categorias definidas no âmbito da análise de conteúdo dos documentos internacionais, tal como se fundamentou nas secções anteriores. A designação dos domínios colocados no questionário não coincide em pleno com a designação das categorias pelo facto destas últimas estarem referidas de forma sumária.

*Método de administração do questionário às entidades regionais*

Os pedidos de colaboração foram dirigidos às entidades regionais através das contas *e-mail* identificadas aquando da preparação da base de dados, uma vez que o questionário foi autoadministrado. Para o efeito foi elaborado um texto para colocar no *e-mail* de contacto com as instituições, cujo conteúdo se baseou nos elementos informativos anteriormente descritos. Os contactos foram personalizados individualmente, com a identificação do nome e cargo do responsável pela organização, embora esta opção tenha tornado mais moroso todo o processo. Numa primeira fase de concretização dos contactos foram organizados os textos das mensagens em duas línguas (inglês e português) com o objetivo de facilitar e acelerar o processo de comunicação. Numa segunda fase, disponibilizou-se mais três versões em língua estrangeira, em espanhol, francês e italiano, mas mantendo sempre a lista de documentos internacionais na língua inglesa. Os envios do pedido de participação para os inquiridos não foram feitos num só momento, devido ao atraso na obtenção de alguns dados referentes à identificação das organizações regionais em alguns países. A primeira abordagem aos inquiridos foi feita durante o último trimestre de 2013 e a segunda e a terceira com um mês de intervalo face à data em que tinha sido enviado o



primeiro pedido. No primeiro trimestre de 2015 voltou-se a enviar novamente um quarto pedido, incluindo mais uma versão do questionário em línguas búlgara.

### **6.3.1.2. Análise dos dados**

Para o tratamento e análise dos dados utilizou-se o *software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences*, versão 22.0. Tendo em conta o tipo e o número de perguntas colocados no questionário, foi feita uma análise descritiva simples para os dois grupos de entidades que responderam: as entidades que utilizam as recomendações na conceção da política turística regional e/ou dos respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos; e as entidades que não utilizam as recomendações para esses fins. Os primeiros resultados analisados dizem respeito à realidade nacional a nível regional, de modo a fazer um ponto de situação sobre o contexto que as recomendações são ou não tidas em conta no âmbito da atuação das cinco entidades regionais de turismo e das duas direções regionais de turismo. Os segundos resultados analisados dizem respeito à caracterização global do cenário de atuação das entidades regionais a nível do espaço europeu.

## **6.3.2. Resultados**

### **6.3.2.1. Caracterização da amostra**

Do total de duzentos e dezasseis convites enviados para entidades com competências de âmbito regional ao nível do turismo, o número total de respostas obtidas foi de trinta e sete. Deste número, trinta e um aceitaram participar e seis entidades indicaram, expressamente, que não queriam participar. Também houve entidades que enviaram uma mensagem a informar que o pedido de participação no questionário tinha sido reencaminhado para despacho para outro contacto na organização, mas posteriormente não concretizaram o preenchimento do questionário.

Numa perspetiva de âmbito nacional, refira-se que do total de sete pedidos enviados para as entidades regionais de turismo em Portugal (cinco entidades regionais de turismo e duas direções regionais de turismo), registaram-se cinco respostas completas (71,4%) e duas incompletas (28,6%) que não foram validadas. Na primeira ronda de convites para participação apenas se registaram duas respostas. Após a segunda ronda a taxa de resposta

manteve-se, pelo que as restantes três respostas só foram obtidas após algumas diligências feitas através de contactos pessoais juntos dos organismos de âmbito regional.

No âmbito dos contactos estabelecidos com as entidades com competências de âmbito regional no turismo ao nível da União Europeia, do total de duzentos e dezasseis pedidos enviados registaram-se trinta e uma respostas completas (14,4%), trinta respostas incompletas (13,8%), posteriormente anuladas, e seis respostas de bloqueio ao sistema (2,7%) por parte de entidades que indicaram expressamente não querer participar. Na Tabela 6.12. apresenta-se a relação dos países que participaram.

**Tabela 6.12.**  
Resultados da participação das entidades regionais europeias no estudo

<b>Participação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Países de origem das entidades regionais</b>
Entidades que acederam ao questionário	67	31%	--
Entidades que indicaram expressamente não querer participar	6	2,8%	França (1), Espanha (2), Áustria (2), Chipre (1)
Entidades que preencheram o questionário	31	14,4%	Alemanha (1), Áustria (1), Bélgica (1), Bulgária (6), Chipre (1), Espanha (3), França (5), Itália (5), Polónia (1), Portugal (5), Reino Unido (1), Suécia (1)
Entidades que indicaram integrar as recomendações	21	9,7%	Áustria (1), Bélgica (1), Bulgária (5), Espanha (3), França (3), Itália (3), Polónia (1), Portugal (3), Reino Unido (1)
Entidades que indicaram não integrar as recomendações	10	4,6%	Alemanha (1), Bulgária (1), Chipre (1), França (2), Itália (2), Portugal (2), Suécia (1)

Quando foi enviado o convite pela primeira vez para participação, só se registaram nove respostas completas e duas entidades a bloquearem a sua permanência na base de dados do *Limesurvey*. Após a segunda, terceira e quarta ronda de pedidos, registaram-se mais vinte e duas repostas completas, e mais quatro entidades a responderem que não queriam participar. Entre a primeira e a última ronda houve necessidade de atualizar alguns contactos da base de dados porque no período de intervalo houve eleições em alguns países (ex. Grécia). De salientar que, após as últimas rondas de convites, cinco respostas obtidas são de Itália e cinco da Bulgária, o que evidencia a relevância de ter traduzido o questionário nestas línguas.

Tendo em conta que países inquiridos aderiram à União Europeia em anos diferentes, era expectável que os que estão envolvidos há mais anos (ex. França, Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Portugal) teriam desenvolvido

uma cultura de maior participação e envolvimento com os assuntos de interesse coletivo, abordados em instrumentos regionais e internacionais. No entanto, a participação neste estudo de entidades regionais da Bulgária, Polónia, Chipre, Suécia e Áustria, num total de dez, faz ponderar sobre se o nível de envolvimento em assuntos de interesse comum é ou não maior nos países que integram a União Europeia há mais tempo.

### **6.3.2.2. Adesão das entidades regionais europeias às recomendações internacionais**

Das trinta e uma entidades que acederam responder ao questionário, apenas vinte e uma referiu que efetivamente que no âmbito da conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos tem estado a integrar alguns dos princípios e ações recomendadas nos documentos internacionais para fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável. Na Tabela 6.13. apresentam-se os resultados que traduzem a importância atribuída pelas entidades regionais europeias aos documentos internacionais identificados no contexto da conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento.

Os três documentos considerados mais importantes pelos responsáveis das entidades nacionais de turismo são a *Europe, the World's No 1 Tourist Destination* (média=3,52), a *Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development* (média=3,09) e a *Tourism and Local Agenda 21* (média=2,95). Os menos importantes, com a mesma média de 3,00, são a *Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism, Tourism and Sustainable Development* e o *Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development*.

**Tabela 6.13.**

Importância atribuída pelas entidades regionais europeias aos documentos internacionais

Itens <sup>(1)</sup>	N = 21					Média	DP
	%						
	1	2	3	4	5		
<b>Grupo 1 - Cartas, Guias e Recomendações</b>							
(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry	9,5	23,8	23,8	14,3	28,6	<b>3,28</b>	1,383
(1995) Charter for Sustainable Tourism	4,8	23,8	33,3	19,0	19,0	3,23	1,179
(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development	9,5	4,8	57,1	23,8	4,8	3,09	0,943
(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism	14,3	28,6	28,6	14,3	14,3	2,85	1,276
(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development	14,3	33,3	38,1	9,5	4,8	2,57	1,028
(1999) Tourism and Sustainable Development	14,3	28,6	47,6	9,5	0,0	2,52	0,872
<b>Grupo 2 - Políticas Europeias</b>							
(2010) Europe, the world's No 1 tourist destination	4,8	4,8	42,9	28,6	19,0	<b>3,52</b>	1,030
(2007) Agenda for the Sustainability of European Tourism	4,8	9,5	42,9	28,6	14,3	3,38	1,023
(2003) Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism	4,8	9,5	42,9	33,3	9,5	3,33	0,966
(2007) Action for More Sustainable European Tourism	4,8	23,8	42,9	9,5	19,0	3,14	1,152
(2006) A Renewed EU Tourism Policy	14,2	23,8	47,6	9,5	4,8	2,66	1,016
<b>Grupo 3 - Documentos Técnicos</b>							
(2003) Tourism and Local Agenda 21	14,3	19,0	33,3	23,8	9,5	<b>2,95</b>	1,203
(2005) Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers	14,3	14,3	38,1	28,6	4,8	<b>2,95</b>	1,116
(2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations	9,5	33,3	23,8	28,6	4,8	2,85	1,108
(2004) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	14,3	28,6	33,3	19,0	4,8	2,71	1,101
(1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism	19,0	23,8	38,1	14,3	4,8	2,61	1,116
(2007) User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	28,6	19,0	33,3	4,8	14,3	2,57	1,362

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo Likert entre 1 "Nada importante" e 5 "Extremamente importante"

A frequência com que as entidades regionais europeias utilizam os documentos internacionais para a conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos apresenta valores médios mais baixos dos que os obtidos quando se colocou a questão sobre a importância que lhes atribuem. Os documentos integrados nos grupos das políticas europeias e dos técnicos são os mais utilizados pelas entidades. Mesmo assim, nenhum documento atinge média de utilização positiva na escala de análise utilizada. O nível de utilização das recomendações evidencia, na opinião de Dinica (2013), a forma como os agentes alteram ou não os seus padrões de atuação e alcançam os resultados pretendidos. Estes instrumentos de persuasão pretendem fomentar,

**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

ainda que de forma voluntária, a adesão a práticas mais efetivas de governança, do mesmo modo que visam desincentivar padrões e processos de atuação menos sustentáveis (Dinica, 2013; Hall, 2011).

**Tabela 6.14.**  
Frequência com que as entidades regionais europeias utilizam as recomendações internacionais

Itens <sup>(1)</sup>	N = 21					Média	DP
	%						
	1	2	3	4	5		
<b>Grupo 1 - Cartas, Guias e Recomendações</b>							
(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry	19,0	28,6	23,8	28,6	0,0	<b>2,61</b>	1,116
(1999) Tourism and sustainable development	19,0	33,3	23,8	23,8	0,0	2,52	1,077
(1995) Charter for Sustainable Tourism	28,6	19,0	33,3	19,0	0,0	2,42	1,121
(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development	23,8	28,6	28,6	19,0	0,0	2,42	1,075
(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development	28,6	28,6	28,6	14,3	0,0	2,28	1,055
(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism	33,3	28,6	28,6	9,5	0,0	2,14	1,014
<b>Grupo 2 - Políticas Europeias</b>							
(2007) Agenda for the Sustainability of European Tourism	19,0	9,5	38,1	23,8	9,5	<b>2,95</b>	1,244
(2007) Action for More Sustainable European Tourism	14,3	14,3	38,1	33,3	0,0	2,90	1,044
(2006) A Renewed EU Tourism Policy	28,6	0,0	38,1	33,3	0,0	2,76	1,220
(2010) Europe, the World's No 1 Tourist Destination	23,8	14,3	33,3	28,6	0,0	2,66	1,154
(2003) Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism	19,0	23,8	33,3	23,8	0,0	2,61	1,071
<b>Grupo 3 - Documentos Técnicos</b>							
(2005) Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers	19,0	14,3	28,6	28,6	9,5	<b>2,95</b>	1,283
(2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations	23,8	14,3	33,3	19,0	9,5	2,76	1,300
(1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism	23,8	14,3	42,9	14,3	0,0	2,71	1,189
(2007) User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	66,7	14,3	9,5	9,5	0,0	2,61	1,160
(2003) Tourism and Local Agenda 21	28,6	14,3	42,9	14,3	0,0	2,42	1,075
(2004) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	33,3	19,0	33,3	14,3	0,0	2,28	1,101

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo Likert entre 1 "Nenhuma frequência" e 5 "Muito frequente"

Na Tabela 6.15 os domínios que se destacam por serem aqueles onde se integraram recomendações com mais frequência são, por ordem de importância, os seguintes: política

**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

turística (média=3,95); planos de desenvolvimento e estratégicos (média=3,71); cooperação técnica e científica (média=3,57); avaliação de impactos e monitorização (média=3,09); e envolvimento mais ativo dos diferentes agentes no desenvolvimento regional (média=3,04). Os domínios onde menos frequentemente se integram as recomendações são os seguintes: incentivos aos turistas para um consumo mais limpo (média=2,14); e qualificação recursos humanos (média=2,19).

**Tabela 6.15.**

Domínios de integração das recomendações internacionais pelas entidades europeias

Itens <sup>(1)</sup>	N = 3					Média	DP
	%						
	1	2	3	4	5		
Política turística	9,5	4,8	9,5	33,3	42,9	<b>3,95</b>	1,283
Planos de desenvolvimento e estratégicos	4,8	9,5	23,8	33,3	28,6	3,71	1,146
Cooperação técnica e científica	14,3	9,5	14,3	28,6	33,3	3,57	1,434
Avaliação de impactos e monitorização	33,3	4,8	9,5	23,8	28,6	3,09	1,700
Envolvimento mais activo dos diferentes agentes no desenvolvimento regional	28,6	0,0	28,6	23,8	19,0	3,04	1,499
Ordenamento do território	33,3	14,3	14,3	19,0	19,0	2,76	1,578
Actividades de capacitação p/ sensibilização /educação dos profissionais, turistas e comunidade	28,6	4,8	28,6	19,0	19,0	2,95	1,499
Incentivos económicos, financeiros e fiscais	23,8	28,6	23,8	14,3	9,5	2,57	1,287
Incentivos aos empresários para uma produção de serviços mais limpa	38,1	9,5	19,0	23,8	9,5	2,57	1,468
Qualificação recursos humanos	47,6	9,5	28,6	4,8	9,5	2,19	1,364
Incentivos aos turistas para um consumo mais limpo	42,9	23,8	14,3	14,3	4,8	2,14	1,276

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo Likert entre 1 "Nenhuma frequência" e 5 "Muito frequente"

Na opção "Outro" não foram indicados outros domínios por parte de qualquer uma das entidades regionais europeias.

Este estudo permitiu identificar o âmbito das competências atribuídas aos diversos atores implicados no planeamento e gestão de destinos turísticos, tendo como fonte os documentos internacionais validados pelo painel de peritos. Os atores implicados são múltiplos e todos têm um papel imprescindível no modelo de desenvolvimento sustentável. Neste leque muito variado, incluem-se as próprias organizações internacionais de turismo.

Os resultados obtidos em cada um dos três grupos evidenciam a importância que é dada aos documentos emanados pelas entidades internacionais constituídas e geridas pelos Estados-membros a título oficial. De facto, o papel da União Europeia, para além de ser uma referência em outras políticas com mais impacto junto da população (ex. financeira,

económica, educação, transportes, ambiente), também o é cada vez mais para o sector do turismo.

A partir da análise dos 17 documentos validados identificaram-se diversas recomendações, que se dispuseram por categorias, estabelecidas a partir da revisão da literatura. As recomendações que os agentes turísticos devem considerar num contexto de governança de destinos turísticos, que promova o turismo sustentável, são muitas e de âmbito muito diversificado.

### **6.3.2.3. Adesão das entidades regionais de turismo de Portugal às recomendações internacionais**

O número de respostas completas não permite fazer mais do que uma análise simples de frequências. Porque se considera relevante observar em que contexto as entidades regionais de turismo opinam sobre os documentos, os resultados para os casos nacionais são, nesta primeira análise, isolados dos obtidos para o restantes países da União Europeia.

Das cinco entidades nacionais que acederam responder ao questionário, apenas três referiu que no âmbito da conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos têm estado a integrar alguns dos princípios e ações recomendadas nos documentos internacionais para fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável. Na Tabela 6.16. apresentam-se os resultados que traduzem o nível de importância atribuída pelas entidades regionais nacionais aos documentos internacionais identificados no contexto da conceção da política turística regional e/ou respetivos planos de desenvolvimento e estratégicos.

Os três documentos considerados mais importantes pelos responsáveis das entidades nacionais de turismo são a *Charter for Sustainable Tourism* (média=4,33), a *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry* (média=4,00), *Agenda for the Sustainability of European Tourism* (média=4,00) e a *Tourism and Local Agenda 21* (média=4,00). Os menos importantes, com a mesma média de 3,00, são a *Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism*, o *Tourism and Sustainable Development* e o *Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development*.



**Tabela 6.16.**

Importância atribuída pelas entidades regionais de Portugal aos documentos internacionais

<i>Itens<sup>(1)</sup></i>	<b>Média</b>	<b>DP</b>
<b>Grupo 1 - Cartas, Guias e Recomendações</b>		
(1995) Charter for Sustainable Tourism		
(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry	4,00	1,000
(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development	3,33	0,577
(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism	3,00	1,000
(1999) Tourism and Sustainable Development	3,00	1,000
(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development	3,00	1,000
<b>Grupo 2 - Políticas Europeias</b>		
(2007) Agenda for the Sustainability of European tourism	<b>4,00</b>	1,000
(2003) Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism	3,66	0,577
(2006) A Renewed EU Tourism Policy	3,33	0,577
(2007) Action for More Sustainable European Tourism	3,33	0,577
(2010) Europe, the World's No 1 Tourist Destination	3,33	0,577
<b>Grupo 3 - Documentos Técnicos</b>		
(2003) Tourism and Local Agenda 21	<b>4,00</b>	1,000
(1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism	3,33	0,577
(2004) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	3,33	0,577
(2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations	3,33	0,577
(2005) Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers	3,33	0,577
(2007) User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	3,33	0,577

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo Likert entre 1 "Nada importante" e 5 "Extremamente importante"

A Tabela 6.17 apresenta os resultados referentes à frequência com que as autoridades regionais de turismo de Portugal utilizam os documentos internacionais para a concepção da política turística regional e/ou respectivos planos de desenvolvimento e estratégicos. Os resultados revelam que a frequência de utilização dos documentos, em qualquer um dos três grupos, é em geral pouco expressiva. Os documentos utilizados com mais frequência são a *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry* (média=3,66) e a *Agenda for the Sustainability of European Tourism* (média=3,66).



Tabela 6.17.

Frequência com que as entidades regionais de Portugal utilizam as recomendações

<i>Itens<sup>(1)</sup></i>	<b>Média</b>	<b>DP</b>
<b>Grupo 1 - Cartas, Guias e Recomendações</b>		
(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry	<b>3,66</b>	0,577
(1995) Charter for Sustainable Tourism	3,33	0,577
(1999) Tourism and Sustainable Development	3,33	0,577
(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development	3,33	0,577
(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development	3,33	0,577
(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism	3,00	0,000
<b>Grupo 2 - Políticas Europeias</b>		
(2007) Agenda for the Sustainability of European Tourism	<b>3,66</b>	1,154
(2003) Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism	3,33	0,577
(2006) A Renewed EU Tourism Policy	3,33	0,577
(2007) Action for More Sustainable European Tourism	3,33	0,577
(2010) Europe, the World's No 1 Tourist Destination	3,33	0,577
<b>Grupo 3 - Documentos Técnicos</b>		
(2004) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	<b>3,33</b>	0,577
(2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations	<b>3,33</b>	0,577
(2005) Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers	<b>3,33</b>	0,577
(2007) User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development	<b>3,33</b>	0,577
(1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism	3,00	1,000
(2003) Tourism and Local Agenda 21	3,00	1,000

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo *Likert* entre 1 “Nenhuma frequência” e 5 “Muito frequente”; DP “Desvio-padrão”

Comparando os resultados obtidos nas duas questões anteriores (ver Tabela 6.13 e 6.14), observa-se que os documentos de cariz institucional, incluídos no Grupo 1 e 2, são os que merecem melhor referência por parte das entidades, quer quanto ao nível de importância que lhes reconhecem, quer porque têm aplicabilidade no âmbito da atuação da entidade que representam. Os documentos do Grupo 1 são destacados como os mais importantes entre os diferentes grupos, o que se pode justificar pelo facto de terem uma dimensão mundial de definição e aplicação. No conjunto das entidades regionais nacionais, nenhuma escolheu o nível 1 da escala utilizada, tipo *Likert*, o que revela sensibilidade e disponibilidade para considerar e/ou contemplar as recomendações feitas pelos organismos internacionais, mesmo sendo de aplicação voluntária.

Quanto à questão colocada referente ao ano em que a entidade regional começou a integrar as recomendações internacionais para fomentar o turismo sustentável, duas entidades indicaram o ano de 2008, ano em que iniciaram a sua atividade, e uma indicou o ano de 2011.

**Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável**

A Tabela 6.18 apresenta os resultados referentes à frequência com que foram integrados os princípios e ações internacionais recomendados, por domínio de atuação. Os domínios que se destacam por serem aqueles onde se integraram recomendações com mais frequência são, por ordem de importância, os seguintes: planos de desenvolvimento e estratégicos (média=4,66); política turística (média=4,33); avaliação de impactos e monitorização (média=4,00); e envolvimento mais ativo dos diferentes agentes no desenvolvimento regional (média=4,00). Aqueles domínios onde menos frequentemente se integram as recomendações são os seguintes: ordenamento do território (média=1,66); incentivos aos turistas para um consumo mais limpo (média=2,3); atividades de capacitação para sensibilização e educação dos profissionais, turistas e comunidade (média=2,66).

**Tabela 6.18.**

Domínios de integração das recomendações internacionais pelas entidades nacionais

<i>Itens<sup>(1)</sup></i>	<b>Média</b>	<b>DP</b>
Planos de desenvolvimento e estratégicos		
Política turística	4,33	0,577
Envolvimento mais ativo dos diferentes agentes no desenvolvimento regional	4,00	1,000
Avaliação de impactos e monitorização	4,00	1,000
Incentivos aos empresários para uma produção de serviços mais limpa	3,66	0,577
Incentivos económicos, financeiros e fiscais	3,33	1,527
Qualificação recursos humanos	3,00	0,000
Cooperação técnica e científica	3,00	1,000
Atividades de capacitação para sensibilização e educação dos profissionais, turistas e comunidade	2,66	1,527
Incentivos aos turistas para um consumo mais limpo	2,33	2,309
Ordenamento do território	1,66	1,154

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo *Likert* entre 1 “Nenhuma frequência” e 5 “Muito frequente”; DP “Desvio-padrão”

Na opção “Outro” não foram indicados outros domínios por qualquer uma das entidades regionais que se pronunciou.

Quanto às duas entidades nacionais que responderam não integrar as recomendações internacionais na concepção da política turística regional e demais planos de desenvolvimento e estratégicos a favor do turismo sustentável não indicaram as razões que justificam esse facto. Ambas referiram que num futuro próximo irão ter em conta as recomendações internacionais na revisão ou elaboração da política turística regional e demais planos. Os domínios onde consideram ser importante integrar as recomendações são os apresentados na Tabela 6.19.

Tabela 6.19.

Domínios onde serão integradas as recomendações internacionais pelas entidades nacionais

<i>Itens<sup>(1)</sup></i>	<b>Média</b>	<b>DP</b>
Atividades de capacitação para sensibilização e educação dos profissionais, turistas e comunidade		
Incentivos aos empresários para uma produção de serviços mais limpa	4,50	0,707
Política turística	4,00	0,000
Cooperação técnica e científica	4,00	1,414
Avaliação de impactos e monitorização	4,00	0,000
Envolvimento mais activo dos diferentes agentes no desenvolvimento regional	4,00	1,414
Incentivos aos turistas para um consumo mais limpo	4,00	0,000
Qualificação recursos humanos	3,00	2,828
Ordenamento do território	3,00	2,828
Incentivos económicos, financeiros e fiscais	2,50	0,707
Planos de desenvolvimento e estratégicos	2,50	2,121

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala do tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; DP “Desvio-padrão”

As atividades de capacitação de toda a cadeia de valor do turismo são indicadas como o domínio que mais beneficiará das recomendações. Os agentes regionais também admitem que a capacitação dos agentes no contexto em análise é uma iniciativa muito importante para o turismo sustentável, tal como o referem várias instituições internacionais (ex. ITF-STD, 2009; UN-ESC, 1999; SCBD, 2007; WTO, WTTC & EC). Os incentivos económicos, financeiros e fiscais, assim como os planos de desenvolvimento estratégico, são domínios onde as recomendações internacionais terão pouco impacto para as organizações. Apesar de na literatura se referir a sua importância (Dinica, 2009 e 201), os resultados apresentados demonstram que para os agentes inquiridos as recomendações ainda não têm papel muito revelante neste domínio.

#### 6.4. Conclusão

A identificação das recomendações emanadas dos organismos internacionais, para se implementar uma abordagem de governança pública para o planeamento e gestão do turismo sustentável, evidenciou que os desafios são múltiplos e complexos. Uma outra conclusão é que não há um modelo estandardizado com parâmetros inequivocamente definidos para governança do turismo nos destinos, capaz de ser infalível no processo de desenvolvimento do turismo sustentável. As opções para operacionalizar as metas e princípios associadas ao turismo sustentável são várias e têm que ser planeadas e geridas num contexto de parceria ao nível do destino, que efetivamente seja eficaz. O conceito de

***Capítulo 6 | Recomendações das organizações internacionais para promover o turismo sustentável***

parcerias, neste âmbito, vai para além de reunir num mesmo fórum vários agentes. Os agentes têm que ser envolvidos em todas as etapas da consulta e tomada de decisão, através de mecanismos de participação integradores e assentes em princípios de governança. A conjugação entre as informações obtidas através da abordagem teórica, apresentada no Capítulo 5, e as recomendações de ordem prática identificadas na primeira fase deste Capítulo 6, formou o referencial conceptual para questionar as entidades regionais europeias sobre a sua adesão aos parâmetros comuns e orientadores de intervenção. Do mesmo modo, também serviram de referência para desenvolver os Capítulos 8 e 9.

Os resultados da abordagem às entidades regionais europeias com competências de intervenção no turismo não foram suficientemente esclarecedores devido ao facto da taxa de resposta ter ficado aquém do que era expectável. No entanto, observou-se que as entidades inquiridas têm estado recetivas para acolher as recomendações feitas pelos organismos internacionais. Os documentos relacionados com as políticas europeias foram considerados os mais relevantes. O facto da União Europeia ser um organismo regional de referência incontornável para os países membros confere-lhe uma autoridade reconhecida, em que um dos princípios assenta na partilha de responsabilidades no âmbito da definição e implementação das políticas do turismo.



## Capítulo 7

# Caracterização da área regional de turismo do Alentejo

### **7.1. Introdução**

Tendo em conta que no estudo empírico desta tese a unidade geográfica subjacente é a área regional de turismo Alentejo, que inclui toda a área abrangida pela NUT II Alentejo, o presente capítulo tem por objetivo principal apresentar uma caracterização sumária da região, em termos territoriais e ambientais, económicos, demográficos e turísticos. Paralelamente, também pretende identificar as principais organizações que assumem competências com influência direta ou indireta no desenvolvimento do sector turístico na região. Considerando que a abordagem metodológica através do estudo de caso permite apresentar exemplos do fenómeno a estudar (ex. indivíduos, comunidades, países, empresas, lugares, projetos) para melhor o compreender e analisar (Veal, 2006), a descrição da região Alentejo pretende evidenciar algumas das características que assumem grande relevância no âmbito do processo de governança para o desenvolvimento do destino turístico.

Para cada dimensão de análise foram selecionados indicadores oficiais publicados pelo INE e Turismo de Portugal que, de forma mais frequente, são utilizados em abordagens semelhantes para contextualizar o nível de desenvolvimento dum território. Os dados secundários recolhidos para a análise do contexto regional, em comparação com o total nacional, reportam-se ao ano mais recente de edição da informação [à data de elaboração e revisão do presente Capítulo], tal como é mencionado ao longo das secções. Sempre que possível, para alguns indicadores também se apresenta uma perspetiva evolutiva, reportando a análise dos dados para os anos de 2001, 2011 e 2013.

### **7.2. Território da área regional de turismo do Alentejo**

A escala geográfica, tal como já referido anteriormente, é tida como uma variável importante de análise no contexto de intervenção da governança para o desenvolvimento sustentável do turismo (Hall, 2008 e 2011; Chhotray & Stoker, 2009). Sendo a região

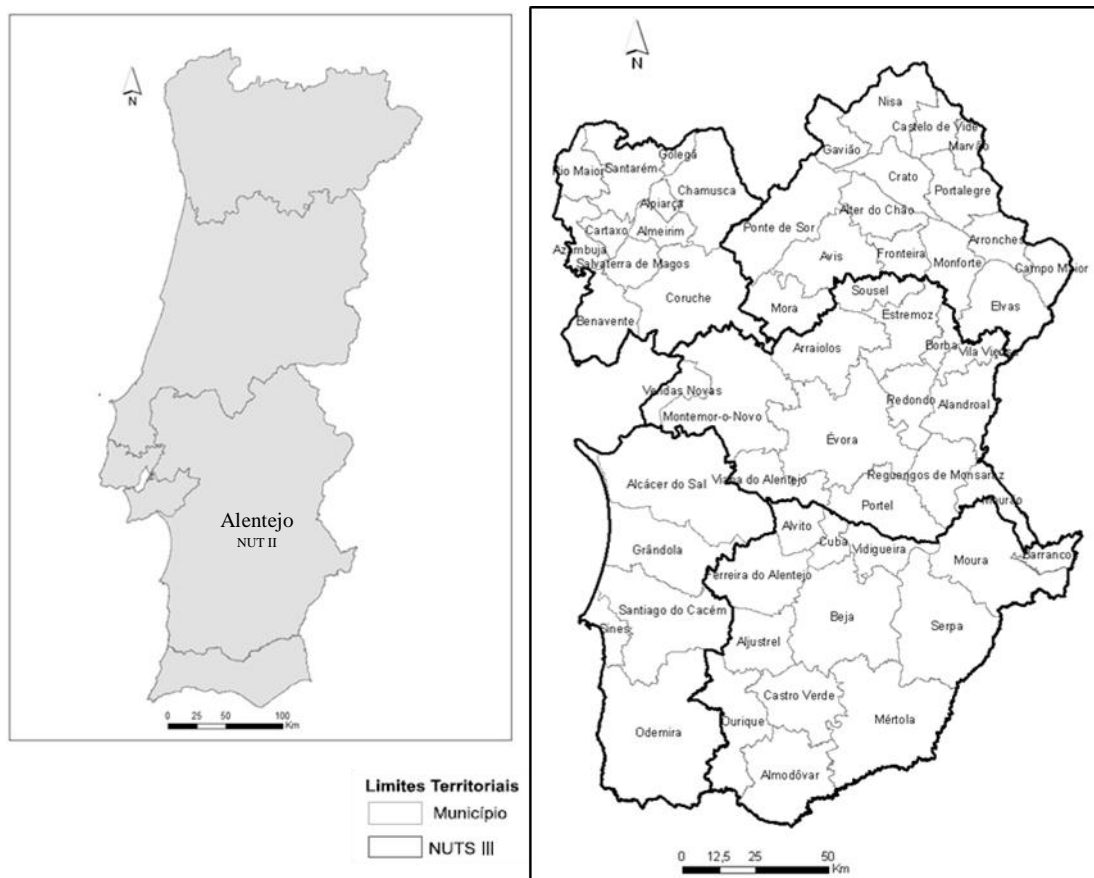
Alentejo NUT II a unidade territorial de referência que delimita o destino turístico em análise no trabalho empírico desta tese, considera-se importante refletir um pouco sobre as diferentes subunidades geográfico-administrativas que lhes estão associadas.

### **7.2.1. Divisão territorial**

Em Portugal existe uma estrutura de divisão administrativa do território que pode gerar dúvidas na sua representação, sobretudo entre os níveis autárquicos ou administrativos e os níveis de âmbito estatístico ou de associativismo intermunicipal. Os distritos, criados em 1835, embora ainda sejam uma referência administrativa em alguns contextos sociais (ex. círculos eleitorais, campeonatos regionais de futebol), têm perdido importância para as Comunidades Intermunicipais (CI) devido à reorganização da estrutura administrativa e das competências dos vários ministérios do Estado na organização do território. Além destas razões, também recentemente as áreas das NUT II tornaram-se a matriz territorial de referência na distribuição dos fundos estruturais e de coesão da União Europeia e, neste contexto, considera-se que as NUT III são um nível privilegiado para articular ações entre governo central e governos locais, no sentido de alinhar as políticas públicas com a organização territorial do Estado (INE, 2015). O próprio referencial recente de organização das NUT III, instituído por Regulamento n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto, adotou os limites territoriais estabelecidos para as unidades administrativas correspondentes às CI. Na Figura 7.1 exibe-se um mapa que delimita a área geográfica em estudo. O contexto territorial apresentado configura desafios acrescidos no planeamento e gestão das políticas para o desenvolvimento sustentável a nível sectorial e territorial.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

**Figura 7.1.**  
Divisão territorial da região Alentejo NUT II: Municípios e NUT III



Fonte: Mapas gerados no ArcGis em Maio de 2015, com base no quadro normativo em vigor

**7.2.2. Território e ambiente**

**i) Área, altitude, sistemas montanhosos e paisagem**

Em 2013 a região Alentejo NUT II regista uma superfície de 31604,91 km<sup>2</sup>, a qual corresponde a 34% do total do território nacional (INE, 2014<sub>b</sub>). Os concelhos nela integrados divergem muito em dimensão, sendo o maior Odemira, no distrito de Beja, com 1720,60 km<sup>2</sup> de área, e o menor a Golegã, com 84,32 km<sup>2</sup> de área (INE, 2014<sub>b</sub>). A geografia física do território é, em geral, de características pouco acentuadas e uniformes, excetuando-se algumas unidades territoriais com características mais irregulares: a altitude mínima é registada no concelho de Benavente (0m); e a máxima nos concelhos de Portalegre e Marvão, ambos na cota de 1027m (INE, 2014<sub>b</sub>). Os dois principais sistemas montanhosos são o de S. Mamede, no concelho de Marvão, e o da Serra D'Ossa (com 653m de altitude máxima), cuja área abrange os concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Alandroal e Redondo (INE, 2014<sub>b</sub>). Existem também pequenos relevos dispersos

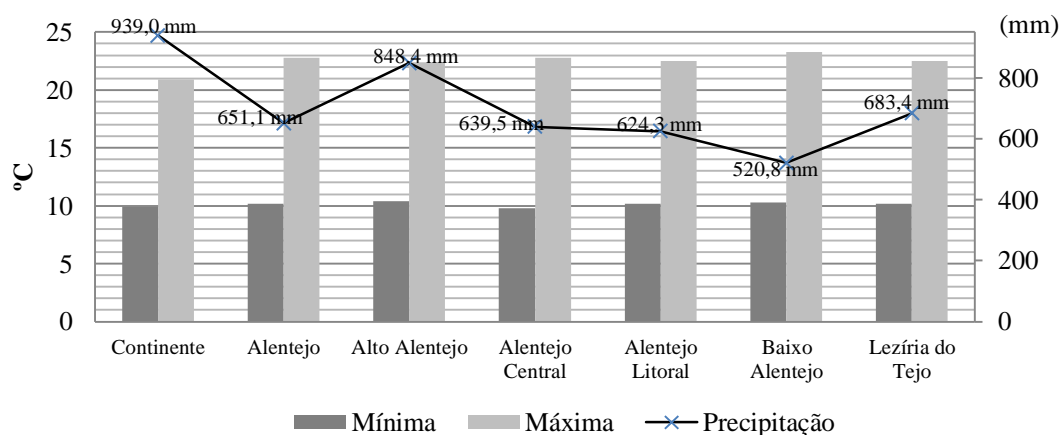


**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

na região Alentejo (ex. Serras de Grândola e Cercal), mas são as extensas áreas de planície que marcam o território alentejano. A paisagem alentejana traduz o forte predomínio das grandes propriedades e dos sistemas agroflorestais extensivos, “sendo dominada por extensos campos peneplanos, mais abertos a sul e no interior e mais densamente arborizados, predominantemente com povoamentos de quercíneas (sobreiro e azinheira) explorados em sistema de montado, nas zonas mais acidentadas e nas bacias do Tejo e do Sado mais expostas à influência marítima” (PCM, 2010, p. 4372-(31)). O modelo de povoamento concentrado (espaçado e regularmente distribuído no território) e a baixa densidade demográfica são também característicos da sua paisagem. É de destacar a singularidade identitária do montado de sobreiro no território em estudo. O Montado Alentejano deu origem a uma candidatura para reconhecimento da UNESCO como Património da Humanidade, assumindo-se como um argumento forte para a promoção turística e reconhecimento internacional do destino.

**ii) Paisagem, clima, temperatura e precipitação**

No que diz respeito ao clima, segundo a classificação de *Koppen*, na maior parte da faixa litoral da costa alentejana é temperado com inverno chuvoso e verão pouco quente e seco, e na restante área da região Alentejo o clima é temperado com inverno chuvoso e verão quente e seco (IPMA, 2014). Na Figura 7.2 apresentam-se, para o ano de 2013, alguns dados que permitem caracterizar, de forma genérica, o clima no Alentejo, por NUT III. O Alentejo é a região na qual a precipitação média é menor, registando valores inferiores à média nacional, assim como é considerada a região mais quente a nível nacional.



**Figura 7.2.** Temperatura média do ar e precipitação média, Alentejo NUT III (2013)

Fonte: INE (2014<sub>b</sub>)

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Quanto à análise da temperatura média do ar no Alentejo em 2013, onze das treze estações meteorológicas operacionais integradas no território registam o mês de agosto como o mais quente (máxima de 35°C), enquanto nove indicam que o mês mais frio é fevereiro (mínima de 1,8°C) e quatro indicam que é dezembro (INE, 2014<sub>b</sub>). Em alguns concelhos regista-se uma grande amplitude térmica entre as estações do verão e do inverno, influenciando a sazonalidade e tornando mais difícil, ao longo de todo o ano, garantir a captação do mercado e o sucesso das atividades turísticas que decorrem ao ar livre. Neste contexto, o clima contribui para a concentração da oferta e da procura de algumas atividades, com consequências ao nível da sazonalidade. De facto, o clima é considerado um recurso essencial no turismo, afetando-o direta e indiretamente (ex. decisões de viagem, estados de saúde, características da oferta) (Simpson *et al.*, 2008), de forma positiva ou negativa. Contudo o ritmo a que se registam as mudanças climáticas é atualmente uma preocupação em termos de desenvolvimento sustentável, seja por motivos naturais (ex. processos oceânicos e bióticos) ou induzidos pelo homem (ex. emissão de gases, inábil gestão das florestas) (WTO & UNEP, 2008). Dada a sua importância no processo de desenvolvimento sustentável, e consequentemente nas atividades turísticas, têm surgido fóruns e declarações temáticas de âmbito mundial para agir sobre os problemas que decorrem das alterações climáticas, nomeadamente definindo soluções para mitigar os impactos causados pelo sector. No Alentejo as variações climáticas também são um fator externo não controlável, com influência, por exemplo, ao nível dos processos de erosão, regressão da linha de costa, alterações na morfologia e ecologia de estuários e zonas lagunares (PCM, 2010). Também são consideradas uma ameaça no território para os habitats e espécies, contribuindo para a perda de biodiversidade (CCDR-A, 2014). Por outro lado, e segundo esta mesma fonte, as condições edafoclimáticas regionais são tidas como uma mais-valia porque “propiciam circunstâncias ímpares para a obtenção de boas produções agrícolas, pecuárias e florestais competitivas, nomeadamente, montado, cortiça, vinha, olival, hortofrutícolas, culturas bioenergéticas e pecuária extensiva” (p. 38). Estas atividades, por acréscimo, têm particular influência positiva no sector turístico nos segmentos de enoturismo e gastronomia porque se encontram a montante a fornecer as matérias-primas para o seu desenvolvimento. As características do clima são fundamentais para o planeamento e gestão das atividades socioeconómicas, e particularmente têm influência no contexto de desenvolvimento das atividades turísticas, sobretudo daquelas que se manifestam ao ar

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

livre (ex. percurso pedestres, *birdwatching*) e/ou dependem de recursos naturais para o seu pleno funcionamento (ex. turismo náutico).

**iii) Ordenamento do território***Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)*

No que diz respeito aos usos do solo identificados nos PMOT, é possível observar a sua divisão em quatro grandes classes de espaços, tal como se apresenta na Tabela 7.1. Embora os valores destes indicadores, *per si*, não permitam retirar ilações sustentadas sobre o ordenamento do território, evidenciam um investimento muito maior na Lezíria do Tejo em espaços com usos Urbano e Turismo (3534,1 ha), enquanto no Alentejo Litoral, apesar de ser a NUT III que regista a maior oferta de estabelecimentos hoteleiros, a área afeta a usos turísticos é substancialmente mais baixa (1807,1ha).

**Tabela 7.1.**  
Usos do solo identificados no PMOT, Alentejo NUT III (2013)

NUT III	<sup>(1)</sup> Urbano	<sup>(2)</sup> Equipamentos e espaços verdes urbanos	<sup>(3)</sup> Industrial	<sup>(4)</sup> Turismo	Área Territorial
	hectares				km <sup>2</sup>
<b>ALENTEJO</b>	<b>41 335,0</b>	<b>3 786,9</b>	<b>16 479,9</b>	<b>5 712,1</b>	<b>31 604,91</b>
Alto Alentejo	7 681,5	990,7	4 642,2	178,4	6 248,96
Alentejo Central	8 506,0	1 045,2	4 180,4	66,8	7 228,84
Alentejo Litoral	3 879,0	627,1	2 747,6	1 807,1	5 309,41
Baixo Alentejo	4 999,0	465,7	2 207,7	125,7	8 542,72
Lezíria do Tejo	16 269,5	658,2	2 702,0	3 534,1	4 274,98

<sup>(1)</sup>“Urbano, urbano e urbanizável, urbanizável, comércio e serviços, comércio e serviços existentes, comércio e serviços propostos, edificação dispersa”; <sup>(2)</sup>“Equipamento, equipamento existente, equipamento proposto”; <sup>(3)</sup>“Indústria, indústria existente, indústria proposta, indústria extractiva”; <sup>(4)</sup>“Turismo, turismo existente, turismo proposto” (INE, 2014b, p. 479).

Fonte: Elaborado com base em INE (2014b)

A extensão da área territorial de cada NUT III não evidencia relação direta com a extensão da área territorial associada às várias classes de espaços. O Baixo Alentejo, com a maior área territorial (8542,72 km<sup>2</sup>), apresenta o segundo valor mais baixo quanto à extensão de ocupação do solo para Turismo (125,7 ha), a qual corresponde a 2,2% do total da Região Alentejo (5712,1 ha).

*Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)*

Em 2013, na Região Alentejo existiam 30 PEOT aprovados. Na Tabela 7.2 destacam-se alguns dados que permitem ajudar a compreender a realidade quantificada do território em

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

estudo, em termos de áreas protegidas, orla costeira e albufeiras de águas públicas. No âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), identificam-se quatro parques naturais (PN) no território da Região Alentejo NUT II: PN da Serra de São Mamede (PNSSM); PN do Vale do Guadiana (PNVG); PN do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV); e PN das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC). Existem duas Reservas Naturais (RN), nomeadamente a RN do Estuário do Sado (RNES) e a RN das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS). Classificados de paisagem protegida local estão o Açude da Agolada e o Açude do Monte da Barca, ambos no concelho de Coruche e geridos pelo próprio município. Refira-se que as áreas classificadas estão sob responsabilidade de vários serviços territorialmente desconcentrados do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Concretamente, o PNSSM, o PNVG e o RNLSAS são atualmente geridos pelo DCNF Alentejo, o PNSACV pelo DCNF Algarve e a RNES pelo DCNF Lisboa e Vale do Tejo (ICNF, 2015). Na Região Alentejo existem, ainda, outras áreas classificadas. É o caso da Rede Natura 2000, que integra Zonas de Proteção Especial com sítios em Campo Maior, Castro Verde, Estuário do Sado, Évora, Lagoa de Santo André, Monforte, Mourão/Moura/Barrancos, Reguengos, Vale do Guadiana, Veiros (ICNF, 2014). No caso de Reservas da Biosfera da UNESCO no território do turístico do Alentejo NUT II apenas recai parte da área geográfica do Paul de Boquilobo (cito nos concelhos de Torres Novas e Golegã). Atualmente a Câmara Municipal de Castro Verde, a Associação de Agricultores do Campo Branco (AACB) e a Liga para a Proteção da Natureza (LPN) estão a preparar uma candidatura para ser apresentada ao Comité Nacional da UNESCO até final de 2015 para que o concelho de Castro Verde seja classificado como Reserva da Biosfera.

**Tabela 7.2.**  
PEOT aprovados, Alentejo NUT III (2013)

<i>NUT III</i>	Áreas Protegidas	Orla Costeira	Albufeiras de Águas Públicas
	<i>N.º</i>		
<b>PORTUGAL</b>	<b>25</b>	<b>9</b>	<b>41</b>
<b>ALENTEJO</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>21</b>
Alto Alentejo	1	0	7
Alentejo Central	0	0	6
Alentejo Litoral	3	2	5
Baixo Alentejo	1	0	9
Lezíria do Tejo	3	0	1

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>b</sub>)

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Os dois Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) que estão associados ao território são o POOC Sado-Sines e o POOC Sines-Burgau. De origem regulamentar, visam melhorar, valorizar e gerir os recursos numa faixa ao longo do litoral, designada por zona terrestre de proteção (APA, 2014). O facto do Litoral Alentejano ter uma linha de costa com uma extensão significativa, também lhe confere consideráveis características e potencialidades associadas ao turismo de sol e mar. No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro, que adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, o turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, é um dos cinco domínios estratégicos de intervenção preferencial adotado no contexto do modelo de desenvolvimento intersectorial “Crescimento Azul”. Embora se reconheça que o turismo litoral (sol e mar) envolve atividades com diversos impactos, prevê-se que a curto prazo tenha um significativo potencial de crescimento e, por isso, seja necessário criar infraestruturas de apoio (ex. marinas, centros náuticos), parques arqueológicos subaquáticos, entre outras medidas que fomentem um crescimento sustentável do mesmo. Esta intervenção não poderá dissociar-se dos instrumentos existentes. Na Região do Alentejo, em 2013, registam-se, também, 21 Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) aprovados. Estes, tal como os POOC, apresentam medidas para a proteção, valorização e gestão dos recursos hídricos na sua área de intervenção para assegurar a sua utilização sustentável, vinculando a administração pública e os particulares. As Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, pela sua dimensão e atratividade para as atividades turísticas, são um dos territórios onde existe uma pressão mais forte para desenvolver o sector turístico, mas ambas estão classificadas de Albufeiras de Utilização Protegida. Na página oficial da Agência Portuguesa do Ambiente, organismo responsável pela elaboração dos POAAP, é possível aceder à lista de todos os territórios sujeitos a estes PEOT no Alentejo, assim como a toda a informação associada que, por razões de organização do presente Capítulo e da temática da tese, não são referidas com mais detalhe nesta secção.

**iv) Desertificação**

No panorama nacional a região em estudo destaca-se pela extensão e intensidade do risco de desertificação. Segundo a justificação apresentada no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) (PCM, 2010), “entre os riscos naturais e tecnológicos com gravidade e extensões diferenciadas, evidenciam-se a intensificação dos fenómenos extremos (secas e

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

cheias) e as alterações ao ciclo hidrológico, o risco de incêndio, o risco sísmico e o risco associado ao transporte de materiais perigosos” (p. 4372-(37)). Segundo a mesma fonte, a desertificação expressa-se nas seguintes dimensões: perda de biodiversidade; agravamento dos problemas de erosão; incêndios florestais; despovoamento; agravamento dos efeitos das secas; degradação dos recursos hídricos; e debilidade socioeconómica. Os ecossistemas do território são considerados muito vulneráveis e a degradação ambiental deriva dum processo complexo, assente nas dimensões do solo, água, biodiversidade e paisagem. Para além dos fatores endógenos que afetam negativamente a região Alentejo (ex. sobre-exploração e utilização inapropriada do solo e da água, desflorestação, sobre pastoreio, más práticas agrícolas, êxodo populacional), conjugam-se também fatores externos não controláveis (ex. condições climáticas adversas) (PCM, 2010).

**7.3. Atividade económica e mercado de trabalho**

A atividade económica de um território pode ser medida com recurso a diversas variáveis, mas nesta secção optou-se por analisar o PIB global e o PIB *per capita*, por serem dos indicadores mais utilizados na macroeconomia para medir o rendimento, assim como outros indicadores das contas regionais, como o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e indicadores de emprego.

**Tabela 7.3.**  
PIB e VAB, Alentejo NUT III (2011 e 2013)

NUT I e II	2011		2013		Var 11'13		2011	2013	Var11'13
	PIB	VAB	PIB	VAB	PIB	VAB	PIB <i>per capita</i>		
	<i>milhões de euros</i>				%		<i>milhares de euros</i>		
							%		
<b>PORTUGAL</b>	176166,578	154242,771	171211,07	150464,75	-2,81	-2,45	16,686	16,372	-1,88
<b>ALENTEJO</b>	11526,096	10089,725	11275,127	9908,085	-2,18	-1,80	15,235	15,114	-0,79
Alto Alentejo	1478,966	1294,659	1433,514	1259,709	-3,07	-2,70	12,534	12,494	-0,32
Alentejo Central	2428,392	2125,768	2349,843	2064,938	-3,23	-2,86	14,589	14,388	-1,38
Alentejo Litoral	2124,358	1859,623	2114,788	1858,382	-0,45	-0,07	21,678	21,752	0,34
Baixo Alentejo	1983,607	1736,412	1909,854	1678,295	-3,72	-3,35	15,691	15,384	-1,96
Lezíria do Tejo	3510,772	3073,263	3467,128	3046,759	-1,24	-0,86	14,174	14,061	-0,80

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>b</sub>)

Os valores do PIB (Tabela 7.3) revelam que a atividade económica está em contração não só ao nível global da região Alentejo, como também ao nível de todas as NUT III, acompanhando estas o decréscimo sentido a nível nacional. O contributo do Alentejo para

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

o PIB nacional em 2011 é de 6,5% e em 2013 é de 6,6%. Ao nível intrarregional da NUT II, o contributo relativo das diversas sub-regiões para o PIB nacional assume a mesma proporção relativa em ambos os anos em análise: Lezíria do Tejo (2,0%); Alentejo Central (1,4%); Alentejo Litoral (1,2%); Baixo Alentejo (1,1%); e Alto Alentejo (0,8%). Similarmente, os valores absolutos do indicador PIB *per capita* revelam que os cidadãos do território empobreceram no período em análise, com exceção da sub-região Alentejo Litoral, na qual se verifica uma ligeira expansão económica de 0,34%.

Os valores do VAB em percentagem apresentam-se na Tabela 7.4, por principais ramos económicos, para Portugal e para o Alentejo, referentes apenas ao ano de 2011 por serem os dados publicados mais recentes.

**Tabela 7.4.**  
VAB, Alentejo NUT II (2011)

<i>Atividades económicas</i>	VAB em % do total da região	
	Portugal	Alentejo
Total	100,0	100,0
1-Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2,1	8,5
2-Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	16,6	21,6
3-Construção	5,5	5,3
4-Comércio por grosso e retalho; reparação veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; <b>atividades de alojamento e restauração</b>	<b>23,5</b>	<b>21,9</b>
5-Atividades de informação e comunicação	3,7	1,2
6-Atividades financeiras e de seguros	7,0	3,2
7-Atividades imobiliárias	10,8	10,4
8-Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio	7,0	3,6
9-Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e ação social	21,0	22,1
10-Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços	2,9	2,4

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>b</sub>)

A nível nacional, entre todas as classes de atividade económica, a Classe 4 (que inclui atividades de alojamento e restauração) é a que mais contribui para o VAB (23,5%), enquanto no Alentejo é a segunda (21,9%), a seguir à Classe 9 – Administração Pública e Defesa (22,1%).



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

**Tabela 7.5.**  
VAB e Emprego total, Alentejo NUT II (2011)

<i>Atividades económicas</i> (ordenadas pelo valor do VAB)	<b>VAB</b> milhões €	<b>EmpregoTotal</b> milhares pessoas
TOTAL	10 089,725	300,549
C-Indústrias transformadoras	1 229,360	36,251
G-Comércio por grosso e retalho; reparação veículos automóveis e motociclos	1 189,620	42,733
L-Atividades imobiliárias	1 048,342	1,040
O-Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	942,986	26,414
A-Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	854,647	51,577
P-Educação	689,118	21,528
Q-Atividades de saúde humana e apoio social	601,129	26,146
<b>I-Alojamento, restauração e similares</b>	<b>583,267</b>	<b>16,230</b>
F-Construção	529,795	23,329
D-Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	496,441	0,582
K-Atividades financeiras e de seguros	318,449	4,003
B-Indústrias extrativas	316,338	2,741
M-Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	195,111	7,935
N-Atividades administrativas e dos serviços de apoio	163,302	9,855
E-Captação, tratamento distribuição água; saneamento, gestão resíduos e despoluição	136,290	2,854
J-Atividades de informação e de comunicação	124,623	1,634
S-Outras atividades de serviços	115,646	6,487
T-Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	76,685	8,463
R-Atividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas	44,874	6,487
H-Transportes e armazenagem	42,733	8,491
U-Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,000	0,000

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>b</sub>)

No contexto da Classificação das Atividades Económicas - CAE-Rev.3, observa-se na Tabela 7.5 que no Alentejo a Classe I Alojamento, Restauração e Similares é a oitava maior no conjunto das 21 classes, representando cerca de 5,8% do VAB e 5,4% de empregos.

Na tabela seguinte (Tabela 7.6) apresentam-se os dados do Alentejo referentes ao VAB e Emprego total associados a cada um dos três grandes sectores de atividade económica. Os dados revelam que as atividades económicas relacionadas com o Sector I (Serviços) assumem importância destacada em qualquer uma das sub-regiões em análise.



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

**Tabela 7.6.**  
VAB e Emprego total por sectores de atividade, Alentejo NUT III (2011)

NUT I e II	Sectores					
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção		Serviços	
	VAB (milhões €)	Emprego total <sup>(1)</sup>	VAB (milhões €)	Emprego total <sup>(1)</sup>	VAB (milhões €)	Emprego total <sup>(1)</sup>
<b>PORTUGAL</b>	3208,694	527,892	34052,115	1172,585	116981,962	3076,251
<b>ALENTEJO</b>	854,647	51,577	2708,223	65,756	6526,856	183,216
Alto Alentejo	124,073	7,055	238,52	7,651	932,066	28,036
Alentejo Central	191,121	11,516	393,947	14,948	1540,700	44,099
Alentejo Litoral	165,38	8,817	707,068	9,28	987,174	24,951
Baixo Alentejo	121,158	11,433	616,88	9,107	998,374	28,275
Lezíria do Tejo	252,915	12,757	751,808	24,77	2068,541	57,856

Legenda: <sup>(1)</sup> Milhares de empregos

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>b</sub>)

Na Tabela 7.7 apresenta-se o investimento privado no turismo realizado no Alentejo, no âmbito do QREN 2007-2013, por atividades turísticas.

**Tabela 7.7.**  
Atividades turísticas no Alentejo: Investimento privado (QREN 2007-2013)

Atividade Turística	Projetos		
	N.º	€	%
Alojamento Hoteleiro	36	318.705.932,68	91,93
Turismo no Espaço Rural	21	14.142.656,37	4,08
Animação Turística	16	9.502.531,55	2,74
Agências de Viagens	12	4.045.610,47	1,17
Restauração	13	283.945,67	0,08
Outras atividades	1	20.000,00	0,01
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>346.700.676,74</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Baseado em Turismo de Portugal (2015<sub>d</sub>)

Um dos dados que se salienta é que o Alojamento Hoteleiro e o Turismo no Espaço Rural concentram cerca de 96% do investimento total na região em estudo. Em termos de territorialização do volume de investimento, ao nível das sub-regiões NUT III do Alentejo, regista-se a seguinte ordem: Alentejo Central (42,2%); Alentejo Litoral (37,1%); Alto Alentejo (16,3%); Baixo Alentejo (4,1%); e Lezíria do Tejo (0,3%). O Alentejo Central e o Alentejo Litoral concentram 79,3% do investimento total.

#### 7.4. Análise demográfica da população

No âmbito da abordagem sistémica à sustentabilidade, as problemáticas da demografia são habitualmente abordadas no contexto da dimensão social, pelo que seguidamente apresentam-se breves reflexões para melhor compreendê-la no Alentejo.

##### *i) Indicadores da população*

Para fazer a caracterização demográfica da população optou-se por apresentar os dados para os dois últimos anos de Recenseamento da População, nomeadamente 2001 e 2011, e fazer uma síntese da evolução dos principais indicadores. Na Tabela 7.8 apresentam-se os dados referentes à População Residente em Portugal e no Alentejo por NUT III.

**Tabela 7.8.**  
População Residente, Alentejo NUT III (2001 e 2011)

	Total			Homens			Mulheres		
	2001	2011	TCMA	2001	2011	TCMA	2001	2011	TCMA
<b>PORTUGAL</b>	10356117	10562178	0,20%	5000141	5046600	0,09%	5355976	5515578	0,29%
<b>ALENTEJO</b>	776585	757302	-0,25%	379310	366739	-0,34%	397275	390563	-0,17%
Alto Alentejo	127026	118410	-0,70%	61462	56796	-0,79%	65564	61614	-0,62%
Alentejo Central	173646	166822	-0,40%	84246	80222	-0,49%	89400	86600	-0,32%
Alentejo Litoral	99976	97925	-0,21%	50037	48624	-0,29%	49939	49301	-0,13%
Baixo Alentejo	135105	126692	-0,64%	66651	61949	-0,73%	68454	64743	-0,56%
Lezíria do Tejo	240832	247453	0,27%	116914	119148	0,19%	123918	128305	0,35%

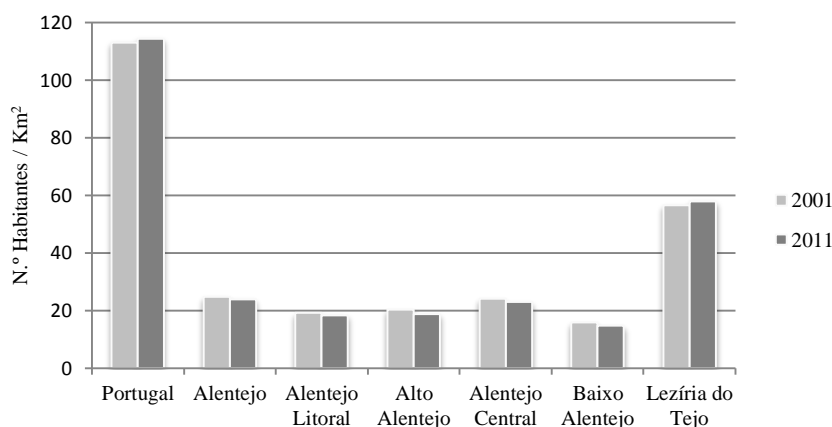
Legenda: TCMA “Taxa de crescimento média anual”

Fonte: Baseado em INE (2003<sub>b</sub>, 2003<sub>c</sub> e 2012<sub>b</sub>)

Na Tabela 7.8 constata-se que no período intercensitário 2001-2011, apesar da população portuguesa aumentar ligeiramente (TCMA = 0,20%), tanto para Homens (TCMA = 0,09%) e Mulheres (TCMA = 0,29%), na região do Alentejo a tendência é de diminuição da população (-0,25%). Todas as sub-regiões do Alentejo registam TCMA negativas, mas as regiões que registam as mais baixas são o Alto Alentejo (-0,70%) e o Baixo Alentejo (-0,60%). A única exceção verifica-se na Lezíria do Tejo, que apresenta uma TCMA positiva referente à população de mulheres residentes, embora com um valor que não ultrapassa os 0,35 % anuais. Esta última é, mais uma vez, a sub-região que mais proximidade demonstra em relação ao comportamento do próprio país e, no caso, a TCMA total de 0,27% é superior à nacional (0,20%). A análise do indicador da densidade populacional (ver Figura 7.3) também revela que, apesar da densidade populacional em Portugal e na Lezíria do

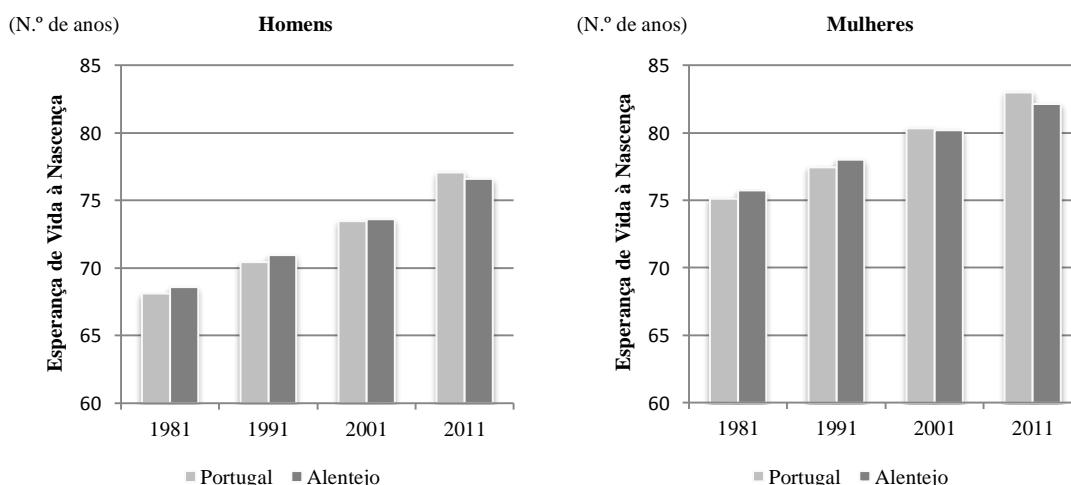
**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Tejo aumentar ligeiramente no período em análise, nas restantes sub-regiões em foco denota-se um declínio no número de habitantes por km<sup>2</sup>.



**Figura 7.3.** Densidade populacional, Alentejo NUT III (2001 e 2011)  
 Fonte: Baseado em INE (2003<sub>b</sub>, 2003<sub>c</sub> e 2012<sub>b</sub>)

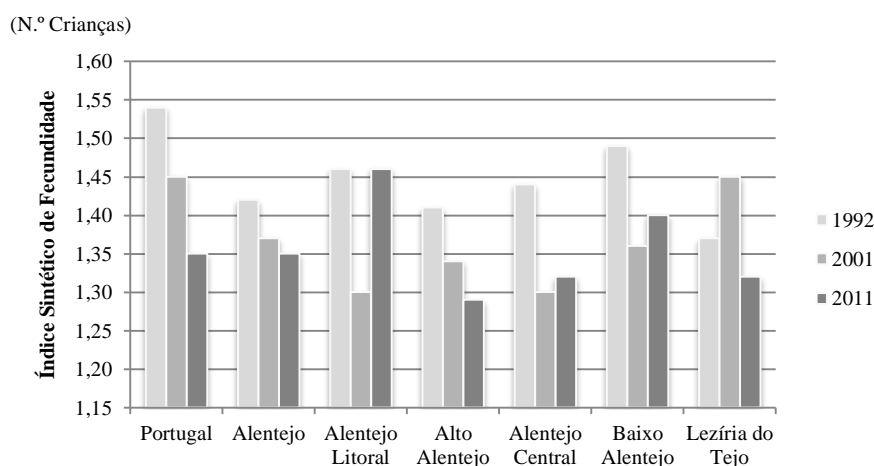
O aumento da longevidade, expressa na Figura 7.4 com a representação gráfica da Esperança de Vida à Nascimento (em número de anos) para Portugal e para a Região do Alentejo NUT II (devido à disponibilidade de dados), confirma o que foi anteriormente referido. Desde 1981 até ao recenseamento de 2011 a esperança de vida à nascença aumenta no Alentejo e em Portugal, quer para Homens quer para Mulheres, apesar destas estarem na frente.



**Figura 7.4.** Esperança de Vida à Nascimento, Alentejo NUT II (1981-2011)  
 Fonte: Baseado em INE (2013<sub>c</sub>)

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

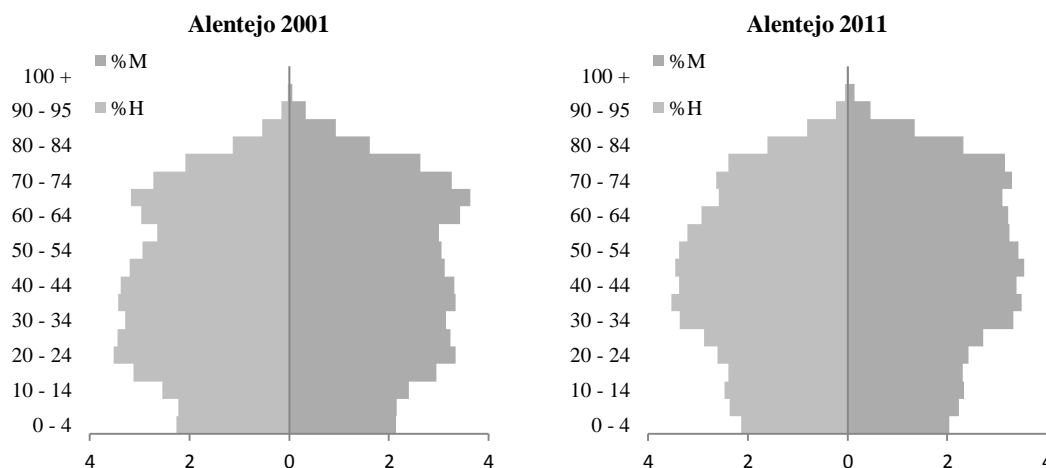
A Esperança de Vida à Nascimento é um indicador importante para monitorizar a saúde pública (uma das áreas prioritárias para a estratégia de desenvolvimento sustentável) como um fator económico ou de produtividade (INE, 2014<sub>b</sub>). Um outro indicador demográfico importante para que o fenómeno do envelhecimento seja compreendido na sua plenitude é o Índice Sintético de Fecundidade (ISF), que representa o “número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade)” (INE, 2014<sub>b</sub>, p. 481). Segundo a mesma fonte, o número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações, no que diz respeito aos países mais desenvolvidos. Na Figura 7.5 observa-se que a tendência geral é o decréscimo desta taxa, quer em Portugal, quer no Alentejo.



**Figura 7.5.** Índice Sintético de Fecundidade, Portugal e Alentejo NUT III (1992-2011)

Fonte: Baseado em INE (2013<sub>c</sub>)

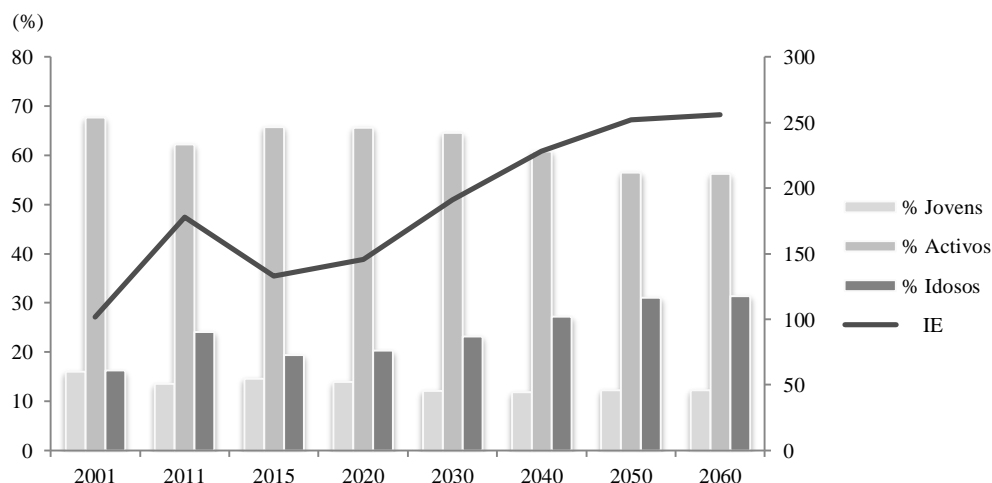
Apesar de entre 2001 e 2011 se observar um aumento do ISF nas sub-regiões do Alentejo Central, Litoral e Baixo Alentejo, nenhum dos valores registados para as regiões em análise desde 1981 permitirá a renovação das gerações anteriores, pois estes encontram-se baixo do valor mínimo considerável indispensável para que tal aconteça (>2,1 filhos/mulher). Tal como referido anteriormente, o aumento generalizado da longevidade e declínio acentuado do ISF acelera o envelhecimento populacional, tendo consequências nefastas para o desenvolvimento dos territórios a vários níveis (ex. sustentabilidade do sistema de segurança social). As pirâmides de idade, apresentadas na figura seguinte (Figura 7.6), representam o perfil demográfico da população no Alentejo por faixas etárias, em 2001 e 2011, e evidenciam que a tendência principal é o envelhecimento da população na região.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Figura 7.6.** Pirâmides de Idade, Alentejo NUT II (2001 e 2011)

Fonte: Baseado em INE (2013,)

Se no ano de 2001 já se denota uma base significativamente estreita e um topo com mais população, observa-se que em 2011 essa tendência parece já estar completamente instalada. Constatam-se que se está perante um duplo envelhecimento em que, além do topo estar a concentrar a maior proporção de residentes, a sua base vai perdendo representatividade.

A distribuição da população por grupos funcionais e índice de envelhecimento, apresentada na Figura 7.7, permite não só ter uma perspetiva mais aprofundada acerca da estrutura populacional no Alentejo, mas também observar uma análise prospetiva até 2060, de acordo com resultados do INE. Independentemente do ano em observação, constata-se que o grupo funcional de Ativos é o que mais se destaca positivamente, embora se perspetive um declínio nas próximas décadas. Apesar da percentagem de Jovens apresentar tendência inversa, a proporção de Idosos na população encontra-se a aumentar significativamente, não se perspetivando uma inversão de tendências no quadro do envelhecimento demográfico da população.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Figura 7.7.**

Distribuição da população por Grupos Funcionais e Índice de Envelhecimento, Alentejo NUT II (2001-2060)

Fonte: Baseado em INE (2013,)

A situação anteriormente descrita é capturada na sua plenitude pelo Índice de Envelhecimento (IE), que representa o número de idosos por cada 100 jovens (INE, 2014). Apesar do declínio prospetivado entre 2011 e 2015, é esperado que este valor continue a aumentar ao longo do tempo. Segundo o cenário central de projeção populacional disponibilizado pelo INE para a região Alentejo, estima-se que em 2060 existam cerca de 250 idosos por cada 100 jovens (INE, 2014).

### *ii) Indicadores de educação*

De entre os vários indicadores de educação referentes ao ano letivo 2012/13 selecionaram-se dois para fazer uma breve reflexão (ver Tabela 7.9). O número total de Alunos Matriculados no Ensino Secundário no Alentejo representa cerca de 6,3% do total nacional, refletindo as características demográficas da população residente no território. Nos concelhos de Arronches, Marvão, Monforte e Mourão não há registo de qualquer matrícula (INE, 2014<sub>b</sub>), uma vez que também já não existem escolas secundárias a funcionar. Esta dimensão reduzida da população escolar tem reflexos ao nível da gestão do parque escolar e de outro tipo de recursos básicos, que tendem a diminuir a sua oferta ou a encerrar, assim como ao nível da existência de mão-de-obra disponível e qualificada na região Alentejo a curto e médio prazo.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

**Tabela 7.9.**  
Indicadores de educação, Alentejo NUT III (ano letivo 2012/13)

	Alunos matriculados no ensino secundário	Alunos inscritos no ensino superior		
		HM	H	M
<b>PORTUGAL</b>	398 447	362 200	168 252	193 948
<b>ALENTEJO</b>	25 012	13 738	5 984	7 754
Alto Alentejo	3 750	1 745	650	1 095
Alentejo Central	5 618	6 208	2 773	3 435
Alentejo Litoral	3 101	53	22	31
Baixo Alentejo	4 534	2 355	1 019	1 336
Lezíria do Tejo	8 009	3 377	1 520	1 857

Fonte: INE (2014<sub>b</sub>)

A existência de mão-de-obra qualificada é essencial para o crescimento sustentado do turismo em qualquer destino turístico, pelo que o ensino e formação de recursos humanos (RH) também são variáveis fundamentais para o desenvolvimento do território em estudo. No Alentejo existe uma universidade e dois politécnicos a ministrar formação superior em turismo (licenciatura e mestrado), e uma escola da rede de Escolas do Turismo de Portugal a ministrar Cursos de Especialização Tecnológica (Nível V), Cursos *On The Job* (Nível IV OTJ) e Cursos de Dupla Certificação (Nível IV). Para além destas estruturas, diversas escolas secundárias também estão a oferecer cursos profissionais na área do turismo. Os recursos humanos são um fator de produção central nos processos de melhoria da qualidade e sustentabilidade da oferta turística. Atrair recursos com níveis de qualificação superior e competentes para o sector no Alentejo, assim como promover a capacitação de toda a cadeia de valor de turismo instalada para dar resposta aos desafios do turismo sustentável, é um requisito indispensável para a competitividade do destino.

### 7.5. Atividade turística no Alentejo

Na presente secção são apresentados e analisados alguns dos principais indicadores para a caracterização da oferta e da procura turística na região Alentejo NUT II e III, sempre em comparação com os dados totais para Portugal. No âmbito de alguns indicadores são apresentados dados para os anos de 2001, 2011 e 2013, com o objetivo de expor uma perspetiva evolutiva da dinâmica sectorial do turismo no Alentejo.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****7.5.1. Oferta de alojamento turístico**

Na presente secção apresentam-se, por categorias, os dados da oferta quanto ao número de estabelecimentos de alojamento turístico coletivo e respetiva capacidade de alojamento, assim como dados sobre o desempenho ambiental e responsabilidade social das unidades de alojamento.

**7.5.1.1. Hotelaria e Alojamento Local**

Considera-se oportuno apresentar de forma desagregada as diferentes tipologias associadas à oferta de alojamento, uma vez que nos últimos anos surgiram alterações legislativas que tornam a análise comparativa dos dados mais complexa. Na Tabela 7.10 pode observar-se que em 2013 o Alentejo contabiliza 207 estabelecimentos na Hotelaria e no Alojamento Local (AL), os quais representam 8,2% do total dos 2.513 estabelecimentos existentes em Portugal. A capacidade de 14.068 camas na região, medida pelo “número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar (...), sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal” (INE, 2014<sub>a</sub>, p. 186), representa 4,5% do total nacional de 313.313 camas. Os dados de 2013, quando comparados com os dados de 2011, revelam que o número de estabelecimentos no Alentejo apenas aumenta na tipologia de hotéis (passa de 60 para 79) e mantém a oferta de 8 hotéis-apartamentos.

**Tabela 7.10.**

Hotelaria e AL: Estabelecimentos e capacidade de alojamento por tipologias, Alentejo NUT II (2011 e 2013)

	PORTUGAL				ALENTEJO			
	Estab.		Camas		Estab.		Camas	
	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013
♦ Hotéis	873	1 039	160 981	173 802	60	79	5 744	6 397
♦ Apartamentos Turísticos	184	192	32 855	35 413	9	8	1 256	1 071
♦ Aldeamentos Turísticos	40	44	15 500	16 858	4	2	606	...
♦ Hotéis-Apartamentos	144	145	40 499	42 203	8	8	1 786	...
♦ Pousadas	39	35	2 583	3 230	11	9	614	747
♦ Quintas da Madeira (QM)	//	7	//	564	//	0	//	0
<sup>[1]</sup> TOTAL HOTELARIA (atual normativo)	1 280	1 462	252 418	272 070	92	106	10 006	10 900
<sup>[2]</sup> ALOJAMENTO LOCAL (AL) <sup>(1)</sup>	//	1 051	//	41 243	//	101	//	3 168
Outros Alojamentos [inclui motéis, estalagens e pensões considerados na anterior legislação + QM]	739	553	36 689	26 456	66	41	2 868	1 607
Total Hotelaria [anterior normativo, não inclui QM]	2 019	2 008	289 107	297 962	158	147	12 874	12 507
<sup>[1+2]</sup> <b>Total do Alojamento Hoteleiro &amp; AL</b>	//	<b>2 513</b>	//	<b>313 313</b>	//	<b>207</b>	//	<b>14 068</b>

Legenda: // “Não aplicável; ... “Dado confidencial”<sup>(1)</sup> “De acordo com atual legislação de alojamento turístico”

Fonte: Baseado em INE (2012<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>)



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

No que diz respeito à tipologia de estabelecimentos oferecidos no Alentejo, os dados da tabela anterior (Tabela 7.10) também evidenciam que a oferta de Hotéis domina face às restantes formas de alojamento. O AL, que é contabilizado pela primeira vez pelo INE em 2013, representa 101 estabelecimentos e imediatamente assume uma fatia considerável da oferta quantificada do mercado do alojamento, prevendo-se que, no curto prazo, ultrapasse esse valor.

Na Tabela 7.11 apresenta-se uma abordagem retrospectiva entre 2001 e 2013 no Alentejo quanto à evolução do total da oferta de alojamento. Em Portugal e na região Alentejo a TCMA é positiva em ambos os indicadores em análise, embora na região em estudo assumam valores um pouco mais expressivos.

**Tabela 7.11.**  
Hotelaria e AL: Estabelecimentos e capacidade de alojamento, Alentejo NUT III (2001/11/13)

NUT I e II	2001 <sup>(1)</sup>				2011				2001'11		2013				2011'13	
	Est.		Camas		Est.		Camas		TCMA		Est.		Camas		TCMA	
	N.º	% P	N.º	% P	N.º	% P	N.º	% P	Est.	Camas	N.º	% P	N.º	% P	Est.	Camas
<b>PORTUGAL</b>	1 781	100	228 665	100	2 019	100	289 107	100	1,3	2,4	2 513	100	313 313	100	11,6	4,1
<b>ALENTEJO</b>	116	6,5	8 088	3,5	158	7,8	12 874	4,5	3,1	4,8	207	8,2	14 068	4,5	14,5	4,5
NUT III	N.º	% A	N.º	% A	N.º	% A	N.º	% A	--	--	N.º	% A	N.º	% A	--	--
Alto Alentejo	27	23,3	1 454	18,0	33	20,9	2 274	17,7	2,0	4,6	40	19,3	2 186	15,5	10,1	-2,0
Alentejo Central	28	24,1	2 059	25,5	39	24,7	3 033	23,6	3,4	3,9	55	26,6	3 344	23,8	18,8	5,0
Alentejo Litoral	<b>34</b>	<b>29,3</b>	<b>3 008</b>	<b>37,2</b>	<b>46</b>	<b>29,1</b>	<b>4 931</b>	<b>38,3</b>	<b>3,1</b>	<b>5,1</b>	<b>60</b>	<b>29,0</b>	<b>5 504</b>	<b>39,1</b>	<b>14,2</b>	<b>5,7</b>
Baixo Alentejo	15	12,9	797	9,9	25	15,8	1 520	11,8	5,2	6,7	31	15,0	1 767	12,6	11,4	7,8
Lezíria do Tejo	12	10,3	770	9,5	15	9,5	1 116	8,7	2,3	3,8	21	10,1	1 267	9,0	18,3	6,6

Legenda: <sup>(1)</sup> Os dados de 2001 e 2011 referem-se a Hotéis, Hotéis-apartamentos, Pousadas, Apartamentos Turísticos, Aldeamentos Turísticos, Motéis, Pensões e Estalagens, mas nos dados de 2013 não estão contabilizadas as tipologias extintas [Motéis, Pensões e Estalagens]; %P “Quota da oferta face ao total de Portugal”; %A “Quota da oferta de cada sub-região NUTIII face ao total do Alentejo”

Fonte: Baseado em INE (2002, 2003<sub>a</sub>, 2003<sub>b</sub>, 2012<sub>a</sub>, 2012<sub>b</sub>, 2014<sub>a</sub> e 2014<sub>b</sub>)

Em termos de evolução da oferta de estabelecimentos ao nível sub-regional entre 2011 e 2013, o Alentejo Central é o que regista a maior TCMA 2011'13 (18,8%), seguida da Lezíria do Tejo (18,3%). Em termos da evolução da capacidade de alojamento, é no Baixo Alentejo que a TCMA 2011'13 aumenta mais (7,8%), enquanto no Alto Alentejo diminui (-2,0%). Quanto à representatividade dos dados em 2013 pelas NUT III, a região do Alentejo Litoral é a que concentra o maior número de estabelecimentos (29%) e de capacidade de alojamento (39%), enquanto a Lezíria do Tejo é a que tem menor oferta (10% de estabelecimentos e 9% de capacidade).

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Na Tabela 7.12 elencam-se os grupos hoteleiros, nacionais e internacionais, a operar no Alentejo em 2014.

**Tabela 7.12.**  
Grupos hoteleiros a operar no Alentejo (2014)

Grupo	N.º Unidades	N.º Quartos	Concelhos
Amorim Turismo	1 Hotel 5*	236	Grândola
Barata Hotels	1 Hotel 3*	83	Évora
INATEL Turismo	1 Hotel 3*	21	Castelo de Vide
M'AR de AR Hotels	2 Hotéis (5* e 4*)		Évora
NAU Hotels & Resorts	1 Hotel 5*	116	Montargil
Pestana Hotels & Resorts / Pousadas de Portugal	9 Pousadas	285	Alcácer do Sal, Alvito, Arraiolos, Évora, Beja, Crato, Estremoz, Marvão, Vila Viçosa
Sonae Turismo	3 Hotéis Apart.	506	Grândola
Vila Galé	1 Hotel 4*	81	Beja
Accor	1 Hotel 3*	87	Évora
Starwood Hotels & Resorts	1 Hotel 5*	92	Évora

Fonte: Baseado em Turismo de Portugal (2014<sub>a</sub>)

Durante o primeiro semestre de 2015 registaram-se mais alguns investimentos concretizados no Alentejo por parte de grupos hoteleiros nacionais. É o caso de mais um hotel do Grupo Vila Galé, que investe em Évora, e do Grupo Pestana, que investe em Troia. Estes grupos investidores têm o potencial de gerar mercado para a região Alentejo, pela dimensão e tradição de negócio que já assumem no panorama nacional e internacional, criando a expectativa de contribuir para o crescimento do sector turístico como um todo. O facto de estes grupos internacionais integrarem o tecido empresarial da região também é um dado importante porque não só reforça a capacidade de negociação e representatividade do sector junto das instâncias governativas, como também contribui para *exibir* a região nos circuitos comerciais da sua oferta de alojamento.

### ***i) Desempenho ambiental no alojamento***

O Turismo de Portugal, reconhecendo a importância de fazer uma análise evolutiva das potencialidades e fragilidades da oferta de alojamento no domínio ambiental, em 2015 apresenta os resultados do oitavo inquérito ao Desempenho Ambiental do Alojamento em Portugal (Turismo de Portugal, 2015<sub>a</sub>). Na Tabela 7.13 destacam-se os dados referentes ao desempenho do alojamento localizado na região Alentejo.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

**Tabela 7.13.**  
Desempenho ambiental do alojamento no Alentejo (2013)

<i>Itens</i>	Alentejo	Região c/ valor mais alto
<b>Utilização eficiente de energia</b> (compromisso assumido por 60% das unidades) <sup>(1)</sup>		
Sistemas de climatização com intensidade regulável pelo cliente	92%	Alentejo
Isolamento térmico a acústico das janelas e estanquicidade da caixilharia	82%	Norte (88%)
Equipamentos de classe A	76%	Madeira (80%)
Interruptores automáticos nos quartos acionados com cartão	60%	Madeira (80%)
Sistemas de ar condicionado eficientes (classe A)	76%	Alentejo
Sensores automáticos nas luzes dos quartos e áreas comuns	63%	Centro (69%)
Realização periódica de auditoria energética feita por técnico credenciado	38%	Madeira (57%)
Aproveitamento de energia solar para aquecimento de águas	56%	Alentejo
Sistema automático p/ desligar o ar condicionado quando janelas estão abertas	14%	Madeira (47%)
<b>Utilização eficiente da água</b> (compromisso assumido por 69% das unidades) <sup>(1)</sup>		
Autoclismos de baixo consumo de água (cargas diferenciadas)	71%	Madeira (82%)
Redutores de caudal em torneiras e chuveiros	57%	Madeira (84%)
Hóspedes são convidados a comunicar perdas de água	52%	Madeira (90%)
Temporizadores nas torneiras	27%	Madeira (49%)
Água de qualidade inferior utilizada em rega ou lavagens	31%	Madeira (55%)
<b>Gestão de resíduos (GR)</b> (compromisso assumido por 66% das unidades) <sup>(1)</sup>		
GR - Rolhas de cortiça	40%	--
GR - Material elétrico	68%	--
GR - Óleos	58%	--
GR - Toners	88%	--
GR - Pilhas	88%	--
GR - Embalagens	90%	--
GR - Papel	92%	--
GR - Vidro	96%	--
Minimizar o uso de embalagens na restauração	54%	Madeira (59%)
Reencaminhar resíduos orgânicos para compostagem	43%	Madeira (65%)
Disponibilizar nos quartos produtos recarregáveis	34%	Madeira (53%)
Disponibilizar aos hóspedes recipientes para recolha seletiva	42%	Madeira (76%)
<b>Certificações</b>		
<i>Certificação em boa gestão ambiental (GA)</i> (81% tem pelo menos uma certificação) <sup>(1)</sup>		
GA - ISO 14001	85%	--
GA - Chave Verde	15%	--
GA - ECO Hotel	15%	--
GA - EMAS II	62%	--
<i>Gestão da higiene e segurança alimentar</i>	31%	Madeira (70%)
<i>Gestão da qualidade dos produtos e serviços</i>	15%	Lisboa e Açores
<i>Construção sustentável</i>	0%	Algarve e Lisboa
<i>Gestão da segurança e saúde no trabalho</i>	0%	Algarve (5%)

Legenda: <sup>(1)</sup> Representa a percentagem das unidades estudadas que adotam esta medida

Fonte: Baseado em Turismo de Portugal (2015<sub>a</sub>)

Uma apreciação global dos indicadores revela que, no contexto da amostra de estabelecimentos da região que colaboraram neste estudo do Turismo de Portugal, uma percentagem significativa desenvolve diversas iniciativas na dimensão da sustentabilidade ambiental, particularmente manifesta no domínio da gestão de resíduos e em algumas medidas de eficiência energética. Considera-se que esta realidade reflete o facto de alguns

organismos internacionais incentivarem os agentes do sector privado a promoverem a inovação empresarial através da sua adesão a práticas ambientais mais sustentáveis. Estas, para além de contribuírem para o aumento da oferta de qualidade, também contribuem para diminuir a pressão sobre o consumo de recursos prejudiciais ao ambiente.

***ii) Responsabilidade social nos empreendimentos turísticos***

O Turismo de Portugal alude ao conceito de responsabilidade social das empresas como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (CCE, 2001, p. 7), e destaca a importância das empresas exercerem essa responsabilidade ao nível do ambiente interno e externo das suas organizações. Com base nos dados do inquérito Impacte Ambiental e Responsabilidade Social dos Empreendimentos Turismo (Turismo de Portugal, 2014<sub>b</sub> e 2015<sub>b</sub>), é possível apresentar uma breve caracterização quanto à responsabilidade social dos empreendimentos turísticos localizados no Alentejo, reportada aos anos de 2012 e 2013. As tipologias de alojamento integradas neste estudo são as seguintes: Hotel (entre 3 e 5 estrelas), Hotel-apartamento, Pousada, Aldeamento Turístico e Apartamento Turístico. Na Tabela 7.14 apresentam-se, de forma sucinta, os resultados associados aos principais indicadores.

A caracterização social dos empreendimentos turísticos estudados na região Alentejo evidencia valores de desempenho que, em comparação com outras regiões, a colocam numa posição de destaque. No âmbito dos primeiros seis itens apresentam-se dados genéricos caracterizadores da situação profissional dos recursos humanos (RH) nos estabelecimentos turísticos. O Alentejo apresenta a antiguidade média mais baixa de colaboradores nos dois anos em análise (8 anos em 2012 e 9 anos em 2013), quando a média nacional é de 10 anos em ambos os períodos. Em 2012 cerca de 40% dos colaboradores tem habilitação até ao 12.º ano e cerca de 45% dos colaboradores tem formação específica em hotelaria e turismo. No ano seguinte, em 2013, os indicadores revelam que o nível de habilitação e especialização dos RH aumentou. O facto de estes terem formação específica na área da hotelaria e turismo revela que os agentes empregadores dão importância ao recrutamento de colaboradores capacitados para trabalhar no sector.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Tabela 7.14.** Caracterização da responsabilidade social dos empreendimentos turísticos em Portugal e no Alentejo (2012 e 2013)

Itens	2012		2013			
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Região c/ valor mais alto	Região c/ valor mais baixo
Colaboradores efetivos ao serviço [Dados relativos a 31 de Julho]	72%	73%	61%	53%	Açores (78%)	Algarve (49%)
Idade média dos colaboradores	38 anos	37 anos	38 anos	36 anos	Algarve e Madeira (40a)	Açores (35a)
Antiguidade média dos colaboradores	10 anos	8 anos	10 anos	9 anos	Madeira (14a)	Alentejo
Colaboradores por nível de habilitação literária:						
Ensino básico (até 9.º Ano)	50%	38%	50%	34%	Madeira (61%)	Alentejo
Ensino secundário (até 12.º Ano)	32%	40%	31%	32%	Norte (34%)	Madeira (29%)
Ensino pós-secundário (CET)	6%	9%	6%	7%	Lisboa (10%)	Madeira e Centro (35%)
Ensino superior (Licenciatura/Mestrado)	12%	14%	13%	27%	Alentejo	Madeira (6%)
Colaboradores c/ formação específica em hotelaria e turismo	27%	45%	26%	51%	Alentejo	Algarve (18%)
Colaboradores c/ formação inicial em hotelaria e turismo face ao total de colaboradores já c/ formação específica nesta área	61%	75%	76%	61%	Alentejo	Algarve (93%)
Empreendimentos que disponibilizam informação ou formação aos colaboradores para adotarem comportamentos responsáveis:						
Responsabilidade com meio ambiente	56%	67%	--	--	Alentejo	Centro (53,4%)
Responsabilidade c/ a acessibilidade a cidadãos portadores de deficiência	19%	15%	--	--	Lisboa (26,2%)	Madeira (4,9%)
Empreendimentos c/ cuidados ambientais na aquisição de bens e serviços						
Empreendimentos c/ iniciativas de apoio à comunidade local:			49% (S)	54% (S)	Madeira 60% (S)	Norte 44% (S)
Promoção de produtos alimentares regionais	25%	33%	32%	46%	Alentejo	Madeira (15%)
Promoção de produtos regionais (ex. artesanato)	20%	33%	28%	40%	Madeira (48%)	Lisboa (8%)
Promoção património cultural	29%	38%	35%	44%	Madeira (48%)	Lisboa (28%)
Promoção património natural	24%	30%	31%	42%	Alentejo	Lisboa (20%)
Pareceria com empresas de serviços	27%	42%	35%	50%	Alentejo	Lisboa (23%)
Educação da comunidade (ex. sensibilizar para o turismo)	10%	15%	15%	20%	Madeira (29%)	Lisboa (8%)
Voluntariado envolvendo os colaboradores	15%	13%	18%	34%	Alentejo	Açores (8%)
Doações (ex. refeições ou mobília)	31%	25%	32%	36%	Madeira (52%)	Norte (24%)
Programas de turismo social	6%	07%	9%	10%	Madeira (12%)	Algarve (7%)
Empreendimentos que desenvolvem ações de apoio à conservação ou à valorização da biodiversidade local						
Fornecedores locais no total de fornecedores mais frequentes	67%	55%	60%	53%	Açores (85%)	Alentejo e Lisboa

Fonte: Baseado em Turismo de Portugal (2014<sub>b</sub> e 2015<sub>b</sub>)

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Prosseguindo a análise dos dados apresentados da Tabela 7.14, é de destacar a relevância que as unidades da região assumem nas questões relacionadas com a capacitação dos seus colaboradores para adotarem comportamentos mais responsáveis. Em 2012 cerca de 67% dos empreendimentos disponibilizam informação ou formação aos colaboradores para adotarem comportamentos responsáveis relacionados com o meio ambiente, embora apenas 15% o faça em relação à acessibilidade a cidadãos que são portadores de deficiência. Em 2012, cerca de 58% dos empreendimentos da região inquiridos no estudo referido revelam preocupações com o ambiente no processo de aquisição de bens e serviços, subindo esse valor para 80% em 2013.

No que diz respeito ao desenvolvimento de ações de apoio à conservação ou à valorização da biodiversidade local, apenas 17% dos empreendimentos nacionais o fazem, pelo que os 22% dos empreendimentos alentejanos que responderam afirmativamente assumem destaque relativo quando observados em função do desempenho das outras regiões. Os dados também revelam que o Alentejo é a região na qual os empreendimentos registam valores inferiores à média nacional quanto a contratar fornecedores locais no total de fornecedores mais frequentes, nomeadamente 55% em 2012 e 53% em 2013. Esta situação revela claramente a importância que a adoção de uma estratégia de governança poderá ter a prazo para que os diferentes agentes passem a colaborar. Se forem dinamizadas redes, a proporção dos produtos que será fornecida pelos locais para utilização na indústria turística tenderá a aumentar, com benefícios claros não só a nível social mas também económico, e contribuirá para um aumento do efeito multiplicador da atividade turística. No contexto da dinamização de diversas iniciativas de apoio à comunidade local, os empreendimentos da região Alentejo revelam maior comprometimento com a realização de parcerias com empresas de serviços e com a promoção património cultural, e menor envolvimento nas iniciativas relacionadas com programas de turismo social, voluntariado envolvendo os colaboradores e educação da comunidade.

**7.5.1.2. Turismo de Habitação e de Turismo no Espaço Rural**

Em 2013, a oferta conjunta de empreendimentos de TH e TER no Alentejo assume representatividade face ao conjunto de todas as NUT II nacionais, no que diz respeito ao número relativo de estabelecimentos (22%) e de camas (25%). Neste contexto, o Alentejo

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

é a segunda região nacional com maior volume de capacidade de alojamento: Norte (37,0%); Alentejo (25,0%); Centro (17,9%); Açores (6,7%); Algarve (5,4%); Madeira (4,4%); e Lisboa (3,5%) (INE, 2014<sub>a</sub>).

Na década de 2000, tal como se pode observar na Tabela 7.15, regista-se um crescimento da oferta de TER e TH quanto ao número de estabelecimentos e capacidade de alojamento em Portugal e no Alentejo, embora a região assuma valores mais expressivos. Contudo, o ritmo significativo de crescimento da oferta inverte-se entre 2011 e 2013, registando uma TCMA 2011´13 negativa quanto ao número de estabelecimentos oferecidos em Portugal (-16,1%) e no Alentejo (-7,8%). No que diz respeito à oferta de camas, em Portugal regista-se uma TCMA 11´13 negativa (-2,3%) enquanto no Alentejo é positiva (4,2%).

**Tabela 7.15.**

TER e TH: Estabelecimentos e capacidade de alojamento, Alentejo NUT III (2001/11/13)

	2001				2011				2001´11		2013				2011´13	
	Establ.		Camas		Establ.		Camas		TCMA		Establ.		Camas		TCMA	
<i>NUT I e II</i>	N.º	% P	N.º	% P	N.º	% P	N.º	% P	Establ.	Camas	N.º	% P	N.º	% P	Establ.	Camas
<b>PORTUGAL</b>	685	100	6 476	100	1 182	100	13 495	100	5,6	7,6	832	100	12 874	100,0	-16,1	-2,3
<b>ALENTEJO</b>	107	15,6	1 065	16,4	214	18,1	2 962	21,9	7,2	10,8	182	21,9	3 216	25,0	-7,8	4,2
<i>NUT III</i>	N.º	% A	N.º	% A	N.º	% A	N.º	% A	--	--	N.º	% A	N.º	% A	--	--
Alto Alentejo	31	29,0	335	31,5	63	29,4	731	24,7	7,3	8,1	53	29,1	803	25,0	-8,3	4,8
Alentejo Central	39	36,4	345	32,4	72	33,6	865	29,2	6,3	9,6	49	26,9	920	28,6	-17,5	3,1
Alentejo Litoral	6	5,6	60	5,6	23	10,7	407	13,7	14,4	21,1	36	19,8	771	24,0	25,1	37,6
Baixo Alentejo	15	14,0	176	16,5	40	18,7	773	26,1	10,3	15,9	32	17,6	572	17,8	-10,6	-14,0
Lezíria do Tejo	16	15,0	149	14,0	16	7,5	186	6,3	0,0	2,2	12	6,6	150	4,7	-13,4	-10,2

Legenda: %P “Quota da oferta face ao total de Portugal”; %A “Quota da oferta de cada sub-região NUT III face ao total do Alentejo”

Fonte: Baseado em DGT (2002) e INE (2003<sub>a</sub>, 2003<sub>b</sub>, 2012<sub>a</sub>, 2012<sub>b</sub>, 2014<sub>a</sub> e 2014<sub>b</sub>)

Os dados desagregados por NUT III referentes a 2013 (Tabela 7.15) revelam que a oferta de unidades TER e TH é mais expressiva no Alto Alentejo (53 unidades e 803 camas) e no Alentejo Central (49 unidades e 920 camas). No entanto, a TCMA 2011´13 da oferta evidencia que o ritmo de crescimento desacelerou de forma significativa em todas as sub-regiões, se se comparar com os valores referentes à TCMA 2001´11. A sub-região da Lezíria do Tejo também não revela muita apetência no investimento neste segmento de alojamento.

No que diz respeito à variação dos dados da oferta nas diferentes modalidades existentes, apresentados na tabela seguinte (Tabela 7.16), observam-se ritmos de crescimento desiguais quando se compara o comportamento da região com o nível nacional e entre as diferentes categorias.



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Tabela 7.16.**

TER e TH: Estabelecimentos e capacidade de alojamento por modalidades, Alentejo NUT II (2001/11/13)

Modalidade	NUT I e II	2001		2011		TCMA 01'11		2013		TCMA 2011'13	
		Establ.	Camas	Establ.	Camas	Establ.	Camas	Establ.	Camas	Establ.	Camas
		N.º				%		N.º		%	
Total	Portugal	685	6 476	1 182	13 495	5,6	7,6	832	12 874	-16,1	-2,3
	<b>Alentejo</b>	<b>107</b>	<b>1 065</b>	<b>214</b>	<b>2 962</b>	7,2	10,8	<b>182</b>	<b>3 216</b>	<b>-7,8</b>	<b>4,2</b>
Turismo Habitação	Portugal	228	2 371	237	3 004	0,4	2,4	176	2 595	-13,8	-7,1
	<b>Alentejo</b>	<b>21</b>	<b>123</b>	<b>23</b>	<b>463</b>	0,9	14,2	<b>27</b>	<b>352</b>	<b>8,3</b>	<b>-12,8</b>
Agro- Turismo	Portugal	122	1 386	142	1 841	1,5	2,9	110	1 834	-12,0	-0,2
	<b>Alentejo</b>	<b>40</b>	<b>385</b>	<b>48</b>	<b>596</b>	1,8	4,5	<b>36</b>	<b>638</b>	<b>-13,4</b>	<b>3,5</b>
Casa Campo	Portugal	51	340	337	2 447	20,8	21,8	393	4 796	8,0	40,0
	<b>Alentejo</b>	<b>8</b>	<b>93</b>	<b>59</b>	<b>553</b>	22,1	19,5	<b>87</b>	<b>1 285</b>	<b>21,4</b>	<b>52,4</b>
Hotel Rural	Portugal	-	-	43	1 614	-	-	55	2 001	13,1	11,3
	<b>Alentejo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>520</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>665</b>	<b>8,7</b>	<b>13,1</b>
Turismo Aldeia	Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Alentejo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Turismo Rural	Portugal	284	2 379	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Alentejo</b>	<b>38</b>	<b>303</b>	<b>71</b>	<b>781</b>	6,5	9,9	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros <sup>(2)</sup>	Portugal	-	-	423	4 589	-	-	98	1 648	-51,9	-40,1
	<b>Alentejo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>276</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Legenda: <sup>(1)</sup> O valor total de 1.065 camas não corresponde ao somatório do número de camas por tipologia porque os valores da NUT III Lezíria do Tejo não estão incluídos; <sup>(2)</sup> Inclui as modalidades Turismo Rural e Turismo de Aldeia (estabelecimentos ainda não reconvertidos) e outros similares.

Fonte: Baseado em DGT (2002) e INE (2003<sub>b</sub>, 2012<sub>b</sub> e 2014<sub>b</sub>)

As unidades de alojamento TH e TER são maioritariamente exploradas por empresas de pequena dimensão, pelo que é importante trabalharem com parceiros na oferta de produtos integrados. Devido às características do seu produto, devem evidenciar mais preocupações ambientais e sociais pelo que, ao utilizarem recursos locais, devem contribuir de forma sustentada para o desenvolvimento económico dos territórios.

O PROT do Alentejo (PCM, 2010) considera que o TER e o TH “assumem grande expressão, não propriamente pela capacidade de alojamento (reduzida em número) mas pelo carácter disseminado por todo o território alentejano, pela interação que estabelecem com outras atividades económicas do espaço rural e pela diminuta transformação do território e da paisagem que a sua implantação provoca, em estreita relação com as características do espaço rural” (p. 4372-(46)). Acrescenta que estas modalidades “assumem um papel transversal e complementar à simples tipologia de alojamento e aos produtos turísticos estratégicos propostos no PENT” (p. 4372-(46)).



### 7.5.1.3. Parques de Campismo

Os dados disponíveis quanto ao número de estabelecimentos existentes e à capacidade de alojamento nos parques de campismo (PC), medida em função do “número máximo de campistas que os parques de campismo podem alojar, tendo em conta a área útil destinada a cada campista” (INE, 2014<sub>a</sub>, p. 186), apresentam-se na Tabela 7.17.

**Tabela 7.17.**

PC: Estabelecimentos e capacidade de alojamento, Alentejo NUT II (2001/11/13)

	2001		2011		2001'11 TCMA		2013		2011'13 TCMA	
	Estab.	Cap.	Estab.	Cap.	Estab.	Cap.	Estab.	Cap.	Estab.	Cap.
<i>NUT II</i>	N.º				%		N.º		%	
Continente	200	250 976	231	187 275	1,5	-2,9	231	182 400	0,0	-1,3
<b>Alentejo</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>35</b>	<b>23 895</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>38</b>	<b>25 885</b>	<b>4,2</b>	<b>4,1</b>

Legenda: n.d. “Não disponível”

Fonte: Baseado em INE (2002<sub>a</sub>, 2012<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>) e Turismo de Portugal (2015)

Na Tabela 7.17 observa-se que o número e capacidade de PC no Alentejo registam uma TCMA 2011'13 superior à do Continente. Em 2013 na região Alentejo NUT II contabilizam-se 38 parques, traduzindo uma capacidade para 25.885 utentes/dia. O valor global da capacidade de alojamento nesta modalidade supera qualquer uma das tipologias abordadas anteriormente (Hotelaria e AL [Tabela 7.11] e TER e TH [Tabela 7.15]), quer consideradas individualmente ou em conjunto. Para uma análise um pouco mais detalhada, sobre a dispersão da oferta de PC no Alentejo, seria desejável utilizar os valores desagregados ao nível da NUT III tal como se fez para as tipologias anteriores. Contudo, tanto quanto foi possível apurar durante a fase de recolha dos dados, nem o INE nem o Turismo de Portugal disponibilizam essa informação.

### 7.5.2. Procura no alojamento turístico

Nesta secção a procura turística é medida recorrendo a dados que quantificam o número de dormidas e de hóspedes (procura física), a origem dos turistas e local de destino ao nível da NUT II e III (procura geográfica) e, também, os dados económicos de desempenho para as principais categorias de alojamento abordadas nas secções anteriores.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****7.5.2.1. Hotelaria e Alojamento Local**

Na Tabela 7.18 apresentam-se os dados dos hóspedes e dormidas em 2011 e 2013 referentes à Hotelaria e AL, embora para esta última tipologia só se apresentem os dados de 2013 porque é quando são pela primeira vez publicados INE.

**Tabela 7.18.**  
Hotelaria e AL: Hóspedes e dormidas, Alentejo NUT III (2011 e 2013)

NUT I e II	Hotelaria				AL	
	Hóspedes		Dormidas		Hóspedes	Dormidas
	N.º					
	2011	<sup>(2)</sup> 2013	2011	2013	2013	
<b>PORTUGAL</b>	13 992 774	13 301 503	39 440 287	39 178 980	1 583 954	3 609 587
<b>ALENTEJO</b>	<sup>(1)</sup> 718 370	593 350	<sup>(3)</sup> 1 243 652	1 039 392	109 724	191 706
<i>NUT III</i>						
Alto Alentejo	132 505	93 092	189 742	143 836	11 954	18 481
Alentejo Central	<b>270 659</b>	<b>236 448</b>	<b>411 336</b>	<b>368 299</b>	<b>34 419</b>	54 496
Alentejo Litoral	157 569	137 518	376 595	324 081	29 009	<b>57 097</b>
Baixo Alentejo	96 961	74 492	167 212	123 444	24 076	45 394
Lezíria do Tejo	60 676	51 800	98 767	79 732	10 266	16 238

Legenda: <sup>(1)</sup> Inclui o valor de 126.967 hóspedes em Motéis, Estalagens e Pensões; <sup>(2)</sup> Atual enquadramento legislativo; <sup>(3)</sup> Inclui o valor de 216.415 dormidas em Motéis, Estalagens e Pensões

Fonte: Baseado em INE (2012<sub>a</sub>, 2012<sub>b</sub>, 2014<sub>a</sub> e 2014<sub>b</sub>)

O Alentejo Central é a sub-região que regista maior procura de turistas na Hotelaria, em termos de hóspedes e dormidas, apesar da oferta de alojamento ser mais expressiva no Alentejo Litoral [ver Tabela 7.11]. É de salientar que juntos, o Alentejo Central e Litoral atingem uma quota de mercado de cerca de 66,6% de dormidas em 2013, respetivamente com 35,4% e 31,2%. A Lezíria do Tejo é a sub-região com menor procura (7,7% dormidas), refletindo o facto de também ser a menos dinâmica em termos de oferta de serviços em análise. No que diz respeito à procura no AL, o Alentejo Litoral, apesar de não registar o maior número de hóspedes, regista o maior número de dormidas. Esta realidade relaciona-se com o facto de a estada média ser maior no Alentejo Litoral (1,97 noites) do que no Alentejo Central (1,58 noites) (INE, 2013<sub>b</sub>). Segundo a mesma fonte, o mesmo se verifica com a taxa de ocupação-cama (líquida) e com os proveitos de aposento.

Na Tabela 7.19 é possível observar as dormidas na Hotelaria repartidas pelos mercados emissores. Ao longo de todo o período em análise o mercado nacional prevalece face ao mercado internacional, embora gradualmente o mercado internacional esteja a ganhar mais quota.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Tabela 7.19.**

Hotelaria: Dormidas por país de residência habitual, Alentejo NUT II (2001/11/13)

NUT I e II	2001 <sup>(1)</sup>		2011		2001'11 TCMA	2013		2011'13 TCMA
	N.º	% P	N.º	% P		N.º	% P	
<b>PORTUGAL</b>	33 562 591	100	39 440 287	100,0	1,6	39 178 980	100,0	-0,3
<b>ALENTEJO</b>	975 007	2,9	1 243 652	3,2	2,5	1 039 392	2,7	-8,6
<i>Mercado</i>	<b>N.º</b>	<b>%A</b>	<b>N.º</b>	<b>%A</b>	--	<b>N.º</b>	<b>%A</b>	--
Nacional	731 195	75	913 753	73,5	2,3	699 014	67,3	-12,5
Internacional	243 812	25	329 899	26,5	3,1	340 378	32,7	1,6
<i>Mercado Internacional - País de residência</i>	<b>N.º</b>	<b>%I</b>	<b>N.º</b>	<b>%I</b>	--	<b>N.º</b>	<b>%I</b>	--
Espanha	40 480	16,6	87 545	26,5	8,0	71 593	21,0	-9,6
França	26 399	10,8	33 358	10,1	2,4	44 754	13,1	15,8
Brasil	7 541	3,1	23 624	7,2	12,1	34 247	10,1	20,4
Alemanha	39 002	16,0	27 075	8,2	-3,6	27 799	8,2	1,3
Reino Unido	21 011	8,6	25 166	7,6	1,8	24 501	7,2	-1,3
E.U.A.	22 348	9,2	15 824	4,8	-3,4	18 632	5,5	8,5
Países Baixos	16 084	6,6	23 068	7,0	3,7	16 586	4,9	-15,2
Bélgica	7 281	3,0	13 057	4,0	6,0	11 238	3,3	-7,2
Itália	18 517	7,6	16 014	4,9	-1,4	10 916	3,2	-17,4
Canadá	6 065	2,5	5 913	1,8	-0,3	8 116	2,4	17,2
Outros	39 084	16,0	59 255	18,0	4,2	71 996	21,2	10,2
<i>Mercado Internacional - Continente</i>	<b>N.º</b>	<b>% C</b>	<b>N.º</b>	<b>% C</b>	--	<b>N.º</b>	<b>% C</b>	--
Europa	179 577	73,7	265 457	80,5	4,0	257 007	75,5	-1,6
América	22 348	9,2	48 477	14,7	8,1	63 720	18,7	14,6
Ásia	n.d.	--	7 786	2,4	--	11 675	3,4	22,5
África	n.d.	--	2 573	0,8	--	4 287	1,3	29,1
Oceânia / n.e.	n.d.	--	5 606	1,7	--	3 689	1,1	-18,9

Legenda: <sup>(1)</sup> O total de 975.007 dormidas não corresponde à soma das partes do Mercado Internacional por Continente em virtude de não estarem publicados dados de todos os países (INE, 2002<sub>b</sub>), registando-se um diferencial de 41.887 dormidas; %P “Quota das dormidas face ao total de Portugal”; %A “Quota das dormidas face ao total do Alentejo”; %I “Quota de cada país emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo”; %C “Quota de cada continente emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo; n.d. “dado não disponível”; n.e. “Não especificado”

Fonte: Baseado em INE (2003<sub>b</sub>, 2012<sub>a</sub>, 2012<sub>b</sub>, 2014<sub>a</sub> e 2014<sub>b</sub>)

Quanto aos mercados emissores internacionais, analisados segundo o país de residência dos turistas, em 2013 os cinco principais são a Espanha (21%), França (13,1%), Brasil (10,1%), Alemanha (8,2%) e Reino Unido (7,2%). Contudo, nos últimos anos, entre estes, os mercados espanhol e inglês têm vindo a perder quota. Em termos de comportamento dos mercados segundo o continente de origem, a análise da TCMA 2011'13 revela que apesar de a Europa continuar a ser, distintamente, a principal zona emissora, há um aumento de turistas oriundos de países da Ásia (22,5%) e de África (29,1%).

Na Tabela 7.20 apresentam-se os dados referentes ao AL, quanto às dormidas registadas no Alentejo por país de residência habitual do turista.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Tabela 7.20.**

AL: Dormidas por país de residência habitual, Alentejo NUT II (2013)

	Hóspedes		Dormidas	
	N.º	% P	N.º	% P
<b>PORTUGAL</b>	1 583 954	100,0	3 609 587	100,0
<b>ALENTEJO</b>	109 724	6,9	191 706	5,3
<i>Mercado</i>	<b>N.º</b>	<b>% A</b>	<b>N.º</b>	<b>% A</b>
Nacional	94 970	86,6	164 098	85,6
Internacional	14 754	13,4	27 608	14,4
<i>Mercado Internacional - País de residência</i>	<b>N.º</b>	<b>% I</b>	<b>N.º</b>	<b>% I</b>
Espanha	3 606	24,4	6 943	25,1
Países Baixos	916	6,2	3 096	11,2
França	1 935	13,1	2 954	10,7
Alemanha	1 438	9,7	2 627	9,5
Reino Unido	905	6,1	1 559	5,6
Itália	721	4,9	1 158	4,2
EUA	606	4,1	1 114	4,0
Bélgica	468	3,2	894	3,2
Canadá	455	3,1	887	3,2
Brasil	580	3,9	797	2,9
Outros	3 124	21,2	5 579	20,2
<i>Mercado Internacional - Continente</i>	<b>N.º</b>	<b>% C</b>	<b>N.º</b>	<b>% C</b>
Europa	12 093	82,0	22 597	81,8
América	1 749	11,9	2 942	10,7
Ásia	559	3,8	1 166	4,2
Oceânia / n.e.	270	1,8	777	2,8
África	83	0,6	126	0,5

Legenda: %P “Quota das dormidas face ao total de Portugal”; %A “Quota das dormidas de face ao total do Alentejo”; %I “Quota de cada país emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo”; %C “Quota de cada continente emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo; n.e. “Não especificado”

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>a</sub> e 2014<sub>b</sub>)

Em 2013 o peso das dormidas do mercado nacional no AL (85,6%) é ainda mais expressivo que na Hotelaria (67,3%) [ver Tabela 7.19]. No que diz respeito aos mercados emissores, os cinco principais são a Espanha (25,1%), Países Baixos (11,2%), França (10,7%), Alemanha (9,5%) e Reino Unido (5,6%). Observa-se que há afinidade entre este grupo de mercados emissores para o AL e o grupo anteriormente referido para a Hotelaria.

### 7.5.2.2. Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural

Relativamente às dormidas do TER e TH no Alentejo, na Tabela 7.21. apresentam-se dados que expressam a dimensão da procura turística em 2001, 2011 e 2013. Não são apresentados dados por sub-regiões NUT III para 2001 e 2011, como era desejável, uma vez que para estes anos não se identificaram dados oficiais publicados.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Um dado a salientar na Tabela 7.21 é o facto do TER e TH no Alentejo representar de 24,9% do total de dormidas a nível nacional. Apenas é superado pela região Norte, que regista 30,3% dormidas (INE, 2014<sub>a</sub>). Em termos da dispersão da procura do TER e TH no território em estudo, tal como se apresenta, é no Alentejo Litoral que se regista um maior número de dormidas (33,8%). Contudo, os dados do INE revelam que a sub-região que regista um maior número de hóspedes é o Alentejo Central (INE, 2014<sub>a</sub>). Esta situação pode justificar-se, em parte, com o facto de ser uma das regiões de eleição para gozo de períodos mais longos de férias, devido ao produto de sol e mar. Esta situação reflecte-se em valores mais favoráveis de estada-média (2,42 noites), taxa de ocupação-cama (24,66%) e nos proveitos de aposento (1611 milhares de euros). A Lezíria do Tejo destaca-se por revelar, de forma muito significativa, pouca capacidade atrativa.

**Tabela 7.21.**  
TER e TH: Dormidas, Alentejo NUT II (2001-2013)

NUT I e II	2001 <sup>(1)</sup>		2011		2001'11 TCMA	2013		2011'13 TCMA
	N.º	%P	N.º	%P		N.º	%P	
<b>PORTUGAL</b>	424 627	100,0	948 700	100,0	8,4	744 584	100,0	-11,4
<b>ALENTEJO</b>	52 167	12,3	216 000	22,8	15,3	185 595	24,9	-7,3
NUT III	N.º	%A	N.º	%A	--	N.º	%A	--
Alto Alentejo	n.d.	--	n.d.	--	--	40 690	21,9	--
Alentejo Central	n.d.	--	n.d.	--	--	47 704	25,7	--
Alentejo Litoral	n.d.	--	n.d.	--	--	<b>62 666</b>	33,8	--
Baixo Alentejo	n.d.	--	n.d.	--	--	28 925	15,6	--
Lezíria do Tejo	n.d.	--	n.d.	--	--	5 610	3,0	--

Legenda: <sup>(1)</sup> Os dados apresentados não integram os valores referentes à NUT III Lezíria do Tejo; %P “Quota das dormidas face ao total de Portugal”; %A “Quota das dormidas de cada sub-região NUT III face ao total do Alentejo”; n.d. “Não disponível”

Fonte: Dados baseados em DGT (2002) e INE (2014<sub>b</sub>)

Quanto à repartição do número total de dormidas no Alentejo por tipologias, em 2013 as mais frequentadas são, por ordem decrescente de importância, as seguintes: Casas de Campo (82.657); Hotel Rural (43.930); Agro-turismo (30.701); Outros TER, os quais incluem Turismo Rural e Turismo de Aldeia (15.941); e TH (12.366) (INE, 2014<sub>a</sub>). Segundo a mesma fonte, qualquer uma destas tipologias é substancialmente mais frequentada por residentes do que por não-residentes fazendo depender o negócio, por esta razão, do comportamento do mercado nacional. Na Tabela 7.22 apresentam-se os dados da procura, medida pelo número de dormidas. Na região Alentejo o principal mercado é o doméstico, quer em 2001, representando cerca de 74%, quer em 2013, representando cerca de 72%.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****Tabela 7.22.**

TER e TH: Dormidas por país de residência, Alentejo NUT II (2001/11/13)

<i>NUT I e II</i>	<b>2001</b>		<b>2011</b>		<b>2013</b>		TCMA 2001/13
	N.º	% P	N.º	% P	N.º	% P	
<b>PORTUGAL</b>	424 627	100,0	948 700	100,0	744 584	100,0	4,8
<b>ALENTEJO</b>	52 167	12,3	216 000	22,8	185 595	24,9	11,2
<i>Mercado</i>	N.º	% A	N.º	% A	N.º	% A	--
<b>Nacional</b>	38 404	73,6	n.d.	--	132 695	71,5	10,9
<b>Internacional</b>	13 763	26,4	n.d.	--	52 900	28,5	11,9
<i>Mercado Internacional – País de residência</i>	N.º	% I	N.º	% I	N.º	% I	--
Alemanha	5 426	39,4	n.d.	--	13 722	25,9	8,0
Países Baixos	457	3,3	n.d.	--	8 313	15,7	27,3
Espanha	1 787	13,0	n.d.	--	7 291	13,8	12,4
Reino Unido	463	3,4	n.d.	--	5 031	9,5	22,0
França	2 199	16,0	n.d.	--	4 773	9,0	6,7
Bélgica	n.d.	--	n.d.	--	3 213	6,1	--
E.U.A.	146	1,1	n.d.	--	950	1,8	16,9
Itália	n.d.	--	n.d.	--	774	1,5	--
Dinamarca	n.d.	--	n.d.	--	739	1,4	--
Brasil	108	0,8	n.d.	--	672	1,3	16,5
Outros	3 177	23,1	n.d.	--	7 422	14,0	7,3
<i>Mercado internacional - Continente</i>	N.º	% C	N.º	% C	N.º	% C	--
Europa	n.d.	--	n.d.	--	48934	92,5	--
América	n.d.	--	n.d.	--	2343	4,4	--
Ásia	n.d.	--	n.d.	--	711	1,3	--
Oceânia / n.e.	n.d.	--	n.d.	--	711	1,3	--
África	n.d.	--	n.d.	--	201	0,4	--

Legenda: %P “Quota das dormidas face ao total de Portugal”; %A “Quota das dormidas face ao total do Alentejo”; %I “Quota de cada país emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo”; %C “Quota de cada continente emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo”; n.d. “dado não disponível”; n.e. “Não especificado”

Fonte: Baseado em DGT (2002), INE (2014<sub>a</sub>) e Turismo de Portugal (2015<sub>c</sub>)

A TCMA 2001/13 das dormidas em Portugal é de 4,8%, enquanto no Alentejo é de 11,2%, embora se verifique na Tabela 7.22 que entre 2011 e 2013 há uma diminuição no ritmo de crescimento das dormidas face aos níveis médios da procura na década de 2000. Esta característica reflete, em parte, a variação do número de estabelecimentos de TH e TER oferecido no período temporal em análise.

A procura no TER e TH, medida pelo número de dormidas, tal como se apresenta na Tabela 7.22, destaca os mercados mais importantes. Em 2013, em termos de mercado internacional, analisado segundo o país de residência dos turistas, os seis mercados principais são, por ordem decrescente de dormidas, os seguintes: Alemanha (25,9%); Países Baixos (15,7%); Espanha (13,8%); Reino Unido (9,5%); e França (9%). Também se salienta o facto de cerca de 93% das dormidas provirem de hóspedes do próprio continente europeu, sendo que os seis principais mercados estão integrados na União Europeia. A

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

região da América, o segundo maior continente emissor, representa apenas 4,4% das dormidas do total de não-residentes.

O mercado espanhol, mais uma vez, revela a importância destacada que tem tido no desenvolvimento do turismo no Alentejo em todos os anos em análise. Relativamente a outros mercados emissores no *rank* dos mais importantes, verifica-se que há alterações positivas a destacar entre 2001 e 2013, nomeadamente quanto aos Países Baixos e ao Reino Unido, os quais aumentaram o número de dormidas.

As modalidades de TH e TER são, por definição do próprio conceito, as que mais se devem relacionar com os recursos endógenos. Por isso, estão muito dependentes dos fatores de contexto para desenvolver e explorar o conceito de negócio que se quer próprio para estas modalidades. No entanto, também estes agentes económicos devem contribuir para a valorização e exploração sustentada dos recursos de base local. Os esforços empreendidos num contexto de parcerias, fundamentos num contexto de governança, poderão incentivar a adesão dos agentes a melhores práticas ambientais e sociais que valorizem o seu negócio em particular e a região como um todo integrado.

**7.5.2.3. Parques de Campismo**

Na Tabela 7.23 os dados em análise sobre os PC revelam que a atividade apresenta resultados consecutivos crescentes ao nível do Alentejo, não acompanhando o decréscimo que se regista ao nível nacional. Quanto ao ritmo de crescimento da procura, e tal como já foi referido para outras modalidades, não há sintonia quando se compara o nível de desempenho de Portugal com a região Alentejo.

**Tabela 7.23.**  
PC: Campistas e dormidas, Alentejo NUT II (2001/11/13)

	Campistas		Dormidas	
	PORTUGAL	ALENTEJO	PORTUGAL	ALENTEJO
<b>2001<sup>(1)</sup></b>	1 462 689	<b>210 504</b>	6 533 509	<b>738 152</b>
<b>2011</b>	1 613 842	<b>229 781</b>	6 434 399	<b>856 803</b>
<b>2013</b>	1 608 132	<b>292 133</b>	5 611 886	<b>891 713</b>

Legenda: <sup>(1)</sup> Não inclui dados da NUT III Lezíria do Tejo

Fonte: Baseado em INE (2002<sub>a</sub>, 2012<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>)

No Alentejo, o número de campistas residentes em Portugal representa sempre uma quota de mercado substancialmente superior à dos não-residentes: dos 210.504 campistas em 2001, 162.894 são residentes (77,4%) e 47.610 não-residentes (22,6%); dos 229.781



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

campistas em 2011, 185.566 são residentes (80,8%) e 44.215 não-residentes (19,2%); e dos 292.133 campistas em 2013, 230.889 são residentes (79,0%) e 61.244 não-residentes (21,0%) (INE, 2002<sub>a</sub>, 2012<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>).

Em termos de dormidas, e de acordo com os dados da Tabela 7.24, nos últimos dois anos a quota dos residentes regista uma TCMA 2011'13 quase nula enquanto a de não-residentes regista 15%. Também se pode verificar que o número de dormidas nos PC do Alentejo igualmente regista um aumento consecutivo nos três anos em análise, ao contrário do que se verifica ao nível global do país, que regista uma TCMA 2011'13 de -6,6%.

**Tabela 7.24.**

PC: Dormidas por país residência habitual, Alentejo NUT II (2001/11/13)

NUT I e II	<sup>(1)</sup> 2001		2011		2001'11	2013		2011'13
	N.º	% P	N.º	% P	TCMA	N.º	% P	TCMA
<b>PORTUGAL</b>	6 533 509	100,0	6 434 399	100,0	-0,2	5 611 886	100,0	-6,6
<b>ALENTEJO</b>	<b>738 152</b>	11,3	<b>856 803</b>	13,3	1,5	<b>891 713</b>	15,9	2,0
<i>Mercado</i>	N.º	% A	N.º	% A	--	N.º	% A	--
<b>Nacional</b>	638 306	86,5	747 459	87,2	1,6	747 052	83,8	0,0
<b>Internacional</b>	99 846	13,5	109 344	12,8	0,9	144 661	16,2	15,0
<i>Mercado internacional</i>								
<i>-País de residência</i>	N.º	% I	N.º	% I	--	N.º	% I	--
Países Baixos	19 700	19,7	21 463	19,6	0,9	31 035	21,5	20,2
França	20 955	21,0	20 807	19,0	-0,1	25 921	17,9	11,6
Espanha	12 508	12,5	20 951	19,2	5,3	24 706	17,1	8,6
Alemanha	18 231	18,3	14 651	13,4	-2,2	20 362	14,1	17,9
Reino Unido	8 413	8,4	14 468	13,2	5,6	18 136	12,5	12,0
Bélgica	4 913	4,9	3 550	3,2	-3,2	5 287	3,7	22,0
Finlândia	1 510	1,5	1 020	0,9	-3,8	2 604	1,8	59,8
Itália	2 945	2,9	2 546	2,3	-1,4	2 151	1,5	-8,1
Dinamarca	649	0,7	893	0,8	3,2	996	0,7	5,6
Irlanda	18	0,0	1 112	1,0	51,0	991	0,7	-5,6
Outros	10 004	10,0	7 883	7,2	-2,4	12 472	8,6	25,8
<i>Mercado internacional</i>								
<i>- Continente</i>	N.º	% C	N.º	% C	--	N.º	% C	--
Europa	92 873	93,0	106 826	97,7	1,4	140 654	97,2	14,7
América	262	0,3	1 265	1,2	17,1	2 350	1,6	36,3
Oceânia / n.e.	6 711	6,7	789	0,7	-19,3	950	0,7	9,7
África	n.d.	--	236	0,2	--	535	0,4	50,6
Ásia	n.d.	--	228	0,2	--	172	0,1	-13,1

Legenda: <sup>(1)</sup> Não incluem dados da NUT III Lezíria do Tejo; %P “Quota das dormidas face ao total de Portugal”; %A “Quota das dormidas face ao total do Alentejo”; %I “Quota de cada país emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo”; %C “Quota de cada continente emissor face ao total do mercado internacional no Alentejo”; n.d. “dados não disponíveis; n.e. “Não especificado”

Fonte: Baseado em INE (2002<sub>a</sub>, 2012<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>)

Quanto à TCMA 2011'13, à exceção da Itália (-8,1%) e da Irlanda (-5,6%), todos os mercados emissores registam um aumento de dormidas, destacando-se a Finlândia (59,8%), a Bélgica (22,0%) e os Países Baixos (20,2%). Também se destaca o facto de



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

cerca de 97% dos campistas provirem do próprio continente europeu, refletindo o facto dos cinco principais mercados estarem integrados no espaço da União Europeia. O registo das dormidas de campistas ao longo dos meses do ano, desagregadas para o Alentejo NUT II e III, não é divulgado pelo INE, pelo que não lhe é feita referência nas Tabelas 7.26 e 7.27.

**7.5.2.4. Estada média dos hóspedes**

O indicador da estada média permite analisar a “relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência, na perspectiva da oferta” (INE, 2014<sub>a</sub>, p. 188). Na Tabela 7.25 apresenta-se a estada média referente aos anos de 2011 e 2013. No Alentejo, em 2013 a estada média dos turistas residentes no estrangeiro é superior à dos residentes em Portugal em todas as modalidades em análise, exceto nos PC. Destaca-se o facto de na Hotelaria se registar um aumento da estada média entre 2011 e 2013 de 1,70 para 1,75 dias.

**Tabela 7.25.**  
Hotelaria, TER/TH e AL: Estada média (2011 e 2013)

<i>NUT I e II</i>	<b>Hotelaria</b>		<b>TER e TH</b>		<b>AL</b>		<b>PC</b>	
	2011 <sup>(1)</sup>	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013
<b>PORTUGAL</b>	2,80	<b>2,95</b>	n.d.	2,30	n.d.	2,28	<b>3,99</b>	3,49
<b>ALENTEJO</b>	1,70	<b>1,75</b>	n.d.	2,07	n.d.	1,75	<b>3,73</b>	3,05
<i>Mercado no Alentejo</i>								
Nacional	1,70	<b>1,72</b>	n.d.	1,92	n.d.	1,73	<b>4,03</b>	3,24
Internacional	1,80	<b>1,83</b>	n.d.	2,59	n.d.	1,87	<b>2,47</b>	2,36
<i>Mercado internacional</i>								
<i>- País residência</i>								
Espanha	<b>1,90</b>	1,86	n.d.	1,98	n.d.	1,93	<b>2,31</b>	2,08
França	1,70	<b>1,90</b>	n.d.	2,15	n.d.	1,53	1,84	<b>1,93</b>
Alemanha	<b>1,80</b>	1,73	n.d.	<b>3,69</b>	n.d.	1,83	<b>2,59</b>	2,27
Brasil	1,60	<b>1,74</b>	n.d.	1,52	n.d.	1,37	<b>2,04</b>	1,65
Reino Unido	<b>2,30</b>	<b>2,00</b>	n.d.	2,30	n.d.	1,72	<b>3,62</b>	3,13
Países Baixos	<b>2,30</b>	1,72	n.d.	3,58	n.d.	<b>3,38</b>	<b>3,29</b>	3,24
EUA	1,50	<b>1,66</b>	n.d.	2,01	n.d.	1,84	<b>1,65</b>	1,31
Bélgica	<b>2,10</b>	1,98	n.d.	2,61	n.d.	1,91	2,49	<b>2,49</b>
Itália	<b>1,60</b>	1,52	n.d.	1,59	n.d.	1,61	<b>1,68</b>	1,64
Canadá	1,40	<b>1,49</b>	n.d.	1,41	n.d.	1,95	<b>1,90</b>	1,81
<i>Mercado internacional</i>								
<i>Continente</i>								
Europa	1,90	1,90	n.d.	2,66	n.d.	1,87	2,48	2,39
África	2,40	2,71	n.d.	2,36	n.d.	1,52	2,03	2,20
América	1,50	1,67	n.d.	1,72	n.d.	1,68	1,93	1,59
Ásia	1,50	1,33	n.d.	2,57	n.d.	2,09	1,93	1,31
Oceânica / n.e.	1,60	1,62	n.d.	2,26	n.d.	2,88	2,35	1,58

Legenda: <sup>(1)</sup>“Inclui Motéis, Estalagens e Pensões” (INE, 2012<sub>a</sub>, p. 108); n.d. “Dados não disponíveis”; n.e. “Não especificado”

Fonte: Baseado em INE (2013<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>)

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Em 2013, entre os empreendimentos turísticos do Alentejo em estudo, os PC são os que apresentam a estada média mais elevada (3,05 noites), seguidos pelo TH e TER (2,07 noites) e Hotelaria e AL, ambos registando 1,75 noites. De acordo com os dados da Tabela 7.25, e alguns dados do INE associados a mercados que não estão entre os 10 identificados na referida tabela, apresenta-se uma análise por tipologia de empreendimentos para 2013.

No âmbito do TER e do TH, os turistas da Alemanha (3,69 noites) e dos Países Baixos (3,58 noites) são os que em média pernoitam por mais tempo, enquanto os turistas do Canadá (1,41 noites) e da República Checa (1,34 noites) são os que pernoitam por menos tempo. Uma análise mais detalhada por tipologias no Alentejo revela que a modalidade de Casas de Campo é a que regista a estada média mais elevada, para ambos os mercados de residentes (2,05 noites) e não residentes em Portugal (3,62 noites) (INE, 2014<sub>a</sub>). Por sua vez, é a modalidade de Hotéis Rurais que regista a estada média mais baixa para os residentes (1,71 noites), enquanto para os não-residentes é o TH (2,44 noites) (INE, 2014<sub>a</sub>).

Na Hotelaria, os mercados que registam a estada média mais elevada são Angola (3,70 noites) e Suécia (3,11 noites), enquanto os que registam o valor mais baixo são a China (1,16 noites) e o Canadá (1,49 noites) (INE, 2014<sub>a</sub>). No âmbito do AL, os Países Baixos (3,38 noites) e a China (6,54 noites) apresentam os valores mais altos para o indicador em análise, enquanto o Japão (1,26 noites) e o Brasil (1,37 noites) apresentam os valores mais baixos (INE, 2014<sub>a</sub>).

No total dos Alojamentos Turísticos a nível nacional, o Alentejo é a segunda região portuguesa com a estada média mais baixa (1,78 noites), a seguir à Região Norte (1,76 noites) (INE, 2014<sub>a</sub>). Quanto ao TER e TH, o Alentejo também é a segunda região portuguesa com a estada média mais baixa (2,07 noites), seguido da Região Norte (1,96 noites) (INE, 2014<sub>a</sub>). Segundo a mesma fonte, e no âmbito do AL, o Alentejo é a terceira região com a estada média mais baixa (1,75 noites), seguido da Região Norte (1,60 noites) e Região Centro (1,61 noites). Os dados sugerem que é necessário implementar na Região uma estratégia de governança que possa contribuir para um aumento da estada média dos turistas, o que poderá trazer benefícios em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social, cultural e ecológica), devido ao seu efeito multiplicador.

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo****7.5.2.5. Taxa líquida de ocupação-cama**

Por tipologia de alojamento [Hotelaria, AL, TER e TH], na Tabela 7.26 pode observar-se os dados referentes à taxa líquida de ocupação-cama, que contabiliza os “valores resultantes da atividade dos meios de alojamento turístico: aposento, restauração e outros decorrentes da própria atividade (aluguer de salas, lavandaria, tabacaria, telefone, entre outros)” (INE, 2014<sub>a</sub>, p. 190).

**Tabela 7.26.**

Alojamento Coletivo: Taxa líquida de ocupação-cama, Alentejo NUT II (2001/11/13)

	<i>NUT I e II</i>	Ano	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
HOTELARIA	Portugal	2001	41,7	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
		2011	40,0	20,6	26,2	31,9	42,0	41,0	45,7	57,7	66,2	51,1	40,0	24,3	21,6	
		2013	42,6	20,7	27,0	34,5	37,2	45,6	51,6	59,3	70,4	56,3	42,7	27,7	24,1	
	Alentejo	2001 <sup>(1)</sup>	33,4	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
		2011	27,5	<b>17,7</b>	<b>21,8</b>	<b>24,0</b>	<b>28,2</b>	25,8	29,9	35,5	49,5	32,4	<b>25,7</b>	16,6	<b>17,4</b>	
		2013	27,9	13,0	16,4	22,6	25,0	<b>29,1</b>	<b>32,7</b>	<b>36,7</b>	<b>54,6</b>	<b>35,9</b>	25,2	<b>19,9</b>	17,0	
TH e TER	Portugal	2001	18,2	5,8	11,3	10,4	20,4	15,8	22,7	26,3	41,4	21,7	16,9	10,9	10,6	
		2011	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
		2013	18,9	7,4	10,6	13,8	14,4	16,5	20,0	26,6	40,0	23,7	15,9	11,2	10,8	
	Alentejo	2001 <sup>(1)</sup>	15,3	3,6	8,2	8,4	23,7	14,5	14,9	23,6	40,9	17,5	<b>17,3</b>	<b>12,0</b>	6,8	
		2011	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
		2013	17,8	<b>5,9</b>	<b>8,7</b>	<b>13,3</b>	<b>14,1</b>	<b>15,6</b>	<b>21,8</b>	<b>24,8</b>	<b>40,9</b>	<b>23,0</b>	13,4	10,6	<b>9,2</b>	
AL	Portugal	2013	26,4	15,1	18,2	21,4	23,6	28,6	29,4	33,4	40,6	33,1	27,1	20,0	18,2	
	Alentejo		17,2	10,0	12,5	14,0	16,7	18,5	18,7	22,7	25,7	21,5	16,6	15,7	12,5	

Legenda: <sup>(1)</sup> Não inclui dados da Lezíria do Tejo; nd “Dados não disponíveis”

Fonte: Baseado em DGT (2002) e INE (2002<sub>a</sub>, 2012<sub>a</sub> e 2014<sub>a</sub>)

Os dados apresentados na Tabela 7.26 evidenciam que, em praticamente todos os meses e para todas as modalidades, a taxa de ocupação-cama no Alentejo é inferior à média nacional. Uma boa governança para o turismo sustentável poderá tornar o destino mais atrativo, captar mais visitantes e aumentar a taxa de ocupação-cama, proporcionando mais benefícios económicos e sociais para a região. Nesta breve perspetiva evolutiva, entre 2001 e 2013, observa-se que os índices mensais de ocupação melhoraram em alguns meses da época baixa (ex. Janeiro, Março), com mais incidência no TH e TER. Também seria oportuno cruzar esta informação com os índices de ocupação por modalidades, mas não há dados disponíveis para 2013.

#### **7.5.2.6. Sazonalidade no destino turístico**

A sazonalidade é a desigual distribuição temporal dos movimentos da procura turística ao longo do ano e pode ser medida recorrendo ao número de hóspedes ou dormidas no alojamento. É tida como uma característica do sector turístico, comum a todos os destinos, e pode justificar-se por motivos naturais (ex. condições climáticas) e/ou institucionais (ex. período de férias escolares) (Daniel & Rodrigues, 2010; Neves, Cruz & Correia, 2008). A nível nacional e regional a afluência de turistas às diferentes formas de alojamento ao longo dos meses regista valores díspares, tal como se apresenta na Tabela 7.27.

Sendo a sazonalidade um fator transversal em termos sectoriais e territoriais, a análise seguinte assenta nas dormidas ao nível dos cinco principais mercados emissores para os diversos alojamentos, mas apenas para o ano de 2013 devido à densidade dos dados.

Na análise mensal, em termos globais verifica-se um aumento gradual das dormidas entre janeiro e agosto, e a partir de setembro e/ou outubro a descida é igualmente gradual. Conforme se pode ainda verificar na tabela seguinte, para ambos os mercados nacional e estrangeiro o mês que regista maior procura em todas as três modalidades de alojamento em análise é agosto. No sentido oposto, dezembro e janeiro são os meses de menor procura por parte de todos os mercados, com exceção do francês e brasileiro, na hotelaria, e espanhol, no AL.

## Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo

Tabela 7.27.

Alojamento Coletivo: Taxa de sazonalidade por país de residência, Alentejo, (2013)

NUT I e II	N.º	Dormidas												TS <sup>(1)</sup> (%)
		Jan	Fev.	Mar	Abr	Mai.	Jun.	Jul.	Ago	Set	Out.	Nov	Dez	
<b>HOTELARIA (%)</b>														
<b>ALENTEJO</b>	1 039 392	<b>3,6</b>	4,1	6,7	7,2	8,8	10,2	11,9	<b>17,8</b>	11,2	7,8	5,6	5,1	40,9
<b>Portugal</b>	699 014	<b>3,8</b>	4,4	7,0	7,0	7,6	10,7	11,9	<b>18,8</b>	10,4	6,9	5,9	5,6	41,4
<b>Estrangeiro</b>	340 378	<b>3,2</b>	3,7	5,9	7,7	11,3	9,3	11,9	<b>15,7</b>	12,7	9,6	5,1	3,9	40,3
<i>País residência</i>														
Espanha	71 593	<b>3,1</b>	3,9	7,9	5,3	7,4	6,8	13,3	<b>24,0</b>	9,7	6,6	6,1	6,0	47,0
França	44 754	1,7	<b>1,6</b>	2,9	9,1	16,3	8,1	12,1	<b>25,8</b>	12,3	5,4	3,3	<b>1,6</b>	<b>54,4</b>
Brasil	34 247	4,4	<b>4,4</b>	5,0	8,2	11,9	10,9	9,4	7,2	11,2	<b>13,2</b>	8,2	5,9	36,0
Alemanha	27 799	5,9	3,1	8,2	8,7	13,3	9,8	10,2	9,9	15,6	9,8	3,0	<b>2,5</b>	39,2
Reino Unido	24 501	4,6	3,4	5,1	8,7	11,0	11,2	9,6	11,3	<b>17,6</b>	10,9	4,2	<b>2,6</b>	40,1
Outros	137 484	<b>2,8</b>	4,2	5,8	8,1	11,3	10,1	12,5	12,1	<b>13,2</b>	11,4	4,9	3,6	--
<b>TH e TER (%)</b>														
<b>ALENTEJO</b>	185 595	<b>2,0</b>	2,9	5,6	6,0	7,8	10,9	13,3	<b>22,9</b>	12,2	7,2	4,8	4,3	48,4
<b>Portugal</b>	132 695	<b>2,4</b>	3,2	6,0	5,7	6,9	11,2	12,7	<b>23,1</b>	12,0	6,3	5,5	5,1	47,8
<b>Estrangeiro</b>	52 900	<b>1,2</b>	2,3	4,6	6,7	10,0	10,1	15,0	<b>22,5</b>	12,6	9,5	3,2	2,3	50,1
<i>País residência</i>														
Alemanha	13 722	<b>0,3</b>	0,5	2,9	7,0	9,5	12,9	15,6	<b>17,6</b>	16,1	14,3	2,9	0,4	49,3
Países Baixos	8 313	<b>0,7</b>	0,8	4,7	7,2	15,9	11,7	16,2	<b>17,6</b>	11,3	9,8	2,0	2,2	45,4
Espanha	7 291	<b>2,1</b>	2,9	7,2	3,7	7,3	6,2	13,1	<b>31,4</b>	7,8	5,8	5,3	7,1	52,4
Reino Unido	5 031	<b>0,4</b>	5,7	3,7	7,7	10,5	11,1	14,8	15,3	<b>16,1</b>	8,8	3,7	2,0	46,3
França	4 773	<b>1,2</b>	2,3	2,4	4,5	6,8	5,2	11,2	<b>47,4</b>	8,2	4,9	3,3	2,6	<b>66,7</b>
Outros	13 770	2,1	3,5	6,0	8,1	9,1	9,9	16,1	<b>19,6</b>	12,7	8,3	2,8	<b>1,9</b>	--
<b>ALOJAMENTO LOCAL (%)</b>														
<b>ALENTEJO</b>	191 706	<b>4,8</b>	5,3	6,7	7,7	9,1	9,2	11,6	<b>13,1</b>	10,5	8,3	7,5	6,2	35,3
<b>Portugal</b>	164 098	<b>5,0</b>	5,5	6,8	7,7	9,1	9,3	11,4	<b>12,8</b>	10,3	8,3	7,5	6,3	34,5
<b>Estrangeiro</b>	27 608	<b>3,7</b>	4,1	5,9	7,7	9,6	8,7	12,9	<b>14,8</b>	11,9	7,9	7,4	5,4	39,6
<i>País residência</i>														
Espanha	6 943	5,0	<b>4,2</b>	7,3	7,5	8,9	8,5	11,8	<b>16,9</b>	9,6	5,2	7,4	7,7	38,3
Países Baixos	3 096	3,2	5,7	3,6	5,6	13,6	9,6	<b>20,5</b>	16,4	8,3	6,1	<b>2,7</b>	4,5	<b>50,5</b>
França	2 954	<b>2,0</b>	2,7	3,3	8,1	11,0	9,1	13,7	<b>20,8</b>	14,0	9,0	4,1	2,2	48,6
Alemanha	2 627	4,0	3,1	5,6	6,2	10,4	9,8	14,7	11,1	<b>19,9</b>	10,0	4,1	<b>1,1</b>	45,7
Reino Unido	1 559	<b>3,7</b>	4,8	6,4	10,5	9,3	10,2	8,4	6,2	<b>14,5</b>	8,4	13,4	4,3	38,4
Outros	10 429	<b>3,5</b>	4,2	6,4	8,4	8,3	7,8	11,4	<b>13,4</b>	11,6	9,3	9,5	6,2	--

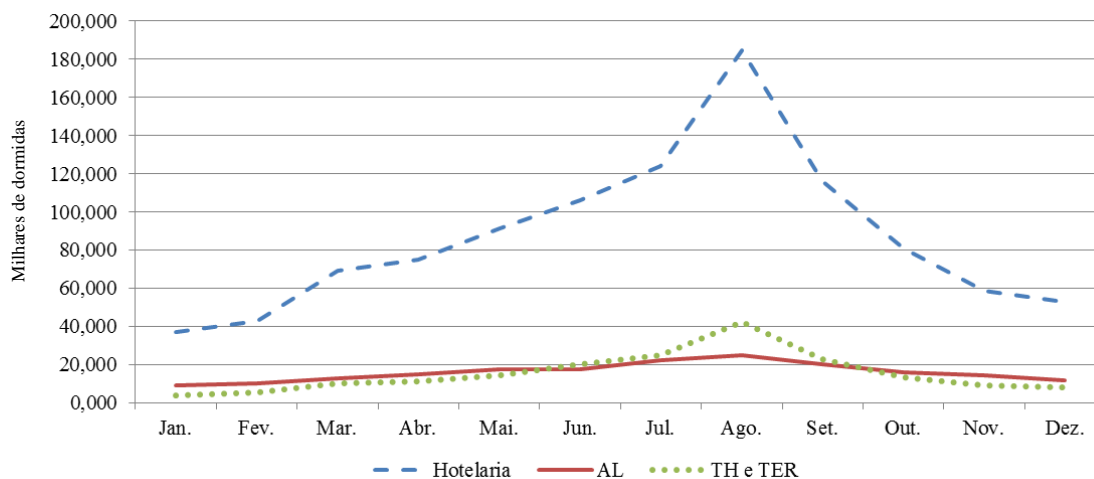
Legenda: <sup>(1)</sup> TS "Taxa de sazonalidade", que resulta do somatório dos valores referentes às dormidas nos três meses de maior procura, dividido pelo número total de dormidas anual.

Fonte: Baseado em INE (2014<sub>a</sub>)

Em todas as modalidades de alojamento observa-se uma elevada concentração da procura na época estival, com particular incidência no mês de agosto, sendo claramente a época preferida de todos os mercados emissores para visitar o destino. Os valores da Taxa de Sazonalidade (TS), apresentados na Tabela 7.27, indicam que em apenas três meses do ano concentra-se um elevado valor de dormidas em quase todos os seis mercados emissores referidos. Mas, no conjunto das três modalidades em análise, observa-se que é nos empreendimentos de TH e TER que a distribuição sazonal é mais acentuada. A TS das dormidas dos residentes é de 47,8% no TH e TER, o que significa que quase metade das

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

suas dormidas ocorrem no verão. No contexto global em análise, a distribuição sazonal da procura mais favorável é atribuída ao mercado brasileiro (TS=36,0%) na Hotelaria, enquanto a menos favorável é conferida ao mercado francês (TS=66,7%) no TH e TER. A TS varia consoante os mercados emissores identificados e os meses de maior concentração nem sempre são os mesmos para todos eles, o que contribui para o desagramento da taxa. A Figura 7.8 representa a curva da sazonalidade das dormidas no Alentejo NUT II.



**Figura 7.8.** Hotelaria, AL e TER/TH: Sazonalidade das dormidas, Alentejo (2013)

Fonte: Baseado em INE (2014)

Uma vez que a sazonalidade é uma característica não eliminável, mas atenuável, face aos parâmetros que justificam o comportamento da procura (Matias, 2007), no caso do destino turístico Alentejo os diversos indicadores analisados apontam para a necessidade dos agentes desenvolverem e/ou promoverem mais e diversificados atrativos na época baixa que sejam compatíveis com as necessidades da procura e, desta forma, melhorar os índices mensais de ocupação nos meses de época baixa e os níveis de rentabilidade.

Considera-se que fomentar um contexto da governança para o turismo sustentável no destino teria benefícios ao nível do aumento da sua competitividade e da sua capacidade de atratividade. Num cenário de governança que permitisse alinhar a estratégia de desenvolvimento do destino Alentejo com as recomendações feitas pelas organizações internacionais poderia ser uma forma de trazer inovação ao destino e fomentar novas práticas de produção e consumo. Num território em que o turismo é tido como um sector capaz de fomentar dinâmicas noutros sectores, espera-se que os agentes responsáveis políticos pelo desenvolvimento atuem como forças mobilizadoras através de metodologias adequadas que valorizem o esforço coletivo.

## **7.6. Estrutura institucional turística da Região Alentejo**

Um dos pilares da abordagem da governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável num destino turístico é a participação dos diferentes agentes, tal como já se refletiu nos Capítulos 3, 4 e 5. As organizações e/ou estruturas turísticas existentes no destino em estudo são, por essa razão, tidas em conta neste contexto de análise. Na região Alentejo, as estruturas públicas com influência direta no domínio do desenvolvimento do turismo são o Instituto do Turismo de Portugal e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo. Estas duas instituições atuam exclusivamente no domínio do sector turístico, embora o primeiro exerça a sua atuação em todo o território nacional e o segundo apenas na área territorial que abrange a totalidade dos 58 municípios da região Alentejo NUT II. A este breve conjunto de instituições públicas, acrescem ainda outras com um papel importante no desenvolvimento do turismo, como o sector privado e a sociedade civil, que assumem compromissos e deveres no desenvolvimento do turismo sustentável, mas num contexto de intervenção organizacional próprio. Considerando que esta tese foca a governança dos destinos turísticos e que esta alude à participação de todos os agentes que, direta e/ou indiretamente, têm interesse no desenvolvimento do turismo sustentável, nesta subsecção são apresentadas as instituições do sector público e sociedade civil que, de forma mais visível, contribuem para o desenvolvimento do destino regional Alentejo.

### **7.6.1. Estruturas de âmbito nacional**

#### *i) Turismo de Portugal, I.P.*

A nível nacional, o Instituto do Turismo de Portugal, I.P., abreviadamente designado nesta tese por Turismo de Portugal, é a única autoridade turística nacional responsável pelo desenvolvimento do turismo, assumindo como desígnio torná-lo um dos motores da economia nacional (Turismo de Portugal, 2014). No ano em que a primeira abordagem empírica desta tese foi desenvolvida, em 2011, o Turismo de Portugal estava integrado no Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, atual Ministério da Economia [Junho 2015], mas a sua missão mantém-se nos mesmos termos, nomeadamente:

o apoio ao investimento no setor do turismo, a qualificação e desenvolvimento das infraestruturas turísticas, a coordenação da promoção interna e externa de Portugal como destino turístico e o desenvolvimento da formação de recursos humanos do setor, bem como a regulação e fiscalização dos jogos de fortuna e azar (Ministério da Economia e da Inovação, 2007, p. 2694; Ministério da Economia e do Emprego, 2012, p. 3105).



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

As atribuições do Turismo de Portugal repartem-se, sumariamente, pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, assumindo todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura (Ministério da Economia e da Inovação, 2007). As diversas atribuições que assume são extensíveis a todo o território nacional, incluindo a região turística Alentejo, razão pela qual foi incluído na população em estudo nos Capítulos 8 e 9.

*Compromisso político do Turismo de Portugal no contexto da governança e do turismo sustentável*

A estratégia nacional de turismo está assumida no Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT). Aprovado em 2007 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril, o PENT é revisto em 2013 para o horizonte temporal 2013-2015, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril. Neste contexto de política sectorial, destacam-se duas linhas de atuação que assentam, em parte, na retórica da OCDE (OECD, 2012 e 2014) para promover a governança no turismo. Uma delas diz respeito ao facto do Turismo de Portugal promover a auscultação de diversos agentes do sector público, sector privado e sociedade civil: agentes privados e públicos, incluindo entidades regionais de turismo, autarquias, associações sectoriais, empresários de toda a cadeia de valor ou instituições de ensino, entre outros contributos. A segunda relaciona-se com a criação de um mecanismo que pretende promover uma abordagem ao nível de todas as administrações. Nomeadamente é criada a Comissão de Orientação Estratégica para o Turismo (COET), com o objetivo de garantir a coordenação das várias políticas públicas que interferem com o turismo, devido ao seu carácter transversal, permitindo assim estabelecer uma estratégia concertada e um desenvolvimento sustentável. A COET é presidida pelo Primeiro-Ministro e composta pelo membro do governo responsável pela área do turismo, pelos restantes membros do governo cujas competências sectoriais têm influência direta ou indireta na área do turismo.

O Turismo de Portugal assume desde 2013 o Compromisso para a Sustentabilidade, quer a nível interno organizacional, quer ao nível externo através do incentivo à sustentabilidade da atividade turística nacional, no contexto do cumprimento das responsabilidades que estatutariamente lhe estão atribuídas (Turismo de Portugal, 2013<sub>a</sub>). Entre 2008 e 2011 edita o Relatório de Sustentabilidade com o objetivo de “contribuir para a definição de objetivos e planos de ação concretos e para uma gestão cada vez mais rigorosa e consciente dos



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

recursos e dos impactos da actividade turística”. Neste Relatório apresenta o seu desempenho em termos económico, social e ambiental e a performance do sector do turismo. No que diz respeito aos desafios do sector, o Relatório aborda questões como capacitação para a sustentabilidade, gestão da sazonalidade, qualificação, impacto ambiental e social. Numa das secções anteriores deste Capítulo 7, a região Alentejo foi retratada neste contexto.

Um último breve apontamento é dirigido para os relatórios sobre o Desempenho Ambiental do Alojamento em Portugal: Boas Práticas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, baseado num inquérito de boas práticas. Têm por objetivo “divulgar informação sobre a disseminação das boas práticas ambientais por parte do sector hoteleiro assim como sensibilizar os empresários para as vantagens decorrentes da diminuição dos impactos ambientais gerados pela atividade, quer no plano da gestão (redução de custos), quer em termos de posicionamento no mercado (imagem de empresa ambientalmente responsável)” (Turismo de Portugal, 2005, p. 4). Na secção anterior também foram apresentados os resultados deste inquérito que dizem respeito às empresas que oferecem alojamento na Região Alentejo.

*ii) Confederações e associações sectoriais do turismo*

Em Portugal a Confederação do Turismo Português (CTP) é, desde 1995, o organismo de cúpula do associativismo empresarial do sector em estudo, unindo a totalidade das associações empresariais da atividade turística. Tem por missão principal “assegurar a coesão e unidade interna dos agentes económicos do Turismo e pugnar pelo desenvolvimento da atividade económica do Turismo. Também contribui para a definição da política de Turismo, intervém no tratamento de matérias globais e intersectoriais, atuando sempre com uma postura supletiva das iniciativas dos seus associados” (CTP, 2014), entre outros. Destaca-se que a CTP integra o Conselho Económico e Social, órgão constitucional de consulta e concertação no domínio económico e social, e é membro da OMT. Segundo a OCDE (OECD, 2012 e 2014) as confederações são tidas como o principal interlocutor entre entidades governativas e o sector turístico privado.

No âmbito da atuação das associações sectoriais do turismo em Portugal, através da página oficial do Turismo de Portugal identificou-se a existência de quase quarenta, mas nesta tese optou-se por descrever apenas a Associação Portuguesa das Agências de Viagens e

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Turismo (APAVT), a Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) e a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) porque são as que há mais tempo influenciam o desenvolvimento do setor em Portugal e porque têm demonstrado, no plano nacional e internacional, um leque muito diversificado de iniciativas. Além disso, também fazem atualmente parte da Assembleia Geral da ERTA, pelo que estas três associações também foram incluídas na população do estudo desenvolvido no Capítulo 9.

A APVAT, fundada em 1950, tem por objetivo defender os direitos e interesses do seu sector de atividade e assume um papel fundamental no desenvolvimento do turismo nacional, incentivando a discussão de ideias entre os seus associados, apresentando propostas em vários domínios, antecipando as mudanças do mercado e orientando os seus associados sectoriais para os desafios que lhe são colocados (APAVT, 2014). A AHP tem as suas raízes em 1910, e atualmente foca a sua ação no negócio e futuro dos seus associados, orientada para a inovação, o conhecimento e o mercado (AHP, 2015). Segundo a mesma fonte, é de salientar que desenvolve iniciativas de responsabilidade social e ambiental (ex. Selos de Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental) para distinguir as empresas hoteleiras. A AHRESP, que cria as suas raízes em 1896, visa representar as empresas do sector e defender os direitos e legítimos interesses das empresas nela associadas, nomeadamente da restauração e bebidas, do alojamento, dos espaços de animação turística, da organização de eventos, dos casinos, bingos e outros espaços de jogo, da indústria/comércio alimentar e de bebidas entre outros (AHRESP, 2014).

### **7.6.2. Estruturas de âmbito regional**

*i) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)*

A CCDR Alentejo é um serviço periférico da Presidência do Conselho de Ministro que tem por missão “assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação” (Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 167-A/2013, de 31 de dezembro, p. 7056-(346)). De acordo com o Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, o Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR Alentejo é o “órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central, à escala da região” (p. 6035), mas nas áreas que assume intervir não é feita qualquer alusão

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

ao turismo, tal como é, por exemplo, para a saúde, cultura ou desporto. Deste modo, na sua composição não estão integrados representantes de organismos que diretamente tenham responsabilidade sobre o turismo; a sua representação é feita através do Ministério da Economia. O Conselho Regional é o “órgão consultivo da CCDR, representativo dos vários interesses e entidades relevantes para a prossecução dos seus fins” (Artigo 7.º), onde têm assento os mais representativos agentes do desenvolvimento sustentável ao nível local e regional, no âmbito do qual estão incluídas as entidades Confederação do Turismo Português, Associação Nacional das Entidades Regionais de Turismo e representante da entidade regional de turismo. Também na região do Alentejo a CCDR-A tem promovido a elaboração de documentos estratégicos que influenciam de forma significativa o turismo.

*Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)*

No âmbito das iniciativas de planeamento de base territorial, a CCDR Alentejo apresenta o PROTA, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, em 2 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro. O PROTA “(...) define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local (...)” (p. 2965). O PROTA, para além de acolher as orientações estratégicas territoriais para o Alentejo incorporadas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), também incluem muitas outras orientações resultantes de um vasto conjunto de estratégias e programas nacionais de âmbito sectorial, entre os quais faz referência ao PENT. Entre muitas outras considerações, faz referência a nove grandes Desafios que se colocam ao território da Região no futuro próximo e, precisamente, o sexto é “implementar um modelo de turismo sustentável” (p. 4372-(17)). O PROTA alude à expansão da atividade turística como fator incrementador do processo de urbanização e destaca a implementação das medidas consagradas no PENT, com especial referência ao território da albufeira de Alqueva e do litoral alentejano. Também refere que o turismo “assume-se como uma actividade económica de importância crescente a nível regional, sendo um sector em que a Região pode crescer significativamente no futuro próximo” (p. 4372-(25)).

No contexto das Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT), a atividade turística surge referenciada em diversos Eixos Estratégicos, mas assume particular destaque no Eixo

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Estratégico III – Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional. No âmbito das OEBT III.4 assume-se como objetivo estratégico “consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região” (p. 4372-(27)). As várias componentes do Modelo Territorial estabelecido no PROTA visam traduzir a “emergência de uma nova realidade territorial”, assente numa forte integração territorial entre as estruturas ambientais e agroflorestais e as estruturas urbano-económicas (p. 4372-31)). A atividade turística está particularmente referenciada no Subsistema de Desenvolvimento Turístico, incluído no Sistema das Atividades Agroflorestais.

*Turismo 2020*

Num quadro mais global, o turismo relaciona-se com as políticas-chave da União Europeia (2020 e Coesão) e que tem o potencial de contribuir para o alcance dos objetivos da Estratégia Europa 2020 (Santos, 2012). No que concerne ao racional estratégico regional de especialização inteligente a cadeia de valor do turismo enquadra-se no domínio Património, Indústrias Culturais Criativas e Serviços do Turismo (CCDR-Alentejo, 2013; ERTA, 2013; Turismo de Portugal, 2015<sub>d</sub>). Segundo estas fontes, o património cultural surge em múltiplas dimensões distinguido pelos agentes, como pilar essencial na criação de serviços turísticos capazes de contribuir para a dinamização da economia regional, assim como para o desenvolvimento da inovação empresarial no âmbito das indústrias criativas e tecnológicas em conjugação com os produtos endógenos.

*ii) Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERTA)*

As entidades regionais de turismo nacionais, consideradas pessoas coletivas públicas de natureza associativa, são estruturas que funcionam na dependência do Ministério da Economia e têm como prioridade o desenvolvimento global do turismo nas suas áreas geográficas de atuação. Têm com a missão “a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, bem como a gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional, de acordo com as orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais da Administração Central e dos municípios que as integram” (Decreto-Lei n.º 12/2014, de 22 de janeiro, p. 466). A área regional de turismo de intervenção da ERTA/R

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

corresponde a toda a área abrangida pela NUT II Alentejo, tal como refere a Lei n.º 33/2913, de 16 de maio. Nos termos do diploma referido, a participação do Estado, da administração local e entidades privadas com interesse no desenvolvimento e valorização turística da área territorial do Alentejo está garantida nos seus estatutos. O órgão representativo das entidades participantes na ERTA/R é a Assembleia Geral. Tal como as suas congéneres, a ERTA/R não consegue, individualmente, promover e operacionalizar com eficácia os objetivos do desenvolvimento do turismo sustentável nos seus destinos porque isso envolve a participação assertiva de muitos e diversificados agentes nos processos a ele associados, seja a nível interno e externo do destino, assim como o desenvolvimento de um conjunto muito diversificado de iniciativas. Nesse sentido, nos últimos anos a ERTA/R tem dinamizado diversos projetos e iniciativas, entre os quais se destacam os citados na Tabela 7.28.

**Tabela 7.28.**

ERTA: Iniciativas e projetos para o destino turístico Alentejo (exemplos)

<b>Planos</b>
Plano Estratégico para o Turismo Cinegético no Alentejo e no Ribatejo
Plano Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo e Ribatejo
Plano Operacional para o Turismo Sol e Mar no Alentejo Litoral
Plano Operacional de Suporte ao Desenvolvimento e Dinamização do Produto "Património da Humanidade" no Alentejo
Plano Operacional para o Turismo Equestre no Alentejo e Ribatejo
Plano Estratégico para o <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico no Alentejo e Ribatejo
<b>Projetos</b>
Alentejo Bom Gosto para a certificação dos restaurantes da região e a criação de roteiros eno-gastronómicos
Animação e Dinamização do Património Cultural Imaterial do Alentejo e do Ribatejo
<b>Documentos estratégicos</b>
Alentejo 2014-2020: Visão, Prioridades Estratégicas e Eixos de Intervenção
Estratégia Plurianual 2015 e seguintes

Fonte: ERTA (2015)

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

No horizonte 2020, a estratégia da Entidade Regional de Turismo defende duas ideias-chave para desenvolver as prioridades para o turismo no Alentejo:

ALENTEJO um destino turístico certificado ao longo de toda a cadeia de valor e reconhecido internacionalmente pela sua identidade e diferenciação das experiências oferecidas.

ALENTEJO Ideia Força. Certificação do Destino – dos Serviços e do Território, com preocupações centrais ao nível da Sustentabilidade, da Identidade, da Qualidade e da Ética/Responsabilidade Social (Fazenda, 2015, p. 21).

Apesar de todas as iniciativas enunciadas na Tabela 7.28 serem relevantes, seguidamente apenas se destaca o programa internacional *Biosphere Destination* no Alentejo, por assumir claramente o objetivo de promover o turismo sustentável.

*O programa Biosphere Destination no Alentejo*

Há cerca de dois anos, a ERTA/R envolveu-se no desafio de alcançar para o destino turístico o certificado de *Biosphere Destination*, que promove o turismo sustentável. Consciente de que o perfil do novo turista se distancia do conceito de monoproduto, a ERTA ponderou sobre a oportunidade de valorizar toda a cadeia de valor do setor na Região, através da qualificação da oferta e do reconhecimento dessa valorização através de um programa de certificação. Após ter realizado uma pesquisa sobre os diferentes programas existentes a nível internacional, e ter feito uma abordagem de *benchmarking* relativa a alguns destinos já certificados, e que seguem uma linha estratégica de desenvolvimento adequada à realidade do Alentejo (ex. Barcelona), a ERTA optou pelo *Biosphere Destination*. Este programa insere-se no *Responsible Tourism System (RTS)*, conhecido através da marca *Biosphere Responsible Tourism*, e é atribuído pelo Responsible Tourism Institute (RTI) aos agentes do sector que cumprem um conjunto diversificado de requisitos associados e assumem compromissos para o desenvolvimento do turismo sustentável. A ERTA/R assume o compromisso de concretizar este projeto em 2020.

**7.6.3. Estruturas de âmbito municipal e intermunicipal**

*i) Autarquias locais: freguesias e municípios*

Ao nível da Região Alentejo NUT II, o desenvolvimento do turismo também é afetado pelas atividades de planeamento e gestão dos 58 municípios e das 299 freguesias, que se repartem da seguinte forma ao nível da NUT III [dados de 2013]: Alto Alentejo (69);

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

Alentejo Central (69); Alentejo Litoral (31); Baixo Alentejo (62); e Lezíria do Tejo (68) (INE, 2014). De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma freguesia tem por atribuição a “promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município” (Artigo 7.º-1, p. 5690). De acordo com a mesma fonte, um município tem por atribuição “a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias” (Artigo 23.º-1, p. 5694). As autarquias locais têm atribuições em vários domínios (ex. cultura, educação e desenvolvimento), mas o turismo não aparece referido de forma expressa. Assumem responsabilidades em domínios muito diversificados para manter a sua área territorial organizada. Atuam em muitas áreas do planeamento e desenvolvimento social, em estreita colaboração com órgãos nacionais e regionais, que passam pelo ordenamento do território, educação, saúde, transporte, desporto, turismo, entre outras. Na Região Alentejo, para além da intervenção dos municípios no sector do turismo, existem também duas entidades municipais de turismo a operar, com o objetivo de promover e melhorar o desenvolvimento local e gerir equipamentos e serviços turísticos. Uma delas é a Merturis – Empresa Municipal de Turismo de Mértola, situada no Baixo Alentejo. A segunda é a Viver Santarém - Sociedade de Cultura, Desporto, Turismo e Gestão Urbana de Santarém, que em 2012 resulta da fusão da Cul.Tur com a Str-Urbis e a Scalabisport, situada na Lezíria do Tejo. No estudo empírico dos Capítulos 8 e 9 também foram considerados os 58 municípios integrados na NUT II do Alentejo e estas duas entidades municipais.

*ii) Comunidades intermunicipais*

As comunidades intermunicipais (CI) têm como atribuições: “a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN; d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal” (Artigo 81.º-1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, p. 5709). Mais uma vez se verifica que o turismo não é expressamente referenciado, tal como não o são outras atividades sectoriais. Mas o âmbito diversificado das suas atribuições sugere que as iniciativas que delas decorrem têm impacto no sector. Também se verifica que em termos de planeamento e gestão estratégica das CI se alude às três dimensões clássicas que



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

estão subjacentes a um modelo de desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental. Na Região Alentejo NUT II existem, à data, cinco CI, tal como se referiu no início do presente Capítulo: CI do Alto Alentejo; CI do Alentejo Central; CI do Baixo Alentejo; CI do Alentejo Litoral; e a CI da Lezíria do Tejo. Com base nestes argumentos, estas CI foram incluídas na população inquirida no âmbito do estudo apresentado no Capítulo 9 desta tese.

**7.6.4. Estruturas de âmbito associativo**

No Alentejo existem diversas associações para o desenvolvimento dos territórios intrarregionais. Têm como objetivos comuns incentivar o desenvolvimento e promover a Região que representam, através da coordenação, comunicação e cooperação entre os agentes regionais. O âmbito geográfico da atuação das associações de desenvolvimento é diversificado. A Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) é a única que atua ao nível de toda a NUT II, com polos descentralizados em algumas sub-regiões. Para além destas, contabilizaram-se cerca de doze associações cujo âmbito de atuação geográfica é ao nível supramunicipal, a maior parte ancorada ao nível de atuação das NUT III. Foram também contabilizadas cerca de dezoito associações que atuam apenas a nível concelhio e/ou se envolvem numa parceria que envolve alguns concelhos vizinhos ou outros parceiros (ex. ALIENDE, LEADERSOR, ADMC, Terras de Dentro). Neste conjunto de estruturas associativas integram-se as CI, mas que foram referidas no ponto anterior por serem associações inequivocamente associadas aos municípios. Em termos de abordagem poder-se-ia alargar a referência a outras estruturas associativas, que fazem parte da sociedade civil e que podem ter influência no desenvolvimento do turismo, entre as quais se encontram as ONG.

**7.7. Conclusão**

Os dados apresentados ao longo do presente Capítulo 7 permitiram fazer um retrato abrangente da Região Alentejo NUT II em termos territoriais e ambientais, económicos, demográficos e turísticos. A análise global de desempenho da Região, baseada nos diferentes indicadores citados, evidencia que os seus cinco territórios NUT III se encontram em estágios de desenvolvimento diferenciados e que, numa perspetiva



**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

evolutiva, alguns registarão taxas de crescimento modestas e, em alguns casos, negativas para alguns indicadores.

Em termos territoriais reconhece-se que há capacidade instalada suficiente para sustentar o desenvolvimento de um conjunto diversificado de produtos turísticos fortemente ligados ao território que sejam atrativos para os turistas (ex. espaços naturais e património material classificado) mas que, devido às suas características, alguns dos recursos estão particularmente vulneráveis a condições naturais e humanas. Neste contexto, os diversos planos de ordenamento e de estratégia do território existentes assumem, por princípio, um papel importante no processo de desenvolvimento do sector, ao qual não devem ficar alheios os diversos agentes com interesse no desenvolvimento e valorização turística.

As características da dimensão económica e do emprego abordadas, embora não em detalhe, já evidenciam que o desenvolvimento económico na Região apresenta alguns constrangimentos. Para além de tradicionalmente a Região se apresentar como uma das menos competitivas a nível nacional, pelo contributo modesto que dá a nível nacional, a crise económica que começou em 2008 veio acentuar alguns problemas estruturantes, acrescentando mais desafios e pressão a todos os agentes, sobretudo ao tecido empresarial. Ainda assim, os negócios ligados ao alojamento e restauração na Região revelam uma dinâmica interessante no contexto geral das restantes atividades económicas. A significativa interligação e complementaridade das atividades turísticas com outros sectores (ex. agrícola e agroalimentar) permitem-lhe usufruírem de investimentos feitos a partir doutros domínios. É o caso, por exemplo, da existência de um vasto conjunto de produtos agroalimentares certificados que, para além da mais-valia no desenvolvimento económico em termos globais, contribuem significativamente para a valorização de diversos produtos turísticos considerados estratégicos, como é o caso particular da gastronomia e vinhos.

Em termos demográficos, e tal como se verifica em Portugal e um pouco por todo o mundo ocidental, a Região Alentejo encontra-se a seguir uma tendência de acentuado envelhecimento demográfico. Este é consequência principal de um aumento na longevidade da população portuguesa em conjunto com um declínio dos níveis de fecundidade. Situações económicas adversas, tal como a crise económica e social instalada na Europa, também contribuem para este cenário evolutivo pois, além de poderem resultar

**Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo**

num aumento substantivo do número de emigrantes, têm impacto negativo na decisão de ter filhos ou até na saúde dos próprios indivíduos. O decréscimo da população na Região Alentejo terá reflexos negativos em diferentes domínios sociais e económicos, dos quais o turismo depende. Conjeturam-se consequências negativas visíveis ao nível dos produtos baseados no património edificado (ex. abandono e degradação de estruturas urbanas e rurais) e imaterial que são considerados estruturantes para marcar a singularidade do destino (ex. expressões culturais imateriais, tradições das comunidades e dinâmicas de vida da sociedade em geral). A desertificação exige um planeamento territorial e sectorial eficaz, e os diferentes agentes têm que concertar ações em diversas frentes.

Na análise da dimensão turística, os dados evidenciam que a atividade na Região Alentejo assume pouca representatividade face ao conjunto do país, apesar de haver algumas exceções. No conjunto dos quatro grupos de estabelecimentos analisados, em 2013 a Região dispõe de 427 estabelecimentos de alojamento e capacidade de alojamento que pode satisfazer 43.169 turistas. A nível nacional, a seguir aos Açores, o Alentejo é a região com menos capacidade hoteleira instalada. No contexto da própria NUT II Alentejo, o Alentejo Litoral é a que detém maior capacidade de alojamento, seguindo-lhe o Alentejo Central. No que diz respeito à procura, o Alentejo também é a segunda região nacional com menor número de dormidas. A sub-região NUT III Alentejo Central é a que regista maior número de dormidas, seguido do Alentejo Litoral. Entre os mercados emissores mais importantes para a Região continuam a estar, em todas as categorias, a Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, apesar de outros mercados estarem a revelar mais interesse pela Região (ex. Brasil e Países Baixos). Nos últimos anos, observa-se uma maior dispersão dos turistas por diversas subunidades territoriais, uma vez que a oferta também aumentou. A concentração da procura turística externa de mercados emissores pertencentes à União Europeia, por motivos de proximidade geográfica e contexto de integração económica entre os países em análise, também é uma evidência.

Dentro desta diversidade intrarregional, da análise destacam-se duas características: (i) de entre as tradicionais quatro sub-regiões do Alentejo, o Alentejo Central é a que em termos económicos e socio-educacionais apresenta um desempenho mais competitivo e estável em termos evolutivos; (ii) a Lezíria do Tejo, recém-integrada na área regional de turismo Alentejo, destaca-se das outras quatro sub-regiões pelo desempenho mais positivo que detém em praticamente todos os indicadores analisados ao nível económico e demográfico,

---

***Capítulo 7 | Caracterização da área regional de turismo do Alentejo***

mas ao nível da atividade turística é a que se afasta mais do ritmo de desenvolvimento do sector.

As organizações que atualmente assumem responsabilidades na condução de diversos assuntos associados à gestão do território são múltiplas, o que tem reflexos na governança do planeamento e gestão turística do destino. Observam-se desafios acrescidos neste domínio em função da multiplicidade de diálogos que são necessários promover para fomentar parcerias estratégicas, tendo em conta que a governança pública assenta numa abordagem integrada, que em teoria agrega e concilia interesses entre todos os agentes e fatores que podem concorrer, direta e indiretamente, para o desenvolvimento do turismo sustentável. A análise institucional permitiu identificar os atores a incluir no estudo empírico dos Capítulos 8 e 9.

## Capítulo 8

# Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de *websites* oficiais dos organismos de turismo no Alentejo

### 8.1. Introdução

Para que o desenvolvimento do turismo sustentável seja uma realidade é necessário que os políticos, gestores e demais envolvidos neste processo disponham de dados e informação atualizados, precisos e pertinentes para os seus contextos de trabalho, tal como já se refletiu no Capítulo 5. O acesso dos vários agentes ao conhecimento pode ser feito de diversas formas, uma das quais através do uso de plataformas de conhecimento especializado *on-line*, promovidas no âmbito dos objetivos de criação de redes de conhecimento ou por iniciativa individual de cada empresa ou associação. Muitas das vezes as plataformas têm por objetivo genérico partilhar dados e informação entre os diversos agentes comprometidos com a promoção do turismo sustentável (ex. agentes públicos, privados, comunidade, turistas) e sob diversos formatos (ex. declarações internacionais, relatórios de progresso e divulgação de boas práticas, estudos de caso).

Considerando o contexto apresentado e o papel que os organismos públicos regionais do Alentejo assumem num contexto de governança pública do turismo, definiu-se como objetivo investigar se nas suas páginas oficiais da internet são disponibilizados dados e informação sobre conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável do turismo.

Mais se refere que uma primeira versão deste estudo foi apresentada na conferência *International Conference on Tourism - Tourism in an Era of Uncertainty*, realizada na Grécia em 2011, sob o título *An evaluation of official Government Tourism Websites as a knowledge-based platform to improve the development of sustainable tourism*. Depois de integradas algumas sugestões de melhoria, propostas por revisores internacionais, o estudo foi publicado na revista *International Journal of Tourism Policy*, em 2012, sob o título *Knowledge transfer for the development of sustainable tourism: Focus on official Portuguese tourism websites* (Borges, Eusebio & Carvalho, 2012).

## 8.2. Metodologia

### 8.2.1. Recolha de dados

#### *i) Definição da amostra*

Para identificar os casos a estudar começou-se por fazer uma lista com todos os organismos públicos com responsabilidades no desenvolvimento do turismo na área geográfica da Região Alentejo (NUT II). O passo seguinte consistiu na identificação da existência ou não de uma página oficial na internet (*website*) associada a cada um dos organismos.

Entre as 65 organizações identificadas apenas uma não dispunha de um *website* oficial, pelo que o número de casos identificados para análise foi de 64. Na Tabela 8.1. estão identificadas as organizações pertencentes ao universo do estudo e o número de unidades de *websites* associado a cada uma delas.

**Tabela 8.1.**  
Número de unidades de análise incluídas no universo do estudo, em 2011

N.º <i>websites</i> oficiais (N=64)	Organismos públicos	Área territorial de intervenção	Nível de intervenção
1	Turismo de Portugal, I.P.	Portugal (NUT I)	N
1	Turismo do Alentejo	Alentejo region (NUT II)	R
1	Turismo de Lisboa e Vale do Tejo	Lezíria e Vale do Tejo (NUT III)	
1	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva - Alentejo	Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz	
0	Turismo do Alentejo Litoral	Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines	
58	Municípios	58 municípios <sup>(1)</sup>	L
1	EM Merturis	Mértola	
1	EM Cul.Tur	Santarém	

Legenda: N “Nacional”; R “Regional”; L “Local”; <sup>(1)</sup> Na Tabela 8.2. estão identificados todos os municípios

Na Tabela 8.2. estão elencadas as cinco NUT III que fazem parte da Região Alentejo NUT II, identificados os respetivos municípios que as integram e a escala que refere o nível geográfico e político de intervenção.

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo****Tabela 8.2.**  
Organizações com ação de âmbito local

NUT III	Municípios	N.º websites oficiais
Alto Alentejo	Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre	15
Alentejo Central	Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa	14
Alentejo Litoral	Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines	5
Baixo Alentejo	Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira	13
Lezíria do Tejo	Almeirim Cidade, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo Cidade, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém	11
	Total	58

**ii) Organização da análise e compilação dos dados**

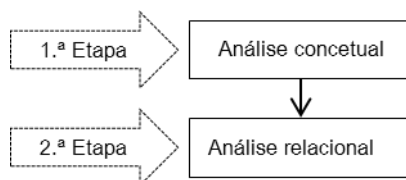
Antes de se proceder à recolha dos dados foi feita uma pré-análise às estruturas dos *websites* para configurar a forma das questões que se pretendiam colocar, com o objetivo de uniformizar o procedimento de análise de conteúdo para todos os casos. Nesta análise não foi possível identificar um único *website* que integrasse uma área própria com dados e informação sobre sustentabilidade associada ao sector turístico. Por esta razão, optou-se por utilizar o navegador interno de cada *website* para averiguar a existência de informação e recolher os respetivos dados para análise.

Os dados foram recolhidos durante o mês de Fevereiro de 2011. Os *websites* foram analisados *on-line* e os dados obtidos compilados para uma base de dados. A grande similaridade encontrada ao nível do interface e da estrutura interna entre vários *websites* (muito visível entre *websites* de municípios integrados na mesma Comunidade Intermunicipal) e a quantidade e diversidade de dados recolhidos, tornaram as *respostas* obtidas relativamente fáceis de analisar e registar na base de dados. Depois de completa a etapa anterior, de análise dos *websites* no final de Fevereiro, duas semanas depois a análise foi repetida para confirmar os resultados da etapa anterior. Este procedimento teve como objetivo minimizar o nível de subjetividade inerente à utilização da análise de conteúdo enquanto método de recolha de dados. Pontualmente, foi reconsiderada a forma de integrar alguns dos itens de informação na base de dados, devido às características subjetivas da informação.

**8.2.2. Análise dos dados*****i) Razões para a escolha do método de análise de conteúdo***

De acordo com Finn *et al.* (2000), a análise de conteúdo está particularmente relacionada com a interpretação ou análise de produtos de comunicação e tem revelado particular incidência na análise de diversos meios de comunicação. Para Neuendorf (2002) este é um dos métodos que está a ser cada vez mais procurado e utilizado no âmbito da pesquisa social. McNeill (1990) define esta técnica como “método para analisar o conteúdo dos documentos ou outros materiais não estatísticos de uma forma que permite fazer comparações estatísticas entre eles” (citado em Finn *et al.*, 2000, p. 135). A análise de conteúdo, de acordo com Finn *et al.* (2000), pode ser encarada como “uma forma quantitativa de analisar dados qualitativos” (p. 134). As palavras ou termos de pesquisa escolhidos para analisar no âmbito da análise de conteúdo são designados na literatura de unidades de análise, categorias ou variáveis (Bardin, 1977 e 2014; Jennings, 2010). Tendo em conta as diversas vantagens que os autores referidos identificaram nas suas obras recorrendo a exemplos concretos, considerou-se adequado utilizar este método para avaliar os 64 *websites* oficiais e, através dele, determinar a disponibilidade, frequência e conteúdo de dados e informação relacionados com o desenvolvimento sustentável do turismo.

Segundo Altinay & Paraskevas (2008) a análise de conteúdo pode ser categorizada em duas grandes categorias: conceptual e relacional (Figura 8.1). Segundo os mesmos autores, a primeira visa “identificar no texto a existência e frequência de conceitos, seja através de palavras simples ou frases” (p. 128), enquanto a segunda, também apelidada de análise semântica, “vai para além da contagem de frequências e explora a relação entre os conceitos identificados” (p. 129). Esta dupla abordagem foi a escolhida para o presente estudo.



**Figura 8.1.**  
Etapas da análise de conteúdo

Fonte: Elaborado com base em Altinay & Paraskevas (2008)

***ii) Análise conceptual – primeira etapa***

A primeira etapa da análise de conteúdo feita aos *websites* focou-se na análise conceptual. Esta tinha como objetivo identificar a existência e frequência de informação sobre cinco unidades de informação, também designadas de variáveis, relacionados com o desenvolvimento sustentável do turismo: «sustentável», «sustentabilidade», «desenvolvimento sustentável», «turismo e desenvolvimento sustentável» e «turismo». A identificação destas cinco unidades de análise foram unanimemente consideradas pela doutoranda e seus orientadores como essenciais e relevantes para se alcançar o objetivo deste estudo exploratório. Considerou-se que estas variáveis basilares são pertinentes em qualquer estudo semelhante, independentemente do nível de conhecimento do utilizador ou do tipo de fontes de informação utilizado para veicular conhecimento sobre esta tão vasta área do desenvolvimento sustentável do turismo.

*Planeamento do sistema de codificação*

Depois de identificadas as variáveis relevantes, foi planeado o sistema de codificação simples. Este, tal como sugerido por Altinay e Paraskevas (2008), foi testado previamente pela doutoranda e seus orientadores para evitar a subjetividade ou erros na interpretação dos dados recolhidos e também garantir a validade e fiabilidade dos dados. Os resultados obtidos por cada um dos autores foram coincidentes, o que revelou sintonia na forma de interpretação do sistema de codificação estabelecido. Nesta fase de pré-teste também se averiguou se a unidade de análise «sustentabilidade» deveria ou não ser considerada como variável fundamental devido à grande similaridade com a unidade «sustentável». No entanto o pré-teste feito aos *websites* revelou que a frequência entre os dois termos era relevante, justificando a sua integração definitiva no sistema de codificação.

A variável «turismo» apenas foi analisada nos *websites* dos municípios porque as suas competências se repartem por inúmeras áreas e sectores. Por esta razão, considerou-se importante averiguar até que ponto nos seus *websites* são disponibilizadas informações sobre a atividade turística em geral e, tal como se fez para os restantes organismos, sobre o desenvolvimento sustentável em particular. A variável «turismo» não foi analisada nos *websites* pertencentes aos organismos públicos cuja área de intervenção é apenas o turismo



**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

porque se previa uma redundância na frequência dos dados, uma vez que a sua vocação é, precisamente, exercer competências sobre o domínio do sector turístico.

Também se considerou oportuno contabilizar frequências de respostas obtidas em diferentes línguas, tais como o português, espanhol, francês e inglês, uma vez que muitas das iniciativas e documentos internacionais importantes para os agentes não estão traduzidos nem são difundidos na língua portuguesa.

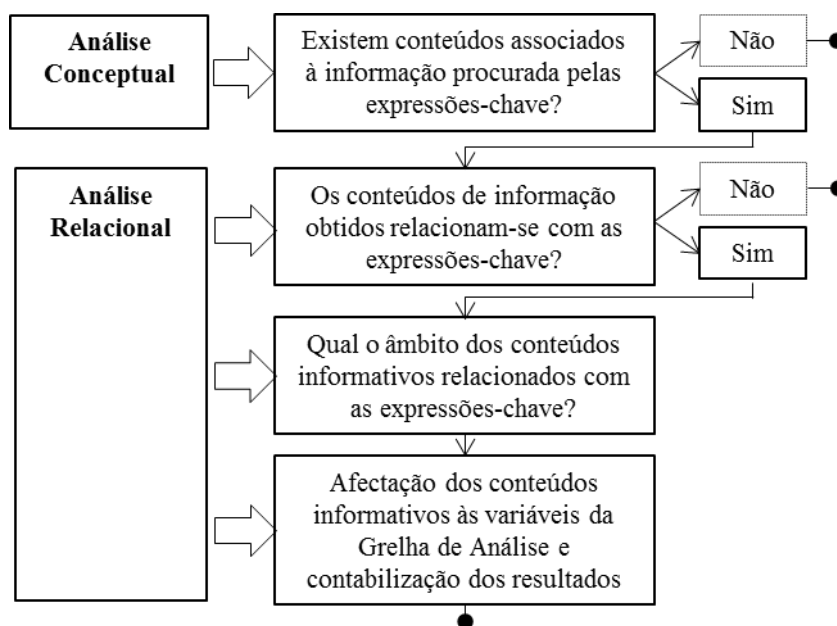
Neste contexto avançou-se com a análise dos dados nos parâmetros estabelecidos. Em cada *website* a pesquisa dos dados foi feita no motor de pesquisa interno, com as palavras e expressões-chave que representam as variáveis estabelecidas, pelo facto de não se ter identificado outras formas de observar a existência de informação pretendida como era desejável, nomeadamente através de *frames* temáticas ou *links*.

Depois de obtidas e compiladas as respostas sobre a existência de informação procurada acerca das quatro variáveis, expressas em número de resultados (frequências), numa segunda etapa foi feita uma análise exploratória quanto ao conteúdo das respostas conseguidas. Poder-se-ia ter recorrido ao envio de *e-mail* para os contactos oficiais a pedir a informação que dispunham para apoiar as atividades dos agentes, mas esta possibilidade estava fora da abordagem que se pretendia explorar.

**iii) Análise relacional – segunda etapa**

Depois de concluída a análise conceptual, as frequências positivas registadas com a utilização das expressões-chave «desenvolvimento sustentável» e «turismo e desenvolvimento sustentável» foram desagregadas e agrupadas por nível territorial para se proceder à análise relacional. Esta teve como objetivo avaliar a correspondência entre a quantidade e a especificidade do conteúdo informativo dos resultados obtidos na primeira etapa. Nesta segunda fase não se pretendeu identificar mais dados e informação, mas sim verificar se existia correspondência entre cada frequência contabilizada na etapa anterior e o respetivo conteúdo e, por acréscimo, o tipo de informação disponibilizada. Na Figura 8.2 esquematiza-se a sequência cronológica destes procedimentos.

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**



**Figura 8.2.**

Fluxograma das etapas da análise de conteúdo planeadas para este estudo

Fonte: Elaboração própria

Os *websites* que apresentaram frequências positivas foram reanalisados para averiguar a especificidade dos dados e informação recolhidos na análise conceptual, feita na fase anterior. O conteúdo informativo registado foi subdividido pelas categorias e subcategorias temáticas da Grelha de Análise estabelecida, com o objetivo de se determinar que tipo de conteúdos sobre turismo sustentável é mais disseminado pelos organismos públicos de turismo através das suas páginas oficiais.

*Planeamento da Grelha de análise*

A definição conceptual das nove variáveis da Grelha de Análise foi feita com base na revisão da literatura sobre a aplicação de princípios e práticas associadas ao turismo sustentável dos destinos. A este procedimento sucedeu uma análise de *benchmarking* de portais temáticos que visam fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, através da disseminação e partilha de informação em rede, porque esta via é considerada uma solução muito eficaz para alcançar tal meta (European Parliament, 2002). Diversas páginas oficiais foram consultadas. Destacam-se as páginas da UNWTO, no domínio do *Sustainable Development of Tourism Programme* (ex. *Global Observatory of Sustainable Tourism*), da *UNEP Tourism United Nations Environment Programme*, do *National Geographic Center*

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

for Sustainable Destinations, o BEST Education Network, Sustainable Tourism Online, a Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development e a DestiNetSustainable Tourism Information and Communications Portal. Com esta técnica de *benchmarking* procurou-se expressar os temas sugeridos na literatura para um nível mais prático e familiar de utilização nestes contextos de partilha de informação. As variáveis estabelecidas respondem à questão: qual é o âmbito do conteúdo informativo? Na Tabela 8.3 apresentam-se as variáveis associadas à Grelha de Análise e a respetiva descrição.

**Tabela 8.3.**  
Grelha de Análise utilizada na análise relacional

Variável	Descrição
<sup>[1]</sup> Conceitos	Glossário de termos relacionados com desenvolvimento turismo sustentável
<sup>[2]</sup> Referências a documentos sobre sustentabilidade	Referência ou disponibilidade de documentos sobre as principais convenções, declarações, entre outros
<sup>[3]</sup> Impactos da atividade turística	Atividades que geram impactos mais significativos a nível ambiental, sociocultural e económico; <u>sugestão de medidas para gerir impactos</u>
<sup>[4]</sup> Referências à sustentabilidade no âmbito das responsabilidades e competências das próprias organizações	Apresentação / disponibilização de estudos, resultados, relatórios sobre a sua própria conduta; estudos ou relatórios sobre a sustentabilidade do sector turístico
<sup>[5]</sup> Projetos e iniciativas promovidas pelas próprias organizações ou por elas em parceria com terceiros	Eventos especiais, conferências, fóruns, <i>workshops</i> , reuniões, projetos educativos no âmbito ambiental e sociocultural; iniciativas que reconheçam boas práticas (ex. prémios, certificados);
<sup>[6]</sup> Projetos e iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável promovidas por outras organizações	Cimeiras, conferências, seminários, fóruns, reuniões, <i>workshops</i> , etc., organizadas por vários agentes, a nível nacional ou internacional
<sup>[7]</sup> <i>Links</i> para outras organizações, programas ou iniciativas	<i>Links</i> para outros <i>websites</i> nacionais relacionados com iniciativas para a sustentabilidade; <i>Links</i> para outros <i>websites</i> internacionais relacionados com iniciativas para a sustentabilidade; <i>Links</i> para documentos, relatórios, programas de ação
<sup>[8]</sup> Formação e atividades educativas	Projetos de educação ambiental e socioculturais promovidos pela própria organização; Projetos de educação ambiental e socioculturais promovidos por outras organizações
<sup>[9]</sup> Redes sociais	Fóruns sobre o desenvolvimento do turismo sustentável

Apesar da análise de *benchmarking* feita às fontes indicadas ter sugerido outras variáveis para análise, a versão final da Grelha de Análise não reflete uma estrutura complexa de informação, tal como é partilhada nas redes internacionais, porque a pré-análise revelou que nenhuma das *webpages* oficiais integrados no estudo dispunha de conteúdos que se pudessem associar a essas variáveis. A versão final da Grelha de análise utilizada neste estudo, relativamente simples em quantidade de variáveis e em sub-variáveis, revelou-se suficiente para dar resposta à realidade informativa encontrada na análise dos *websites* dos organismos oficiais de turismo.

### 8.3. Resultados

#### 8.3.1. Análise conceptual

##### *i) Nível nacional*

A pesquisa efetuada nos navegadores internos do *website* do Turismo de Portugal revelou os seguintes dados, tal como a Tabela 8.4. apresenta: 14 frequências para «sustentável»; 11 frequências para «sustentabilidade»; 12 frequências para «desenvolvimento sustentável» e 12 frequências para «turismo e desenvolvimento sustentável».

**Tabela 8.4.**  
Resultados da análise ao *website* da autoridade turística nacional

	Turismo	Sustentável	Sustentabilidade	Desenvolvimento sustentável	Turismo e desenvolvimento sustentável	Freq. (Total)
Turismo de Portugal	--	14	11	12	12	N=49

O total de 49 frequências obtidas não permite, isoladamente, retirar conclusões sobre se a informação é suficiente para contribuir para o aumento do nível de conhecimento dos seus utilizadores no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo sustentável. Mas, comparando estes resultados quantitativos com os obtidos a nível local (ver Tabela 8.6), pode-se afirmar que a disponibilidade demonstrada pelo Turismo de Portugal para divulgar dados e informação sobre a temática é inferior à dos organismos com ação a nível local. A eventual expectativa criada pelos utilizadores, quanto à oportunidade do Turismo de Portugal contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável através da divulgação de dados e informação no seu *website*, poderá ser legítima uma vez que a sua missão e atribuições visam precisamente o desenvolvimento sustentável do sector, tal como referido no Capítulo 7. A análise relacional feita a partir dos dados de frequência, discutida na secção seguinte, revela que a diversidade das temáticas neste diálogo é ainda muito restrita (ver Tabela 8.7.).

##### *ii) Nível regional*

Ao nível da área geográfica do Alentejo, identificaram-se três organismos regionais com competências para contribuir para a execução da política nacional de turismo a nível

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

regional, garantir o desenvolvimento e valorização dos recursos turísticos e a monitorização da oferta turística nos seus territórios. Deste modo, repetiu-se o procedimento de pesquisa feito ao nível nacional para cada um dos *websites* oficiais existentes a nível regional. Registaram-se zero frequências. Os resultados para todas as expressões-chave, apresentados na Tabela 8.5., evidenciam que em 2011 há ausência de compromisso e/ou empenho por parte de todas as entidades regionais de turismo do Alentejo para usar esta ferramenta tecnológica para comunicar com os agentes parceiros do destino sobre os temas do desenvolvimento sustentável.

**Tabela 8.5.**  
Resultados da análise aos *websites* dos organismos regionais de turismo

	Turismo	Sustentável	Sustentabilidade	Desenvolvimento sustentável	Turismo e desenvolvimento sustentável	Freq. (Total)
Turismo do Alentejo	--	0	0	0	0	N=0
Turismo de Lisboa e Vale do Tejo	--	0	0	0	0	N=0
Turismo Terras de Grande Lago Alqueva	--	0	0	0	0	N=0

Devido ao facto da análise conceptual ter revelado um total de zero frequências, posteriormente não foi feita a análise relacional para os *websites* dos organismos regionais de turismo.

**iii) Nível local**

Os resultados obtidos na análise conceptual dos 60 *websites* oficiais dos organismos locais são apresentados na Tabela 8.6. Para além das quatro expressões-chave utilizadas na compilação dos dados para os níveis nacional e regional, nesta pesquisa ainda se integrou a palavra «turismo» na análise dos *websites* dos municípios porque estes atuam em muitos outros domínios para além do turismo, tal como já referido anteriormente.

**Tabela 8.6.**Resultados da análise concetual aos *websites* dos organismos locais

<i>Nut III</i>	1. Sustentável		2. Sustentabilidade		3. Desenvolvimento Sustentável		4. Turismo e desenvolvimento sustentável		Total (1+2+3+4)	Turismo		Total Geral
	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	N	Média	N
Alto Alentejo	26	1.73	40	2.67	24	1,6	19	<b>1.27</b>	109	168	11.20	277
Alentejo Central	5	0.36	7	0.50	4	0.29	5	0.36	21	40	2.86	61
Alentejo Litoral	172	<b>34.40</b>	21	4.20	161	<b>32.20</b>	5	1.00	359	1330	266.00	1689
Baixo Alentejo	115	8.21	75	<b>5.36</b>	25	1.79	1	0.07	216	477	34.07	693
Lezíria do Tejo	149	12.42	51	4.25	79	6.58	13	1.08	292	300	23.75	592
<i>Total Geral</i>	467	--	194	--	293	--	43	--	997	2315	--	3312

Para todas as variáveis em análise registou-se um total de 3312 frequências. O total de 2315 frequências obtidas com a palavra «turismo» pode justificar-se, em grande parte, pela ligação que os *websites* fazem às várias atividades desenvolvidas pelos postos de informação turística, que estão sob a responsabilidade das câmaras municipais. Na análise verificou-se que a estrutura física dos *websites* integrados na mesma NUT III era muito semelhantes entre si, como já referido, e que esta situação influenciou a obtenção dos resultados. De facto, as frequências apresentam uma grande discrepância entre cada uma das cinco NUT III. O Alentejo Litoral, apenas com 5 *websites* analisados, apresenta um total de frequências mais elevado em quase todas as unidades de análise, representa 50.9% de todo o texto classificado. Globalmente, os resultados distanciam-se dos obtidos nos *websites* das outras NUT III de forma muito substancial.

### 8.3.2. Análise relacional

#### *i) Resultados*

Depois de concluída a análise conceptual para averiguar a existência de referências a informação sobre as quatro variáveis definidas, e uma vez concluída a contagem dos resultados obtidos para cada um dos 64 *websites* oficiais, procedeu-se à análise relacional. Esta apenas foi desenvolvida para os 22 *websites* (34.3%) que apresentaram, para as duas últimas variáveis, frequências superiores a 1 na análise conceptual, tendo-se rejeitado os

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

restantes, com frequência zero. Na Tabela 8.7 apresenta-se o rácio entre os *websites* oficiais analisados na fase da análise conceptual e os que foram analisados nesta etapa da análise relacional.

**Tabela 8.7.**  
Rácio dos *websites* analisados entre análise concetual e relacional

	Análise Conceptual		Análise Relacional	
	Websites analisados	Websites analisados	Websites analisados	Websites analisados comparados com análise conceptual
	N.º	%	N.º	%
<b>Nível nacional</b>	1	100	1	100.0
<b>Nível regional</b>	3	100	0	0
<b>Nível local (total)</b>	60	100	21	35
Alto Alentejo	15	100	2	13.3
Alentejo Central	14	100	3	21.4
Alentejo Litoral	5	100	5	100.0
Baixo Alentejo	13	100	5	38.4
Lezíria do Tejo	11	100	6	54.5

Esta etapa foi considerada importante porque na anterior, aquando do registo das frequências, observou-se uma discrepância na relação entre as palavras-chave inseridas e o conteúdo das respostas obtidas. Em alguns casos, as frequências obtidas para as variáveis «desenvolvimento sustentável» e «turismo e desenvolvimento sustentável» mostravam ligações a conteúdos que não lhes correspondiam. Além disso, também se verificou que algumas respostas estavam duplicadas ou triplicadas. Por exemplo, num dos casos, três frequências correspondiam exatamente à mesma resposta e/ou ao mesmo *link*.

A análise relacional desenvolveu-se com base nas nove variáveis incluídas na Grelha de Análise, apresentada anteriormente, para avaliar se o conteúdo dos resultados obtidos na análise conceptual correspondia ao âmbito informativo das expressões-chave utilizadas. Deste modo, foi reavaliada a informação anteriormente inserida na base de dados, tendo surgido a necessidade de voltar aos *websites*. Apesar da reduzida diferença temporal entre os dois procedimentos de acesso, não se verificou existir mais informação disponibilizada, como era expectável em função das dinâmicas de atualização diária que estes instrumentos de comunicação sugerem. A análise de correspondência está expressa em frequências na Tabela 8.8.

**Tabela 8.8.**  
Grelha de Análise: Resultados da análise relacional

Variáveis	Descrição	Frequências (N)		
		Nacional	Local	Total
<sup>[1]</sup> Conceitos	Glossário de termos relacionados com desenvolvimento do turismo sustentável	0	2	2
<sup>[2]</sup> Referências a documentos sobre sustentabilidade	Referência ou disponibilidade de documentos sobre principais convenções, declarações...	0	4	4
<sup>[3]</sup> Impactos da atividade turística	Atividades que geram impactos mais significativos a nível ambiental, sociocultural e económico; sugestão de medidas para gerir impactos	0	1	1
<sup>[4]</sup> Referências à sustentabilidade no âmbito das responsabilidades e competências das próprias organizações	Apresentação / disponibilização de estudos, resultados, relatórios sobre a sua própria conduta; estudos ou relatórios sobre a sustentabilidade do sector turístico	4	19	23
<sup>[5]</sup> Projetos e iniciativas promovidas pelas próprias organizações ou por elas em parceria com terceiros	Eventos especiais, conferências, fóruns, <i>workshops</i> , reuniões...; projetos educativos no âmbito ambiental e sociocultural; iniciativas que reconheçam boas práticas (ex. prémios, certificados)	0	15	15
<sup>[6]</sup> Projetos e iniciativas promovidas por outras organizações relacionadas com o desenvolvimento sustentável	Cimeiras, conferências, seminários, fóruns, reuniões, <i>workshops</i> , etc., organizadas por vários agentes, a nível nacional ou internacional	0	16	16
<sup>[7]</sup> Links para outras organizações, programas ou iniciativas	Links para outros <i>websites</i> nacionais relacionados com iniciativas para a sustentabilidade; Links para outros <i>websites</i> internacionais relacionados com iniciativas para a sustentabilidade; Links para documentos, relatórios, programas de ação	0	4	4
<sup>[8]</sup> Formação e atividades educativas	Projetos de educação ambiental e socioculturais promovidos pela própria organização; Projetos de educação ambiental e socioculturais promovidos por outras organizações	0	3	3
<sup>[9]</sup> Redes sociais	Fóruns sobre o Desenvolvimento do turismo sustentável	0	0	0
<b>Total de Resultados que correspondem</b>		<b>N=4</b>	<b>N=64</b>	<b>N=68</b>



**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

Ao nível nacional, na análise conceptual tinham-se registado 24 ocorrências (12 para «desenvolvimento sustentável» e 12 para «turismo e desenvolvimento sustentável»), mas nesta análise relacional apenas quatro estavam, de facto, associadas a conteúdos relacionados com variáveis da Grelha de Análise, o que corresponde a 16,6%. Concretamente, o conteúdo informativo analisado fazia referências à sustentabilidade no âmbito das responsabilidades e competências do Turismo de Portugal.

Ao nível regional, tal como já referido anteriormente, não foi feita análise relacional porque não se registou qualquer frequência a esta temática na análise conceptual nos *websites*.

Ao nível local, na análise conceptual foram exploradas as 336 frequências obtidas na fase anterior: 293 frequências associadas a «desenvolvimento sustentável»; e 43 frequências associadas a «turismo e desenvolvimento sustentável». Estas 336 frequências traduziram-se em 360 ligações a explorar, porque havia respostas que se expressavam em frases com acesso a mais que uma ligação. Após a análise de conteúdo, rejeitaram-se 292 respostas por estarem indevidamente relacionados com os temas associados ao estudo ou porque surgiram indevidamente duplicados na resposta. Deste modo, foram analisados 64 ligações consideradas válidas (19% do total de 336 resultados), cuja divisão por variáveis na Grelha de Análise se podem observar na Tabela 8.7. Tal como a nível nacional, o conteúdo informativo fazia mais referências à sustentabilidade no âmbito das responsabilidades e competências dos municípios (19 frequências), embora também se registasse um enfoque em conteúdos relacionados com projetos e iniciativas promovidas por terceiros (16 frequências) e relacionados com projetos e iniciativas promovidas pelos próprios municípios ou por eles em parceria com terceiros (15 frequências). No total, as variáveis 4, 5 e 6 da Grelha de Análise foram as que registaram mais frequências. Por último, a variável 9 «redes sociais» não revelou qualquer uso, ao contrário do que inicialmente se previa em função da grande expansão das redes sociais em todos os domínios sociais.

***ii) Discussão dos resultados***

De modo a facilitar discussão dos resultados do presente estudo sobre transferência de conhecimento no âmbito do turismo sustentável, através dos *websites* institucionais de

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

turismo, apresentam-se algumas reflexões, divididas pelos diferentes níveis institucionais de análise.

*Reflexões associadas à análise de conteúdo ao nível nacional*

A nível nacional os resultados quanto à disponibilidade de informação sobre turismo sustentável para os agentes são modestos. Os dados recolhidos sugerem que a comunicação estabelecida entre o Turismo de Portugal e os agentes do sector sobre esta temática tem espaço para melhorar através desta ferramenta de comunicação. De facto, a revisão da literatura evidencia que a disponibilização de dados e informação técnico-científica sobre turismo sustentável, se acessível e usufruída pelos agentes turísticos, promove a capacitação e contribui para melhorar as suas intervenções nos processos de tomada de decisão, assim como a sua performance empresarial, tal como foi referido, por exemplo, por Caffyn & Jobins (2003), CBD (2004), Cole (2006), Cooper (2012), European Commission (2003, 2006, 2007 e 2010), European Parliament (2002); Hall (1999), OECD (2014), European Parlamento (2002 e 2005) e UNEP & WTO (2005). Nesta situação, em 2011 opinou-se que caberia ao Turismo de Portugal planear a forma mais eficaz de garantir a transferência de conhecimento no âmbito das atribuições que lhe eram outorgadas, não só através da sua lei orgânica, como também num quadro de cooperação internacional na qual há partilha de compromissos. E, neste último âmbito, os governos europeus comprometeram-se a implementar diversas iniciativas horizontais para promover o desenvolvimento sustentável, nas quais se inclui aumentar o nível de conhecimento dos agentes neste domínio. Independentemente do papel central e inquestionável que o Turismo de Portugal tem no desenvolvimento sustentável do sector, a análise de conteúdo revelou, em 2011, que o *website* era usado de forma relativamente modesta para divulgar e disponibilizar dados e informação sobre o turismo sustentável em concreto, apesar do mérito que evidenciava em fomentar o conhecimento em outros domínios. Apesar das 49 frequências obtidas na análise conceptual (o que revelava um valor aparentemente significativo), na análise relacional observou-se que nem sempre o conteúdo das mesmas estava relacionado com os tópicos em análise (ver Tabela 8.7.). Nas poucas vezes que estava relacionado, limitava-se a disponibilizar informações sobre a sua própria atuação. Na data de revisão deste capítulo observou-se que o *website* do Turismo de Portugal tem disponibilizado cada vez mais informação relacionada com turismo sustentável. O facto do

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

Turismo de Portugal estar representado em diversos organismos internacionais que promovem uma maior coerência de iniciativas a favor do desenvolvimento sustentável do turismo (ex. União Europeia e OECD) pode estar na origem de disponibilizarem mais dados e informação, de âmbito institucional ao nível nacional e europeu. É o caso, por exemplo, dos relatórios de caracterização do desempenho ambiental e responsabilidade no alojamento em Portugal (Turismo de Portugal, 2013, 2014 e 2015), tal como já foram citados em partes do Capítulo 7. Inclusive, o *website* do Turismo de Portugal já tem um *link* que dá acesso a um domínio de informação com conteúdos específicos desta temática.

*Reflexões associadas à análise de conteúdo ao nível regional*

A nível regional não se registou a apresentação de qualquer dado ou informação sobre qualquer uma das variáveis analisadas. Tendo em conta a missão das entidades regionais a atuar em 2011, a questão que se pode colocar é porque é que estes organismos não estavam a capitalizar os seus *websites* para divulgar a crescente quantidade e diversidade de informação que surge regularmente associada às questões do desenvolvimento sustentável, e deste modo facilitar o acesso dos agentes ao conhecimento. O facto de serem organismos estabelecidos há muito pouco tempo poderá justificar que o investimento neste domínio ainda não tivesse prioridade face a outros. Também se inferiu que uma das razões que poderia justificar estes resultados nulos era o facto de estas entidades não reconhecerem a importância de disseminar dados e informação neste domínio ou, também, por usarem outras ferramentas e métodos alternativos para promover a aprendizagem, a comunicação e o diálogo entre os agentes do seu território de influência. Na data de revisão desta análise [no primeiro semestre de 2015] constatou-se que dois dos *websites* analisados já não estavam disponíveis porque as entidades foram extintas. No que diz respeito ao *website* da Entidade Regional de Turismo, observou-se que sofreu um *up-grade*, mas apenas ao nível de informação sobre os agentes da oferta turística e de âmbito institucional. Ao nível de conteúdos sobre desenvolvimento de turismo sustentável, não se verificou a disponibilização de qualquer informação.

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

*Reflexões associadas à análise de conteúdo ao nível local*

Os dados obtidos na análise conceptual e relacional evidenciam que os *websites* dos municípios do Alentejo Litoral são os que disponibilizam mais informação sobre turismo sustentável, enquanto os municípios do Alentejo Central são os que apresentam menos resultados. Quando os dados das entidades locais foram analisados ao nível da NUT III, julgou-se que os resultados do Alentejo Litoral se justificavam pelo facto de a região deter a maior capacidade de oferta de alojamento (medido em número de camas) ao nível do destino Alentejo e por estar a desenvolver novas dinâmicas empresariais em função dos novos projetos de investimento turístico anunciados, dos quais se esperava impactos positivos muito significativos na Região. Em contrapartida, nos *websites* dos municípios integrados na região Alentejo Central apenas se registaram 61 frequências (1,8%), apesar de ser a sub-região que regista maior oferta de estabelecimentos (medida em número de unidades) e maior procura turística em termos de hóspedes e dormidas, e também em termos de taxa de ocupação-cama. Outra evidência dos dados foi o facto de a expressão «turismo e desenvolvimento sustentável» ter revelado o valor mais baixo no total das restantes quatro categorias que foram definidas por palavra-chave, com 43 ocorrências, o que representa 1,3%. Neste nível institucional de análise, apesar das frequências sobre as variáveis terem registado valores muito significativos, se comparadas com o nível nacional, a análise relacional também provou que o conteúdo de uma parte significativa deste não estava relacionado com qualquer uma das nove variáveis da Grelha de Análise.

*Reflexões abrangentes*

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável do turismo, os resultados obtidos na análise conceptual e relacional revelam, em termos gerais no ano em que foi realizada esta análise, que os *websites* oficiais ainda não estavam satisfatoriamente preparados para contribuir para a divulgação de dados e informação para apoiar os agentes do sector num melhor desempenho das suas atividades. De facto, os resultados evidenciam que uma parte significativa dos *websites* ainda estava numa fase embrionária de desenvolvimento no que diz respeito à partilha de conhecimento, de forma organizada e estruturada, neste domínio. Outro dado evidente foram as discrepâncias de desempenho entre *websites* de organismos com intervenção em diferentes subníveis geográficos do destino turístico Alentejo. Quanto este estudo foi projetado não se esperava encontrar um cenário de partilha de informação

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

muito satisfatório, mas sim demonstrar, em termos empíricos, a necessidade e oportunidade conjuntural de fomentar um uso mais racional das ferramentas tecnológicas para contribuir para o aumento do nível de conhecimento dos agentes no âmbito do turismo sustentável. De acordo com dados oficiais o Alentejo NUT II é um dos territórios nacionais que apresenta taxas de crescimento, ao nível económico, social e demográfico, mais modestas (ver Capítulo 7). Também ao nível do turismo, os valores dos indicadores revelam que a sua posição numérica absoluta é desfavorável face a outras regiões e que contribui de forma modesta para a grandeza dos dados nacionais. Por estas razões, também não era expectável que os organismos oficiais do turismo apresentassem um investimento significativo nos seus *websites*, pelo que é importante criar uma agenda de trabalho neste âmbito.

A revisão da literatura apresentada nos capítulos anteriores refere, claramente, a necessidade das instituições de gestão de destino, públicas, privadas ou mistas, estabelecerem uma estratégia de gestão de conhecimento no âmbito da governança para o turismo sustentável, tendo em conta a quantidade, diversidade e complexidade de informação que lhe está associada (Caffyn & Jobins, 2003; CBD, 2004; Cole, 2006; Cooper, 2012; European Commission, 2003, 2006, 2007 e 2010; Hall, 1999; OECD, 2012 e 2014; Parlamento Europeu, 2005; UNEP & ICLEI, 2003; UNEP & WTO, 2005). É um facto que os agentes enfrentam desafios, problemas e dúvidas comuns sobre o processo de desenvolvimento, pelo que se devem criar as condições facilitadoras para a sua aprendizagem, independentemente da diversidade de formas que essa aprendizagem pode assumir. Para isso, considera-se necessário desenvolver uma agenda para promover a informação turística neste âmbito. Agentes melhor informados tomam decisões mais responsáveis e adequadas nas fases de planeamento e operação, o que se supõe ser determinante nos processos de desenvolvimento sustentável, tal como já se fundamentou no Capítulo 5. Quando se concretizou esta etapa do estudo empírico, tinha-se a convicção de que os organismos públicos evidenciavam, publicamente, mais empenho em dinamizar ações de promoção do turismo e no desenvolvimento de mais projetos de investimento do que em partilhar informação e discutir com os agentes, de forma fundamentada e em rede, a oportunidade de melhorar o contexto existente quanto à oferta de iniciativas turísticas mais sustentáveis, tal como é sugerido pelo Parlamento Europeu (European Parliament, 2002). Apesar da intervenção estatal em diversas áreas do desenvolvimento do turismo ser muito

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

importante (independentemente do nível geográfico em análise), o facto é que atualmente há autoridades públicas que dão demasiada importância à promoção para atrair mais turistas, em detrimento de outras áreas (Gunn, 2002). No capítulo da Conclusão serão apresentadas algumas limitações deste estudo e sugestões para estudos futuros.

#### **8.4. Conclusão**

O facto de a internet ser uma ferramenta tecnológica que facilita a comunicação entre as pessoas e as organizações em todos os níveis sociais é uma verdade incontestável. Os dados estatísticos evidenciam esta realidade, quer em termos de investimento contínuo por parte das empresas na melhoria do desempenho da tecnologia (incluindo as organizações do sector público e da sociedade civil organizada), quer em termos de índices de adesão e acesso das pessoas aos variadíssimos serviços disponibilizados através da *web*. Contudo, os resultados apresentados neste capítulo evidenciam que, em termos globais, não tem havido um significativo compromisso dos organismos de turismo com os agentes do sector ao nível da partilha de informação sobre turismo sustentável através da internet. Observou-se que nos *websites* oficiais analisados é dada prioridade à divulgação de informação de carácter institucional e à comunicação de produtos, serviços e/ou eventos da área geográfica sobre a qual assumem responsabilidades.

Tendo em conta que no contexto da governança é necessário capacitar para envolver, de forma efetiva os agentes nas diversas etapas de planeamento, implementação, monitorização e avaliação, os *websites* oficiais podem assumir-se como um meio privilegiado e facilitador na estratégia de comunicação entre os agentes públicos e todos os outros agentes envolvidos com o sector no destino turístico Alentejo.

**Capítulo 8 | Estudo sobre transferência de conhecimento acerca de turismo sustentável através de websites oficiais dos organismos de turismo no Alentejo**

## Capítulo 9

# Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes

---

### 9.1. Introdução

Advoga-se que o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos turísticos deve ser baseado num sistema de governança pública, tido como eficaz desde que seja concebido e implementado com base num conjunto de pressupostos, tal como já se argumentou anteriormente. Tendo como ponto de referência as recomendações sugeridas pelas organizações internacionais, tal como explorado nos Capítulos 5 e 6, e a sua articulação num quadro conceptual definido com base na revisão da literatura científica apresentada nos capítulos iniciais, a presente etapa do estudo empírico tem por objetivo identificar o nível de importância que os agentes de um destino turístico atribuem aos pressupostos que devem reger um modelo de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável. O destino turístico regional escolhido para desenvolver o estudo é o Alentejo, tal como se argumentou no Capítulo 1.

A concretização do objetivo referido anteriormente passa pela tentativa de dar resposta a um conjunto de objetivos mais específicos, nomeadamente:

- analisar a importância que os agentes do destino atribuem ao papel de uma política pública que vise o desenvolvimento sustentável do turismo;
- analisar a importância que os agentes atribuem às diferentes etapas identificadas na literatura num processo de governança;
- avaliar a importância que os agentes atribuem a um conjunto de iniciativas de suporte à governança pública;
- identificar o tipo de entidade de governança que os agentes consideram legítima para liderar um projeto para o desenvolvimento do turismo sustentável no destino;
- avaliar a importância que os agentes atribuem a princípios de boa governança que devem pautar a atuação de uma entidade de governança;



- identificar a perspetiva dos agentes quanto aos atores que devem estar representados numa entidade de governança;
- analisar a importância que os agentes atribuem a diferentes mecanismos de participação pública para garantir um efetivo envolvimento na governança;
- analisar a importância que os agentes atribuem aos diferentes instrumentos políticos para incentivar a adesão mais célere do sector às iniciativas de turismo sustentável;
- identificar a perspetiva dos agentes quanto à escala geográfica que deve ser feito o planeamento dos objetivos e das estratégias, assim como a gestão das ações, no quadro de uma política pública para o desenvolvimento sustentável do turismo no destino.
- caracterizar, de forma genérica, o perfil do respondente e da organização que representa.

Para além dos objetivos descritos anteriormente, neste capítulo também se pretende verificar se existem diferenças entre agentes, em termos de importância que atribuem a uma política pública para o desenvolvimento de um turismo sustentável. Qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo deve promover, em termos globais, o desenvolvimento da Região Alentejo como um todo e, de forma particular, deve promover o desenvolvimento económico, preservando os recursos culturais e naturais que são fundamentais em qualquer processo de desenvolvimento turístico.

## **9.2. Metodologia**

Neste estudo optou-se por uma abordagem metodológica quantitativa, com base nos pressupostos do paradigma de investigação descritos no Capítulo 1 (Introdução).

### **9.2.1. Recolha dos dados**

#### ***i) Campo de análise***

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005), para além de ser essencial identificar o tipo de dados a recolher e como, igualmente existe a necessidade de circunscrever o campo de análise empírica no tempo e no espaço, geográfico e social. Neste sentido, a delimitação do campo de análise incide sobre três eixos. O eixo temporal, que se refere ao período em que o fenómeno é estudado, decorreu entre Maio e Junho de 2015. O eixo geográfico em

análise, tal como já se referiu nos Capítulos 1 e 7, coincide com o território que abrange a região Alentejo NUT II. O último eixo, definido como social, corresponde à definição das unidades de observação que compõem a população a estudar. Os procedimentos desenvolvidos para a sua definição são explicados na secção seguinte.

#### *Definição das unidades de observação*

A unidade de observação da investigação incide sobre as organizações públicas, privadas e da sociedade civil que operam no Alentejo e/ou têm influência no desenvolvimento do turismo. Deste modo, procurou-se obter a opinião de representantes de cada uma dessas organizações. No total, identificaram-se cerca de 1200 agentes, cuja metodologia de seleção é apresentada posteriormente. Considerando que um sistema de governança pública impõe a integração de múltiplos agentes que fazem parte do sector público, privado e sociedade civil que, direta e indiretamente, afetam e são afetados pelo desenvolvimento do sector turístico, a delimitação das unidades de observação deste estudo empírico teve por base esse pressuposto. Os principais grupos de agentes identificados, com influência no desenvolvimento do turismo no Alentejo, foram subdivididos nessas três categorias para análise. Contudo, o número de agentes contactados é inferior ao número de unidades organizacionais contabilizadas devido aos seguintes fatores: há instituições que oferecem serviços em diferentes áreas que são geridos pela mesma pessoa (ex. alojamento, enoturismo e animação; postos de turismo e espaços museológicos), pelo que não se multiplicou o pedido; há redes de espaços museológicos geridos por uma só entidade (ex. municípios, dioceses, fundações); há indivíduos que são responsáveis simultaneamente por várias organizações (ex. alojamento e associações; municípios e associações desenvolvimento); e algumas organizações não publicam dados sobre contacto e/ou publicitam endereços eletrónicos que já não estão válidos.

Considerou-se particularmente relevante abordar todos os membros da Assembleia Geral da Turismo do Alentejo, pelas responsabilidades estatutárias que têm sobre as matérias relacionadas com o desenvolvimento turístico da Região Alentejo (NUT II), sucintamente elencadas no Capítulo 7. Na Tabela 9.1 apresenta-se a sua composição na data de 2015, organizada por tipologias de agentes turísticos.

**Tabela 9.1.**

Composição dos membros da Assembleia Geral da Turismo do Alentejo (2015)

<b>Agentes</b>	<b>N.º Identificado</b>	<b>N.º Contactos</b>
Municípios	58	58
Associações empresariais nacionais do sector turístico	5	5
Sindicatos	2	2
Entidades públicas regionais	1	1
Associações desenvolvimento	2	2
Sector empresarial - empreendimentos turísticos	27	25
Sector empresarial - agentes de animação turística	4	4
Sector empresarial - gentes de viagens	4	4
Sector empresarial - agentes da restauração	4	3
	107	106

Fonte: Entidade Regional de Turismo do Alentejo (2015)

*Construção das bases de dados com os agentes objeto de inquirição*

No que diz respeito aos agentes diretamente implicados na operação do sector, na fase de planeamento desta etapa do estudo não existia nenhum organismo oficial que disponibilizasse uma lista atualizada com a identificação de todos os agentes legalizados que, efetivamente, estivessem a operar no sector na fase de recolha dos dados. Mesmo tendo conhecimento que o Turismo de Portugal dispõe do Registo Nacional de Turismo (RNT) como ferramenta útil para centralizar e disponibilizar a consulta de informação relativa aos empreendimentos e empresas do turismo em operação em Portugal, são reconhecidas, pela própria organização, algumas limitações no seu uso (ex. a responsabilidade do seu preenchimento e atualização cabe às entidades exploradoras dos empreendimentos e empresas do turismo) (Turismo de Portugal, 2015). O registo apenas é obrigatório para os agentes de animação turística e para as agências de viagens e turismo, cujos dados são validados previamente pelo Turismo de Portugal, e o domínio dos empreendimentos turísticos continua em fase de alimentação do RNT (Turismo de Portugal, 2015). Uma vez que a informação oficial disponível para consulta não corresponde à totalidade da realidade dos empreendimentos existentes recorreu-se a outras fontes para criar a base de dados dos agentes a inquirir, de forma tão atualizada e completa quanto possível na fase de recolha dos dados. Neste contexto, foi contactada a Entidade Regional de Turismo do Alentejo para solicitar algumas referências uma vez que esta tem por competência assegurar, de forma permanente, o levantamento da oferta turística regional e sub-regional. A Entidade gere periodicamente diversas bases de dados sobre a oferta turística legalizada na Região Alentejo (NUT II), que está em permanente

atualização. Em articulação com os dados cedidos, também foram consultadas algumas páginas oficiais dos municípios que disponibilizam informação sobre a oferta, assim como as páginas oficiais dos próprios agentes turísticos ou diretórios temáticos quando geridos por associações. No caso de algumas páginas oficiais dos municípios foram identificados agentes que, segundo se apurou, não estão legalizados, pelo que foram excluídos da base de dados. Verificando-se alguma desarticulação entre os dados disponíveis e a própria realidade, que, devido à sua natureza dinâmica, é praticamente impossível de quantificar de forma absoluta num único domínio temporal como é o caso em estudo, optámos por não utilizar a expressão universo de estudo, mas sim universo inquirido.

Para este estudo não foram consideradas todas as tipologias de agentes que, segundo a literatura referida nos Capítulos 3, 4 e 5, se devem envolver num sistema de governança, tais como os munícipes residentes nos concelhos da área de estudo abrangida ou turistas. O principal motivo deve-se às condições logísticas disponíveis e aos recursos financeiros, humanos e temporais que seriam necessários para planear e operacionalizar a abordagem a todos esses grupos de agentes. Um outro motivo prende-se com o facto de alguns dos estudos empíricos que analisam o destino (ex. Angella, Carlo & Sainaghi, 2010; Dinica, 2009 e 2013) apenas inquirirem agentes do setor público, privado e sociedade civil organizada. Dado que no destino turístico Alentejo ainda não foi desenvolvida e implementada uma análise neste contexto, segundo se tem conhecimento, também não se considerou oportuno estar a alargar o âmbito de inquirição aos residentes e aos turistas devido ao carácter exploratório deste estudo. Também se considerou que a abordagem desenvolvida é suficientemente consentânea com os objetivos a alcançar com a presente tese.

#### ***ii) Instrumento de recolha de dados***

A investigação recorreu ao inquérito por questionário enquanto instrumento de recolha de dados atendendo, por um lado, às vantagens associadas à sua utilização no presente contexto empírico (Bryman, 2013; Finn *et al.*, 2000; Veal, 2006) e, por outro, aos recursos disponíveis para afetar ao trabalho empírico. De forma sumária, enumeram-se alguns dos seus méritos, tal como apresentados por Veal (2006): baseia-se num conjunto de regras de pesquisa tidas como transparentes, permitindo que os dados possam ser reanalisados por terceiros; a quantificação dos dados obtidos permite processar informação complexa de

forma mais sucinta e clara; e é um meio que permite recolher informação variada para ajudar a compreender a situação de contexto onde estão integrados os inquiridos. As etapas associadas ao planeamento, gestão e avaliação dum questionário são várias e são apresentadas de forma diferenciada consoantes os autores (ex. Bryman, 2013; Czaja & Blair, 1996; Veal, 2006). Czaja & Blair (1996) enumeram as seguintes: desenho do questionário e planeamento preliminar; pré-teste; conceção final do desenho e planeamento da administração do questionário; recolha dos dados; codificação dos dados; análise dos dados; e elaboração do relatório.

### ***iii) Justificação da estrutura e conteúdo do questionário***

#### *Planeamento da estrutura*

Quanto à estrutura do questionário, foram estabelecidos cinco níveis de informação. No primeiro apresenta-se o título do questionário e um texto introdutório. O título atribuído ao questionário, «Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)», está diretamente relacionado com os objetivos de investigação. A introdução, considerada por Bryman (2013) e Hill & Hill (2008) como uma componente bastante importante do questionário porque pode determinar a primeira impressão e a decisão de cooperação por parte dos potenciais respondentes, foi dividida segundo os aspetos sugeridos pelos autores referidos. A sequência informativa é a seguinte: objetivo principal do questionário e público-alvo; conceito de governança nos destinos; contexto académico em que decorre a investigação; questões de ética associada ao uso dos dados; e argumentos que justificam a importância de obter a opinião de cada agente. Este contexto informativo introdutório é parte integrante do procedimento metodológico associado à preparação destes instrumentos (Bryman, 2013). Nos níveis seguintes, dois, três e quatro, agruparam-se as dezassete diferentes questões, pela seguinte ordem: objetivos de uma agenda para o turismo sustentável; estruturas, processos e iniciativas de governança para o turismo sustentável no Alentejo; e caracterização genérica da entidade e do respondente. Esta subdivisão do questionário em partes diferenciadas foi estabelecida com o propósito de facilitar a compreensão do inquirido face à sequência das perguntas colocadas para atingir os objetivos pretendidos. O quarto grupo de perguntas, para caracterizar o inquirido e a instituição que representa, foi colocado nesta posição por conter questões consideradas

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

de carácter institucional. O último nível contém uma breve mensagem de agradecimento, apresentada aos participantes após terem terminado o preenchimento do questionário.

Tal como sugerido por Bryman (2013) e Hill & Hill (2008), o *layout* definido e a aparência estética do questionário foram considerados nas questões associadas à clareza, extensão e inclusão de instruções para facilitar a resposta e permitir o preenchimento de cada uma das perguntas de forma correta. Uma vez que o questionário foi concebido no *Limesurvey*, a definição do *layout* e aparência ficaram condicionados às próprias opções técnicas disponíveis, embora este seja um domínio onde a subjetividade e gosto pessoal tornem difíceis conceber uma solução que seja globalmente amigável e atrativa para todos os utilizadores, ao mesmo tempo que pretende ser eficaz. A opção por apresentar todas as perguntas numa só página baseou-se no facto de facilitar o respondente a considerar, objetivamente, a dimensão do mesmo; supôs-se que a subdivisão de todas as dezassete questões por diversas páginas poderia criar a expectativa de ser necessário um tempo considerável para responder e, nesse pressuposto, contribuir para diminuir a adesão ao mesmo.

*Pré-teste*

A fase do pré-teste é considerada uma etapa importante para analisar a validade das perguntas do questionário, mesmo quando o investigador respeita todos os passos metodológicos sugeridos para a fase de planeamento do mesmo (Bryman, 2013; Czaja & Blair, 1996; Quivy & Campenhoudt, 2005). Em abril e maio de 2015 procedeu-se à aplicação do pré-teste (apresentado no Apêndice 9.1) a 17 agentes de diferentes grupos de governança, pertencentes ao universo da população a inquirir, contactados pessoalmente para participarem nesta fase. O formato de procedimentos de envio do questionário *on-line* foi nos mesmos termos formais que se pretendia fazer na aplicação definitiva. Na estrutura do questionário apenas foi adicionada uma pergunta aberta, no âmbito da qual os respondentes podiam anotar as observações e sugestões para melhoria do mesmo. No entanto, algumas delas também foram feitas verbalmente a pedido dos participantes (ex. via telefone) por uma questão de economia de tempo. No seu conjunto, as opiniões obtidas permitiram tomar algumas decisões sobre a estrutura e o conteúdo do questionário. Algumas das sugestões de alteração foram aguardadas com expectativa, sobretudo nas questões em que a possibilidade de optar por soluções diferentes levantou muitas dúvidas

na fase de planeamento. As alterações e/ou observações feitas permitiram melhorar a redação de algumas opções de resposta que estavam apresentadas de forma pouco clara, dificultando a sua interpretação, porque se utilizou expressões e termos conceptuais próprios do diálogo científico mas pouco comuns para os agentes em geral, com a devida exceção feita ao caso dos agentes que exercem cargos em instituições públicas e associações. No que diz respeito à caracterização do inquirido, também se considerou importante acrescentar algumas variáveis. Foram, ainda, detetadas necessidades ao nível da escala de avaliação associada à apreciação da escala geográfica, assim como ao nível da identificação dos agentes representativos. Na questão associada aos princípios de boa governança, cuja expressão é amplamente utilizada na literatura, também se reconsiderou a substituição da expressão «boa governança» por «governança», omitindo-se o adjetivo qualitativo, em função das sugestões apresentadas por Hill & Hill (2008) para a redação das perguntas de um questionário.

#### *Versão final do questionário*

A versão final do questionário aplicado aos agentes é apresentada no Apêndice 9.2. O questionário dirigido a todos os agentes, à exceção dos agentes responsáveis pelas unidades de alojamento (por razões que se explicam na secção seguinte), é constituído por um total de 17 perguntas principais divididas por três grupos, já descritos anteriormente. A versão final ficou estabelecida no formato que, à data, se considerou adequado para obter o máximo de dados e informação possível que permitissem analisar as variáveis e testar as hipóteses para a obtenção de resultados fiáveis e pertinentes em função dos objetivos estabelecidos para a investigação.

#### ***iv) Justificação do conteúdo das perguntas do questionário***

Nesta secção apresentam-se os itens associados a cada variável e as principais referências teóricas que resultaram da revisão da bibliografia e dos estudos empíricos apresentados nos capítulos anteriores.

Com o objetivo de identificar a importância que os agentes dão às metas a alcançar através do desenvolvimento do turismo sustentável, no questionário foi introduzida a questão: “Na sua opinião, qual o nível de importância que pode assumir uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II) no âmbito de cada

uma das dimensões apresentadas?”. As metas analisadas e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritas na Tabela 9.2.

**Tabela 9.2.**

Justificação dos itens associados às vantagens do turismo sustentável no destino

<i>Itens</i>	<b>Fonte</b>
[1] Introduzir novas formas de produção ao nível da oferta de serviços e produtos	Choi & Shirakaya (2005); Cooper (2012); Committee of the Regions (2006); Sharpley (2009); Hunter (1997); UNEP & WTO (2005); WTO (1999)
[2] Gerar prosperidade económica	
[3] Para proteger e preservar o património físico-ambiental e a diversidade biológica	
[4] Proteger e preservar o património cultural, material e imaterial	
[5] Melhorar a qualidade de vida das comunidades	
[6] Introduzir novas formas de consumo, junto dos turistas e da comunidade em geral	
[7] Proporcionar aos turistas uma experiência de qualidade	
[8] Melhorar a imagem da Região Alentejo como um todo	
[9] Fomentar a competitividade da Região Alentejo como um todo	

A escala utilizada é do tipo *Likert*, de 5 níveis, na qual o extremo 1 corresponde a «Nada importante» e o 5 a «Extremamente importante». Esta escala também é utilizada nos mesmos termos para as perguntas 1, 2, 3, 5, 7 e 8. A pergunta é de preenchimento obrigatório, tal como as restantes incluídas no questionário, à exceção da questão sobre a idade do respondente.

Com o objetivo de identificar a importância que os agentes dão às etapas de trabalho associadas a uma entidade de governança, foi introduzida no questionário a segunda questão: “Indique a importância que atribui à realização de cada uma das seguintes etapas para uma governança pública a favor do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II), tal como é sugerido pelas organizações internacionais?”. As etapas de trabalho analisadas e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritas na Tabela 9.3.



**Tabela 9.3.**

Justificação dos itens associadas à criação de uma entidade de governança e às responsabilidades que deve assumir

<i>Itens</i>	<i>Fonte</i>
[1] Instituir uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino	Bruyn & Alonso (2012); European Parliament (2002);
[2] Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas públicas entre diferentes níveis hierárquicos governativos	WTO (2000); WTO & UNEP (2008)
[3] Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas públicas com outras políticas sectoriais e territoriais	
[4] Coordenar a articulação das políticas públicas e ações turísticas no mesmo nível administrativo	
[5] Promover uma coordenação eficaz entre a própria entidade de governança e o sector privado do destino	
[6] Estabelecer uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis	
[7] Estabelecer objetivos e ações por áreas sectoriais ou geográficas, alinhadas com metas e princípios definidos	
[8] Implementar programas e ações que decorram da tomada de decisão	
[9] Monitorizar a implementação dos objetivos, programas e ações, e comunicar os resultados	
[10] Promover uma gestão adaptativa, que permita gerir incertezas, constrangimentos e oportunidades não planeadas	
[11] Avaliar os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais que decorrem dos programas e ações	

Com o objetivo de identificar a importância que os agentes dão às iniciativas de suporte ao funcionamento de um sistema de governança eficaz, foi introduzida no questionário a questão: “Tendo em conta as respostas da pergunta anterior, indique a importância que atribui à realização de cada uma das seguintes iniciativas”. As iniciativas analisadas e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritas na Tabela 9.4.

**Tabela 9.4.**

Justificação dos itens com as iniciativas que contribuem para uma participação efetiva dos agentes na governança

<i>Itens</i>	<i>Fonte</i>
[1] Disponibilizar dados e informação com qualidade e fomentar a partilha de conhecimento entre os múltiplos agentes	CBD (2004); Dinica (2009 e 2013); Hall (2011 <sub>a</sub> e 2011 <sub>b</sub> ); OECD (2003); Pan <i>et al.</i> (2006); Ritchie & Ritchie (2002); Rowe & Frewer (2005);
[2] Implementar processos de consulta que envolvam eficazmente múltiplos agentes	UNEP & ICLEI (2003); WTO & UNEP (2005)
[3] Implementar processos de decisão pública que envolvam eficazmente múltiplos agentes	
[4] Promover a capacitação de toda a cadeia de intervenientes do turismo no destino, através da formação, educação dos agentes e comunidade	
[5] Contribuir para a criação dum quadro regulamentar favorável à concretização das metas e objetivos estabelecidos	

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspectiva dos agentes**

Com o objetivo de identificar o tipo de estrutura de governança preferida pelos agentes, foi introduzida no questionário a questão: “Na sua opinião, que tipo de entidade de governança deve ser responsável por liderar um projeto para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II) como um todo, que garanta a concretização dos procedimentos indicados nas duas perguntas anteriores?”. Os tipos de estrutura de governança e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritos na Tabela 9.5.

**Tabela 9.5.**  
Justificação dos itens com tipos de instituições para garantir a governança

<i>Itens</i>	<i>Fonte</i>
[1] Entidade pública, autónoma e com responsabilidade exclusiva na governança, criada para o efeito	Bruyn & Alonso (2012); Dredge & Jenkins (2007); WTO (2012)
[2] Departamento ou Grupo de Trabalho para a Governança, a integrar numa entidade pública já existente	
[3] Entidade baseada numa parceria público-privada	
[4] Entidade baseada numa parceria público-privada-sociedade civil	
[5] Entidade privada	
[6] Associação / ONG Organização Não Governamental	
[7] Outra. Especifique qual.	

Com o objetivo de identificar a importância dos princípios de governança, foi introduzida no questionário a questão: “Na sua opinião, qual o nível de importância que os princípios de governança apresentados têm na atuação de uma entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)?”. Os princípios analisados e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritos na Tabela 9.6. Como se pode observar, há diferentes itens de princípios que são do mesmo âmbito (ex. âmbito da responsabilização). Isto deve-se ao facto de na literatura a descrição do âmbito dos princípios ser um pouco longa e, por isso, ter remetido para a necessidade de desagregar as suas características e, deste modo, tornar mais objetivo o raciocínio dos inquiridos aquando da sua avaliação.

**Tabela 9.6.**  
Justificação dos itens associados aos princípios de governança

<i>Itens</i>	<b>Âmbito do Princípio</b>	<b>Fonte</b>
[1] Fomentar uma ampla participação dos múltiplos agentes turísticos para garantir qualidade, pertinência e eficácia das iniciativas	Participação	Beaumont & Dredge (2010); CCE (2001); Hall (2008 e 2011);
[2] Atribuir, de forma clara e articulada, responsabilidades aos agentes que nela participam	Responsabilização	Ruhanen <i>et al.</i> (2010); Shipley & Kovacs (2008); UN-ESC (2006)
[3] Fomentar a participação ativa dos agentes envolvidos, nas fases de planeamento, implementação, gestão e avaliação	Participação	
[4] Atuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros	Abertura	
[5] Respeitar e fazer respeitar as normas estabelecidas para o seu funcionamento	Responsabilização	
[6] Garantir o tratamento equitativo de todos agentes envolvidos	Equidade	
[7] Seguir uma estratégia de comunicação e consulta pública ativa, acessível e facilmente compreensível	Abertura	
[8] Avaliar o cumprimento das responsabilidades atribuídas aos agentes	Responsabilização	
[9] As iniciativas e ações, baseadas em objetivos claros e realistas, devem ser coerentes e oportunas com a realidade do contexto	Eficácia	
[10] Promover as iniciativas e ações de forma proporcionada e articulada com os objetivos definidos e monitorizar os seus impactos	Eficácia	
[11] Liderar para garantir a coerência das iniciativas e ações	Coerência	

Com o objetivo de identificar quais os agentes de governança, por domínios institucionais, que devem integrar uma autoridade de governança no destino, foi introduzida no questionário a questão: “Na sua opinião, quais são os agentes que devem estar representados numa entidade que garanta a governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)?”. O tipo de agentes elencados e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritos na Tabela 9.7.

Tabela 9.7.

Justificação dos itens para análise dos agentes a considerar numa estrutura de governança

<i>Itens</i>		<b>Fonte</b>
Sector público do turismo	Sector público	CCE (2003, 2006, 2007); CE (2010); Dredge & Jenkins (2007); Hall (2008); Löffler (2003); OECD (2012 e 2014); TSG (2007); UNEP & WTO (2005)
Sector público de outros domínios políticos-sectoriais que se relacionam com o turismo		
Sector empresarial do turismo, através de empresários a título individual	Sector privado	
Sector empresarial do turismo, através de associações representativas de cada sector	Sociedade civil	
Sector empresarial do turismo, representado por confederação		
Representantes de outros agentes que se relacionam com a atividade turística (ex. transporte)		
Sociedade civil organizada: associações (regionais ou locais) / ONG	Sociedade civil	
Sociedade civil: comunidade		
Sociedade civil: visitantes		
Outro	--	

Com o objetivo de identificar quais mecanismos de participação considerados importantes pelos agentes, foi introduzida no questionário a questão: “Na sua opinião, qual o nível de importância que os diferentes mecanismos de participação seguintes têm para garantir uma efetiva participação pública dos agentes numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)?”. As categorias de mecanismos de participação e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritos na Tabela 9.8.

Tabela 9.8.

Justificação dos itens associados à análise dos mecanismos de participação

<i>Itens</i>	<b>Fonte</b>
[1] Mecanismos de participação: o agente tem acesso à informação, através de notícias na imprensa ou em relatórios técnicos, seminários ou conferências	OECD (2013); Rowe & Frewer (2005)
[2] Mecanismos de <i>feed-back</i> : ao agente é solicitada opinião ou comentários, através de estudos, sondagens ou audiência pública	
[3] Mecanismos de consulta: o agente é oficialmente auscultado para se pronunciar sobre assuntos, através de reuniões públicas, <i>workshops</i> , painel de peritos / <i>focus group</i>	
[4] Mecanismos de colaboração: o agente é integrado em grupos especializados, processos de negociação, mediação ou arbitragem	
[5] Mecanismos de controlo: o agente assume autoridade, através de sistema de voto ou referendo local	

Com o objetivo de identificar quais os instrumentos políticos preferidos pelos agentes para incentivar a adesão ao turismo sustentável, foi introduzida no questionário a questão: “Na sua opinião, qual o nível de importância que cada uma das categorias de instrumentos políticos apresentadas têm para incentivar a adesão dos agentes às iniciativas de turismo

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

sustentável na Região Alentejo (NUT II)?”. As categorias de instrumentos políticos e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritos na Tabela 9.9.

**Tabela 9.9.**  
Justificação dos itens associados à análise dos instrumentos políticos

<b>Itens</b>	<b>Fonte</b>
[1] Voluntários: encorajam a adesão dos agentes às abordagens e práticas sustentáveis (ex. respeito por códigos de conduta nacionais ou internacionais, adesão a iniciativas de certificação voluntária)	Dredge & Jenkins (2007); Guibilato (1983); Mill & Morrison (1992); UNEP & WTO (2005); Wanhill (2008)
[2] Apoio: influenciam ou apoiam os agentes a tornar as suas atividades mais sustentáveis, de forma direta e indireta (ex. sector público disponibiliza serviços públicos de transporte mais amigos do ambiente)	
[3] Medida: determinam os níveis de desenvolvimento turístico e os impactos da atividade (ex. definem a capacidade de carga, indicadores de sustentabilidade ou procedimentos de monitorização)	
[4] Económicos: apoiam o desenvolvimento de projetos e produtos sustentáveis (ex. concessão de licenças, incentivos financeiros, aplicação de taxas)	
[5] Controlo regulamentar: estabelecem leis, normas e regras, e fazem a respetiva fiscalização (ex. através da legislação, regulamento e regras de licenciamento)	

Com o objetivo de identificar a escala geográfica que os agentes consideram importante planear e gerir uma política pública, foram introduzidas no questionário as seguintes questões: “A que escala geográfica deve ser feito o *planeamento dos objetivos e das estratégias* inerentes a uma política pública para o desenvolvimento das atividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)?” e “A que escala geográfica deve ser feita a gestão das ações inerentes a uma política pública para o desenvolvimento das atividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)?”. As escalas geográficas estabelecidas e as fontes utilizadas para a sua identificação estão descritas na Tabela 9.10.

**Tabela 9.10.**  
Justificação dos itens associados à escala geográfica de intervenção

<b>Itens</b>	<b>Fonte</b>
Nível individual de cada organização / empresa	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
Nível do município	Portaria n.º
Nível Comunidade Intermunicipal	283/2008, de 10 de abril; Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro [e demais normas relacionadas que lhe sucederam em alterações]
Nível das NUT III	
Nível distrital	
Nível global da Região Alentejo, descentralizando esta competência por grupos de ação (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos)	
Nível global da Região Alentejo, centralizando esta competência numa só entidade para a totalidade dos 58 municípios	
Outra escala. Especifique.	

As perguntas 11 a 17 integram-se num nível de questões que visam caracterizar genericamente o agente inquirido e a instituição que representa. As variáveis estabelecidas estão descritas na Tabela 9.11.

**Tabela 9.11.**  
Justificação dos itens para caracterizar a instituição e o inquirido que a representa

	<b>Informação a recolher</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Tipo</b>	<b>Escala</b>
Caracterização da Instituição	Idade: número de anos em que está a operar no sector	Identificar o nível de envolvimento com o sector	Fechada	<1 ano / 1-2 anos / 3-5 anos / 6-10 anos / >10 anos
	Participação em projetos nos últimos 10 anos	Identificar o nível de experiência em projetos relacionados com produção e consumo sustentáveis	Fechada	Sim / Não
	Referência aos projetos nos últimos 10 anos	Identificar os projetos em que se envolveu	Aberta	--
Caracterização do Inquirido	Cargo que exerce	Identificar o nível de responsabilidade	Aberta	--
	Sexo	Identificar o sexo	Fechada	M / F
	Nível de habilitações	Identificar o nível de formação	Fechada	Ensino Secundário / Licenciatura / Pós-graduação / Mestrado / Doutoramento / Outro
	Área da graduação mais recente	Identificar a área de formação	Aberta	--

Para além das questões anteriores, foram identificadas outras como sendo pertinentes para enriquecer a análise do perfil do inquirido e da instituição que representa. Contudo, dada a dimensão do questionário atingida com as questões anteriores, optou-se por não alongar o mesmo com mais informação caraterizadora do inquirido, sob pena de o desmotivar. Sobre a identificação de outras características da instituição, considerou-se que a acessibilidade à informação poderia ser conseguida recorrendo a dados secundários ou consultando a respetivas páginas oficiais na internet.

#### **v) Método de administração do questionário**

O método definido para a administração do questionário foi o da administração indireta (autoadministração), atribuindo-se ao próprio inquirido a responsabilidade de preencher o questionário. Os argumentos que apresentam as vantagens e limitações da aplicação deste instrumento de forma autoadministrada também são discutidos na literatura. Bryman (2013) e Veal (2006) referem as seguintes vantagens: redução nos custos da operação;

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

distribuição massiva em pouco tempo e maior rapidez na resposta; ausência de possíveis interferências por parte dum entrevistador; maior liberdade para o entrevistado responder no sítio e na hora que for mais conveniente para ele; e o facto de poder ser anónimo. Os mesmos autores também referem alguns inconvenientes: o entrevistado não pode esclarecer de imediato dúvidas de interpretação; todas as perguntas podem ser lidas previamente e deste modo tornar as questões dependentes; não se sabe quem é que efetivamente responde; não se deve colocar muitas questões devido à fadiga percebida pelo entrevistado; esta forma de administração, quando comparada com entrevistas, revela uma taxa de resposta mais baixa; e cuidados acrescidos na formatação do questionário. Considerando que não há nenhum instrumento que só apresente vantagens na sua utilização, a opção feita por esta forma de administração baseou-se no facto da população em estudo estar dispersa por uma extensão geográfica significativa (Alentejo NUT II) e nas limitações e constrangimentos temporais, humanos e financeiros associados a uma administração direta do questionário que este estudo implicaria.

O convite para participar no estudo foi enviado individualmente para o endereço de correio eletrónico dos agentes responsáveis pelos serviços identificados na base de dados. Foi utilizado o *software Limesurvey* de criação e gestão de questionários, cujas funcionalidades são compatíveis com os procedimentos metodológicos sugeridos na literatura. O envio foi processado através da Plataforma de Inquéritos da Universidade de Évora.

Foi elaborado um texto padronizado para a mensagem de contacto, adaptado pontualmente em função do contexto sectorial do serviço pelo qual cada agente se responsabiliza: alojamento, enoturismo, animação, museus / espaços museológicos, ensino e investigação, municípios e postos de turismo, associações e entidades públicas. Em diversos casos, observou-se que um mesmo agente assume a responsabilidade por mais de um serviço numa mesma instituição, num mesmo domínio ou em domínios diferentes, o que trouxe complicações acrescidas para a organização da base de dados. O questionário foi de administração controlada e só os agentes convidados diretamente a participar é que ficaram autorizados a responder, através de um código de acesso único que lhe foi atribuído e referenciado diretamente na mensagem do correio eletrónico. O número de respostas obtidas foi de 231, o que corresponde a uma taxa de 19,3%.

### **9.2.2. Análise de dados**

Para o tratamento e análise dos dados recolhidos foi utilizado o *software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences*, versão 22.0. Dado o tipo de perguntas e dados recolhidos, foi feita uma análise descritiva (frequência, moda, desvio padrão, mediana, entre outras) para caracterizar o perfil do agente e da instituição que representa. A estatística descritiva (medidas de localização e dispersão) também foi utilizada para dar resposta aos objetivos de investigação específicos desta tese relacionados com a análise das perceções dos inquiridos sobre um conjunto de elementos que são relevantes quando se pretende utilizar a governança como alavanca para promover o desenvolvimento turístico sustentável.

Com o objetivo de identificar dimensões, em termos de importância que os agentes atribuem a uma política pública para a concretização de um conjunto de objetivos relacionados com o conceito de turismo sustentável, foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP). Este tipo de análise estatística multivariada foi igualmente utilizada para identificar dimensões em termos de etapas de um processo de governança e também em termos de princípios de boa governança. No total foram realizadas três Análises de Componentes Principais.

No sentido de verificar se existiam grupos homogéneos de agentes entrevistados sobre a importância que atribuem a uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo foi realizada uma análise de *clusters* hierárquica. A comparação dos *clusters* identificados foi realizada recorrendo ao teste do Qui-quadrado, para as variáveis qualitativas, e ao teste do Kruskal-Wallis, para as variáveis quantitativas. Este último teste foi utilizado pelo facto de os pressupostos para utilizar o teste da ANOVA não se terem verificado.

## **9.3. Análise e discussão dos resultados**

### **9.3.1. Caracterização da amostra**

#### ***i) Âmbito institucional***

A caracterização da amostra é realizada em termos de descrição da instituição quanto ao tipo de entidade de governança, o facto de ser membro da Assembleia Geral da ERTA, o domínio principal de prestação de serviços, o número de anos que está a operar no sector e



o facto de se envolver em projetos e/ou iniciativas associadas ao desenvolvimento sustentável, tal como se apresenta na Tabela 9.12.

**Tabela 9.12.**  
Caracterização genérica da instituição

	N	(%)
<b>Tipo de Entidade</b>		
Sector Público	110	47,6
Sector Privado	90	39,0
Sociedade Civil	31	13,4
<b>Membro da ERTA</b>		
Sim	49	21,2
Não	182	78,8
<b>Âmbito de Atividade</b>		
Alojamento	60	25,9
Serviços de informação	26	11,3
Política e estratégia (local)	23	10,0
Ensino & Investigação	23	10,0
Animação	22	9,5
Espaços museológicos	21	9,1
Política e estratégia (nacional /regional)	16	6,9
Desenvolvimento regional e local	11	4,8
Enoturismo	10	4,3
Associações Profissionais (regional/local)	9	3,9
Consultoria	7	3,0
Associações Profissionais (nacional)	2	0,9
Agência Viagens	1	0,4
<b>Tempo de atividade no sector</b>		
< 1 ano	5	2,2
1 - 2 anos	14	6,2
3 - 5 anos	21	9,3
6 - 10 anos	33	14,6
> 10 anos	153	67,7
<b>Envolvimento em projetos e/ou iniciativas relacionados com sustentabilidade</b>		
Não	135	59,5
Sim	92	40,5

*Tipo, âmbito e tempo de atividade das instituições no sector turístico*

No âmbito das respostas obtidas (Tabela 9.12) observa-se que a maior parte das instituições participantes integra-se no sector público (47,6%), seguido do sector privado (39,0%) e da sociedade civil organizada (13,4%). Quanto ao âmbito de atividade das instituições inquiridas, as que estão mais representadas são as que operam na atividade do alojamento (25,9%). As duas atividades sectoriais menos representadas são as agências de viagens (0,4%), que só surgem na população em estudo porque fazem parte da Assembleia Geral da ERTA, e as associações profissionais de âmbito nacional (0,9%). Uma das razões que justifica que 67,7% das instituições inquiridas opere há mais de 10 anos no sector é o facto duma parte significativa pertencer ao sector público, na sua maior parte municípios.

*Participação das instituições em projetos e iniciativas de sustentabilidade*

O envolvimento das instituições em projetos e iniciativas que visem formas de produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis, seja a nível individual ou num contexto de parceria, é assumido por 40,5% dos inquiridos. Deste grupo, apenas alguns agentes indicaram expressamente os projetos e iniciativas nos quais têm participado, incluindo aqueles que estão em fase de execução. Na Tabela 9.13 elencam-se as respostas obtidas, organizadas nas dimensões que integram o conceito de desenvolvimento sustentável que com mais frequência são abordadas na literatura, tal como já referenciado no Capítulo 3. Para a categorização das iniciativas nas dimensões de desenvolvimento sustentável utilizou-se, como base, a categorização proposta por Choi & Sirakaya (2006). O compromisso de confidencialidade associada à divulgação dos dados não permite divulgar quais são as instituições e/ou identificar expressamente o nome das iniciativas quando se circunscrevem à participação de uma ou duas instituições. Ressalva-se que as respostas dadas pelos inquiridos nem sempre foram esclarecedoras. Algumas foram demasiado genéricas, não permitindo fazer a identificação da dimensão principal que lhe está associada. Foi o caso, por exemplo, das respostas “práticas agrícolas”, “todos de cariz municipal e todos de cariz regional com impacto municipal” ou “todos os que dizem respeito às competências dos municípios”.

**Tabela 9.13.**  
 Projetos e iniciativas de sustentabilidade, por dimensão da sustentabilidade

Área	Tipo de Iniciativa / Projetos	Dimensão
Adegas	Dinamização de programas temáticos com enfoque na cultura e gastronomia local	Sociocultural
	Iniciativa relacionada com descentralização do festival gastronómico internacional p/ Alentejo	Sociocultural
	Integrado na Rede Europeia de Business and Biodiversity	Ecológica/ambiental
	Parcerias com diversos agentes económicos locais (ex: produtor de azeite e compotas; escolas)	Política (parcerias)
	Promoção do consumo de produtos locais	Económico
	Utilização de garrafas de vidro leve com impactos ambientais positivos	Ecológica/ambiental
	Vinha em modo de proteção integrada	Ecológica/ambiental
	Articulação c/ instituições similares p/ acolhimento de eventos/grupos de maior dimensão	Política (parcerias)
	Associação a empresas prestadoras de serviços (ex. "A vida é bela", "Smartbox" e "Coolgift")	Política (parcerias)
	Promoção do emprego a nível local	Económica
	Protocolo com escolas para promoção dos nossos produtos	Política (parcerias)
	Adopt a Village	Sociocultural
	Apoio a iniciativas da Comunidade	Sociocultural
	Carbon Free	Ecológico/ambiental
Alojamento	Casas Brancas, Rota Vicentina e Heranças do Alentejo	Sociocultural
	Certificação de restaurantes	Económico
	Certificação em Qualidade e Ambiental ISO 9001 E 14001	Ecológico/ambiental
	Check Out for Nature	Ecológico/ambiental
	Com registo no EMAS	Ecológico/ambiental
	Contactos com agentes internacionais no âmbito do turismo sustentável	Política (parcerias)
	Contactos com ministério do ambiente no âmbito do património de plantas, árvores e pássaros	Ecológico/ambiental
	Cool Car	Ecológico/ambiental
	Desenvolvimento de ações de monitorização ambiental ao abrigo Declarações Impacte Ambiental	Ecológico/ambiental
	Desenvolvimento de ações monitorização e divulgação de valores ambientais no Estuário do Sado	Ecológico/ambiental
	Desenvolvimento de catálogo de atividades de ecoturismo no Estuário do Sado	Ecológico/ambiental
	Desenvolvimento de cosmética/amenities com produtos endógenos (ex. azeite)	Económica
	Eco-Hotel	Ecológico/ambiental
	Execução de conselhos/sugestões feitas pela ERTA/R	Política (Parcerias)
	Gestão de recursos: água e energia	Ecológico/ambiental
	Green Key	Ecológico/ambiental
	Instalação de painéis solares para aquecimento das unidades de alojamento	Ecológico/ambiental
	Introdução de painéis solares e geotermia	Ecológico/ambiental
	Política ambiental regulamenta na empresa (ETAR própria, resíduos, tratamento óleos alimentares)	Ecológico/ambiental
	Produção vínica orgânica	Ecológico/ambiental
	Programa de compras em empresas locais, com mais de 50%	Económica
	Save Miguel	Físico
	Tratamento de efluentes	Ecológico/ambiental
	Eventos, feiras e <i>road-shows</i>	Cultural e Económica
	Gestão florestal	Ecológico/ambiental
	Parcerias c/ agências e instituições	Político (parcerias)
	Parcerias c/ agentes turísticos da zona norte	Político (parcerias)
	Parcerias c/ entidades locais e regionais	Político (parcerias)
	Associação a organismo público/privados	Político (parcerias)
	Participação em ações de <i>incoming</i> a jornalistas e operadores internacionais da ARPTA	Político (parcerias)
Participação no Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo na Região do Alentejo	Político (parcerias)	

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

(Continuação da Tabela 9.13)

Área	Tipo de Iniciativa / Projetos	Dimensão
Associações	Ações de marketing <i>online</i> que visam o apoio à comercialização dos seus associados	Política e Económica
	Edição de documento relacionado com Turismo Sustentável	Política
	Estruturação e promoção do produto Turismo de Natureza no território	Ecológico/ambiental e Económica
	Integrado no i9tur no âmbito do programa Equal	
	Rota Vicentina, Casas Brancas e Rede de Turismo Criativo	Sociocultural
	Conceção de percursos pedestres	Ecológico/ambiental
	Criação de uma rede concelhia de núcleos museológicos	Ecológico/ambiental
	Desenvolvimento de atividades com o objetivo de realçar os fatores diferenciadores da oferta	Económica
	Desenvolvimento de percursos pedestres em parceria com a ERTA	Ecológico/ambiental
	Desenvolvimento de percursos pedonais com interesse turístico	Ecológico/ambiental
	Dinamização de atividades em parceria com os agentes locais para divulgar produtos de base local	Económica e Política (Parcerias)
	Dinamização de eventos associados às atividades turísticas estratégicas, baseadas em recursos locais	Económica
Municípios	Incentivo à prática da pesca tradicional e dinamizar certames gastronómicos ligados ao peixe	Económica
	Participação no Guia TransAlentejo, organizado pela ERTA	Económica
	Participação na Rede Cidades e Vilas Medievais	Sociocultural e económica
	Participação no circuito turístico “Por Terras Raianas”	Sociocultural e económica
	Participação no projeto "Alentejo a Pé", organizado pela CCDR-A	Ecológica/ambiental e económica
	Participação no projeto "Por esses campos fora", integrado nas Comemorações do Ano Internacional dos Solos	Ecológica/ambiental e económica
	Participação no projeto ECOSAL ATLANTIS	Ecológica/cultural
	Planeamento e gestão de Serviços de Apoio aos Turistas e Visitantes	Económica
	Projeto, em fase de estudo, de Turismo Natureza Sustentável em zona da Rede Natura 2000	Ecológica/ambiental e económica
	Promoção de atividades de observação de aves, etc.	Ecológica/ambiental e económica
	Promoção de produtos locais na Feira Anual	Económica
	Reabilitação da Vila	Sociocultural
	Rede de percursos pedestres no concelho	Ecológica/ambiental
	Colaboração na promoção do Destino Alentejo	Política (parcerias)
	Desenvolvimento de atividades culturais c/ base em produtos histórico/culturais endógenos, promovendo a cultura e a economia local de forma integrada	Económica e Sociocultural
	Desenvolvimento de instrumentos de planeamento	Político
	Envolvimento numa parceria para o Turismo Náutico	Político (parcerias)
	Iniciativas de valorização e promoção do património natural e cultural local	Sociocultural e ecológico/ambiental
	Iniciativas em parceria com a ERTA, CIMAC, CCDR e privados	Político
	Instalação de equipamentos de energias renováveis	Ecológico/ambiental
Integrou o Grupo de Trabalho “Candidatura do Montado a Património Humanidade”	Ecológico/ambiental e económico	
Participação no planeamento e desenvolvimento do Plano Atividades da ERTA	Político	
Participação no Plano de Desenvolvimento Turístico do Alto Alentejo (CIMAA)	Político	
Participação no Plano Estratégico p/ Desenvolvimento Turismo Náutico (ERTA)	Ecológico/ambiental	
Planeamento e concretização de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento turístico	Ecológico/ambiental	
Projetos com associações de promoção de turismo de natureza, ambiental, etc.	Ecológico/ambiental e Político	

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

A categorização das iniciativas por dimensão principal da sustentabilidade não foi um procedimento fácil por dois motivos principais. O primeiro baseia-se no facto de algumas respostas terem sido demasiado genéricas, sem precisarem a designação e/ou o contexto institucional e espacial em que ocorrem. Em alguns destes casos foi possível recolher informação adicional na internet para lhes atribuir a dimensão principal. Noutros casos, a dificuldade residiu no facto de algumas iniciativas focarem mais do que uma dimensão da sustentabilidade. Ainda assim, os dados apresentados na Tabela 9.13 facilitam uma compreensão do contexto global em que as instituições estão a contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região. A dimensão da sustentabilidade na qual as instituições da região turística Alentejo evidenciam investir mais é na ecológica/ambiental. No âmbito da referência aos diversos projetos e iniciativas de sustentabilidade, observa-se que alguns têm objetivos e impactos que se repartem por mais do que uma dimensão. Um outro dado evidente é o facto de diversas iniciativas referidas se inserirem no âmbito da dimensão política, a qual tem sido foco central nesta tese. São iniciativas de trabalho em rede, quer entre os agentes privados, quer entre estes e as entidades públicas. Outra evidência tem a ver com o envolvimento dos agentes em instrumentos de planeamento e estratégicos, promovidos pelas entidades regionais, identificados no Capítulo 7. Neste contexto, considera-se um dado positivo o facto dos agentes se empenharem individualmente em iniciativas ambientais que valorizam o seu negócio (ex. Carbon Free, Eco-Hotel, Save Miguel), assim como em outras de âmbito coletivo ao nível do destino turístico Alentejo NUT II (ex. participação em planos de desenvolvimento turístico promovidos pela ERTA e ações de promoção promovidas pela ARPTA) ou ao nível intermunicipal (ex. rede de cidades e vilas). Tal como se refere na literatura, é o somatório das iniciativas dos vários agentes que permite que um destino turístico se assuma como sustentável. Por último, refira-se que os agentes da sociedade civil organizada não referiram a sua participação em qualquer projeto ou iniciativa.

Apesar de, até à data, não se conhecer a existência de qualquer projeto global de desenvolvimento do turismo sustentável em execução no destino Alentejo, verifica-se que os agentes, individualmente e/ou no seu espaço de influência empresarial ou político-territorial, já começaram a desenvolver iniciativas que contribuem para o projeto internacional, ainda que ambicioso, de desenvolvimento sustentável do planeta.

**ii) Perfil do inquirido**

Paralelamente à apresentação genérica do perfil da instituição, também foram recolhidas algumas informações para caracterizar o agente inquirido, em termos de sexo, idade, habilitações e domínio da formação obtida mais recentemente. Na Tabela 9.14 apresentam-se os resultados obtidos.

**Tabela 9.14.**  
Caracterização genérica do inquirido

<i>Perfil sociodemográfico</i>	N	(%)	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda
<b>Género</b>						
Feminino	107	46,5	--	--	--	--
Masculino	123	53,5	--	--	--	--
<b>Idade</b>	218	--	45,76	10,486	44,5	42
<b>Habilitações</b>						
Ensino Secundário	32	14,1	--	--	--	--
Licenciatura	90	39,6	--	--	--	--
Pós-graduação	31	13,7	--	--	--	--
Mestrado	46	20,3	--	--	--	--
Doutoramento	16	7,0	--	--	--	--
Outra	11	4,8	--	--	--	--
<b>Domínio de formação</b>						
Turismo	71	37,0	--	--	--	--
Economia, gestão e/ou <i>marketing</i>	56	29,2	--	--	--	--
Património e/ou cultura	25	13,0	--	--	--	--
Outras	40	20,8	--	--	--	--

No que respeita a amostra, cerca de 54% dos inquiridos são do sexo masculino e 46% do sexo feminino. Em termos do nível de habilitações dos inquiridos, verifica-se que cerca de 40% tem uma licenciatura, 20% tem o mestrado e 7% possui o grau de doutoramento, perfazendo um total de 65% dos profissionais inquiridos com formação superior. Tal como refere Pan *et al.* (2006), a WTO, WTTC & EC (1996) ou a CEC (2010), a formação dos recursos humanos no sector é determinante para a inovação e competitividade, pelo que quanto maior é o nível de qualificação maior será a probabilidade do sucesso das organizações. Nesta amostra observa-se que o nível de formação dos profissionais é relevante, mas é preciso continuar a dinamizar mais iniciativas que reforcem e valorizem a formação ao longo da vida e, conseqüentemente, tenham reflexos no nível de conhecimento dos agentes sobre o vasto âmbito da sustentabilidade, tal como sugerem

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

Cooper (2009) e Xiao & Smith (2007). Quanto ao domínio de formação, prevalece a área do turismo (37%), seguida da economia, gestão e *marketing* (29%). Nos “outros” domínios estão 21% dos inquiridos, o que se considera um número relativamente elevado, se considerarmos que cada domínio profissional deve recrutar recursos humanos com formação na sua área para que haja qualidade na prestação dos serviços.

### 9.3.2. Perceção dos agentes quanto à importância de uma política pública para o turismo sustentável

Na Tabela 9.15 apresentam-se os resultados obtidos nas respostas para a primeira questão do questionário, que tem como objetivo analisar a perspetiva dos agentes inquiridos sobre a importância de uma política pública para que determinados objetivos do desenvolvimento sustentável do turismo na Região do Alentejo possam ser atingidos. No âmbito dos nove objetivos colocados para apreciação, destaca-se a grande importância que os agentes atribuem à proteção e preservação do património cultural (média=4,63), enquanto a introdução de novas formas de consumo por parte dos turistas e comunidade em geral, apesar de ser considerada importante (média=3,97), em termos comparativos com os outros itens, é considerado o menos importante.

**Tabela 9.15.**

Importância dum política pública para o turismo sustentável: perceção dos agentes

<i>Itens</i> <sup>(1)</sup>	N	(%)					Média	DP <sup>(2)</sup>
		1	2	3	4	5		
Proteger e preservar o património cultural, material e imaterial	230	0,0	0,0	5,7	26,1	68,3	4,63	0,590
Proteger e preservar o património físico-ambiental e a diversidade biológica	231	0,0	1,3	4,8	32,5	61,5	4,54	0,651
Melhorar a imagem da Região Alentejo como um todo	230	0,4	0,0	7,8	30,0	61,7	4,53	0,678
Fomentar a competitividade da Região Alentejo como um todo	230	0,9	1,7	6,5	35,7	55,2	4,43	0,766
Melhorar a qualidade de vida das comunidades	230	0,0	1,7	7,4	40,0	50,9	4,40	0,703
Proporcionar aos turistas uma experiência de qualidade	230	0,9	1,7	9,6	33,0	54,8	4,39	0,801
Gerar prosperidade económica	231	1,3	2,2	9,5	36,8	50,2	4,32	0,836
Introduzir novas formas de produção ao nível da oferta de serviços e produtos	231	2,2	3,9	13,4	45,5	35,1	4,07	0,913
Introduzir novas formas de consumo, junto dos turistas e da comunidade em geral	230	1,7	2,2	21,7	46,1	28,3	3,97	0,864

Legenda: <sup>(1)</sup>Escala tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; <sup>(2)</sup>“Desvio padrão”



Com o objetivo de agrupar os itens utilizados para avaliar o nível de importância que os agentes dão a uma política pública a favor do turismo sustentável na Região em dimensões do conceito de sustentabilidade, foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP) (Tabela 9.16), utilizando o método Varimax como método de rotação. Com base na análise da matriz de correlações, na matriz anti-imagem, nas comunalidades e na matriz de componentes verificou-se que todas as variáveis deveriam fazer parte da análise. O valor do teste KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) sugere que se trata de uma análise fatorial boa (KMO = 0,780) e o teste de Bartlett (831,526 com *p-value*= 0,000) refere que se rejeita a hipótese da matriz de correlações ser uma matriz identidade.

Da ACP realizada emergiram 3 componentes (Tabela 9.16) que explicam 71,41% do total da variância da amostra: F1: *Desenvolvimento económico*; F2: *Desenvolvimento e valorização do património (natural e cultural)*; e F3: *Desenvolvimento global do destino*. Em termos de consistência interna dos fatores/componentes verifica-se através do valor do teste *Cronbach's alfa* que todos eles apresentam um valor superior a 0,70, o que revela uma boa consistência interna dos fatores. A média destes fatores revela que o fator F2: *Desenvolvimento e valorização do património (natural e cultural)* (média=4,52) é a dimensão mais importante, enquanto o fator F1: *Desenvolvimento económico* é a menos importante (média=4,19). Estes resultados revelam que os agentes inquiridos consideram importante a existência de uma política pública para a concretização de objetivos de desenvolvimento sustentável, tanto nas dimensões cultural e natural como na económica. No entanto, atribuem uma maior importância a uma política para o desenvolvimento e valorização do património cultural e natural.

Os dados sugerem que os agentes estão positivamente conscientes dos diferentes impactos que uma política pública pode ter no Alentejo no domínio do turismo sustentável. No entanto, evidenciam estar um pouco mais céticos com os benefícios económicos a obter, talvez porque a Região está conotada, há muitas décadas, com baixos índices de desenvolvimento económico, se a considerarmos comparativamente ao contexto nacional ou com outras regiões nacionais, tal como também se evidenciou no Capítulo 7 relativamente a alguns indicadores. A valorização do património ecológico/ambiental e cultural, e a melhoria de qualidade de vida, foram bastante valorizadas. Tal como referem Palmer (1998), Song *et al.* (2012), SCBD (2004), UN-ESC (1999) e inúmeros documentos políticos, é muito importante que os recursos endógenos dos quais dependem os negócios



**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspectiva dos agentes**

turísticos, e que estão muitas vezes relacionados com a singularidade dos destinos, sejam preservados e valorizados com base nos princípios de sustentabilidade. Tendo em conta que os agentes reconhecem e estão sensibilizados para esta premissa, consideramos que num investimento futuro as entidades competentes têm o seu trabalho facilitado.

**Tabela 9.16.**

ACP: Importância duma política pública para o turismo sustentável

<i>Importância duma política pública para o turismo sustentável</i>	Média	Comunidades	F1: Desenvolvimento económico	F2: Desenvolvimento e valorização património (natural e cultural)	F3: Desenvolvimento global do destino
Introduzir novas formas de produção ao nível da oferta de serviços e produtos	4,09	0,647	0,793		
Introduzir novas formas de consumo, junto dos turistas e da comunidade em geral	3,97	0,611	0,751		
Gerar prosperidade económica	4,33	0,652	0,721		
Proporcionar aos turistas uma experiência de qualidade	4,39	0,628	0,686		
Proteger e preservar o património físico-ambiental e a diversidade biológica	4,55	0,775		0,866	
Proteger e preservar o património cultural, material e imaterial	4,63	0,791		0,853	
Melhorar a qualidade de vida das comunidades	4,40	0,681		0,696	
Fomentar a competitividade da Região Alentejo como um todo	4,43	0,818			0,861
Melhorar a imagem da Região Alentejo como um todo	4,53	0,825			0,859
Variância explicada (%)			27,82	24,19	19,39
Variância cumulativa (%)			27,82	52,01	71,41
Cronbach's alfa			0,793	0,786	0,803
Média			4,19	4,52	4,48

KMO = 0,780 *Bartlett's test of sphericity* = 831,526 (p = 0,000)

### 9.3.3. Perceção dos agentes quanto à importância das etapas de um processo de governança

Na Tabela 9.17 apresentam-se os resultados obtidos sobre a importância que os agentes atribuem a cada uma das etapas da governança, apresentadas e discutidas no Capítulo 5. Entre as etapas enunciadas, a que obtém a média mais elevada (média=4,45) é precisamente a que diz respeito ao estabelecimento duma “visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis”, considerada como o ponto de partida essencial para um projeto de sucesso. No oposto, “instituir uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino”, apesar de ser considerada também uma etapa relevante, é a que obtém a média mais baixa (média=3,97).

**Tabela 9.17.**

Importância das responsabilidades a assumir por uma estrutura governança: perceção dos agentes

Itens <sup>(1)</sup>	N	(%)					Média	DP <sup>(2)</sup>
		1	2	3	4	5		
Estabelecer uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis	229	0,40	0,00	8,30	37,10	54,10	4,45	0,684
Monitorizar a implementação dos objetivos, programas e ações, e comunicar os resultados	229	0,40	0,00	7,90	42,80	48,90	4,40	0,672
Promover uma coordenação eficaz entre a própria entidade de governança e o sector privado do destino	229	0,40	0,00	10,50	40,60	48,50	4,37	0,705
Avaliar os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais que decorrem dos programas e ações	229	0,00	0,40	9,60	44,50	45,40	4,35	0,669
Estabelecer objetivos e ações por áreas sectoriais ou geográficas, alinhadas com metas e princípios definidos	229	0,40	0,90	9,60	50,20	38,90	4,26	0,702
Implementar programas e ações que decorram da tomada de decisão	229	0,40	1,70	10,00	51,50	36,20	4,21	0,727
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas c/ outras políticas sectoriais e territoriais	229	0,90	2,20	12,20	47,60	37,10	4,18	0,794
Promover uma gestão adaptativa, que permita gerir incertezas, constrangimentos e oportunidades não planeadas	229	0,40	2,60	14,40	52,40	30,10	4,09	0,764
Coordenar a articulação das políticas públicas e ações turísticas no mesmo nível administrativo	229	0,40	1,30	18,30	52,00	27,90	4,06	0,744
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas entre diferentes níveis hierárquicos governativos	229	1,70	3,10	15,70	50,20	29,30	4,02	0,856
Instituir uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino	230	2,60	3,90	19,60	41,70	32,20	3,97	0,955

Legenda: <sup>(1)</sup>Escala tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; <sup>(2)</sup>“Desvio padrão”

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

Os dados revelam que os agentes dão mais importância à iniciativa que alguns investigadores (ex. Dodds & Butler, 2010; Gunn, 2002; Hall & Jenkins, 1995) referem como o primeiro passo a dar para o sucesso: “Estabelecer uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis” (média=4,45). Por outro lado, também se destaca que a questão associada à criação de uma entidade que lidere as iniciativas de governança foi a considerada menos importante pelos agentes (m=3,97). Na verdade, a literatura sugere que a solução quanto ao estabelecimento de uma estrutura deve ser definida e acordada entre os próprios agentes do destino (Bruyn & Alonso, 2002). No caso em análise, os agentes evidenciam que esta solução de instituir uma nova entidade não lhes parece relevante. Por último destacam-se as iniciativas relacionadas com “promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas entre diferentes níveis hierárquicos governativos” (m=4,02) e com “coordenar a articulação das políticas públicas e ações turísticas no mesmo nível administrativo” (m=4,06), que se integram no conceito de *whole-government-approach*, referido no Capítulo 5. Estas responsabilidades são, claramente, de cariz político e foram desvalorizadas pelos agentes, em termos comparativos, face às restantes oito responsabilidades. A primeira iniciativa refere-se à coordenação vertical das políticas e a segunda à coordenação horizontal (Berger & Steurer, 2009; Cooper, 2012; Hall, 2008 e 2011; OCDE, 2012 e 2013). Na literatura também se reconhece que estes domínios são muito complexos e é precisamente nestas tarefas que as entidades revelam mais dificuldades, tal como comprovam os estudos oficiais mais recentes da OCDE (OECD, 2012 e 2014). No caso de Portugal, tal como se referiu no Capítulo 7, foi criada recentemente a Comissão de Orientação Estratégica para o Turismo, no sentido de garantir a coordenação das várias políticas públicas que interferem no turismo. Sendo uma tarefa complexa, ela está centrada a nível do governo, esperando-se que tenha reflexos a curto prazo. Supõe-se que os agentes não confiam que seja uma instituição de governança de âmbito regional a resolver uma situação corrente e de difícil resolução e, por isso, não lhes atribuem mais importância.

Com o objetivo de associar os itens utilizados para avaliar a perceção dos agentes inquiridos sobre a importância de um conjunto de ações que necessitam de ser implementadas num processo de governança pública para o desenvolvimento sustentável em dimensões foi, também, realizada uma análise fatorial exploratória. Os resultados

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

apresentados na Tabela 9.18 permitem constatar que se trata de uma análise fatorial muito boa (KMO=0,857; teste de Bartlett 1120,426 com  $p\text{-value}=0,000$ ). Desta análise emergiram três componentes que explicam 67,46% da variância dos dados. A componente 1, designada por *F1: Gestão adaptativa e monitorização*, explica 23,50% da variância dos dados, apresenta a média mais elevada (média=4,278) e integra itens relacionados com a avaliação de impactes, monitorização da implementação de ações e o recurso a medidas de gestão adaptativas, o que revela claramente a importância da avaliação dos efeitos e da monitorização na definição de uma estratégia de governança pública para o desenvolvimento sustentável de um destino turístico. Esta dinâmica de procedimentos é salientada como muito importante nos documentos apresentados por organizações internacionais, tais como CEC (2006 e 2017), GST (2007) ou UNEP & WTO (2005). A terceira componente, denominada por *F3: Visão, objetivos, liderança e implementação*, explica 21,61% da variância dos dados e assume-se como a segunda componente mais importante (média=4,254) num processo de governança para o desenvolvimento sustentável, de acordo com a perceção dos agentes inquiridos. A segunda componente, designada por *F2: Coordenação*, explica 22,35% da variância dos dados, apresenta a média mais baixa (média= 4,086) quando comparada com as outras duas componentes. No entanto, é de salientar que se trata também de uma média relativamente elevada, tendo em atenção a escala utilizada (1 = Nada importante a 5 = Extremamente importante), revelando, claramente, que os agentes inquiridos da região em estudo estão conscientes que uma estratégia de governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável deve ter bem definido a visão, os objetivos, um plano de ações devidamente coordenado e que deve incorporar medidas de avaliação dos impactes e ações de monitorização. A *F2: Coordenação* integra domínios de competências que tradicionalmente estão sob responsabilidades de entidades governativas, os quais hoje em dia ainda são muito conotados com o conceito de governança hierárquica (Hall, 2011<sub>bc</sub>). Tendo em conta que há pouca confiança dos agentes no que diz respeito à atuação do Estado, compreende-se porque é que estas três competências surgem associadas num só fator.

Tabela 9.18.

ACP: Etapas para uma governança pública eficaz a favor do turismo sustentável

<i>Etapas para uma governança pública eficaz a favor do desenvolvimento do turismo sustentável</i>	Média	Comunidades	F1: Gestão adaptativa e monitorização	F2: Coordenação	F3: Visão, objetivos, liderança e implementação
Monitorizar a implementação dos objetivos, programas e ações, e comunicar os resultados	4,40	0,708	0,793		
Avaliar os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais que decorrem dos programas e ações	4,35	0,633	0,760		
Promover uma gestão adaptativa, que permita gerir incertezas, constrangimentos e oportunidades não planeadas	4,09	0,616	0,664		
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas entre diferentes níveis hierárquicos governativos	4,02	0,765		0,824	
Coordenar a articulação das políticas públicas e ações turísticas no mesmo nível administrativo	4,06	0,746		0,815	
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas c/ outras políticas sectoriais e territoriais	4,18	0,745		0,810	
Estabelecer uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis	4,45	0,707			0,781
Promover uma coordenação eficaz entre a própria entidade de governança e o sector privado do destino	4,37	0,589			0,683
Instituir uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino	3,97	0,544			0,668
Estabelecer objetivos e ações por áreas sectoriais ou geográficas, alinhadas com metas e princípios definidos	4,26	0,701			0,588
Implementar programas e ações que decorram da tomada de decisão	4,21	0,667			0,579
Variância explicada (%)			23,50	22,35	21,61
Variância cumulativa (%)			23,50	45,85	67,46
Cronbach's alfa			0,756	0,845	0,790
Média			4,278	4,086	4,254

KMO = 0,857 Bartlett's test of sphericity = 1120,426 (p = 0,000)

### 9.3.4. Perceção dos agentes quanto à importância de iniciativas de suporte à governança pública

Na Tabela 9.19 apresentam-se os resultados obtidos quanto à opinião dos agentes sobre a importância de um conjunto de iniciativas que normalmente são adotadas numa estratégia de governança pública, tal como referencia a literatura (ver Capítulo 5). Globalmente, os dados revelam que todas as iniciativas foram consideradas muito importantes, o que

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

demonstra que os agentes inquiridos estão conscientes da relevância de adotar várias iniciativas que, através de uma governança pública, promovam o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo. Das iniciativas que foram objeto de análise, na escala de importância utilizada, a que obteve uma média mais elevada (média=4,46) diz respeito a “disponibilizar dados e informação com qualidade e fomentar a partilha de conhecimento entre os múltiplos agentes”, enquanto a que obteve a média mais baixa (média=4,21) diz respeito a “implementar processos de consulta pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes”. Estes resultados relevam claramente a importância que os agentes dão à disseminação de informação em processos de governança pública para o desenvolvimento sustentável. No Capítulo 8 foi desenvolvido um estudo no âmbito do qual se apresentaram algumas reflexões sobre a importância da disseminação de informação.

**Tabela 9.19.**

Importância de iniciativas de suporte à governança pública: perceção dos agentes

Itens <sup>(1)</sup>	N	(%)					Média	DP <sup>(2)</sup>
		1	2	3	4	5		
Disponibilizar dados e informação com qualidade e fomentar a partilha de conhecimento entre os múltiplos agentes	230	0,0	0,4	7,0	39,1	53,5	4,46	0,644
Promover a capacitação de toda a cadeia de intervenientes do turismo no destino, através da formação, educação dos agentes e comunidade	230	0,4	0,9	7,8	37,4	53,5	4,43	0,712
Implementar processos de decisão pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes	230	0,9	1,7	9,1	49,6	38,7	4,23	0,757
Contribuir para a criação dum quadro regulamentar favorável à concretização das metas e objetivos estabelecidos	230	0,9	1,7	11,7	44,8	40,9	4,23	0,790
Implementar processos de consulta pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes	230	0,4	1,7	10,9	50,0	37,0	4,21	0,738

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; <sup>(2)</sup> “Desvio padrão”

Os dados e informação são importante para capacitar os agentes a se envolverem de forma mais comprometida e assertiva com os desafios da sua região. Deste modo estarão mais aptos a argumentar e a fazer opções que sejam positivas para o seu destino (Albrecht, 2013; Caffyn & Jobbins, 2003; SCBD, 2004; UN-ESC, 1999). É neste sentido que a União Europeia fomenta a partilha de conhecimento de forma extensível a todos os agentes da cadeia de valor do turismo. O conhecimento implica progresso e é nesse sentido que também a própria União Europeia e as Nações Unidas dinamizam e apoiam ações para que os agentes percebam as vantagens que um desenvolvimento sustentável implica para os

seus negócios e, em termos gerais, para o progresso e competitividade dos seus destinos. Os processos de decisão pública que envolvam eficazmente os agentes são um dos pilares da governança, tal como defende vivamente a Comissão Europeia (2003) ou a UN-ESC (2006) e, entre outros, Angella & Sainaghi (2010).

### **9.3.5. Perceção dos agentes quanto ao tipo de entidade de governança que deve ser adotada**

Na Tabela 9.20 apresentam-se os resultados quanto às preferências sobre o tipo de entidade que deve liderar um projeto de governança a favor do turismo sustentável no destino Alentejo. Não há um só tipo de entidade que mereça uma clara preferência face a outras. Deste modo, o tipo de entidade baseada numa “Entidade pública, autónoma e com responsabilidade exclusiva na governança, criada para o efeito” é preferido por 27% dos inquiridos e o tipo “Entidade baseada numa parceria pública-privada-sociedade civil” é preferido por 26%. A terceira preferência, “Departamento ou Grupo de Trabalho para a Governança, a integrar uma entidade pública já existente”, representa cerca 20% dos inquiridos. O denominador comum nestas três referências é a presença do sector público, o que reflete o interesse em continuar a tradição nacional de ser o sector público a ter uma forte presença para planear e gerir domínios políticos de interesse coletivo. Na leitura destes dados também se deve ter em conta que 48% dos inquiridos estão integrados em estruturas do setor público. Num projeto tão mobilizador e complexo como é o desenvolvimento sustentável faz crer que em Portugal os agentes preferem não arriscar em soluções alternativas. Na verdade, a literatura refere que este tipo de intervenção requer liderança forte (ex. Bruyn & Alonso, 2012) e, no caso do Alentejo, em estudo, o tecido empresarial não é suficientemente competitivo (ver Capítulo 7) para assumir uma liderança inquestionável a este nível, capaz de mobilizar agentes públicos, privados e sociedade civil. As entidades de tipo privado, associação não-governamental e outras, não mereceram muita concordância por parte da grande maioria dos respondentes.

Do total de 230 agentes que se pronunciaram sobre o tipo de entidade de governança que deve ser responsável por liderar um projeto para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo, 9 agentes (4,8%) consideram que deve ser outra entidade diferente das indicadas. Entre estes 9 agentes, apenas 6 apresentam propostas. No âmbito destas, 4 agentes sugerem o mesmo tipo de entidade: “Entidade Regional de Turismo”. As outras 2



**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

propostas expressam-se da seguinte forma: (i) “Associação ou entidade que envolva todas as áreas do turismo”; e (ii) “É preciso uma ou mais equipas que dinamizem projetos que dialoguem com todos os agentes (*players*)”.

**Tabela 9.20.**

Tipo de entidade de governança pública para liderar o turismo sustentável: perceção dos agentes

<i>Itens</i>	N (230)	% Sim
Entidade pública, autónoma e com responsabilidade exclusiva na governança, criada para o efeito	61	26,50
Entidade baseada numa parceria pública-privada-sociedade civil	59	25,70
Departamento ou Grupo de Trabalho para a Governança, a integrar uma entidade pública já existente	47	20,40
Entidade baseada numa parceria público-privada	40	17,40
Entidade privada	7	3,00
Associação / ONG	5	2,20
Outra	11	4,80

**9.3.6. Perceção dos agentes quanto à importância dos princípios de governança**

Na Tabela 9.21 apresentam-se os resultados obtidos quanto à opinião dos agentes sobre os princípios de boa governança que devem estar subjacentes na atuação de uma entidade para o desenvolvimento do turismo sustentável no Alentejo. O princípio “atuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros” é considerado extremamente importante (média=4,54), enquanto o “liderar para garantir a coerência das iniciativas e ações” tem a média mais baixa (média=4,29), apesar de também ser considerado muito importante. Estes resultados evidenciam que os agentes inquiridos estão sensibilizados e conscientes da relevância dos princípios de governança, referidos na literatura e nas recomendações internacionais, que devem ser adotados numa estratégia de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região. A revisão bibliográfica evidenciou que devem ser os agentes envolvidos em cada contexto de governança a estabelecer os princípios pelos quais querem reger a sua atuação. No caso deste inquérito foi colocada a pergunta fechada uma vez que a União Europeia (Comissão Europeia, 2003) sugere que os organismos europeus se pautem pelos princípios que ela própria se rege, independentemente do nível e âmbito da sua atuação.



Tabela 9.21.

Princípios de boa governança numa entidade de governança: percepção dos agentes

Itens <sup>(1)</sup>	N	(%)					Média	DP <sup>(2)</sup>
		1	2	3	4	5		
Atuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros	228	0,0	0,0	5,3	36,0	58,8	4,54	0,596
Respeitar e fazer respeitar as normas estabelecidas para o seu funcionamento	228	0,0	0,0	8,8	39,0	52,2	4,43	0,650
Fomentar uma ampla participação dos múltiplos agentes turísticos para garantir qualidade, pertinência e eficácia das iniciativas	228	0,4	0,9	7,5	41,7	49,6	4,39	0,703
Fomentar a participação ativa dos agentes envolvidos, nas fases de planeamento, implementação, gestão e avaliação	228	0,0	0,9	9,2	42,5	47,4	4,36	0,686
Promover as iniciativas e ações de forma proporcionada e articulada com os objetivos definidos e monitorizar os seus impactos	227	0,0	0,9	9,7	42,3	47,1	4,36	0,692
Seguir uma estratégia de comunicação e consulta pública ativa, acessível e facilmente compreensível	227	0,0	0,4	8,8	45,8	44,9	4,35	0,658
As iniciativas e ações, baseadas em objetivos claros e realistas, devem ser coerentes e oportunas com a realidade do contexto	227	0,4	0,4	10,1	41,9	47,1	4,35	0,715
Garantir o tratamento equitativo de todos os agentes envolvidos	228	0,4	0,9	10,5	39,9	48,2	4,35	0,738
Atribuir, de forma clara e articulada, responsabilidades aos agentes que nela participam	228	0,4	0	11,8	42,1	45,6	4,32	0,715
Avaliar o cumprimento das responsabilidades atribuídas aos agentes	226	0	0,4	11,9	43,4	44,2	4,31	0,695
Liderar para garantir a coerência das iniciativas e ações	227	1,3	0,9	12,3	38,8	46,7	4,29	0,816

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; <sup>(2)</sup> “Desvio padrão”

Com o objetivo de agrupar os itens utilizados na Tabela 9.21 para analisar a importância que os agentes inquiridos atribuem aos diferentes princípios de governança, referidos na literatura em dimensões, foi realizada uma análise fatorial exploratória (ACP). Os resultados apresentados na Tabela 9.22 revelam que cumpre todos os critérios exigidos para uma análise deste tipo. Desta análise resultaram duas componentes, com boa consistência interna (medida através do *Cronbach's alfa*) que explicam 64,19% dos dados. A componente 1, designada por *F1: Promover, liderar e responsabilizar*, integra itens relacionados com os princípios de eficácia, coerência, responsabilização, participação. Por sua vez, a componente 2, denominada por *F2: Comunicar e monitorizar*, inclui itens relacionados com os princípios de equidade, responsabilização e abertura.

**Tabela 9.22.**  
ACP: Princípios de boa governança

<i>Princípios de boa governança</i>	Média	Comunidades	F1: Promover, liderar e responsabilizar	F2: Comunicar e monitorizar
Promover as iniciativas e ações de forma proporcionada e articulada com os objetivos definidos e monitorizar os seus impactos	4,35	0,706	0,768	
Liderar para garantir a coerência das iniciativas e ações	4,28	0,599	0,762	
Atribuir, de forma clara e articulada, responsabilidades aos agentes que nela participam	4,32	0,659	0,756	
Fomentar uma ampla participação dos múltiplos agentes turísticos para garantir qualidade, pertinência e eficácia das iniciativas	4,39	0,603	0,724	
Fomentar a participação ativa dos agentes envolvidos, nas fases de planeamento, implementação, gestão e avaliação	4,36	0,594	0,710	
As iniciativas e ações, baseadas em objetivos claros e realistas, devem ser coerentes e oportunas com a realidade do contexto	4,35	0,618	0,672	
Garantir o tratamento equitativo de todos os agentes envolvidos	4,35	0,770		0,866
Respeitar e fazer respeitar as normas estabelecidas para o seu funcionamento	4,44	0,743		0,808
Atuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros	4,54	0,652		0,745
Seguir uma estratégia de comunicação e consulta pública ativa, acessível e facilmente compreensível	4,35	0,544		0,615
Avaliar o cumprimento das responsabilidades atribuídas aos agentes	4,31	0,573		0,592
Variância explicada (%)			34,700	29,486
Variância cumulativa (%)			34,700	64,187
Cronbach's alfa			0,880	0,853
Média			4,345	4,396

KMO = 0,903 *Bartlett's test of sphericity* = 1361,491 (p = 0,000)

### 9.3.7. Perceção dos agentes quanto aos atores que devem estar representados numa entidade de governança

No âmbito da questão que interroga os agentes sobre que tipo de agentes deve estar representado numa entidade responsável pela governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo, do total de 231 respostas, a grande maioria (86%) refere que o sector público do turismo deve estar presente. Segue-se a preferência pelo sector empresarial do turismo através de associações (69%), sector público de outros domínios-políticos-sectoriais (59%), sociedade civil organizada (55%), representantes de outros agentes relacionados com o turismo (55%), empresários a título individual (50%). O grupo menos referenciado é o dos turistas (17%). Verifica-se novamente que o sector público volta a ter a preferência dos inquiridos, o que pode revelar a confiança que é dada

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

aos agentes que nele operam e/ou o facto da maior parte dos respondentes estar integrado em estruturas do sector público. Apesar de haver autores que defendem uma menor intervenção do poder estatal na governança (ex. Stoker, 1998) também há os que defendem que no contexto turístico em análise o poder público tem uma maior capacidade e posição privilegiada para mobilizar um projeto desta complexidade, tendo em conta as características do sector, dos seus agentes e do horizonte temporal que é necessário para começar a obter e avaliar resultados (ex. Cooper, 2012; Giddens, 1998; WTO, 2003).

**Tabela 9.23.**

Agentes que devem integrar uma entidade para a governança: perceção dos agentes

<i>Itens</i>	N (n=231)	%
Sector público do turismo	199	86,1%
Sector empresarial do turismo, através de associações representativas de cada subsector	160	69,3%
Sector público de outros domínios político-sectoriais que se relacionam com turismo	136	58,9%
Sociedade civil organizada: Associações (regionais ou locais) / ONG	128	55,4%
Representantes de outros agentes que se relacionam com a atividade turística	127	55,0%
Sector empresarial do turismo, através de empresários a título individual	115	49,8%
Sociedade civil: comunidade	92	39,8%
Sector empresarial do turismo, representado por confederação	62	26,8%
Sociedade civil: visitantes	38	16,5%

Registaram-se 40 agentes a selecionar a opção “Outro”. Entre estes, 24 agentes não indicaram nenhum “Outro” e 16 indicaram as opções que se apresentam compiladas na Tabela 9.24.

Tabela 9.24.

Sugestões de “outros agentes” a integrar numa entidade para a governança

Sugestão	Tipo de entidade que apresenta sugestão	Membro da ERTA
“Ainda que se possam incluir no segundo item selecionado, os sectores da cultura e do ambiente são fundamentais”	Espaço museológico	--
“ICNF, QUERCUS, ...”	Alojamento	Sim
“Especialistas na área do ambiente”	Alojamento	Sim
“Museus e monumentos e respetivas tutelas”	Espaço museológico	
“Comunidades intermunicipais”	Município	Sim
“Entidade regional de turismo, municípios, agentes económicos privados”	Município	Sim
“Entidade regional de turismo”	Município	--
“Associações e confederações também devem estar representadas”	Alojamento (gerido por município)	--
“Operadores / Trade”	Consultora	--
“Autarquias”	Município Espaço museológico (municipal)	Sim --
“Entidades licenciadoras (municípios, ANPC, etc.)”	Entidade pública para desenvolvimento regional	--
“Universidade de Évora”	Alojamento e Associação	--

No conjunto, as sugestões quanto a outros tipos de agentes são apresentadas numa lógica diferente entre elas, pois umas especificam o nome de instituições (ex. ICNF) e outras referem-se apenas a domínios institucionais (ex. municípios). Também se observa que há sugestões que coincidem com alguns dos restantes nove itens apresentados na lista que fazia parte do questionário, como é o caso das associações. Os próprios agentes do sector, representados na ERTA, revelam sensibilidade com o fato dos profissionais da área do património natural estarem presentes numa entidade de governança e contribuir com o seu conhecimento mais especializado neste domínio. De facto, o património natural é uma das valências da oferta de serviços turísticos no Alentejo. Devido a algumas das suas características (ver Capítulo 7), é imprescindível a sua participação.

### 9.3.8. Perceção dos agentes sobre a importância de diferentes mecanismos de participação

Tal como se observou nos capítulos teóricos desta tese, as organizações internacionais (ex. União Europeia, Nações Unidas, OCDE, OMT) e vários autores (Albrecht, 2013; Hall, 1999; Rowe & Frewer, 2005) defendem uma efetiva participação pública dos diferentes agentes que devem ser envolvidos numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo, a qual poderá ocorrer através de vários

mecanismos. Os resultados obtidos, apresentados na Tabela 9.25, revelam que os inquiridos atribuem bastante importância a todos os mecanismos identificados, destacando-se, contudo, os mecanismos de consulta como os mais relevantes (média=4,21) e os mecanismos de controlo como os menos relevantes (média=3,77).

**Tabela 9.25.**  
Importância dos mecanismos de participação: percepção dos agentes

<i>Itens</i> <sup>(1)</sup>	N	(%)					Média	DP <sup>(2)</sup>
		1	2	3	4	5		
<b>Mecanismos de consulta</b> O agente é oficialmente auscultado para se pronunciar sobre assuntos, através de reuniões públicas, <i>workshops</i> , painel de peritos.	225	0,9	0,9	13,8	44,9	39,6	4,21	0,779
<b>Mecanismos de colaboração</b> O agente é integrado em grupos especializado, processos de negociação, mediação ou arbitragem.	225	0,9	3,6	16,0	44,0	35,6	4,10	0,855
<b>Mecanismos de <i>feedback</i></b> Ao agente é solicitada opinião ou comentários, através de estudos, sondagens ou audiência pública.	225	0,0	2,7	17,8	48,4	31,1	4,08	0,769
<b>Mecanismos de informação</b> O agente tem acesso à informação, através de notícias na imprensa ou em relatórios técnicos, seminários ou conferências.	227	0,9	5,7	22,9	43,2	26,4	3,86	0,963
<b>Mecanismos de controlo</b> O agente assume autoridade, através de sistema de voto ou referendo local.	225	4,0	6,2	21,8	44,9	23,1	3,77	1,004

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; <sup>(2)</sup> “Desvio padrão”

### 9.3.9. Percepção dos agentes sobre a importância de diferentes instrumentos políticos para envolver os agentes em iniciativas de turismo sustentável

Os agentes que devem ser envolvidos numa estratégia de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo, inquiridos nesta tese, atribuíram maior importância aos instrumentos económicos (Tabela 9.26), como por exemplo concessão de licenças, concessão de incentivos financeiros e aplicação de taxas, como os instrumentos mais relevantes para incentivar a adesão dos agentes às iniciativas de turismo sustentável. Por sua vez, estes mesmos agentes atribuem menos relevância aos designados instrumentos voluntários, que encorajam a adesão dos agentes às abordagens e práticas sustentáveis, como por exemplo o respeito por códigos de conduta nacionais ou internacionais e a adesão a iniciativas de certificação voluntária, apesar de serem considerados essenciais por diversos autores (ex. Dubois & Céron, 2003; Hall, 2008; UNEP & WTO, 2005).

**Tabela 9.26.**  
Importância dos instrumentos económicos: perceção dos agentes

Itens <sup>(1)</sup>	N	(%)					Média	DP <sup>(2)</sup>
		1	2	3	4	5		
<b>Instrumentos Económicos</b> Apoiam o desenvolvimento de projetos e produtos sustentáveis (ex: concessão de licenças, incentivos financeiros, aplicação de taxas)	224	0,4	1,8	13,8	37,1	46,9	4,28	0,802
<b>Instrumentos de Apoio</b> Influenciam ou apoiam os agentes a tornar as suas atividades mais sustentáveis, de forma direta e indireta (ex: setor público disponibiliza serviços públicos de transporte amigos do ambiente)	224	0	1,3	17,4	43,8	37,5	4,17	0,758
<b>Instrumentos de Medida</b> Determinam os níveis de desenvolvimento turístico e os impactos da atividade que os agentes têm que respeitar (ex: definem a capacidade de carga, indicadores de sustentabilidade ou procedimentos de monitorização)	224	0	4,5	17,4	45,5	32,6	4,06	0,823
<b>Instrumentos de Controlo Regulamentar</b> Estabelecem leis, normas e regras, e fazem a respetiva fiscalização (ex: através da legislação, regulamentos e regras de licenciamento)	224	1,8	3,6	17,4	41,5	35,7	4,06	0,914
<b>Instrumentos Voluntários</b> Encorajam a adesão dos agentes às abordagens e práticas sustentáveis (ex: respeito por códigos de conduta nacionais ou internacionais, adesão a iniciativas de certificação voluntária).	224	0,9	5,8	24,6	45,1	23,7	3,85	0,880

Legenda: <sup>(1)</sup> Escala tipo *Likert* entre 1 “Nada importante” e 5 “Extremamente importante”; <sup>(2)</sup> “Desvio padrão”

### 9.3.10. Identificação da escala geográfica associada à governança para o turismo sustentável

Os agentes foram questionados quanto à escala geográfica que consideram adequada para a implementação de uma política pública a favor do turismo sustentável na Região Alentejo. A este propósito foram colocadas duas questões para registar a opinião dos agentes em dois contextos distintos, mas complementares: (i) etapa do planeamento dos objetivos e das estratégias; e (ii) gestão das ações e iniciativas necessárias para executar o planeamento. Na Tabela 9.27 apresentam-se os resultados para os dois contextos distintos.

**Tabela 9.27.**  
Escala geográfica para a governança do turismo sustentável

Planeamento dos objetivos e estratégias		Escala Geográfica	Gestão das ações e iniciativas	
N=223	%		N=223	%
74	33,2%	Nível global do Alentejo descentalizando	80	34,9%
61	27,4%	Nível global do Alentejo centralizando	42	18,3%
27	12,1%	Nível da comunidade intermunicipal	32	14,0%
26	11,7%	Nível do município	37	16,2%
14	6,3%	Nível distrital	16	7,0%
10	4,5%	Nível NUT III	8	3,5%
5	2,2%	Nível individual de cada organização/empresa	6	2,6%
6	2,7%	Outra escala	8	3,5%

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

A escala preferida pelos agentes (35%) para a governança do turismo sustentável, quer para o planeamento dos objetivos e estratégias, quer para a gestão das ações e iniciativas, é ao “nível global do Alentejo descentralizando esta competência por grupos de ação (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos)”. No âmbito do planeamento dos objetivos e estratégias era expectável que houvesse preferência pela escala geográfica ao “nível global da Região Alentejo, centralizando esta competência numa só entidade para a totalidade dos 58 municípios”, pois estaria em sintonia com a sugestão feita pelo Parlamento Europeu (European Parliament, 2002) para haver uma intervenção nos destinos a favor do turismo sustentável ao nível das NUT II. Uma justificação possível é o fato de o poder local e regional estar repartido por diferentes representantes do poder político e isso refletir-se nos resultados. A própria ERTA tem desenvolvido diversos esforços com os agentes para dinamizar o destino regional como um todo em várias áreas, mas parece que ainda é preciso desenvolver mais esforços para criar um sentido de unidade suficientemente forte entre os vários agentes regionais. A opção pelo “nível individual de cada organização/empresa” foi indicada apenas por seis agentes, o que revela uma atitude individualista face a um projeto coletivo. Quanto à opção pelo “nível distrital”, e face aos condicionalismos legais de divisão territorial, considera-se que é uma opção pouco viável. No âmbito da identificação da escala geográfica que os agentes consideram que deve ser feito o planeamento dos objetivos e estratégias inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas, do total de 223 agentes que escolheram uma das opções expressas nos primeiros 7 itens, 6 agentes (2,7%) escolheram a opção “Outra”. Entre estes, apenas 3 referiram escalas alternativas, nomeadamente as seguintes: NUT II; “nas regiões das quais dependem os projetos”; e “Tróia deverá ser olhada como um destino com personalidade própria face às características díspares do resto do Alentejo”. A primeira sugestão é feita por um agente responsável por uma associação que atua a nível regional do Alentejo NUT II e as duas últimas sugestões são feitas por agentes hoteleiros, integrados em redes hoteleiras nacionais.

No que diz respeito à escala preferida pelos agentes para a governança do turismo sustentável para a gestão das ações e iniciativas, também se verifica que as duas preferências principais recaem no “nível global do Alentejo descentralizando esta competência por grupos de ação” (35%) e no “nível global do Alentejo centralizando esta



competência numa só entidade” (18%). Contudo, a terceira preferência é ao “nível do município” (16%), o que se pode explicar pelo facto dos agentes considerarem que há responsabilidades que são melhor geridas numa escala geográfica menor (ex. Agenda 21 Local). No que diz respeito aos oito agentes que escolheram a opção “Outra” escala geográfica no âmbito da gestão das ações, apenas dois expressaram a sua sugestão. Dois desses agentes também tinham escolhido esta opção na pergunta anterior e voltaram a fazer a mesma sugestão: “NUT II”; e “nas regiões das quais dependem os projetos”.

### **9.3.11. Perceção dos agentes quanto à importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável: análise de *clusters***

#### **9.3.11.1. Identificação dos *clusters***

No sentido de identificar a existência de grupos homogêneos de agentes de acordo com a sua perceção da importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região do Alentejo, foi realizada uma análise de *clusters* hierárquica, com recurso ao quadrado da distância Euclidiana como medida de semelhança e ao método *Wards* como método de agregação. As variáveis utilizadas nesta análise de *clusters* correspondem aos fatores obtidos na análise fatorial dos itens que medem a perceção dos inquiridos da importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável (*F1: Desenvolvimento económico*, *F2: Desenvolvimento e valorização do património (natural e cultural)* e *F3: Desenvolvimento global do destino*). A seleção do número de *clusters* a reter foi realizada com base na análise da tabela de aglomeração e no dendograma.

Da análise efetuada foram identificados 3 grupos de agentes que apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância que atribuem à existência de uma política pública para a concretização de um conjunto de objetivos relacionados com o desenvolvimento do turismo sustentável. O *cluster* 1, representa 24,3% da amostra e foi designado como “*Os moderadamente confiantes*”, na medida em que acreditam que uma política pública é importante para que o desenvolvimento turístico na Região Alentejo promova o desenvolvimento global desta região, bem como o desenvolvimento em três dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável: económica, cultural e ambiental, mas atribuem menos importância a esse papel que os agentes entrevistados que pertencem,



**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

ao *cluster 2* – “*Os mais confiantes*” (representam 63% da amostra). Por sua vez, os agentes que pertencem ao *cluster 3* – “*Os menos confiantes*” (representam apenas 12,6% da amostra), são os que atribuem menos importância ao papel que uma política pública pode assumir no desenvolvimento do turismo sustentável de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável que foram objeto de análise neste estudo. No entanto, observa-se que os agentes que pertencem ao *cluster 3* atribuem maior importância do que os agentes que pertencem ao *cluster 1* ao papel que uma política pública poderá ter no desenvolvimento de um turismo na Região que promova uma experiência de qualidade aos turistas, que proteja e preserve o património físico ambiental e a diversidade ecológica e que proteja e preserve o património cultural, material e imaterial (Tabela 9.28).

**Tabela 9.28.**Perfil dos *clusters*: Importância de uma política pública para o turismo sustentável

Perfil dos <i>Clusters</i>	Total da amostra	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i>	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i>	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i>	Teste Kruskal-Wallis
	N = 230 (100%)	N = 56 (24,4%)	N = 145 (63,0%)	N = 29 (12,6%)	
	Média	Média	Média	Média	$X^2$ ( <i>p-value</i> )
<b>F1: Desenvolvimento económico</b>	4,20	<b>4,05</b>	<b>4,44</b>	3,24	59,670(0.000)
Introduzir novas formas de produção ao nível da oferta de serviços e produtos	4,09	<b>3,98</b>	<b>4,31</b>	3,17	28,201(0.000)
Introduzir novas formas de consumo, junto dos turistas e da comunidade	3,97	<b>3,84</b>	<b>4,17</b>	3,24	19,987(0.000)
Gerar prosperidade económica	4,33	<b>4,07</b>	<b>4,64</b>	3,31	61,169(0.000)
Proporcionar aos turistas uma experiência de qualidade	4,39	3,24	<b>4,65</b>	<b>4,32</b>	59,601(0.000)
<b>F2: Desenvolvimento e valorização do património</b>	4,53	<b>3,99</b>	<b>4,85</b>	3,94	143,938(0.000)
Proteger e preservar o património físico-ambiental e a diversidade biológica	4,55	4,00	<b>4,87</b>	<b>4,03</b>	108,382(0.000)
Proteger e preservar o património cultural, material e imaterial	4,63	4,05	<b>4,95</b>	<b>4,10</b>	131,261(0.000)
Melhorar a qualidade de vida das comunidades	4,40	<b>3,93</b>	<b>4,72</b>	3,69	88,666(0.000)
<b>F3: Desenvolvimento global do destino</b>	4,48	<b>4,47</b>	<b>4,72</b>	3,26	83,918(0.000)
Fomentar a competitividade da Região Alentejo como um todo	4,43	<b>4,45</b>	<b>4,68</b>	3,14	66,965(0.000)
Melhorar a imagem da Região Alentejo como um todo	4,53	<b>4,50</b>	<b>4,77</b>	3,38	76,576(0.000)

### 9.3.11.2. Caracterização dos *clusters*

No sentido de identificar as principais características que estão associadas a cada um dos três *clusters* foram utilizados os seguintes testes: (i) o teste do Qui-quadrado, para variáveis qualitativas, e (ii) o teste não paramétrico *Kruskal-Wallis*, para variáveis quantitativas, em substituição do teste ANOVA na medida em que não se cumpriam os pressupostos para utilizar este teste. Os *clusters* identificados foram comparados em termos de: (i) perfil – institucional e do inquirido; (ii) perceção quanto à importância das etapas de um processo de governança; (iii) perceção quanto à importância de iniciativas de suporte à governança pública; (iv) perceção quanto ao tipo de entidade de governança que deve ser adotado; (v) perceção quanto à importância dos princípios de governança; e (vi) à opinião quanto à escala geográfica associada à governança para o desenvolvimento sustentável.

#### i) Perfil – do inquirido e institucional

Em termos de perfil dos inquiridos (Tabela 9.29) os testes estatísticos realizados permitem concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* em termos de género, idade e habilitações literárias. No que se refere às características da instituição que representam, os resultados dos testes estatísticos realizados também evidenciam que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* em termos de tipo de atores/agentes de governança, tempo em que a instituição exerce atividades no domínio do turismo e envolvimento da instituição em projetos e iniciativas que visem formas de produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis.

**Tabela 9.29.**  
Perfil dos *clusters*: Sexo, habilitações e idade

Perfil dos Clusters	Total da amostra	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i>	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i>	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i>	Qui-quadrado $\chi^2$ (p-value)
<b>Género</b>	N = 229	N = 56	N = 144	N = 29	
	(100%)	(24,5%)	(62,9%)	(12,6%)	
Feminino (%)	46,7	53,6	44,4	44,8	1,397(0,497)
Masculino (%)	53,3	46,4	55,6	55,2	
<b>Habilitações</b>	N = 225	N = 56	N = 140	N = 29	
	(100%)	(24,9%)	(62,2%)	(12,9%)	
Habilitações nível de ensino superior (%)	19,1	17,9	22,1	6,9	3,688(0,158)
Sem habilitações no ensino superior (%)	80,9	82,1	77,9	93,1	
<b>Idade</b>	N = 230	N = 56	N = 145	N = 29	
	(100%)	(24,4%)	(63,0%)	(12,6%)	
Idade (média)	45,74	46,63	45,61	44,64	0,667(0,717)

**Tabela 9.30.**Perfil dos *clusters*: Sectores de atividade onde se integram os agentes profissionalmente

Perfil dos <i>Clusters</i> : Sectores de atividade	Total da amostra N = 230 (100%) %	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i> N = 56 (24,4%) %	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i> N = 145 (63,0%) %	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i> N = 29 (12,6%) %	Qui-quadrado $\chi^2(p\text{-value})$
Sector público	47,4	41,1	51,7	37,9	5,637(0,228)
Sector privado	39,1	42,9	37,9	37,9	
Sociedade Civil	13,5	16,1	10,3	24,1	

**Tabela 9.31.**Perfil dos *clusters*: Tempo em que a instituição exerce atividade no sector turístico

Perfil dos <i>Clusters</i> : período de tempo em que exerce atividade	Total da amostra N = 226 (100%) Média	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i> N = 40 (17,7%) Média	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i> N = 33 (14,6%) Média	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i> N = 153 (67,7%) Média	Qui-quadrado $\chi^2(p\text{-value})$
Menos de 5 anos	24,8	14,3	20,6	10,3	6,544(0,164)
Entre 6 e 10 anos	62,4	23,2	12,1	10,3	
Mais de 10 anos	12,8	62,5	67,4	79,3	

**Tabela 9.32.**Perfil dos *clusters*: Envolvimento da instituição em projetos e iniciativas sustentáveis

Perfil dos <i>Clusters</i> : Envolvimento com projetos e iniciativas sustentáveis	Total da amostra N = 227 (100%) %	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i> N = 56 (24,7%) %	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i> N = 142 (62,6%) %	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i> N = 29 (12,8%) %	Qui-quadrado $\chi^2(p\text{-value})$
Não envolvidas	59,5	58,9	57,7	69,0	1,267(0,531)
Envolvidas	40,5	41,1	42,3	31,0	

**ii) Perceção quanto à importância das etapas de um processo de governança**

Uma análise das diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* identificados (Tabela 9.33) em termos da importância que atribuem às diferentes etapas de governança referidas na literatura, observa-se que são os agentes do *cluster 2 (Os mais confiantes)* que atribuem maior importância a todas as etapas analisadas. Os agentes que fazem parte do *cluster 1 (Os moderadamente confiantes)* atribuem menor importância a todas as etapas quando comparados com os agentes do *cluster 2 (Os mais confiantes)*, mas mais importância do que os agentes do *cluster 3 (Os menos confiantes)* em todas as etapas relacionadas com a definição de uma visão, objetivos e liderança e também na maior parte

das etapas relacionadas com a coordenação. Por fim, o *cluster 3 (Os menos confiantes)* atribui menos importância às etapas do que os agentes que pertencem aos outros dois *clusters*, com exceção de três, nomeadamente em duas etapas relacionadas com a dimensão *F1: Gestão adaptativa e monitorização* (“Monitorizar a implementação dos objetivos, programas e ações, e comunicar os resultados” e “Avaliar os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais que decorrem dos programas e ações”) e numa etapa incorporada na dimensão *F2: Coordenação* (“Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas com outras políticas sectoriais e territoriais”), às quais atribuem uma maior importância do que os agentes do *cluster 1 (Os moderadamente confiantes)*.

**Tabela 9.33.**  
Perfil dos *clusters*: Etapas a considerar num sistema de governança

Perfil dos <i>Clusters</i> : Etapas a considerar num sistema de governança	Total amostra	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i>	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i>	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i>	Teste Kruskal-Wallis
	N=230 (100%)	N = 56 (24,4%)	N = 145 (63,0%)	N = 29 (12,6%)	
	Média	Média	Média	Média	$\chi^2(p\text{-value})$
<b>F1: Gestão adaptativa e monitorização</b>	4,28	3,94	<b>4,45</b>	<b>4,10</b>	35,407(0.000)
Monitorizar a implementação dos objetivos, programas e ações, e comunicar os resultados	4,40	4,02	<b>4,58</b>	<b>4,24</b>	30,516(0.000)
Avaliar os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais que decorrem dos programas e ações	4,35	3,91	<b>4,54</b>	<b>4,24</b>	38,195(0.000)
Promover uma gestão adaptativa, que permita gerir incertezas, constrangimentos e oportunidades não planeadas	4,09	<b>3,89</b>	<b>4,22</b>	3,83	12,263(0.000)
<b>F2: Coordenação</b>	4,09	<b>3,96</b>	<b>4,17</b>	3,90	10,759(0.000)
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas entre diferentes níveis hierárquicos governativos	4,02	<b>3,95</b>	<b>4,13</b>	3,66	11,210(0.000)
Coordenar a articulação das políticas públicas e ações turísticas no mesmo nível administrativo	4,06	<b>3,96</b>	<b>4,14</b>	3,83	6,535(0.000)
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas c/ outras políticas sectoriais e territoriais	4,18	3,96	<b>4,26</b>	4,21	10,425(0.000)
<b>F3: Visão, objetivos, liderança e implementação</b>	4,25	<b>4,10</b>	<b>4,42</b>	3,73	40,970(0.000)
Estabelecer uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis	4,45	<b>4,29</b>	<b>4,61</b>	3,93	26,212(0.000)
Promover uma coordenação eficaz entre a própria entidade de governança e o sector privado destino	4,37	<b>4,30</b>	<b>4,49</b>	3,90	15,539(0.000)
Instituir uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino	3,97	<b>3,88</b>	<b>4,14</b>	3,28	13,377(0.000)
Estabelecer objetivos e ações por áreas sectoriais ou geográficas, alinhadas com metas e princípios definidos	4,26	<b>3,98</b>	<b>4,44</b>	3,90	24,350(0.000)
Implementar programas e ações que decorram da tomada de decisão	4,21	<b>4,00</b>	<b>4,41</b>	3,66	32,908(0.000)

*iii) Perceção quanto à importância de iniciativas de suporte à governança pública*

Na Tabela 9.34 observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* identificados neste estudo em termos de importância que atribuem a um conjunto de iniciativas que servem de suporte à governança pública. Os agentes pertencentes ao *cluster 2 (Os mais confiantes)* atribuem mais importância a todas as iniciativas de suporte à governança pública que foram objeto de análise nesta investigação. Por sua vez, os agentes que pertencem ao *cluster 3 (Os menos confiantes)* atribuem menos importância a todas as iniciativas, quando comparados com os agentes que fazem parte tanto do *cluster 2* como do *cluster 1*. Observa-se uma exceção na iniciativa “promover a capacitação de toda a cadeia de intervenientes do turismo no destino, através da formação, educação dos agentes e comunidade”, à qual atribuem uma maior importância do que os agentes que pertencem ao *cluster 1*.

**Tabela 9.34.**Perfil dos *clusters*: Importância das iniciativas de suporte à governança pública

Perfil dos <i>Clusters</i> : Importância das iniciativas de suporte à governança pública	Total da amostra N = 230 (100%) Média	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i> N = 56 (24,4%) Média	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i> N = 145 (63,0%) Média	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i> N = 29 (12,6%) Média	Teste Kruskal-Wallis $\chi^2(p\text{-value})$
Disponibilizar dados e informação com qualidade e fomentar a partilha de conhecimento entre os múltiplos agentes	4,46	<b>4,18</b>	<b>4,63</b>	4,14	25,155(0.000)
Promover a capacitação de toda a cadeia de intervenientes do turismo no destino, através da formação, educação dos agentes e comunidade	4,43	4,14	<b>4,57</b>	<b>4,24</b>	15,840(0.000)
Implementar processos de decisão pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes	4,23	<b>4,13</b>	<b>4,34</b>	3,93	8,163(0.017)
Contribuir para a criação dum quadro regulamentar favorável à concretização das metas e objetivos estabelecidos	4,23	<b>4,00</b>	<b>4,38</b>	3,93	16,126(0.000)
Implementar processos de consulta pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes	4,21	<b>4,00</b>	<b>4,34</b>	3,97	12,805(0.002)

*iv) Perceção quanto ao tipo de entidade de governança que deve ser adotado*

No sentido de verificar se existem diferenças na opinião dos agentes que fazem parte dos 3 *clusters* identificados, em termos de tipo de entidade de governança que deve ser adotada, as categorias analisadas foram reagrupadas em três categorias (Tabela 9.35) de forma a cumprir os pressupostos do teste do Qui-quadrado. No entanto, os resultados obtidos

permitem concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os três *clusters* em termos de opinião sobre o tipo de entidade de governança que deve ser adotada.

**Tabela 9.35.**  
Perfil dos *clusters*: Tipo de entidade de governança

Perfil dos Clusters: <i>Tipo entidade de governança</i>	Total da amostra N = 230 (100%) %	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i> N = 56 (24,4%) %	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i> N = 145 (63,0%) %	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i> N = 29 (12,6%) %	Qui-quadrado $\chi^2(p\text{-value})$
Entidade pública, autónoma e com responsabilidade exclusiva na governança, criada para o efeito Departamento ou Grupo de Trabalho para a Governança, a integrar uma entidade pública já existente	47,0	<b>48,2</b>	<b>48,3</b>	37,9	3,537(0,472)
Entidade baseada numa parceria pública-privada-sociedade civil	43,0	39,3	<b>44,1</b>	<b>44,8</b>	
Entidade baseada numa parceria público-privada					
Entidade privada Associação / ONG Outra	10,0	<b>12,5</b>	7,6	<b>17,2</b>	

**v) Perceção quanto à importância dos princípios de governança**

No que refere aos princípios de governança que foram objeto de análise nesta tese, que devem nortear a atuação de uma entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo, observam-se diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* identificados em termos de importância atribuída a cada princípio. Os agentes inquiridos que pertencem ao *cluster 2 (Os mais confiantes)* destacam-se por atribuírem maior importância a todos os princípios de governança que foram objeto de análise nesta pergunta. Por sua vez, os agentes que pertencem ao *cluster 3 (Os menos confiantes)* são os que atribuem menor importância a todos os princípios analisados (Tabela 9.36).

**Tabela 9.36.**  
Perfil dos *clusters*: Importância dos princípios de governança

Perfil dos <i>Clusters</i> : Importância dos princípios de governança	Total da amostra	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i>	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i>	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i>	Teste Kruskal-Wallis $\chi^2(p\text{-value})$
	N = 230 (100%) Média	N = 56 (24,4%) Média	N = 145 (63,0%) Média	N = 29 (12,6%) Média	
<b>F1: Promover, liderar e responsabilizar</b>	4,35	<b>4,13</b>	<b>4,51</b>	3,95	30,907(0.000)
Promover as iniciativas e ações de forma proporcionada e articulada com os objetivos definidos e monitorizar os seus impactos	4,36	4,09	<b>4,54</b>	3,97	26,333(0.000)
Liderar para garantir a coerência das iniciativas e ações	4,29	<b>4,16</b>	<b>4,46</b>	3,69	19,643(0.000)
Atribuir, de forma clara e articulada, responsabilidades aos agentes que nela participam	4,32	<b>4,14</b>	<b>4,46</b>	4,00	13,531(0.001)
Fomentar uma ampla participação dos múltiplos agentes turísticos para garantir qualidade, pertinência e eficácia das iniciativas	4,39	<b>4,21</b>	<b>4,55</b>	3,93	22,813(0.000)
Fomentar a participação ativa dos agentes envolvidos, nas fases de planeamento, implementação, gestão e avaliação	4,36	<b>4,11</b>	<b>4,52</b>	4,10	18,510(0.000)
As iniciativas e ações, baseadas em objetivos claros e realistas, devem ser coerentes e oportunas com a realidade do contexto	4,35	<b>4,07</b>	<b>4,53</b>	4,00	24,225(0.000)
<b>F2: Comunicar e monitorizar</b>	4,40	<b>4,11</b>	<b>4,60</b>	3,93	54,628(0.000)
Garantir o tratamento equitativo de todos os agentes envolvidos	4,35	<b>4,00</b>	<b>4,59</b>	3,83	38,840(0.000)
Respeitar e fazer respeitar as normas estabelecidas para o seu funcionamento	4,43	<b>4,14</b>	<b>4,66</b>	3,90	44,971(0.000)
Atuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros	4,54	<b>4,27</b>	<b>4,71</b>	4,17	35,324(0.000)
Seguir uma estratégia de comunicação e consulta pública ativa, acessível e facilmente compreensível	4,35	<b>4,18</b>	<b>4,51</b>	3,90	22,000(0.000)
Avaliar o cumprimento das responsabilidades atribuídas aos agentes	4,31	<b>3,96</b>	<b>4,55</b>	3,86	39,755(0.000)

*vi) Perceção sobre a importância de diferentes mecanismos de participação*

Uma análise das diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* identificados em termos de importância que atribuem a diferentes mecanismos de participação pública numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável, permitiu observar a existência de diferenças em três mecanismos de participação: mecanismos de consulta; mecanismos de *feedback*; e mecanismos de informação. Na Tabela 9.37 também



se observa que são os agentes que pertencem ao *cluster 2 (Os mais confiantes)* que atribuem maior importância aos mecanismos mencionados.

**Tabela 9.37.**  
Perfil dos *clusters*: Importância dos mecanismos de participação

Perfil dos <i>Clusters</i> : Importância dos mecanismos de participação	Total da amostra	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i>	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i>	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i>	Teste Kruskal-Wallis $\chi^2(p\text{-value})$
	N = 230 (100%) Média	N = 56 (24,4%) Média	N = 145 (63,0%) Média	N = 29 (12,6%) Média	
Mecanismos de consulta	4,21	<b>4,04</b>	<b>4,34</b>	3,93	14,076(0.001)
Mecanismos de colaboração	4,10	<b>4,04</b>	<b>4,14</b>	4,00	2,349(0.309)
Mecanismos de <i>feedback</i>	4,08	3,91	<b>4,18</b>	<b>3,93</b>	6,590(0.037)
Mecanismos de informação	3,86	<b>3,66</b>	<b>4,03</b>	3,41	14,339(0.001)
Mecanismos de controle	3,77	<b>3,70</b>	<b>3,84</b>	3,59	3,598(0.165)

**vii) Perceção sobre a importância de diferentes instrumentos políticos para incentivar a adesão dos agentes a iniciativas de turismo sustentável**

Tal como foi discutido nos capítulos teóricos, a adesão dos agentes a iniciativas de turismo sustentável, com responsabilidades no processo de desenvolvimento turístico de um destino, passa muitas vezes pela existência de estímulos. Neste contexto, procurou-se também avaliar nesta tese se existem diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* identificados em termos de importância que atribuem a um conjunto de instrumentos políticos, que são referidos na literatura como passíveis de serem utilizados, para aumentar a adesão dos agentes a iniciativas de desenvolvimento de turismo sustentável. Os resultados descritos na Tabela 9.38 evidenciam a existência de diferenças em todas as categorias de instrumentos que foram objeto de análise. Mais uma vez se observa que são os agentes que pertencem ao *cluster 2 (Os mais confiantes)* os que atribuem maior importância a todos os instrumentos políticos que foram objeto de análise nesta tese, enquanto os agentes do *cluster 3 (Os menos confiantes)* são os que atribuem menor importância aos instrumentos, com exceção dos instrumentos económicos e dos instrumentos de controlo regulamentar em que são os agentes que pertencem ao *cluster 1 (Os moderadamente confiantes)* que lhe atribuem menor importância.



**Tabela 9.38.**  
Perfil dos *clusters*: Importância dos instrumentos políticos

Perfil dos <i>Clusters</i> : Importância dos instrumentos políticos	Total da amostra	Cluster 1 <i>Os moderadamente confiantes</i>	Cluster 2 <i>Os mais confiantes</i>	Cluster 3 <i>Os menos confiantes</i>	Teste Kruskal-Wallis
	N = 230 (100%)	N = 56 (24,4%)	N = 145 (63,0%)	N = 29 (12,6%)	
	Média	Média	Média	Média	$\chi^2$ (p-value)
Instrumentos económicos	4,28	4,14	<b>4,36</b>	<b>4,17</b>	4,429(0.109)
Instrumentos de apoio	4,17	<b>3,95</b>	<b>4,35</b>	3,76	19,499(0.000)
Instrumentos de medida	4,06	<b>3,82</b>	<b>4,22</b>	3,76	14,080(0.001)
Instrumentos de controlo regulamentar	4,06	3,84	<b>4,17</b>	<b>3,97</b>	6,272(0.043)
Instrumentos voluntários	3,85	<b>3,68</b>	<b>4,02</b>	3,34	17,042(0.000)

#### 9.4. Conclusão

No presente capítulo procurou-se analisar a perceção dos agentes que poderão ter responsabilidade no desenvolvimento de um sistema de governança pública que promova o desenvolvimento do turismo sustentável para o destino Alentejo. Foram objeto de análise a importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região, as etapas e iniciativas que devem fazer parte de um sistema de governança pública a favor do turismo sustentável, o tipo de entidade de governança que deve ser responsável por liderar um projeto para o desenvolvimento do turismo sustentável, os princípios de governança que devem ser adotados, os agentes que devem estar envolvidos numa entidade que promova a governança para o desenvolvimento do turismo sustentável, os mecanismos de participação que devem ser promovidos para estimular uma efetiva participação pública dos agentes numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável e os instrumentos políticos que deverão ser promovidos para incentivar a adesão dos agentes às iniciativas de turismo sustentável.

A análise dos dados corrobora alguns dos resultados que têm sido discutidos na literatura, tal como se citou ao longo capítulo. Apenas dois quintos dos inquiridos revela que a instituição que representam tem estado envolvida em iniciativas que visam a produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis. Uma análise das iniciativas desenvolvidas pelos agentes demonstrou a predominância de iniciativas que se enquadram na dimensão ecológica/ambiental do conceito de desenvolvimento sustentável. Este resultado pode estar relacionado com o facto de inicialmente o conceito de desenvolvimento sustentável estar muito associado à dimensão ecológica/ambiental, posteriormente integrar as dimensões económica e sociocultural e, mais, recentemente

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspetiva dos agentes**

integrar as dimensões política e tecnológica. Em consequência desta evolução das dimensões associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, também é possível observar que atualmente os agentes inquiridos revelam estar envolvidos num número considerável de iniciativas que fazem parte da dimensão política.

Os inquiridos consideram que é muito importante a dinamização de uma política pública que promova o desenvolvimento sustentável em todos os domínios do conceito de turismo sustentável que foram objeto de análise nesta tese. No entanto, salienta-se a dimensão relacionada com o desenvolvimento e valorização do património (cultural e natural) como sendo a mais importante. Este resultado poderá estar relacionado com a relevância que os recursos naturais e culturais assumem no desenvolvimento turístico no Alentejo.

No que diz respeito às etapas que, de acordo com a literatura, são referidas como muito importantes para o desenvolvimento de um sistema de governança pública que promova o turismo sustentável, observa-se que os agentes atribuem uma importância considerável a todas as etapas. No entanto, destacam-se as que estão relacionadas com a definição da visão, objetivos, liderança e com a implementação e monitorização. A implementação de um sistema de governança pública que promova o turismo sustentável passa também pela dinamização de um conjunto de iniciativas de suporte à governança. Os agentes inquiridos atribuem muita importância às iniciativas que têm sido referidas com mais frequência na literatura, e que foram objeto de análise nesta tese, destacando-se contudo as iniciativas relacionadas com a disponibilização de dados e informação com qualidade, fomentando desta forma a partilha de conhecimento entre os múltiplos agentes e a promoção da capacitação de toda a cadeia de intervenientes do turismo no destino, através da formação dos agentes envolvidos. Estes resultados evidenciam, claramente, tal como é referido na literatura, a relevância da transferência de conhecimento e da capacitação dos agentes num processo de governança para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Em termos do tipo de entidade de governança que deve ser adotada, os resultados evidenciam alguma heterogeneidade de opiniões. Cerca de 27% dos inquiridos refere uma “entidade pública, autónoma e com responsabilidades exclusiva na governança criada para o efeito”, enquanto cerca de 26% refere uma entidade baseada numa “parceria pública-privada-sociedade civil”. A literatura refere que cada país tem a sua própria organização político-governativa e empresarial e que, por isso, cabe aos agentes de cada destino estabelecer a solução que mais se adequa à sua realidade (Bruyn & Alonso, 2012; Dredge

**Capítulo 9 | Governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo: a perspectiva dos agentes**

& Jenkins, 2007; Hall, 2011). Segundo estes autores, independentemente da solução encontrada, o importante é aplicar os requisitos necessários para dar resposta ao pretendido.

A literatura também enuncia um conjunto de princípios que devem reger um sistema de governança pública, que promova o desenvolvimento sustentável. Os resultados obtidos demonstram que os agentes estão conscientes desses princípios, atribuindo-lhes muita importância, e destacando os relacionados com a comunicação e monitorização. Neste contexto, foram também objeto de análise mecanismos de participação que são referidos na literatura (OECD, 2003; Rowe & Frewer, 2005) como adequados para uma efetiva participação pública dos agentes numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável. Os agentes inquiridos atribuem grande importância a esses mecanismos, destacando-se os de consulta como sendo os mais importantes. Neste estudo também foi objeto de análise os instrumentos referidos na literatura (UNEP & WTO, 2005), tidos como essenciais para incentivar a adesão dos agentes a iniciativas de turismo sustentável. Os resultados obtidos evidenciam que os agentes atribuem uma maior importância aos instrumentos económicos.

Considerando que existe, normalmente, heterogeneidade na forma como os agentes de um destino avaliam a importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável, foi realizada uma análise de *clusters*. Os resultados permitiram identificar três grupos de agentes que foram designados de *Os mais confiantes*, *Os moderadamente confiantes* e *Os menos confiantes*. O *cluster 2* inclui *Os mais confiantes* porque atribuem uma maior importância a uma política pública para concretização das diferentes metas de turismo sustentável que foram analisadas. O *cluster 1* inclui *Os moderadamente confiantes* porque atribuem menos importância do que o *cluster 2*, mas mais importância que o *cluster 3*, que inclui *Os menos confiantes*. Este último grupo representa apenas cerca de 13% dos inquiridos sendo, de todos os grupos, o que atribui menos importância a uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável. Uma análise de perfil dos *clusters* permitiu identificar um conjunto de diferenças estatisticamente significativas entre eles em termos de importância que atribuem às etapas de governança, mecanismos de participação e instrumentos políticos. Os resultados evidenciam que, apesar de existirem algumas exceções, são os agentes que pertencem ao *cluster 2* que atribuem maior relevância a todas as dimensões que foram objeto de análise.

## Capítulo 10

# Conclusões

O objetivo estabelecido para esta tese foi o de analisar como é que a governança dos destinos pode contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável à luz das recomendações das organizações internacionais e da literatura científica. Para este estudo assumiu-se explorar a governança enquanto uma das dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável, procurando perceber como é que pode contribuir para a concretização das outras dimensões que integram este conceito.

Abordar a governança pública enquanto vetor facilitador do desenvolvimento turismo ao nível de um destino turístico revelou-se um desafio complexo, à medida que as temáticas dos capítulos foram sendo exploradas. O trabalho desenvolvido evidenciou que os conceitos-chave em análise nesta tese – governança e desenvolvimento sustentável – podem assumir individualmente uma grande variedade de abordagens científicas, tal como se tentou demonstrar nos capítulos da parte teórica da tese. A sua conjugação no contexto do desenvolvimento do turismo sustentável ao nível de um destino turístico evidenciou ser um projeto de investigação muito exigente, mas ao mesmo tempo desafiante.

Em termos de organização do presente capítulo, começa-se por fazer referência às principais conclusões, elencadas em função dos cinco objetivos específicos apresentados no Capítulo 1. Seguidamente referem-se as principais contribuições teóricas e práticas desta tese. Numa terceira secção faz-se referência aos constrangimentos que limitaram as abordagens metodológicas estabelecidas. Conclui-se este Capítulo 10 apresentando algumas sugestões que podem ser consideradas numa agenda de estudos futuros nesta área.

### **10.1. Principais conclusões**

Nesta secção é apresentada uma síntese das principais conclusões em função de cada um dos objetivos específicos estabelecidos para dar resposta ao objetivo mais geral, referidos no Capítulo 1.

***i) Identificar contextos de investigação que têm sido desenvolvidos para analisar a governança e o turismo sustentável nos destinos***

A identificação de contextos de investigação na área da governança e turismo sustentável dos destinos, feita ao longo dos Capítulos 2, 3, 4 e 5, baseou-se essencialmente numa revisão bibliográfica narrativa. No entanto, nesta secção de principais conclusões, destaca-se o estudo feito no âmbito da análise sistemática da literatura, desenvolvido no Capítulo 2. A análise sistemática teve como principal objetivo identificar e examinar o contexto metodológico em que foram desenvolvidos os estudos científicos sobre governança, turismo e sustentabilidade. Com base na metodologia de estudos desenvolvidos com enfoques semelhantes (ex. Bowen & Sparks, 1998; Hall, 2011<sub>a</sub>; Lima, Eusébio & Varum, 2012; Lu & Nepal, 2009; Rivera & Upchurch, 2008), foram estabelecidos procedimentos para caracterizar os artigos. A identificação da existência de artigos científicos, utilizando as palavras-chave «turismo, governança e (sustentável e sustentabilidade)», foi feita na base de dados da Scopus, por ser considerada a maior base de dados mundial de referências científicas. A primeira etapa de análise dos 138 artigos identificados foi de ordem quantitativa. Observou-se que em 1999 são publicados os dois primeiros artigos e desde então o ritmo de publicações cresce lentamente até 2012, registando em alguns anos um decréscimo. Entre 2013 e 2014 o número de publicações anual sobe consideravelmente face aos anos anteriores, com cerca de trinta publicações anuais. Também se observou que a revista com mais publicações sobre o tema é a *Journal of Sustainable Tourism* (trinta publicações), enquanto os restantes artigos (cento e oito) se repartem por setenta e seis revistas diferentes. No que diz respeito à frequência de publicações por autor, verificou-se que o número máximo de publicações é de três artigos. Os autores com três artigos publicados são D. Dredge, V. Dinica e S. Slocum, cuja filiação a instituições universitárias é, respetivamente, na Austrália, Holanda e EUA. Quanto à análise qualitativa dos artigos, constatou-se que a maior parte apresenta uma abordagem empírica e, em termos globais, a estratégia metodológica privilegiada pelos autores é a qualitativa. Constatou-se, também, que os autores combinam frequentemente a utilização de dados secundários (ex. documentos oficiais, regulamentos, relatórios de projetos) e de dados primários para fundamentar os seus estudos, sendo muito poucos os que apenas usam dados primários. Nestes casos, os métodos utilizados para recolher os dados primários são a entrevista e o questionário. A revisão sistemática da literatura permitiu observar que os conceitos de

**Capítulo 10 | Conclusões**

governança existentes assumem enfoques distintos (ex. a comunidade na governança do destino, governança e princípio de subsidiariedade no destino). A escala geográfica a que a governança tem sido estudada com mais frequência é ao nível local (ex. Moore & Rodger, 2010), regional (ex. Erkuş-Öztürk & Eraydin, 2010) e nacional (ex. Dinica, 2009). Pontualmente é abordada ao nível sectorial (ex. Dredge & Whitford, 2011).

No que diz respeito ao facto dos conceitos de governança utilizados nos artigos contemplados neste estudo assumirem *facetas* diferenciadas (ex. boa governança, governança corporativa), revelando a sua característica multidimensional, Kjær (2004) esclarece que uma das razões principais que justifica essa diversidade é porque emergiram de diversas áreas da ciência política. Alguns dos autores recorrem a definições apresentadas por instituições governativas nacionais ou internacionais (ex. Shipley & Kovacs, 2008) e outros recorrem a definições que emergiram em contexto académico (ex. Hall, 1999; Trousdale, 1999). A pluralidade de interpretações que o conceito admite justifica o desenvolvimento de estudos que se debruçam sobre este facto (ex. Grindle, 2007; Weiss, 2000). Um outro dado a salientar é que as dimensões da governança também são referenciadas e seleccionadas em função do contexto específico de cada intervenção (ex. Beaumont & Dredge, 2010), embora Ruhanen *et al.* (2010) evidenciem que há um núcleo de dimensões que surgem referidas com mais frequência na literatura (ex. responsabilização, transparência).

Apesar de se considerar que no domínio da governança para o desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos turísticos os estudos teóricos e empíricos ainda não são suficientes para dar resposta às necessidades de conhecimento que a sociedade reclama, a diversidade do enfoque dos estudos e de abordagens metodológicas já reflete a sua multidimensionalidade. Esta *flexibilidade* que o conceito apresenta também tem a contrariedade de dificultar e tornar mais morosa a construção de um domínio de conhecimento mais consistente nesta área.

*ii) Identificar recomendações internacionais feitas às entidades gestoras de destinos turísticos para desenvolverem um sistema de governança que favoreça a aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentável.*

A identificação das recomendações internacionais baseou-se, inicialmente, na informação recolhida através da revisão da literatura sistemática apresentada no Capítulo 2 e na informação recolhida através da revisão narrativa feita ao longo dos Capítulos 3, 4 e 5. Os estudos com este enfoque que mereceram particular atenção para este estudo foram desenvolvidos por Castellani & Sala (2012), Dinica (2006, 2009 e 2013) e Shipley & Kovacs (2008). Durante o desenvolvimento do Capítulo 6, onde se apresentam os resultados obtidos com este estudo, desenvolverem-se procedimentos adicionais para identificar mais fontes que pudessem enriquecer a abordagem pretendida. Esses procedimentos implicaram a consulta a bases de dados oficiais de organismos internacionais (ex. OCDE, Nações Unidas) e a *websites* oficiais de instituições que têm colaborado com as organizações internacionais nestes domínios (ex. ICLEI, UNEP). Neste contexto reuniram-se cerca de cento e dez referências (apresentadas no Apêndice 6.1.), editadas em contextos diversificados, mas com a característica comum de dar um contributo adicional para promover inovação e progresso ao nível do turismo sustentável. Tendo em conta que as referências identificadas são em número significativo e aplicam-se a vários domínios (ex. alterações climáticas, combate à pobreza, turismo social), optou-se por fazer uma caracterização dessas referências através de uma abordagem sistemática. Neste sentido, utilizou-se a técnica de análise documental para caracterizar genericamente os documentos, seguindo o modelo de abordagem apresentado por Torre-Delgado & Palomeque (2012). Este procedimento permitiu que se seleccionassem vinte e quatro documentos. No entanto, se sobre alguns documentos não surgiram dúvidas sobre a sua inclusão no estudo a desenvolver, sobre outros surgiram algumas indecisões. A compilação das referências documentais revela que a comunidade internacional tem vindo a promover, desde há muitos anos e de forma crescente, um conjunto diversificado de iniciativas de apoio aos agentes para alavancar o desenvolvimento do sector no contexto do turismo sustentável, com particular destaque durante as décadas de 90 e de 2000.

Para eliminar as influências pessoais e assegurar uma maior objetividade e rigor científico na seleção dos vinte e quatro documentos entretanto identificados, recorreu-se à técnica do painel de peritos. O painel de peritos foi constituído com vinte e três professores e



**Capítulo 10 | Conclusões**

investigadores universitários, a nível nacional e internacional, especialistas na área da governança, turismo e desenvolvimento sustentável, representantes de organismos públicos que operam no destino Alentejo e consultores que nos últimos anos fizeram parte de equipas que desenvolveram planos para o desenvolvimento do turismo na região em estudo. A identificação de investigadores neste domínio não permitiu reunir um número significativo de peritos, tal como seria desejável, porque o número de artigos científicos publicados neste domínio era ainda reduzido. Para questionar os peritos de forma anónima, utilizou-se um questionário, enviado por correio eletrónico e de autoadministração. A taxa de resposta obtida foi de 47,8%. Do total dos vinte e quatro documentos colocados à apreciação, foram validados dezassete. Foi com base nestes documentos que se aplicou a técnica de análise de conteúdo, segundo os pressupostos metodológicos de Bardin (1977 e 2014), com o objetivo de identificar recomendações para promover a governança nos destinos turísticos, na perspetiva do desenvolvimento sustentável.

Considerando que o turismo sustentável é uma abordagem sectorial que deriva da abordagem mais global do desenvolvimento sustentável, observou-se que as recomendações se dispersam por muitos domínios de intervenção e que todos os agentes sociais, particularmente os do turismo, têm responsabilidades e compromissos para assumir. Tendo em conta as características específicas do sector turístico, a coordenação do trabalho em rede entre os diferentes atores de um destino turístico é um desafio central, tal como é defendido por Bramwell & Lane (2000), Costa (2014) ou UNEP & WTO (2005). Num contexto em que a ciência tem contribuído de forma significativa para a identificação das causas dos problemas e de possíveis soluções para os resolver, a dimensão político-governativa torna-se cada vez mais importante para orientar a forma como os agentes se envolvem e dão resposta aos desafios (Choi & Sirakaya, 2006; Bramwell, 2011; Hall 2011; OECD, 2012 e 2014). A dimensão política, nos termos em que é defendida atualmente, deve decorrer num contexto em que a abordagem de governança é capaz de promover um conjunto de princípios e desenvolver processos, assim como envolver representantes do sector público, privado e sociedade civil. No sector do turismo, esta abordagem é tida como essencial para garantir a governança do turismo sustentável nos destinos, tal como argumenta Bramwell & Lane (2012) ou Hall (2011).

Foi neste sentido que se identificaram grandes domínios de recomendações que contribuem para uma governança pública no destino. Esses domínios foram os seguintes: política



**Capítulo 10 | Conclusões**

turística; investigação e desenvolvimento tecnológico; recursos humanos; salvaguarda e valorização do património; produção limpa; e consumo limpo. As recomendações associadas a estes domínios, agrupadas em categorias e subcategorias, evidenciaram um quadro de atuação muito vasto. Também não se observou que para entidades públicas que governem um destino regional exista um leque muito diferente de recomendações, para além de se manterem ou constituírem como um agente mobilizador e responsável por liderar um conjunto de processos capazes de manter unidos os agentes num ideal de desenvolvimento do turismo sustentável. Por isso, nesta fase, observou-se que seria impraticável continuar com o propósito de analisar todas as dimensões de intervenção que uma abordagem sistémica à governança pode assumir. Por esta razão, optou-se por continuar a abordagem empírica focando apenas nos grandes domínios em que são apresentadas recomendações para promover o turismo sustentável nos destinos.

***iii) Identificar em que medida as entidades regionais de turismo a operar no espaço da União Europeia têm incluído as recomendações nos seus planos, abrangendo o caso particular das entidades regionais de turismo de Portugal.***

Uma vez identificados os principais domínios das recomendações na etapa anterior, surgiu a questão de saber se as entidades regionais europeias com competências no turismo têm atuado de acordo com as recomendações. Reconhecendo que os países estão representados pelos seus governos em organizações internacionais, subscrevendo os acordos e declarações por elas emitidos, e que os agentes do sector também participam em fóruns internacionais nos quais também assumem compromissos voluntários, surgiu a questão de analisar até que ponto os agentes incorporam as recomendações nos seus planos de desenvolvimento. Neste pressuposto, foi concebido um questionário para inquirir os organismos regionais quanto à importância que têm dado às recomendações contidas nos dezassete documentos validados pelo painel de peritos e quanto ao nível da sua implementação. Do total de 216 convites enviados para participar no questionário, obteve-se uma taxa de resposta de 14,4%. Os resultados evidenciam, em termos gerais, que os agentes reconhecem uma importância moderada aos documentos internacionais para fomentar o turismo sustentável. Tendo em conta a lista de dezassete documentos de trabalho, colocada à sua consideração, a maior parte das entidades refere preferir as recomendações que constam nas políticas europeias, apresentadas pela União Europeia. No

**Capítulo 10 | Conclusões**

entanto, dão particular relevância à última comunicação da União Europeia (*Europe, the World's N.º 1 Tourist Destination*, de 2010) e a dois dos mais antigos documentos referenciados na lista (*Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry*, de 1996, e a *Charter for Sustainable Tourism*, de 1995). Estes dois documentos têm sido vivamente promovidos pela OMT junto dos vários agentes do sector a nível mundial. Quanto ao nível de implementação, os resultados obtidos revelam que o nível de adesão ainda está aquém do ritmo a que as organizações internacionais estão a trabalhar para apoiar os países, o sector e os seus agentes. Neste contexto de moderada adesão, os domínios onde os organismos regionais mais integram as recomendações são no da conceção da política turística regional e no da definição de planos estratégicos e de desenvolvimento. Estas opções parecem traduzir as recomendações de Bramwell & Lane (2012), Costa (2014) ou Hall (2011), que referem que é essencial existir uma política turística e um conjunto associado de diversos planos que permitam a sua implementação. No que diz respeito aos domínios que menos recomendações integram, salientam-se a qualificação dos recursos humanos e incentivos aos turistas para um consumo mais limpo. Apesar de estas duas áreas serem consideradas muito importantes no âmbito das iniciativas que favorecem uma efetiva adesão ao compromisso da sustentabilidade (Pan *et al.*, 2006; WTO, WTTC & EC, 1996; CEC 2010), as entidades regionais inquiridas atribuem-lhe pouca importância. Tal como refere Dinica (2009 e 2013), efetivamente há razões para uma mudança de opções por parte dos agentes. A primeira é que a participação dos agentes institucionais em iniciativas internacionais supõe que partilham dos valores e ideais nela defendidos e que, por isso, devem acautelar mecanismos para a sua implementação nos países de origem, a vários níveis, com toda as vantagens que isso implica para a inovação e progresso no sector. Uma segunda razão válida que justifica uma mudança é o reconhecimento público por aderirem às soluções e iniciativas sugeridas, uma vez que os líderes políticos, organizações da sociedade civil, turistas e comunidade são sensíveis a esse progresso. Além disso, os instrumentos internacionais podem ser implementados de várias formas e em diferentes contextos, não vinculando os agentes a procedimentos rígidos e obrigatórios.

O estudo empírico sobre o nível de adesão das entidades regionais de turismo a nível europeu revela evidências de que tem havido um compromisso de alguns agentes com o projeto de turismo sustentável. Também evidencia que estes agentes regionais estão a responder de forma moderada aos desafios da comunidade internacional, alinhando e

articulando as suas políticas para incentivar e apoiar os agentes que com eles se envolvem, e em domínios de intervenção diversificados.

***iv) Identificar em que medida os organismos públicos, com competência no desenvolvimento do turismo no destino Alentejo, têm utilizado as suas páginas oficiais da internet para divulgar informação sobre turismo sustentável, que contribua para uma maior capacitação dos agentes do destino.***

O estudo desenvolvido para identificar se os organismos públicos regionais com competências no turismo partilham dados e informação sobre o turismo sustentável através dos seus *websites* foi apresentado no Capítulo 8. O método escolhido foi o da análise de conteúdo, organizado em duas etapas (análise concetual e relacional), seguindo as sugestões metodológicas sugeridas por Altinay & Paraskevas (2008).

Na primeira etapa foi feita a análise concetual de sessenta e quatro *websites* com o objetivo de identificar a existência e a frequência de informação sobre quatro variáveis principais: «sustentabilidade», «desenvolvimento sustentável», «turismo e desenvolvimento sustentável» e «turismo». Os resultados obtidos permitem identificar 49 frequências no *website* da autoridade nacional de turismo. No caso da entidade regional de turismo responsável pelo destino turístico em análise, observou-se que no seu *website* não partilham qualquer conteúdo informativo sobre o assunto. No entanto, ao nível dos *websites* dos organismos locais regista um total de 997 frequências nos seus *websites*. Na recolha destes dados nos *websites*, observou-se de forma genérica que parte das frequências contabilizados faz referência à sustentabilidade no âmbito das responsabilidades e competências das próprias organizações em análise, assim como também faz referência à existência de projetos e iniciativas no seu território. Mas quanto à existência de outros conteúdos informativos (ex. documentos internacionais, relatórios de avaliação e divulgação de boas práticas), que têm o potencial de contribuir para aumentar o nível de conhecimento e esclarecimento dos agentes que utilizam esses *websites*, observou-se que os organismos fazem muito poucas referências. Nesta etapa também se tornou evidente que um número significativo das frequências obtidas não se relaciona em nada com os termos de pesquisa inseridos e muitas delas. Uma análise ao nível territorial das NUT III revelou que há sub-regiões nas quais os municípios investem de forma mais significativa na partilha de um maior número destes conteúdos temáticos, como foi o caso

**Capítulo 10 | Conclusões**

do Alentejo Litoral, que é considerada a segunda região com mais dinâmica de oferta turística no Alentejo e a que integra uma maior área classificada como protegida, tal como se evidenciou através dos indicadores turísticos apresentados no Capítulo 7.

Na segunda etapa foi feita a análise relacional quanto ao conteúdo disponibilizado pelos sessenta e quatro *websites* no âmbito do desenvolvimento sustentável e turismo sustentável. Esta análise teve como objetivo avaliar a correspondência entre a quantidade das *respostas* obtidas na fase de análise conceptual e a especificidade do seu conteúdo informativo. Para esta análise relacional, foi concebida uma Grelha de Análise, com nove itens, que possibilitou confrontar o âmbito do conteúdo informativo de apenas vinte e dois *websites*. Observou-se que os conteúdos relacionados com as variáveis em análise versam maioritariamente sobre referências a iniciativas de carácter institucional que envolvem as próprias organizações ou outras organizações com as quais têm parceria. Quanto a outros domínios de conteúdos informativos, de enquadramento (aos temas do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável) e/ou de carácter instrumental, observou-se que são poucas vezes referidos e disponibilizados (ex. referências a documentos internacionais, informações relacionadas com os impactos económicos ou socioculturais, *links* para outras organizações ou programas sobre sustentabilidade). Em termos globais, os resultados da análise relacional evidenciam que as *webpages* dos organismos não têm uma vocação para partilhar dados e informação sobre desenvolvimento sustentável e turismo sustentável. Por um lado, porque os organismos que o fazem são poucos e por outro porque os que o fazem é de forma ocasional e aleatória, não partilhando a informação numa lógica organizada de redistribuição de conhecimento. A forma espontânea como divulgam a informação não está, de facto, em sintonia com uma estrutura organizada de (re)distribuição de informação, que incentive os seus utilizadores a ficarem mais sensibilizados com esta problemática. Esta realidade remete para o facto de alguns agentes do sector considerarem que o turismo sustentável é um projeto setorial individual e que não está relacionado com o projeto global de desenvolvimento sustentável, postura esta criticada por alguns autores (ex. Butler, 1998; Sharpley, 2009). O cenário global traçado, de escassez ao nível da transferência de informação, também poderá ser justificado pelo facto das instituições não disporem de recursos humanos com formação na área ou pelo facto de canalizarem os seus recursos para investir noutro tipo de conteúdos (ex. promoção da oferta turística). Alguns autores referem que a governança para o turismo sustentável depende de vários fatores para ser

**Capítulo 10 | Conclusões**

eficaz (OECD, 2012 e 2014). Um desses fatores é precisamente a capacitação institucional, ao nível dos próprios organismos públicos com competências no turismo. Nos seus relatórios periódicos de monitorização das políticas públicas no turismo, a OCDE tem sugerido às autoridades de turismo que, para além de desenvolverem iniciativas de capacitação junto dos seus funcionários/colaboradores, devem contratar recursos humanos com competências nestes domínios. Nos últimos acessos feitos no âmbito desta tese ao *website* do Turismo de Portugal, verifica-se que tem havido um progresso neste domínio. São disponibilizados mais conteúdos específicos relacionados com o turismo sustentável a nível nacional e internacional, através da disponibilização de fontes de dados secundários e também primários referentes a estudos da sua autoria, já citados no Capítulo 7. Pelo contrário, nos *websites* da entidade regional de turismo e dos municípios não se observou esse progresso.

***v) Identificar quais são as perceções que os agentes do destino turístico Alentejo têm quanto às premissas que são necessárias atender num modelo de governança para facilitar o desenvolvimento do turismo sustentável do destino***

O estudo desenvolvido para identificar as perceções dos agentes do Alentejo quanto às premissas que são necessárias atender num modelo de governança para facilitar o desenvolvimento do turismo sustentável no destino foi apresentado no Capítulo 9. Para alcançar este objetivo optou-se por desenvolver uma estratégia metodológica quantitativa. Neste contexto foi concebido um questionário que pretendia dar resposta a um conjunto diversificado de objetivos, numa análise que se reporta sempre ao contexto duma abordagem de governança que facilite o desenvolvimento do turismo sustentável no destino Alentejo. O questionário, de autoadministração, foi enviado para cerca de 1200 agentes e a taxa de resposta foi de 19,3%.

No âmbito da caracterização das instituições que foram incluídas neste estudo, observou-se que no Alentejo alguns agentes já assumem compromissos e iniciativas que contribuem para a melhoria das dimensões económica, cultural, ecológica/ambiental do desenvolvimento sustentável. Observou-se com particular atenção o facto de os agentes evidenciarem o seu envolvimento em iniciativas relacionadas com a dimensão política, revelando-se participativos e comprometidos com iniciativas que concorrem para o desenvolvimento do turismo sustentável no Alentejo.

**Capítulo 10 | Conclusões**

No que diz respeito à importância que os agentes do destino atribuem ao papel de uma política pública, salienta-se que consideram que a sua dinamização é muito importante para promover o desenvolvimento sustentável em todos os domínios do conceito que foram objeto análise. No entanto, entre todos os domínios, indicam a proteção e preservação do património cultural (material e imaterial) como o que mais poderá beneficiar do desenvolvimento sustentável no destino, seguido da indicação sobre a proteção e preservação do património ecológico/ambiental e a diversidade biológica. Esta opção pode estar relacionada com o facto de no Alentejo os recursos naturais e culturais assumirem grande importância para o desenvolvimento turístico e, também, de outros sectores. De todos os domínios em apreciação, os três que terão menos benefícios são, na sua opinião, os que estão relacionados com a introdução de novas formas de consumo (junto dos turistas e da comunidade em geral), com a introdução de novas formas de produção (ao nível da oferta de serviços e produtos) e com a geração de prosperidade. Estes são precisamente os domínios que se relacionam diretamente com a questão do desenvolvimento económico.

No que diz respeito à opinião dos agentes quanto às diferentes etapas dos processos de governança, em termos globais, todas são consideradas muito importantes, à exceção da que está relacionada com a instituição de uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino turístico Alentejo. A etapa referida como a mais importante de todas é a que visa o “estabelecimento de uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis”. Esta etapa é considerada o ponto de partida para qualquer estratégia de sucesso. Quanto às iniciativas de cariz transversal, que influenciam todas as etapas e agentes de governança, em termos globais são todas consideradas muito importantes. Entre estas, duas são destacadas como extremamente importantes, nomeadamente a iniciativa relacionada com a disponibilização de dados e informação com qualidade e a sua partilha entre os agentes e, também, as iniciativas que promovam a capacitação de toda a cadeia de intervenientes no destino (ex. formação e educação dos agentes e da comunidade).

Quando os agentes foram questionados quanto ao tipo de entidade que, na sua opinião, deve assegurar a liderança de um projeto de governança para o destino Alentejo, evidenciaram-se dois perfis distintos com um nível de preferência muito semelhante, nomeadamente uma “entidade pública, autónoma e com responsabilidade exclusiva na

**Capítulo 10 | Conclusões**

governança, criada para o efeito” e uma “entidade baseada numa parceria público-privada-sociedade civil”.

No âmbito da questão sobre a importância que os agentes atribuem a princípios de boa governança que podem estar subjacentes à atuação de uma entidade de governança, todos são considerados muito importantes. Entre estes, o princípio da abertura (atuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros), o da responsabilização (respeitar e fazer respeitar as normas estabelecidas para o seu funcionamento) e o da participação (fomentar uma ampla participação dos múltiplos agentes turísticos para garantir qualidade, pertinência e eficácia das iniciativas) são referidos como extremamente importantes. Quanto ao quadro de agentes que deve integrar uma entidade que se responsabilize pela governança para o turismo sustentável, a opinião dos inquiridos recai maioritariamente no domínio do sector público, seguido pelo sector empresarial do turismo, pelo sector público de outros domínios e, em quarto, pela sociedade civil organizada (Associações/ONG).

No âmbito da análise à importância que os agentes atribuem a diferentes mecanismos de participação pública, observou-se que destacam claramente a sua preferência pelos mecanismos de consulta, através dos quais são auscultados para se pronunciarem sobre os assuntos. Pelo contrário, os que menos preferem são os mecanismos de controlo, ainda que os considerem moderadamente importantes. No que diz respeito à questão sobre a importância que dão aos instrumentos políticos, os agentes consideram que os que mais podem incentivar a sua adesão às iniciativas de turismo sustentável na Região Alentejo são os económicos, seguidos dos instrumentos de apoio. Os instrumentos voluntários, apesar de também serem considerados importantes, são aqueles que os agentes consideram ter menor capacidade de incentivar a adesão.

Quanto à escala geográfica na qual se deve garantir o planeamento dos objetivos e estratégias, assim como da gestão das ações inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas, observou-se uma dispersão significativa de opiniões por quatro níveis. A escala preferida é ao nível global do Alentejo descentralizando as competências por grupos de ação (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos), seguida do nível global do Alentejo centralizando as competências num só entidade para a totalidade do território e, ainda, dos níveis



**Capítulo 10 | Conclusões**

geográficos abrangidos pelas áreas de intervenção das comunidades intermunicipais e dos municípios.

Com base nos resultados obtidos, foi desenvolvida uma análise de *clusters*, a qual permitiu identificar três grupos de agentes em função da sua avaliação quanto à importância de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável no Alentejo. Os três grupos de agentes foram denominados de *Os mais confiantes*, *Os moderadamente confiantes* e *Os menos confiantes*. A análise de perfil dos *clusters* permitiu identificar um conjunto de diferenças estatisticamente significativas entre eles no que diz respeito à importância que atribuem às etapas de governança, iniciativas de cariz transversal, mecanismos de participação e instrumentos políticos. O *cluster* dos agentes designado de *Os mais confiantes* é o que revela atribuir maior relevância a todas as dimensões de governança em análise. Face a estes resultados, pode dizer-se que há uma evidência clara de que os agentes estão sensibilizados e reconhecem a importância que uma iniciativa de governança pública tem para a valorização do turismo sustentável no destino Alentejo.

## **10.2. Contribuições teóricas e práticas**

A concretização dos objetivos desta tese requereu que fosse estudado e explorado um conjunto diversificado, mas complementar, de conceitos que interagem entre si de forma complexa, fruto do contributo que têm recebido ao longo dos anos de diversas áreas do saber. Neste contexto, apresentam-se algumas contribuições teóricas e práticas desta tese.

### ***i) Contribuições teóricas***

O contributo principal desta tese para a ciência é o enriquecimento da discussão sobre o papel da governança enquanto vetor facilitador no desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos turísticos à escala regional, uma vez que os estudos com este enfoque são ainda poucos, tal como se fundamentou ao longo da tese. Este enriquecimento é a vários níveis.

Um primeiro contributo, de ordem mais geral, tem a ver com o diálogo promovido entre três domínios do conhecimento que até hoje não tem sido suficientemente explorado na literatura – governança, turismo e desenvolvimento sustentável dos destinos a nível regional. As reflexões desenvolvidas nesta tese permitem enriquecer este domínio do



**Capítulo 10 | Conclusões**

saber. Um segundo contributo desta tese, suportado pela revisão da literatura, é a agregação para análise de diversas variáveis associadas à governança que habitualmente surgem tratadas individualmente na literatura. Deste modo, através de uma abordagem sistémica, construiu-se uma visão de conjunto para ensaiar a construção de um modelo de governança pública, que possa ser eficaz na condução de um destino turístico que vise promover o desenvolvimento do turismo sustentável. Um terceiro contributo para a evolução nesta área do conhecimento deriva do estudo empírico desenvolvido, nomeadamente nas seguintes vertentes: (i) aprofundou-se o conhecimento sobre a realidade europeia relativamente às mudanças que as entidades regionais de turismo têm assumido nos seus planos e estratégias de turismo sustentável a partir das recomendações das organizações internacionais; (ii) aprofundou-se o conhecimento sobre a realidade do destino Alentejo no âmbito da partilha de informação sobre turismo sustentável através dos *websites* oficiais (iii) aprofundou-se o conhecimento sobre a realidade do destino turístico regional Alentejo no que diz respeito à perceção dos agentes quanto a assuntos de governança pública que visam promover de forma eficaz o desenvolvimento do turismo sustentável.

Também se salienta que alguns dos resultados da abordagem empírica desta tese deram origem à publicação de dois artigos científicos. Um primeiro artigo resultou da análise sistemática (apresentada no Capítulo 2). Os resultados foram numa primeira fase, divulgados num artigo apresentado numa conferência internacional, o qual foi distinguido com o prémio de melhor trabalho ao nível dos alunos de doutoramento. Numa segunda fase, depois de melhorada a análise, o artigo foi publicado numa revista científica, referenciada na Scopus. Um segundo artigo, cujos resultados foram apresentados no Capítulo 8, também foi apresentado numa conferência internacional e posteriormente publicado numa revista científica, igualmente referenciada na Scopus.

*ii) Contribuições práticas*

A abordagem empírica desenvolvida ao longo da tese permite, nesta fase, sistematizar alguns contributos que podem ser relevantes para os responsáveis pelo desenvolvimento dos destinos turísticos, neste caso particular do destino turístico Alentejo.

Um primeiro contributo surge no domínio da divulgação e aplicação das recomendações internacionais para a governança do turismo sustentável. Nesta tese foram analisadas as principais recomendações internacionais que podem contribuir para o desenvolvimento de um modelo de governança que promova o desenvolvimento do turismo sustentável. Os resultados apresentados podem ser objeto de análise e reflexão por parte dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento do turismo num destino, orientando as suas estratégias e ações. Um segundo contributo surge no domínio da capacitação dos agentes de governança do destino, através da partilha de informação através de *websites*. Sugere-se a criação de uma política, estratégia ou agenda para a gestão do conhecimento, capaz de motivar e facilitar os agentes na aquisição de competências, para que possam participar de forma mais ativa e efetiva nos processos de governança para o turismo sustentável. É preciso não esquecer que os agentes partilham desafios, problemas e dúvidas comuns quanto ao processo de desenvolvimento para o turismo sustentável, pelo que se devem criar as condições que facilitem o seu acesso à aprendizagem.

Um terceiro contributo é ao nível da criação de um sistema de governança pública para os destinos que optem pela competitividade através do turismo sustentável. Esta estratégia deve basear-se em vários domínios de atuação que, tal como se abordou, requerem uma sequência lógica de atuação para que os seus objetivos sejam atingidos na sua plenitude.

**10.3. Limitações**

Apesar das contribuições desta tese, como se acabou de referir, durante o desenvolvimento dos trabalhos de investigação foram sentidos alguns constrangimentos, que nesta secção se reconhecem como fatores limitadores.

Em termos da identificação das recomendações internacionais, tal como se abordou no Capítulo 6, reconhece-se que foi estabelecido um processo de análise demasiado ambicioso e abrangente, tendo em conta a existência de um número significado de documentos internacionais e do facto de não se ter focalizado o estudo numa só dimensão do conceito

**Capítulo 10 | Conclusões**

de desenvolvimento sustentável (ex. dimensão económica, social ou ecológica). A diversidade de categorias encontradas foi considerável, sugerindo que a análise quantitativa se remetesse apenas para as questões mais abrangentes de governança política que devem ser tidas em conta quando se inicia um projeto novo num destino, deixando de parte questões relacionadas com iniciativas de âmbito operacional focalizadas em dimensões específicas de intervenção (ex. áreas de capacitação dos recursos humanos e comunidade, iniciativas que incentivam práticas de consumo mais sustentáveis no turismo). Ainda relativamente ao Capítulo 6, refira-se o facto da taxa de resposta ao inquérito às entidades regionais europeias de turismo ter sido muito baixa. Facto que está relacionado com o método de administração utilizado e com as dificuldades com que, na maioria dos casos, os investigadores se deparam para envolver estes agentes em projetos de investigação. Em termos de análise do sector turístico, no Capítulo 7 teria sido pertinente analisar todas as categorias de produtos característicos e as atividades económicas que os integram, tal como se sugere na Conta Satélite do Turismo. Apenas se optou por analisar os serviços de alojamento para os visitantes, ficando por analisar de forma integrada outros serviços, tais como por exemplo transportes, serviços culturais, desportivos, recreativos e serviços característicos do turismo específico da economia do destino Alentejo. A utilização de outros indicadores relacionados com a caracterização da dimensão social, por exemplo, seriam importantes para valorizar, complementar e fundamentar a análise, uma vez que o turismo surge nos instrumentos de ordenamento e estratégicos articulado com um conjunto muito diversificado de áreas setoriais e contextos territoriais.

O estudo apresentado no Capítulo 8 também assume algumas limitações. Não foi utilizado um *software* específico para analisar os *websites*, o que poderia ter facilitado a análise. A análise de conteúdo foi o único método utilizado para analisar o conteúdo da informação dos *websites*. Seria pertinente usar mais métodos de recolha de dados para complementar e sustentar a explicação de alguns dos resultados. Por isso, no futuro considera-se oportuno complementar a análise, recolhendo a opinião dos agentes do destino que utilizam estes *websites*, assim como a opinião dos próprios organismos sobre a oportunidade de darem um contributo para a transferência de conhecimento neste domínio. Neste quadro de análise mais completo, seria mais justo apresentar sugestões de melhoria aos próprios organismos.

## Capítulo 10 | Conclusões

Quanto ao estudo desenvolvido no Capítulo 9 refira-se que uma das grandes limitações foi o facto de não se ter alcançado uma taxa de resposta maior. Para além de se saber que alguns agentes reclamam do excesso de pedidos que lhes são feitos para participar em estudos, no âmbito deste inquérito houve um constrangimento acrescido porque se perderam algumas respostas devido à utilização do *software* que não se conseguiram ultrapassar.

### 10.4. Sugestões para estudos futuros

No que se refere ao desenvolvimento futuro da investigação, apresentam-se algumas sugestões que podem ser tidas em contas numa agenda de estudos futuros nesta área.

No âmbito do Capítulo 6, sobre as recomendações internacionais, observou-se que será interessante abordar cada uma das dimensões da sustentabilidade individualmente (ex. económica ou ecológica), uma vez que a abordagem sistémica é demasiado abrangente. Também se julga que será interessante avaliar o impacto das recomendações em cada um dos domínios de intervenção. A título de exemplo, refira-se os seguintes domínios: capacitação dos recursos humanos (que apoios é que as entidades regionais estão a dar aos agentes privados para promoverem a capacitação no seu domínio de atuação?); incentivos aos empresários para uma produção mais limpa (ex. que instrumentos de medida é que as entidades regionais estão a estabelecer para monitorizar os impactos nos destinos?); e incentivo aos turistas para um consumo mais limpo (que iniciativas as entidades regionais estão a desenvolver para sensibilizar os turistas?). Estas sugestões mais dirigidas surgem das dificuldades que foram sentidas em gerir uma estratégia metodológica eficaz face a um objetivo mais lato, tal como aquele que inicialmente se entendeu explorar no Capítulo 6.

No âmbito do estudo desenvolvido no Capítulo 8, referente à partilha de informação através dos *websites*, pode ser pertinente replicar o estudo a outras regiões de Portugal e/ou incluir outros organismos (ex. associações sectoriais) que também operam no sector no domínio empresarial ou da sociedade civil, uma vez que a governança para o turismo sustentável *atribui* responsabilidades a todos os atores. No âmbito da análise da utilidade deste tipo de ferramentas para a transferência de conhecimento para os agentes, pode ser oportuno solicitar a agentes da Região que façam a sua própria análise. Deste modo, tendo em conta as necessidades e expectativas de informação dos agentes, será mais fácil planear

**Capítulo 10 | Conclusões**

a otimização do seu uso para que tenha implicações na vida real dos destinos. Também é interessante fazer estudos comparativos com outros destinos internacionais que apresentem níveis de desempenho mais competitivos no âmbito do turismo sustentável e ver se há diferenças quanto à importância dada a este meio oficial de comunicação.

A análise dos dados do Capítulo 9 também remete para várias sugestões. Uma primeira é analisar, por dimensão de sustentabilidade ou por domínio de intervenção, o nível de desenvolvimento em que se encontra no destino Alentejo, dado que no destino turístico Alentejo ainda não foi desenvolvida e implementada uma análise neste contexto, segundo se tem conhecimento até à data de realização deste estudo. Uma segunda sugestão é considerar a oportunidade de alargar o âmbito de inquirição aos residentes e aos turistas. Uma terceira sugestão de investigação futura é replicar este estudo em outros destinos turísticos, seja a nível nacional ou internacional. Também será relevante aplicar uma abordagem semelhante a destinos que apresentem um maior nível de compromisso com o turismo sustentável.

Conclui-se esta tese na expectativa de ter dado um contributo válido para o desenvolvimento de novos trabalhos, que, respeitando o princípio cumulativo da ciência, possam gerar novo conhecimento neste domínio tão complexo, mas ao mesmo tempo desafiante.

Referências

Referências

## Referências

- Agrusa, J., & Albieri, G. (2011). Community empowered tourism development: A case study. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 117-133). Oxfordshire, UK: CABI.
- AHP Associação da Hotelaria de Portugal (2015). *A Associação: Responsabilidade social e ambiental*. URL: <http://www.hoteis-portugal.pt/index.php?r=site%2Fdynamic-page&id=responsabilidade-social-e-ambiental> [revisto em 10-06-201]
- AHRESP Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (2014). *Quem somos: Estatutos*. URL: <http://www.ahresp.com/pages.php?id=10> [revisto em 14-11-2014]
- Al-Alawi, A.I., Al-Marzooqi, N.Y. & Mohammed, Y.F. (2007). Organizational culture and knowledge sharing: Critical success factors. *Journal of Knowledge Management*, 11(2), 22-42.
- Albrecht, J.N. (2013). Networking for sustainable tourism: Towards a research agenda. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(5), 639-657.
- Altinay, L., & Paraskevas, A. (2008). *Planning research in hospitality and tourism*. Oxford: Butter-Heinemann.
- Angella, F., Carlo, M., & Sainaghi, R. (2010). Archetypes of destination governance: A comparison of international destinations. *Tourism Review*, 65(4), 61-73.
- APAVT Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (2014). *Introdução e historial da associação*. URL: <http://www.apavt.net.pt/quem-somos> [revisto em 10-11-2014]
- Aref, F., & Redzuan, M.B. (2009). Assessing the Level of Community Participation as a Component of Community Capacity Building for Tourism Development. *European Journal of Social Sciences*, 8(1), 68-75.
- Aykin (2012). A common tourism policy for the European Union: A historical perspective. In O. Moufakkir, & P. Burns (Eds.), *Controversies in tourism* (pp. 23-40). CAB Inter.
- Baggio, R., Scott, N., & Cooper, C. (2010). Improving tourism destination governance: A complexity science approach. *Tourism Review*, 65(4), 51-60.
- Baggio, R., Scott, N., & Cooper, C. (2011). Design of tourism governance networks. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 159-171). Oxfordshire: CABI.
- Ballantyne, R., & Packer, J. (2013). *International handbook on ecotourism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Bandeira, M.L., Azevedo, A.B., Gomes, C.S., Tomé, L.P., Mendes, M.F., Baptista, M.I., Moreira, M.J.G. (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa 1950-2011: Evolução e perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bardin, L. (1977). *L'analyse de contenu*. Paris: PUF.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

**Referências**

- Basiago, A.D. (1995). Methods of defining sustainability. *Sustainable Development*, 3, 109-119.
- Beaumont, N., & Dredge, D. (2010). Local tourism governance: A comparison of three network approaches. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 7-28.
- Benckendorff, P. J. (2006). *An exploratory analysis of planning characteristics in Australian visitor attractions*. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 11(1). pp. 43-63.
- Berger, G. (2003). Reflections on governance: Power relations and policy making in regional sustainable development. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 5(3), 219-234.
- Berger, G., & Steurer, R. (2009). *Horizontal Policy Integration and Sustainable Development: Conceptual remarks and governance examples*. ESDN Quarterly Reports. Report June. ESDN.
- Beritelli, P., Bieger, T., & Laesser, C. (2007). The impact of the internet on information sources portfolios: Insight from a mature market. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 22, 63-80.
- Bevir, M. (2007). *Encyclopedia of governance*. California: SAGE.
- Bevir, M. (2009). *Key concepts on governance*. London: SAGE.
- Bevir, M., & Rhodes, R.A.W. (2006). The life, death and resurrection of British Governance. *Australian Journal of Public Administration*, 65(2), 59-69.
- Blakeley, G. (2005). Local governance and local democracy: The Barcelona model. *Local Government Studies*, 31(2), 149-165.
- Bogason, P., & Musso, J.A. (2006). The democratic prospects of network governance. *American Review of Public Administration*, 36(1), 3-18.
- Boggia, A., & Cortina, C. (2010). Measuring sustainable development using a multi-criteria model: A case study. *Journal of Environmental Management*, 91, 2301-2306.
- Boksberger, P., Anderegg, R., & Schuckert, M. (2011). Structural change and re-engineering in tourism: A change for destination governance in Grisons, Switzerland? In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: practice, theory and issues* (pp. 145-158). Oxfordshire: CABI.
- Borges, M.R., Eusébio, C., & Carvalho, N. (2012). Knowledge transfer for the development of sustainable tourism: focus on official Portuguese tourism websites. *International Journal of Tourism Policy*, 4(3), 183-205.
- Borges, M.R., Eusébio, C., & Carvalho, N. (2014). Governance for sustainable tourism: A review and directions for future research. *European Journal of Tourism Research*, 7, 45-56.
- Börzel, T.A. (1998). Organizing Babylon: On the different conceptions of policy networks. *Public Administration*, 76(2), 253-273.
- Börzel, T.A., & Risse, T. (2010). Governance without a state: Can it work? *Regulation & Governance*, 4, 113-134.



**Referências**

- Börzel, T.A., Guttenbrunner, S., & Seper, S. (2005). *Conceptualizing New Modes of Governance in EU Enlargement*. NEWGOV - New Modes of Governance, Project no. CIT1-CT-2004-506392
- Bowen, J.T., & Sparks, B.A. (1998). Hospitality marketing research: A content analysis and implications for future research. *Hospitality Management*, 17, 125-144.
- Bramwell, B. (2006). Actors, power, and discourses of growth limits. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 957-978.
- Bramwell, B. (2011). Governance, the state and sustainable tourism: A political economy approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 459-477.
- Bramwell, B., & Lane, B. (1993). Sustainable tourism: An evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 1(1), 1-5.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2000). Collaboration and partnership in tourism planning. In B. Bramwell, & B. Lane (Eds.), *Tourism collaboration and partnerships: Politics, practice and sustainability* (pp. 1-19). Clevedon: Channel View Publications.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2006). Policy relevance and sustainable tourism research: Liberal, radical and post-structuralist perspectives. *Journal of Sustainable Tourism*, 14(1), 1-5.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2008). Priorities in sustainable tourism research. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(1), 1-4.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2010). Sustainable tourism and the evolving roles of government planning. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 1-5.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 411-421.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2012). *Tourism governance: Critical perspectives on governance and sustainability*. London: Routledge.
- Brown, B.J., Hanson, M.E., Liverman, D.M., & Merideth, R.W. (1987). Forum global sustainability: Toward definition. *Environmental Management*, 11(6), pp. 713-719.
- Bruyn, C., & Alonso, A.F. (2012). Tourism destination governance: Guidelines for implementation. In E. Fayos-Solá, J.A.M. Silva, & J. Jafari (Eds.), *Knowledge management in tourism: Policy and governance applications* (pp. 221-242). Bridging Tourism Theory and Practice, 4.
- Bryman, A. (2008). *Social research methods*. 3<sup>rd</sup> Ed. Oxford: University Press.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. 4<sup>th</sup> Ed. Oxford: University Press.
- Bubois, G., & Céron, J.P. (2003). À la recherche d'un étique du tourisme. *Cahier Espaces*, 67, 10-29.
- Butler, R.W. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for the management of resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-12.
- Butler, R.W. (1998). Sustainable tourism – Looking backwards in order to progress? In C. M. Hall, & A. A. Lew (Eds.), *Sustainable tourism: A geographical perspective* (pp. 25-34). Harlow: Prentice Hall.



**Referências**

- Butler, R.W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), 7-25.
- Caffyn, A., & Jobbins, G. (2003). Governance capacity and stakeholder interactions in the development and management of coastal tourism: Examples from Morocco and Tunisia. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2-3), 224-245.
- Calviá City Council (1997). *Calviá Declaration on Tourism and Sustainable Development in the Mediterranean*. Calviá: Calviá City Council.
- Carson, R. (1962). *Silent spring*. London: Penguin.
- Carvalho, N. (2007). *O ambiente como problema social em Portugal*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Castellani, V., & Sala, S. (2010). Sustainable performance index for tourism policy development. *Tourism Management*, 31, 871-880.
- CBD & UNEP (2007). *User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Quebec: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Retrieved from <http://biodiv.unwto.org/sites/all/files/docpdf/cbd2007usersmanual.pdf>
- CBD (2002). *Biological diversity and tourism: Development of guidelines for sustainable tourism in vulnerable ecosystems*. Montreal: Secretariat of the CBD.
- CBD (2004). *Guidelines on biodiversity and tourism development*. Montreal: Secretariat of the CBD.
- CBD (2007). *Managing tourism & Biodiversity: User's Manual on the Convention on Biological Diversity's (CBD) Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Quebec: CBD
- CCDR-Alentejo Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2013). *Plano de Ação Regional-Alentejo 2020*. Évora: CCDR.
- CCE Conselho das Comunidades Europeias (1992). *Decisão do Conselho de 13 de Julho de 1992 relativa a um plano de ações comunitárias a favor do turismo*. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, (92/421/CEE).
- CCE (2000). *Comunicação da Comissão relativa ao princípio da precaução*. COM(2000)1 final. Bruxelas, 02.02.2000.
- CCE (2001). *Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu*. COM(2001)665 final. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.
- CCE (2001<sub>a</sub>). *Governança europeia: Um Livro Branco*. COM(2001) 428 final. Bruxelas, 25.7.2001.
- CCE (2001<sub>b</sub>). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. COM(2001)366 final. Bruxelas, 18.7.2001.
- CCE (2003). *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. COM(2003) 716 final. Bruxelas, 21.11.2003.

**Referências**

- CCE (2006). *Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa*. Comunicação da Comissão. COM(2006) 134 final. Bruxelas, 17.3.2006.
- CCE (2007). *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*. COM(2007)621 final. Comunicação da Comissão. Bruxelas, 19.10.2007.
- CE Comissão Europeia (2003). *Relatório da comissão sobre a governança europeia*. Luxemburgo: Comunidades Europeias.
- CE (2010). *Europa, primeiro destino turístico do mundo - novo quadro político para o turismo europeu*. COM(2010)352 final. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Bruxelas, 30.6.2010.
- CE (2012). *O princípio da parceria na utilização dos fundos do Quadro Estratégico Comum – elementos para um código de conduta europeu relativo ao princípio de parceria*. SWD(2012)106 final. Documento de trabalho dos serviços da comissão, 24.4.2012.
- CEC Commission of the European Communities (2001<sub>a</sub>). *A Sustainable Europe for a Better World: A European Union Strategy for Sustainable Development*. COM(2001)264 final. Communication from the Commission. Brussels, 15.5.2001.
- Chhotray, V., & Stoker, G. (2009). *Governance theory and practice: A cross-disciplinary approach*. Palgrave Macmillan.
- Choi, H.C., & Sirakaya, E. (2005). Measuring residents' attitude toward sustainable tourism: Development of sustainable tourism attitude scale. *Journal of Travel Research*, 43, 380-394.
- Clarke, J. (1997). A framework of approaches to sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(3), 224-233
- Comissão Europeia (2003). *Relatório da Comissão sobre a governança europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
- Comité das Regiões da União Europeia (2009). *Livro Branco do Comité das Regiões sobre a governação a vários níveis*. Bruxelas: EU-CR.
- Committee of the Regions (2006). *Sustainable tourism as a factor of cohesion among European regions*. Brussels: European Communities. Retrieved from <http://cor.europa.eu/en/Archived/Documents/008d3bd6-1fdf-411b-865c-a270d3e954d3.pdf>
- Cooper, C. (2009). *The benefits of knowledge management for destinations*. Tourism Insights, March [online].  
URL:<http://www.insights.org.uk/articleitem.aspx?title=The%20Benefits%20of%20Knowledge%20Management%20for%20Destinations> (Accessed: 10/01/2011).
- Cooper, C. (2012). *Essentials of tourism*. Harlow/Essex: Pearson Education Limited.
- Costa, C. (2014). Gestão estratégica do turismo: Evolução epistemológica dos modelos e paradigmas, e tendências para o futuro. In C. Costa, F. Brandão, R. Costa, & Z. Breda (Eds.), *Turismo nos países lusófonos: Conhecimento, estratégia e territórios* (pp. 19-40). Lisboa: Escolar Editora.

**Referências**

- Cozzens, S.E. (1987). Instrumentation. *Science and Technology Studies*, 5(2), 51-52.
- Czaja, R., & J. Blair. (1996). *Designing surveys: A guide to decisions and procedures*. Pine Forge: Thousand Oaks.
- Daniel, A.C.M., & Rodrigues, P.M.M. (2010). *Volatilidade e sazonalidade da procura turística em Portugal*. Boletim Económico do Banco de Portugal. Primavera 2010. URL: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB201003\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB201003_p.pdf)
- Dasmann, R.F., Milton, J.P., & Freeman, P.H. (1973). *Ecological principles for economic development*. 1<sup>st</sup> Ed. John Wiley.
- Decrop, A. (2004). Trustworthiness in qualitative tourism research. In J. Phillimore, & L. Goodson (Eds.), *Qualitative research in tourism: Ontologies, epistemologies and methodologies* (pp. 156-169). London: Routledge.
- DGT Direcção-Geral (2002). *O turismo no espaço rural em 2001*. Relatório. Divisão de Recolha de Informação e Estatística da Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística. Lisboa: Ministério da Economia.
- Dias, R. (2003). *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas.
- Dinica, V. (2006). Policy measures and governance for sustainable tourism and recreation in the Netherlands - An evaluation. *Tourism*, 54(3), 245-258.
- Dinica, V. (2009). Governance for sustainable tourism: A comparison of international and Dutch visions. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(5), 583-603.
- Dinica, V. (2013). International sustainability agreements: Are they politically influential for tourism governance innovations? *Tourism Analysis*, 18, 663-676.
- Dougherty, J., & Pfaltzgraff, R.L. (2003). *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Direito Internacional. Lisboa: Gradiva.
- Dredge, D. (2006). Policy networks and the local organisations of tourism. *Tourism Management*, 27(2), 269-280.
- Dredge, D., & Jenkins, J. (2003). Destination place identity and regional tourism policy. *Tourism Geographies*, 5(4), 383-407.
- Dredge, D., & Jenkins, J. (2007). *Tourism planning and policy*. Wiley Australia Tourism Series.
- Dredge, D., & Whitford, M. (2011). Event tourism governance and the public sphere. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 479-499.
- EC European Commission (2001). *European governance: A white paper*. COM(2001) 428 final. Commission of the European Communities.
- EC (2003). *Report from the commission on European governance*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- EC (2010). *Europe, the world's No 1 tourist destination – a new political framework for tourism in Europe*. COM(2010) 352 final. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Brussels, 30.6.2010

**Referências**

- EEA (2003). *Europe's Environment: The Third Assessment*. Environmental assessment report, N.º 10. Copenhagen: EEA.
- Erkuş-Öztürk, H., & Eraydin, A. (2010<sub>a</sub>). Environmental governance for sustainable tourism development: Collaborative networks and organisation building in the Antalya tourism region. *Tourism Management*, 31(1), 113-124.
- ERTA Entidade Regional de Turismo do Alentejo (2013). *Documento Estratégico Turismo do Alentejo 2014 – 2020 Visão, Prioridades Estratégicas e Eixos de Intervenção*.
- ERTA Entidade Regional de Turismo do Alentejo (2015). Quem somos: Atividades e projetos. URL: <http://www.visitalentejo.pt/pt/quem-somos/turismo-do-alentejo-ert/atividades-e-projectos/> [revisto em Outubro de 2015]
- European Commission (2015). *Sustainable Development*. URL: <http://ec.europa.eu/environment/eussd/> [revisto em 04-04-2015]
- European Parliament – Directorate-General for Research (2002). *European Union action in the tourism sector: Improving support measures for sustainable tourism*. Working Paper. Scientific and Technological Options Assessment Series. STOA 103 EN 02 2002. Luxembourg: European Parliament.
- Fennell, D. A., & Malloy, D. C. (2007). *Codes of ethics in tourism: Practice, theory, synthesis*. Clevedon: Channel View Publications.
- Fernandes, S.M.N., & Eusébio, C. (2014). Governança para o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos. *Journal of Tourism and Development*, 21/22, 249-261.
- Finn, M., Elliott-White, M., & Walton, M. (2000). *The Analysis of Qualitative Data Content Analysis and Semiological Analysis*. Pearson/Longman. Harlow: Longman/Pearson Education.
- Fonseca, F.P., & Ramos, R.A.R. (2012). Heritage tourism in peripheral areas: Development strategies and constraints. *Tourism Geographies*, 14(3), 467-493.
- Gautam, N. (2008). 'Governance' beyond the boundaries of Public Administration. URL: <http://hufs.academia.edu/NabarajGautam/Papers>.
- Ghani, S.R. (2009). Knowledge management: tools and techniques. *Journal of Library & Information Technology*, 29(6), 33–38.
- Giddens, A. (1998). *The third way: The renewal of democracy*. Oxford: Polity Press.
- Goeldner, C.R., & Ritchie, J.R.B. (2009). *Tourism: Principles, practices, philosophies*. 11<sup>th</sup> Ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Goodwin, M. (1998). The governance of rural areas: Some emerging research issues and agendas. *Journal of Rural Studies*, 14(1), pp. 5-12.
- Goodwin, M., & Painter, J. (1996). Local governance, the crisis of Fordism and the changing geographies of regulation. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 21, 635-648.
- Gray, D.E. (2014). *Doing research in the real world*. 3.<sup>a</sup> Ed. London: SAGE.
- Grindle, M.S. (2004). Good enough governance: Poverty reduction and reform in developing countries. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 17(4), 525-548.

**Referências**

- Grindle, M.S. (2007). Good enough governance revisited. *Development Policy Review*, 25(5), 553-574.
- Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Principia.
- Guibilato, G. (1983). *Economie touristique*. Denges: Delta & Spes.
- Gunn, C.A., & Var, T. (2002). *Tourism planning: Basic, concepts, cases*. 4<sup>th</sup> Ed. New York: Routledge.
- Hall, C.M. & Butler, R.W. (1995). In search of common ground: Reflections on sustainability, complexity and process in the tourism system - a Discussion between C. Michael Hall and Richard W. Butler. *Journal of Sustainable Tourism*, 3(2), 99-105.
- Hall, C.M. (1999). Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3-4), 274-289.
- Hall, C.M. (2005). *Tourism: Rethinking the social science of mobility*. Pearson Education.
- Hall, C.M. (2008). *Tourism planning: Policies, processes and relationships*. 2<sup>nd</sup> Ed. Pearson/Prentice Hall: Harlow.
- Hall, C.M. (2011<sub>a</sub>). Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: From first - and second-order to third-order change? *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 649-671.
- Hall, C.M. (2011<sub>b</sub>). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 437-457.
- Hall, C.M., & Lew, A.A. (1998). *Sustainable tourism: a geographical perspective*. Addison Wesley Longman: New York.
- Handl, G. (2012). Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm Declaration), 1972 and the Rio Declaration on Environment and Development, 1992. *United Nations Audiovisual Library of International Law*, 1-11.
- Hardy, A., Beeton, R.J.S., & Pearson, L. (2002). Sustainable tourism: An overview of the concept and its position in Relation to conceptualisations of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(6), 475-496.
- Harguindéguy, J.B. (2007). Government. In M. Bevir (Ed.), *Encyclopedia of governance* (pp. 385-389). California: SAGE.
- Heinrich, C.J., Hill, C.J., & Lynn, L.E. (2004). Governance as an organizing theme for empirical research. In P.W. Ingraham, & L.E. Lynn (Eds.), *The art of governance: analyzing management and administration* (pp. 3-19). Washington, DC: Georgetown University Press.
- Hewitt de Alcantará, C. (1998). Uses and abuses of the concept of governance. *International Social Science Journal*, 50(155), 105-113.
- Higgins-Desbiolles, F. (2011). Death by a thousand cuts: Governance and environmental trade-offs in ecotourism development at kangaroo Island, South Australia. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 553-570.
- Hill, A., & Hill, M.M. (2008). *Investigação por questionário*. 2.<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Edições Sílabo.



**Referências**

- Hung, K., Xiang, R.L., Pan, B., & Petrick, J.F. (2010). Knowledge Dissemination in Tourism Education: A Case of Tourism Marketing. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 27(5), 519-532.
- Hunter, C. (1995). On the need to re-conceptualise sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, 3(3), 155-65.
- Hunter, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 850-867.
- INE Instituto Nacional de Estatística** (2002). *Estatísticas do turismo 2001*. Lisboa: INE.
- INE (2003<sub>a</sub>). *Anuário estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002*. Lisboa: INE.
- INE (2003<sub>b</sub>). *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2002*. Lisboa: INE.
- INE (2012<sub>a</sub>). *Estatísticas do turismo 2011*. Lisboa: INE.
- INE (2012<sub>b</sub>). *Anuário estatístico da Região Alentejo 2011*. Lisboa: INE.
- INE (2013<sub>a</sub>). *Estatísticas do turismo 2012*. Lisboa: INE.
- INE (2013<sub>b</sub>). *Anuário estatístico da Região Alentejo 2012*. Lisboa: INE.
- INE (2013<sub>c</sub>). *Estatísticas demográficas 2011*. Lisboa: INE.
- INE (2014<sub>a</sub>). *Estatísticas do turismo 2013*. Lisboa: INE.
- INE (2014<sub>b</sub>). *Anuário estatístico da Região Alentejo 2013*. Lisboa: INE.
- INE (2015). *NUTS 2013: As novas unidade territoriais para fins estatísticos*. Lisboa: INE.
- IUCN (1980). *World Conservation Strategy*. Gland, Switzerland: International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources.
- IUCN (1991). *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living*. Gland, Switzerland: IUCN - The World Conservation Union.
- Jafari, J. (1990). Research and scholarship: the basis of tourism education. *Journal of Tourism Studies*, 1(1), 33-41.
- Jamal, T., & Watt, E.M. (2011). Climate change pedagogy and performative action: Toward community-based destination governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 571-588.
- Jennings, G. (2010). *Tourism Research*. 2<sup>nd</sup> Ed., Tourism Series, John Wiley & Sons Australia.
- Jennings, G.R. (2005). Interviewing: A focus on qualitative techniques. In B.W. Ritchie, P. Burns, & C. Palmer (Eds.), *Tourism research methods: Integrating theory with practice* (p. 99-117). Oxfordshire: CABI.
- Jessop, B. (1998). The rise of governance and the risks of failure: The case of economic development. *International Social Science Journal*, 50(155), 29-45.
- Kenis, P., & Schneider, V. (1991). Policy networks and policy analysis: Scrutinizing a new analytical tool. In B. Marin, R. Mayntz (eds.), *Policy networks: Empirical evidence and theoretical considerations* (pp. 22-62). Boulder: Westview Press.
- Kerimoğlu, E., & Çiraci, H. (2008). Sustainable tourism development and a governance model for Frig Valley. *ITU A/Z*, 5(2), 22-43.

**Referências**

- Kerkhoff, L., & Louis, L. (2006). Linking knowledge and action for sustainable development. *Annual Review Environment and Resources*, 31, 445-77.
- Kersbergen, K.V., & Waarden, F.V. (2004). 'Governance' as a bridge between disciplines: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy. *European Journal of Political Research*, 43, 143-171.
- Kezar, A., & Eckel, P.D. (2004). Meeting today's governance challenges: A synthesis of the literature and examination of a future agenda for scholarship. *Journal of Higher Education*, 75, 371-399.
- Kickert, W.J.M. (1997). Public governance in the Netherlands: in the alternative to anglo-american managerialism. *Public Administration*, 75(1), 731-752.
- Kjaser, A.M. (2004). *Governance*. Key concepts. Polity Press.
- Kooiman, J. (1993). Social-political governance: Introduction. In J. Kooiman (Ed.), *Modern governance: New government-society interactions* (pp. 1-6). London: Sage.
- Kooiman, J. (1999). Social-political governance. *Public Management: An International Journal of Research and Theory*, 1(1), 67-92.
- Lansing, P., & Vries, P.D. (2007). Sustainable tourism: Ethical alternative or marketing pPloy?. *Journal of Business Ethics*, 72, 77-85.
- Laws, E., Agrusa, J., Scott, N., & Richins, H. (2011<sub>b</sub>). Tourist destination governance: Practice, theory and issues. In E. Laws, H. Richins, J. Agrusa, & N. Scott (Eds.), *Tourist destination governance: practice, theory and issues* (pp. 1-13). Oxfordshire: CABI.
- Laws, E., Richins, H., Agrusa, J., & Scott, N. (2011<sub>a</sub>). *Tourist destination governance: Practice, theory and issues*. CABI: Oxfordshire.
- Lemelin, S. (2006). The Tourism Intelligence Network. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 7(1), 147-159.
- Lima, J., Eusébio, C., & Varum, C.A. (2012). Effects of holidays on tourists: A review and directions for future research. *Turismo e Desenvolvimento*, 17-18, 357-369.
- Löffler, E. (2009). Public governance in a network society. In T. Bovaird, & E. Löffler (Eds.), *Public management and governance* (pp. 215-232), 2<sup>nd</sup> Ed. Oxon:Routledge.
- Long, N. (2001). *Development Sociology: Actor perspectives*. London: Routledge.
- Lowdens, V., & Skelcher, C. (1998). The dynamics of multi-organizational partnerships: an analysis of changing modes of governance. *Public Administration*, 76(2), 313-333.
- Lu, J., & Nepal, S.K. (2009). Sustainable tourism research: An analysis of papers published in the Journal of Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(1), 5-16.
- Matias, A. (2007). *Economia do turismo: Teoria e prática*. Sociedade e Organizações. Lisboa: Instituto Piaget.
- McInerney, C. (2002). Knowledge management and the dynamic natures of knowledge. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 53(12), 1009-1018.

**Referências**

- Meadowcroft, J. (2007). Who is in Charge here? Governance for sustainable development in a complex world. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 9(3-4), 299-314.
- Meadowcroft, J., Farrell, K. N., & Spangenberg, J. (2005). Developing a framework for sustainability governance in the European Union. *International Journal of Sustainable Development*, 8(1-2), 3-11.
- Meadows, D.H., Meadows, D.L., Randers, J. & William, W.B.III (1972). *The limits to growth: A report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books. Retrieved from <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>
- Mill, R.C., & Morrison, A.M. (1992). *The tourism system: An introductory text*. Prentice-Hall.
- Milne, S.S. (1998). Tourism and sustainable development: Exploring the global-local nexus. In M. Hall & A.A. Lew (Eds), *Sustainable tourism: A geographical perspective* (pp. 35-48). Harlow: Prentice Hall.
- Ministério da Economia e da Inovação (2007). *Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27 de Abril*. Diário da República, 1.ª série, N.º 82, pp. 2693-2698.
- Ministério da Economia e do Emprego (2012). *Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho*. Diário da República, 1.ª série, N.º 120, pp. 3104-3109.
- Moore, M. (2001). Political underdevelopment: What causes 'bad governance'. *Public Management Review*, 3(3), 385-418.
- Moore, S.A., & Rodger, K. (2010). Wildlife tourism as a common pool resource issue: Enabling conditions for sustainability governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(7), 831-844.
- Moscardo, G. (2011<sub>a</sub>). The role of knowledge in good governance for tourism. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 67-80). Oxfordshire, UK: CABI.
- Moscardo, G. (2011<sub>b</sub>). Exploring social representations of tourism planning: Issues for governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 423-436.
- Nanda, V.P. (2006). The "good governance" concept revisited. *ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 603, 269-283.
- Neves, H., Cruz, A.R., & Correia, A. (2008). A sazonalidade da procura turística na ilha de Porto Santo. *Estudos Regionais*, 17, 25-43.
- Nimpson, M.C., Gössling, S., Scott, D., Hall, C.M., & Gladin, E. (2008). *Climate Change Adaptation and Mitigation in the Tourism Sector: Frameworks, Tools and Practices*. Paris: UNEP, University of Oxford, UNWTO, WMO.
- OECD Organisation for Economic Co-operation and Development** (1965). *Recommendation of the Council on Government Action to Promote Tourism*. Recommendation – Tourism. 8 May 1979 - C(79)115.
- OECD (1972). *Recommendation of the Council on Guiding Principles concerning International Economic Aspects of United Nations* (1992). Report of the United Nations Conference on Environment and Development. A/CONF.151/26 (Vol. I).



**Referências**

- OECD (1979). *Recommendation of the Council on Environment and Tourism. Recommendation – Environment*. 8 May 1979 - C(79)115.
- OECD (2003). *Open government: Fostering dialogue with civil society*. Paris: OECD.
- OECD (2004). *OECD Principles of Corporate Governance*. Paris: OECD Publishing.  
<http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/31557724.pdf>
- OECD (2012). *OECD Tourism trends and policies 2012*. OECD Publishing.
- OECD (2014). *OECD Tourism trends and policies 2014*. OECD Publishing.
- OWHC Organization of World Heritage Cities (1997). *Collection of charters and others guides: Tourism and heritage*. Canada: OWHC.
- Page, S.J. (2005). *Tourism management: Managing for change*. Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Pan, G.W., Scott, N., & Laws, E. (2006). Understanding and sharing knowledge of new tourism markets: the example of Australia's inbound Chinese tourism. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 7(1–2), 99–116.
- Parlamento Europeu (2005). *Um turismo europeu sustentável*. Resolução do Parlamento Europeu sobre as novas perspectivas e os novos desafios para um turismo europeu sustentável (2004/2229(INI)). P6\_TA(2005)0335.
- Partidário, M.R., & Lima, S. (2002). *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo em direção a um desenvolvimento ambientalmente sustentável*. Lisboa: Gabinete de Estudo e Prospectiva Económica do Ministério da Economia.
- PCM Presidência do Conselho de Ministros (2010). *Declaração de Rectificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro*. Diário da República, 1.ª série, N.º 192, pp. 4372-(8)-4372-(92).
- Pearce, D.G., & Butler, R.W. (2010). *Tourism research: A 20-20 vision*. Oxford: Goodfellow.
- Pechlaner, H., Raich, F., & Kofink, L. (2011). Elements of corporate governance in tourism organizations. *Tourismos: an international multidisciplinary journal of tourism*, 6(3), 57-76.
- Pechlaner, H., Volgger, M., & Herntrei, M. (2012). Destination management organizations as interface between destination governance and corporate governance. *Anatolia – An International Journal of Tourism and Hospitality Research*, 23(2), 151-168.
- Pérez-Salom, J.R. (2001). Sustainable tourism: Emerging global and regional regulation. *Georgetown International Environmental Law Review*, 13(4), 801-836.
- Phillimore, J., & Goodson, L. (2004). *Qualitative research in tourism: Ontologies, epistemologies and methodologies*. London: Routledge.
- Pierre, J. (2000). Introduction: Understanding governance. In J. Pierre (Ed.), *Debating governance: Authority, steering and democracy* (pp. 1-10). New York: Oxford University Press.
- Pierre, J., & Peters, B.G. (2000). *Governance, politics and the state*. Basingstoke: Macmillan.

**Referências**

- Plummer, R., & Fennell, D.A. (2009): Managing protected areas for sustainable tourism: Prospects for adaptive co-management. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 149-168.
- Pyo, S. (2005). Knowledge map for tourist destinations - needs and implications. *Tourism Management*, 26(4), 583-594.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. 4.<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Gradiva.
- Rhodes, R.A.W. (1996). The new governance: Governing without government. *Political Studies*, XLIV(44), 652-667.
- Rhodes, R.A.W. (2007). Understanding governance: Ten years on. *Organization Studies*, 28(8), 1243-1264.
- Rich, R. F. (1997). Measuring knowledge utilization: Processes and outcomes. *Knowledge and Policy: The International Journal of Knowledge Transfer and Utilization*, 10(3), 11-24.
- Richins, H. (2011). Issues and pressures on achieving effective community destination governance: A typology. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 51-65). Oxfordshire: CABI.
- Richins, H., Agrusa, J., Scott, N., & Laws, E. (2011<sub>a</sub>). Tourist destination governance challenges and concerns: Questions of development, community involvement, responsiveness and future outcomes. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 17-23). Oxfordshire: CABI.
- Richins, H., Agrusa, J., Scott, N., & Laws, E. (2011<sub>b</sub>). Tourist destination governance decision making: Complexity, dynamics and influences. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 83-90). Oxfordshire: CABI.
- Richins, H., Agrusa, J., Scott, N., & Laws, E. (2011<sub>c</sub>). Tourist destination governance approaches and solutions: Structural change, community engagement, networks and collaborations. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 137-143). Oxfordshire: CABI.
- Ritchie, R.J.B., & Ritchie, J.R.B. (2002). A framework for an industry supported destination marketing information system. *Tourism Management*, 23, 439-454.
- Rivera, M.A., & Upchurch, R. (2008). The role of research in the hospitality industry: A content analysis of the IJHM between 2000 and 2005. *International Journal of Hospitality Management*, 27, 632-640.
- Rosenau, J.N. (1995). Governance in the twenty-first century. *Global Governance*, 1(1), 13-43.
- Rosenau, J.N. (2000). Change, complexity and governance in a globalizing space. In J. Pierre (Ed.), *Debating governance: Authority, steering and democracy* (pp. 167-200). Oxford: Oxford University Press.
- Rosenow, J.E.; & Pulsipher, G.L. (1979). *Tourism: The good, the bad and the ugly*. Nebraska: Media Productions and Marketing.
- Rowe, G. & L.J., Frewer (2005). A Typology of Public Engagement Mechanisms. *Science, Technology, & Human Values*, 30(2), 251-290.

**Referências**

- Ruhanen, L., Scott, N., Ritchie, B., & Tkaczynski, A. (2010). Governance: A review and synthesis of the literature. *Tourism Review*, 65(4), 4-16.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121–1140.
- Santiso, C. (2011). Good governance and aid effectiveness: The World Bank and conditionality. *The Georgetown Public Policy Review*, 7(1), 1-22.
- Santos, J. (2012). Turismo - uma nova política da União Europeia: Contributos para a sua integração na Política de Coesão 2014-2020. *Revista de Estudos Sociais*, 31(16), 116-130.
- Scopus (2012). *Search*. URL: <http://www.scopus.com/> [acesso revisto em Janeiro 2015].
- Scott, N. & Laws, E. (2006). Knowledge sharing in tourism and hospitality. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 7(1-2), 1-12.
- Scott, N., Laws, E., Agrusa, J., & Richins, H. (2011). Tourist destination governance: Some approaches and suggestions for future research. In E. Laws, J. Agrusa & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 203-212). Oxfordshire, UK: CABI.
- Sharpley, R. (2000). Tourism and sustainable development: Exploring the theoretical divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(1), 1-19.
- Sharpley, R. (2009). *Tourism development and the environment: beyond sustainability?* Tourism, Environment and Development Series. London: Earthscan.
- Sharpley, R. (2015). Tourism: A vehicle for development? In R. Sharpley, & D.J. Telfer (Eds.), *Tourism and development: Concepts and issues* (pp. 3-30). 2<sup>nd</sup> Ed. Bristol: Channel View Publications.
- Shiple, R., & Kovacs, J.F. (2008). Good governance principles for the cultural heritage sector: Lessons from international experience. *Corporate Governance*, 8(2), 214-228
- Sibeon, R. (2000). Governance and the policy process in contemporary Europe. *Public Management: An International Journal of Research and Theory*, 2(3), 289-310.
- Simpson, M.C., Gossling, S., Scott, D., Hall, C.M., & Gladin, E. (2008). *Climate change adaptation and mitigation in the tourism sector: frameworks, tools and practices*. Paris: UNEP, University of Oxford, UNWTO & WMO.
- Smith, E., & Weiss, T. (1997). UN Task-sharing: towards or away from global governance? *Third Quarterly*, 18(3).
- Sofield, T., & Li, S. (2011). Tourism governance and sustainable national development in China: A macro-level synthesis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 501-534.
- Song, H., Dwyer, L., & ZhengCao, G.L. (2012). Tourism economics research: A review and assessment. *Annals of Tourism Research*, 39, 1653-1682.
- Soromenho-Marques, V. (2005). *Metamorfoses*. Lisboa: Europa-América.
- Spyriadis, T., Buhalis, D., & Fyall, A. (2011). Dynamics of destination governance: Governance and metagovernance in the composite industrial environment of destinations. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: Practice, theory and issues* (pp. 187-202). Oxfordshire: CABI.

**Referências**

- Stevic, I., & Breda, Z. (2014). Tourism destination governance: The case of UNESCO World Heritage site of Oporto city. *Journal of Tourism and Development*, 21/22, 189-199.
- Stoker, G. (1998). Governance as theory: Five prepositions. *International Social Science Journal*, 50(155), 17-28.
- Sumner, J. (2008) Governance, globalization and political economy: Perspectives from Canadian adult education. *Adult Education Quarterly*, 59(1), 22-41.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable tourism management*. CABI.
- Taylor, A. (2002). Governance. In G. Blakeley, & V. Bryson. (Eds.), *Contemporary political concepts: A critical introduction* (pp.35-53). London: Pluto Press.
- Torres-Delgado, A., & Palomeque, F.L. (2012). The growth and spread of the concept of sustainable tourism: The contribution of institutional initiatives to tourism policy. *Tourism Management Perspectives*, 4, 1-10.
- Trousdale, W.J. (1999). Governance in context - Boracay Island, Philippines. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 840-867.
- TSG Tourism Sustainability Group (2007). *Action for more sustainable European Tourism*. Report.
- Turismo de Portugal (2013). *Responsabilidade social em Portugal 2012: Boas Práticas nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos*. PROTURISMO. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (2013<sub>a</sub>). *Compromisso para a sustentabilidade*. Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, Lisboa, 08.04.2013.
- Turismo de Portugal (2014<sub>a</sub>). *Alojamento em Portugal 2014: Caracterização dos principais grupos hoteleiros*. PROTURISMO: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (2014<sub>b</sub>). *Responsabilidade Social em Portugal 2012: Boas Práticas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos*. PROTURISMO: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (2014<sub>c</sub>). *Quem somos*. Turismo de Portugal. Início. URL: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/QuemSomos/Pages/QuemSomos.aspx>
- Turismo de Portugal (2015<sub>a</sub>). *Desempenho ambiental do alojamento em Portugal 2013: Boas práticas nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos*. PROTURISMO: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (2015<sub>b</sub>). *Responsabilidade Social em Portugal 2013: Boas Práticas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos*. PROTURISMO: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (2015<sub>c</sub>). *Anuário das estatísticas do turismo 2013*. PROTURISMO.
- Turismo de Portugal (2015<sub>d</sub>). *Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Turner (2008). A comparison of The Limits to Growth with 30 years of reality. *Global Environmental Change*, 18, 397-411.

**Referências**

- UN United Nations (1992). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. A/CONF.151/26 (Vol. I). URL:  
<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm> [Jan. 2012]
- UN United Nations (2002). *Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development*. URL:  
[http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD\\_POI\\_PD/English/WSSD\\_PlanImpl.pdf](http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/WSSD_PlanImpl.pdf)
- UN (2015). *Earth Summit+5. United Nations, Economic and Social Development*. URL:  
[www.un.org/esa/earthsummit/](http://www.un.org/esa/earthsummit/)
- UN (1972). *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*. Stockholm: United Nations.
- UN (2012). 2012 United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro: UN.
- UNDP (1997). *Governance for Sustainable Human Development*. Executive Summary. URL: <http://www.pogar.org/publications/other/undp/governance/undppolicydoc97-e.pdf>
- UNDP (2007). *Good Governance: a User's Guide*. 2.<sup>a</sup> Ed. URL:  
[http://gaportal.org/sites/default/files/undp\\_users\\_guide\\_online\\_version.pdf](http://gaportal.org/sites/default/files/undp_users_guide_online_version.pdf) (02-03-10)
- UNEP (1972). *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. Retrieved from  
<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.Print.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>
- UNEP (1995). *Environmental Codes of Conduct for Tourism*. UNEP/IE, Technical Report N.º 29.
- UNEP (2003). *Tourism and Local Agenda 21: The role of local authorities in sustainable tourism*.
- UNEP & ICLEI (2003). *Tourism and local Agenda 21: The role of authorities in sustainable tourism*. Paris: United Nations Environment Programme.
- UNEP & WTO (2005). *Making tourism more sustainable: A guide for policy makers*. United Nations Environment Programme & World Tourism Organization.
- UNEP (Industry) (2005). *Environmental Codes of Conduct for Tourism Industry*. Technical Report Series N.º 29. UNEP & Environment Office. United Nations Publication UN.
- UNEP Information Unit on Climate Change (1993). *The Bergen Conference and its proposals for addressing climate change*. URL:  
[unfccc.int/resource/ccsites/Senegal/fact/fs220.htm](http://unfccc.int/resource/ccsites/Senegal/fact/fs220.htm)
- UNEP, & ICLEI (2003). *Tourism and Local Agenda 21: The role of authorities in sustainable tourism*. Paris: United Nations Environment Programme.
- UNEP, & WTO (2005). *Making tourism more sustainable: A guide for policy makers*. United Nations Environment Programme & World Tourism Organization.
- UN-ESC Economic Social Council (1999). *Tourism and sustainable development*. Report of the Secretary-General. Commission on Sustainable Development, 7 Session.



**Referências**

- UN-ESC (2006). *Definition of basic concepts and terminologies in governance and public administration*. Committee of Experts on Public Administration. E/C.16/2006/4. 5 January.
- UN-ESC (ECOSOC) (2001). *Report of the Secretary-General on sustainable development of tourism*. Doc. N.º E/CN.17/2001/PC/21.
- UN-ESCAP United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP) (1992).
- UN-GA General Assembly (1997<sub>a</sub>). *Resolutions and decisions adopted by the General Assembly during its nineteenth special session*. 19<sup>th</sup> Special Session Supplement No. 2 (A/S-19/33). New York: United Nations.
- UN-GA (1997<sub>b</sub>). *Resolution adopted by the general Assembly*. S/19-2 Programme for the Further Implementation of Agenda 21. A/RES/S-19/2. 11th plenary meeting 28 June 1997. URL: [www.un.org/documents/ga/res/spec/aress19-2.htm](http://www.un.org/documents/ga/res/spec/aress19-2.htm)
- UN-GA (2000). *United Nations Millennium Declaration*. A/RES/55/2. Resolution adopted by the General Assembly, 18 September 2000. URL: <file:///C:/Users/Ros%20A1rio%20Borges/Desktop/Institucional=2015/Na%C3%A7%C3%B5esUnidas/2000-UN-Declara%C3%A7%C3%A3oObjectivosMilenio.pdf>
- UN-GA (2013). *Lessons learned from the Commission on Sustainable Development: report of the Secretary-General*. A/67/757 (26 February 2013), available from [www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/67/757&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/757&Lang=E)
- União Europeia (2014). *Glossário das sínteses: sociedade civil organizada*. EuroLex. URL: [http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/civil\\_society\\_organisation.html?locale=pt](http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/civil_society_organisation.html?locale=pt)
- UNRIC Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> [último acesso: 10-06-2015]
- UN-SD United Nations Sustainable Development (UN-SD) (1992). *Agenda 21*. United Nations Conference on Environment & Development. Retrieved from <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>
- Veal, A.J. (2006). *Research methods for leisure and tourism: A practical guide*. 3<sup>rd</sup> Ed. Harlow: Pearson Education.
- Vernon, J., Essex, S., Pinder, D., & Curry, K. (2005). Collaborative policymaking: Local sustainable projects. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 325-345.
- Walker, K., & Moscardo, G. (2011). Controversial ecotourism and stakeholder roles in governance: "swim with humpback whales" in Vava'u'. In E. Laws, J. Agrusa, & H. Richins (Eds.), *Tourist destination governance: practice, theory and issues* (pp. 103-116). Oxfordshire, UK: CABI.
- Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism: Change, impacts, and opportunities*. Harlow: Pearson Education.
- Walters, W. (2004). Some critical notes on "governance". *Studies in Political Economy*, 73, 27-46.
- WCED World Commission on Environment and Development (1987). *O nosso futuro comum*. Lisboa: Meribérica/Liber.

*Referências*

- Weaver, S. (2006). *Sustainable tourism: Theory and practice*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Williams, D., & Young, T. (1994). Governance, the World Bank and liberal theory. *Political Studies*, *XLII*, 84-100.
- Wood, R. (1993). Tourism, culture and the sociology of development. In M.V.T. Hitchcock & M. Parnwell (Ed.), *Tourism in Southeast Asia* (pp. 48-70). London: Routledge.
- World Bank (1989). *Sub-Saharan Africa: From crisis to sustainable growth*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.
- WTO (1980). *Manila Declaration on World Tourism*. Manila: WTO.
- WTO (1982). *Acapulco Document*. Acapulco: WTO.
- WTO (1985). *Tourism bill of rights and tourist code*. Sofia: WTO.
- WTO (1994). *National and regional tourism planning: Methodologies and case studies*. Madrid: WTO.
- WTO (1996). *Towards new forms of public-private sector partnerships*. Madrid: WTO.
- WTO (1997). *Male declaration on sustainable development*. Male: WTO.
- WTO (1999). *Guide for local authorities on developing sustainable tourism*. Madrid: WTO.
- WTO (2004). *Indicators of sustainable development for tourism destinations: A guidebook*. Madrid: WTO.
- WTO & UNEP (2002). *World Ecotourism Summit: Final report*. Madrid: World Tourism Organization & United Nations Environment Programme. Madrid: WTO.
- WTO & UNEP (2008). *Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges*. Madrid: WTO.
- WTO & UNESCO (1995). *Charter for Sustainable Tourism*, Lanzarote. UNESCO & EU.
- WTTC, WTO, & EC (1995). *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards environmentally sustainable development*. London, U.K.
- Xiao, H., & Smith, S.L.J. (2007). The use of tourism knowledge: Research propositions. *Annals of Tourism Research*, *34*(2), 310–331.
- Zahra, A.L. (2011). Rethinking regional tourism governance: The principle of subsidiarity. *Journal of Sustainable Tourism*, *19*(4–5), 535–552.
- Zahra, A.L., & Ryan, C. (2007). From chaos to cohesion - complexity in tourism structures: An analysis of New Zealand's regional tourism organizations. *Tourism Management*, *28*(3), 854-862.

**Apêndices**
**Apêndice 6.1**
**Referência dos documentos internacionais inseridos na base de dados para verificação**
**Tabela 6.1.**

Documentos relacionados com o desenvolvimento do turismo sustentável

Data	Principais Referências	Contexto institucional em que surgiram
<b>Anos 60</b>		
1965	- <i>Recommendation of the Council on Government Action to Promote Tourism</i>	OECD (Ref. 20 July 1965 - C(65)85)
<b>Anos 70</b>		
1972	- <i>Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage</i> - <i>Recommendation Concerning the Protection, at National Level, of the Cultural and Natural Heritage</i>	General Conference of the UNESCO, Paris/France (Nov.)
1975	- <i>Mediterranean Action Plan (MAP)</i> [Section I.4.c) refers to Tourism]	Intergovernmental Meeting on the Protection of the Mediterranean, UNEP, Barcelona/Spain (Feb.)
1976	- <i>Convention for the Protection of the Mediterranean Sea Against Pollution (Barcelona Convention)</i> [it includes 7 Protocols]	Adopted on February 1976 by the Contracting Parties (16 Mediterranean countries and the European Community)
1979	- <i>Recommendation of the Council on Environment and Tourism</i> - <i>Guidelines Concerning the International and Economic Aspects of Environmental Policies in Tourist Areas</i>	OECD (Ref. 8 May 1979 - C(79)115)
<b>Anos 80</b>		
1980	- <i>Manila Declaration on World Tourism</i>	World Tourism Conference, WTO, Manila/ Philippines (Sep.)
1982	- <i>Acapulco Document</i>	World Tourism Conference, WTO, Acapulco/Mexico (Aug.)
1985	- <i>Tourism Bill of Rights and Tourist Code</i>	6 <sup>th</sup> World Tourism Organization General Assembly, WTO, Sofia/Bulgaria (Sep.)
1989	- <i>Hague Declaration on Tourism</i>	Inter-Parliamentary Conference on Tourism, WTO, IPU & NIPG, Hague/Netherlands (Apr.)
<b>Anos 90</b>		
1990	- <i>An action strategy for sustainable tourism development</i>	Globe '90 Conference on Sustainable Development, Tourism Stream Action Strategy Committee, Vancouver/Canada (Mar.)
	- <i>Resolution on the Resources Needed to Protect the Environment from Potential Damage Caused by Mass Tourism</i>	Resolution of European Parliament of the Council of Europe (Jul.)
1992	- <i>Agenda 21 Global Programme of Action on Sustainable Development</i> - <i>Rio Declaration on the Environment and Development</i> - <i>Convention on Biological Diversity</i> - <i>Framework Convention on Climate Change</i> - <i>Declaration of Principles for Forestry</i>	United Nations Conference on Environment and Development, UN, Rio de Janeiro/Brasil
	- <i>Community Action Plan to Assist Tourism</i> [1993-1995]	Council of the European Communities (92/421/EEC) (Jul.)
	- <i>5<sup>th</sup> European Community Environment Programme "Towards Sustainability"</i> [Tourism is a target sector]	European Commission (Feb.)
1993	- <i>Euro-Mediterranean Declaration on Tourism</i>	1 <sup>st</sup> Ministerial Conference on Tourism and Sustainable Development, Hyères-les-Palmiers/France (Sep.)
	- <i>General Policy for Sustainable and Environment-friendly Tourism Development</i>	Council of Europe - Committee of Ministers (Recommendation No. R(94)7) (Sep.)
1994	- <i>Declaration of Barbados</i> - <i>Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States</i> [Chapter VIII – Tourism Resources]	Global Conference on the Sustainable Development of Small Island Developing States, UN, Bridgetown/Barbados (Apr./May)
	- <i>Action Plan for the Protection of the Marine Environment and the Sustainable Development of the Coastal Areas of the Mediterranean</i> [MAP Phase II – replaces the MAP of 1975] - <i>Convention for the Protection of the Marine Environment and</i>	Contracting Parties to the Barcelona Convention (Jun.)



**Apêndices**

Data	Principais Referências	Contexto institucional em que surgiram
	<p><i>the Coastal Region of the Mediterranean</i> [amended version of the Barcelona Convention of 1976]</p> <p>- <i>Green Paper on the Role of the Union in the field of Tourism</i></p> <p>- <i>Integrated Conservation of Cultural Landscape Areas as Part of Landscape Policies</i></p> <p>- <i>World Charter for Sustainable Tourism</i></p> <p>- <i>Guide for Environmentally Responsible Tourism</i></p> <p>- <i>Sustainable Tourist Development Policy in Protected Areas</i></p> <p>- <i>Mediterranean Tourism Charter</i></p>	<p>Commission of the European Communities, <i>Commission Green Paper</i>, (COM(95)97 final) (Apr.)</p> <p>Council of Europe - Committee of Ministers (Recommendation No. R(95)9) (Sep.)</p> <p>1<sup>st</sup> World Conference on Sustainable Tourism: Towards a New Tourist Culture, WTO, UNEP, UNESCO &amp; European Commission, Lanzarote/Spain (Apr.)</p> <p>UNEP (Ed.)</p> <p>Council of Europe - Committee of Ministers (Recommendation No. R(95)10) (Sep.)</p> <p>2<sup>nd</sup> Ministerial Conference on Mediterranean Tourism and Sustainable Development, Casablanca/Morocco (Sep.)</p>
1996	- <i>Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development</i>	WTO, WTTC & EC (Ed.)
1997	- <i>Tourism and Sustainable Development: Recommendations and Proposals for Action</i>	Mediterranean Commission on Sustainable Development (MCSD), Malta
	- <i>Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism</i>	International Conference of Environmental Ministers on Biodiversity and Tourism, UN, Berlin/Germany (Mar.)
	- <i>Calviá Declaration on Tourism and Sustainable Development in the Mediterranean</i>	International Conference on Tourism and Sustainable Development in the Mediterranean Basin, Calviá City Council, Calviá/Spain (Apr.)
	- <i>Policy for the development of sustainable environment-friendly tourism in coastal areas</i>	Council of Europe - Committee of Ministers (Recommendation No. R(97)9) (Jun.)
	- <i>Integrated conservation of cultural landscape areas as part of landscape policies</i>	Council of Europe - Committee of Ministers (Recommendation No. R(95)9) (Sep.)
	- <i>Malé Declaration on Sustainable Development</i>	Asia and Pacific Ministerial Conference on Tourism and the Environment, UNWTO, Malé/Maldives
	- <i>Manila Declaration on the Social Impact of Tourism</i>	World Tourism Leaders' Meeting on the Social Impact of Tourism, UNWTO, Manila/Philippines (May)
1998	- <i>Declaration of Mediterranean NGOs on Sustainable Tourism and the Participation of Civil Society</i>	International Congress on Sustainable Tourism in the Mediterranean: Participation by Civil Society, Ulixes 21 project, MED-Forum, Sant Feliu de Guixols/France
	- <i>Mediterranean NGO Programmes for Sustainable Development</i>	5 <sup>th</sup> Mediterranean Environment Forum, MED-Forum, Barcelona/Spain
	- <i>Final Report</i> (Conclusions and recommendations of the working groups)	International Conference on Sustainable Tourism in Small Island Developing States and Other Islands, UNEP & WTO, Lanzarote/Spain
	- <i>Sustainable Tourism Development: A Guide for Local Planners</i>	WTO (Ed.)
1999	- <i>The Global Significance of Tourism</i>	7 <sup>th</sup> Session of the UN Commission on Sustainable Development (CSD-7), UN, New York/USA (May. and Jul. 98 / Apr. 99)
	- <i>Sustainable Tourism: A local Perspective</i>	
	- <i>Sustainable Tourism: a Non-Governmental Perspective</i>	
	- <i>Workers and Union in the Tourist Network</i>	
	- <i>Decision 7/3 on Tourism and Sustainable Development</i>	Commission of the European Communities (COM(1999) 205 final (Apr.))
	- <i>Enhancing tourism's potential for employment: Follow-up to the conclusions and recommendations of the High Level Group on Tourism and Employment</i>	
	- <i>Tourism and the Imperatives of Sustainable Development</i>	
	- <i>Global Code of Ethics for Tourism</i>	
- <i>Mediterranean Action Plan: Tourism and Sustainable Development (Recommendations and Proposals for Action)</i>	11 <sup>th</sup> Meeting of the Contracting Parties to the Barcelona-Spain Convention, Malta (Oct.)	
- <i>International Cultural Tourism Charter: Managing Tourism at Places of Heritage Significance</i>	ICOMOS International Scientific Committee on Cultural Tourism, Mexico (Oct.)	
- <i>European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas</i>	EUROPARC Federation, Germany	

**Apêndices**

Data	Principais Referências	Contexto institucional em que surgiram
	- Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism	WTO (Ed.)
<b>Anos 2000</b>		
2000	- <i>Amman Declaration on Peace Through Tourism</i>	1 <sup>st</sup> Global Summit on Peace Through Tourism, International Institute for Peace Through Tourism, Amman (Jordan) (Nov.)
	- <i>Code of Conduct for the Protection of Children from Sexual Exploitation in Travel and Tourism</i>	UNWTO & ECPAT
2001	- <i>Rimini Charter</i>	International Conference on Sustainable Tourism, UNEP, Rimini/Italy (Jun.)
	- <i>Working Together for the Future of European Tourism</i>	Commission of the European Communities (COM(2001) 665 final) (Nov.)
	- <i>Sustainable Tourism and Natura 2000: Guidelines, Initiatives and Good Practices in Europe</i>	European Commission, Environment DG
	- <i>Seoul Declaration on Peace and Tourism</i> - <i>Osaka Declaration for the Millennium</i>	XIV WTO General Assembly, Seoul (Republic of Korea) and Osaka (Japan)
	- <i>Sustainable Tourism in Tourism</i> [preparatory document]	World Summit on Sustainable Development, UNWTO
2002	- <i>Quebec Declaration on Ecotourism</i>	World Ecotourism Summit, UNWTO & UNEP, Quebec/Canada (May)
	- <i>Agenda 21 - Sustainability in the European Tourism Sector</i>	1 <sup>st</sup> European Tourism Forum, Brussels-Belgium
	- <i>European Union Action in the Tourism Sector: Improving Support Measures for Sustainable Tourism</i>	European Parliament - Directorate-General for Research (Feb.)
	- <i>Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development</i> [Chapter IV]	Report of the World Summit on Sustainable Development
	- <i>Cape Town Declaration</i>	World Summit on Sustainable Development in Johannesburg in 2002 / Cape Town Conference (Aug.)
2003	- <i>Djerba Declaration on Tourism and Climate Change</i>	1 <sup>st</sup> International Conference on Climate Change and Tourism, WTO, Djerba/Tunisia (Apr.)
	- <i>Durban Accord</i> - <i>Durban Action Plan</i>	IUCN V <sup>th</sup> World Congress on Protected Areas (World Parks Congress), Durban/South Africa (Sep.)
	- <i>Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism</i>	Commission of the European Communities (COM(2003) 716 final) (Nov.)
	- <i>European Environment: The Third Evaluation</i>	EEA (Report3/2003 Global Environment Outlook)
	- <i>Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism</i>	UNEP & ICLEI (Ed.)
	- <i>Recommendations to Governments for Supporting and/or Establishing National Certification Systems for Sustainable Tourism</i>	WTO (Ed.)
	- <i>Tourism and Local Agenda 21: The role of Local Authorities in Sustainable Tourism</i>	ICLEI (Ed.)
2004	- <i>Guidelines on Biodiversity and Tourism Development</i>	7 <sup>th</sup> Meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, UNEP (UNEP/CBD/COP/DEC/VII/14), Kuala Lumpur/Malaysia (Feb.)
	- <i>Tourism for All</i> - <i>Declaration on Tourism, Cultural Diversity and Sustainable Development</i>	Universal Forum of Cultures – Barcelona 2004, UCF, Barcelona/Spain (May/Sep.)
	- <i>Guidelines on Tourism in Vulnerable Ecosystems</i>	Convention on Biological Diversity
	- <i>Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook</i>	WTO (Ed.)
2005	- <i>Declaration Harnessing Tourism for the Millennium Development Goals</i>	Special United Nations General Assembly, UNWTO, New York/USA (Sep.)
	- <i>Mauritius Strategy (BPoA +10)</i> [Chapter VIII – Tourism Resources] - <i>Mauritius Declaration</i>	International Meeting to Review the Implementation of the Barbados Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States (BPoA), UN, Port Louis/Mauritius (Jan.)
	- <i>Making Tourism More Sustainable: a Guide for Policy Makers</i>	UNEP & WTO (Ed.)
	- <i>Motion for a European Parliament Resolution on new prospects</i>	European Parliament / Committee on Transport and

**Apêndices**

Data	Principais Referências	Contexto institucional em que surgiram
	<i>and new challenges for sustainable European tourism</i>	Tourism
2006	- <i>A renewed EU Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism</i> - Sustainable Tourism as a Factor of Cohesion Among European Regions	Commission of the European Communities (COM(2006) 134 final) (Mar.) Committee of the Regions of the European Union (Ed.)
2007	- <i>Action for More Sustainable European tourism</i> - <i>Davos Declaration</i> - <i>Agenda for a Sustainable and Competitive European Tourism</i> - <i>Sustainable Management of Tourism Destinations</i> - <i>Florence Charter</i> [Memorandum of Understanding called "Towards a European Network for Sustainable and Competitive Tourism - policies tools for consolidating a European strategy for a network of top-level destinations for sustainable and competitive tourism"] - <i>User's Manual on CBD Guidelines on Biodiversity &amp; Tourism Development</i> - <i>Europe's environment: The fourth assessment</i> [Chapter 7 refers to Tourism Sector]	Report of the Tourism Sustainability Group (Feb.) 2 <sup>nd</sup> International Conference on Climate Change and Tourism, UNWTO, UNEP & WMO, Davos/Switzerland (Oct.) Commission of the European Communities (COM(2007) 621 final) (Oct.) 6 <sup>th</sup> European Tourism Forum, Algarve/Portugal (Oct.) 5 <sup>th</sup> Euromeeting Conference Toscana, Florence/Italy (Nov.) CBD (Ed.) EEA (State of the environment report Nº 1/2007)
2008	- <i>Promoting Sustainable Tourism in the Mediterranean: How to Address the Economic and Environmental Challenges</i> - <i>1<sup>st</sup> EuroMed Ministerial Conference on Tourism</i> - <i>The European Tourism Offer: Quality and Sustainability vis-à-vis Demand Trends</i> - <i>Riva del Garda Action Statement (for enhancing competitiveness and sustainability in tourism)</i> - <i>Climate Change and Tourism: Responding to Global Challenges</i> - <i>Climate Change Adaptation and Mitigation in the Tourism Sector: Frameworks, Tools and Practices</i>	Euro-Mediterranean Partnership / FEMIP Conference, Berlin/Germany (Mar.) Euro-Mediterranean Partnership, Fez/Morocco (Apr.) 7 <sup>th</sup> European Tourism Forum, Bordeaux/France (Sep.) High Level Meeting of the OECD Tourism Committee – The Tourism Economy and Globalisation: Strategic Issues and Policies, Riva del Garda/Italy (Oct.) UNWTO, UNEP & WMO (Oct.)
2009	- <i>Policy recommendations on sustainable tourism development</i> - <i>EU Tourism and the Economic Downturn: New Opportunities for a Sustainable and Prosperous Future?</i> - <i>Route Map for Recovery</i>	International Task Force on Sustainable Tourism Development (Apr.) 8 <sup>th</sup> European Tourism Forum, EC, Brussels/Belgium (Oct.) 18 <sup>th</sup> General Assembly of the UNWTO, Astana/Kazakhstan (Oct.)
<b>Anos 2010</b>		
2001	- <i>European Charter for Sustainable and Responsible Tourism</i>	Europarc Federation
2010	- <i>Europe, the World's Nº 1 Tourist Destination: A New political Framework for Tourism in Europe</i>	European Commission (COM(2010) 352 final) (Jun.)
2012	- OECD Tourism Trends and Policies 2012 [Chapter 1. Tourism governance in OECD countries] - <i>Towards Sustainable Tourism in the Mediterranean</i>	OECD (Ed.) 11 <sup>th</sup> FEMIP Conference, Marseille/France (Nov.)
2014	- OECD Tourism Trends and Policies 2014	OECD (Ed.)
2015	- <i>World Charter for Sustainable Tourism</i>	World Summit on Sustainable Tourism (ST +20), Vitoria-Gasteiz/Spain (Nov.)

Apêndices | Apêndice 6.2

Apêndice 6.2

Questionário dirigido às entidades regionais sobre as recomendações dos documentos internacionais

Scientific research about public governance and sustainable development of tourism destinations

1. In your considered opinion, indicate whether these international documents are important to analyse in terms of governance for the development of sustainable tourism. (Obs.: Please note that dozens of references were identified, but only documents were considered that could be applied to all kind of destinations regardless of their special characteristics)

	1 Not important	2	3	4	5 Very important
(1980) Manila Declaration (N.os 5, 14, 22 e 25)					
(1982) Acapulco Document (N.os 9, 10, 11, 12, 13, 16 e 17)					
(1985) Tourism Bill of Rights and Tourist Code (Articles II, III, IV and V)					
(1989) Hague Declaration on Tourism (Princípios II, III, IX, X)					
(1995) Charter for Sustainable Tourism					
(1996) Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development (Chapter for government departments and NTA)					
(1997) Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism					
(1999) Tourism and sustainable development, Commission on Sustainable Development 7th Session					
(2002) Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Chapter IV, paragraph 43), In Report of the World Summit on Sustainable Development					
(2002) Cape Town Declaration					
(2008) Riva del Garda Action Statement					
(2009) Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development					

2. In your considered opinion, indicate whether these European policies are important for consideration in analysing the governance for the development of sustainable tourism.

	1 Not important	2	3	4	5 Very important
COM(2010)352 Europe, the world's No 1 tourist destination – a new political framework for tourism in Europe					
COM(2007)621 Agenda for the sustainability of European tourism					
(2007) Action for more sustainable European tourism (Report of the Tourism Sustainability Group)					
COM(2006)134 A renewed EU tourism policy: Towards a stronger partnership for European Tourism					
COM(2003)716 Basic orientations for the sustainability of European tourism					

3. In your considered opinion, indicate whether these publications are important to analyse in terms of governance for the development of sustainable tourism. (Obs.: Please note only documents published by intergovernmental bodies or by other actors who usually work in partnership with these authorities were considered)

	1 Not important	2	3	4	5 Very important
WTO (1999) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism					
UNEP (2003) Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism [Part 1. The Context]					
Secretariat of the CBD (2004) Guidelines on biodiversity and tourism development					
WTO (2004) Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A guidebook					
UNEP & WTO (2005) Making tourism more sustainable: A guide for policy makers					
Secretariat of the CBD (2007) User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development					
OECD (2012) OECD Tourism Trends and Policies 2012 [Chapter 1. Tourism governance in OECD countries]					

4. Please indicate any other documents you might consider relevant for this research.

Concluído



Apêndices | Apêndice 6.3

Apêndice 6.3

Questionário dirigido às entidades regionais sobre as recomendações dos documentos internacionais

Union, United Nations, World Tourism Organisation)? )

Please choose the appropriate response for each item:

	1 Not at all important	2 Of little importance	3 Moderately important	4 Important	5 Extremely important
[A] "Charter for Sustainable Tourism" (1995 - World Conference on Sustainable Tourism)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development" (1996 - WTTTC, UNWTO, Earth Council)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism" (1997 - International Conference on Biodiversity and Tourism)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Tourism and Sustainable Development" (1999 - Commission on Sustainable Development 7th Session)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development" (2002, World Summit on Sustainable Development)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development" (2009 - International Task Force on Sustainable Tourism Development)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism" (2003 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "A Renewed EU Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism" (2006 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Action for More Sustainable European Tourism" (2007 - Tourism Sustainability Group)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Agenda for the Sustainability of European Tourism" (2007 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Europe, the World's N°1 Tourist Destination: a New Political Framework for Tourism in Europe" (2010 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism" (1999 - UNWTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities" (1999 - UNWTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## International Recommendations for Sustainability in Tourism Policies and Management Strategies

### Context & Aim of the Research

There exist various declarations and guides principles and actions to promote tourism sustainability, as recommended by various international organizations (e.g. UNWTO, European Union). As so, the aim of this questionnaire is to assess whether regional tourism organizations have been integrating some of them in their official documents when designing their tourism policies and related development plans and strategies.

This questionnaire is addressed to all the existing regional tourism authorities in the 28 countries of the European Union and the investigation is being undertaken by M.ª Rosario Borges, under GOVCOPP Research Unit at University of Aveiro, Portugal. The scientific advisors are Professors Celeste Eusebio and Nuno Carvalho. The data collected will be used only for scientific purposes and complete confidentiality of the data is guaranteed.

The collaboration of each Regional Authority is very important for the success of this research because they are one of the important key players that should contribute significantly to the success of the global sustainable development project.

Thank you for your best professional courtesy.

The survey has 5 questions.

There are 11 questions in this survey

### Único Grupo de Questões

**1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European Union, United Nations, World Tourism Organisation)? \***

Please choose only one of the following:

- Yes
- No

**2) Within the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, please indicate the level of importance that your Regional Authority assigns to the following documents.**

**Please note that the documents are listed by type ([A] international declarations, [B] European Union polices and [C] technical documents) and then by date of publication. \***

Only answer this question if the following conditions are met:

Answer was 'Yes' at question '1 [002]' (1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European



Apêndices | Apêndice 6.3

23/07/2015 Inquéritos - International Recommendations for Sustainability in Tourism Policies and Management Strategies

Please choose the appropriate response for each item:

	1 Never	2 Rarely	3 Sometimes	4 Frequently	5 Too frequently
[A] "Charter for Sustainable Tourism" (1995 - World Conference on Sustainable Tourism)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development" (1996 - WTTC, UNWTO, Earth Council)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Berlin Declaration on Biological Diversity and Sustainable Tourism" (1997 - International Conference on Biodiversity and Tourism)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Tourism and Sustainable Development" (1999 - Commission on Sustainable Development 7th Session)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development" (2002, World Summit on Sustainable Development)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[A] "Policy Recommendations on Sustainable Tourism Development" (2009 - International Task Force on Sustainable Tourism Development)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Basic Orientations for the Sustainability of European Tourism" (2003 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "A Renewed EU Tourism Policy: Towards a Stronger Partnership for European Tourism" (2006 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Action for More Sustainable European Tourism" (2007 - Tourism Sustainability Group)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Agenda for the Sustainability of European Tourism" (2007 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[B] "Europe, the World's N°1 Tourist Destination: a New Political Framework for Tourism in Europe" (2010 - EU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism" (1999 - UNWTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism" (2003 - UNEP)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Guidelines on Biodiversity and Tourism Development" (2004 - Secretariat of the CBD)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A guidebook" (2004 - WTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers" (2005 - UNEP & WTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development" (2007 - Secretariat of the CBD)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other international documents	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23/07/2015 Inquéritos - International Recommendations for Sustainability in Tourism Policies and Management Strategies

Authorities in Sustainable Tourism" (2003 - UNEP)

[C] "Guidelines on Biodiversity and Tourism Development" (2004 - Secretariat of the CBD)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A guidebook" (2004 - WTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers" (2005 - UNEP & WTO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
[C] "User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development" (2007 - Secretariat of the CBD)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other international documents	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**2.1.1.) Please indicate other international documents that your Regional Authority knows and considers important.**

Only answer this question if the following conditions are met:

Answer was '5 Extremely important' or '2 Of little importance' or '3 Moderately important' or '4 Important' at question 2. [0035T] (2) Within the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, please indicate the level of importance that your Regional Authority assigns to the following documents. Please note that the documents are listed by type ([A] International declarations, [B] European Union policies and [C] technical documents) and then by date of publication. (Other international documents)

Please write your answer here:

**3) Please indicate how often your Regional Authority integrates the recommendations of the international documents referred to when designing regional tourism policy and/or its respective tourism development plans and strategies. Please note that the documents are listed by type ([A] international declarations, [B] European Union policies and [C] technical documents) and then by date of publication. \***

Only answer this question if the following conditions are met:

Answer was 'Yes' at question 1. [002T] (1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European Union, United Nations, World Tourism Organisation)?

https://inqueritos.uevora.pt/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/10254/arg/en

Apêndices | Apêndice 6.3

Guidelines on Biodiversity and Tourism Development" (2007 - Secretariat of the CBD)

Other international documents

**5) Please, indicate in which policy areas the international principles and recommended actions were integrated to promote sustainable development in your tourism region of intervention. \***

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was 'Yes' at question '1 [002]' (1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European Union, United Nations, World Tourism Organisation)? )

Please choose the appropriate response for each item:

	1 Never	2 Rarely	3 Sometimes	4 Frequently	5 Too frequently
Tourism regional policy	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Development and strategic plans	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Territorial planning and development	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentive measures through economic, financial and/or fiscal instruments	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Impact assessment and monitoring	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Training of human resources	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacity-building activities for the awareness-raising of professionals (public and private sectors), community and tourists	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Technical and scientific cooperation (e.g. knowledge sharing and collaboration through networking and partnership)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Encourages entrepreneurs to cleaner production patterns	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Encourages tourists to cleaner consumption patterns	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regional participatory structures that brings together a wide range of stakeholders, improving participation and coordination of actions at various stages of the regional development process	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other policy areas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**4) In what year did the Regional Authority begin to integrate international recommendations to promote sustainable tourism?**

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was 'Yes' at question '1 [002]' (1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European Union, United Nations, World Tourism Organisation)? )

Please choose **only one** of the following:

- 2015
- 2014
- 2013
- 2012
- 2011
- 2010
- 2009
- 2008
- 2007
- 2006
- 2005
- 2004
- 2003
- 2002
- 2001
- 2000
- 1999
- 1998
- 1997
- 1996
- 1995
- Before 1994

**5.1.) Please, indicate the other policy areas.**

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was '5 Too frequently or 4 Frequently or 3 Sometimes or 2 Rarely at question 6 [006S]' (5) Please, indicate in which policy areas the international principles and recommended actions were integrated to promote sustainable development in your tourism region of intervention. (Other policy areas)

Please write your answer here:



Apêndices | Apêndice 6.3

**2) Please indicate some of the reasons why the Regional Authority has not considered the international recommendations to foster the development of sustainable tourism. \***

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was 'No' at question '1' [002] ( 1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European Union, United Nations, World Tourism Organisation)? )

Please write your answer here:

**3) In the foreseeable future will the Regional Authority take into account the international recommendations (i) in the context of reviewing existing plans or (ii) in the preparation of a new regional tourism policy and related tourism development plans and strategies? \***

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was 'No' at question '1' [002] ( 1) In the context of the regional tourism policy design and/or its respective tourism development plans and strategies, has the Regional Authority been integrating some recommendations on principles and actions suggested by international organisations to foster sustainable tourism (e.g. European Union, United Nations, World Tourism Organisation)? )

Please choose only one of the following:

- Yes
- No opinion (not yet deliberated on this)
- No

**4) In which policy areas the international recommendations are more likely to be integrated? Please, indicate the level of its importance. \***

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was 'Yes' at question '9' [008N] ( 3) In the foreseeable future will the Regional Authority take into account the international recommendations (i) in the context of reviewing existing plans or (ii) in the preparation of a new regional tourism policy and related tourism development plans and strategies? )

Please choose the appropriate response for each item:

	1 Not at all important	2 Of little importance	3 Moderately important	4 Important	5 Extremely important
Tourism regional policy	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Development and strategic plans	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Territorial planning and development	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentive measures through economic, financial and/or fiscal instruments	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Impact assessment and monitoring	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Training of human resources	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacity-building activities for the awareness-raising of professionals (public and private sectors), community and tourists	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Technical and scientific cooperation (e.g. knowledge sharing and collaboration through networking and partnership)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Encourages entrepreneurs to cleaner production patterns	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Encourages tourists to cleaner consumption patterns	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regional participatory structures that brings together a wide range of stakeholders, improving participation and coordination of actions at various stages of the regional development process	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other policy areas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**4.1.) Please, indicate the other policy areas.**

Only answer this question if the following conditions are met:  
 Answer was '5 Extremely important' or '4 Important' or '3 Moderately important' or '2 Of little importance' at question '10' [009N] ( 4) In which policy areas the international recommendations are more likely to be integrated? Please, indicate the level of its importance. (Other policy areas)

Please write your answer here:

**Apêndices | Apêndice 6.3**

23/07/2015

Inqueritos - International Recommendations for Sustainability in Tourism Policies and Management Strategies

Your responses were recorded.

Thank you for your best attention, with best regards, M.<sup>a</sup> do Rosário Borges. 😊

Submit your survey.

Thank you for completing this survey.

Apêndices | Apêndice 9.1

Apêndice 9.1

Pré-teste do questionário “Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)”

**Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)**

- ▶ Objectivo principal do questionário: obter a opinião dos agentes do sector turístico sobre os compromissos que necessário assumir num contexto de governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Reg Alentejo (NUT II).
- ▶ Conceito: neste estudo, o conceito de governança nos destinos é utilizado para “identificar e descrever o conjunto estruturas e processos que fazem um destino turístico progredir em direcção ao desenvolvimento sustentável”.
- ▶ Contexto em que decorre a investigação: o estudo empírico integra a última etapa dum projeto de investigação doutoramento em Turismo, sobre **Governança para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável nos Destins Turísticos**. Tem o apoio da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Universidade de Aveiro.
- ▶ Questões de ética associadas ao uso dos dados: todos os dados obtidos serão analisados de forma anónim confidencial e agregada, pela investigadora e professores orientadores, Doutora Celeste Eusébio e Doutor Nuno Canal. Os resultados serão divulgados através da tese de doutoramento, artigos em revistas científicas e, eventualmente, i próprios agentes se o solicitarem, mas respeitando sempre os princípios indicados.
- ▶ Importância da opinião de cada agente: num contexto socio-político em que se advoga uma governança m eficaz, o seu contributo é imprescindível uma vez que actualmente tem responsabilidades importantes sobre assuntos interesse público relacionados com o desenvolvimento turístico na Região Alentejo. O conjunto das opiniões permli trazer o contexto geral sobre a forma como e deve ser feita a definição e operacionalização duma política pública destino Alentejo, com mais participação e responsabilização dos agentes turísticos.

→ O questionário é composto por 1 página

Existem 19 perguntas neste inquérito

**Grupo I - Estrutura, processos e iniciativas de governança para o turismo sustentável do Alentejo**

**P.1) Na sua opinião, qual o nível de importância que uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável e competitivo para a Região Alentejo (NUT II) pode assumir no âmbito da cada uma das dimensões apresentadas? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Para a imagem da Região como um todo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para introduzir novos padrões de produção ao nível da cadeia da oferta de serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para a preservação dos recursos naturais e culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para a qualidade de vida das comunidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para introduzir novos padrões de consumo, junto dos turistas e da sociedade em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**P. 2) Indique a importância que atribui à realização de cada um dos seguintes procedimentos para uma governança eficaz a favor do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II), tal como é sugerido pelas organizações internacionais. \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
1. Coordenação inter e intra-governamental para a concertação das políticas públicas e acções entre diferentes níveis hierárquicos governativos (internacional, nacional, regional e local)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Coordenação para a concertação das políticas públicas e acções estabelecidas ao mesmo nível administrativo da Região Alentejo, entre os vários domínios sub-sectoriais do turismo e entre estes e sectores afins com influência na actividade turística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Coordenação eficaz entre agências governamentais responsáveis pelo destino e o sector privado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Estabelecimento de uma visão, metas e princípios realistas e exequíveis para o desenvolvimento do destino como um todo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Estabelecimento de objectivos e acções realistas e exequíveis por áreas sectoriais ou geográficas, alinhadas com metas e princípios definidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Estabelecimento de processos de consulta e tomada de decisão que integrem e envolvam a participação dos múltiplos agentes nos processos de desenvolvimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Implementação dos programas e acções, que decorrem da tomada de decisão, que integram múltiplos agentes e múltiplos domínios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Monitorização da implementação dos objectivos, programas, acções e procedimentos e sua divulgação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Avaliação dos impactos económicos, socio-culturais e ambientais que decorrem da estratégia e/ou planos de acção estabelecidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. Promover uma gestão adaptativa para gerir incertezas e constrangimentos, assim como oportunidades inesperadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. Promover a capacitação da cadeia de intervenientes do turismo, incluindo a comunidade, através da formação e educação dos agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Divulgar informação ao público em geral e aos turistas, e promover acções de sensibilização sobre formas de consumo mais sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. Criar e disponibilizar dados e informação com qualidade e fomentar a partilha de conhecimento entre os vários agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14. Contribuir para a criação dum quadro regulamentar propício à concretização das opções estratégicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Apêndices | Apêndice 9.1

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.4) Na sua opinião, qual o nível de importância que os princípios de governança apresentados têm no âmbito da actuação de uma entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
1. Trabalhar de forma transparente, em conjunto com os agentes que nela participam	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Seguir uma estratégia de comunicação acessível ao grande público e facilmente compreensível, no âmbito das suas iniciativas e decisões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Fomentar uma ampla participação dos diferentes agentes do destino, directa e indirectamente envolvidos na actividade turística (incluindo a comunidade) para garantir a qualidade, pertinência e eficácia das suas iniciativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Atribuir, de forma clara, papéis e responsabilidades a todos os agentes que nela participam	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Fomentar a participação activa dos agentes envolvidos, quer na fase de planeamento dos objectivos e estratégias, quer na fase operacional de implementação e desenvolvimento das iniciativas e acções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Avaliar o cumprimento das responsabilidades atribuídas aos agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. As iniciativas e acções, baseadas em objectivos claros e realistas e na avaliação do seu impacto futuro, devem ser eficazes e oportunas para dar resposta às necessidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Promover o desenvolvimento de iniciativas e acções de forma proporcionada com os objectivos prosseguidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. As decisões devem ser adaptadas ao nível mais adequado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. As iniciativas e acções devem ser coerentes e perfeitamente compreensíveis entre si e com a realidade do contexto em que se inserem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. Liderar para garantir a coerência das iniciativas e acções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.3) Na sua opinião, que tipo de entidade de governança deve ser responsável por liderar um projecto global para o desenvolvimento do turismo sustentável no destino Região Alentejo (NUT II), que garanta a concretização dos procedimentos indicados na pergunta anterior? \***

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Entidade pública do turismo já existente
- Departamento ou Grupo de Trabalho específico para Governança a integrar numa entidade pública já existente
- Nova entidade pública (autónoma e com responsabilidade exclusiva na governança do turismo)
- Entidade baseada numa parceria público-privada
- Entidade baseada numa parceria público-privada-sociedade civil
- Entidade privada
- Associação / ONG Organização Não Governamental
- Outra. Especifique qual, sff.

Apêndices | Apêndice 9.1

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.5) Na sua opinião, quais são os agentes que devem estar representados numa entidade que garanta a governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione todas as que se aplicam:

- Sector publico do turismo
- Sector publico de outros domínios politico-sectoriais que se relacionam com o turismo
- Sector empresarial do turismo, através de empresários a título individual
- Sector empresarial do turismo, através de associações representativa de cada subsector
- Sector empresarial do turismo, representado por confederação
- Representantes de outros interesses sectoriais que se relacionam directamente com a actividade turística no destino (ex. caça, enoturismo)
- Sociedade civil organizada: Associações (regionais ou locais) / ONG
- Sociedade civil: comunidades de acolhimento
- Sociedade civil: visitantes
- Outro. Especifique:

**P. 6) Na sua opinião, qual o nível de importância que os mecanismos de participação seguintes têm para garantir a participação efectiva dos agentes do sector público, privado e sociedade civil numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Notícias e anúncios na imprensa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emissão de relatórios e outros documentos técnicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emissão de brochuras e folhetos informativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistema de consulta/audição (presencial ou electrónica)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Painel de peritos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inquéritos / sondagens de opinião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reuniões públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comités ou forum consultivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grupos especializados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seminários / conferências / workshops	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistema de voto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.7) Na sua opinião, qual o nível de importância que cada uma das categorias de instrumentos políticos apresentadas têm para incentivar a adesão dos agentes às iniciativas de turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
1. Instrumentos Voluntários: encorajam a adesão dos agentes às abordagens e práticas sustentáveis (ex. respeito por códigos de conduta nacionais ou internacionais, adesão a iniciativas de certificação voluntária)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Instrumentos de Apoio: influenciam ou apoiam os agentes a tomar as suas actividades mais sustentáveis, de forma directa e indirecta (ex. sector publico disponibiliza serviços publicos de transporte mais amigos do ambiente, desenvolve acções de capacitação ou partilha conhecimento sobre o sector)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Instrumentos de Medida: determinam os níveis de desenvolvimento turístico e os impactos da actividade que os agentes têm que respeitar (ex. definem a capacidade de carga, indicadores de sustentabilidade ou procedimentos de monitorização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Instrumentos Económicos: apoiam o desenvolvimento de projectos e produtos sustentáveis (ex. concessão de licenças, incentivos financeiros, aplicação de taxas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Instrumentos de Controlo Regulamentar: estabelecem leis, normas e regras, e fazem a respectiva fiscalização (ex. através da legislação, regulamento e regras de licenciamento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

https://inqueritos.uevora.pt/index.php/admin/printablesurvey/sa/indexsurvey/c/745478

5/12

https://inqueritos.uevora.pt/index.php/admin/printablesurvey/sa/indexsurvey/c/745478

6/12



Apêndices | Apêndice 9.1

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.9) Na sua opinião, a que escala geográfica deve ser feita a gestão das acções inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Nivel individual de cada organização/empresa
- Nivel de cada município
- Nivel de cada comunidade intermunicipal
- Nivel de cada distrito
- Nivel interdistrital
- Nivel global da Região Alentejo, descentralizando esta competência por grupos de acção (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos)
- Nivel global da Região Alentejo, centralizando esta competência numa só entidade para a totalidade dos 58 municípios
- Outra escala. Especifique, SFF.

**P.9.1) Se indicou a opção 'Nível comunidade intermunicipal' ou 'Nível interdistrital', indique os municípios ou distritos, consoante a sua opção.**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
 A resposta for 'Nível de cada comunidade intermunicipal' ou 'Nível interdistrital' na pergunta "10 [003]" (P.9) Na sua opinião, a que escala geográfica deve ser feita a gestão das acções inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)?

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.8) Na sua opinião, a que escala geográfica deve ser feito o planeamento dos objectivos e das estratégias inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Nivel individual de cada organização/empresa
- Nivel de cada município
- Nivel de cada comunidade intermunicipal
- Nivel de cada distrito
- Nivel interdistrital
- Nivel global da Região Alentejo, descentralizando esta competência por grupos de acção (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos)
- Nivel global da Região Alentejo, centralizando esta competência numa só entidade para a totalidade dos 58 municípios
- Outra escala. Especifique, SFF.

**P.8.1) Se indicou a opção 'Nível comunidade intermunicipal' ou 'Nível interdistrital', indique os municípios ou distritos, consoante a sua opção.**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
 A resposta for 'Nível de cada comunidade intermunicipal' ou 'Nível interdistrital' na pergunta "8 [002]" (P.8) Na sua opinião, a que escala geográfica deve ser feito o planeamento dos objectivos e das estratégias inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)?

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Apêndices | Apêndice 9.1

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P II.3) Indique o seu género. \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Feminino  
 Masculino

**P II.4) Indique o seu nível de habilitações. \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Ensino Secundário  
 Licenciatura  
 Pós-graduação  
 Mestrado  
 Doutoramento

**P II.4.1) Indique o domínio de formação referente à habilitação obtida mais recentemente. \***  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**P II.5) Indique o ano em que nasceu.**  
 Cada resposta deverá estar compreendida entre 1935 e 2007  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:

25/05/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**Grupo II - Caracterização muito genérica da entidade e do respondente**

**P II.1) Há quantos anos é que a entidade que representa desenvolve actividades no sector do turismo? \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

< 1 ano  
 1 - 2 anos  
 3 - 5 anos  
 > 5 anos

**P II.2) Nos últimos 10 anos a entidade que representa tem participado em projectos e iniciativas que visem formas de produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis, seja a nível individual ou num contexto de parceria? \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Sim  
 Não

**P II.2.1) Indique em que projectos e/ou iniciativas tem participado, incluindo os que estão em curso.**  
**Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:**  
 A resposta for 'Sim' na pergunta '13 III2]' ( P II.2) Nos últimos 10 anos a entidade que representa tem participado em projectos e iniciativas que visem formas de produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis, seja a nível individual ou num contexto de parceria? )  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:



Apêndices | Apêndice 9.2

Apêndice 9.2

Versão final do questionário “Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)”

Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

30/06/2015

**Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)**

- ▶ **Objectivo principal do questionário:** obter a opinião dos agentes do sector turístico sobre os compromissos que necessário assumir num contexto de governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Reg Alentejo (NUT II).
- ▶ **Conceito:** neste estudo, o conceito de governança nos destinos é utilizado para “identificar e descrever o conjunto estruturas e processos que permitem a um destino turístico progredir em direcção ao desenvolvimento sustentável”.
- ▶ **Contexto em que decorre a investigação:** o estudo empírico integra a última etapa dum projecto de investigação doutoramento em Turismo, sobre **Governança para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável nos Destinos Turísticos**. Tem o apoio da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCCOP da Universidade de Aveiro).
- ▶ **Questões de ética associadas ao uso dos dados:** todos os dados obtidos serão analisados de forma anónima e agregada, pela investigadora e professores orientadores, Doutora Celeste Eusébio e Doutor Nuno Carval. Os resultados serão divulgados através da tese de doutoramento, artigos em revistas científicas e, eventualmente, próprios agentes se o solicitarem, mas respeitando sempre os princípios indicados.
- ▶ **Importância da opinião de cada agente:** num contexto sócio-político em que se advoga uma governança pública eficaz, debater o assunto do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II) é uma responsabilidade dos múltiplos agentes que, directa e indirectamente, têm influência no destino. Por este motivo, a sua opinião contribuirá para traçar um cenário global sobre a forma como e deve ser definida e operacionalizada uma política pública no destino Alentejo com mais participação e responsabilização dos agentes turísticos.

O questionário é composto apenas por **1 página**.

Para que a sua resposta seja gravada, por favor, no final clique em «submeter».

Existem 18 perguntas neste inquérito

**Grupo I - Objectivos de uma agenda para o turismo sustentável**

**P.1.) Na sua opinião, qual o nível de importância que pode assumir uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II) no âmbito de cada uma das dimensões apresentadas? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Introduzir novas formas de produção ao nível da oferta de serviços e produtos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gerar prosperidade económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proteger e preservar o património físico-ambiental e a diversidade biológica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proteger e preservar o património cultural, material e imaterial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar a qualidade de vida das comunidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Introduzir novas formas de consumo, junto dos turistas e da comunidade em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proporcionar aos turistas uma experiência de qualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar a imagem da Região Alentejo como um todo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fomentar a competitividade da Região Alentejo como um todo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Apêndices | Apêndice 9.2

**Grupo II - Estrutura, processos e iniciativas de governança para o turismo sustentável do Alentejo**

**P.2) Indique a importância que atribui à realização de cada uma das seguintes etapas para uma governança pública eficaz a favor do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II), tal como é sugerido pelas organizações internacionais. \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Instituir uma entidade que lidere a governança para o turismo sustentável no destino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas entre diferentes níveis hierárquicos governativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a coordenação governamental para a articulação das políticas turísticas c/ outras políticas sectoriais e territoriais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenar a articulação das políticas públicas e acções turísticas no mesmo nível administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover uma coordenação eficaz entre a própria entidade de governança e o sector privado do destino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecer uma visão, metas e princípios para o desenvolvimento do destino como um todo, realistas e exequíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecer objectivos e acções por áreas sectoriais ou geográficas, alinhadas com metas e princípios definidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementar programas e acções que decorram da tomada de decisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitorizar a implementação dos objectivos, programas e acções, e comunicar os resultados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover uma gestão adaptativa, que permita gerir incertezas, constrangimentos e oportunidades não planeadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliar os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais que decorrem dos programas e acções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**P.3) Tendo em conta as respostas da pergunta anterior, indique a importância que atribui à realização de cada uma das seguintes iniciativas. \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Disponibilizar dados e informação com qualidade e fomentar a partilha de conhecimento entre os múltiplos agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementar processos de consulta pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementar processos de decisão pública que envolvam eficazmente os múltiplos agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a capacitação de toda a cadeia de intervenientes do turismo no destino, através da formação, educação dos agentes e comunidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuir para a criação dum quadro regulamentar favorável à concretização das metas e objectivos estabelecidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**P.4) Na sua opinião, que tipo de entidade de governança deve ser responsável por liderar um projecto para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II) como um todo, que garanta a concretização dos procedimentos indicados nas duas perguntas anteriores? \***

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Entidade pública, autónoma e com responsabilidade exclusiva na governança, criada para o efeito
- Departamento ou Grupo de Trabalho para a Governança, a integrar numa entidade pública já existente
- Entidade baseada numa parceria publico-privada
- Entidade baseada numa parceria publico-privada-sociedade civil
- Entidade privada
- Associação / ONG Organização Não Governamental
- Outra. Especifique qual, sff.

Apêndices | Apêndice 9.2

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.6) Na sua opinião, quais são os agentes que devem estar representados numa entidade que garanta a governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione todas as que se aplicam:

- Sector público do turismo
- Sector público de outros domínios político-sectoriais que se relacionam com o turismo
- Sector empresarial do turismo, através de empresários a título individual
- Sector empresarial do turismo, através de associações representativas de cada subsector
- Sector empresarial do turismo, representado por confederação
- Representantes de outros agentes que se relacionam com a actividade turística (ex. transporte)
- Sociedade civil organizada: Associações (regionais ou locais) / ONG
- Sociedade civil: comunidade
- Sociedade civil: visitantes
- Outro. Especifique:

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.5) Na sua opinião, qual o nível de importância que os princípios de governança apresentados têm na actuação de uma entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Fomentar uma ampla participação dos múltiplos agentes turísticos para garantir qualidade, pertinência e eficácia das iniciativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atribuir, de forma clara e articulada, responsabilidades aos agentes que nela participam	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fomentar a participação activa dos agentes envolvidos, nas fases de planeamento, implementação, gestão e avaliação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actuar de forma transparente em conjunto com os agentes parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Respeitar e fazer respeitar as normas estabelecidas para o seu funcionamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garantir o tratamento equitativo de todos os agentes envolvidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seguir uma estratégia de comunicação e consulta pública activa, acessível e facilmente compreensível	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliar o cumprimento das responsabilidades atribuídas aos agentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As iniciativas e acções, baseadas em objectivos claros e realistas, devem ser coerentes e oportunas com a realidade do contexto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover as iniciativas e acções de forma proporcionada e articulada com os objectivos definidos e monitorizar os seus impactos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Liderar para garantir a coerência das iniciativas e acções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**P.7) Na sua opinião, qual o nível de importância que os diferentes mecanismos de participação seguintes têm para garantir uma efectiva participação pública dos agentes numa entidade de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Mecanismos de informação: o agente tem acesso à informação, através de notícias na imprensa ou em relatórios técnicos, seminários ou conferências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de feedback: ao agente é solicitada opinião ou comentários, através de estudos, sondagens ou audiência pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de consulta: o agente é oficialmente auscultado para se pronunciar sobre assuntos, através de reuniões públicas, workshops, painel de peritos / focus group	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de colaboração: o agente é integrado em grupos especializados, processos de negociação, mediação ou arbitragem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de controlo: o agente assume autoridade, através de sistema de voto ou referendo local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Apêndices | Apêndice 9.2

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.10) Na sua opinião, a que escala geográfica deve ser feita a gestão das acções inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Nivel individual de cada organização/empresa

Nivel do municipio

Nivel da comunidade intermunicipal

Nivel das NUT III

Nivel distrital

Nivel global da Região Alentejo, descentralizando esta competência por grupos de acção (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos)

Nivel global da Região Alentejo, centralizando esta competência numa só entidade para a totalidade dos 58 municipios

Outra escala. Especifique, SFF.

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.8) Na sua opinião, qual o nível de importância que cada uma das categorias de instrumentos políticos apresentadas têm para incentivar a adesão dos agentes às iniciativas de turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1 Nada importante	2	3	4	5 Extremamente importante
Instrumentos Voluntários: encorajam a adesão dos agentes às abordagens e práticas sustentáveis (ex. respeito por códigos de conduta nacionais ou internacionais, adesão a iniciativas de certificação voluntária)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrumentos de Apoio: influenciam ou apoiam os agentes a tomar as suas actividades mais sustentáveis, de forma directa e indirecta (ex. sector publico disponibiliza serviços publicos de transporte mais amigos do ambiente)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrumentos de Medida: determinam os niveis de desenvolvimento turístico e os impactos da actividade que os agentes têm que respeitar (ex. definem a capacidade de carga, indicadores de sustentabilidade ou procedimentos de monitorização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrumentos Económicos: apoiam o desenvolvimento de projectos e produtos sustentáveis (ex. concessão de licenças, incentivos financeiros, aplicação de taxas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrumentos de Controlo Regulamentar: estabelecem leis, normas e regras, e fazem a respectiva fiscalização (ex. através da legislação, regulamento e regras de licenciamento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.9) Na sua opinião, a que escala geográfica deve ser feito o planeamento dos objectivos e das estratégias inerentes a uma política pública para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas na Região Alentejo (NUT II)? \***

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Nivel individual de cada organização/empresa

Nivel de municipio

Nivel da comunidade intermunicipal

Nivel das NUT III

Nivel distrital

Nivel global da Região Alentejo, descentralizando esta competência por grupos de acção (organizados por sub-regiões territoriais, por subsectores ou produtos)

Nivel global da Região Alentejo, centralizando esta competência numa só entidade para a totalidade dos 58 municipios

Outra escala. Especifique, SFF.

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

Apêndices | Apêndice 9.2

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**Grupo III - Caracterização genérica da entidade e do respondente**

**P.1.1) Há quantos anos é que a entidade que representa desenvolve actividades no sector do turismo? \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

< 1 ano  
 1 - 2 anos  
 3 - 5 anos  
 6 - 10 anos  
 > 10 anos

**P.1.2) Nos últimos 10 anos a entidade que representa tem participado em projectos e iniciativas que visem formas de produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis, seja a nível individual ou num contexto de parceria? \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Sim  
 Não

**P.1.2.1) Indique em que projectos e/ou iniciativas tem participado, incluindo os que estão em curso.**  
 Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
 A resposta for 'Sim' na pergunta '1.2' (P.12) Nos últimos 10 anos a entidade que representa tem participado em projectos e iniciativas que visem formas de produção e/ou consumo de produtos e serviços mais sustentáveis, seja a nível individual ou num contexto de parceria?  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:

30/06/2015 Inquéritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

**P.1.3) Indique o cargo que exerce na instituição que representa. \***  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**P.1.4) Indique o seu sexo. \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Feminino  
 Masculino

**P.1.5) Indique o ano em que nasceu.**  
 Cada resposta deverá estar compreendida entre 1935 e 2007  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**P.1.6) Indique o seu nível de habilitações. \***  
 Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

Ensino Secundário  
 Licenciatura  
 Pós-graduação  
 Mestrado  
 Doutoramento  
 Outro

**P.1.7) Indique o domínio de formação referente à habilitação obtida mais recentemente. \***  
 Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**Apêndices | Apêndice 9.2**

30/06/2015

Inqueritos - Governança pública para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Alentejo (NUT II)

Muito obrigada pela sua amável consideração e colaboração. 😊

Submeter o seu inquérito  
Obrigado por ter concluído este inquérito.